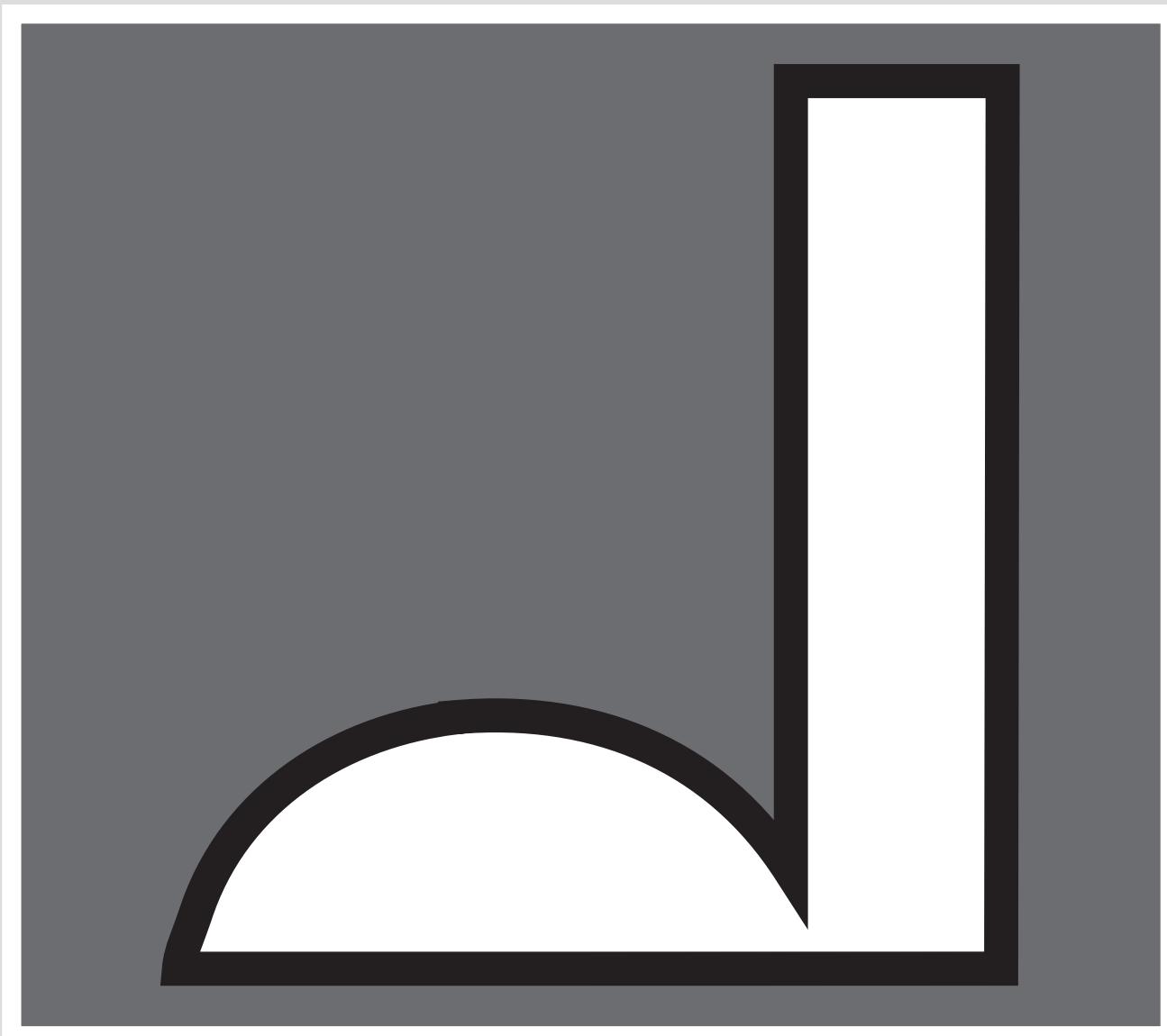




REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL



DIÁRIO DO SENADO FEDERAL

ANO LXV - Nº 025 - TERÇA-FEIRA, 09 DE MARÇO DE 2010 - BRASÍLIA-DF

MESA DO SENADO FEDERAL	
PRESIDENTE José Sarney - (PMDB-AP)	3º SECRETÁRIO Mão Santa - (PSC-PI)
1º VICE-PRESIDENTE Marconi Perillo - (PSDB-GO)	4ª SECRETÁRIA Patrícia Saboya - (PDT-CE)
2ª VICE-PRESIDENTE Serys Slhessarenko - (PT-MT)	SUPLENTES DE SECRETÁRIO
1º SECRETÁRIO Heráclito Fortes - (DEM-PI)	1º - César Borges - (PR-BA)
2º SECRETÁRIO João Vicente Claudino - (PTB-PI)	2º - Adelmir Santana - (DEM-DF)
	3º - Cícero Lucena - (PSDB-PB)
	4º - Gerson Camata - (PMDB-ES)

Maioria (PMDB/PP) - 18 Líder Renan Calheiros - PMDB Vice-Líderes Valdir Raupp (6) Paulo Duque Lobão Filho Francisco Dornelles Gerson Camata Geraldo Mesquita Júnior Líder do PMDB - 17 Renan Calheiros Vice-Líderes do PMDB Wellington Salgado de Oliveira Almeida Lima Valter Pereira Leomar Quintanilha (4,5,7) Neuto De Conto Líder do PP - 1 Francisco Dornelles	Bloco de Apoio ao Governo (PT/PR/PSB/PRB/PC DO B) - 19 Líder Aloizio Mercadante - PT Vice-Líderes João Ribeiro Renato Casagrande Inácio Arruda Marcelo Crivella Líder do PT - 11 Aloizio Mercadante Vice-Líderes do PT Eduardo Suplicy Fátima Cleide Flávio Arns (3) Líder do PR - 3 João Ribeiro Líder do PSB - 2 Antônio Carlos Valadares Líder do PRB - 2 Marcelo Crivella Líder do PC DO B - 1 Inácio Arruda	Bloco Parlamentar da Minoria (DEM/PSDB) - 28 Líder Raimundo Colombo - DEM (1) Vice-Líderes Alvaro Dias Kátia Abreu Flexa Ribeiro Gilberto Goellner João Tenório Rosalba Ciarlini Lúcia Vânia Adelmir Santana Líder do DEM - 14 José Agripino Vice-Líderes do DEM Jayme Campos (2,9) Antonio Carlos Júnior Rosalba Ciarlini Efraim Morais Líder do PSDB - 14 Arthur Virgílio Vice-Líderes do PSDB Alvaro Dias Lúcia Vânia Cícero Lucena Papaléo Paes
PTB - 7 Líder Gim Argello - PTB Vice-Líderes Sérgio Zambiasi Romeu Tuma	PSOL - 1 Líder José Nery - PSOL	Governo Líder Romero Jucá - PMDB Vice-Líderes Delcídio Amaral Antonio Carlos Valadares João Pedro Gim Argello Romeu Tuma
PDT - 6 Líder Osmar Dias - PDT	PV - 1 Líder Marina Silva - PV	
	PSC - 1 Líder Mão Santa - PSC	

Notas:

1. Senador Raimundo Colombo indicado Líder do Bloco Parlamentar da Minoria até o dia 6 de maio de 2010, conforme comunicação lida na sessão deliberativa ordinária de 6 de maio de 2009.
2. Senador Jayme Campos licenciou-se nos termos do art. 43, inciso II, do Regimento Interno, por 130 dias, a partir de 26.08.09, conforme Requerimento nº 1.041/2009, aprovado na sessão deliberativa ordinária de 25 de agosto de 2009.
3. Senador Flávio Arns desfilhou-se do Partido dos Trabalhadores, conforme ofício lido na sessão deliberativa ordinária de 10 de setembro de 2009, e filiou-se ao Partido da Social Democracia Brasileira, conforme ofício lido na sessão deliberativa ordinária de 8 de outubro de 2009.
4. Senador Leomar Quintanilha afastou-se do exercício do mandato, conforme comunicação lida na sessão deliberativa ordinária de 17 de setembro de 2009.
5. Senador Leomar Quintanilha retornou ao exercício do mandato, conforme o OF. GSLQUI Nº 305/009, lido na sessão deliberativa ordinária de 17 de novembro de 2009.
6. Senador Valdir Raupp passou a exercer a Liderança da Maioria, nas hipóteses previstas nos arts. 13 e 14 e no Capítulo X do Título II do Regimento Interno do Senado Federal, conforme comunicação lida na sessão deliberativa ordinária de 12 de novembro de 2009.
7. Senador Leomar Quintanilha afastou-se do exercício do mandato, conforme comunicação lida na sessão não deliberativa de 23 de novembro de 2009.
8. Senador Gilvam Borges licenciou-se nos termos do art. 43, inciso I, do Regimento Interno, por 121 dias, a partir de 22.12.09, conforme Requerimento nº 1.712/2009, deferido na sessão de 22.12.09.
9. Senador Jayme Campos retornou ao exercício do mandato em 03.01.10, após encerrar a licença de 130 dias requerida a partir de 26.08.09.

EXPEDIENTE

Haroldo Feitosa Tajra Diretor-Geral do Senado Federal Florian Augusto Coutinho Madruga Diretor da Secretaria Especial de Editoração e Publicações José Farias Maranhão Diretor da Subsecretaria Industrial	Cláudia Lyra Nascimento Secretária-Geral da Mesa do Senado Federal Maria Amália Figueiredo da Luz Diretora da Secretaria de Ata Denise Ortega de Baere Diretora da Secretaria de Taquigrafia
------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------	----------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------

SENADO FEDERAL

SUMÁRIO

1 – ATA DA 24ª SESSÃO ESPECIAL, EM 8 DE MARÇO DE 2010

1.1 – ABERTURA

1.2 – FINALIDADE DA SESSÃO

Destinada a comemorar o lançamento da Campanha da Fraternidade Ecumênica de 2010, cujo tema será Economia e Vida, de acordo com o Requerimento nº 102, de 2010, do Senador Marconi Perillo e outros Srs. Senadores. 06057

1.2.1 – Fala da Presidência (Senador Marconi Perillo)

1.2.2 – Oradores

Senador Marco Maciel..... 06058
Senador Acir Gurgacz..... 06060
Senador Cícero Lucena..... 06061

1.2.3 – Fala da Presidência (Senador Marconi Perillo) – Saudando todas as mulheres pelo transcurso, hoje, do Dia Internacional da Mulher.

1.3 – ENCERRAMENTO

2 – ATA DA 25ª SESSÃO, NÃO DELIBERATIVA, EM 8 DE MARÇO DE 2010

2.1 – ABERTURA

2.2 – EXPEDIENTE

2.2.1 – Aviso do Ministro de Estado da Justiça

Nº 326/2010, de 3 do corrente, encaminhando informações em resposta ao Requerimento nº 1.480, de 2009, de autoria da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional..... 06065

2.2.2 – Leitura de requerimento

Nº 178, de 2010, de autoria do Senador Paulo Paim, solicitando voto de pesar pelo falecimento do cantor regionalista gaúcho Jader Moreci Teixeira. 06065

2.2.3 – Comunicações da Presidência

Término do prazo, sexta-feira última, com apresentação da Emenda nº 1-Plenário, ao Projeto de Resolução nº 3, de 2010, de autoria do Senador Geraldo Mesquita Júnior..... 06066

Recebimento do Aviso nº 7, de 2010 – CN (nº 00115/2010, na origem, do Presidente do Tribunal de Contas da União), encaminhando ao Congresso Nacional, o Relatório das Atividades do Tribunal

de Contas da União, referente ao 4º trimestre do exercício de 2009..... 06066

2.2.4 – Mensagem do Presidente da República

Nº 67, de 2010 (nº 79/2010, na origem), submetendo à apreciação do Senado a indicação do Senhor Paulo Cesar Meira de Vasconcellos, Ministro de Primeira Classe da Carreira de Diplomata do Quadro Permanente do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil junto ao Reino da Tailândia, e, cumulativamente, junto ao Reino do Camboja e à República Democrática Popular do Laos..... 06067

2.2.5 – Discursos do Expediente

SENADOR PAULO PAIM – Encaminhamento de homenagem de pesar pelo falecimento do cantor regionalista gaúcho Jader Moreci Teixeira, o “Leonardo”. 06160

SENADOR MARCO MACIEL – Apelo no sentido da agilização da apreciação da PEC nº 51, de 2003, que inclui o Cerrado e a Caatinga entre os biomas considerados patrimônio nacional. Referência à matéria de autoria da jornalista Catarina Alencastro, publicada no jornal **O Globo**, intitulada “Modelo de Preservação do Cerrado Fracassa”. ... 06161

SENADOR PAPALÉO PAES – Homenagem pelo transcurso, hoje, do Dia Internacional da Mulher, destacando a luta e o papel das mulheres na história. 06162

SENADOR CÍCERO LUCENA – Homenagem pelo transcurso, hoje, do Dia Internacional da Mulher, destacando a garra, a força, o destemor e a determinação das mulheres paraibanas. 06164

SENADOR PAULO PAIM – Homenagem pelo transcurso, hoje, do Dia Internacional da Mulher, destacando a necessidade da ratificação, pelo Brasil, da Convenção 156 da Organização International do Trabalho, referente à relação de igualdade entre homens e mulheres no mercado de trabalho. Defesa da Proposta de Emenda à Constituição nº 42, de 2008, a chamada “PEC da Juventude”..... 06166

SENADOR ALVARO DIAS – Homenagem às mulheres do Brasil. Leitura de trechos de dois artigos, um publicado na revista IstoÉ, intitulado “O relatório final do mensalão”, e outro publicado na

revista *Veja*, intitulado “A casa caiu”. Reflexão sobre ambos os artigos, e sobre a corrupção no Brasil. . . 06170

SENADOR ADELMIR SANTANA – Homenagem pelo transcurso, hoje, do Dia Internacional da Mulher. Preocupação com a possibilidade de intervenção na capital federal, externando seu posicionamento contrário a essa ação. Comentários sobre artigo de autoria do ex-Ministro Maurício Corrêa, intitulado “Acerto Final”; e sobre a entrevista do jornalista Edison Luiz com o Ministro da Justiça, Luiz Paulo Barreto, ambas as matérias tratando da crise política por que passa o Distrito Federal e publicadas no jornal **Correio Braziliense**. 06197

2.2.6 – Projeto recebido da Câmara dos Deputados

Projeto de Lei da Câmara nº 7, de 2010 (nº 5.940/2009, naquela Casa), de iniciativa do Presidente da República, que *cria o Fundo Social – FS; dispõe sobre sua estrutura e fontes de recursos; altera a Lei nº 9.478, de 6 de agosto de 1997; e dá outras providências.* (Ofício nº 37/2010, do Primeiro Secretário da Câmara dos Deputados)..... 06202

2.2.7 – Comunicação da Presidência

Realização de sessão deliberativa ordinária amanhã, dia 9, às 14 horas, com Ordem do Dia anteriormente designada..... 06220

2.3 – ENCERRAMENTO

3 – DOCUMENTOS E CORRESPONDÊNCIAS ENCAMINHADOS À PUBLICAÇÃO

– Convênio nº 10, de 2010, que entre si fazem o Senado Federal e o Banco Arbi S/A., para empréstimos a Senadores e Servidores, sob consignação em folha de pagamento..... 06238

– Convênio nº 11, de 2010, que entre si fazem o Senado Federal e o Banco Finasa BMC S/A., para empréstimos a Senadores e Servidores, sob consignação em folha de pagamento..... 06244

– Convênio nº 12, de 2010, que entre si fazem o Senado Federal e o Banco ABN AMRO REAL S/A., para empréstimos a Senadores e Servidores, sob consignação em folha de pagamento..... 06250

SENADO FEDERAL

4 – COMPOSIÇÃO DO SENADO FEDERAL

5 – COMISSÕES PARLAMENTARES DE INQUÉRITO

6 – COMISSÕES TEMPORÁRIAS

7 – COMISSÕES PERMANENTES E SUAS SUBCOMISSÕES

CAE – Comissão de Assuntos Econômicos
CAS – Comissão de Assuntos Sociais

CCJ – Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania

CE – Comissão de Educação, Cultura e Esporte

CMA – Comissão de Meio Ambiente e Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle

CDH – Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa

CRE – Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional

CI – Comissão de Serviços de Infra-Estrutura

CDR – Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo

CRA – Comissão de Agricultura e Reforma Agrária

CCT – Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática

8 – CONSELHOS E ÓRGÃOS

Corregedoria Parlamentar (Resolução nº 17, de 1993)

Conselho de Ética e Decoro Parlamentar (Resolução nº 20, de 1993)

Procuradoria Parlamentar (Resolução nº 40, de 1995)

Conselho do Diploma Mulher-Cidadã Bertha Lutz (Resolução nº 2, de 2001)

CONGRESSO NACIONAL

9 – CONSELHOS E ÓRGÃOS

Conselho da Ordem do Congresso Nacional (Decreto Legislativo nº 70, de 1972)

Conselho de Comunicação Social (Lei nº 8.389, de 1991)

Representação Brasileira no Parlamento do Mercosul (Resolução nº 2, de 1992)

Comissão Mista de Controle das Atividades de Inteligência – CCAI (Lei nº 9.883, de 1999)

Ata da 24^a Sessão Especial, em 8 de março de 2010

4^a Sessão Legislativa Ordinária da 53^a Legislatura

Presidência do Sr. Marconi Perillo

(Inicia-se a Sessão às 11 horas e 33 minutos, e encerra-se às 12 horas e 24 minutos)

O SR. PRESIDENTE (Marconi Perillo. PSDB – GO) – Declaro aberta a sessão.

Sob a proteção de Deus, iniciamos nossos trabalhos.

A presente sessão especial destina-se a comemorar o lançamento da Campanha da Fraternidade Ecumênica de 2010, cujo tema será Economia e Vida, nos termos do Requerimento nº 102, de 2010, de iniciativa do Senador Marconi Perillo e outros Senadores e Senadoras.

O SR. PRESIDENTE (Marconi Perillo. PSDB – GO) – Tenho a honra de convidar para compor a Mesa o Exmº Sr. Senador Marco Maciel, ex-Vice-Presidente da República, que nos honra com a sua presença –. S. Ex^a que sempre faz questão de prestigiar e homenagear a CNBB e todas as demais instituições por ocasião do lançamento da Campanha da Fraternidade. Convido o Bispo Primaz da Igreja Episcopal Anglicana do Brasil e Diocesano da Diocese Anglicana de Brasília, Excelentíssimo Reverendíssimo Dom Maurício José Araújo de Andrade; o Presidente do Conselho Nacional de Igrejas Cristãs do Brasil, Reverendíssimo Senhor Pastor Sinodal Carlos Augusto Möller; o Membro da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil, Reverendíssimo Senhor Padre Nelito Dornelas; o Secretário Executivo do Conselho Nacional de Igrejas Cristãs do Brasil (Conic), Reverendíssimo Senhor Luiz Alberto Barbosa; a Coordenadora da Ação Ecumênica de Mulheres, Sr^a Mariana Kirst.

Sejam todos muito bem-vindos!

Gostaria de cumprimentar a Procuradora de Justiça do Ministério Público e do Distrito Federal, Excelentíssima Sr^a Maria de Lourdes Abreu. É uma honra tê-la aqui.

Olhar o próximo como um semelhante independentemente de sua origem, credo ou etnia, permanece como um dos maiores desafios da humanidade nesta primeira década do terceiro milênio, sobretudo quando se consideram os valores religiosos de cada um.

Apesar da diversidade cultural ser uma das marcas da sociedade do conhecimento, quando a questão é a escolha religiosa de cada cidadão, não raro, vê-se

uma tendência etnocêntrica em que se deseja impor ao próximo determinado caminho para o reencontro com a palavra de Cristo.

A Campanha da Fraternidade Ecumênica, por meio do Conselho Nacional de Igrejas Cristãs do Brasil (Conic), busca exatamente romper barreiras e fronteiras entre as diversas religiões para mostrar que o diálogo entre as diferentes denominações cristãs é possível, sobretudo se o desejo for edificar a unidade da Igreja de Cristo.

Como diz a mensagem inicial do Conic:

As Igrejas-membro se reconhecem convocadas por Cristo à unidade de sua Igreja, na certeza da atuação do mesmo Cristo e do seu Espírito nelas e através delas. A serviço da unidade das Igrejas, o Conic empenha-se em acompanhar a realidade brasileira confrontando-a com o Evangelho e as exigências do Reino de Deus.

É importante salientar que a CNBB, ao longo das últimas décadas, tem priorizado temas sociais de extraordinária relevância para o nosso cotidiano, especialmente temas que têm a ver com o desempenho das pessoas mais pobres do País e, principalmente, no combate à exclusão social e às discrepâncias regionais. A CNBB e a Igreja Católica, ao longo dos anos têm priorizado temas do cotidiano, temas que são relevantíssimos para a sociedade.

Agora além da CNBB, temos também o Conic e todas as demais Igrejas Cristãs que se associam para a realização dessa Campanha Ecumênica.

É esta, também, a mensagem deixada pela oração proposta pelo Conic: “

Senhor mostra-nos tua misericórdia e, pelo poder do teu Espírito, dissipa as divisões entre os cristãos, a fim de que tua Igreja aparesenta, nitidamente, como um sinal visível entre as nações.

Senhor, dá-nos um novo amor, uma verdadeira sabedoria e um novo entusiasmo na busca de unidade, para que a mensagem eterna de teu Filho seja aceita por todos como uma boa nova.

Neste ano, a Igreja Católica, a Igreja Evangélica de Confissão Luterana do Brasil, a Igreja Presbiteriana Unida do Brasil e a Igreja Síriam Ortodoxa da Antioquia, como membros do Conselho Nacional de Igrejas Cristãs do Brasil (Conic), apresentam a III Campanha da Fraternidade Ecumênica com o tema: "Vocês não podem servir a Deus e ao Dinheiro".

Sem dúvida, trata-se de um tema que conclama todos a "colaborar na promoção de uma economia a serviço da vida, fundamentada no ideal da cultura da paz, a partir do esforço conjunto das Igrejas Cristãs e de pessoas de boa vontade, para que todos contribuam na construção do bem comum em vista de uma sociedade sem exclusão".

De fato, há que se refletir sobre o papel da acumulação das riquezas materiais, sobretudo quando se considera o descompasso entre o desenvolvimento e os recursos das diversas partes do Globo.

De um lado, vemos os mercados na Europa e na América do Norte, ou seja, do hemisfério norte, chearem ao ápice da sociedade de consumo num mundo dominado pela tecnologia em favor do homem. De outro, principalmente no hemisfério sul, verifica-se o atraso na maior parte do continente africano, e também na América Latina, com países devastados por epidemias e carente de elementos básicos de infraestrutura para garantir a sobrevivência do povo em condições minimamente dignas.

O Brasil, apesar de ser considerado a 8^a economia do mundo, é quase a 80^a pior economia em termos de distribuição de renda. Isso é muito grave. E a Campanha da Fraternidade nos chama à reflexão também a esse respeito.

Nós, na América Latina, devemos também ser concitados a refletir sobre o papel das riquezas e da economia no sentido de construirmos uma sociedade sem exclusão, base para o desenvolvimento sustentável.

Não se pode pensar no Brasil desenvolvido com um contraste tão grande entre as classes sociais não só em termos de poder aquisitivo, mas também em relação ao acesso aos equipamentos públicos, aos serviços públicos, à saúde, à segurança, à educação, ao saneamento básico, à moradia e a tudo que pode ser democraticamente distribuído à sociedade e aos seus cidadãos.

Por isso, o tema da Campanha da Fraternidade Ecumênica deste ano revela-se de extrema pertinência, sobretudo porque ser fraterno é perceber o sofrimento do próximo e promover a partilha entre todos nós, para construirmos uma sociedade mais justa e inclusiva.

Não podemos ser omissos diante das injustiças que causam a exclusão social e a miséria, em particu-

lar nós que exercemos um mandato popular e temos o dever de tomar decisões em nome do conjunto da sociedade brasileira, repito, especialmente da sociedade excluída.

Nosso compromisso, como parlamentares ou gestores do Estado, deve ser – sem qualquer dúvida – promover o bem público, a edificação de uma economia fraterna e solidária para que o Brasil seja governado e gerido pelo espírito cristão de respeito ao próximo, da liberdade de expressão e, acima de tudo, da liberdade de credo.

Temos certeza de que os objetivos da III Campanha da Fraternidade Ecumênica alinharam-se com os mais nobres propósitos para a construção de um novo Brasil, de um novo mundo, onde, irmanados pelo mesmo espírito de renovação em Cristo, possamos seguir de mãos dadas, independentemente da convicção religiosa de cada um.

De minha parte, senhoras e senhores, é uma honra poder presidir esta sessão de hoje e, sobretudo, ter tido a iniciativa, ao lado de outros Senadores, como o Senador Marco Maciel, de propor a realização desta sessão solene em homenagem ao CNBB e ao Conic pela iniciativa do lançamento da Campanha da Fraternidade Ecumênica deste ano.

Muito obrigado a todos pela presença e tenho a satisfação de convidar o Exmº Sr. ex-Vice Presidente da República e Senador da República pelo Estado de Pernambuco para falar a todos os senhores e senhoras, fazendo o seu pronunciamento.

O SR. MARCO MACIEL (DEM – PE. Pronuncia o seguinte discurso. Com revisão do orador.) – Exmo. Sr. Senador Marconi Perillo, 1º Vice-Presidente da Mesa do Senado Federal e autor do requerimento que convocou a presente sessão em comemoração ao lançamento da Campanha da Fraternidade Ecumênica de 2010, cujo tema será Economia e Vida; Exmº Revmº Dom Maurício José Araújo de Andrade, Bispo Primaz da Igreja Episcopal Anglicana do Brasil e Diocesano da Diocese Anglicana de Brasília; Srª Maria de Lourdes Abreu, Procuradora da Justiça do Ministério Público da União e do Distrito Federal; Revmº . Pastor Sinodal Carlos Augusto Möller, Presidente do Conselho Nacional de Igrejas Cristãs no Brasil; Revmº Padre Nelito Dornelas, membro da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil, Revmº . Luiz Alberto Barbosa, Secretário Executivo do Conselho Nacional de Igrejas Cristãs do Brasil – Conic; Srª Mariane Kirst, Coordenadora da Ação Ecumênica de Mulheres.,

Sr. Presidente, Senador Marconi Perillo, Srªs e Srs. Senadores, gostaria de iniciar, lembrando que a Igreja Católica Apostólica Romana vem, ao longo desses últimos 40 anos, realizando, no período quaresmal,

essas Campanhas da Fraternidade. A maioria delas feitas especificamente sob a coordenação da CNBB; outras, como as ocorridas em 2000 e 2005, de caráter ecumênico, associando, assim, muitas outras confissões religiosas. Não podemos deixar de mencionar aqui, por oportuno, como já o fez o Senador Marconi Perillo, a Igreja Católica e Apostólica, pois fundamentada em Jesus Cristo, sobre o alicerce dos Apóstolos, e, consequentemente, integrando o Conic. Além disso, a Igreja Evangélica de Confissão Luterana no Brasil (IECLB), com sede em Porto Alegre, que tem seu fundamento em Jesus Cristo e na fé apostólica; a Igreja Episcopal Anglicana do Brasil (IEAB); a Igreja Presbiteriana Unida do Brasil (IPU); e, por fim, a Igreja Síria Ortodoxa de Antioquia (ISOA), uma das Igrejas Orientais que tem suas raízes, como nós sabemos, na comunidade de Antioquia, fundada sobre o alicerce dos Apóstolos. “Foi em Antioquia, a lembrança da CNBB, que pela primeira vez os discípulos foram designados com o nome de cristãos” (Atos dos Apóstolos 11,26).

Julgo ser importante lembrar que durante as campanhas que a CNBB promove nesse período da Quaresma, que é um período de modificação, mas também um período de grande apelo para a conversão, a Igreja Católica tem se esmerado em tratar de assuntos considerados relevantes para a vida social de nosso País.

Enfim, é um exercício de reflexão crítica para que possamos dar um encaminhamento correto às grandes aspirações do nosso povo.

Dom Odilo Scherer, Cardeal Arcebispo de São Paulo, recordou, em um dos seus artigos, que o lema da Campanha deste ano, “Vós não podeis servir a Deus e ao dinheiro” (Mt 6,24), “tem inegável pertinência e atualidade”, sendo a atividade econômica um dos âmbitos fundamentais “para a promoção e o exercício da fraternidade”.

O Arcebispo considera que a recente crise financeira – como a isto também aludiu o Senador Marconi Perillo – de caráter mundial demonstrou mais uma vez que a economia sem critérios éticos, ou com critérios equivocados, não tem bases sólidas e suas consequências são a pobreza e o sofrimento de muitas pessoas, grupos e nações.

A atividade econômica, que tem como objetivo supremo, em vez do suprimento das necessidades básicas do ser humano, o lucro a qualquer preço e o acúmulo sempre maior de bens, gera multidões de famintos, deixados à margem do grande giro econômico, e, portanto, excluídos do bem comum.

Além disso, prossegue o Arcebispo, a lógica econômica que “privilegia a produção e o consumo de superfluos também se torna uma grave ameaça à sustentabilidade da vida do planeta Terra”. E, de fato, os últimos acontecimentos que temos presenciado, tsunamis, terremotos, maremotos, etc., são fatos que não podem deixar de merecer uma reflexão de nossa parte e buscar, quem sabe, um desenvolvimento caracterizado pela sustentabilidade. Pena que a reunião de Estocolmo não tenha avançado nesse campo tão importante e tão agudo para a vida da nossa civilização.

O Arcebispo de São Paulo recorda ainda que o Papa Bento XVI, na encíclica *Caritas in veritate*, assinala que o progresso dos povos só será autêntico se tiver em conta o bem de todas as pessoas e da pessoa toda, enfim, de todo o homem e do homem todo.

“O amor servil ao dinheiro” – diz Dom Odilo – chama-se “avareza e pode transformar-se em verdadeira idolatria, levando o homem a sacrificar tudo, mesmo os valores éticos, a saúde e a própria dignidade, para acumular bens”.

Neste ano, já se referiu o Senador Marconi Perillo, Vice-Presidente do Senado Federal, a Campanha da Fraternidade nos convida a aprofundar, durante a Quaresma, o tema “Economia e Vida”, e o lema “Vós não podeis servir a Deus e ao dinheiro”.

A situação social e econômica do nosso tempo nos desafia, cristãos e não cristãos, a nos colocar seriamente diante do problema: se as atividades econômicas pessoais da sociedade como um todo e as do Estado estão, de fato, a serviço da fraternidade e da vida ou estão sendo campo de profundas injustiças, de dor e de morte?

De fato, muitas vezes, essas atividades tornam difícil e até sufocam a vida de tantas pessoas, amplas camadas sociais e de povos inteiros, que continuam na pobreza, à margem do desenvolvimento verdadeiro e privados dos bens necessários à vida digna. Aliás, sobre esse assunto, é bom lembrar que encíclica do Papa Bento XVI feriu com muita profundidade essa questão.

Sr. Presidente, antes de encerrar minhas palavras para que possamos ouvir outros oradores, desejo expressar, mais do que a convicção, a certeza de que a Campanha da Fraternidade deste ano vem fertilizar o debate em torno de políticas de desenvolvimento nacional.

Enfim, o verdadeiro desenvolvimento é aquele que está atento à sociedade como um todo, capaz de atender às suas demandas não somente no campo econômico, mas também no campo social, político e cultural, para que tenhamos uma Nação atenta ao que o homem precisa: pão, justiça e liberdade.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Marconi Perillo. PSDB – GO) – Concedo a palavra ao Exmº Sr. Senador Acir Gurgacz, pela Liderança do PDT.

O SR. ACIR GURGACZ (PDT – RO. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. 1º Vice-Presidente da Mesa do Senado Federal e subscritor da presente sessão, Exmº Senador Marconi Perillo, Exmº Sr. Senador Marco Maciel; Sr. Bispo Primaz da Igreja Episcopal Anglicana do Brasil e Diocesano da Diocese Anglicana de Brasília, Exmº Revmº Dom Maurício José Araújo de Andrade; Procuradora de Justiça do Ministério Público da União e do Distrito Federal, Exmª Srª Maria de Lourdes Abreu; Presidente do Conselho Nacional de Igrejas Cristãs do Brasil, Revmº Sr. Pastor Sinodal Carlos Augusto Möller; Membro da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil, Revmº Sr. Padre Nelito Dornelas; Secretário Executivo do Conselho Nacional de Igrejas Cristãs do Brasil (Conic), Revmº Sr. Luiz Alberto Barbosa; Coordenadora de Ação Ecumênica de Mulheres, Srª Mariane Kirst; Srªs e Srs. Senadores, senhoras e senhores, aproveito a oportunidade, neste Dia Internacional da Mulher, para parabenizar todas as mulheres do Estado de Rondônia e do Brasil, bem como todas as mulheres aqui presentes.

Nesta sessão sobre o lançamento da Campanha da Fraternidade de 2010, é preciso delimitar muito bem a relação do ser humano com o dinheiro.

Há uma diferença entre ser servo do dinheiro e ter o dinheiro como recompensa indireta de um trabalho bem realizado. Aquele que é servo do dinheiro faz de tudo para obtê-lo. Ele obedece às ordens que o dinheiro dá para que ele esteja sempre perto dele. O servo do dinheiro fica cego e não enxerga nada ao seu redor, enxerga apenas o dinheiro. Para ele, tudo passa a ser moeda. Nada mais faz sentido sem que o lucro seja a sua finalidade. Aquele que vê o dinheiro como recompensa de um trabalho eficiente, de um trabalho bem feito, sabe que o progresso é o seu real pagamento. Ele não explora, divide. Ele não simplesmente acumula, ele investe e reinveste. Ele vê o desenvolvimento ao seu redor, fruto do seu trabalho, de sua organização e fica feliz porque esse progresso atinge outras pessoas, sejam elas coordenadas por ele ou não.

Aquele que não é um servo do dinheiro vê a moeda como uma ferramenta para atingir um objetivo. O servo do dinheiro vê a moeda como finalidade, uma em cima da outra, objetivo que justifica qualquer meio para atingi-lo.

A Campanha da Fraternidade deste ano, pela terceira vez uma campanha ecumênica, reunindo as igrejas cristãs, trata exatamente da diferença entre esses dois tipos humanos que delineei agora: aquele

que é o servo da moeda e aquele que não o é. O seu tema é “Economia e vida”, com o lema “Vocês não podem servir a Deus e ao Dinheiro”. Esta frase, atribuída a Jesus Cristo pelo Apóstolo Mateus, mostra bem a sabedoria infinita do Filho de Deus, uma sabedoria realmente divina.

Se formos analisar profundamente, todos os problemas da humanidade, desde que o homem é homem, têm sua raiz no acúmulo de bens, na ansiedade e na ambição por posses. Ainda não encontramos um meio termo, um equilíbrio de conviver com a riqueza. A Campanha da Fraternidade quer, exatamente, colocar isso em discussão.

Esse tema, principalmente aqui no Brasil, está intimamente ligado à política. Muito se vê em nosso País, em noticiários recentes, casos claros de homens e mulheres investidos em cargos públicos que se mancham em nome do dinheiro. Tomo esse exemplo porque considero que seja a mais alta traição para com o povo, o eleitor, aquela pessoa que compra e fura o voto das pessoas nas eleições para depois servir não mais ao povo, mas ao dinheiro. Assim, coloca como foco de sua atuação pública o enriquecimento próprio, a criação de esquemas e a modificação de leis em benefício próprio. Assim, o homem ou a mulher, que deveria ser público, torna-se um legítimo adorador da moeda, do dinheiro.

Um comportamento assim, tão comum nos dias atuais, bate de frente com princípios que foram explanados de forma tão clara no lançamento da Campanha da Fraternidade deste ano. Um deles diz que “bem comum é o conjunto de condições sociais que permitem e favorecem às pessoas o desenvolvimento integral da personalidade”. Outro, uma citação do Papa Pio XII, afirma que “a riqueza de uma nação não se mede por critérios quantitativos, mas pelo bem-estar do seu povo”. Ou seja, situações que exigem uma consciência coletiva muito bem definida e representantes do povo totalmente em harmonia com os seus direitos e deveres.

Tudo isso em benefício da coletividade, porque é sobre isso que fala a Campanha da Fraternidade deste ano, sobre a necessidade de a sociedade global encontrar um novo modelo econômico no qual o bem da maioria se sobreponesse ao bem daqueles que atendem somente ao dinheiro, como se este fosse o seu senhor.

Essa intenção aparece, mais uma vez, no pronunciamento do lançamento da campanha com a seguinte expressão:

“Este trabalho demonstra concretamente o esforço que desenvolveram para a união de todos os que creem em Jesus Cristo, no

sentido de realizar o projeto do Reino de Deus na vida das pessoas, visando um mundo mais justo e fraterno”.

Este mundo mais justo e fraterno necessita, sim, desse novo modelo econômico. E não estamos falando aqui de um modelo que desprestigue a iniciativa e o empreendedorismo. Isso não! Isso já foi tentado em experiências historicamente fracassadas, e aprendemos a lição. Esse novo modelo requer uma harmonia que, provavelmente, estará calcada em alguns itens, como: o direito igualitário à educação e à saúde em todos os níveis, a segurança; a conscientização das vantagens da coletividade e das desvantagens da individualidade; a certeza de que o povo não precisa apenas das condições mínimas de sobrevivência – todos merecemos muito mais.

Esse novo modelo econômico precisa ter valores como os que conseguimos assimilar com a leitura de duas passagens de Mateus, muito bem selecionadas para serem vistas associadas à Campanha da Fraternidade de 2010. A primeira delas em Mateus, capítulo 6, versículo 19: “Não acumuleis para vós tesouros na terra, onde as traças e os vermes arruínam tudo, onde os ladrões arrombam as paredes para roubar, mas acumulai para vós tesouros no céu”.

A segunda, no capítulo 6, versículo 24: “Ninguém pode servir a dois senhores: ou odiará um e amará o outro, ou se apegará a um e desprezará o outro. Não podeis servir a Deus e ao dinheiro”.

Podemos apenas servir uns aos outros para, juntos, servirmos a Deus. E, quando servimos a Deus, estamos servindo a ninguém mais do que à coletividade propriamente dita, em escala mundial, porque é basicamente essa a lição que absorvemos das palavras de Cristo, das palavras de Deus.

Esse modelo econômico, volto a frisar, precisa ter como finalidade não a divisão do que já existe, mas, sim, a multiplicação e a distribuição. Como afirmei desde o início, a riqueza pode ter as duas faces: o prêmio ao trabalho bem realizado ou a prisão daquele que adora o dinheiro. E, no primeiro caso, ela se distribui sozinha, pois quem reconhece o trabalho bem realizado e a necessidade de sua valorização por si só já impede o acúmulo tão prejudicial.

Para atingir o objetivo desse novo modelo econômico e até mesmo social, é preciso ter em mente também a harmonia entre o bem comum e o bem particular.

Cito mais uma vez um trecho do discurso do lançamento da Campanha da Fraternidade:

Para se estender a conciliação entre o Bem Comum e o Bem Particular, é indispensá-

vel o exercício de duas Virtudes: a Caridade e a Justiça, que são o liame interior da vida social. A primeira, ‘A CARIDADE’, ensina a vencer o egoísmo e incute a consciência de sociedade que une todas as pessoas; a segunda, ‘A JUSTIÇA’, estabelece o reconhecimento e o respeito aos direitos do ‘outro’, seja este o insocial intermediário, ou a própria sociedade.

Caridade e Justiça seriam, então, o segredo para chegarmos a esse novo modelo econômico? Provavelmente, sim. Mas não a caridade que nos remete a dar esmolas. Não é isso. A citação que fiz é clara: a Caridade que ensina a vencer o egoísmo! E a Justiça que define o que é de direito de cada um de nós.

Tenho certeza de que estão, nessas duas palavras, as chaves para que sejam respondidas as perguntas que são levantadas pela Campanha da Fraternidade deste ano. São elas: como a fé cristã pode inspirar uma economia que seja dirigida para a satisfação das necessidades humanas e para a construção do bem comum? Em que medida existe responsabilidade das pessoas em relação à economia e como isso afeta a vida das pessoas e do meio ambiente? Que aspectos de conversão pessoal e de mudança estrutural poderiam ser considerados, para que, de fato, a economia esteja a serviço da vida, promovendo o bem comum? E, talvez, a principal pergunta seja: como fazer para que essas preocupações não sejam transitórias, mas se tornem, de fato, balizamento moral permanente?

Isso porque essa preocupação não deve ser apenas tema de discussão ao longo de um ano. Não deve ser esquecida. Deve ser um questionamento constante e em busca de soluções que atrevessem gerações. Afinal de contas, sabemos que todo modelo pode ter seu melhor ponto de partida, seu melhor início, mas pode ser desvirtuado com o tempo. Cabe a nós, homens e mulheres de consciência da coletividade, estarmos atentos aos vícios que surgirem no meio do percurso e estarmos prontos para conduzir a sociedade para o caminho correto, o caminho que já nos foi ensinado.

Quero cumprimentar e parabenizar nosso Senador, o 1º Vice-Presidente Senador Marconi Perillo, pela proposição desta sessão que homenageia a iniciativa das Igrejas cristãs com a realização da Campanha da Fraternidade.

Muito obrigado. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Marconi Perillo. PSDB – GO) – Concedo a palavra ao Exmº Sr. Senador, ex-Governador da Paraíba e ex-Prefeito de João Pessoa, Cícero Lucena.

O SR. CÍCERO LUCENA (PSDB – PB. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Pre-

sidente Marcone Perillo, ao cumprimentá-lo na Mesa, também o cumprimento pela iniciativa desta sessão, juntamente com o Senador Marco Maciel. Eu gostaria de cumprimentar também o Bispo Primaz da Igreja Episcopal Anglicana do Brasil e Diocesano da Diocese Anglicana de Brasília, Ex^{mo} Rev^{mo} Dom Maurício José Araújo de Andrade; bem como a Procuradora de Justiça do Ministério Público da União e do Distrito Federal, Ex^{ma} Sr^a Maria de Lourdes Abreu; o Presidente do Conselho Nacional de Igrejas Cristãs do Brasil, Rev^{mo} Sr. Pastor Sinodal Carlos Augusto; o Membro da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil, Rev^{mo} Sr. Padre Nelito Dornelas; o Secretário Executivo do Conselho Nacional de Igrejas Cristãs do Brasil (Conic), Rev^{mo} Sr. Luiz Alberto Barbosa; e a Coordenadora da Ação Ecumênica de Mulheres, Senhora Mariane Kirst; Sr^{as} e Srs. Senadores, celebrar a Campanha da Fraternidade Ecumônica de 2010 fortalece a instituição e demonstra o grau de interação social do Senado Federal com os temas que norteiam o dia a dia dos brasileiros.

A Campanha da Fraternidade deste ano nos faz refletir sobre pressupostos importantes. Segundo estudo da Professa Tânia Bacelar, da Universidade Federal de Pernambuco, “uma economia a serviço da vida e uma sociedade sem exclusões, com cultura de solidariedade e paz”.

O Conic, Conselho Nacional de Igrejas Cristãs do Brasil, é responsável pela Campanha deste ano. São membros do Conselho a Igreja Católica Apostólica Romana, a Igreja Episcopal Anglicana do Brasil, a Cristã Reformada, a Presbiteriana Unida do Brasil, a Evangélica de Confissão Luterana no Brasil e a Igreja Síria Ortodoxa de Antioquia.

Esta é a terceira Campanha da Fraternidade Ecumônica e tem como tema “Economia e Vida” e como lema “Vocês não podem servir a Deus e ao Dinheiro”, inspirado no Evangelho de Mateus. Um esforço das Igrejas para contribuir num debate sobre os caminhos da economia atual, mas, sobretudo, despertar para os desafios do Brasil, um País com crescimento acentuado e que precisa construir nas suas bases uma “economia para a vida”.

Um bom exemplo nasceu em 1991, com Chiara Lubich, em São Paulo, a “Economia de Comunhão”, que envolve empresários, trabalhadores, gestores, consumidores, cidadãos, estudiosos e demais operadores econômicos. Foi lançada a fim de construir e apresentar uma sociedade na qual, à imitação da primeira comunidade de Jerusalém, “entre eles não havia necessitados”.

As empresas são a espinha dorsal do projeto e livremente decidem colocar em comunhão os lucros

da empresa segundo três finalidades de igual importância: ajudar, difundir e desenvolver:

– Ajudar as pessoas que estão em dificuldade, criando novos postos de trabalho, e satisfazer as suas necessidades básicas através de projetos de desenvolvimento, começando com aqueles que partilham o espírito do projeto.

– Difundir a “cultura do dar” e da reciprocidade, sem a qual é impossível realizar uma Economia de Comunhão.

– Desenvolver a empresa, que deve permanecer eficiente e competitiva, enquanto se abre à gratuidade.

Além disso, a “Economia de Comunhão” dá origem a polos produtivos nas cidades do Movimento dos Focolares, a fim de mostrar um local industrial *sui generis*, laboratório vivo de uma economia de comunhão.

Nos primeiros anos, o projeto teve repercussão imediata, não apenas na América Latina, onde foi lançado, mas também nos outros continentes. Até hoje, aderiram cerca 754 empresas de vários tamanhos.

É um exemplo magnífico que há cerca de 50 anos está presente na vida de milhares de brasileiros. Mas o exemplo da Economia de Comunhão é destoante aos interesses do motor do mundo capitalista contemporâneo. Para despertar a reflexão sobre esse estilo selvagem de vida, as cinco igrejas, que se reúnem no Conselho Nacional de Igrejas Cristãs, preparam um documento ecumônico que será analisado e estudado em 50 mil comunidades.

Sobre esse estudo, e com uma ótica direcionada ao que propõe a Campanha da Fraternidade, o professor emérito da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo, José de Souza Martins, sociólogo, desenvolveu o artigo “As igrejas e o espelho de Alice. Uma nova interpretação para o clássico *Alice nos países das maravilhas*”.

O professor, no seu trabalho, escreveu:

Não resisto à tentação de invocar duas interpretações opostas do dinheiro, mas complementares, para, à luz delas, desenvolver minha compreensão do documento e do tema da Campanha da Fraternidade de 2010, “Economia e vida”.

A primeira interpretação é a que ouvi de um caboclo simples, no sertão do Mato Grosso, nos anos 1970. Na nossa conversa, disse-me que “o dinheiro é a Besta-Fera”, numa alusão à célebre entidade do Livro do Apocalipse e à narrativa do fim dos tempos.

No seu fundamentalismo simples, explicou-me (o caboclo do Mato Grosso) que bas-

tava somar o valor das notas do nosso papel-dinheiro em circulação na época, o cruzeiro: 500, 100, 50, 10, 5 e 1. O resultado era 666, o número da Besta.

O poder da Besta [dizia ele] é o poder de fazer o contrário do que Deus faz. A Besta é o antagônico, o avesso. Essa é uma ideia difundida na nossa cultura popular e preâmbulo seguro para a recepção da mensagem da Campanha da Fraternidade.

Do outro lado do mundo, nos anos 1920, Sir Dennis Robertson, professor de Economia na Universidade de Cambridge, publicava um precioso livro sobre o dinheiro, traduzido para o português com o título de *A Moeda*. Robertson era especialista em escrever com clareza sobre assuntos complicados como esse.

No livro, adotou o critério didático de abrir cada capítulo com uma epígrafe tirada de um dos dois livros de Lewis Carroll – *Alice no País das Maravilhas* e *Alice do Outro Lado do Espelho*. São obras-primas da literatura do absurdo, densa e complexas. Ao atravessar o espelho, Alice se vê aprisionada no mundo dos avessos, que as epígrafes de Robertson sugerem ser o mundo regido pela mesma lógica que rege o mundo do dinheiro. Quanto mais Alice caminha, mais longe fica de onde quer chegar. Isso já nos diz tudo.

A Campanha da Fraternidade deste ano tem como mote “Vocês não podem servir a Deus e ao dinheiro” (Mateus 6:24). Infelizmente, um dos disseminados efeitos da lógica dos avessos é justamente o da realidade de se poder servir a Deus e ao dinheiro, pois é ela a realidade dos duplos, da unidade dos contrários, que é o motor do mundo contemporâneo.

Na falta de alternativa, alguns o fazem sem temor nem tremor. Nesse sentido, a proposição das cinco igrejas que se reúnem no Conic – Conselho Nacional de Igrejas Cristãs –, responsável pelo documento ecumênico que será analisado e estudado em 50 mil comunidades, é uma proposição de certo modo aquém da encíclica de Bento XVI, *Caritas in veritate*.

Na encíclica, o Papa vai diretamente ao ponto, que é o da alienação do homem moderno, que pensa ser uma coisa sendo outra, agindo, portanto, como duplo, sem saber que duplo é. O Papa cita o famoso ensaio de Karl Marx sobre a alienação, dos Manuscritos Econômicos e Filosóficos, alienação que constitui o traço fundamental e irremediável da modernidade.

Nessa invocação, ele evita o economicismo e o materialismo das esquerdas religiosas que sucumbiram às simplificações do que Georg Lukács definia como marxismo vulgar. Na perspectiva da catolicidade das igrejas, incluídas as ortodoxas e protestantes que, nesse sentido, também são católicas, isto é,

universais, as vítimas da degradação materialista da economia não são apenas os pobres, mas são todos. Por aí, comprehendo a pobreza, portanto, não apenas nem simplesmente como pobreza econômica, de não ter o que comer e os meios para produzir o que comer, mas fundamentalmente como pobreza de esperança, o que para muitos inclui a pobreza de fé.

Nesse sentido, o documento do Conic pode parecer, à primeira vista, e assim já vem sendo tratado pelos críticos, um documento ingênuo.

Aquelas ideias não têm a menor condição de se efetivarem em face do poder de alienação da economia moderna e, mais do que o poder, o fascínio que a própria alienação representa. Nisso está o que o caboclo do Mato Grosso vê como diabólico e o erudito Denis Robert vê como absurdo.

De fato, o documento da Campanha da Fraternidade deste ano é um documento ingênuo por representar uma insurgência contra um poder aparentemente invencível. Mas com tanta gente falando gratuita e ingenuamente bem desse poder, no mundo inteiro, todos os dias do ano, não é demais que haja quem, como o Conic e nele a CNBB, no minúsculo fragmento de uma Quaresma, dele fale de vida e legitimamente mal.

Essa ingenuidade é um dos poderosos ingredientes do mundo dos avessos. Ela constitui um daqueles resíduos do poder de que nos fala Henri Lefebvre, expressão das contradições da ordem dominada pelo afã do lucro e pela coisificação do homem pela trama das relações econômicas que faz, como diz Marx, com que a coisa pareça gente e atue como gente e o homem pareça coisa e como coisa tenha que viver o drama de sua coisificação.

Essa ingenuidade vem explodindo em todos os cantos, desde a Revolução Industrial, e ganhou força política no século XVIII, no que o historiador inglês Edward Thompson, em famoso estudo, chamou de economia moral da multidão. Aludia ele à reação irracional, porque contra a lógica dos preços, dos moradores do bairro de Santo Antônio, em Paris, contra o preço do pão. Sua reação se alastrou, a Bastilha foi derrubada. Foram eles que, com sua ingênuas concepções de economia, abriram as portas para as novas ideias políticas que se consumaram na Revolução Francesa.

Os estudos sobre economia moral disseminaram-se para compreender as irracionalidades políticas na Ásia pobre e convulsionada das últimas décadas. Vai ficando claro que a economia moral é, na verdade, o miolo de um movimento social que chegou à América Latina nos anos de 1980, sobretudo por via religiosa.

O documento do Conic é uma das expressões desse movimento a seu modo inovador. Não por acaso há nele ecos do ideário do Fórum Social Mundial, do

MST, das pastorais sociais da Igreja Católica e, portanto, de setores que se tornaram decisivos na ascensão política do PT e de Lula. Não obstante, bem lido, o documento é uma crítica ao PT e ao Governo Lula, que, como Alice, atravessou o espelho e se perdeu no caminho de ida.”

Escreveu o Professor José de Souza Martins, professor emérito da Faculdade de Ciências e Letras Humanas da Universidade de São Paulo.

Portanto, Sr^{as}s e Srs. Senadores e convidados, quero concluir ressaltando mais uma vez o grau de importância desta sessão, chamando atenção para o debate ecumênico e com responsabilidade política sobre o atual momento econômico do Brasil, a nossa responsabilidade enquanto cristãos e o desenhar do futuro que queremos para uma Nação mais justa, mais humana e mais solidária.

Muito obrigado.

Que Deus proteja a todos! (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Marconi Perillo. PSDB – GO) – Antes de encerrar esta sessão, gostaria de cumprimentar todas as mulheres brasileiras, todas as mulheres que lutam no mundo inteiro por justiça, por paz, por fraternidade, por igualdade. Lembro aqui algumas que já se foram e outras que estão entre nós, como a grande poetisa do meu Estado Cora Coralina, Madre Teresa de Calcutá, Clarice Lispector, Cecília Meireles, Indira Ghandi, Zilda Arns, Olga Benário Prestes – morta pela Gestapo –, Anita Garibaldi, entre tantas e tantas outras que dedicaram uma vida pela poesia, pela literatura, pela cultura e, principalmente, pela paz e pela fraternidade. A todas as mulheres brasileiras, das mais simples e humildes às mais prestigiadas, o

meu abraço carinhoso, a reverência do Senado Federal, a homenagem do Senado Federal.

O Senado, amanhã, vai dedicar às mulheres uma sessão especial, em que, por meio do Prêmio Bertha Lutz, homenageará mulheres que tiveram e têm uma história muito relevante para o nosso tempo. De qualquer maneira, em nome do Senado Federal, quero desejar a todas muita luta e muitas realizações em suas vidas. Nós todos dependemos muito das nossas esposas – temos um carinho enorme pelas nossas esposas – e amamos as nossas mães. Eu tenho o privilégio de ter duas filhas e de ter excelentes auxiliares que são mulheres. Enfim, quero homenagear a todas as mulheres do Brasil nesta data tão importante.

Mais uma vez afirmo a minha alegria e a minha honra pela iniciativa desta sessão especial que objetivou homenagear o Conic e todas as instituições cristãs pela realização dessa Campanha da Fraternidade Ecumênica. Nós precisamos dessa unidade de todos os cristãos e de todas as igrejas que realmente trabalham pelo bem comum.

A todas as senhoras e senhores convidados que aqui vieram o meu muito obrigado, e a todos os telespectadores, a todos os ouvintes um grande abraço. Parabéns ao Conic pela realização dessa Campanha da Fraternidade.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Marconi Perillo. PSDB – GO) – Está encerrada a sessão.

(Levanta-se a sessão às 12 horas e 24 minutos.)

Ata da 25ª Sessão, Não Deliberativa em 8 de março de 2010

4ª Sessão Legislativa Ordinária da 53ª Legislatura

Presidência dos Srs. Cícero Lucena, Papaléo Paes e Paulo Paim

(Inicia-se a Sessão às 14 horas e 11 minutos, e encerra-se às 16 horas e 24 minutos)

O SR. PRESIDENTE (Papaléo Paes. PSDB – AP)

– Há número regimental. Declaro aberta a sessão.

Sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos.

Sobre a mesa, aviso do Ministro de Estado da Justiça que passo a ler.

É lido o seguinte:

AVISO DO MINISTRO DE ESTADO DA JUSTIÇA

– Nº 326, de 3 de março do corrente, encaminhando informações em resposta ao Requerimento nº 1.480, de 2009, de autoria da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional.

O SR. PRESIDENTE (Papaléo Paes. PSDB – AP)

– As informações foram encaminhadas, em cópia, ao Requerente.

O requerimento vai ao Arquivo.

Sobre a mesa, requerimento que passo a ler.

É lido o seguinte:

REQUERIMENTO N° 178, DE 2010

Nos termos do Art. 218, inciso VII do RISF, Requeiro voto de pesar pelo falecimento do cantor regionalista gaúcho Jader Moreci Teixeira.

O Rio Grande do Sul está de luto. Um dos maiores ícones da cultura, da tradição e do regionalismo o cantor Jader Moreci Teixeira, mais conhecido como Leonardo faleceu aos 71 anos de idade, na madrugada de domingo, vítima de problemas renais. Jader Moreci Teixeira estava internado desde o dia 1º de março no Hospital de Viamão. O seu sepultamento ocorreu ontem no final da tarde.

Nascido em Bagé, na região da Campanha, próximo a fronteira com o Uruguai, Leonardo começou a trabalhar muito cedo sua trajetória artística começou no circo como palhaço Zé Sabugo. Aos 20 anos, já morando em Porto Alegre, fez dupla sertaneja com um amigo.

No anos 60, voltou-se ao regionalismo gaúcho e integrou o grupo Os Três Xirus. A partir de 1974 iniciou umas das carreiras solos de maior sucesso do sul do País.

Em 1982, acompanhado do grupo Os Serranos, ganhou a Califórnia da Canção Nativa de Uruguaiana, com a canção Tertúlia, que diz.

“É o batismo dos sem nome,
rodeio dos desgarrados/
Grito de alerta do pampa,
tribuna dos injustiçados/
Tertúlia é o canto sonoro,
sem fronteira ou aramado/
Onde o violão e o poeta
podem chorar abraçados”.

Mas o grande êxito de Leonardo foi sem dúvida uma canção escrita em 1978. Ela se tornou uma das mais populares, ouvidas e virou símbolo do Rio Grande do Sul.

E foi exatamente, aqui em Brasília, num churrasco organizado pela bancada gaúcha, em homenagem ao Presidente Lula, que Leonardo fez uma das melhores interpretações dessa canção...

... e ele se chama “Céu, Sol, Sul, Terra
e Cor”...

“Eu quero andar nas coxilhas
Sentindo as flexilhas das ervas do chão,
Ter os pés roseteados de campo,
Ficar mais trigueiro como o sol de verão.
Fazer versos cantando as belezas
Desta natureza sem par.
E mostrar para quem quiser ver
Um lugar pra viver sem chorar
É o meu Rio Grande do Sul
Céu, sol, sul, terra e cor!
Onde tudo o que se planta cresce
E o que mais floresce é o amor.
Eu quero me banhar nas fontes
E olhar horizontes com Deus,
E sentir que as cantigas nativas
Continuam vivas para os filhos meus.
Ver os campos floridos e
Crianças sorrindo felizes a contar!
E mostrar para quem quiser ver

Um lugar pra viver sem chorar
É o meu Rio Grande do Sul
Céu, sol, sul, terra e cor!
Onde todo o que se planta cresce
E o que mais floresce é o amor".

Muitas vezes tive oportunidade de conversar com ele e assistir seus shows. Ele era uma pessoa amável e de um forte espírito de solidariedade. Quem conhecia o Leonardo sabia que ele se indignava com injustiças praticadas contra crianças, jovens, idosos e mulheres. Ele foi lutador social.

Leonardo foi casado duas vezes, deixou um filho e dois netos. Aos seus familiares enviamos os nossos sentimentos de inestimável perda.

Para tanto gostaria que o presente voto fosse enviado para o Senhor Jader Moreci Teixeira Filho na Rua Vitória Régia, 150 – Bairro Querência – Viamão – RS – CEP 94400-050.

Sala das Sessões, 8 de março de 2010. – Senador **Paulo Paim**.

O SR. PRESIDENTE (Papaléo Paes. PSDB – AP) – A Presidência encaminhará o voto de pesar solicitado.

O requerimento que acaba de ser lido vai ao Arquivo.

O SR. PRESIDENTE (Papaléo Paes. PSDB – AP) – Encerrou-se na última sexta-feira o prazo para apresentação de emendas ao **Projeto de Resolução nº 3, de 2010**, de autoria do Senador Geraldo Mesquita Júnior, que altera o artigo nº 163 do Regimento Interno do Senado Federal para dispor sobre a prioridade regimental na elaboração da Ordem do Dia.

Ao Projeto foi oferecida uma emenda.

A matéria vai à Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, onde se encontra o **Projeto de Resolução nº 17, de 2009**, que altera o Regimento Interno do Senado Federal, uma vez que o projeto supracitado também modifica a referida Norma Interna, seguindo, posteriormente, à Comissão Especial para Reforma do Regimento Interno, para exame do projeto e da emenda.

É a seguinte a emenda:

EMENDA AO PROJETO DE RESOLUÇÃO N° 3, DE 2010

Acrescenta inciso ao art. 163 do RISF, constante do art. 1º do Projeto de Resolução.

O art. 163 do Regimento Interno do Senado Federal, constante do art. 1º do Projeto de Resolução nº 03, de 2010, é acrescido do seguinte inciso IV:

"Art. 163 -

IV – Os projetos de lei de autoria de Senadores que tenham pareceres apreciados há mais

de 180 (cento e oitenta dias) nas Comissões designadas." – Senador **José Nery**, PSOL/PA.

Justificação

A Ordem do Dia do Senado, devido às várias preferências regimentais, constitucionais e até mesmo de ordem política tem se transformado em uma impossibilidade de discussão dos temas mais ligados aos projetos originados nesta Casa, de autoria dos próprios Senadores.

O poder/dever de legislar transformou-se em simples conduta discursiva em torno dos temas inseridos por agentes que, ainda que detenham a legalidade para tanto, são externos ao Poder legislativo.

A insistência na conduta de inserção de temas não emanados dentro do Senado Federal tem sido uma constante. Os Senadores são reféns desse sistema e vêm seus projetos, em regra geral, serem seguidamente arquivados, esquecidos ou colocados em segundo plano.

O respeito à atividade legislativa constitucional delegada aos Senadores deve ser respeitada. Assim, acredito que os Projetos de Lei oriundos de Senadores devem ter, também, preferência regimental, sob pena de perdermos a habilidade que a Constituição nos outorga de transformação legislativa. Seremos, enfim, meros assistentes a discutir temas de outros, nem sempre de urgência e relevância.

Assim, os Projetos oriundos nesta casa que tenham parecer, favorável ou não, há mais de 180 (cento e oitenta) dias, nas comissões designadas ou indicadas durante seu percurso processual, devem ser ordenadas na Ordem do Dia para deliberação conjunta, restabelecendo assim a função constitucional original desta Casa. – Senador **José Nery**, PSOL/PA.

(À Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania e, posteriormente, à Comissão Especial para Reforma do Regimento Interno)

O SR. PRESIDENTE (Papaléo Paes. PSDB – AP)

– A Presidência comunica que recebeu o **Aviso nº 7, de 2010** - CN (nº 00115/2010, na origem, do Presidente do Tribunal de Contas da União), encaminhando ao Congresso Nacional, nos termos do § 4º do artigo 71 da Constituição Federal, o Relatório das Atividades do Tribunal de Contas da União, referente ao 4º trimestre do exercício de 2009.

O expediente lido vai à Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização.

Será feita comunicação à Câmara dos Deputados.

O SR. PRESIDENTE (Papaléo Paes. PSDB – AP)

– Sobre a mesa, mensagem do Presidente da República que passo a ler.

É lida a seguinte:

MENSAGEM

Nº 67, DE 2010

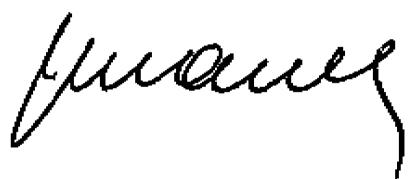
(nº 79/2010, na origem)

Senhores Membros do Senado Federal,

De conformidade com o art. 52, inciso IV, da Constituição, e com o art. 39 da Lei nº 11.440, de 29 de dezembro de 2006, submeto à apreciação de Vossas Excelências a escolha, que desejo fazer, do Senhor PAULO CESAR MEIRA DE VASCONCELLOS, Ministro de Primeira Classe da Carreira de Diplomata do Quadro Permanente do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil junto ao Reino da Tailândia, e, cumulativamente, junto ao Reino do Camboja e à República Democrática Popular do Laos.

Os méritos do Senhor Paulo César Meira de Vasconcellos que me induziram a escolhê-lo para o desempenho dessa elevada função constam da anexa informação do Ministério das Relações Exteriores.

Brasília, 1º de março de 2010.



INFORMAÇÃO
Curriculum Vitae

MINISTRO DE PRIMEIRA CLASSE PAULO CESAR MEIRA DE VASCONCELLOS

CPF: 145.891.761-49

ID.: 6534MRE

1953 Filho de Antonio Rebello Meira de Vasconcellos e Maria das Neves Meira de Vasconcellos, nasce em 28 de novembro, no Rio de Janeiro/RJ

1976 CPCD - IRBr

1977 Terceiro Secretário em 17 de outubro

1977 Divisão de Programas de Promoção Comercial, assistente

1979 Embaixada em Ottawa, Terceiro e Segundo Secretário

1979 Segundo Secretário em 12 de dezembro

1981 CAD - IRBr

1983 Embaixada em Lima, Segundo Secretário

1986 Divisão de Cadastro e Lotação, assessor

1986 Primeiro Secretário, por merecimento, 18 de dezembro

1987 Embaixada em Abu Dhabi, Encarregado de Negócios em missão transitória

1988 Divisão do Pessoal, Chefe, substituto

1989 Secretaria-Geral, Coordenador Executivo

1989 Ordem do Mérito Militar, Brasil, Cavaleiro

1989 Ordem do Mérito Aeronáutico, Brasil, Oficial

1990 Departamento do Serviço Exterior, Coordenador Executivo

1991 Embaixada em Washington, Primeiro Secretário e Conselheiro

1992 Conselheiro, por merecimento, em 21 de dezembro

1994 Embaixada em Ottawa, Conselheiro

1996 CAE - IRBr, A inserção do Canadá nas Américas. Reflexões sobre as relações com o Brasil

1997 Subsecretaria-Geral do Serviço Exterior, Chefe de Gabinete

1998 Ministro de Segunda Classe, por merecimento, em 22 de junho

1999 Ordem de Rio Branco, Brasil, Grande Oficial

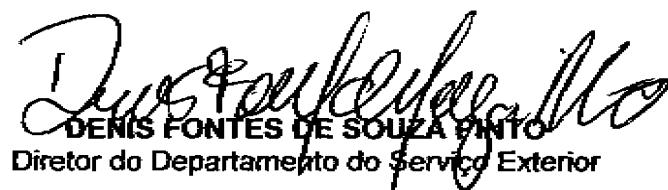
1999 Consulado-Geral em Nova York, Cônsul-Geral Adjunto

2004 Subsecretaria-Geral de Cooperação e Comunidades Brasileiras no Exterior, Chefe de Gabinete

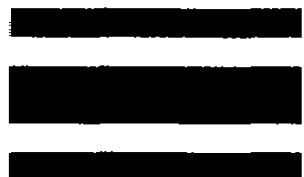
2005 Departamento Cultural, Diretor

2006 Ministro de Primeira Classe, por merecimento, em 20 de junho

2008 Subsecretário-Geral do Serviço Exterior

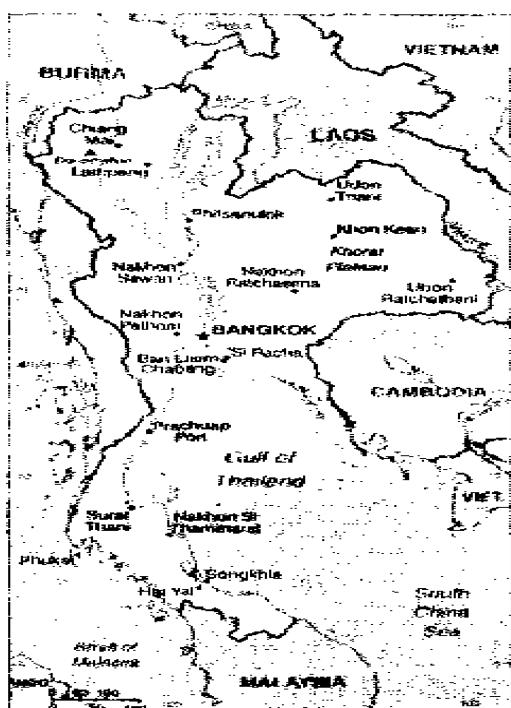

DENIS FONTES DE SOUZA PINTO
Diretor do Departamento do Serviço Exterior

**MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES
SUBSECRETARIA-GERAL DE ASSUNTOS POLÍTICOS-II
DEPARTAMENTO DA ÁSIA E OCEANIA
DIVISÃO DA ÁSIA E OCEANIA-II**



**TAILÂNDIA
INFORMAÇÃO AO SENADO FEDERAL**

Fevereiro de 2010



ÍNDICE

DADOS BÁSICOS.....	3
TRAJETÓRIA POLÍTICA RECENTE DA TAILÂNDIA	5
RELAÇÕES BILATERAIS.....	6
QUADRO GERAL.....	6
VISITAS DE ALTO NÍVEL	7
COOPERAÇÃO BILATERAL	8
<i>Biocombustíveis e pesquisa agrícola.....</i>	9
<i>Saúde e Ciências Médicas</i>	11
<i>Educação</i>	11
<i>Cooperação Jurídica</i>	12
<i>Ajuda Humanitária</i>	12
COOPERAÇÃO EM ORGANIZAÇÕES INTERNACIONAIS	12
<i>Reforma do Conselho de Segurança das Nações Unidas (CSNU)</i>	12
<i>Organização Mundial do Comércio</i>	13
<i>Sistema Financeiro Internacional</i>	14
<i>Mercosul-ASEAN.....</i>	14
RELAÇÕES ECONÔMICO-COMERCIAIS	14
POLÍTICA INTERNA	17
O PERÍODO THAKSIN.....	18
EVOLUÇÃO RECENTE.....	19
INSURREIÇÃO NO SUL.....	22
POLÍTICA EXTERNA	22
CAMBOJA	24
ECONOMIA, COMÉRCIO E INVESTIMENTOS	26
A ECONOMIA TAILANDESA EM 2009	27
COMÉRCIO.....	28
ANEXOS.....	30
CRONOLOGIA DAS RELAÇÕES BRASIL-TAILÂNDIA.....	30
CRONOLOGIA HISTÓRICA DA TAILÂNDIA	32
ATOS BILATERAIS	34
DADOS BÁSICOS E PRINCIPAIS INDICADORES ECONÔMICO-COMERCIAIS	35

DADOS BÁSICOS

NOME OFICIAL:	Reino da Tailândia
CAPITAL:	Bangkok
ÁREA:	511.770 km ² (pouco menor que a Bahia)
POPULAÇÃO (EST. 2009):	67 milhões
IDIOMAS:	Tailandês (oficial), inglês, idiomas locais
PRINCIPAIS RELIGIÓES:	Budismo (95%), islamismo (4%)
SISTEMA POLÍTICO:	Monarquia constitucional parlamentarista
CHEFE DE ESTADO:	Rei Bhumibol Adulyadej (desde 1946)
CHEFE DE GOVERNO:	Primeiro-Ministro Abhisit Vejjajiva (desde dezembro de 2008)
MINISTRO DOS NEGÓCIOS ESTRANGEIROS:	Kasit Piromya (desde dezembro de 2008)
UNIDADE MONETÁRIA:	Baht
IDH (2007, publicado em 2009):	0,783 - 87º de 182 países listados
PIB (2008):	US\$ 272,4 bilhões
PIB PPP (2008):	US\$ 546,1 bilhões
PIB <i>per capita</i> (2008):	US\$ 4.109
PIB PPP <i>per capita</i> (2008):	US\$ 8.237
CRESCIMENTO DO PIB (2008):	2,5%
CRESCIMENTO DO PIB (EST. 2009):	-3,2%
CRESCIMENTO DO PIB (PREV. 2010):	3,2%
COMÉRCIO EXTERIOR (2008):	US\$ 351,7 bilhões
EXPORTAÇÕES (2008):	US\$ 173,2 bilhões
IMPORTAÇÕES (2008):	US\$ 178,5 bilhões
PRINCIPAIS PRODUTOS DE EXPORTAÇÃO (2008):	<ol style="list-style-type: none"> 1. Aparelhos mecânicos (17,6%); 2. Aparelhos elétricos (14,4%); 3. Veículos (9,4%)
PAÍSES DE DESTINO DAS EXPORTAÇÕES (2008):	<ol style="list-style-type: none"> 1. Estados Unidos (11,4%); 2. Japão (11,4%); 3. China (9,2%)

PRINCIPAIS PRODUTOS DE IMPORTAÇÃO (2008):	1. Combustíveis, óleos e ceras (20,8%); 2. Aparelhos elétricos (16,1%); 3. Aparelhos mecânicos (12,5%)
PAÍSES DE ORIGEM DAS IMPORTAÇÕES (2008):	1. Japão (18,8%); 2. China (11,2%); 3. Estados Unidos (6,4%)
EMBAIXADOR DO BRASIL EM BANGKOK:	Edgard Telles Ribeiro (cumulatividades: Camboja e Laos)
EMBAIXADORA DA TAILÂNDIA EM BRASÍLIA:	Chakarin Chayabongse

Fontes: DIC/MRE, fevereiro de 2010; *The Economist Intelligence Unit, Country Report*, fevereiro de 2010.

INTERCÂMBIO BILATERAL (US\$ milhões FOB) – Fonte: MDIC

BRASIL → TAILÂNDIA	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009
Intercâmbio	537,4	677,4	1.088,0	1.409,5	1.468,8	1.972,7	2.968,0	2.402,7
Exportações	350,3	416,4	648,0	887,9	732,0	967,5	1.565,7	1.132,0
Importações	187,1	261,0	440,0	521,6	736,8	1.005,2	1.420,3	1.270,7
Saldo	163,2	155,4	208,0	366,3	-4,8	-37,7	145,3	-138,7

Fonte: Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior

TRAJETÓRIA POLÍTICA RECENTE DA TAILÂNDIA

A Tailândia foi o único país da Indochina a conservar-se independente em toda sua história. No século XIX e início do século XX, os Rei Mongkut (1851-1868) e Chulalongkorn (1868-1910) impediram, habilmente, por meio de negociações diplomáticas com a Grã-Bretanha e com a França, que o país se transformasse em colônia européia:

A monarquia constitucional foi estabelecida em 1932 e nas quatro décadas seguintes o país foi governado por militares, até o levante que depôs o último líder militar, em 1973. Seguiram-se governos civis, entremeados por golpes militares (17, entre 1932, quando foi abolida a monarquia absolutista, e 1991), quase sempre não-sangrentos, instauradores de regimes de curta

permanência, em um processo de crescente distanciamento dos militares do poder. O país enfrenta agora o desafio de consolidar a democracia após o último golpe militar, o 18º, em 19 de setembro de 2006. O golpe de setembro de 2006 restabeleceu um fenômeno – golpe militar – que havia 15 anos estava ausente do país.

A Tailândia é um tradicional aliado norte-americano na região, tendo enviado tropas para as Guerras da Coréia, do Vietnã e, mais recentemente, contingente de 1.000 soldados não-combatentes para o Iraque. O país funciona como pólo de poder sub-regional, exercendo influência sobre o Camboja e Laos e é visto como alternativa ao transporte de petróleo pelo Estreito de Málaca, o que poderia se materializar, caso prosperem os planos para a construção de dutos de petróleo do Oceano Índico para a China.

A evolução política recente tem como divisor de águia a trajetória do ex-Primeiro Ministro Thaksin Shinawatra, que se encontra agora com os direitos políticos suspensos e sob investigação judicial. Embora ausente do país, Thaksin continua a exercer forte influência em grupos de oposição ao atual Gabinete, o que tem contribuído para gerar instabilidade política no país, particularmente aguda entre fins de 2008 e a primeira metade de 2009.

RELAÇÕES BILATERAIS

Quadro Geral

As relações diplomáticas entre o Brasil e a Tailândia foram estabelecidas em 17 de abril de 1959, por troca de notas entre o Embaixador Hugo Gouthier, chefe de Missão Especial ao Sudeste Asiático, e o Ministro dos Negócios Estrangeiros, Thanat Khomann. (O Embaixador Gouthier era então Embaixador em Bruxelas).

A Embaixada do Brasil em Bangkok foi aberta no mesmo ano, e a Embaixada da Tailândia em Brasília, em 1964.

As relações bilaterais com a Tailândia Vêm-se intensificando nos últimos anos e apresentam grande potencial de crescimento.

Como elementos encorajadores, ressaltam a condição tailandesa de segunda maior economia da ASEAN; o alto grau de abertura do setor externo de sua economia (apesar de ter um PIB nominal equivalente a apenas 16% do brasileiro, seus fluxos de exportação e importação são da mesma ordem de grandeza dos nossos); o crescimento muito expressivo do comércio bilateral (apesar da queda de 19,5% em 2009, o comércio bilateral cresceu, entre 2002 e 2009, 347%, frente a 161% de crescimento do comércio global brasileiro); e o interesse que tem demonstrado em estreitar a relação conosco, de forma a viabilizar possível plano de tornar-se um centro regional distribuidor de etanol (três missões tailandesas visitaram o Brasil em 2008, para discutir a cooperação bilateral nessa área), além de buscar ampliar a cooperação na área de saúde e pesquisa agrícola.

Em 2009, a EMBRAER concluiu sua quarta operação de venda de aviões para o país. Há também entendimentos voltados para a venda de equipamentos militares do Sistema ASTROS II.

As relações ressentem-se, no entanto, da instabilidade política interna, particularmente aguda entre fins de 2008 e o início de 2009.

A primeira reunião da Comissão Mista bilateral, criada em 2004, teve lugar em Bangkok, em 21 de outubro de 2008, quando a delegação brasileira foi chefiada pelo SGAP-II, Embaixador Roberto Jaguaribe. Na ocasião, foi formulado convite para que o Ministro Celso Amorim visitasse a Tailândia, no marco das comemorações do cinquentenário de relações diplomáticas, o que não pôde ser concretizado em 2009.

Visitas de alto nível

A última visita de Chefe de Governo da Tailândia ao Brasil ocorreu em 2004, quando o então Primeiro-Ministro Thaksin Shinawatra esteve no País. Na ocasião, foram discutidas possibilidades de cooperação nas áreas de etanol, alta tecnologia (satélites e tecnologia da informação) e saúde (HIV/AIDS). Naquele mesmo ano, visitou a Tailândia o então Ministro da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, Roberto Rodrigues, acompanhado de delegação empresarial, para participar da conferência internacional *Biofuel 2004*.

Em 2005, o Embaixador Luiz Augusto de Araújo Castro visitou Bangkok, na qualidade de Enviado Especial do Senhor Presidente da República, para tratar da candidatura do Brasil a um assento permanente no Conselho de Segurança das Nações Unidas.

Em agosto de 2006, o então Ministro das Relações Exteriores da Tailândia, Kantathi Suphamongkhon, visitou o Brasil. Os temas tratados relacionaram-se à cooperação nas áreas de etanol (incluindo visita à EMBRAPA); saúde; comércio bilateral; e a convergência de posições na OMC.

Em 2007, o então Vice-Ministro dos Negócios Estrangeiros da Tailândia, Sawanit Kongsiri, participou da III Reunião Ministerial do FOCALAL, em Brasília. No mesmo ano, o Secretário-Executivo do MDIC, Ivan Ramalho, esteve em Bangkok, no transcurso de viagem que se estendeu a Cingapura e ao Vietnã.

Em junho de 2008, ocorreu a visita da então Ministra da Energia da Tailândia, Poonpirom Liptapanlop, que teve por foco a cooperação em etanol.

A delegação tailandesa à I Reunião Ministerial MERCOSUL-ASEAN, em novembro de 2008, em Brasília, foi chefiada pelo então Vice-Primeiro-Ministro e Ministro dos Negócios Estrangeiros, Sompong Amornvivat, que manteve encontro à margem da reunião com o Ministro Celso Amorim. A conversa girou em torno da situação política de então na Tailândia; a crise econômico-financeira global; a Rodada Doha; e biocombustíveis.

Em julho de 2009, estiveram em Bangkok os Senadores Eduardo Azeredo, Presidente da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional; Flexa Ribeiro; e Neuto de Conto, em viagem que se estendeu ao Vietnã, Camboja e Taiwan.

Em outubro de 2009, esteve em Brasília o Vice-Ministro dos Negócios Estrangeiros da Tailândia, Panich Vikitsreth, quando foi recebido pelo Secretário-Geral Antônio Patriota. Discutiram-se a possibilidade de cooperação em turismo e práticas administrativas e questões multilaterais.

O Ministro Celso Amorim esteve na Tailândia por duas vezes: em 1994, como Chanceler, em visita bilateral; e em 2000, como Chefe da Delegação brasileira à X Conferência da UNCTAD.

Cooperação bilateral

Encontram-se em vigor Acordo bilateral de Cooperação Técnica e Científica (desde 1987), Acordo sobre Cooperação Técnica em Medidas Sanitárias e Fitossanitárias e Acordo de Cooperação Esportiva (ambos desde 2004). Há carência de implementação dos acordos.

Entre as áreas com maior potencial para a cooperação técnica bilateral, podem-se citar: biocombustíveis e pesquisa agrícola; saúde e ciências médicas, incluindo HIV/AIDS; e educação.

Biocombustíveis e pesquisa agrícola

A cooperação bilateral na área de etanol apresenta grande potencial, em razão do interesse da Tailândia em aumentar sua produção doméstica e em converter-se em centro regional de distribuição do insumo. A Tailândia já utiliza, em parte de sua frota de automóveis, a mistura de álcool na gasolina.

Em dezembro de 2004, a Tailândia sediou a Conferência Internacional sobre a Utilização do Etanol e do Biodiesel (“Biofuel 2004”), a qual contou com a participação do ex-Ministro da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, Roberto Rodrigues, e de delegação empresarial brasileira.

Em agosto de 2006, o então Ministro das Relações Exteriores da Tailândia, Kantathi Suphamongkhon, visitou a sede da EMBRAPA, onde foi recebido, juntamente com sua delegação, pelo Diretor-Executivo e pelo Coordenador de Cooperação Internacional daquela instituição. Deu-se particular ênfase à produção de etanol, tendo sido discutida, também, a possibilidade de abertura de laboratório da EMBRAPA na Ásia.

Como evidência do interesse tailandês no etanol, a Tailândia enviou três delegações ao Brasil, em 2008, para tratar do assunto, uma em nível ministerial. A visita da Ministra da Energia da Tailândia ao Brasil teve por foco a transferência de tecnologia brasileira na área de biocombustíveis. A esse respeito, o Ministro Celso Amorim afirmou que o Brasil está disposto a prestar cooperação na área, o que poderia se efetivar por meio de protocolo adicional ao Acordo de Cooperação Técnica e Científica, já vigente.

Além da visita ministerial, em 2008, ocorreu a visita de delegação do Instituto do Petróleo da Tailândia e de delegação chefiada pelo Subsecretário Permanente do Ministério da Energia, Dr. Kurujit Nakornthap, ambas com interesse em biocombustíveis.

Pela parte brasileira, visitaram a Tailândia técnicos da EMBRAPA, em setembro de 2008 e o Diretor Executivo da empresa, em outubro de 2008. Na ocasião, o Departamento de Agricultura da Tailândia expressou forte interesse no adensamento da cooperação com o Brasil em áreas como cana-de-açúcar, café, mandioca, pinhão manso e seringueira, incluindo a capacitação e permuta de pesquisadores e estudantes de pós-graduação. O Diretor Executivo da EMBRAPA considerou a relação particularmente benéfica no que diz respeito à biotecnologia, recursos genéticos, melhoramento e produção vegetal.

Está em negociação a assinatura de documento que institua cooperação técnica entre a EMBRAPA e instituto de pesquisa tailandês. A Tailândia sugeriu seja firmado instrumento de nível ministerial, entre o Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA) e o Departamento de Agricultura tailandês, para posterior assinatura de documento com a Embrapa. A EMBRAPA manifestou concordância com a proposta, que está sob avaliação do MAPA.

Soma-se, ainda, a disposição manifestada pelo Ministério de Minas e Energia e o Departamento de Energia do MRE em assinar instrumento de cooperação sobre biocombustíveis com a Tailândia.

Ainda na área agrícola, há interesse tailandês em promover intercâmbio em controle de doenças e pragas em agricultura, conforme discutido na I reunião da Comissão Mista, em outubro de 2008.

Saúde e Ciências Médicas

Brasil e a Tailândia desenvolvem importante cooperação na área de saúde. Os dois países possuem posições semelhantes em relação ao licenciamento compulsório de medicamentos, ensejando cooperação em nível multilateral, sobretudo em relação ao tratamento da AIDS.

Em julho de 2004, delegação de alto nível do Ministério da Saúde visitou Bangkok. Na ocasião, foi firmada, por iniciativa brasileira, a Declaração Conjunta para a Criação de Rede Tecnológica sobre AIDS. Além da Tailândia, aderiram à Declaração a Argentina, Brasil, China, Cuba, Nigéria, Rússia, Tailândia e Ucrânia.

No momento, encontra-se pronto a ser firmado, entre os Ministérios da Saúde dos dois países, Memorando de Entendimento sobre Cooperação em Saúde e Ciências Médicas, prevendo, dentre outros pontos, a cooperação nas áreas de vigilância sanitária e de serviços de saúde pública (incluindo atividades de controle de doenças e promoção de saúde, particularmente em HIV/AIDS, tuberculose, malária e doenças emergentes).

Além do escopo bilateral, houve, no passado, menção à possibilidade de ações de cooperação triangular envolvendo os dois países, em possíveis ações de cooperação em HIV/AIDS em Moçambique.

Educação

Encontra-se em negociação Memorando de Entendimento na Área de Educação, o qual estabelece, dentre outros mecanismos, programas de treinamento para estudantes e técnicos na área agrícola; e intercâmbio de professores, pesquisadores e alunos universitários, inclusive mediante concessão de bolsas de estudos em instituições de nível superior. A contraproposta tailandesa está sob consideração das autoridades brasileiras.

No âmbito do FOCALAL, a Tailândia ofereceu, no final de 2007, duas bolsas de estudos para candidatos de países latino-americanos, para Mestrado em Administração de Empresas de Hotelaria e Turismo, em universidade em Phuket, ilha do sul da Tailândia foco de intensa atividade turística.

Cooperação Jurídica

Na I Reunião da Comissão Mista, em outubro de 2008, Brasil e Tailândia manifestaram a disposição em estabelecer cooperação jurídica em matéria penal. A Parte tailandesa informou, entretanto, que seria necessária aprovação prévia de lei interna a respeito, que estaria em elaboração pelas áreas competentes. Aguarda-se a aprovação da lei para dar continuidade às negociações.

Ajuda Humanitária

Em janeiro de 2005, após o *tsunami* que atingiu a Tailândia, entre outros vinte países da Ásia e da África, em 30 de dezembro de 2004, e que vitimou fatalmente a Conselheira Lys Amayo de Benedek D'Ávola, o Governo brasileiro doou 7 toneladas de medicamentos destinados às vítimas locais do maremoto.

Cooperação em Organizações Internacionais

Reforma do Conselho de Segurança das Nações Unidas (CSNU)

Nos debates sobre a reforma do CSNU, a Tailândia defende a ação concreta dos Estados membros da Organização, na medida em que não seria mais aceitável a perpetuação do *status quo*. O país apoia a expansão do número de assentos permanentes e não-permanentes do Conselho de Segurança, mas é contrária à extensão do direito de voto aos novos membros permanentes.

A Tailândia tem defendido a flexibilidade como chave para resultados concretos e tem indicado que o estabelecimento de mecanismo para limitar o uso do voto é factível. Demonstra, outrossim, disposição a considerar eventual

expansão "média", com, por exemplo, dez assentos adicionais em eventual expansão do Conselho.

Sobre o pleito brasileiro a um assento permanente no CSNU, autoridades tailandesas têm demonstrado simpatia, sem, no entanto, haver declaração oficial de apoio do país. Em 2005, o então Chanceler tailandês afirmou que o país vê o Brasil como "um candidato sólido" a membro permanente do Conselho de Segurança. Em 2008, por ocasião da I Comissão Mista, o Subsecretário Permanente Charivat Santaputra declarou que a Tailândia "não teria qualquer problema" com a obtenção, pelo Brasil, de um assento permanente no Conselho de Segurança. Observou, contudo, que a Tailândia aguarda a composição do pacote pleno dessa questão, para se pronunciar a respeito.

Organização Mundial do Comércio

A Tailândia apoia o enfoque multilateral no tratamento do comércio internacional. Nesse sentido, assim como o Brasil, a Tailândia é membro do G-20 da OMC.

Por ocasião da I Comissão Mista, em outubro de 2008, o então Secretário Permanente dos Negócios Estrangeiros (nível de Vice-Ministro) Virasakdi Futrakul, ao referir-se à liderança brasileira no G-20, manifestou sua esperança de que o Brasil consiga reduzir as distâncias que ainda separariam as posições dos países desenvolvidos e em desenvolvimento na Rodada Doha. Afirmou que, embora a Tailândia tenha decidido negociar acordos de livre comércio bilaterais para ampliar o acesso a mercados, o país acredita que o tratamento multilateral da matéria é mais positivo.

Sistema Financeiro Internacional

Na condição de presidente de turno da ASEAN, até o fim de 2009, a Tailândia participou de trabalhos do G-20 Financeiro. Em sua visita ao Brasil,

em outubro de 2009, o Vice-Ministro dos Negócios Estrangeiros da Tailândia, Panich Vikitsreth, solicitou o apoio brasileiro para que a Tailândia integre o mecanismo.

Mercosul-ASEAN

A Tailândia desempenha importante papel no processo de aproximação entre o Mercosul-ASEAN, por ser a segunda maior economia do grupamento asiático. No exercício da presidência de turno da ASEAN, que terminou em dezembro de 2009, a Tailândia coordenou a participação dos países-membros do grupamento na I Reunião Ministerial MERCOSUL-ASEAN, que ocorreu em 24 de novembro de 2008, em Brasília, bem como na sessão ministerial que ocorreu em novembro de 2009, à margem da 64ª Assembleia Geral da ONU. Na última reunião, o Chanceler da Tailândia sublinhou o interesse de seu país nas áreas de energias renováveis, produção de alimentos, segurança alimentar e transporte marítimo.

A II Reunião Ministerial MERCOSUL-ASEAN ocorrerá em Bangkok, no primeiro semestre de 2010. Na ocasião, deverá ser aprovado o Plano de Ação que orientará a aproximação birregional.

Relações econômico-comerciais

Foi a seguinte a evolução do comércio bilateral nos últimos anos:

INTERCÂMBIO BILATERAL (US\$ milhões FOB) – *Fonte: MDIC*

BRASIL → TAILÂNDIA	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009
Intercâmbio	537,4	677,4	1.088,0	1.409,5	1.468,8	1.972,7	2.968,0	2.402,7
Exportações	350,3	416,4	648,0	887,9	732,0	967,5	1.565,7	1.132,0
Importações	187,1	261,0	440,0	521,6	736,8	1.005,2	1.420,3	1.270,7
Saldo	163,2	155,4	208,0	366,3	-4,8	-37,7	145,3	-138,7

Fonte: Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior

Como se verifica, o comércio bilateral tem revelado grande dinamismo. Apesar da queda do comércio no último ano, em decorrência da crise global, ressalta o fato de que o intercâmbio bilateral apresentou crescimento de 347% no período 2002–2009. As trocas comerciais com a Tailândia reduziram-se, em 2009, menos que aquelas com outros grandes parceiros da ASEAN, o que alçou a Tailândia, em 2009, à condição de principal parceiro comercial do Brasil no grupoamento, e o sétimo no continente asiático. De todo modo, pode-se afirmar que há grande potencial de incremento no intercâmbio, devido ao peso relativo de suas economias nos respectivos entornos regionais e ao expressivo contingente populacional dos dois países (total de 265 milhões).

Em agosto de 2009, confirmou-se venda de aeronave da EMBRAER à marinha da Tailândia, no valor de US\$ 27 milhões. Essa foi a quarta venda de aeronaves da EMBRAER para as Forças Armadas daquele país, desde 2006. A EMBRAER considera que a Tailândia oferece boas perspectivas de mercado no curto, médio e longo prazos, tanto para aeronaves civis quanto militares. Existe, ademais, a possibilidade de fornecimento do sistema ASTROS II, da AVIBRAS, às Forças Armadas tailandesas, em operação da ordem de US\$ 70 milhões. A AVIBRAS aguarda com interesse o relançamento da concorrência, paralisada desde 2005.

O intercâmbio comercial com a Tailândia totalizou US\$ 2,403 bilhões em 2009, montante 19,5% menor que o comércio bilateral no ano de 2008. Cabe destacar que esse resultado é inferior à queda de 24,3% verificada em relação ao total do comércio exterior brasileiro no mesmo período. Comparativamente a países vizinhos, o comércio com a Tailândia superou, em 2009, o intercâmbio com o Paraguai, Peru, Colômbia e Equador.

As exportações brasileiras à Tailândia, em 2009, variaram negativamente em 27,7% em relação a 2008, totalizando US\$ 1,132 bilhão. A pauta de exportação brasileira é altamente concentrada, sendo os principais produtos: soja e seus resíduos (63,0%); ferro e aço (16,8%); e algodão (3,7%).

As importações provenientes daquele país foram 10,5% menores se comparadas a 2008, totalizando US\$ 1,271 bilhão. A pauta de importação, mais diversificada, constituiu-se principalmente dos seguintes grupos de produtos: aparelhos mecânicos (34,4%); automóveis e acessórios (16,9%); aparelhos elétricos (16,4%); e borracha (12,5%).

O Representante de Comércio da Tailândia, Vachara Phanchet, realizou visita ao Brasil, em outubro de 2009, com o objetivo de identificar parceiros para importações e exportações tailandesas, bem como para investimentos no Brasil. A comitiva demonstrou interesse em ampliar as importações tailandesas nos seguintes setores: alimentos enlatados (em particular peixes) e embutidos (presuntos e salsichas), jóias, ferro fundido, autopeças e maquinaria agrícola.

Entre as questões relativas ao comércio bilateral, podem-se apontar queixas da Tailândia quanto à investigação anti-dumping e aplicação, em abril e dezembro de 2009, por parte do Brasil, de direito definitivo sobre fios de viscose, e quanto à aplicação de regulamentos técnicos brasileiros para a importação de brinquedos, os quais seriam inconsistentes com o Acordo sobre Barreiras Técnicas (TBT) da OMC. A Tailândia indicou, também em 2009, insatisfação com regulamentos técnicos brasileiros sobre importações de brinquedos. O Ministério de Comércio da Tailândia já indicou intenção de abordar o assunto em reunião do Comitê sobre Barreiras Técnicas ao Comércio da OMC. Em resposta, a parte brasileira sugeriu que o assunto seja tratado bilateralmente, para que se possa esclarecê-lo antes de recurso a instância multilateral.

A Tailândia já manifestou interesse na realização de revisões periódicas das relações comerciais bilaterais, tendo o lado brasileiro sugerido a criação de mecanismo bilateral de revisão do comércio bilateral, face ao expressivo aumento do intercâmbio comercial entre os dois países. O referido comitê sobre comércio pode ser estabelecido no âmbito da Comissão Mista Brasil-Tailândia, que deverá ter sua segunda reunião em 2010.

Um dos principais grupos empresariais da Tailândia, *Charoen Pokphand*, demonstrou interesse em investir 16 milhões de dólares no setor agrícola brasileiro, através da aquisição de uma fazenda de 100 acres no Estado da Bahia para produzir soja, algodão e carne suína e de frango, entre outros produtos. Há, ainda, interesse tailandês em investir em restaurantes e spas no Brasil, conforme apontado pelo Representante de Comércio da Tailândia, Vachara Phanchet, durante visita ao Brasil, em outubro de 2009.

Pelo lado brasileiro, a empresa *Corona Cadiinhos e Ferratários* também expressou seu interesse em abrir uma fábrica de cadiinhos na Tailândia, em parceria com a empresa local *T.H.L. Engineering*.

POLÍTICA INTERNA

A Tailândia foi o único país da Indochina a conservar-se independente face às investidas colonialistas europeias.

O país teve agitada vida política ao longo do século XX. Em 1932, a monarquia absoluta foi reformada, tornando-se constitucional. Desde então, sucederam-se 17 Constituições, em meio a diversos regimes militares e civis.

Em contrapartida às reformas, o sistema monárquico permaneceu como pilar de sustentação: o atual Rei, Bhumibol Adulyadej, é o monarca desde 1946, e conta com grande apoio popular.

O Período Thaksin

A ascensão de Thaksin Shinawatra à chefia do governo, como resultado da vitória de seu partido nas eleições de 2001, às quais havia concorrido com uma plataforma populista, deu origem a novo ciclo na vida política da Tailândia, caracterizado pelo enfrentamento entre, de um lado, Thaksin e seus aliados (vistos como representantes de uma nova classe emergente), e, de outro, membros das elites tradicionais, frequentemente com rendas derivadas da posse de terras e, por vezes, com vínculos com a realeza.

A atuação de Thaksin na chefia do governo caracterizou-se por grande dinamismo na condução da economia e impeto realizador. Por outro lado, deu margem a insistentes acusações de corrupção, compra de votos, autoritarismo, conflitos de interesses, coerção do livre funcionamento das instituições democráticas e da imprensa e desrespeito aos direitos humanos. Tais características lhe valeram a oposição da maior parte da classe média, sobretudo em Bangkok, enquanto crescia seu prestígio nas áreas rurais e regiões menos desenvolvidas do país.

Thaksin e seu partido obtiveram vitória ainda maior nas eleições de 2005, conquistando 74,8% das cadeiras na Câmara de Representantes. Entretanto, em janeiro de 2006, o então Primeiro-Ministro e sua família foram acusados de evasão fiscal, na operação de venda de seu grupo empresarial, Shin Corporation, à Temasek Holdings, do governo de Cingapura, por US\$ 1,88 bilhão. A partir daí, galvanizou-se a oposição ao governo, traduzida em protestos de rua em Bangkok, organizados por grupo intitulado Aliança Popular para a Democracia (PAD), e Thaksin acabou sendo deposto por golpe militar, em setembro de 2006, quando se preparava para participar da Assembléia Geral das Nações Unidas.

Sobre o assunto, o Itamaraty emitiu nota à imprensa, em 20 de setembro de 2006, na qual expressava preocupação com a revogação da Constituição, a dissolução do Gabinete da Corte Constitucional e a censura à imprensa, e manifestava a expectativa de que fosse prontamente restabelecida a estabilidade institucional.

Evolução recente

Após interregno de pouco mais de um ano, eleições em dezembro de 2007 deram novamente a vitória a Thaksin e seus aliados, agrupados em um novo partido. Ao longo de 2008, entretanto, a forte instabilidade política resultou na sucessão de três Primeiros-Ministros diferentes, todos do Partido do Poder Popular (PPP), que reagrupava antigos co-partidários de Thaksin após o banimento de seu partido, o Tailandeses Amam Tailandeses. Tentativas iniciais do PM Samak (no poder de janeiro a setembro de 2008) de promover a reforma da Constituição visando, entre outros fins, a anistiar Thaksin e outros 110 membros de seu primeiro partido (suspenso da vida política por cinco anos), provocaram uma reativação do grupo PAD, e novas manifestações de rua em Bangkok.

A condenação da esposa de Thaksin a três anos de prisão, por evasão fiscal, e o indiciamento do casal em processos por corrupção levaram à sua saída do país, tendo-se dirigido a Londres, onde apresentaram pedido de asilo ao governo britânico.

O PAD passou a mostrar-se cada vez mais radical: entre outras ações, os chamados “camisas amarelas” invadiram a sede do Executivo, obrigando o governo a transferir seus escritórios para instalações improvisadas no antigo aeroporto de Bangkok.

Com a queda de Samak, em setembro de 2008, por decisão judicial relacionada a uma tecnicidade, pareceu inicialmente que o estilo conciliador do novo Primeiro-Ministro, Somchai Wongsawat (no poder de setembro a dezembro de 2008), bem como seu propósito declarado de dialogar com a oposição, e suas primeiras iniciativas nesse sentido, tenderiam a levar a um esmorecimento do PAD.

Tal não ocorreu. Em 7 de outubro, a liderança do PAD decidiu bloquear o acesso ao Parlamento. Durante ação policial para restabelecer o acesso à sede do Legislativo, houve duas vítimas fatais e mais de 300 pessoas teriam ficado feridas.

Em razão dos distúrbios em Bangkok, o Governo anunciou a transferência para a cidade de Chiang Mai, no norte do país, de reunião de cúpula da ASEAN marcada para dezembro de 2008, em Bangkok.

Em novembro de 2008, também Thaksin foi condenado à prisão, por tribunal tailandês. Por outro lado, teve seu visto para o Reino Unido cancelado no mesmo mês, o que o obrigou a deixar aquele país. Desde então, esteve em Pequim, Hong Kong e Dubai.

Após ligeira trégua nos confrontos entre o governo e a oposição, em meados de novembro, provocada pelas cerimônias de cremação da irmã do Rei, o PAD retomou seus esforços para derrubar o Governo, mediante ocupação dos dois aeroportos de Bangkok, que tiveram de ser fechados. Com essas ações, o PAD procurava demonstrar que o Governo não tinha condições efetivas para dirigir o país, forçando, assim, uma mudança não-constitucional do regime.

Em dezembro de 2008, o PPP é dissolvido pela Corte Constitucional, e seus membros executivos, incluindo o até então Primeiro-Ministro Wongsawat, têm seus direitos políticos cassados por cinco anos. Muitos dos demais membros do partido extinto se uniram sob o então recém-criado

Partido Para os Tailandeses, que constitui, desde então, o principal grupo de oposição.

Após breve governo interino de Chaovarat Chanweerakul, em dezembro de 2008, Abhisit Vejjajiva é eleito Primeiro-Ministro pelo parlamento. Vejjajiva é líder do Partido Democrático, de que fazem parte alguns líderes do PAD bem como alguns dissidentes do PPP. Com a dissolução do PPP e a ascensão do Partido Democrático, os protestos do PAD se arrefeceram, ao passo que os simpatizantes de Thaksin, os "camisas vermelhas", procuravam desestabilizar o Governo, organizados na Frente Unida Nacional pela Democracia contra a Ditadura (UDD). Em abril de 2009, a UDD liderou protesto contra o Governo Vejjajiva em Pattaya, provocando o cancelamento de Reunião de Cúpula da ASEAN, que ocorreria na cidade. A situação política tem-se acalmado nos últimos meses, mas o equilíbrio é instável.

A aproximação do veredito da Suprema Corte, previsto para o primeiro trimestre de 2010, sobre os bens congelados de Thaksin, no valor de aproximadamente US\$ 2,3 bilhões, tem gerado tensão no país. Uma granada explodiu a 50 metros da sede do Executivo e uma bomba foi desativada a 250 metros da Suprema Corte. Os "camisas vermelhas" anunciaram a intenção de promover grandes protestos.

É necessário reconhecer que os atuais mandatários tailandeses têm procurado respeitar a ordem constitucional estabelecida no país após o golpe de 2006. Entretanto, quanto maior a crise, mais se abre o caminho para os que defendem uma solução extraparlamentar, seja por intervenção militar, ou mediante algum gesto do Rei, que é alvo de grande respeito e mesmo veneração popular. Nesse sentido, tem causado preocupação a frágil saúde do Rei, internado desde setembro de 2009 por problemas pulmonares. A sucessão real é outro fator de preocupação, uma vez que o Príncipe Herdeiro não desfruta da mesma estima popular que seu pai.

Insurreição no sul

A Tailândia enfrenta violento movimento de insurreição de inspiração islâmica nas províncias do extremo sul, onde há importantes comunidades malaias. Em dezembro de 2009, os Primeiro-Ministros da Tailândia e da Malásia visitaram conjuntamente a região, demonstrando o esforço dos dois governos pela redução da violência. A situação é, porém, de grande complexidade, e não se vislumbra solução a curto ou médio prazo.

Há denúncias de violações dos direitos humanos na região, cometidas alegadamente pelas forças armadas, que têm papel preponderante nas províncias mais instáveis. A inexistência, há anos, de punição a militares ou paramilitares por infrações aos direitos humanos alimenta ressentimentos contra o governo e o exército tailandeses. Apesar da recente demonstração de boa disposição do governo, não tiveram seguimento as promessas do Primeiro-Ministro Vejjajiva, no início de seu mandato, no sentido de atribuir a autoridades civis a primazia da atuação no extremo sul do país.

POLÍTICA EXTERNA

A Tailândia constitui pólo de poder sub-regional, exercendo influência sobre o Camboja e Laos. Sua importância geo-estratégica pode-se ampliar, tendo em vista a possibilidade de servir como alternativa ao transporte de petróleo pelo Estreito de Málaca, o que poderia se materializar, caso prosperem os planos para a construção de dutos de petróleo do Oceano Índico para a China.

A Tailândia é um tradicional aliado norte-americano na região, tendo enviado tropas para as Guerras da Coréia, do Vietnã e, mais recentemente, contingente de 1.000 soldados não-combatentes para o Iraque. Além disso, os

EUA contribuem com importantes recursos para os setores militares tailandeses. O golpe militar de 2006 e a postura reticente da ASEAN em relação a Myanmar causaram fricções nessa relação.

Ocupou, de meados de 2008 ao fim de 2009, a presidência de turno da ASEAN, período em que teve dificuldades para cumprir suas funções, devido à instabilidade interna.

No plano bilateral, persistem, ainda, pendências fronteiriças com Malásia, Camboja, Laos e Mianmar. A estratégia diplomática tailandesa, em anos recentes, consiste em substituir a influência direta que antes exercia sobre as antigas Indochina francesa e Birmânia por um papel de centro irradiador, em termos de comércio e investimentos. O país destaca-se, por exemplo, como principal investidor no Laos, a despeito da proximidade do gigante chinês.

Com a Malásia, principal vizinho, há negociações em curso com vistas à construção de um gasoduto. Apesar do relacionamento fluido, existem alguns irritantes, decorrentes do asilo oferecido pelos malásios a ativistas de movimentos islâmicos radicais e separatistas, no sul da Tailândia. O Primeiro-Ministro da Malásia visitou o sul da Tailândia em dezembro de 2009, onde encontrou-se com o Primeiro-Ministro Vejjajiva, no esforço de reduzir a violência na região insurgente.

O Japão é o seu principal parceiro comercial e investidor externo. É, também, grande provedor de assistência técnica e financeira, com importantes programas de cooperação econômica e cultural. Durante a crise financeira de 1998, o Japão contribuiu com cerca de US\$ 4 bilhões para o programa de apoio do FMI à Tailândia.

As relações com a China, historicamente marcadas pelo grande contingente de população de origem chinesa que vive no país, passam por momento de grande dinamismo, valendo registrar o aumento no comércio bilateral nos últimos anos e nos investimentos chineses em obras de infra-

estrutura na Tailândia. O principal contencioso bilateral reside no tráfico de entorpecentes operado por redes tailandesas, que atingiria a China através de Myanmar.

Em relação a Myanmar, a diplomacia tailandesa tem adotado postura de não-intervenção, preceito importante para os países da ASEAN. Essa postura não é bem recebida pelos EUA e pela União Européia, que têm adotado postura mais dura. A Tailândia é afetada pela situação em Myanmar também no que diz respeito ao ingresso em território tailandês de nacionais do país vizinho, sobretudo em busca de trabalho. Atualmente, estima-se haver mais de um milhão de myanmarenses na Tailândia, a maioria em situação imigratória irregular. Soma-se a isso o fato de que cerca de 112 mil myanmarenses vivem há mais de duas décadas em campos para refugiados na Tailândia.

Camboja

As relações da Tailândia com o Camboja caracterizam-se pela disputa, por vezes violenta, pela região adjacente ao Templo Preah Vihear, Patrimônio da Humanidade reconhecido pela UNESCO. Desde julho de 2008, têm-se registrado inúmeros incidentes na fronteira entre os dois países.

Após confronto em outubro de 2008, que resultou na morte de dois soldados cambojanos, a Chancelaria tailandesa convocou “briefing”, no qual abandonou o tom conciliatório que adotara nos casos anteriores. O incidente fronteiriço foi considerado pelo Governo tailandês como um “act of aggression” e alertou-se que os efetivos militares tailandeses, bem como seu equipamento bélico, “ultrapassam largamente as forças cambojanas”. A Chancelaria tailandesa afirmou, no entanto, que não se oporia a um papel apaziguador da ASEAN ou a uma mediação, embora mesmo esta alternativa tenha de ser previamente submetida ao Parlamento.

O agravamento da situação poderá prejudicar os entendimentos alcançados pelos dois países em julho de 2008. Durante encontro entre os Ministros dos Negócios Estrangeiros do Camboja e da Tailândia, ambas as partes propuseram reduzir as tropas na área em disputa . Ademais, o Camboja anunciara que, tendo em vista o progresso obtido na reunião, não levaria adiante pedido de debate sobre o tema no CSNU.

O diferendo fronteiriço já é antigo. A divergência na região de Preah Vihear foi encaminhada, ao longo das últimas décadas, por arranjos informais, que facilitaram a convivência entre as populações fronteiriças. A situação de turbulência por que passou o Camboja durante décadas e a difícil reconstrução do país contribuíram para a acomodação da questão. Os arranjos informais de convivência, contudo, foram inviabilizados pelo uso político da questão pela oposição interna tailandesa, após o reconhecimento, por parte da UNESCO, da condição de Patrimônio da Humanidade, em 8 de julho de 2008.

Apesar de decisão da Corte Internacional de Justiça (CIJ) em 1962 favorável ao Camboja, Bangkok alega que a decisão aplica-se somente ao templo propriamente dito, e não à área adjacente. A região adjacente permaneceu sem demarcação da fronteira e é ocupada parcialmente pela Tailândia e pelo Camboja, em áreas que ambos reivindicam. O diferendo fronteiriço poderá ameaçar o bom andamento do processo de integração no Sudeste Asiático, no âmbito da ASEAN, caso não seja controlado.

As relações entre os dois países fragilizaram-se ainda mais em novembro de 2009, quando o Primeiro-Ministro do Camboja, Hun Sen, nomeou o ex-Primeiro-Ministro tailandês Thaksin Shinawatra seu assessor econômico. Segundo analistas, Hun Sen desejaría o retorno de Thaksin ao poder, para que possam dar andamento à exploração conjunta de petróleo e gás em área marítima disputada pelos dois países no Golfo da Tailândia. A Tailândia reagiu retirando seu Embaixador de Phnom Penh e solicitando a

extradição de Thaksin, negada pelo Governo cambojano sob a alegação de que a condenação do ex-Primeiro Ministro teria sido politicamente motivada.

Apesar da possível intenção de Hun Sen de desestabilizar o Governo tailandês, pesquisa de opinião revelou grande aumento na popularidade de Vejjajiva, após sua decisão de retirar o Embaixador tailandês de Phnom Penh. Quanto a Thaksin, considera-se possível que sofra queda em sua popularidade após ter aceito a nomeação no país vizinho.

Em janeiro de 2010, o Primeiro-Ministro cambojano visitou a região do Templo Preah Vihear, gerando novos atritos às relações bilaterais. A autoridade ameaça levar o diferendo à CIJ e ao Conselho de Segurança da ONU, caso não se viabilize uma solução bilateral "em breve". Nesse sentido, porta-voz do Ministério dos Negócios Estrangeiros do Camboja queixou-se da lentidão do governo tailandês em referendar entendimentos obtidos no âmbito da Comissão Mista de Fronteiras.

O desentendimento entre os dois países sobre o tema deverá ser novamente objeto de atenção no âmbito do Comitê do Patrimônio Mundial, durante sua 34ª sessão, a ser realizada em Brasília, em julho e agosto de 2010.

ECONOMIA, COMÉRCIO E INVESTIMENTOS

Com um PIB estimado em US\$ 255,9 bilhões, em 2009, a Tailândia é a segunda maior economia da ASEAN, atrás apenas da Indonésia. Apresenta PIB nominal *per capita* de cerca de US\$ 3.819. Em 2008, entretanto, o crescimento da economia tailandesa foi o quarto menor da ASEAN, atrás de Laos, Vietnã, Indonésia, Camboja, Malásia e Filipinas. O país recebeu US\$ 9,5 bilhões em investimentos estrangeiros diretos, em 2007. Segundo lista divulgada pelo Banco Mundial, com referência ao PIB nominal em 2008, a Tailândia era a 34ª economia do mundo.

A economia tailandesa em 2009

Além de constrições derivadas do conturbado contexto político interno, a Tailândia sofreu, em 2009, grande impacto derivado da recessão mundial. Nos três primeiros trimestres de 2009, o PIB tailandês diminuiu em 4,8%, e estima-se que, no ano, o PIB tenha sofrido variação total de -3,2% em relação a 2008. O país tinha demorado a recuperar-se dos efeitos da crise financeira de 1997-98, mas, a partir de 2002, vinha apresentando melhora em seu desempenho. O bom desempenho das exportações vinha ajudando a sustentar, ao menos em parte, a expansão econômica.

Em 2008, foi implementada no país a primeira fase de programa de estímulo à economia, sob forma de subsídios e subvenções. O governo da Tailândia vem levando a cabo a segunda parte do plano de estímulo fiscal, a vigorar no biênio 2010-2012, intitulada *Thai Kem Khaeng* (“Tailândia forte”). O plano prevê gasto de US\$ 42 bilhões, centrado em projetos de infraestrutura e investimentos em agricultura, educação e saúde.

O dispêndio com a implementação do plano de recuperação econômica tem levado, contudo, a elevado déficit orçamentário, estimado em 5,6% do PIB em 2009, e crescente endividamento público. Estima-se que, com os cortes impostos ao orçamento de 2009-2010, da ordem de US\$ 6,1 bilhões, o déficit orçamentário tailandês seja menor em 2010.

A *Economist Intelligence Unit* estima que a economia tailandesa crescerá 3,2% em 2010, à medida que a demanda interna volte a crescer. A recuperação poderá ser prejudicada, contudo, caso perdure o conturbado contexto político interno, ou se agrave a situação fiscal do governo tailandês. Caso se confirme a perspectiva de recuperação econômica da Tailândia, espera-se que o banco central do país (Banco da Tailândia) adote política monetária restritiva, de modo a conter pressão inflacionária. De todo modo,

em 2009, a Tailândia registrou deflação de 0,9%; estima-se, para 2010, inflação de 3%. O desemprego, estruturalmente baixo no país, é estimado em 2% para 2010.

O baht manteve, em 2009, trajetória de valorização perante o dólar norte-americano, tendo alcançado, em janeiro de 2010, a maior cotação em dezenove meses. A tendência de valorização da moeda, em conjunto com o aumento no preço de ativos locais, tem levado à especulação de que o Banco da Tailândia adote alguma forma de controle de capitais, a exemplo da medida de controle imposta em 2006, que ensejou a maior queda diária da bolsa de ações tailandesa.

O setor exportador tailandês foi fortemente afetado pela crise internacional, uma vez que as exportações do país diminuíram 11,8% em 2009, se comparadas a 2008. A queda nas exportações foi compensada, entretanto, por queda mais acentuada nas importações, que decresceram 22,5%, devido à diminuição do consumo e do investimento, bem como à queda no preço mundial de *commodities*.

Em 2010, a *Economist Intelligence Unit* estima que as exportações tailandesas voltarão a crescer, sem voltar a atingir, contudo, as taxas de quase 20% alcançadas no período anterior à crise internacional. Tal fato decorre de que o aumento na demanda regional não será capaz de compensar a demanda dos Estados Unidos, diminuída com a crise. As importações apresentam, igualmente, tendência de aumento, à medida que se recuperem o consumo interno e o investimento. A balança de serviços deve continuar, contudo, deficitária em 2010.

Comércio

A abertura da Tailândia ao comércio exterior é muito maior que a do Brasil: apesar de seu PIB nominal equivaler a 16% do brasileiro, a corrente de

comércio exterior tem volume bastante próximo, com exportações de US\$ 154,6 bilhões e importações de US\$ 121,9 bilhões, segundo estimativas referentes a 2009.

A desaceleração da economia internacional impactou negativamente o setor exportador tailandês. O total de exportações estimado para 2009, US\$ 154,6 bilhões, é 11,8% menor em relação a 2008. Os principais destinos das exportações tailandesas são Estados Unidos; Japão; China; Cingapura; Hong Kong; Malásia; Austrália; Indonésia; Vietnã; e Países Baixos. O Brasil posiciona-se em 28º lugar na lista de principais exportadores ao mercado tailandês.

A Tailândia é o maior exportador mundial de arroz, produto fundamental para diversos países asiáticos, mas passou por um recente processo de industrialização que alterou radicalmente sua pauta de exportações: em um primeiro momento, ampliou as vendas de manufaturados intensivos em trabalho; em seguida, houve incremento na produção de bens de maior valor agregado, em especial acessórios de computadores e veículos.

Em 2008, os principais itens da pauta exportadora tailandesa foram aparelhos mecânicos (17,6%); aparelhos elétricos (14,4%); automóveis (9,4%); borracha (6,6%); e combustíveis (6,4%).

As importações da Tailândia, por sua vez, são estimadas em US\$ 121,9 bilhões em 2009. As importações tailandesas são provenientes, sobretudo, do Japão; China; Estados Unidos; Emirados Árabes Unidos; Malásia; Arábia Saudita; Cingapura; Coréia do Sul; Indonésia; e Austrália. O Brasil figura em 20º lugar na lista de principais importadores à Tailândia.

Da lista de importações tailandesas totais em 2008, os principais produtos foram combustíveis (20,8%); aparelhos elétricos (16,1%); aparelhos mecânicos (12,5%); ferro e aço (7,6%); e pérolas (5,2%).

Em 2009, a agricultura foi responsável por 12,3% do PIB; a indústria, por 44%; e os serviços por 43,7%.

ANEXOS

Cronologia das Relações Brasil-Tailândia

1959 – 17 de abril:	Estabelecimento de relações diplomáticas, por troca de notas entre o Embaixador Hugo Gouthier, chefe de Missão Especial ao Sudeste Asiático, e o Ministro dos Negócios Estrangeiros, Thanat Khomann.
	Abertura da Embaixada do Brasil em Bangkok.
1963:	Visita ao Brasil do Primeiro-Ministro Thanon Kittikachorn.
1964:	Abertura da Embaixada da Tailândia no Brasil.
1973:	Visita ao Brasil do Primeiro-Ministro Thanon Kittikachorn.
1993:	Visita ao Brasil do Príncipe Herdeiro Maha Vajiralongkorn.
1996:	Visita à Tailândia do Ministro Luiz Felipe Lampreia.
1999:	Visita ao Brasil do Primeiro-Ministro Chuan Leekpai.
2004:	Visita oficial ao Brasil do Primeiro-Ministro Thaksin Shinawatra.
	Visita à Tailândia de delegação do Ministério da Saúde. Na ocasião, foi firmada Declaração Conjunta para a Criação da Rede de Cooperação Tecnológica em HIV/AIDS. Atualmente fazem parte da Rede: Argentina, Brasil, China, Cuba, Nigéria, Rússia, Tailândia e Ucrânia.
	Visita a Bangkok do Ministro da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, Roberto Rodrigues, acompanhado de delegação empresarial, para participar da conferência internacional <i>Biofuel 2004</i> .
2005:	Missão Comercial a Bangkok liderada pelo Diretor do DPR, Embaixador Mário Vilalva, e integrada por executivos do Banco do Brasil, da Brazsal, Andrade Gutierrez, Alcotra e Petrobras.
	Visita a Bangkok do Emb. Luiz Augusto de Araujo Castro, na qualidade de Enviado Especial do Senhor PR, para tratar da candidatura do Brasil a um assento permanente no Conselho de Segurança das Nações Unidas.
2006:	Visita ao Brasil do Ministro dos Negócios Estrangeiros da Tailândia, Kantathi Suphamongkhon. Na ocasião, esteve na sede da Embrapa.

2007:	Visita a Brasília do Vice-Ministro dos Negócios Estrangeiros da Tailândia, Sawanit Kongsiri, chefiando a delegação de seu país à III Reunião Ministerial do FOCALAL.
	Visita a Bangkok do Secretário-Executivo do MDIC, Ivan Ramalho (em viagem que se estendeu a Cingapura e ao Vietnã).
2008 – março:	Visita ao Brasil de delegação do Instituto do Petróleo da Tailândia. (Interesse: etanol.)
2008 – abril:	Encontro entre o Ministro Celso Amorim e o então Ministro dos Negócios Estrangeiros da Tailândia, Noppadon Pattama, em Acrá, à margem da XII UNCTAD.
2008 – maio:	Visita ao Brasil de delegação da Escola Nacional de Defesa da Tailândia.
2008 – junho:	Visita ao Brasil da então Ministra da Energia da Tailândia, Poonpirom Liptapanlop. (Interesse: etanol.)
2008 – setembro:	Visita ao Brasil de delegação chefiada pelo Subsecretário Permanente do Ministério da Energia, Dr. Kurujit Nakornthap. (Interesse: biocombustíveis.)
2008 – setembro:	Visita à Tailândia do Diretor-Executivo da Embrapa, Dr. José Geraldo Eugênio França. (Tema: intercâmbio de pesquisa agrícola em diversas áreas.)
2008 – outubro:	Visita à Tailândia do SGAP II, Emb. Roberto Jaguaribe, para chefiar a delegação brasileira à Primeira Reunião da Comissão Mista bilateral.
2008 – novembro:	Visita a Brasília do Vice-Primeiro-Ministro e Ministro dos Negócios Estrangeiros da Tailândia, Sompong Amornvivat, para co-presidir a I Reunião Ministerial Mercosul-ASEAN. Na ocasião, manteve encontro com o Ministro Celso Amorim.
2009 – julho:	Visita a Bangkok dos Senadores Eduardo Azeredo (Presidente da Comissão de Relações Exteriores do Senado Federal), Flexa Ribeiro e Neuto De Conto, em viagem que se estendeu ao Camboja, Vietnã e Taiwan.
2009 – agosto:	Visita a São Paulo do Vice-Ministro do Comércio da Tailândia, Veerasak Jinarat
2009 – outubro:	Visita ao Brasil do Vice-Ministro das Relações Exteriores, Panich Vikitsreth, e do Representante de Comércio da Tailândia, Vachara Phanchet, encabeçando missão empresarial.

Cronologia Histórica da Tailândia

1945	A Tailândia devolve territórios tomados do Laos, Camboja e Malásia. O exilado Rei Ananda Mahidol (Rama VIII) retorna ao país.
1946	O Rei Ananda Mahidol (Rama VIII) é assassinado. Assume seu irmão, o Rei Bhumibol Adulyadej (Rama IX).
1946	A Tailândia torna-se o 55º membro da Organização das Nações Unidas.
1947	Golpe Militar liderado pelo líder pró-japonês do período da Segunda Guerra Mundial, Phibun Songkhram. Os militantes retêm o poder até 1973.
1965-75	Instalação de bases militares americanas na Tailândia durante a Guerra do Vietnã. Tropas tailandesas lutam no Vietnã do Sul.
1973	Movimentos estudantis e civis precipitam a queda do regime militar, após massacre de manifestantes. Eleições livres são realizadas.
1976	Os militares retomam o poder.
1978	Promulgada nova Constituição.
1980	O moderado General Prem Tinsulanonda assume o poder.
1983	O General Prem Tinsulanonda instala um Governo Civil, sendo eleito em 1986.
1988	O General Chatichai Choonhaven substitui o General Prem após a realização de eleições.
1991	Golpe militar (o 17º desde 1932). Um civil, Anand Panyarachum, é instalado como Primeiro-Ministro.
1992	Novas eleições substituem Anand pelo General Suchind Kaprayoon, que renuncia após demonstrações populares. Anand é reinstalado temporariamente. Chuan Leekpai, líder do Partido Democrático, vence as eleições e torna-se Primeiro-Ministro.
1995	Colapso do Governo. Banharn Silpa-archa, do Partido da Nação Tailandesa, é eleito Primeiro-Ministro.
1996	Banharn Silpa-archa renuncia, acusado de corrupção. Chavalit Yongchayudh, do Partido da Nova Aspiração, vence as eleições.
1997	Crise financeira asiática. O <i>baht</i> se desvaloriza 50% em relação ao dólar, provocando bancarrota e desemprego. Programa do FMI. Chuan Leekpai torna-se Primeiro-Ministro.
1998	Dezenas de milhares de imigrantes ilegais são deportados. Chuan Leekpai envolve a oposição em seu Governo para realizar reformas econômicas.
1999	Retomada do crescimento econômico.
2001	Eleições vencidas pelo Partido Thai Rak Thai, de Thaksin

	Shinawatra, que se torna Primeiro-Ministro.
2004	Atividade de movimentos separatistas agrava a situação no Sul.
2004	85 militantes islâmicos morrem sufocados em caminhões enquanto detidos pela polícia.
2004	Milhares de pessoas são mortas em consequência de uma <i>tsunami</i> provocado por terremoto em Alto Mar, ao largo da Indonésia. As cidades turísticas no Sul tailandês são enormemente afetadas.
2005	O Partido Thai Rak Thai ganha as eleições parlamentares por larga margem. Thaksin Shinawatra assume o cargo de Primeiro-Ministro pela segunda vez.
2006	A atual Constituição é promulgada.
2006	Em 16 de janeiro, o Conselho de Segurança Nacional lidera Golpe de Estado, no qual Shinawatra é retirado do governo. Uma Junta Militar, chefiada pelo General Sonthi Boonyaratglin, governa o país e indica o General Surayud Chulanont para o cargo de Primeiro-Ministro, até 2007.
2008	A Tailândia assume a presidência de turno da ASEAN, em julho.
2008	Samak Sundaravej, líder do Partido do Poder do Povo (PPP), é eleito Primeiro-Ministro em dezembro de 2007, assumindo no dia 29 de janeiro de 2008.
2008	Somchai Wongsawat, membro do PPP, é eleito Primeiro-Ministro em 9 de setembro.
2008	Chaovarat Chanweerakul, do PPP, governa o país interinamente, entre 2 e 17 de dezembro.
2008	Abhisit Vejjajiva, do Partido Democrata, assume o governo, em 17 de dezembro.
2009	Intensos protestos liderados por simpatizantes de Thaksin levam ao cancelamento de Reunião de Cúpula da ASEAN, em abril.
2009	A Tailândia passa a presidência de turno da ASEAN ao Vietnã, em dezembro.

Atos Bilaterais

Título	Data de celebração	Entrada em vigor	Promulgação Decreto nº	Data
Acordo de Comércio	12/09/1984	26/12/1991	442	06/02/1992
Acordo de Cooperação Técnica e Científica	12/09/1984	07/12/1987	98379	09/11/1989
Acordo sobre Serviços Aéreos	21/03/1991	18/03/1994	1161	22/06/1994
Acordo para Dispensa de Vistos em Passaportes Diplomáticos e Oficiais	24/01/1994	27/10/1999		
Acordo sobre Isenção Parcial de Vistos	21/07/1997	27/10/1999	3236	09/11/1999
Memorando de Entendimento para o Estabelecimento de uma Comissão Mista de Cooperação Bilateral	16/06/2004	16/06/2004		
Acordo de Cooperação Esportiva	16/06/2004	16/06/2004		
Acordo sobre Cooperação Técnica em Medidas Sanitárias e Fitossanitárias	16/06/2004	16/06/2004	5962	14/11/2006

Dados básicos e principais indicadores econômico-comerciais

DADOS BÁSICOS	
Nome oficial	Reino da Tailândia
Superfície	514 000 Km ²
Localização	Sudeste da Ásia
Capital	Bangkok
Principais cidades	Bangkok, Nakhon Ratchasima, Ubon Ratchathani, Chiang Mai
Idioma oficial	Thai
PIB a preços correntes (2009 - estimativa EIU)	US\$ 255,8 bilhões
PIB "per capita" (2009)	US\$ 3.819
Moeda	Baht

Elaborado pelo MNE/CPESC/C - Divisão de Informação Comercial, com base em dados do EIU - Economic Intelligence Unit, Country Report February 2010.

INDICADORES SOCIOECONÔMICOS	2005	2006	2007	2008	2009⁽¹⁾
População (em milhões de habitantes)	65,1	66,3	66,7	68,3	67,0
Densidade demográfica (hab/Km ²)	126,7	127,0	127,8	129,0	130,4
PIB a preços correntes (US\$ bilhões)	176,4	207,2	247,1	272,4	255,9
Growthimento real do PIB (%)	4,6	5,1	4,9	2,5	-3,2
Variação anual do índice de preços ao consumidor (%) ⁽²⁾	5,8	3,8	3,1	0,4	3,5
Reservas internacionais (US\$ bilhões)	52,1	67,0	87,5	111,0	138,5
Dívida Externa Total (US\$ bilhões) ⁽³⁾	51,4	55,0	63,0	67,6	62,5
Câmbio (Bt / US\$)	41,03	36,05	33,72	34,90	32,99

Elaborado pelo MNE/CPESC/C - Divisão de Informação Comercial, com base em dados do EIU - Economic Intelligence Unit, Country Report February 2010.

⁽¹⁾Estatística EIU

⁽²⁾2008: deflators

**DADOS BÁSICOS E PRINCIPAIS INDICADORES
ECONÔMICO-COMERCIAIS
TAILÂNDIA**

BALANÇO DE PAGAMENTOS (estimado)		2004	2005	2006	2007	2008
A. Balança comercial (líquido - fob)		25.547	17.949	10.392		
Exportações		150.026	175.279	33.405		
Importações		124.479	157.330	23.013		
B. Serviços (líquido)		-3.969	-22.824	-640		
Receita		30.357	33.720	7.945		
Despesa		38.425	46.544	8.485		
C. Renda (líquido)		-7.376	-10.063	-1.602		
Receita		7.033	8.947	1.341		
Despesa		14.409	18.850	2.943		
D. Transferências unilaterais (líquido)		3.938	4.766	961		
E. Transações correntes (A+B+C+D)		14.040	-112	9.111		
F. Conta de capitais (líquido)		0	0	0		
G. Conta financeira (líquido)		-2.435	12.622	-2.697		
Investimentos diretos (líquido)		9.379	6.937	1.580		
Portfólio (líquido)		6.677	-5.788	-105		
Outros		5.137	11.394	-4.172		
H. Erros e Omissões		5.471	11.931	1.019		
I. Saldo (E+F+G+H)		17.076	24.441	7.425		

Elaborado pelo MRE/DPTEC - Divisão de Informação Comercial, com base em dados do FMI - Direction of Trade Statistics, CD-January 2010.

(fob) - faturamento bruto

(cif) - custo, frete e seguro

COMÉRCIO EXTERIOR^a (US\$ milhões)		2004	2005	2006	2007	2008	2009^b
Exportações (fob)		98.218	110.160	130.556	152.460	173.235	87.861
Importações (cif)		94.407	118.143	130.605	141.346	178.526	57.563
Saldo comercial		1.809	-7.983	-49	11.114	-5.291	10.298
Intercâmbio comercial		190.623	226.303	261.161	293.806	351.761	125.424

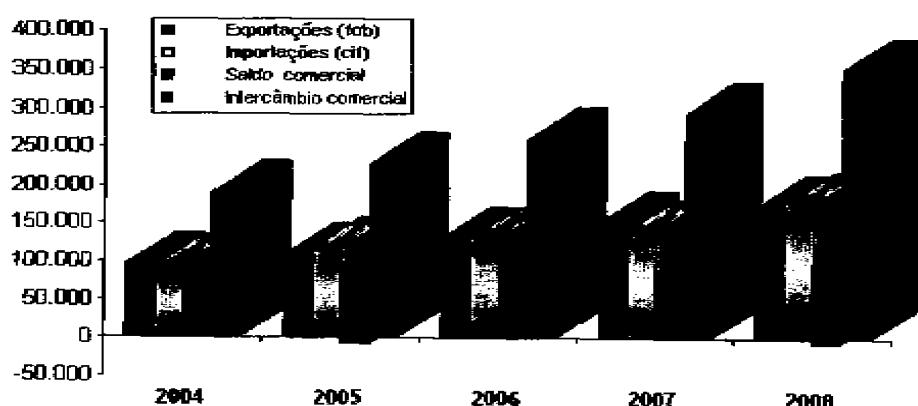
Elaborado pelo MRE/DPTEC - Divisão de Informação Comercial, com base em dados do FMI - Direction of Trade Statistics, CD-January 2010.

^a Os dados são estimados, necessitando serem confirmados com os apontos gerenciais no Balanço de Pagamentos, exceto por algumas contabilidades de menor valor que não são consideradas na elaboração da média.

^b Projeção - júnho

**COMÉRCIO EXTERIOR DA TAILÂNDIA
2004 - 2008**

(US\$ milhões)



Elaborado pelo MRE/DPTEC - Divisão de Informação Comercial, com base em dados do FMI - Direction of Trade Statistics, CD-January 2010.

**DADOS BÁSICOS E PRINCIPAIS INDICADORES
ECONÔMICO-COMERCIAIS
TAILÂNDIA**

DIREÇÃO DO COMÉRCIO EXTERIOR (US\$ milhões - mil)	2006	% no total	2007	% no total	2008	% no total	2009 ¹⁰ % no total	
EXPORTAÇÕES:								
Estados Unidos	19.626	15,0%	19.260	12,8%	19.754	11,4%	7.334	10,8%
Japão	16.492	12,6%	18.122	11,9%	18.724	11,4%	7.085	10,4%
China	11.610	9,0%	14.834	9,7%	15.876	9,2%	6.037	10,1%
Cingapura	8.411	6,4%	9.535	6,3%	8.844	5,7%	3.258	4,8%
Hong Kong	7.214	5,5%	8.688	5,7%	9.774	5,6%	4.248	6,3%
Malásia	6.656	5,1%	7.782	5,1%	9.717	5,6%	3.192	4,7%
Austrália	4.379	3,4%	5.726	3,8%	7.512	4,3%	3.539	5,2%
Indonésia	3.336	2,6%	4.788	3,1%	8.130	3,5%	1.980	2,9%
Vietnã	3.094	2,4%	3.803	2,5%	4.962	2,9%	1.926	2,6%
Países Baixos	3.260	2,5%	3.801	2,5%	3.970	2,3%	1.447	2,1%
Reino Unido	3.421	2,6%	3.552	2,3%	3.847	2,2%	1.412	2,1%
República da Coreia	2.689	2,1%	2.987	1,9%	3.568	2,1%	1.273	1,9%
Índia	1.822	1,4%	2.664	1,7%	3.353	1,9%	1.376	2,0%
Filipinas	2.580	2,0%	2.889	1,9%	3.280	1,9%	1.288	1,9%
Alemanha	2.343	1,8%	2.874	1,9%	3.025	1,7%	1.204	1,8%
Emirados Árabes Unidos	1.490	1,1%	2.207	1,4%	2.746	1,6%	1.160	1,7%
Camboja	1.240	1,0%	1.356	0,9%	2.019	1,2%	749	1,1%
Sulívia	926	0,7%	1.418	0,9%	1.860	1,1%	2.011	3,0%
Itália	1.502	1,2%	1.843	1,2%	1.929	1,1%	644	0,9%
Arábia Saudita	1.253	1,0%	1.369	0,9%	1.913	1,1%	870	1,3%
Fráncia	1.435	1,1%	1.651	1,1%	1.833	1,1%	742	1,1%
Laos	1.023	0,8%	1.312	0,9%	1.757	1,0%	789	1,2%
África do Sul	1.101	0,8%	1.322	0,9%	1.862	1,0%	603	0,9%
Bélgica	1.445	1,1%	1.862	1,1%	1.853	1,0%	617	0,9%
Canadá	1.245	1,0%	1.365	0,9%	1.406	0,9%	560	0,8%
Myanmar	762	0,6%	958	0,6%	1.317	0,8%	697	1,0%
Espanha	1.008	0,8%	1.297	0,9%	1.304	0,8%	331	0,5%
Brasil	622	0,5%	937	0,6%	1.214	0,7%	361	0,5%
SUBTOTAL	112.284	86,0%	129.869	85,2%	147.174	86,0%	67.534	84,8%
DEMOS PAÍSES	18.275	14,0%	22.491	14,8%	26.061	15,0%	10.327	15,2%
TOTAL GERAL	130.556	100,0%	152.460	100,0%	173.235	100,0%	67.861	100,0%

Elaborado pelo ANEXOPROF - Órgão de Informações Comerciais, sobre base em dados do FMI - *Commerce at Trade Statistics, CD January 2009/2010*.

Parâmetros: ano civil; direção direcionada; resultado base no mês de junho de 2009.

10/2009 - dados obtidos segundo disponibilidade das fontes.

(continuação)

DIREÇÃO DO COMÉRCIO EXTERIOR (BRS milhões - mil)	2006	% no total	2007	% no total	2008	% no total	2009 ¹⁰ % no total	
IMPORTAÇÕES:								
Japão	26.034	19,9%	28.674	20,3%	33.648	18,8%	10.134	17,8%
China	13.801	10,6%	16.302	11,6%	19.935	11,2%	7.261	12,6%
Estados Unidos	9.782	7,5%	9.653	6,9%	11.375	8,4%	3.904	6,8%
Emirados Árabes Unidos	7.219	5,5%	8.898	6,9%	10.734	8,0%	2.768	4,8%
Malásia	8.599	6,6%	8.703	6,2%	9.878	5,5%	3.730	6,5%
Arábia Saudita	4.261	3,2%	4.618	3,3%	7.306	4,1%	1.571	2,7%
Cingapura	5.780	4,4%	6.343	4,5%	7.189	4,0%	2.788	4,8%
República da Coreia	5.198	4,0%	5.338	3,8%	6.785	3,8%	2.434	4,2%
Indonésia	3.484	2,7%	4.025	2,8%	5.385	3,0%	1.840	2,8%
Austrália	3.453	2,6%	3.830	2,7%	5.123	2,8%	1.680	2,9%
Alemanha	3.323	2,5%	3.957	2,8%	4.462	2,5%	1.654	2,9%
Myanmar	2.349	1,8%	2.315	1,8%	3.791	2,1%	1.332	2,3%
Sulívia	1.331	1,0%	1.511	1,1%	3.730	2,1%	927	1,6%
Catar	1.552	1,2%	2.062	1,5%	2.994	1,7%	606	1,2%
Rússia	1.291	1,0%	1.552	1,1%	2.783	1,6%	541	0,9%
Omã	2.769	2,1%	2.620	1,9%	2.739	1,5%	795	1,4%
Pêñem	1.194	0,9%	1.439	1,0%	2.682	1,5%	499	0,9%
Índia	1.640	1,3%	2.085	1,5%	2.548	1,4%	719	1,2%
Filipinas	2.143	1,6%	2.183	1,5%	2.228	1,2%	685	1,2%
Brasil	879	0,7%	1.046	0,7%	2.071	1,1%	576	1,0%
Hong Kong	1.561	1,2%	1.454	1,0%	1.936	1,1%	876	1,5%
Reino Unido	1.336	1,0%	1.531	1,1%	1.777	1,0%	682	1,2%
Itália	1.507	1,2%	1.372	1,0%	1.582	0,9%	798	1,3%
SUBTOTAL	110.457	84,8%	119.579	84,6%	152.654	85,6%	48.611	84,4%
DEMOS PAÍSES	28.148	25,4%	21.767	18,4%	25.872	14,5%	8.982	15,6%
TOTAL GERAL	138.605	100,0%	141.346	100,0%	178.526	100,0%	57.693	100,0%

Elaborado pelo ANEXOPROF - Órgão de Informações Comerciais, sobre base em dados do FMI - *Commerce at Trade Statistics, CD January 2009/2010*.

Parâmetros: ano civil; direção direcionada; resultado base no mês de junho de 2009.

10/2009 - dados obtidos segundo disponibilidade das fontes.

**DADOS BÁSICOS E PRINCIPAIS INDICADORES
ECONÔMICO-COMERCIAIS
TAILÂNDIA**

COMPOSIÇÃO DO COMÉRCIO EXTERIOR	2008^{ff}	
	Valor	Part. %
EXPORTAÇÕES (US\$ milhões, fob)		
Caldeiras, máquinas, aparelhos e instrumentos mecânicos	30.917	17,6%
Máquinas, aparelhos e materiais elétricos	25.371	14,4%
Veículos automóveis, tratores e ciclos	16.495	9,4%
Borracha e suas obras	11.576	6,6%
Combustíveis, óleos e ceras minerais	11.300	6,4%
Pérolas naturais ou cultivadas, pedras preciosas ou semipreciosas, etc.	8.238	4,7%
Plásticos e suas obras	8.163	4,6%
Cereais	6.341	3,6%
Preparações de carne, de peixes ou de crustáceos	5.680	3,2%
Ferro fundido, ferro e aço	3.146	1,0%
Instrumentos e aparelhos de ótica, fotografia	2.825	1,6%
Produtos químicos orgânicos	2.810	1,6%
Peixes e crustáceos, moluscos e outros invertebrados aquáticos	2.590	1,5%
Ferro fundido, ferro e aço	2.305	1,3%
Vestuário e seus acessórios, de malha	2.104	1,2%
Preparações de produtos hortícolas, de frutas	1.695	1,0%
Açúcar e produtos de confecção	1.645	0,9%
		0,0%
Subtotal	143.201	81,4%
Demais Produtos	32.707	18,6%
Total Geral	175.908	100,0%

(continua)

IMPORTAÇÕES	(US\$ milhões, cif)	
Combustíveis, óleos e ceras minerais	37.210	20,8%
Máquinas, aparelhos e materiais elétricos	28.784	16,1%
Caldeiras, máquinas, aparelhos e instrumentos mecânicos	22.387	12,5%
Ferro fundido, ferro e aço	13.524	7,6%
Pérolas naturais ou cultivadas, pedras preciosas ou semipreciosas, etc.	9.373	5,2%
Plásticos e suas obras	6.165	3,5%
Veículos automóveis, tratores e ciclos	5.740	3,2%
Obras de ferro fundido, ferro ou aço	4.922	2,8%
Produtos químicos orgânicos	4.627	2,6%
Cobre e suas obras	3.514	2,0%
Instrumentos e aparelhos de ótica, fotografia	3.462	1,9%
Alumínio e suas obras	2.769	1,6%
Produtos diversos das indústrias químicas	2.458	1,4%
Adubos e fertilizantes	2.372	1,3%
Peixes e crustáceos, moluscos	2.288	1,3%
Produtos químicos inorgânicos	2.114	1,2%
Subtotal	151.709	84,9%
Demais Produtos	26.904	15,1%
Total Geral	178.613	100,0%

*Elaborado pelo MRE/MDIC/DEPEC - Divisão de Informação Comercial, com base em dados do INSTITUTO BRASILEIRO**Divergências nos dados estatísticos são explicadas pelo uso de diferentes fontes.**ff)ultimo período disponível em 08/2008*

**DADOS BÁSICOS E PRINCIPAIS INDICADORES
ECONÔMICO-COMERCIAIS
TAILÂNDIA**

INTERCÂMBIO COMERCIAL BRASIL - TAILÂNDIA⁽¹⁾ (US\$ mil. fob)	2005	2006	2007	2008	2009
Exportações	887.991	732.038	967.543	1.565.681	1.131.375
Variação em relação ao ano anterior	37,0%	-17,8%	32,2%	61,8%	-27,7%
Part. (%) no total das exportações brasileiras para a Ásia ⁽²⁾	4,8%	3,5%	3,8%	4,2%	2,9%
Part. (%) no total das exportações brasileiras	0,7%	0,6%	0,8%	0,8%	0,7%
Importações	621.627	736.758	1.005.186	1.420.374	1.270.768
Variação em relação ao ano anterior	18,5%	41,2%	36,4%	41,3%	-10,5%
Part. (%) no total das importações brasileiras da Ásia ⁽²⁾	3,1%	3,2%	3,3%	3,0%	3,5%
Part. (%) no total das importações brasileiras	0,7%	0,8%	0,8%	0,8%	1,0%
Intercâmbio comercial	1.409.618	1.468.796	1.972.729	2.986.055	2.402.743
Variação em relação ao ano anterior	29,5%	4,2%	34,3%	51,4%	-19,5%
Part. (%) no total do intercâmbio Brasil-Ásia ⁽²⁾	4,0%	3,4%	3,5%	3,5%	3,2%
Part. (%) no total do intercâmbio brasileiro	0,7%	0,6%	0,7%	0,8%	0,8%
Saldo comercial	366.264	-4.720	-37.643	145.307	-138.793

Elaborado pelo ANPEC/FACEC - Diretoria de Informações Comerciais, com base em dados do INDEC/SECEDE/MCT.

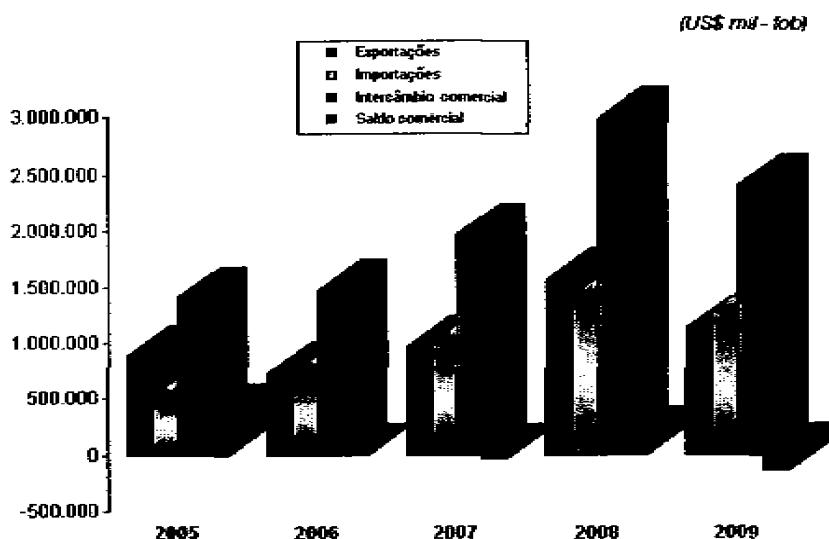
(1) As disponibilizadas nos dados estatísticos das exportações brasileiras e das importações do país e são expressas em reais, sem ajustes pelo tipo de câmbio, e também por diferentes metodologias de apuração.
(2) Exclusivo Comércio Móvel.

INTERCÂMBIO COMERCIAL BRASIL - TAILÂNDIA	(US\$ mil. fob)	2009 (jan)	2010 (jan)
Exportações		32.448	52.064
Variação em relação ao mesmo período do ano anterior		-96,3%	60,5%
Part. (%) no total das exportações brasileiras para a Ásia ⁽²⁾		1,5%	2,0%
Part. (%) no total das exportações brasileiras		0,3%	0,5%
Importações		100.289	136.334
Variação em relação ao mesmo período do ano anterior		-10,7%	36,5%
Part. (%) no total das importações brasileiras da Ásia ⁽²⁾		3,3%	3,8%
Part. (%) no total das importações brasileiras		1,0%	1,2%
Intercâmbio Comercial		132.737	189.018
Variação em relação ao mesmo período do ano anterior		42,5%	42,4%
Part. (%) no total do intercâmbio Brasil-Ásia ⁽²⁾		2,6%	3,0%
Part. (%) no total do intercâmbio brasileiro		0,7%	0,8%
Saldo Comercial		-67.841	-34.850

Elaborado pelo ANPEC/FACEC - Diretoria de Informações Comerciais, com base em dados do INDEC/SECEDE/MCT.

(2) Exclusivo Comércio Móvel.

INTERCÂMBIO COMERCIAL BRASIL - TAILÂNDIA 2005 - 2009



Este documento é do MERCOSUL - Órgão de Informação Comercial, com base em dados da Aduana Mercosul.

DADOS BÁSICOS E PRINCIPAIS INDICADORES ECONÔMICO-COMERCIAIS TAILÂNDIA

COMPOSIÇÃO DO INTERCÂMBIO COMERCIAL BRASIL-TAIÂNDIA (\$US mil - feb)	2009 (Jan)	% no total	2010 (Jan)	% no total
EXPORTAÇÕES: (Principais grupos de produtos)				
Resíduos e desperdícios das indústrias alimentares	20.791	64,1%	24.357	46,8%
Ferro fundido, ferro e aço	1.146	3,5%	7.130	13,7%
Algodão	3.940	12,1%	4.176	8,0%
Peles, exceto peleteria (peles com pelo) e couros	515	1,6%	2.730	5,2%
Produtos químicos orgânicos	32	0,1%	2.431	4,7%
Produtos farmacêuticos	518	1,6%	2.128	4,1%
Veículos automóveis, tratores, suas partes/aceessórios	1.045	3,2%	1.746	3,4%
Caldeiras, máquinas e aparelhos mecânicos	504	1,6%	1.693	3,3%
Subtotal	28.491	87,8%	46.391	89,1%
Demais Produtos	3.957	12,2%	5.693	10,9%
TOTAL GERAL	32.448	100,0%	52.084	100,0%
IMPORTAÇÕES: (Principais grupos de produtos)				
Caldeiras, máquinas, aparelhos e instr. mecânicos	36.433	36,3%	40.347	29,5%
Veículos automóveis, tratores suas partes/aceessórios	9.920	9,9%	26.828	19,6%
Borracha e suas obras	14.958	27,0%	24.731	18,1%
Máquinas, aparelhos e material elétricos suas partes	18.560	18,5%	24.412	17,8%
Plásticos e suas obras	2.421	2,4%	4.132	3,0%
Instrumentos e aparelhos de ótica, fotografia	5.022	5,0%	3.428	2,5%
Fibras sintéticas ou artificiais, descontínuas	2.645	2,6%	2.676	2,0%
Obras de ferro fundido, ferro ou aço	1.279	1,3%	1.492	1,1%
Filamentos sintéticos ou artificiais	1.381	1,4%	1.474	1,1%
Subtotal	92.619	92,4%	129.520	94,6%
Demais Produtos	7.670	7,6%	7.414	5,4%
TOTAL GERAL	100.289	100,0%	136.934	100,0%

Eletrodomésticos e EPIs - Dados de Informação Comercial, com base em dados da ANECA/SECEDE/MME.

**DADOS BÁSICOS E PRINCIPAIS INDICADORES
ECONÔMICO-COMERCIAIS
TAILÂNDIA**

COMPOSIÇÃO DO INTERCÂMBIO COMERCIAL BRASIL - TAILÂNDIA (US\$ mil. fob)	2007	% no total	2008	% no total	2009	% no total
EXPORTAÇÕES: (por principais produtos e grupos de produtos)						
Sementes e frutas oleaginosas, grãos, sementes	279.088	28,6%	536.617	34,3%	362.582	32,0%
Outros grãos de soja, mesmo triturados	278.934	28,0%	536.432	34,3%	362.579	32,0%
Resíduos e desperdícios das indústrias alimentares, etc	212.675	22,0%	272.290	17,4%	351.066	31,0%
Bagaços e outros resíduos sólidos da extração do óleo de soja	206.368	21,3%	267.122	17,1%	347.922	30,7%
Ferro fundido, ferro e aço	310.908	32,1%	485.904	31,0%	189.884	16,8%
Outros prods semimanuf ferro/aço, C<0,25%, sec transv. ret	92.109	9,5%	215.971	13,8%	95.875	8,5%
"Billets" de ferro/aço, c<0,25%, sec. transv. quad /ret. l<2e	42.859	4,4%	45.525	2,9%	28.242	2,5%
Ferro fundido bruto não ligado, c/peso <=0,5% de fósforo	100.402	10,4%	173.152	11,1%	19.441	1,7%
Produtos semimanufaturados de ferro/aço não ligados, carbono>=0,25%	17.303	1,8%	13.894	0,9%	18.045	1,6%
Algodão	24.102	2,5%	46.044	2,9%	41.650	3,7%
Aeronaves e outros aparelhos aéreos, etc	0	0,0%	45.099	2,9%	23.243	2,1%
Produtos farmacêuticos	2.658	0,3%	6.304	0,4%	18.217	1,6%
Subtotal	829.431	85,7%	1.392.258	88,9%	986.642	87,2%
Demais Produtos	138.112	14,3%	173.423	11,1%	145.333	12,8%
TOTAL GERAL	967.543	100,0%	1.565.681	100,0%	1.131.975	100,0%

Elaborado pelo INPESTAT/IBGE - Órgão de Informações Comerciais, nos termos do Edital da INCA/SECEx/CEPI/Ministério.

Grupos de produtos difundidos em outras classificações, tendo como base os valores apresentados no 2009.

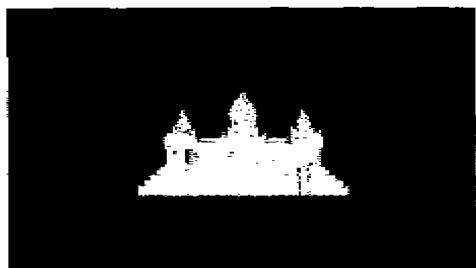
**DADOS BÁSICOS E PRINCIPAIS INDICADORES
ECONÔMICO-COMERCIAIS
TAILÂNDIA**

COMPOSIÇÃO DO INTERCÂMBIO COMERCIAL BRASIL - TAILÂNDIA (US\$ mil. fob)	2007	% no total	2008	% no total	2009	% no total
IMPORTAÇÕES: (por principais produtos e grupos de produtos)						
Caldelhas, máquinas, aparelhos e instrumentos mecânicos	218.365	21,7%	349.671	24,6%	437.631	34,4%
Unidades de discos magnéticos, plásticos rígidos	64.248	6,4%	109.546	7,7%	154.684	12,2%
Depurador por convers. catalítica de gases de escap. veic.	666	0,1%	10.729	0,8%	54.209	4,3%
Motores diesel/semidiesel, para veículos cap. > 87. 1500	25.232	2,5%	48.315	3,4%	42.764	3,4%
Motores diesel/semidiesel, para veículos cap. 87. 2500	5.262	0,5%	37.223	2,8%	33.723	2,7%
Outras partes para motores de explosão	13.523	1,3%	20.624	1,5%	20.212	1,6%
Outros fornos industriais ou de laboratório, elétricos	0	0,0%	0	0,0%	19.941	1,6%
Veículos automóveis, tratores e ciclos	103.896	10,3%	213.649	15,0%	234.171	16,9%
Outras partes e acess. de carroças p/ veic. automóveis	19.729	2,0%	61.484	4,3%	60.825	4,6%
Automóveis c/ motor diesel, cm ³ >2500, sup 6 passageiros	0	0,0%	86	0,0%	40.988	3,2%
Outras partes e acess. p/ tratores e veículos automóveis	17.749	1,8%	34.878	2,5%	29.594	2,3%
Outros veículos automóveis com motor diesel, p/carga <=5	36.882	3,7%	46.097	3,2%	0	0,0%
Máquinas, aparelhos e materiais elétricos	216.877	21,6%	274.470	19,3%	208.115	16,4%
Outras partes p/ aparelhos recept. radiofreq. televisão	55.938	5,6%	81.621	4,3%	29.804	2,3%
Microprocessadores mont. p/ superf. (SMD)	12.175	1,2%	19.082	1,3%	13.138	1,0%
Outros circuitos integrados monolíticos	13.870	1,4%	18.167	1,3%	15.073	1,2%
Circuitos impr. c/ comp. elétrico/elet. montados	2.428	0,2%	15.891	1,1%	8.465	0,7%
Jogos de fios p/ vela de ignição e outros fios p/ veic.	3.563	0,4%	11.788	0,8%	11.900	0,9%
Bobinas de deflexão (yokes) para tubos catódicos	15.083	1,5%	11.594	0,8%	3.165	0,2%
Borracha e suas obras	258.958	25,8%	315.016	22,2%	159.260	12,5%
Borracha natural granulada ou prensada	118.839	11,9%	135.351	9,5%	39.376	3,1%
Borracha natural em folhas fumadas	74.912	7,5%	98.858	6,8%	48.482	3,6%
Látex de borracha natural, mesmo pré-vulcanizado	17.550	1,7%	20.708	1,5%	14.705	1,2%
Fibras sintéticas ou artificiais, descontínuas	51.141	5,1%	51.548	3,6%	48.846	3,5%
Fio de fibras artificiais>=85%, simples	28.573	2,9%	30.874	2,2%	38.326	3,0%
Fio de fibras de poliésteres>=85%, retorc. mult.	4.921	0,4%	7.507	0,5%	4.625	0,4%
Subtotal	849.139	84,5%	1.204.353	84,8%	1.367.023	84,9%
Demais Produtos	156.047	15,5%	216.024	15,2%	203.745	15,0%
TOTAL GERAL	1.005.186	100,0%	1.420.374	100,0%	1.270.768	100,0%

Elaborado pelo INPESTAT/IBGE - Órgão de Informações Comerciais, nos termos do Edital da INCA/SECEx/CEPI/Ministério.

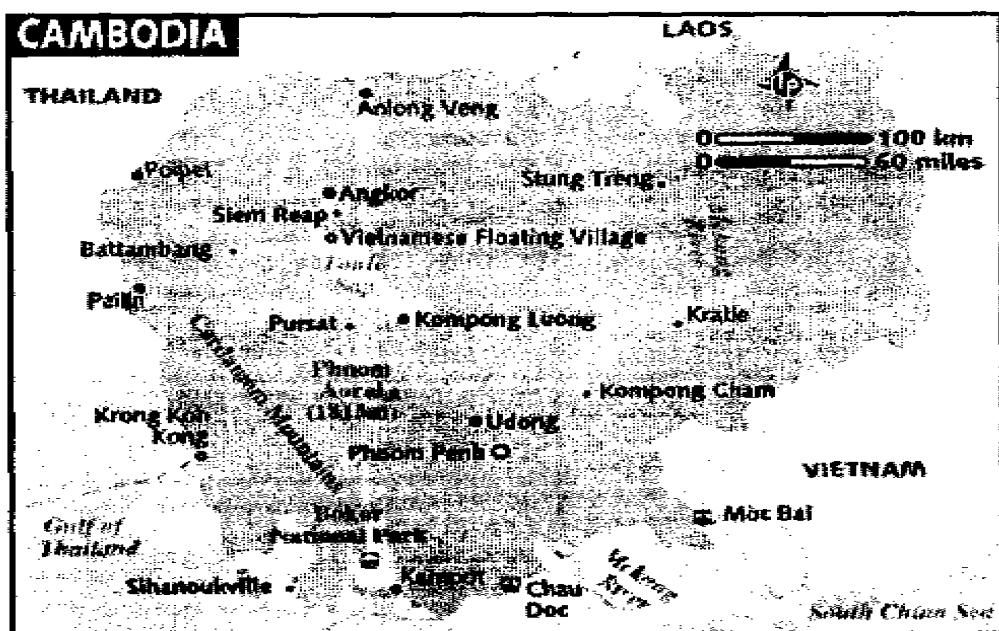
Grupos de produtos difundidos em outras classificações, tendo como base os valores apresentados no 2009.

**MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES
SUBSECRETARIA-GERAL DE ASSUNTOS POLÍTICOS-II
DEPARTAMENTO DA ÁSIA E OCEANIA
DIVISÃO DA ÁSIA E OCEANIA-II**



**CAMBOJA
INFORMAÇÃO AO SENADO FEDERAL**

Fevereiro de 2010



ÍNDICE

DADOS BÁSICOS.....	3
EVOLUÇÃO POLÍTICA RECENTE DO CAMBOJA.....	5
RELAÇÕES BILATERAIS.....	6
QUADRO GERAL	6
COOPERAÇÃO BILATERAL	7
DIÁLOGO MULTILATERAL E BIRREGIONAL.....	8
COMÉRCIO BILATERAL E INVESTIMENTOS	9
POLÍTICA INTERNA	10
POLÍTICA EXTERNA	12
RELAÇÕES COM A TAILÂNDIA.....	13
ECONOMIA E COMÉRCIO E INVESTIMENTOS	15
COMÉRCIO.....	16
ANEXOS.....	18
CRONOLOGIA DAS RELAÇÕES BRASIL-CAMBOJA.....	18
CRONOLOGIA HISTÓRICA DO CAMBOJA.....	19
DADOS ECONÔMICO-COMERCIAIS	21

DADOS BÁSICOS

NOME OFICIAL:	Reino do Camboja
CAPITAL:	Phnom Penh
ÁREA:	181.040 km ² (pouco menor que o Paraná)
POPULAÇÃO (EST. 2009):	14,8 milhões
IDIOMAS:	Khmer (oficial), francês, inglês
PRINCIPAIS RELIGIÕES:	Budismo (95%), outras (5%)
SISTEMA POLÍTICO:	Monarquia constitucional
CHEFE DE ESTADO:	Rei Norodom Sihamoni (desde 2004)
CHEFE DE GOVERNO:	Primeiro-Ministro Hun Sen (desde 1998)
MINISTRO DOS NEGÓCIOS ESTRANGEIROS:	Hor Namhong (desde 1998)
UNIDADE MONETÁRIA:	Riel
IDH (2007, publicado em 2009):	0,593 - 137º de 182 países listados
PIB (2008):	US\$ 11,1 bilhões
PIB PPP (2008):	US\$ 28 bilhões
PIB per capita (2008):	US\$ 760
PIB PPP per capita (2008):	US\$ 1.918
CRESCIMENTO DO PIB (2008):	5,0%
CRESCIMENTO DO PIB (EST. 2009):	-1,5%
CRESCIMENTO DO PIB (PREV. 2010):	3,3%
COMÉRCIO EXTERIOR (2008):	US\$ 12,466 bilhões
EXPORTAÇÕES (2008):	US\$ 4,253 bilhões
IMPORTAÇÕES (2008):	US\$ 8,213 bilhões
PRINCIPAIS PRODUTOS DE EXPORTAÇÃO (2008):	1. Vestuário (84,9%); 2. Calçados (6,6%); 3. Veículos e partes (1,5%)
PAÍSES DE DESTINO DAS EXPORTAÇÕES (2008):	1. Estados Unidos (54,4%); 2. Alemanha (7,7%); 3. Canadá (5,9%)
PRINCIPAIS PRODUTOS DE	1. Tecidos (15,2%);

IMPORTAÇÃO (2008):	2. Combustíveis (11,5%); 3. Veículos e partes (8,4%)
PAÍSES DE ORIGEM DAS IMPORTAÇÕES (2008):	1. Tailândia (27,0%); 2. Vietnã (19,2%); 3. China (14,7%)
EMBAIXADOR DO BRASIL PARA O CAMBOJA:	Edgard Telles Ribeiro (em Bangkok)
EMBAIXADOR DO CAMBOJA PARA O BRASIL:	Não há Embaixada residente no Brasil

Fontes: DIC/MRE, fevereiro de 2010; *The Economist Intelligence Unit, Country Report*, janeiro de 2010.

INTERCÂMBIO COMERCIAL BILATERAL (em US\$ mil, FOB)

BRASIL→ CAMBOJA	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009
Exportações	611	671	744	734	1.683	2.851	4.941	3.571
Importações	137	227	530	526	1.031	3.780	5.520	9.099
Saldo	474	444	213	208	652	-929	-579	-5.528
Corrente de comércio	748	897	1.274	1.260	2.714	6.631	10.461	12.670

Fonte: Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior.

EVOLUÇÃO POLÍTICA RECENTE DO CAMBOJA

O Camboja é um dos países mais pobres do Sudeste Asiático. Após 90 anos de domínio francês, o país mergulhou em um estado permanente de guerra civil. Durante o período, sucederam-se no poder dirigentes pró-EUA (1970-75), revolucionários do Khmer Rouge (1975-79), ligados a Pequim, e governantes alinhados ao Vietnã (1979-90).

Como resultado das décadas de turbulência, a economia do país estava completamente desestruturada no início da década de 1990, quando um novo período de relativa estabilização política permitiu ao Camboja retomar o desenvolvimento. A monarquia foi restabelecida, a via socialista anterior abandonada e foram iniciados processos de relativa abertura política e econômica.

Apesar de a democracia estar ainda longe de ser consolidada no país, o recurso à força já foi abandonado há quase duas décadas. As principais preocupações, no campo político, dizem respeito à corrupção, à perseguição de opositores, à precariedade do sistema legal e às dificuldades de formação de gabinetes a cada nova eleição.

No campo econômico, o Camboja tem prosperado, com taxas de crescimento de dois dígitos entre 2004 e 2008 e inflação controlada. Apesar disso, o país continua a depender de ajuda estrangeira. O setor que mais emprega a população cambojana é a agricultura de subsistência, especialmente do arroz. Também merecem destaque o setor de turismo e a indústria têxtil, que sustentam as contas externas do país. O país conta com importantes reservas energéticas, tanto na forma de potencial hidrelétrico quanto na de petróleo e gás, recentemente descobertos.

No plano externo, a estabilização do Camboja permitiu sua reaproximação com os países vizinhos e sua reinserção no comércio global.

Em 1999, aderiu à ASEAN e, em 2004, ratificou sua adesão à OMC. Uma das principais preocupações da política externa cambojana é equilibrar a dependência de recursos de ajuda externa com a não-interferência em assuntos internos pelas potências ocidentais, que exercem pressão em questões de direitos humanos. Dentro dessa perspectiva, a China ocupa posição de grande relevo para a diplomacia cambojana.

RELAÇÕES BILATERAIS

Quadro geral

Após haverem sido suspensas em 1966, as relações entre o Brasil e o Camboja foram retomadas em 1994, quando foi assinada, em Nova York, a Declaração Conjunta de Reativação das Relações Diplomáticas entre os dois países, e o Brasil reabriu a Embaixada naquele país, cumulativamente com Bangkok. Há registro de interesse, por parte do então Primeiro-Ministro Norodom Ranariddh, em 1995, de abertura de Embaixada cambojana em Brasília, com jurisdição sobre toda a América Latina, sem que o assunto tenha prosperado desde então.

As relações são ainda incipientes e desenvolvem-se sobretudo mediante contatos entre as representações brasileira e cambojana, em Bangkok e nos organismos internacionais, e por meio das visitas do Embaixador cumulativo a Phnom Penh. O Embaixador Edgard Telles Ribeiro apresentou cartas credenciais ao Rei Norodom Sihanoni em 28 de junho de 2006 e realizou visita ao país em junho de 2009.

Em maio de 2000, visitou o Brasil o Príncipe Norodom Ranariddh, Presidente da Assembléia do Reino do Camboja. Na ocasião, manteve encontros com o então Presidente da Câmara dos Deputados, Deputado Michel Temer, e com o então Ministro de Estado das Relações Exteriores,

Embaixador Luiz Felipe Lampreia. O Camboja participou da I Reunião Ministerial Mercosul-ASEAN, em novembro de 2008, em Brasília, com delegação chefiada pelo Embaixador junto às Nações Unidas, Embaixador Kosal Sea, que havia também liderado sua delegação à III Reunião Ministerial do FOCALAL, em Brasília, em 2007.

Em visita ao Brasil, o Vice-Chanceler do Camboja, Long Visalo, encontrou-se com o Secretário-Geral do Itamaraty, em setembro de 2009, com o objetivo de solicitar o apoio brasileiro à candidatura cambojana à vaga no Comitê do Patrimônio Mundial da UNESCO. A Parte brasileira afirmou que examinaria a possibilidade de troca de votos entre a candidatura cambojana ao Comitê do Patrimônio Mundial e a brasileira ao Conselho Executivo, em 2011. O Brasil votou no Camboja e na Tailândia, que foram eleitos. A questão reveste-se de grande sensibilidade tendo em conta a disputa entre o Camboja e a Tailândia pela área adjacente ao Templo Preah Vihear, Patrimônio da Humanidade reconhecido pela UNESCO desde 2008.

Em janeiro de 2010, o Subsecretário-Geral de Assuntos Políticos II do Itamaraty, Embaixador Roberto Jaguaribe, manteve encontro com o Vice-Primeiro-Ministro e Ministro dos Negócios Estrangeiros do Camboja, à margem da IV Reunião Ministerial do Fórum de Cooperação América Latina-Ásia do Leste (FOCALAL). Discutiram-se, entre outros temas, a possibilidade de implementação de projeto do Fundo IBAS ao Camboja e o pleito brasileiro a assento permanente no CSNU.

Cooperação bilateral

As poucas iniciativas de cooperação entre o Brasil e o Camboja encontram-se em fase inicial de discussão. Apresentam maior potencial as áreas de pesquisa agrícola e educação.

Em encontro com o Embaixador Edgard Telles Ribeiro, o Secretário de Estado do Camboja manifestou grande preocupação com o tema da segurança alimentar e com as proporções que o problema poderia assumir, num contexto de crise financeira internacional. Em relação a questões de cooperação técnica, o Secretário de Estado transmitiu o interesse de que, na eventual ida de especialistas da EMBRAPA à Tailândia, estes fossem também a Phnom Penh.

O Fundo IBAS (Brasil, Índia e África do Sul) aprovou projeto em outubro de 2009 para o Camboja, que prevê construir e equipar pavilhão destinado a crianças com necessidades especiais, em hospital pertencente ao Ministério da Saúde do Camboja, executor do projeto. Também prevê a capacitação de profissionais na área de saúde.

Em setembro de 2009, o Camboja, assim como as Filipinas, a China, o Vietnã, o Laos e a Tailândia, foi atingido duramente pela tempestade Ketsana, que afetou sobretudo a região central do país, deixando 43 mortos e 66 mil desabrigados. O Brasil doou ao Camboja US\$ 10 mil, destinados à aquisição de alimentos junto a produtores locais.

Diálogo multilateral e birregional

Reforma do Conselho de Segurança das Nações Unidas (CSNU)

O Camboja defende a criação de novos assentos permanentes e eletivos no Conselho de Segurança e demonstrou simpatia pela candidatura do Brasil a assento permanente no Conselho. Desde 1999, o país já apoia a Alemanha, a Índia e o Japão.

Em encontro com o Secretário de Estado Ouch Borith (posição correspondente à de Secretário-Geral, no Brasil), em junho de 2009, o Embaixador brasileiro Edgard Telles Ribeiro obteve a informação de que o Camboja apoia o pleito brasileiro de ocupar um assento permanente em um

Conselho de Segurança reformado, lado a lado com a Índia, a Alemanha e o Japão.

O assunto foi novamente tratado em encontro entre o Subsecretário-Geral de Assuntos Políticos II do Itamaraty, Embaixador Roberto Jaguaribe, e o Vice-Primeiro-Ministro e Chanceler do Camboja, em janeiro de 2010. Na ocasião, o Chanceler afirmou que seu país apoiará o pleito brasileiro a uma vaga permanente no CSNU e sugeriu que o assunto seja acompanhado pelas missões dos dois países junto à ONU. Aguarda-se declaração formal para que o apoio seja confirmado.

Comércio bilateral e investimentos

Foi a seguinte a evolução do comércio bilateral nos últimos anos:

INTERCÂMBIO COMERCIAL BILATERAL (em US\$ mil, FOB)

BRASIL → CAMBOJA	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009
Exportações	611	671	744	734	1.683	2.851	4.941	3.571
Importações	137	227	530	526	1.031	3.780	5.520	9.099
Saldo	474	444	213	208	652	-929	-579	-5.528
Corrente de comércio	748	897	1.274	1.260	2.714	6.631	10.461	12.670

Fonte: Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior.

Como se observa, as transações entre o Brasil e o Camboja são muito modestas.

Houve contatos, na década de 1990, entre a COPEL, a INEPAR e a ELETROBRÁS, para identificar possibilidades de cooperação na área de energia. A crise regional do final da década paralisou os entendimentos, que não foram retomados.

POLÍTICA INTERNA

Em 1863, o Camboja tornou-se um protetorado da França. Em 1941, os franceses foram expulsos pelo Japão. Após um período de retorno ao domínio francês, entre 1946 e 1953, foi ratificado acordo pelo qual o Camboja obteve sua independência, sob a forma de monarquia. Em 1970, é proclamada a República do Khmer, liderada pelo Presidente-eleito General Lon Nol, pró-EUA. O regime sofreu oposição dos guerrilheiros do Khmer Rouge, fazendo o país submergir rapidamente em guerra civil. Apesar da intervenção dos EUA, o Khmer Rouge tomou a capital em 17 de abril de 1975.

As forças revolucionárias do Khmer Rouge proclamaram o estado revolucionário em 1976, sob liderança de Pol Pot. O regime de Pol Pot tentou isolar o Camboja e implementou uma política externa aliada a Pequim e de confrontação com o Vietnã, além de abolir a moeda e obrigar a população a trabalhar em cooperativas rurais ou campos de trabalho industrial. Essa estratégia econômica se mostrou desastrosa, havendo resultado no caos econômico e fome generalizada, além de um número estimado em 1,7 milhão de mortes. As tensões com o Vietnã escalaram, culminando com a invasão de 1978 e o estabelecimento da República Popular do Kampuchea, liderada pelo Partido Revolucionário do Kampuchea (PRK), pró-Vietnã. A guerrilha, contudo, prosseguiu.

Em 1989, teve início a estabilização do país. Com a retirada das tropas vietnamitas, o Primeiro-Ministro Hun Sen abandonou a via anterior do socialismo, buscando atrair investimentos estrangeiros. Em 1991, um acordo de paz foi assinado em Paris, estabelecendo uma autoridade transitória da

ONU. A atual constituição, promulgada em 1993, instituiu a monarquia constitucional.

O Rei é escolhido por um conselho real, formado pelos dirigentes máximos do país, inclusive o Primeiro-Ministro, e por monges budistas de alta hierarquia eclesiástica. O Rei Norodom Sihamoni é o Chefe de Estado desde 29 de outubro de 2004. Desde 1985, o Primeiro-Ministro Hun Sen já liderou diversas vezes o governo.

O Partido do Povo Cambojano (CPP), de Hun Sen, domina a política nacional, tendo obtido 90 das 123 cadeiras nas últimas eleições da Assembléia Nacional, em 2008. A oposição é centralizada no Partido de Sam Rainsy (SRP), sobre o qual há rumores de receber recursos dos Estados Unidos. A Frente Nacional Unida para um Camboja Independente, Neutro, Pacífico e Cooperativo (Funcinpec), que compõe a coalizão governista, já foi um partido de grande expressão, mas possui hoje apenas duas cadeiras na Assembléia Nacional. Está em ascensão o Partido dos Direitos Humanos (HRP), de oposição, que foi o terceiro mais votado nas últimas eleições parlamentares, em 2008, com três cadeiras. Apesar de o SRP e HRP formarem o grupo de oposição “Movimento Democrático pela Mudança”, sua atuação tem sido pouco efetiva, dado o estrito controle exercido pelo partido hegemônico, o que leva a preocupações quanto ao Camboja estar se tornando, na prática, um Estado unipartidário.

Em janeiro de 2010, o Judiciário cambojano expediu mandado de prisão contra Sam Rainsy – líder da oposição - em consequência de seu envolvimento em protesto, em outubro de 2009, contra a demarcação de fronteiras com o Vietnã (baseada em controvertido tratado de limites assinado em 2005, que teria derivado das estreitas relações do Partido no poder com o Vietnã, e gerou protestos de camponeses). Sam Rainsy está na França, e afirmou que não regressará ao Camboja enquanto o caso não for resolvido. O

Líder oposicionista já havia sido processado em 2005 – gerando condenação por parte dos EUA –, por difamação ao Primeiro-Ministro, tendo recebido o perdão real.

A situação política e humana do Camboja apresenta problemas persistentes, mas notam-se avanços em algumas áreas. Persistem no país a falta de separação entre os três poderes; o domínio do CPP sobre o processo eleitoral; a intimidação sofrida pela oposição; a restrição à imprensa; a corrupção disseminada; a apropriação sumária de terras; e o tráfico de crianças e de mulheres. Entre os avanços recentes, destacam-se a realização de eleições regulares; a existência de oposição parlamentar; a atividade informativa da imprensa; o fato de os juízes e promotores estarem mais bem qualificados e menos submetidos à polícia; e o aumento na qualidade de vida com o crescimento econômico dos últimos anos.

Em 2006, foi composto, com o apoio da ONU, um tribunal para julgar líderes vivos do Khmer Rouge por genocídio. A primeira audiência ocorreu em 2008. Em dezembro de 2009, o Tribunal do Camboja, como ficou conhecido, acusou quatro líderes do grupo, incluindo o ex-Chefe de Estado Khieu Samphan, de promover o massacre das minorias vietnamita e cham (muçulmana) do país.

POLÍTICA EXTERNA

A agenda da política externa do Camboja é muito marcada pelas diferenças com a ONU e com os Estados Unidos sobre a temática de direitos humanos. Apesar disso, os recursos de ajuda oficial procedentes dos países ocidentais continuam expressivos.

Um dos principais parceiros do Camboja é a China. Em dezembro de 2009, o Camboja recebeu a visita do Vice-Presidente Xi Jinping, que assinou

14 acordos, abrangendo projetos que incluem empréstimos e doações, no valor total de US\$ 1,2 bilhão. No mesmo mês, o Governo do Camboja entregou à China grupo de 20 uigures – grupo étnico que habita área turbulenta do noroeste chinês - que buscavam asilo em Phnom Penh. Ativistas internacionais da área dos direitos humanos e o governo dos EUA condenaram a decisão cambojana.

As relações com o Vietnã estreitaram-se consideravelmente durante o Governo Hun Sen. A proximidade do Primeiro-Ministro cambojano com o Partido Comunista vietnamita, entretanto, gera controvérsia no Camboja, onde persiste ressentimento em relação ao período de ocupação vietnamita do país, entre 1978 e 1990. Nesse sentido, o empenho cambojano em resolver questões fronteiriças com o Vietnã tem sofrido resistência interna, a exemplo dos protestos conduzidos pelo líder oposicionista Sam Rainsy, em outubro de 2009, que resultaram em seu mandado de prisão.

Tendo aderido à ASEAN em 1999, o Camboja conta com cronogramas e regimes diferenciados de abertura comercial dentro do bloco, em razão de seu menor desenvolvimento relativo. Um tema sensível para os cambojanos, no âmbito da ASEAN, é a questão de Myanmar, cuja política na área de direitos humanos é vista de forma condescendente por Phnom Penh.

O Camboja candidatou-se a membro não-permanente do Conselho de Segurança da ONU para o biênio 2013-2014, tendo solicitado o apoio do Brasil. O país não ocupa um assento no CSNU desde 1956. O Brasil, entretanto, já comprometeu seu voto à Coreia do Sul.

Relações com a Tailândia

Apesar dos vínculos econômicos com a Tailândia, a interação entre os dois países é bastante delicada. As relações caracterizam-se pela disputa, por

vezes violenta, pela região adjacente ao Templo Preah Vihear, Patrimônio da Humanidade reconhecido pela UNESCO, em julho de 2008. Desde então, têm-se registrado inúmeros incidentes na fronteira entre os dois países.

Após confronto em outubro de 2008, que resultou na morte de dois soldados cambojanos,¹² a Chancelaria tailandesa convocou “briefing”, no qual abandonou o tom conciliatório que adotara nos casos anteriores. O incidente fronteiriço foi considerado pelo Governo tailandês como um “act of aggression” e alertou-se que os efetivos militares tailandeses, bem como seu equipamento bélico, “ultrapassam largamente as forças cambojanas”. A Chancelaria tailandesa afirmou, no entanto, que não se oporia a um papel apaziguador da ASEAN ou a uma mediação, embora mesmo esta alternativa tenha de ser previamente submetida ao Parlamento.

Apesar de decisão da Corte Internacional de Justiça (CIJ) em 1962 favorável ao Camboja, Bangkok alega que a decisão aplica-se somente ao templo propriamente dito, e não à área adjacente. Esta permaneceu sem demarcação da fronteira e é ocupada parcialmente pela Tailândia e pelo Camboja, em áreas que ambos reivindicam. O diferendo fronteiriço é um dos desafios do processo de integração no Sudeste Asiático, no âmbito da ASEAN.

As relações entre os dois países fragilizaram-se ainda mais em novembro de 2009, quando o Primeiro-Ministro do Camboja, Hun Sen, nomeou o ex-Primeiro-Ministro tailandês Thaksin Shinawatra – condenado pela justiça tailandesa – seu assessor econômico. Segundo analistas, Hun Sen desejava o retorno de Thaksin ao poder, para que os dois países possam dar andamento à exploração conjunta de petróleo e gás em área marítima litigiosa no Golfo da Tailândia. A Tailândia reagiu retirando seu Embaixador de Phnom Penh e solicitando a extradição de Thaksin, negada pelo Governo cambojano, sob a alegação de que a condenação do ex-Primeiro Ministro teria motivação política.

Em janeiro de 2010, o Primeiro-Ministro cambojano visitou a região do Templo Preah Vihear, gerando novos atritos às relações bilaterais. A autoridade cambojana ameaça levar o diferendo à CIJ e ao Conselho de Segurança da ONU, caso não se viabilize uma solução bilateral "em breve". Nesse sentido, porta-voz do Ministério dos Negócios Estrangeiros do Camboja queixou-se da lentidão do governo tailandês em referendar entendimentos obtidos no âmbito da Comissão Mista de Fronteiras.

O desentendimento entre os dois países sobre o tema deverá ser novamente objeto de atenção no âmbito do Comitê do Patrimônio Mundial, durante sua 34^a sessão, a ser realizada em Brasília, em julho e agosto de 2010. A esse respeito, cabe destacar a visita que o Vice-Chanceler do Camboja, Long Visalo, realizou ao Brasil, em setembro de 2009, para solicitar a seu homólogo brasileiro apoio à candidatura cambojana a vaga no Comitê do Patrimônio Mundial da UNESCO. O Brasil votou no Camboja e na Tailândia, que foram eleitos.

ECONOMIA E COMÉRCIO E INVESTIMENTOS

A economia cambojana foi devastada pelos anos de guerra. À estabilização política, seguiram-se a adesão à ASEAN, em 1999, e à OMC, ratificada em 2004.

Com o fim do acordo sobre têxteis da OMC, em janeiro de 2005, a indústria têxtil do Camboja passou a sofrer concorrência direta da China e da Índia. O setor tem logrado, entretanto, acompanhar o rápido crescimento da economia cambojana, permanecendo como o mais dinâmico.

Cerca de 70% da população dependem da agricultura de subsistência, especialmente nos férteis arrozais ao longo das margens do Rio Mekong. A agricultura responde por quase um terço do PIB do país.

O turismo, devido à presença do templo de Angkor, contribui fortemente para o PIB do país, avaliado em US\$ 11,1 bilhões (2008).

Os investimentos estrangeiros são inibidos pelas constantes crises políticas, pela corrupção e pelo sistema legal precário. Em 2007, o país recebeu US\$ 867 milhões em investimento externo direto e recorre, com freqüência, a doações internacionais. Ainda assim, delegação visitante do FMI elogiou a prudência da política macroeconômica cambojana, responsável por aumento na confiança dos investidores.

O Camboja tem grande potencial hidrelétrico e pode tornar-se exportador de hidrocarbonetos para os países da região. Desde 2005, a empresa Chevron tem descoberto importantes reservas de petróleo e gás no Golfo da Tailândia, com produção esperada para começar em 2013. As exportações ingressam no mercado norte-americano livres de quotas e de impostos de importação, exceto para vendas de armas.

Com a crise econômica global, o governo tem adotado política fiscal expansionista, como forma de manter forte a demanda doméstica. O orçamento de 2010 prevê aumento dos gastos públicos em US\$ 2 bilhões, ampliando o déficit público. A política monetária também tem tido a função de estimular o crescimento doméstico após a queda das exportações e do turismo, mas seus efeitos são diminuídos em razão da extensa dolarização da economia.

O crescimento do PIB em 2008 foi de 5%, com estimativa de queda de 1,5% em 2009 e previsão de recuperação de 3,3% em 2010. A inflação é bastante volátil: em 2008, foi de 25%; já em 2009, houve deflação de 0,5%.

Comércio

O país exportou para seus parceiros, em 2008, sobretudo roupas (84,9%) e calçados (6,6%), em um total geral de US\$ 4,3 bilhões. Importou,

em 2008, US\$ 8,2 bilhões, com destaque para tecidos de malha (15,2%); combustíveis, óleo e ceras minerais (11,5%); veículos (8,4%); e aparelhos mecânicos (7,3%). Destacam-se os mercados dos EUA, Alemanha e Canadá, no sentido das exportações, e da Tailândia, Vietnã e China, no sentido das importações. A economia nacional tem no turismo, voltado sobretudo para as ruínas de Angkor Vat, uma de suas principais fontes de renda.

Em janeiro de 2010, entrou em vigor a Área de Livre-Comércio entre a China e os países da ASEAN (CAFTA). Trata-se da terceira maior área de livre-comércio do mundo em termos de volume de comércio, após a União Européia e o NAFTA, reunindo 1,9 bilhão de habitantes em 11 países, com PIB total de cerca de US\$ 6 trilhões e volume total de comércio de cerca de US\$ 5 trilhões. Em que pese ter aplicação imediata para a maioria dos membros da ASEAN, os quatro membros mais novos (Vietnã, Laos, Camboja e Myanmar) têm prazo diferenciado de desgravação tarifária, até 2015, devido à condição de menor desenvolvimento econômico relativo.

ANEXOS**Cronologia das Relações Brasil-Camboja**

1994 -	Reativação das relações diplomáticas. Abertura da Embaixada brasileira, cumulativa em Bangkok
2000 -	Visita do Príncipe Norodom Ranariddh, quando se encontrou com o então Presidente da Câmara dos Deputados, Michel Temer, e com o então Ministro das Relações Exteriores, Luiz Felipe Lampreia.
2006 -	Apresentação de cartas credenciais do Embaixador Edgard Telles Ribeiro ao Rei Norodom Sihanoni.
2007 -	Participação do Embaixador cambojano junto às Nações Unidas, Embaixador Kosal Sea, na III Reunião Ministerial do FOCALAL, em Brasília.
2008 -	Participação do Embaixador cambojano junto às Nações Unidas, Embaixador Kosal Sea, na I Reunião Ministerial Mercosul-ASEAN, em Brasília.
2009 – junho:	Visita de trabalho do Embaixador Edgard Telles Ribeiro ao Camboja. Encontro com o então Secretário de Estado Ouch Borith.
2010 – janeiro:	Encontro entre o Subsecretário-Geral de Assuntos Políticos II, Embaixador Roberto Jaguaribe, e o Vice-Primeiro-Ministro e Ministro dos Negócios Estrangeiros do Camboja, Hor Namhong, à margem da IV Reunião Ministerial do FOCALAL.

Cronologia Histórica do Camboja

1863	O Camboja torna-se protetorado francês.
1941	O país é ocupado pelo Japão, durante a II Guerra Mundial.
1945	Final da ocupação japonesa.
1946	Reinício do domínio francês. Grupos comunistas formam resistência armada.
1953	O Camboja conquista sua independência.
1955	O Rei Sihanouk abdica ao trono e torna-se Primeiro-Ministro.
1965	O país rompe relações diplomáticas com os EUA. Instalação de bases norte-vietnamitas no Camboja, no contexto da Guerra do Vietnã (posteriormente atacadas em bombardeios secretos norte-americanos).
1970	Após golpe militar, o General Lon Nol declara a República Khmer e ataca as forças norte-vietnamitas.
1975	A guerrilha comunista Khmer Vermelho toma o poder, liderada por Pol Pot. Sihanouk volta a ser Chefe de Estado e o país é renomeado Kampuchea. “Ano Zero” do Khmer Vermelho e migração forçada das cidades para o campo. Nos três anos seguintes, estima-se que morrem 1,7 milhão de cambojanos.
1976	Pol Pot ascende a Primeiro-Ministro. Resignação de Sihanouk.
1977	Conflitos com o Vietnã.
1978	Forças vietnamitas invadem o país.
1979	A capital Phnom Penh é tomada. Pol Pot e o Khmer Vermelho fogem para a fronteira com a Tailândia.
1981	O Partido Revolucionário do Povo Kampuchea, pró-Vietnã, vence as eleições. A comunidade internacional não aceita o resultado, e o governo exilado do Khmer Vermelho retém o assento na ONU.
1985	Hun Sen é eleito Primeiro-Ministro. Guerrilhas internas forçam centenas de milhares a tornarem-se refugiados.
1989	As forças vietnamitas saem do país. Buscando investimentos estrangeiros, o socialismo é abandonado, o budismo reintroduzido como religião oficial e o país é renomeado como Estado do Camboja.
1991	Acordo de Paz é assinado em Paris. ONU estabelece autoridade transitória.
1993	Partido monarquista vence as eleições. Coalizão define o Príncipe Norodom Ranariddh como Primeiro-Ministro, Hun Sen como Vice e Sihanouk é restabelecido como Rei. País renomeado para Reino do Camboja. Khmer Vermelho perde o assento na ONU.
1994	Governo anistia milhares de combatentes do Khmer Vermelho, que depõem as armas.

1997	Hun Sen lidera golpe e derruba o Príncipe Ranariddh. Processo de adesão à ASEAN é suspenso. O Khmer Vermelho julga e condena Pol Pot à prisão perpétua.
1998	Ranariddh é julgado e condenado à revelia, mas recebe o perdão Real. Em eleições contestadas, Hun Sen torna-se Primeiro-Ministro e Ranariddh torna-se Presidente da Assembleia Nacional.
1999	Adesão à ASEAN é concluída.
2001	O Senado cria tribunal para julgar acusações de genocídio contra os líderes do Khmer Vermelho. Inaugurada primeira ponte sobre o Rio Mekong, conectando leste e oeste do país.
2002	Primeiras eleições locais multipartidárias. Coalizão governante conquista expressiva vitória.
2003	Tensões com a Tailândia por comentários sobre o templo de Angkor Wat. Governo do Primeiro-Ministro Hun Sen vence eleições gerais.
2004	Hun Sen é apontado como Primeiro-Ministro, após impasse de quase um ano no Parlamento. Parlamento ratifica adesão à OMC.
2007	Início dos julgamentos de líderes do Khmer Vermelho.
2008	Eleições parlamentares, vencidas pela coalizão do Governo, são contestadas. Após ser listado como Patrimônio da Humanidade pela ONU, templo de Preah Vihear torna-se foco de disputas com a Tailândia. Tropas de ambos os lados são enviadas para a região. Dois soldados cambojanos morrem em escaramuças com tailandeses.
2009	Tensão na fronteira com a Tailândia prossegue.

Dados Econômico-Comerciais

DADOS BÁSICOS		
Nome oficial	Camboja	
Superfície	181.035 Km ²	
Localização	Ásia	
Capital	Phnom Penh	
Principais cidades	Battambang, Phnom Penh, Sihanoukville	
Idiomas oficiais	Khmer	
PIB a preços correntes (2009 - estimativa EU)	US\$ 10,5 bilhões	
PIB "per capita" (2009)	US\$ 700	
Moeda	Riel	

Elaborado pelo MESCOPF/DC - Divisão de Informação Comercial, com base em dados da EU-Economic Intelligence Unit, Country Report January 2010.

INDICADORES SOCIOECONÔMICOS	2005	2006	2007	2008 ⁽¹⁾	2009 ⁽²⁾
População (em milhões de habitantes)⁽²⁾	13,9	14,1	14,3	14,6	14,8
Densidade demográfica (hab/Km²)	76,8	77,9	79,0	80,6	81,8
PIB a preços correntes (US\$ bilhões)	8,3	7,3	8,6	11,1	10,5
Crescimento real do PIB (%)	13,3	10,8	10,2	5,0	-1,5
Variação anual do índice de preços ao consumidor (%)⁽²⁾	8,4	4,2	14,0	12,5	6,5
Dívida externa (US\$ bilhões)	3,5	3,5	3,8	4,1	4,2
Reservas internacionais (US\$ bilhões)⁽²⁾	1,18	1,41	2,14	2,84	3,30
Câmbio (CR / US\$)⁽²⁾	4,112	4,057	3,989	4,077	4,148

Elaborado pelo MESCOPF/DC - Divisão de Informação Comercial, com base em dados da EU-Economic Intelligence Unit, Country Report January 2010.

(1)Estimativa.

(2)Data real.

**DADOS BÁSICOS E PRINCIPAIS INDICADORES
ECONÔMICO-COMERCIAIS
CAMBOJA**

BALANÇO DE PAGAMENTOS (US\$ milhões)		2004	2005	2006	2007	2008	2009 ^(*)
A. Balança comercial (líquido - fob)		-1.383	-1.826	-279			
Exportações		4.088	4.708	1.127			
Importações		5.471	6.534	1.406			
B. Serviços (líquido)		615	587	209			
Receita		1.548	1.648	441			
Despesa		933	1.061	232			
C. Renda (líquido)		-348	-409	-90			
Receita		112	108	13			
Despesa		460	517	103			
D. Transferências unilaterais (líquido)		572	594	112			
E. Transações correntes (A+B+C+D)		-544	-1.054	-48			
F. Conta de capitais (líquido)		300	264	64			
G. Conta financeira (líquido)		695	1.183	48			
Investimentos diretos (líquido)		866	785	88			
Portfólio (líquido)		-12	-13	-1			
Outros		-159	403	-135			
H. Erros e Omissões		38	50	35			
I. Saldo (E+F+G+H)		413	345	3			

Elaborado pelo MRE/DPF/OC - Divisão de Informação Comercial, com base em dados do FMI - International Financial Statistics, February 2009.

(*) Dados provisórios.

(**) Dados não disponíveis.

COMÉRCIO EXTERIOR ^(*) (US\$ milhões)		2004	2005	2006	2007	2008	2009 ^(**)
Exportações (fob)		2.183	3.814	3.562	4.072	4.253	1.932
Importações (cif)		2.075	2.548	2.985	8.537	8.213	3.323
Balança comercial		113	466	577	-2.465	-3.960	-1.391
Intercâmbio comercial		4.203	5.962	6.547	10.609	12.466	5.255

Elaborado pelo MRE/DPF/OC - Divisão de Informação Comercial, com base em dados do FMI - International Financial Statistics, CD January 2009.

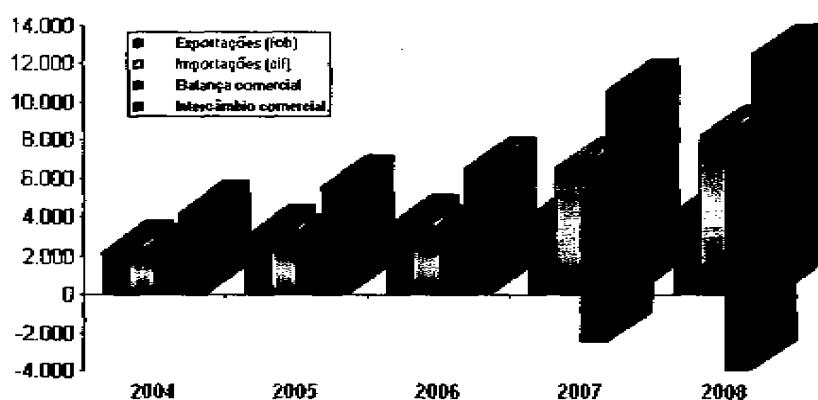
(*) Dados não disponíveis para Camboja, visto que não possui uma estrutura de balanço de pagamentos com a qual sejam possíveis as mensurações de exportação e importação.

(**) Dados provisórios.

(**) Dados não disponíveis.

**COMÉRCIO EXTERIOR DO CAMBOJA
2004 - 2008**

(US\$ milhões, fob)



Elaborado pelo MRE/DPF/OC - Divisão de Informação Comercial, com base em dados do FMI - International Financial Statistics, CD January 2009.

**DADOS BÁSICOS E PRINCIPAIS INDICADORES
ECONÔMICO-COMERCIAIS
CAMBOJA**

DIREÇÃO DO COMÉRCIO EXTERIOR (US\$ milhões - tot)	2006	% no total	2007	% no total	2008	% no total	2009(1)(2)	% no total
EXPORTAÇÕES:								
Estados Unidos	1.899	59,3%	2.363	58,0%	2.314	54,4%	868	44,9%
Alemanha	233	6,8%	298	7,3%	329	7,7%	136	7,8%
Canadá	115	3,2%	189	4,6%	252	5,9%	116	6,0%
Reino Unido	153	4,3%	212	5,2%	232	5,5%	117	6,1%
Vietnã	75	2,1%	187	4,6%	181	4,5%	93	4,8%
Espanha	85	2,4%	115	2,8%	140	3,3%	48	2,5%
Japão	34	1,0%	128	3,1%	110	2,6%	50	2,8%
Cingapura	139	3,9%	77	1,9%	106	2,5%	249	12,9%
Tailândia	15	0,4%	45	1,1%	81	1,9%	21	1,1%
Bélgica	29	0,8%	41	1,0%	56	1,3%	23	1,2%
Frância	55	1,5%	50	1,2%	53	1,2%	19	1,0%
Itália	11	0,3%	29	0,8%	40	0,9%	18	1,0%
China	16	0,4%	46	1,1%	35	0,8%	13	0,7%
Países Baixos	29	0,8%	32	0,8%	30	0,7%	24	1,2%
Brasil	1	0,0%	4	0,1*	7	0,2*	4	0,2%
SUBTOTAL	2.882	89,9%	3.808	93,6%	3.977	93,5%	1.801	93,2%
DEMAIS PAÍSES	680	19,1%	264	6,5%	276	6,5%	131	6,8%
TOTAL GERAL	3.562	100,0%	4.072	100,0%	4.253	100,0%	1.932	100,0%

Elaborado pelo MRE/CEPEX/DEC - Diretório de Informações Comerciais, com base em dados da FAO - Direction of Trade Statistics, CDD-Survey, 2009.

**Páginas finais em códigos de classificação, resultado obtido através de cálculos apontados na Tabela.*

***Número fictício*

****Última posição disponibilizada: 2009/2010*

DIREÇÃO DO COMÉRCIO EXTERIOR (US\$ milhões - cdt)	2006	% no total	2007	% no total	2008	% no total	2009(1)(2)	% no total
IMPORTAÇÕES:								
Tailândia	415	13,9%	1.491	22,8%	2.221	27,0%	824	24,8%
Vietnã	270	9,0%	1.145	17,5%	1.574	19,2%	663	19,9%
China	524	17,5%	969	14,8%	1.205	14,7%	483	14,5%
Hong Kong	539	18,1%	873	10,3%	689	8,1%	287	8,0%
Cingapura	157	5,3%	482	7,4%	571	7,0%	308	9,2%
República da Coreia	148	4,9%	310	4,7%	324	3,9%	145	4,4%
Japão	130	4,3%	123	1,8%	204	2,5%	71	2,1%
Indonésia	85	2,9%	134	2,1%	191	2,3%	64	1,9%
Malásia	89	3,0%	148	2,3%	182	2,2%	86	2,6%
Estados Unidos	26	0,9%	153	2,3%	170	2,1%	64	1,9%
França	47	1,6%	83	1,3%	89	1,1%	38	1,1%
Índia	28	0,9%	56	0,9%	53	0,6%	23	0,7%
Bélgica	6	0,2%	41	0,6%	50	0,6%	12	0,4%
Austrália	13	0,4%	39	0,6%	41	0,5%	16	0,5%
Brasil	1	0,0%	0	0,0*	5	0,1*	2,6	0,1*
SUBTOTAL	2.476	83,0%	5.849	89,5%	7.549	91,9%	3.065	82,2%
DEMAIS PAÍSES	509	17,0%	688	10,5%	664	8,1%	258	7,8%
TOTAL GERAL	2.985	100,0%	6.537	100,0%	8.213	100,0%	3.323	100,0%

Elaborado pelo MRE/CEPEX/DEC - Diretório de Informações Comerciais, com base em dados da FAO - Direction of Trade Statistics, CDD-Survey, 2009.

**Páginas finais em códigos de classificação, resultado obtido através de cálculos apontados na Tabela.*

***Número fictício*

****Última posição disponibilizada: 2009/2010*

DADOS BÁSICOS E PRINCIPAIS INDICADORES ECONÔMICO-COMERCIAIS CAMBOJA

COMPOSIÇÃO DO COMÉRCIO EXTERIOR	2008 ⁽¹⁾	
	Valor	Part. %
EXPORTAÇÕES (US\$ milhões, fob)		
Vestuário e seus acessórios, de malha	2.697	60,2%
Vestuário e seus acessórios, exceto de malha	1.109	24,7%
Calçados, polainas e artefatos semelhantes	298	6,6%
Veículos automóveis, tratores, suas partes e acessórios	86	1,5%
Sal., enxofre, terras e pedras, gesso, cal e cimento	81	1,4%
Subtotal	4.229	94,3%
Demais Produtos	254	5,7%
Total Geral	4.483	100,0%
IMPORTAÇÕES (US\$ milhões, cif)		
Tecidos de malha	788	13,4%
Combustíveis, óleos e ceras minerais	656	11,5%
Veículos automóveis, tratores, suas partes e acessórios	480	8,4%
Caldeiras, máquinas, aparelhos e instrumentos mecânicos	471	8,2%
Máquinas, aparelhos e materiais elétricos	357	6,2%
Algodão	320	5,6%
Fumo (tabaco) e seus sucedâneos manufaturados	187	2,9%
Bebidas, líquidos alcoólicos e vinagres	142	2,5%
Ferro fundido, ferro e aço	127	2,2%
Plásticos e suas obras	125	2,2%
Açúcares e produtos de confeitoria	117	2,0%
Produtos farmacêuticos	110	1,9%
Papel e cartão; obras de pasta de celulose	103	1,8%
Tecidos especiais; tecidos tufados; rendas	102	1,8%
Sal; enxofre; terras e pedras, gesso, cal e cimento	96	1,7%
Vestuário e seus acessórios, de malha	88	1,5%
Obras de ferro fundido, ferro ou aço	81	1,4%
Subtotal	4.310	75,3%
Demais Produtos	1.413	24,7%
Total Geral	5.723	100,0%

Elaborado pelo MRE/DOPPDIC - Divisão de Informação Comercial com base em dados do UNCTAD/TCT/TradeMap.

O Camboja não informou dados comerciais ao banco de dados COMTRADE. Portanto, os dados são baseados em informações de países importadores designados, o que pode causar divergências nos dados estatísticos.

⁽¹⁾Última posição disponível em 2008/09.

**DADOS BÁSICOS E PRINCIPAIS INDICADORES
ECONÓMICO-COMERCIAIS
CAMBOJA**

INTERCÂMBIO COMERCIAL BRASIL-CAMBOJA⁽¹⁾ (US\$ mil. fob)	2005	2006	2007	2008	2009
Exportações	734	1.683	2.851	4.341	3.571
Variação em relação ao ano anterior	-1,3%	129,3%	69,4%	73,3%	-27,7%
Part. (%) no total das exportações brasileiras para a Ásia ⁽²⁾	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%
Part. (%) no total das exportações brasileiras	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%
Importações	526	1.931	3.789	5.520	9.099
Variação em relação ao ano anterior	-0,8%	98,0%	268,6%	46,0%	64,0%
Part. (%) no total das importações brasileiras da Ásia ⁽²⁾	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%
Part. (%) no total das importações brasileiras	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%
Intercâmbio comercial	1.260	2.714	6.631	10.461	12.670
Variação em relação ao ano anterior	-1,1%	115,4%	144,3%	57,8%	21,1%
Part. (%) no total do intercâmbio Brasil-Ásia ⁽²⁾	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%
Part. (%) no total do intercâmbio brasileiro	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%
Balança comercial	208	652	-929	-579	-5.328

(1)Anualmente. (2)Ásia: Japão, Coreia do Sul, China, Índia, Malásia, Tailândia, Vietnã, Camboja, Laos e Índia.

(3)As informações referentes aos dados estatísticos das exportações brasileiras e das importações do país e vice-versa podem ser aplicadas para a área de fronteira distante e cambial por diferentes metodologias de apuração.

(4)Só sobre China-Brasil.

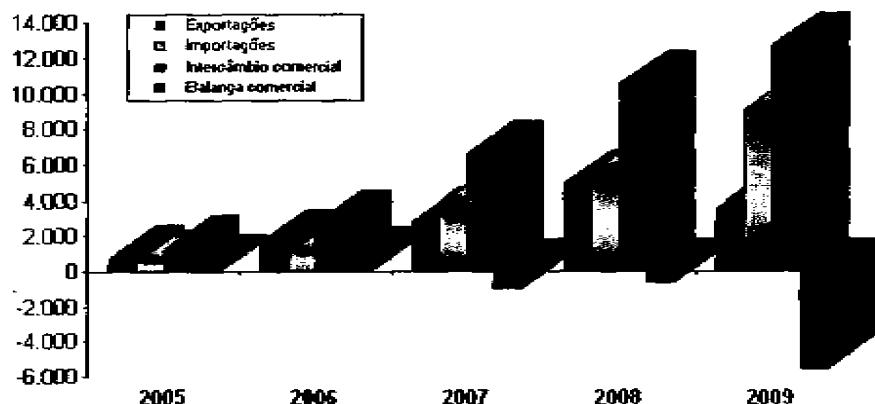
INTERCÂMBIO COMERCIAL BRASIL-CAMBOJA	2009 (jan)	2010 (jan)
Exportações	816	8
Variação em relação ao mesmo período do ano anterior	n.a.	-99,1%
Part. (%) no total das exportações brasileiras para a Ásia	0,0%	0,0%
Part. (%) no total das exportações brasileiras	0,0%	0,0%
Importações	373	1.093
Variação em relação ao mesmo período do ano anterior	-27,8%	183,0%
Part. (%) no total das importações brasileiras da Ásia	0,0%	0,0%
Part. (%) no total das importações brasileiras	0,0%	0,0%
Intercâmbio comercial	1.229	1.101
Variação em relação ao mesmo período do ano anterior	150,3%	-14,6%
Part. (%) no total do intercâmbio Brasil-Ásia	0,0%	0,0%
Part. (%) no total do intercâmbio brasileiro	0,0%	0,0%
Balança comercial	543	-1.085

(1)Anualmente. (2)Ásia: Japão, Coreia do Sul, China, Índia, Malásia, Tailândia, Vietnã, Camboja, Laos e Índia.

(3)As informações referentes aos dados estatísticos das exportações brasileiras e das importações do país e vice-versa podem ser aplicadas para a área de fronteira distante e cambial por diferentes metodologias de apuração.

INTERCÂMBIO COMERCIAL BRASIL-CAMBOJA
2005 - 2009

(US\$ mil, fob)



Estatística elaborada pelo ABRE/OPPDEC - Divisão de Informação Comercial, com base nos dados do MERCOSERIAL.

**DADOS BÁSICOS E PRINCIPAIS INDICADORES
 ECONÔMICO-COMERCIAIS
 CAMBOJA**

COMPOSIÇÃO DO INTERCÂMBIO COMERCIAL BRASIL - CAMBOJA (US\$ mil - feb)	2009 (Jan)	% no total	2010 (Jan)	% no total
EXPORTAÇÕES: (Principais grupos de produtos)				
Peles, exceto a peleteria (peles com pelo), e couros	151	16,5%	8	100,0%
Preparações alimentícias diversas	28	3,1%	0	0,0%
Fumo (tabaco) e seus sucedâneos manufaturados	736	80,3%	0	0,0%
Subtotal	915	99,9%	8	100,0%
Demais Produtos	1	0,1%	0	0,0%
TOTAL GERAL	916	100,0%	8	100,0%
IMPORTAÇÕES: (Principais grupos de produtos)				
Vestuário e seus acessórios, de malha	320	85,8%	751	68,7%
Vestuário e seus acessórios, exceto de malha	23	6,2%	274	25,1%
Calçados, potes e artefatos semelhantes	30	8,0%	88	8,2%
Subtotal	373	100,0%	1.093	100,0%
Demais Produtos	0	0,0%	0	0,0%
TOTAL GERAL	373	100,0%	1.093	100,0%

Estatística elaborada pelo ABRE/OPPDEC - Divisão de Informação Comercial, com base nos dados do MERCOSERIAL.

Grupos de produtos ilustrados no quadro descritivo, tendo como base os valores apresentados em jan/2009.

**DADOS BÁSICOS E PRINCIPAIS INDICADORES
ECONÔMICO-COMERCIAIS
CAMBOJA**

COMPOSIÇÃO DO INTERCÂMBIO COMERCIAL BRASIL-CAMBOJA (US\$ mil - fob)	2007	%	2008	%	2009	%
EXPORTAÇÕES: (por principais produtos e grupos de produtos)						
Fumo (tabaco) e seus sucedâneos manufaturados	1.536	53,9%	2.456	49,7%	2.791	76,2%
Fumo (tabaco) total/parc. destal. ffs. secas, tipo Virginia	1.446	50,7%	1.889	40,5%	2.242	62,8%
Desperdícios de fumo	90	3,2%	459	9,3%	549	15,4%
Pelos, exceto peleteria, e couros	1.240	43,5%	1.039	21,0%	690	16,2%
Otros couros/pelos, bovinos, secos, pena flor	469	16,5%	836	18,9%	429	12,0%
Courospelos, bovinos, preparadas, divididas	615	21,8%	0	0,0%	131	3,7%
Otros couros/pelos, int. bovinos, preparados	158	5,5%	202	4,1%	21	0,6%
Caldeiras, máquinas, aparelhos e instrumentos mecânicos	0	0,0%	1.408	28,5%	116	3,2%
Semeadpares-adubadores	0	0,0%	0	0,0%	67	1,8%
Ottras máquinas e aparelhos para colheita	0	0,0%	1.404	28,4%	35	1,0%
Subtotal	2.776	97,4%	4.900	98,2%	3.487	97,6%
Demais Produtos	75	2,6%	38	0,8%	84	2,4%
TOTAL GERAL	2.851	100,0%	4.941	100,0%	3.571	100,0%

Elaborado pelo AFIC/CPBC - Diretoria de Intercâmbio Comercial com base no sistema UNICOM/SPC/2004/versão 1.

Os dados apresentados estão em ordem decrescente, resultando assim os maiores exportadores em 2009.

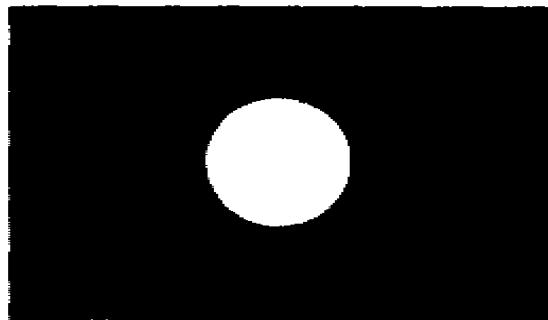
**DADOS BÁSICOS E PRINCIPAIS INDICADORES
ECONÔMICO-COMERCIAIS
CAMBOJA**

COMPOSIÇÃO DO INTERCÂMBIO COMERCIAL BRASIL-CAMBOJA (US\$ mil - fob)	2007	%	2008	%	2009	%
IMPORTAÇÕES: (por principais produtos e grupos de produtos)						
Vestuário e seus acessórios, de malha	2.761	73,0%	4.309	78,1%	7.389	81,2%
Sutiãs, pulôveres, etc. de malha de algodão	1.554	41,4%	2.855	48,1%	4.922	54,1%
Sutiãs, pulôveres, etc. de malha de fibras sintéticas/animais	389	10,6%	179	3,2%	317	3,5%
Camisetas "T-Shirts", de malha de algodão	125	3,3%	73	1,3%	306	3,4%
Camisetas "T-Shirts", etc. de malha de outros materiais	226	6,0%	438	7,9%	236	2,6%
Vestuário e seus acessórios, exceto de malha	992	26,2%	1.176	21,3%	1.481	16,3%
Calças, jardineiras, etc. de algodão, uso masculino	391	10,4%	255	4,6%	503	5,5%
Outros vestuários de fibras sintétic. de uso masculino	387	9,7%	409	7,4%	431	4,7%
Calças, jardineiras, etc. de algodão, uso feminino	3	0,1%	79	1,4%	154	1,7%
Outros vestuários de fibras sintétic., uso feminino	131	3,5%	164	3,3%	132	1,5%
Calçados, pelúmias e artefatos semelhantes, e suas partes	23	0,6%	22	0,4%	198	2,2%
Subtotal	3.776	99,9%	5.507	99,8%	9.060	99,6%
Demais Produtos	4	0,1%	13	0,2%	39	0,4%
TOTAL GERAL	3.780	100,0%	5.520	100,0%	9.099	100,0%

Elaborado pelo AFIC/CPBC - Diretoria de Intercâmbio Comercial com base no sistema UNICOM/SPC/2004/versão 1.

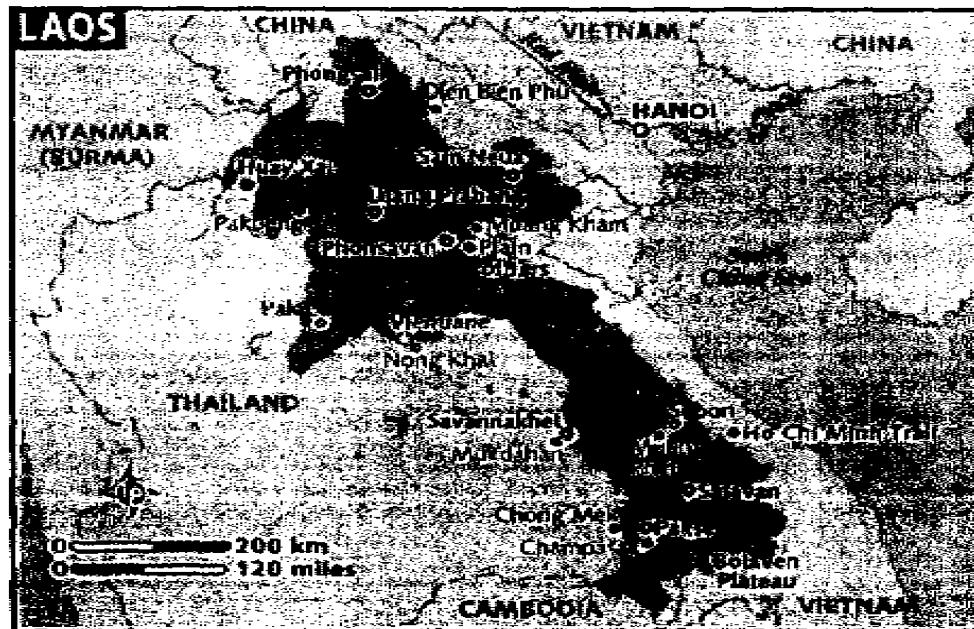
Os dados apresentados estão em ordem decrescente, resultando assim os maiores importadores em 2009.

**MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES
SUBSECRETARIA-GERAL DE ASSUNTOS POLÍTICOS-II
DEPARTAMENTO DA ÁSIA E OCEANIA
DIVISÃO DA ÁSIA E OCEANIA-II**



**LAOS
INFORMAÇÃO AO SENADO FEDERAL**

Fevereiro de 2010



ÍNDICE

DADOS BÁSICOS	3
EVOLUÇÃO POLÍTICA RECENTE DO LAOS	5
RELAÇÕES BILATERAIS	6
QUADRO GERAL.....	6
COOPERAÇÃO BILATERAL.....	7
DIÁLOGO MULTILATERAL E BIRREGIONAL	8
COMÉRCIO BILATERAL.....	9
POLÍTICA INTERNA.....	9
POLÍTICA EXTERNA	10
ECONOMIA E COMÉRCIO E INVESTIMENTOS.....	11
COMÉRCIO.....	12
ANEXOS	14
CRONOLOGIA DAS RELAÇÕES BRASIL-LAOS	14
CRONOLOGIA HISTÓRICA DO LAOS	15
DADOS ECONÔMICO-COMERCIAIS	16

DADOS BÁSICOS

NOME OFICIAL:	República Popular Democrática do Laos
CAPITAL:	Vientiane
ÁREA:	236.800 km ² (equivalente a Rondônia)
POPULAÇÃO (EST. 2009):	6,2 milhões
IDIOMAS:	Laociano (oficial) e francês
PRINCIPAIS RELIGIÕES:	Budismo (65%); religiões animistas (33%)
SISTEMA POLÍTICO:	Unipartidário
CHEFE DE ESTADO:	Presidente Choummaly Sayasone (desde 2006)
CHEFE DE GOVERNO:	Primeiro-Ministro Bouasone Bouphavanh (desde 2006)
MINISTRO DOS NEGÓCIOS ESTRANGEIROS:	Thongloun Sisoulith (desde 2006)
UNIDADE MONETÁRIA:	Kip
IDH (2007, publicado em 2009):	0,619 - 133º de 182 países listados
PIB (2008):	US\$ 5,2 bilhões
PIB PPP (2008):	US\$ 12,6 bilhões
PIB per capita (2008):	US\$ 740
PIB PPP per capita (2008):	US\$ 2.040
CRESCIMENTO DO PIB (2008):	7,5%
CRESCIMENTO DO PIB (EST. 2009):	6%
CRESCIMENTO DO PIB (PREV. 2010):	7%
COMÉRCIO EXTERIOR (EST. 2009):	US\$ 2,4 bilhões
EXPORTAÇÕES (EST. 2009):	US\$ 1,1 bilhão
IMPORTAÇÕES (EST. 2009):	US\$ 1,3 bilhão
PRINCIPAIS PRÓDUTOS DE EXPORTAÇÃO (2008):	<ol style="list-style-type: none"> 1. Cobre e suas obras (36,1%); 2. Vestuário (11,3%); 3. Madeira e suas obras (11,3%)
PAÍSES DE DESTINO DAS EXPORTAÇÕES (JAN-JUN 2009):	<ol style="list-style-type: none"> 1. Tailândia (25,9%); 2. Vietnã (16%); 3. China (18,6%)

PRINCIPAIS PRODUTOS DE IMPORTAÇÃO (2008)	1. Combustíveis (20,8%); 2. Veículos (14,2%); 3. Aparelhos mecânicos (11,7%)
PAÍSES DE ORIGEM DAS IMPORTAÇÕES (JANEIRO 2009):	1. Tailândia (67,4%); 2. China (14,8%); 3. Vietnã (5,4%)
EMBAIXADOR DO BRASIL PARA O LAOS:	Edgard Telles Ribeiro (em Bangkok)
EMBAIXADOR DO LAOS PARA O BRASIL:	Não há Embaixada residente no Brasil

Fontes: DIC/MRE, fevereiro de 2010; *The Economist Intelligence Unit, Country Report*, dezembro de 2009; *World Development Indicators database*, setembro de 2009.

INTERCÂMBIO COMERCIAL BILATERAL (EM US\$ FOB):

BRASIL → LAOS	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009
Intercâmbio	46.937	242.176	357.593	245.246	207.995	296.015	292.848	242.392
Exportações	6.559	231.125	210.668	146.201	126.379	31.082	73.009	9.071
Importações	40.378	11.051	146.925	99.045	81.616	264.933	219.839	233.321
Saldo	-33.819	220.074	63.743	47.156	44.763	-233.851	-146.830	-224.250

Fonte: Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior.

EVOLUÇÃO POLÍTICA RECENTE DO LAOS

O Laos é um dos países mais pobres do mundo, sem saída para o mar e muito dependente de ajuda e de cooperação externas. Ex-colônia francesa, ganhou independência em 1949 e adotou o regime comunista em 1975. Foi profundamente atingido, do ponto de vista material, pelo conflito do Vietnã. No plano político interno, o regime de partido único segue inalterado, com perseguição aos opositores clandestinos do regime. No plano econômico regional, distingue-se por seu potencial hídrico (fornecendo energia elétrica para a Tailândia). A agricultura de subsistência constitui a principal fonte de renda nacional.

O Laos tem-se esforçado para superar o isolamento que o caracteriza nos planos geográfico e econômico. A abertura econômica e a normalização das relações com países ocidentais, iniciadas na década de 1990, têm permitido que a economia do país cresça a taxas significativas nos últimos anos. O país também tem buscado fortalecer os laços com os vizinhos, notadamente com a China, a Tailândia, o Camboja e o Vietnã.

No processo de integração regional da ASEAN, o Laos tem-se favorecido de cronogramas diferenciados de adequação tarifária, devido à sua condição de país de menor desenvolvimento relativo. Além disso, tem recebido investimentos vultosos para a integração física da subregião do Mekong, sobretudo nas áreas energética e de transporte rodoviário e ferroviário. As ligações de transporte com a Tailândia visam a ligar o Sudeste Asiático de oeste a leste, desde Myanmar até o Vietnã, e a facilitar a conexão com o sul da China.

RELAÇÕES BILATERAIS

Quadro geral

As relações entre os dois países são modestas e foram estabelecidas em 13 de julho de 1995. Em 24 de julho de 1996, foi criada a Embaixada do Brasil em Vientiane, cumulativa com a Embaixada do Brasil em Bangkok.

Há escasso fluxo de troca de visitas. Do lado laociano, o Chanceler Thongloun Sisoulith participou, em Brasília, da III Reunião Ministerial do Fórum de Cooperação América Latina-Ásia do Leste (FOCALAL), em 2007, ocasião em que convidou o Ministro Celso Amorim a visitar o país, e chefiou delegação a Brasília para a I Reunião Ministerial Mercosul-ASEAN, em 2008.

Anteriormente, em 1998, havia visitado o Brasil o então Vice-Primeiro Ministro e Ministro dos Negócios Estrangeiros, Somsavat Lengsavad. Durante a visita, discutiram-se possibilidades de formação de consórcios entre a Companhia Paranaense de Energia (COPEL), a Eletrobrás, e a INEPAR, para a elaboração de um plano energético para o Laos que permitisse o aproveitamento dos recursos hidrelétricos daquele país para a geração de energia voltada para a venda ao mercado regional, sobretudo para a Tailândia. Esses planos, no entanto, não prosperaram. Mais recentemente, a Tailândia e, sobretudo, a China têm retomado investimentos em projetos no setor energético do Laos.

Do lado brasileiro, o Subsecretário-Geral Político II do Itamaraty, Roberto Jaguaribe, visitou o Laos em outubro de 2008, para realizar consultas de alto nível. Na ocasião, encontrou-se com o Ministro dos Negócios Estrangeiros, interino, Phongsavath Boupha, entre outras autoridades.

Em 2009, foram concluídas as negociações com vistas ao estabelecimento de mecanismo de consultas políticas entre os dois países, um dos temas da visita do Embaixador Jaguaribe, em 2008. Aguarda-se momento

oportuno para a assinatura do acordo. Prevê-se, em estágio posterior, a criação de Comissão Mista, conforme tratado pelos Chanceleres dos dois países à margem da III Reunião Ministerial do FOCALAL, em 2007. O documento preliminar que institui o mecanismo prevê como áreas prioritárias economia; comércio; ciência e tecnologia; energias renováveis; cultura; e o campo social.

Cooperação bilateral

As poucas iniciativas de cooperação entre o Brasil e o Laos encontram-se em fase embrionária.

Destaca-se como iniciativa em vias de ser concretizada o projeto de irrigação no Laos custeado pelo Fundo IBAS (Brasil, Índia e África do Sul). O projeto visa a capacitar agricultores e construir instalações de irrigação que beneficiem 2 mil hectares de plantações na Província de Bolikhamxay, com custo estimado em US\$ 1 milhão. Pelo aumento de produtividade, espera-se que contribua para a segurança alimentar e a renda dos agricultores locais, bem como a sustentabilidade do cultivo, prejudicado por erosões, desmatamento e uso de técnicas de queimada em larga escala.

Durante a visita ao Laos do Embaixador brasileiro em Bangkok, Edgard Telles Ribeiro, para apresentação de credenciais, em março de 2006, a cooperação técnica foi o foco principal de todas as conversas. Na ocasião, o Presidente e o Ministro dos Negócios Estrangeiros externaram especial interesse pela cooperação nos setores agrícola e de energias renováveis, por meio da EMBRAPA.

Em encontro com o Subsecretário-Geral Político II do Itamaraty, Roberto Jaguaribe, no Laos, em outubro de 2008, o Chanceler, interino, Phongsavath Boupha, manifestou o interesse laociano em receber do Brasil

cooperação nas áreas de hidreletricidade, agricultura, produção de etanol, e turismo, além do estímulo a investimentos brasileiros no país.

Em setembro de 2009, o Laos, assim como o Camboja, as Filipinas, a China, o Vietnã, e a Tailândia, foi atingido duramente pela tempestade Ketsana, que afetou sobretudo a região meridional e central do país, deixando 17 mortos e 91 feridos. O Brasil doou ao Laos US\$ 10 mil, destinados à aquisição de alimentos junto a produtores locais de menor escala, de forma a gerar maiores benefícios sociais.

Diálogo multilateral e birregional

Reforma do Conselho de Segurança das Nações Unidas (CSNU)

O Laos apóia a ampliação do Conselho de Segurança e o ingresso de novos membros permanentes e não-permanentes que leve em consideração a distribuição geográfica e a relevância dos países. Apesar de haver afirmado “ter grande simpatia pelo Brasil”, o Laos, até o momento, expressou apoio apenas a Alemanha, Índia e Japão.

Em discurso no debate geral da 64ª AGNU, em setembro de 2009, o Vice-Primeiro-Ministro do Laos defendeu uma reforma transparente, abrangente e equilibrada da ONU, que inclua a revitalização da AGNU, a reforma do CSNU e o fortalecimento do ECOSOC e das agências especializadas, guiada pelos princípios de transparência, democracia e “accountability”. Nesse contexto, acolheu com satisfação as negociações intergovernamentais e afirmou que o Laos continuará a contribuir ao processo.

Comércio bilateral

Foi a seguinte a evolução do comércio bilateral nos últimos anos:

INTERCÂMBIO COMERCIAL BILATERAL (EM US\$ FOB)*:

BRASIL → LAOS	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009
Intercâmbio	46.937	242.176	357.593	245.246	207.995	296.015	292.848	242.392
Exportações	6.559	231.125	210.668	146.201	126.379	31.082	73.009	9.071
Importações	40.378	11.051	146.925	99.045	81.616	264.933	219.839	233.321
Saldo	-33.819	220.074	63.743	47.156	44.763	-233.851	-146.830	-224.250

*Fonte: Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior.

Como se observa, o intercâmbio entre o Brasil e o Laos é modesto. O comércio bilateral totalizou US\$ 242.392 em 2009, montante 17,22% menor que o total no ano de 2008. Nos últimos três anos, o Brasil teve déficit no comércio bilateral. Dos membros da ASEAN, o Laos é o país que menos comercializa com o Brasil.

POLÍTICA INTERNA

O Laos é um dos países mais pobres do mundo, sem saída para o mar e muito dependente de ajuda e de cooperação externas. Ex-colônia francesa, conquistou a plena independência em 1954. O país esteve submerso em lutas políticas durante as décadas de 1950 e 1960 até que, em 1975, a monarquia foi derrubada e substituída por um regime comunista, de partido único. O atual Presidente do Laos, eleito pela Assembléia Nacional, em junho de 2006, é o Secretário-Geral do Partido Revolucionário do Povo do Laos.

Há pouco espaço para o exercício da oposição ao governo. A liberdade de imprensa é restrita e todos os jornais e redes de rádio e televisão são

controlados pelo Estado. A etnia Hmong trava uma persistente guerrilha na selva contra o regime comunista, além de contar com o apoio de grupos na Tailândia (onde não são considerados refugiados políticos, mas apenas econômicos).

POLÍTICA EXTERNA

A diplomacia do Laos tem-se pautado pelo fortalecimento das relações com os seus vizinhos, principalmente Tailândia, Vietnã, Camboja e China.

O Laos tem-se esforçado para superar o isolamento que o caracteriza nos planos geográfico e econômico. A abertura econômica e a normalização das relações com países ocidentais, iniciadas na década de 1990, têm permitido que a economia cresça a taxas significativas nos últimos anos. O país também tem buscado fortalecer os laços com os vizinhos, notadamente com a China, a Tailândia, o Camboja e o Vietnã.

O Laos tornou-se membro da ASEAN em 1997, juntamente com Myanmar. Devido ao seu menor desenvolvimento relativo, desfruta de tratamento diferenciado (via prazos mais elásticos para desgravar seu comércio, por exemplo). Em 2004, sediou a décima reunião de Cúpula da ASEAN.

O país participa de projetos em curso para a integração física da sub-região do Mekong, de oeste a leste do Sudeste Asiático, ligando Myanmar ao Vietnã. Desde 1994, já foram inauguradas duas pontes entre Tailândia e Laos. A China está financiando a construção de uma terceira ponte sobre o Mekong e a ligação ferroviária da Tailândia com o sul da China, passando pelo Laos.

A repatriação, para o Laos, de membros da etnia *hmong*, exilados na Tailândia, foi, ao longo de 2009, objeto de intenso diálogo bilateral entre Bangkok e Vientiane. O ingresso na Tailândia de membros da referida etnia,

que auxiliou tropas norte-americanas ao longo da Guerra do Vietnã, data da vitória comunista no Laos, em 1975. Em dezembro de 2009, o governo tailandês promoveu a repatriação forçada de cerca de quatro mil *hmongs* para o país vizinho, incluindo 158 deles que haviam sido reconhecidos como refugiados pelo ACNUR. O assunto foi objeto de referência explícita pelo Secretário-Geral das Nações Unidas, na qual manifestou profunda preocupação com a deportação.

ECONOMIA E COMÉRCIO E INVESTIMENTOS

Conforme mencionado, o Laos é um dos países mais pobres do mundo, sem saída para o mar e com rede rudimentar de transportes e de comunicações. Apesar do relevo montanhoso, que restringe a área agricultável a menos de 5% do território, a economia baseia-se predominantemente na agricultura de subsistência, que emprega cerca de 80% da população. As principais culturas são arroz, algodão, vegetais e frutas.

Desde meados da década de 1980, o país tem procedido a uma lenta liberalização da economia e à retomada de relações comerciais com países ocidentais. O Laos mantém-se, entretanto, relativamente isolado dos fluxos internacionais de comércio, fato que ensejou impacto menor da crise global sobre a economia laociana. A exportação de minérios e o turismo são as principais fontes de divisas externas.

Por recomendação do FMI, o país asiático iniciou um processo de privatização de empresas públicas. Também estão em curso negociações para a adesão à OMC.

A *Economist Intelligence Unit* estima que, em 2009, o PIB laociano tenha crescido 6%, o menor crescimento em oito anos. Em 2010, projeta-se que a taxa de crescimento do PIB será de 7%.

O país continua, no entanto, muito dependente de recursos externos. Em 2009, o Laos recebeu US\$ 560 milhões em ajuda internacional.

A exploração do potencial hidrelétrico do Laos pode ser a base para o desenvolvimento econômico do país. O território comporta cerca da metade do potencial aproveitável do rio Mekong. Em termos orográficos, é um dos países com maiores possibilidades de desenvolvimento no setor hidrelétrico. A energia hidrelétrica constitui área em que o Laos apresenta suas maiores vantagens comparativas e pode ser a chave do futuro sistema integrado de energia do Mekong.

As hidrelétricas laocianas são responsáveis pelo fornecimento de energia à Tailândia e ao Vietnã. Estima-se que a hidrelétrica *Nam Theum 2*, cuja construção foi financiada por recursos do Banco Mundial, começará a funcionar em março de 2010. Os projetos *Nam Theun 1* e *Nam Ou* foram recentemente reiniciados, após a paralisação de 2009, motivada por indisponibilidade de financiamento.

O Vietnã é o principal investidor externo no Laos, com investimentos que totalizam US\$ 1,4 bilhão, seguido pela China, com US\$ 932 milhões. A Coreia do Sul deve crescer em importância quanto a investimentos no Laos. Em junho de 2009, companhias sul-coreanas estavam envolvidas em projetos que totalizavam US\$ 475 milhões. Em 2007, o país recebeu, no total, US\$ 324 milhões em fluxos de investimentos externos, valor 1.057% maior que o recebido em 2005.

Comércio

Em 2008, o Laos exportou US\$ 1,6 bilhão, principalmente cobre e suas obras (36,1%); vestuário de malha e seus acessórios (11,6%); madeira e carvão vegetal (11,3%); e combustíveis (11,2%). Entre janeiro e junho de

2009, as exportações laocianas totalizaram US\$ 752 milhões, tendo-se destinado principalmente a Tailândia (25,9%); Vietnã (16%); e China (18,6%).

Em 2008, o país importou US\$ 2,8 bilhões, principalmente combustíveis (20,8%); veículos (14,2%); e aparelhos mecânicos (11,7%). Entre janeiro e junho de 2009, as importações do Laos totalizaram US\$ 1,28 bilhão, e os principais fornecedores do país foram Tailândia (67,4%); China (14,8%); e Vietnã (5,4%).

Em janeiro de 2010, entrou em vigor a Área de Livre-Comércio entre a China e os países da ASEAN (CAFTA). Em que pese ter aplicação imediata para a maioria dos membros da ASEAN, os quatro membros mais novos (Vietnã, Laos, Camboja e Mianmar) têm prazo de implementação das reduções tarifárias até 2015, devido à condição de menor desenvolvimento relativo.

ANEXOS

Cronologia das Relações Brasil-Laos

1995 – julho:	Estabelecimento de relações diplomáticas
1996 – julho:	Criação da Embaixada do Brasil em Vientiane, cumulativa com Bangkok
1998 – agosto:	Visita ao Brasil do Vice-Primeiro-Ministro e Chanceler laociano, Somsavat Lengsavad, incluindo Itaipu e a sede da Eletrobrás
2005 – junho:	Visita do Embaixador Luiz Augusto de Araújo Castro a Vientiane (Enviado Especial do Senhor Presidente), para discutir questões do CSNU
2006 – março:	Apresentação de credenciais pelo Embaixador Edgard Telles Ribeiro ao Presidente Khamtay Siphandone, seguida de audiência com o Chanceler laociano, Somsavat Lengsavad
2007 - agosto	Encontro entre o Vice-Primeiro-Ministro e Ministro dos Negócios Estrangeiros do Laos, Dr. Thongloun Sisoulith, e o Ministro Celso Amorim, à margem da III Reunião Ministerial do FOCALAL, em Brasília.
2008 - novembro	Participação do Vice-Ministro dos Negócios Estrangeiros, Vice-Bonkeut Sangsomsak, na I Reunião Ministerial Mercosul-ASEAN, em Brasília.
2008 – outubro:	Visita do Subsecretário-Geral Político II do Itamaraty, Embaixador Roberto Jaguaribe, para consultas de alto nível. Encontro com o Ministro dos Negócios Estrangeiros, interino, Phongsavath Boupha.
2010 – janeiro:	Encontro entre o Subsecretário-Geral de Assuntos Políticos II, Embaixador Roberto Jaguaribe, com o Vice-Primeiro-Ministro e Ministro dos Negócios Estrangeiros do Laos, Dr. Thongloun Sisoulith, à margem da IV Reunião Ministerial do FOCALAL.

Cronologia Histórica do Laos

1954	Independência e formação de uma monarquia constitucional. Início de conflito armado entre monarquistas e comunistas (Pathet Lao)
1960s	Bombardeios pelos EUA para interromper rotas de suprimento norte-vietnamitas
1973	Acordo de cessar-fogo de Vientiane divide o país entre monarquistas e comunistas
1975	Abdicação do rei e proclamação da República Popular Democrática do Laos Adoção do regime de partido único (Partido Revolucionário do Povo) Lançamento da “transformação socialista” da economia
1979	Escassez de alimentos e movimento de refugiados em direção à Tailândia Abertura de espaço para a iniciativa privada na agricultura
1986	Introdução de reformas econômicas de mercado
1989	Primeiras eleições, com manutenção do partido único
1991	Assinatura de acordo de segurança e cooperação com a Tailândia Adoção de nova Constituição
1994	Inauguração da “Ponte da Amizade”, sobre o rio Mekong, entre Laos e Tailândia
1995	Levantamento do embargo norte-americano, após 20 anos
1997	Adesão à ASEAN Forte desvalorização cambial provocada pela crise asiática
2000	Atentados a bomba na capital, atribuídos à etnia Hmong
2001	Acordo com o FMI prevê empréstimo de US\$ 40 milhões
2003	Exilados nos EUA anunciam Movimento “Cidadãos do Laos pela Democracia”
2004	Na Presidência da ASEAN, país sedia encontro de cúpula
2005	Lançamento da pedra fundamental da barragem Nam Theun 2
2006	Choummaly Sayasone torna-se Presidente Thongloun Sisoulith torna-se Chanceler Rendição de 400 guerrilheiros da etnia Hmong
2009	Conclusão da construção de Nam Theun 2 Repatriação forçada de membros da etnia Hmong exilados na Tailândia

Dados Econômico-Comerciais

DADOS BÁSICOS	
Nome oficial	República Popular Democrática do Laos
Superfície	236.800 Km ²
Localização	Sudeste da Ásia
Capital	Vientiane
Principais cidades	Vientiane, Savannakhet, Champassak, Luang Prabang
Idioma oficial	Laosiano
PIB a preços correntes (2008 - estimativa EIU)	US\$ 5,2 bilhões
PIB "per capita" (2008)	US\$ 887
Moeda	Kip novo

Elaborado pelo ISEI/OPF/SEC - Divisão de Informação Comercial com base em dados da EIU - Economic Intelligence Unit, Country Report December 2008.

INDICADORES SOCIOECONÔMICOS	2004	2005	2006	2007	2008
População (em milhões de habitantes)	5,6	5,7	5,9	5,9	6,0
Densidade demográfica (habi/Km²)	29,6	24,1	24,5	24,9	25,3
PIB a preços correntes (US\$ bilhões)	2,5	2,9	3,5	4,1	5,2
Crescimento real do PIB (%)	6,9	7,3	8,3	7,5	7,5
Variação anual do índice de preços ao consumidor (%)	10,5	7,2	6,8	4,5	0,6
Reservas internacionais, exclusive ouro (US\$ milhões)	223	234	328	533	796
Câmbio (K / US\$)	10.585	10.655	10.160	9.803	8.781

Elaborado pelo ISEI/OPF/SEC - Divisão de Informação Comercial com base em dados da EIU - Economic Intelligence Unit, Country Report December 2008.

**DADOS BÁSICOS E PRINCIPAIS INDICADORES
ECONÔMICO-COMERCIAIS
LAOS**

BALANÇO DE PAGAMENTOS (US\$ milhões)		2005	2006	2007
A. Balança comercial (líquido - fob)		-329	-178	-142
Exportações		553	882	823
Importações		882	1.060	1.065
B. Serviços (líquido)		148	162	202
Receita		204	224	278
Despesa		56	82	76
C. Renda (líquido)		79	60	50
Receita		5	16	44
Despesa		84	78	94
D. Transferências unilaterais (líquido)		67	127	98
E. Transações correntes (A+B+C+D)		-193	51	108
F. Conta de capitais (líquido)		0	0	0
G. Conta financeira (líquido)		166	230	398
Investimentos diretos (líquido)		28	187	324
Portfólio (líquido)		0	0	0
Outros		128	43	74
H. Erros e Omissões		56	-180	-307
I. Saldo (E+F+G+H)		19	101	199

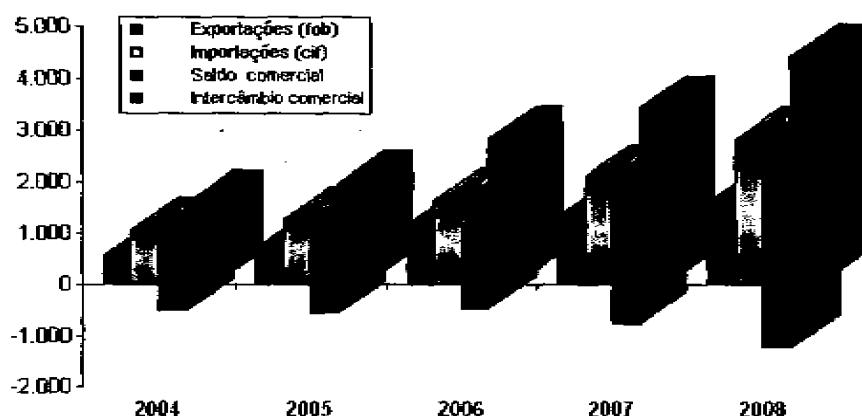
Elaborado pelo MRE/OPRCIC - Divisão de Informação Comercial, com base em dados do FMI - Direction of Trade Statistics, CD January 2008.
/já foram ajustados para disponibilidade 2007/08.

COMÉRCIO EXTERIOR (US\$ milhões)		2004	2005	2006	2007	2008	2009
Exportações (fob)		535	687	1.178	1.324	1.605	752
Importações (cif)		1.058	1.270	1.652	2.108	2.829	1.287
Saldo comercial		-521	-573	-474	-784	-1.224	-535
Intercâmbio comercial		1.591	1.967	2.830	3.432	4.434	2.039

Elaborado pelo MRE/OPRCIC - Divisão de Informação Comercial, com base em dados do FMI - Direction of Trade Statistics, CD January 2008.
/Os dados não correspondem necessariamente, com aqueles apresentados no Balanço de Pagamentos, em razão das diferentes modalidades de vendas (fob e cif) e das diferentes metodologias de cálculo.
/já foram ajustados para disponibilidade 2007/08.

**COMÉRCIO EXTERIOR DE LAOS
2004 - 2008**

(US\$ milhões)



Elaborado pelo MRE/OPRCIC - Divisão de Informação Comercial, com base em dados do FMI - Direction of Trade Statistics, CD January 2008.

**DADOS BÁSICOS E PRINCIPAIS INDICADORES
ECONÔMICO-COMERCIAIS
LAOS**

DIREÇÃO DO COMÉRCIO EXTERIOR (US\$ milhões - feb)	2006	% no total	2007	% no total	2008	% no total	2009^(1H2)	% no total
EXPORTAÇÕES:								
Taiândia	475	40,4%	431	32,6%	569	35,4%	195	25,9%
Vietnã	151	12,9%	192	14,5%	248	15,5%	121	16,0%
China	45	3,8%	77	5,8%	138	8,5%	140	18,6%
Reino Unido	1	0,1%	42	3,2%	54	3,4%	25	3,4%
República da Coreia	16	1,4%	64	4,8%	48	3,0%	22	2,9%
Alemanha	35	2,9%	43	3,2%	42	2,6%	22	3,0%
Estados Unidos	8	0,7%	19	1,4%	40	2,5%	20	2,7%
França	29	2,5%	26	2,0%	23	1,4%	7	0,9%
Bélgica	17	1,4%	11	0,8%	18	1,1%	9	1,2%
Japão	11	1,0%	11	0,8%	18	1,0%	12	1,6%
Itália	7	0,6%	7	0,6%	11	0,7%	3	0,4%
Polônia	6	0,5%	7	0,5%	10	0,6%	3	0,4%
Países Baixos	14	1,2%	11	0,8%	9	0,6%	7	1,0%
Canadá	5	0,4%	6	0,5%	5	0,3%	4	0,5%
Espanha	3	0,2%	4	0,3%	4	0,3%	2	0,3%
Cinamarca	1	0,1%	1	0,1%	4	0,2%	3	0,3%
Malásia	45	3,8%	32	2,4%	3	0,2%	0	0,0%
Hong Kong	0	0,0%	0	0,0%	3	0,2%	1	0,2%
Portugal	1	0,1%	1	0,1%	3	0,2%	0	0,1%
Noruega	1	0,1%	1	0,1%	2	0,1%	1	0,1%
Brasil	0,1	0,0%	0,0	0,0%	0,2	0,0%	0,1	0,0%
SUBTOTAL	872	74,9%	989	74,7%	1.248	77,7%	597	79,4%
DEMAIS PAÍSES	306	26,0%	335	25,3%	357	22,3%	155	20,6%
TOTAL GERAL	1.178	100,0%	1.324	100,0%	1.605	100,0%	752	100,0%

Elaborado pelo INCOFERIC - Diretório de Informações Comerciais sob base no dados do UNCT - Directorate of Trade Statistics, CDD, January 2009.

Padrão: Brutos em ordem decrescente, soma com base os valores apresentados em 2008.

Brasília - Junho

Arquivo: <http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx?chamada=1&menu=1&acao=abrir&id=1022040>

DIREÇÃO DO COMÉRCIO EXTERIOR (US\$ milhões - feb)	2006	% no total	2007	% no total	2008	% no total	2009^(1H2)	% no total
IMPORTAÇÕES:								
Taiândia	1.125	66,1%	1.443	68,4%	1.939	68,3%	868	67,4%
China	186	11,2%	195	8,9%	285	10,4%	190	14,8%
Vietnã	105	6,3%	121	5,7%	165	5,8%	88	5,4%
Japão	29	1,4%	42	2,0%	89	2,4%	28	2,2%
República da Coreia	26	1,6%	61	2,9%	59	2,1%	26	2,0%
Cingapura	45	2,7%	43	2,0%	28	1,0%	14	1,1%
Alemanha	12	0,7%	35	1,6%	25	0,9%	10	0,8%
Hong Kong	15	0,9%	15	0,7%	23	0,8%	9	0,7%
Estados Unidos	7	0,4%	15	0,7%	20	0,7%	5	0,4%
França	11	0,7%	13	0,6%	20	0,7%	11	0,8%
Brasil	0,1	0,0%	0,0	0,0%	0,1	0,0%	0,0	0,0%
SUBTOTAL	1.556	94,1%	1.981	94,0%	2.637	93,2%	1.230	95,6%
DEMAIS PAÍSES	97	5,9%	127	6,8%	192	6,8%	57	4,4%
TOTAL GERAL	1.652	100,0%	2.108	100,0%	2.829	100,0%	1.287	100,0%

Elaborado pelo INCOFERIC - Diretório de Informações Comerciais sob base no dados do UNCT - Directorate of Trade Statistics, CDD, January 2009.

Padrão: Brutos em ordem decrescente, soma com base os valores apresentados em 2008.

Brasília - Junho

Arquivo: <http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx?chamada=1&menu=1&acao=abrir&id=1022040>

DADOS BÁSICOS E PRINCIPAIS INDICADORES ECONÔMICO-COMERCIAIS LAOS

COMPOSIÇÃO DO COMÉRCIO EXTERIOR	2008 ⁽¹⁾	
	Valor	Part. %
EXPORTAÇÕES (US\$ milhões)		
Cobre e suas obras	385	38,1%
Vestuário e seus acessórios, de malha	124	11,6%
Madeira, carvão vegetal e obras de madeira	121	11,3%
Combustíveis, óleos e ceras minerais	120	11,2%
Vestuário e seus acessórios, exceto de malha	103	9,7%
Minérios, escórias e cinzas	55	5,2%
Café, chá, mate e especiarias	24	2,2%
Cereais	20	1,9%
Veículos automóveis, tratores, ciclos	15	1,4%
Máquinas, aparelhos e materiais elétricos	15	1,4%
Subtotal	982	92,0%
Demais Produtos	85	8,0%
Total Geral	1.067	100,0%
IMPORTAÇÕES (US\$ milhões)		
Combustíveis, óleos e ceras minerais	481	20,8%
Veículos, automóveis, tratores, ciclos	329	14,2%
Caldeiras, máquinas, aparelhos e instrumentos mecânicos	270	11,7%
Máquinas, aparelhos e materiais elétricos	193	8,3%
Obras de ferro fundido, ferro ou aço	107	4,6%
Ferro fundido, ferro e aço	96	4,1%
Bebidas, líquidos alcoólicos e vinagres	64	2,8%
Plásticos e suas obras	55	2,4%
Tecidos de malha	46	2,0%
Preparações alimentícias diversas	38	1,6%
Borracha e suas obras	34	1,5%
Alumínio e suas obras	33	1,4%
Sal; enxofre; terra e pedras; gesso, cal e cimento	32	1,4%
Preparações à base de cereais, farinhas, amidos	30	1,3%
Algodão	26	1,1%
Açúcares e produtos de confeitoria	23	1,0%
Subtotal	1.857	80,3%
Demais Produtos	457	19,7%
Total Geral	2.314	100,0%

Elaborado pelo MFE/OPRIC - Divisão de Informações Comerciais, com base em dados da UNCTAD/WTO/TradeMap.

Leis não informam dados comerciais ao banco de dados TradeMap. Portanto, os dados são baseados em informações de países importadores e exportadores, o que pode causar divergências nos dados estatísticos.

⁽¹⁾Última posição anual disponível em 10/2010.

**DADOS BÁSICOS E PRINCIPAIS INDICADORES
ECONÔMICO-COMERCIAIS
LAOS**

INTERCÂMBIO COMERCIAL BRASIL-LAOS⁽¹⁾ (US\$ mil)	2005	2006	2007	2008	2009
Exportações	146	126	31	73	9
Variação em relação ao ano anterior	-30,8%	-13,7%	-75,4%	135,5%	-87,7%
Part. (%) no total das exportações brasileiras para a Ásia ⁽²⁾	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%
Part. (%) no total das exportações brasileiras	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%
Importações	99	82	265	220	233
Variação em relação ao ano anterior	-32,7%	-17,2%	223,2%	-17,0%	5,9%
Part. (%) no total das importações brasileiras da Ásia ⁽²⁾	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%
Part. (%) no total das importações brasileiras	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%
Intercâmbio comercial	245	208	296	293	242
Variação em relação ao ano anterior	-16,9%	-15,1%	42,3%	-1,0%	-17,4%
Part. (%) no total do intercâmbio Brasil-Ásia ⁽²⁾	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%
Part. (%) no total do intercâmbio brasileiro	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%
Saldo comercial	47	44	-234	-147	-224

Elaborado pelo MME/CPMEIC - Diretoria de Informações Comerciais, com base em dados do ANDECS/CEMEX/Ministério.

(1) As disponibilizadas informam os dados relativos às exportações de produtos e às importações de bens e serviços realizadas pelo setor de comércio exterior e também por diferentes modalidades de operações comerciais.

(2) Ásia, exceto Japão.

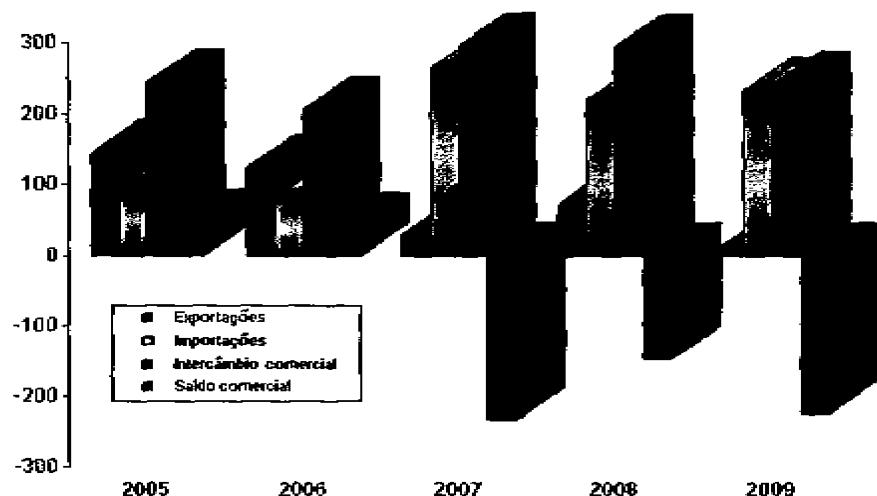
INTERCÂMBIO COMERCIAL BRASIL - LAOS	(US\$ mil, fech.)	2009 [Jan]	2010 [Jan]
Exportações		0	0
Variação em relação ao mesmo período do ano anterior		n.a.	n.a.
Part. (%) no total das exportações brasileiras para a Ásia		0,0%	0,0%
Part. (%) no total das exportações brasileiras		0,0%	0,0%
Importações		0	53
Variação em relação ao mesmo período do ano anterior		n.a.	n.a.
Part. (%) no total das importações brasileiras da Ásia		0,0%	0,0%
Part. (%) no total das importações brasileiras		0,0%	0,0%
Intercâmbio Comercial		0	53
Variação em relação ao mesmo período do ano anterior		n.a.	n.a.
Part. (%) no total do intercâmbio Brasil-Ásia		0,0%	0,0%
Part. (%) no total do intercâmbio brasileiro		0,0%	0,0%
Balança Comercial		0	-53

Elaborado pelo MME/CPMEIC - Diretoria de Informações Comerciais, com base em dados do ANDECS/CEMEX/Ministério.

(1) Ásia, exceto Japão.

INTERCÂMBIO COMERCIAL BRASIL - LAOS
2005 - 2009

(US\$ mil - fob)



Elaborado pelo MRE/DEPEC - Divisão de Informação Comercial, com base em dados do MERCOSERIALIZED.

**DADOS BÁSICOS E PRINCIPAIS INDICADORES
 ECONÔMICO-COMERCIAIS
 LAOS**

COMPOSIÇÃO DO INTERCÂMBIO COMERCIAL BRASIL - LAOS (US\$ mil - fob)	2009 (Jan)	% no total	2010 (Jan)	% no total
EXPORTAÇÕES: (Principais grupos de produtos)				
NÃO FOI REGISTRADA EXPORTAÇÃO BRASILEIRA NO PERÍODO				
Subtotal	0	0,0%	0	0,0%
Demais Produtos	0	0,0%	0	0,0%
TOTAL GERAL	0	0,0%	0	0,0%
IMPORTAÇÕES: (Principais grupos de produtos)				
Vestuário e seus acessórios, de malha	0	100,0%	53	100,0%
Subtotal	0	100,0%	53	100,0%
Demais Produtos	0	0,0%	0	0,0%
TOTAL GERAL	0	100,0%	53	100,0%

Elaborado pelo MRE/DEPEC - Divisão de Informação Comercial, com base em dados do MERCOSERIALIZED.

Grupos de produtos listados em ordem alfabética, não obstante, não haver necessidade de enumeração.

**DADOS BÁSICOS E PRINCIPAIS INDICADORES
ECONÔMICO-COMERCIAIS
LAOS**

COMPOSIÇÃO DO INTERCÂMBIO COMERCIAL BRASIL - LAOS [US\$ mil. - mil]	2007	% no total	2008	% no total	2009	% no total
EXPORTAÇÕES: (os principais produtos e grupos de produtos)						
Sementes, frutos oleaginosos, grãos, sementes, etc.	61	19,4%	31	4,1%	91	100,0%
Outras sementes, frutos e esporas, para semeadura	6	19,4%	0	0,0%	9	100,0%
Caldeiras, máquinas, aparelhos e instrumentos mecânicos	22	71,0%	13	17,8%	0	0,0%
Outros aparelhos para pulverizar fungicidas/inseticidas, etc	4	12,9%	1	1,4%	0	0,0%
Semeadores-adubadores	15	48,4%	7	9,8%	0	0,0%
Partes de outros apars. mecân. p/projetar, etc, líquido/pó, etc	0	0,0%	2	2,7%	0	0,0%
Outros aparelhos para pulverizar fungicidas/inseticidas, etc	0	0,0%	0	0,0%	0	0,0%
Oleos essenciais e resíduos, produtos de perfumaria	9	0,0%	55	75,3%	0	0,0%
Subprodutos terpênicos resíduo da destilação de óleos essenciais	0	0,0%	48	65,8%	0	0,0%
Outros óleos essenciais, de laranja	0	0,0%	7	9,6%	0	0,0%
Subtotal	28	90,3%	74	97,3%	9	100,0%
Demais Produtos	3	9,7%	2	2,7%	0	0,0%
TOTAL GERAL	31	100,0%	73	100,0%	9	100,0%

Elaborado pelo MME/DPF/DEC - Departamento de Intercâmbio Comercial, nota base: resultados do MNE/SEC/CE/Minervar.

Grupos de produtos: Elaborado em conformidade com critérios definidos no sistema apresentado no 2009.

COMPOSIÇÃO DO INTERCÂMBIO COMERCIAL BRASIL - LAOS [US\$ mil. - mil]	2007	% no total	2008	% no total	2009	% no total
IMPORTAÇÕES: (os principais produtos e grupos de produtos)						
Vestuário e seus acessórios, de malha	236	89,1%	219	99,5%	233	100,0%
Camisas de malha de algodão, de uso masculino	0	0,0%	40	18,2%	179	76,8%
Sueteres, pulôveres, de malha de algodão	228	88,0%	141	64,1%	42	18,0%
Sueteres, pulôveres, de malha de fibras sintéticas	3	1,3%	29	13,2%	3	1,3%
Obras diversas de metais comuns	20	7,5%	0	0,0%	0	0,0%
Ferragens, prendedores, de fios móveis, etc, de metais comuns	20	7,5%	0	0,0%	0	0,0%
Vestuário e seus acessórios, exceto de malha	9	3,4%	1	0,5%	0	0,0%
Subtotal	265	100,0%	220	100,0%	233	100,0%
Demais Produtos	0	0,0%	0	0,0%	0	0,0%
TOTAL GERAL	265	100,0%	220	100,0%	233	100,0%

Elaborado pelo MME/DPF/DEC - Departamento de Intercâmbio Comercial, nota base: resultados do MNE/SEC/CE/Minervar.

Grupos de produtos: Elaborado em conformidade com critérios definidos no sistema apresentado no 2009.

Aviso nº 91 - C. Civil.

Em 1º de março de 2010.

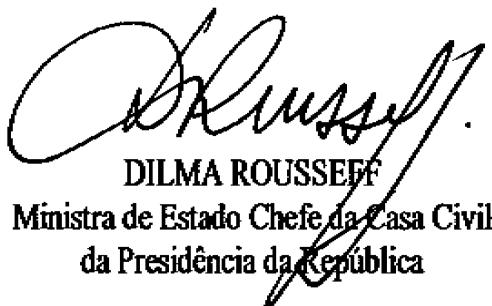
A Sua Exceléncia o Senhor
Senador HERÁCLITO FORTES
Primeiro Secretário do Senado Federal

Assunto: Indicação de autoridade.

Senhor Primeiro Secretário,

Encaminho a essa Secretaria Mensagem na qual o Excelentíssimo Senhor Vice-Presidente da República, no exercício do cargo de Presidente da República, submete à consideração dessa Casa o nome do Senhor PAULO CESAR MEIRA DE VASCONCELLOS, Ministro de Primeira Classe da Carreira de Diplomata do Quadro Permanente do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil junto ao Reino da Tailândia, e, cumulativamente, junto ao Reino do Camboja e à República Democrática Popular do Laos.

Atenciosamente,



DILMA ROUSSEFF
Ministra de Estado Chefe da Casa Civil
da Presidência da República

(À Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional)

O SR. PRESIDENTE (Papaléo Paes. PSDB – AP)

– A matéria vai à Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional.

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS) – Sr. Presidente, eu queria encaminhar um voto de pesar, se V. Ex^a me permitisse, neste momento.

O SR. PRESIDENTE (Papaléo Paes. PSDB – AP)

– V. Ex^a fará uso da palavra.

Nobre Senador Marco Maciel.

O SR. MARCO MACIEL (DEM – PE) – Sr. Presidente, a seguir, eu gostaria, para uma comunicação inadiável e urgente, de proferir algumas palavras sobre tema que julgo relevante.

O SR. PRESIDENTE (Papaléo Paes. PSDB – AP)

– Muito obrigado, Senador. Em seguida ao Senador Paulo Paim, V. Ex^a fará uso da palavra.

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, eu uso este espaço, neste momento, sem prejuízo da minha fala como orador inscrito, para defender e encaminhar à Mesa um voto de ‘pesar’.

Sr. Presidente Senador Papaléo Paes, Senador Marco Maciel, o Rio Grande do Sul está de luto. Um dos maiores ícones da cultura, da tradição e do regionalismo gaúcho faleceu aos 71 anos de idade, na madrugada deste domingo, vítima de problemas renais.

O cantor Jader Moreci Teixeira, mais conhecido, eu diria, como nosso amigo Leonardo, estava internado desde o dia 1º de março no Hospital de Viamão. Seu sepultamento ocorreu ontem, no final da tarde.

Nascido em Bagé, na região da Campanha, próximo à fronteira com o Uruguai, Leonardo começou a trabalhar muito cedo. Sua trajetória artística começou no circo, mas já aos 20 anos, morando em Porto Alegre, fez dupla sertaneja com seu grande amigo. Nos anos 60, voltou-se para o regionalismo, o regionalismo gaúcho, e integrou o grupo Os Três Xirus. A partir de 74, iniciou uma das carreiras solo de maior sucesso do Sul do País.

Em 1982, acompanhado do grupo Os Serranos, Leonardo ganhou a Califórnia da Canção Nativa de Uruguiana, com a canção *Tertúlia*, que diz:

É o batismo dos sem nome,
rodeio dos desgarrados
Grito de alerta do pampa,
tribuna de injustiçados
Tertúlia é o canto sonoro,
sem fronteira ou aramado
Onde o violão e o poeta
podem chorar abraçados

Mas o grande êxito de Leonardo foi, sem dúvida, uma canção escrita em 1978. Ela se tornou uma

das mais populares ouvidas e virou símbolo do Rio Grande do Sul. E foi aqui em Brasília, em um churrasco organizado pela Bancada gaúcha em homenagem ao Presidente Lula, que Leonardo fez uma das melhores interpretações desta bela canção que é quase um hino para todos nós. Ela se chama *Céu, Sol, Sul, Terra e Cor*.

Diz a letra desta bela canção:

Eu quero andar nas coxilhas

Sentindo as flexilhas das ervas do chão,

Ter os pés roseteados de campo,

Ficar mais trigueiro com o sol de verão.

Dizia Leonardo:

Fazer versos cantando as belezas

Desta natureza sem par.

E mostrar para quem quiser ver

Um lugar pra viver sem chorar

É o meu Rio Grande do Sul

Céu, sol, sul, terra e cor!

Onde tudo o que se planta cresce

E o que mais floresce é o amor.

Eu quero me banhar nas fontes

E olhar horizontes com Deus,

E sentir que as cantigas nativas

Continuam vivas para os filhos meus.

Ver os campos florindo e

Crianças sorrindo felizes a cantar!

E mostrar para quem quiser ver

Um lugar pra viver sem chorar.

Termina Leonardo, dizendo:

É o meu Rio Grande do Sul

Céu, sol, sul, terra e cor!

Onde tudo o que se planta cresce

E o que mais floresce é o amor.

Sr. Presidente, tive muitas oportunidades de conversar com Leonardo e de assistir a seus shows, mesmo naquela época em que era permitido ainda um show nos palanques políticos.

Ele era uma pessoa generosa, amável, solidária e de um forte espírito de justiça, de igualdade e de liberdade. Quem conhecia o Leonardo sabia que ele se indignava contra toda injustiça praticada, seja contra a criança, o jovem, o idoso, a mulher, a natureza, os animais. Enfim, ele era um verdadeiro lutador social e também em defesa do meio ambiente.

Leonardo foi casado duas vezes, deixou um filho e dois netos. Aos seus familiares enviamos os nossos sentimentos de inestimável perda.

Sr. Presidente, estou encaminhando à Mesa voto de pesar pelo falecimento do cantor regionalista, nosso amigo, o gaúcho Leonardo.

Eu sei que, desde domingo, ele está lá nas pradarias do céu, cantando, escrevendo e falando das belas coisas do povo gaúcho e do povo brasileiro.

Deus esteja contigo, Leonardo.

Obrigado, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Cícero Lucena. PSDB – PB) – Comunico ao Senador Paulo Paim que a Mesa adotará todos os procedimentos que o Regimento estabelece para atos como este.

Com a palavra o Senador Marco Maciel, para uma comunicação inadiável.

O SR. MARCO MACIEL (DEM – PE. Para uma comunicação inadiável. Com revisão do orador.) – Sr. Presidente nobre Senador Cícero Lucena, Srs. Senadores Papaléo Paes e Paulo Paim, cuja palavra acabamos de ouvir ao apresentar voto de pesar pelo falecimento de um autêntico cantor gaúcho, Srªs e Srs. Senadores, venho, hoje à tarde, à tribuna para falar sobre um tema que julgo extremamente relevante e que diz respeito à preservação do cerrado e da caatinga.

Há em tramitação, no Congresso Nacional, especificamente aqui no Senado Federal, a Proposta de Emenda à Constituição nº 51, de 2003, cujo primeiro subscritor foi o Senador Demóstenes Torres. A Proposta de Emenda à Constituição a que me refiro dá nova redação ao § 4º do art. 225 da Constituição Federal, para incluir o cerrado e a caatinga entre os biomas considerados patrimônio nacional.

O Globo, na sua edição de ontem, 7 de março, publicou uma matéria intitulada “Modelo de preservação do cerrado fracassa”. Mais adiante acrescenta, como subtítulo: “Levantamento do Ministério do Meio Ambiente revela quadro de devastação em áreas de proteção ambiental.” A autora da matéria, a jornalista Catarina Alencastro, diz:

O modelo de preservação que permite atividades consideradas sustentáveis no cerrado tem se mostrado um fracasso. Um levantamento inédito do Ministério do Meio Ambiente revela que 75% de todo o desmatamento ocorrido dentro das unidades de conservação se concentra nas Áreas de Proteção Ambiental (APAs) dos estados. O estudo mostra que, de 2002 a 2008, 3.796 quilômetros quadrados da mata nativa foram destruídos nesses locais – 4,21% de tudo o que foi desmatado no bioma.

O que se passa com relação ao cerrado, *mutatis mutandis*, é o que ocorre também com a caatinga. A palavra “caatinga” é de origem indígena que quer dizer mata rala, mata clara. A PEC tem o nobre Senador Demóstenes Torres como primeiro subscritor. Eu a

subscrevi também, por entender que é uma iniciativa que merece acolhimento do Senado Federal.

A proposta busca incluir tanto o cerrado quanto a caatinga como biomas nacionais.

Diria até que não podemos ignorar quão importante será a aprovação dessa emenda constitucional, ao contemplar tanto o cerrado quanto a caatinga. Diria, também, que o cerrado já teve 48,2% de sua vegetação original destruída. Tem apenas 2,8% do seu território protegido de forma efetiva; outros 5,3% são unidades de conservação de uso sustentável, as famigeradas APAs.

Então, Sr. Presidente, o que me traz à tribuna, é dirigir um apelo, para que, tão logo esteja destrancada a Ordem do Dia – na realidade, estamos, há vários dias, sem conseguirmos votar matérias em função da existência de medidas provisórias que trancam o andamento da pauta; esse é o nosso apelo – creio que é igual o sentimento do Senador Demóstenes Torres –, que a Proposta de Emenda à Constituição nº 51, de 2003, seja votada o mais rapidamente possível, quem sabe, logo após apreciemos as duas ou três MPs que ainda estão pendentes de apreciação.

Devo dizer que é matéria de muito interesse e já está na Ordem do Dia. Depois de Copenhague, naturalmente, a grande preocupação que pervade, diria, o mundo todo, é a questão da sustentabilidade, da preservação da qualidade de vida, da preservação dos biomas, enfim, da preservação da natureza, que se vê frequentemente agredida por fenômenos naturais, muito dos quais são decorrentes do poder destrutivo de mãos humanas.

Então, considero que precisamos ter, cada vez mais, a consciência de que a questão da sustentabilidade, da proteção do meio ambiente deve ser algo fundamental para o Brasil, um país de grande extensão territorial, e de que também o é para nossos vizinhos e para muitos outros países. Precisamos dar o exemplo.

Sabemos que, no que diz respeito à caatinga, uma grande área está situada no semiárido, consequentemente, numa área que sofre frequentemente com o fenômeno da seca. E, de forma semelhante, poderíamos dizer que a mesma coisa ocorre no cerrado, se bem que – é bom e justo ressaltar – o cerrado é um bioma mais rico sob o ponto de vista ambiental, bem mais caracterizado e, consequentemente, mais amplo do que a própria caatinga. Acho que as duas áreas não podem deixar de ser incluídas no texto constitucional como áreas de proteção. Assim fazendo, estaremos dando um passo relevante, para que possamos melhorar as condições do meio ambiente em nosso País.

Recentemente, assistimos aos terremotos que açoitaram o Haiti e, agora, o Chile e outras regiões, inclusive a Polinésia Francesa. Vimos, também, recentemente, a ocorrência dos *tsunamis*, que ainda se repetem. E, ali e acolá, vimos a questão do degelo em algumas partes, o que está começando a comprometer a saúde ambiental do planeta.

Então, tudo isso nos faz ter um olho mais atento para a questão ambiental, que é hoje, diria, a questão número um, para que possamos ter um mundo que sofra menos com esses acidentes climáticos e que não continue a sofrer com a agressão perpetrada, muitas vezes, por mãos humanas e por interesses não corretamente confessáveis.

O apelo que faço com relação ao cerrado, mas também, igualmente, com relação à caatinga é no sentido de que avancemos nesse campo, para dar ao Brasil o modelo de proteção ambiental que, a meu ver, a Nação reclama e que o nosso povo espera.

Muito obrigado a V. Ex^a.

Durante o discurso do Sr. Paulo Paim, o Sr. Papaléo Paes deixa a cadeira da presidência, que é ocupada pelo Sr. Cícero Lucena, Suplente de Secretário.

O SR. PRESIDENTE (Cícero Lucena. PSDB – PB) – Com a palavra, o Senador Papaléo Paes, como primeiro inscrito.

O SR. PAPALÉO PAES (PSDB – AP. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Senador Cícero Lucena, Srs. Senadores, antes de iniciar a minha fala, quero também solidarizar-me com o Senador Paulo Paim pela perda de um grande amigo, o cantor e compositor Leonardo, do Rio Grande Sul. Ainda há pouco, o Senador Paim me falava sobre a amizade dos dois e sobre a gratidão que tinha por esse artista gaúcho.

Quero solidarizar-me com V. Ex^a e estender à família, juntamente com V. Ex^a, o voto de pesar.

Sr. Presidente, vemos, agora, três jovens mulheres aqui no plenário.

Quero, por meio de vocês, homenagear ou mandar uma mensagem pelo Dia Internacional da Mulher a todas as mulheres brasileiras.

Hoje é o Dia Internacional da Mulher. Amanhã teremos uma solenidade de homenagem à mulher, ou às mulheres, aqui no nosso plenário. Como, com certeza, o Senador Paim falará sobre o mesmo tema, nós escolhemos fazê-lo no dia de hoje, exatamente por termos mais tempo para falar mais um pouquinho sobre a mulher e para realmente podermos homenageá-la no próprio dia dessa comemoração.

Mas, Sr. Presidente, Srs. Senadores, a luta das mulheres por igualdade social e econômica é uma luta histórica, permanente, que vem desde tempos remotos, em que o predomínio masculino se baseava na utilização da força física.

Infelizmente, em pleno século XXI, ainda persistem resquícios, tradições e heranças negativas dessas situações que colocam a mulher em condição de inferioridade ao longo da história. Perduram até os dias atuais as mais diversas formas de discriminação, aberta ou disfarçada, em muitos campos da atividade humana.

Certamente não podemos aceitar nem admitir essas práticas desumanas nem essas violações de direitos e garantias assegurados pela Constituição, como os princípios da igualdade, da liberdade e da dignidade da pessoa humana mulher.

O Dia Internacional da Mulher nos oferece uma oportunidade de refletirmos sobre o papel da mulher na história, no trabalho, na vida política e também sobre os direitos humanos e sobre todos os tipos de discriminação existentes contra a dignidade das mulheres.

Existem algumas divergências no que se refere às origens históricas do Dia Internacional da Mulher, 8 de março, designado pela Organização das Nações Unidas para comemoração do Dia Internacional da Mulher, que já foi comemorado, Senador Paim, em outras datas. Mas isso é menos importante do que o dia representa. O essencial é não perdemos de vista os objetivos maiores de igualdade política e econômica das mulheres, consagrados na Declaração Universal dos Direitos do Homem, que se aplica, igualmente, a homens e mulheres.

Promover a igualdade de gênero no trabalho, na educação, nas relações econômicas e sociais, na política e no ambiente doméstico é uma obrigação e um dever de todos nós, independentemente da situação pessoal de cada um. Queremos uma verdadeira igualdade de direitos entre homens e mulheres, de todas as raças, de todos os credos, de todas as condições e origens e a eliminação de todas as formas de discriminação contra as mulheres, principalmente pelas mulheres mais pobres e excluídas.

Sr. Presidente, Sr^as e Srs. Senadores, podemos dizer que devemos tudo, ou quase tudo, às mulheres, começando com aquela mulher que nos deu a vida: a nossa mãe, assim como nossas primeiras professoras, geralmente mulheres.

Faço aqui uma homenagem às muitas mulheres brasileiras que se destacaram pelo trabalho, pela abnegação, pelo amor e pela dedicação incansável nos mais diversos campos de atividade humana.

Sr. Presidente, antes de político, sou médico. No campo da medicina, temos inúmeros exemplos de mulheres, médicas e enfermeiras, que realizam, dia e noite, seu trabalho com carinho, dedicação, afeto, abnegação e amor aos pacientes, salvando muitas e muitas vidas humanas.

O sorriso e a bondade dessas mulheres contribuem para a saúde do corpo e da alma e faz com que muitos pacientes perseverem na luta e na vontade de viver, mesmo quando tudo parece perdido.

Meus cumprimentos especiais a todas as mulheres dedicadas à medicina e à enfermagem e a todas as profissões que contribuem diretamente para a promoção da saúde humana. Sem elas, o mundo seria mais pobre, mais triste, um verdadeiro "vale de lágrimas". Com elas, com essas mulheres destemidas, corajosas, que nos lembram Verônica, aquela mulher sem medo que enxugou as lágrimas de Jesus flagelado com sua toalhinha humilde, com elas o mundo nos dá mais esperança de um futuro e nos faz acreditar em dias melhores.

A galeria de mulheres brasileiras que ajudaram a construir nossa história é imensa e ultrapassaria os limites deste meu modesto pronunciamento. Citaria apenas algumas grandes e corajosas mulheres, mesmo correndo o risco de não mencionar muitas outras, igualmente merecedoras de homenagem especial.

Francisca de Sande, a primeira enfermeira do Brasil, cuidou dos doentes de febre amarela, na Bahia, entre os anos 1670 e 1702.

Maria Augusta Generosa Estrella foi a primeira doutora brasileira em Medicina: saiu do Brasil, em 1874, com apenas 14 anos de idade, para estudar Medicina nos Estados Unidos, formando-se em 1881.

Joana de Gusmão levou vida de profeta e mensageira da fé na antiga Província de Santa Catarina.

Bárbara Heliodora é a primeira mulher em nossa história a participar de uma insurreição republicana.

Ana Néri, viúva do Capitão de Fragata Isidoro Antônio Néri, aos 50 anos de idade, participou da guerra do Paraguai como enfermeira.

Anita Garibaldi, heroína brasileira nascida em Santa Catarina em 1821 e falecida em Ravenna, na Itália, em 04 de agosto de 1849, foi companheira de Giuseppe Garibaldi, "herói de dois mundos" e construtora da unificação italiana.

Anésia Pinheiro Machado, aos 18 anos, realizou sozinha o primeiro vôo entre Rio e São Paulo num pequeno avião.

Chiquinha Gonzaga, pianista e compositora, foi a primeira maestrina do Brasil.

Nise da Silveira revolucionou a psiquiatria, humanizando o tratamento de doentes mentais no Brasil.

Bertha Lutz foi líder do movimento pelo voto feminino no Brasil.

Maria Quitéria de Jesus foi a primeira mulher a ingressar numa unidade militar: disfarçada de homem, lutou contra os portugueses pelo reconhecimento da Independência do Brasil.

Gostaria de destacar também duas mulheres excepcionais que plantaram sementes importantes na área social para a construção do Brasil do futuro. Refiro-me, Senador Cícero Lucena, a Ruth Cardoso e Zilda Arns.

Durante os dois mandatos do Presidente Fernando Henrique Cardoso, a ex-Primeira Dama Ruth Cardoso não interferia no governo, mas influenciava as políticas públicas. Não aceitou ser a repetidora de políticas assistencialistas e mudou o rumo das políticas sociais. Conservava sua independência de pensamento e não provocava polêmicas. Deixou o legado de programas sociais extremamente importantes como o Comunidade Solidária e o Alfabetização Solidária.

Já a Drª Zilda Arns, certamente um dos pilares da Pastoral da Criança, foi responsável pela redução da mortalidade infantil no Brasil sempre atuando, de forma missionária, nos bolsões de pobreza de nosso País.

Finalmente, gostaria de homenagear as muitas mulheres anônimas, essas muitas mulheres pobres e desconhecidas que realizam tantos trabalhos considerados de pouca importância por uma sociedade preocupada muito com luxo, riqueza e vaidade. Essas mulheres, cujos nomes sequer são lembrados, realizam as tarefas invisíveis, mas imprescindíveis para que o mundo vá girando e caminhando para frente.

A todas elas, e de forma muito especial às mulheres do Estado do Amapá, as minhas homenagens e os agradecimentos por todo o bem que realizam e continuarão a realizar.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Senador Papaléo Paes, permita-me cumprimentar V. Ex^a. Entendo que V. Ex^a foi muito feliz. Eu falarei na mesma linha. V. Ex^a, como primeiro orador inscrito, abriu os trabalhos, a fala dos oradores inscritos, falando sobre a história, a vida e o dia a dia das mulheres do nosso País e do mundo. Hoje é dia 8 de março, mas, como V. Ex^a disse e falávamos ali embaixo, todo dia é Dia da Mulher. Eu quero me somar a V. Ex^a. Eu falarei, em seguida, sobre o mesmo tema.

Quero dizer a V. Ex^a também que, enquanto V. Ex^a falava, tive a satisfação de falar ao telefone com o filho do Leonardo, aquele de quem encaminhei voto de pesar, que é o Jader Moreci Teixeira. Ele ouviu tanto o pronunciamento deste Senador como a solidariedade de V. Ex^a e do Senador Marco Maciel. Ele mandou um

abraço a todos. Ele perdeu o Leonardo, que era um líder do povo gaúcho, mas, com certeza, a sua família e todos aqueles que trilham pelo mesmo caminho levarão as bandeiras da liberdade, da igualdade, da justiça, da cultura, da voz do Leonardo, porque ela vai continuar pelos campos do Rio Grande, homenageando os homens e – por que não dizer no dia de hoje? – as mulheres.

Parabéns a V. Ex^a.

O SR. PAPALÉO PAES (PSDB – AP) – Muito obrigado, Excelência.

Durante o discurso do Sr. Papaléo Paes, o Sr. Cícero Lucena, Suplente de Secretário, deixa a cadeira da presidência, que é ocupada pelo Sr. Paulo Paim.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Eu passo a palavra ao Senador Cícero Lucena, para que faça o seu pronunciamento.

Depois, se o Senador Papaléo Paes, ou o Senador Cícero Lucena, puder presidir, eu voltarei para fazer uso da palavra.

O SR. CÍCERO LUCENA (PSDB – PB. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Srs. Senadores, o meu especial cumprimento às Sr^{as} Senadoras e às mulheres brasileiras. Hoje, de maneira muito sublime e representativa, quero dedicar este pronunciamento às mulheres de um modo geral e, em especial, às paraibanas. As mulheres da Paraíba estão imortalizadas na obra de Luiz Gonzaga e Humberto Teixeira e representam a garra, a força, o destemor e a determinação de milhares de mulheres brasileiras e paraibanas na música Paraíba. Na poesia de Gonzaga e Humberto Teixeira, a mulher foi conduzida a um pedestal e descrita de maneira subliminar, ressaltada toda a sua beleza e grandiosidade.

O dia 8 de março foi escolhido para celebrar com festa os avanços e as conquistas das mulheres, que asseguram com extrema competência seus lugares em todos os segmentos sociais, mas que continuam a ocupar o lugar de maior destaque na sociedade: a condução e a formação familiar. Na grande maioria das vezes, elas são o balizamento das decisões e do futuro que haveremos de construir.

Esse final de semana, Sr. Presidente, assisti a um filme, um clássico americano, que conta a história de um jovem senador que foi indicado por período curto, após a morte de um senador titular – segundo a Constituição americana, o governador é quem indica o substituto –; e esse jovem senador, em 1938, foi indicado. É um belo filme, que, em inglês, não corresponde à tradução, mas o filme diz que a mulher faz o

homem. E, sem dúvida, para nós, Senadores, é bom verificarmos essa história do Senado americano.

Porém, Srs. Senadores, o momento também nos remete a refletir sobre as dificuldades enfrentadas pelas mulheres brasileiras, em especial, Senador Papaléo Paes, V. Ex^a que é um homem da área da saúde, as que necessitam da saúde pública deste País. A saúde pública, que, em parte, relatei na última sexta-feira, passa por momentos crônicos e de total falta de atenção, tanto pelo Governo Federal como, em alguns casos, por governos de Estado e, principalmente, por muitas prefeituras municipais. Com a responsabilidade cada vez mais presente na realidade municipal – já que houve a transferência da atividade da saúde para os Municípios –, o Governo Federal parece utilizar uma venda para não enxergar a latente deficiência do atendimento de saúde no Brasil, em especial para com as mulheres desta Nação.

E, para sublinhar essa total falta de compromisso, quero me reportar aos casos mais próximos da nossa realidade e que, com frequência, estampam os noticiários.

Constantemente, existem denúncias tais como a falta de medicamentos e a inexistência de atendimento especializado, como no caso de mamografias e dos exames de rotina para as mulheres. E o mais grave: no momento mais especial da vida de todas as mulheres, que é a gestação e a felicidade de ser mãe, falta-lhes atendimento pré-natal, faltam leitos nas maternidades e inexiste atendimento psicológico. A grande verdade é que falta – e como falta! – sensibilidade do Poder Público!

A inexistência de atenção para as mães gestantes faz com que, todos os dias, milhares de mulheres deixem suas cidades pequenas do interior deste País em busca de atendimento nos médios e grandes centros. E essa não é uma realidade apenas da Paraíba. Essa é a realidade da maioria dos Estados de todo o Brasil.

No meu caso em especial, eu que sou um caboclinho do sertão da Paraíba, nasci na minha terra de parto normal. Caso contrário, minha mãe teria que se deslocar para outra cidade e enfrentar as mesmas dificuldades, os mesmos desafios, o mesmo sofrimento que ainda hoje milhares de mulheres enfrentam no interior deste Brasil.

Essas não são conquistas a serem celebradas no dia 8 de março, mas é importante que, em meio a esta celebração, haja o momento de reflexão por nós, da classe política, pelos gestores e pela sociedade de um modo geral. É o momento de debater, de refletir, pois é chegada a hora do fim da exclusão e da falta

de compromisso dos entes públicos com a saúde da mulher.

Em João Pessoa, na Paraíba, a Maternidade Santa Maria, no bairro de Mangabeira, foi fechada por um ato, por uma decisão, do Prefeito há mais de dois anos, sem que tenha sido aberta outra alternativa de atendimento. E olhe que João Pessoa, por ser a capital, é uma cidade polo, que recebe mulheres não só da grande João Pessoa, mas de toda a região, em busca desse conforto. A ausência desse equipamento causou um prejuízo incalculável à população do bairro, da capital e da região.

Só para dimensionar a problemática na nossa cidade, em outubro de 2009, uma jovem deu à luz a um menino dentro de um camburão do presídio Sílvio Porto, onde foi socorrida. Outro caso registrado pela mídia é de uma jovem de 23 anos que deu à luz dentro de um carro.

Os relatos registram o sério prejuízo causado às famílias que têm que se deslocar para muito mais longe, a fim de dispor dos serviços que estavam facilmente acessíveis àquela comunidade. Há mães que saem do interior porque, em sua cidade, não tem médico, não tem uma maternidade, consequentemente só podem ter a chance de ser mães se eventualmente o parto for normal.

Por isso que nós temos de convocar todos para participar do reconhecimento, e não só ficar no discurso, mas na prática, nos atos, para que as mulheres tenham verdadeira proteção.

Permitam-me fazer um registro antes de encerrar. Hoje, o *Diário da Borborema*, um jornal dos Diários Associados no meu Estado, traz uma matéria que tem como tema “Força e coragem de uma mulher”.

Há 28 anos, Isabel Luzia sustenta a família de 11 filhos, vendendo castanha nas ruas de Campina.

“Dizem que a mulher é o sexo frágil, mas que mentira absurda.”

Este trecho da canção composta por Erasmo Carlos e Narina simboliza a força, coragem e batalha diária das mulheres que não raramente têm a cumprir dupla jornada, trabalhando em casa e fora dela, cuidar de filhos, de marido e de si mesma, enfim, ser várias mulheres em uma só e dar conta de todos os compromissos e atividades que dependem delas.

A música cabe também para exemplificar a história de vida de Isabel Luzia de Souza, uma pernambucana de São José do Egito, que mora em Campina há 28 anos e sustenta toda a família com o que ganha vendendo castanha

nos bares e restaurantes da cidade. Isabel é digna de todos os elogios devido a sua coragem para o trabalho e o seu empenho em não medir esforços para dar educação aos seus filhos e não lhes deixar faltar nada, mesmo tendo uma vida simples e humilde.

Todas as noites, de domingo a domingo, sem folga, sem descanso, Isabel sai de casa por volta das 17h, carregando cerca de 20 quilos de castanha assada, separados em pacotes de 50 gramas, 70 e 125 gramas.

A pé, ela faz um percurso diário em torno de 15 quilômetros, oferecendo o produto aos frequentadores dos bares e restaurantes que funcionam na cidade. O retorno ao lar só acontece lá pelas 2h da madrugada, quando toda a castanha é vendida.

Por noite de trabalho, a incansável Isabel fatura entre R\$70,00 e R\$100,00, quando a noite é boa. É com esse dinheiro que ela custeia todas as despesas da casa onde mora com o marido e os filhos, no bairro de Santa Rosa, paga suas contas e alimenta a todos na casa.

O dia a dia de Isabel é de muita luta. Ao longo dos seus 43 anos de vida, a vendedora de castanha já passou por muitas dificuldades e tristeza, mas nada tirou dela o sorriso e o bom humor.

Dos 22 filhos que Isabel gerou, 11 morreram ainda bebês, antes de completar dois anos de vida. As perdas dos frutos do seu ventre foram os momentos mais dolorosos de sua vida:

“Não há nada mais difícil do que ver um filho partir, do que enterrar um ser que você ama tanto e que nasceu de você. A dor de enterrar cada filho que morreu foi como uma espada atravessasse o meu coração e eu morresse um pouco junto com eles também”, conta [Isabel].

Mas como a força é uma das suas principais virtudes, Isabel venceu o luto como uma fênix que renasce das próprias cinzas. Afinal, seus outros filhos precisavam dos seus cuidados, do seu amor e da sua alegria.

“E foi o trabalho que me fez reerguer, porque eu nunca quis que meus filhos passassem dificuldades e eu sabia que precisava trabalhar para ter como comprar o caderno da escola para eles estudarem e terem um futuro melhor que o me”, relembra Isabel.

A descoberta da felicidade [segundo ela] veio com os filhos.

E se a perda dos filhos causou uma dor profunda no coração desta mulher guerreira, por outro lado, a chegada deles foi o que ela considera a descoberta da verdadeira felicidade.

Segundo ela, “a primeira vez que coloquei um filho no mundo me senti como se fosse a mulher mais feliz do planeta, mesmo sem ser rica e passando por dificuldades. E foi assim todas as outras vezes em que vi sair da minha barriga um novo ser humano”.

Por sua determinação, força de vontade e disposição para a vida, neste Dia Internacional da Mulher, Isabel merece todas as homenagens. E ela as recebe com orgulho, porque, para ela “toda mulher deve ter sua história respeitada”. E o que ela deseja para todas as mulheres?

“Que saibam ser felizes como eu sei e que entendam que a felicidade não é ter tudo, mas saber dar valor ao que se tem, porque, em primeiro lugar, vem Deus, depois, a família. Todo o resto não vale nada se Deus e a família não forem o que há de mais importante na vida de uma pessoa. É por isso que eu supero os desafios e sou feliz”, conclui [sabe].

Então, em nome de Isabel, em nome de todas as marias, as lauras, as vanessas, as ianes, as eduardas, as ruths, amálias, severinas, socorros e tantas outras que no anonimato de suas vidas realizam, com tanta dedicação, as tarefas reservadas por Deus e que, com Deus, cumprem uma das mais nobres missões, sem dúvida nenhuma, em nome delas, em nome de Maria, a minha homenagem ao Dia Internacional das Mulheres.

Que Deus proteja todas!

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Senador Cícero Lucena, aceite os cumprimentos desta Presidência. V. Ex^a foi muito feliz. Vou falar do tema, mas não o enfoquei da forma como V. Ex^a o enfocou.

V. Ex^a deixou muito claro que todos nós, principalmente os homens, ao perdermos um filho choramos, sofremos; mas, com certeza, ninguém sofre mais do que uma mãe. V. Ex^a foi muito feliz na sua fala. Foi uma grande homenagem. Parabéns a V. Ex^a.

O SR. CÍCERO LUCENA (PSDB – PB) – Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Convido V. Ex^a para presidir. Fiquei entre V. Ex^a e o

Senador Papaléo Paes, como havíamos combinado. Em seguida, falará o Senador Alvaro Dias.

O Sr. Paulo Paim deixa a cadeira da presidência, que é ocupada pelo Sr. Cícero Lucena, Suplente de Secretário.

O SR. PRESIDENTE (Cícero Lucena. PSDB – PB) – Com a palavra o Senador Paulo Paim, pela ordem dos inscritos.

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Senador Cícero Lucena, meu pronunciamento vai na linha de todos aqueles que me antecederam nesta tarde de 8 de março, Dia Internacional das Mulheres. Confesso, Senador Cícero Lucena, Senador Papaléo, Senador Alvaro Dias, que, ao pensar em fazer este pronunciamento no dia de hoje, eu me lembrei de que, amanhã, esta Casa fará uma grande sessão de homenagem às mulheres – o Senador Papaléo Paes tratou do tema – que ganharam o Prêmio Bertha Lutz.

No meu gabinete, a maioria dos assessores é composta por mulheres. Pedi a elas que me dissessem sobre o que gostariam que eu falasse neste dia de homenagem às mulheres. Elas escreveram este pronunciamento. Eu o li, é claro, de forma muito carinhosa e respeitosa, com muita atenção. Como concordei com aquilo que foi escrito, passo, então, a fazer meu pronunciamento.

Hoje, 8 de março, quero homenagear aqui aquelas que são feitas de ingredientes especiais, uma mistura de amor, de inteligência, de capacidade, de altruísmo, de doação, de abnegação, de sensibilidade. Hoje, homenageamos aquelas que são feitas de coração e de sentimento: as mulheres.

Nós, homens, devemos ter humildade para reconhecer que, talvez, não sejamos tão fortes como vocês, fortes e sensíveis ao mesmo tempo. São pessoas que, mesmo ao chorar, transmitem segurança, que, mesmo indefesas, buscam forças misteriosas e se reerguem. Nunca nós, homens, conseguiremos entender isso. Talvez, tal como sugeriu a estadista Meir, precisássemos aprender a chorar mais. Segundo ela, “quem não sabe chorar de todo o coração também não sabe rir”.

Nós sabemos que vocês são nossos braços direito e esquerdo, sejam vocês mães, esposas, filhas, amigas, parceiras, companheiras. São aquelas com as quais podemos sempre contar em todas as lutas, mesmo nas mais árduas, pois estão ao nosso lado na vitória, mas também nos momentos de derrota, nos momentos de sofrimento.

Obrigado por nos ensinarem a amar, mesmo antes de chegarmos a este mundo. O Senador Cícero Lucena foi muito feliz porque falou da capacidade das

mulheres de gerar os homens e as mulheres deste País. Afinal, vocês, mulheres, dedicam especial atenção e amor a seus filhos, quer biológicos ou não, criados por vocês ou não.

O amor é tão grande, que nos faz ver que podemos sentir o mesmo. Prova-nos que é possível se doar às pessoas e às causas. E não tenho medo de dizer que, se lutamos por igualdade e por justiça, foi com vocês que aprendemos parte desse amor pela justiça e pela vida.

Minha mãe, Senador Cícero Lucena, já faleceu. Nós éramos dez. Pai e mãe ganhavam um salário mínimo. Isso fez com que eu aprendesse a respeitá-la cada vez mais.

Uma frase dita por Elis Regina, que jamais vou esquecer, pode ilustrar o que quero dizer. Certa vez, ela disse que não tinha tempo de fazer vibrar “outra bandeira que não fosse a da compreensão, do encontro e do entendimento entre as pessoas”. Isso é o que a movia. Mulheres são, em sua natureza, assim. Esse amor incondicional que vemos nas mulheres deve servir de exemplo para cada um de nós sempre, deve guiar o nosso dia a dia, deve servir de base para as nossas decisões, inclusive no que diz respeito a elas.

Não vou citar números sobre a participação da mulher na sociedade, mas levantarei alguns pontos.

Sabemos que muitas mulheres, ao longo dos anos, já galgaram diversos degraus e hoje se encontram em patamares iguais ou mais altos que alguns homens nas mais diversas áreas. Porém, a participação da mulher no mercado de trabalho ainda está aquém do que poderia ser e de toda a sua competência.

Falo isso com a maior tranquilidade, pois minha chefe de gabinete é mulher, minha coordenadora política do gabinete em Brasília é mulher. Enfim, há essa caminhada conjunta entre homens e mulheres comprometidos com a mesma causa. Além disso, são frequentes e comuns os casos em que mulheres ocupam cargos e funções semelhantes aos de homens, mas, mesmo assim, recebem salários menores.

Foi por essa disparidade que, no inicio do mês, a Organização das Nações Unidas (ONU) reivindicou à comunidade internacional ações concretas para derrubar as barreiras e erradicar as condutas que atrapalham o progresso rumo à igualdade de gêneros e impedem o pleno desenvolvimento dos direitos das mulheres.

Por isso, também é importante aprovarmos a ratificação no Brasil da Convenção 156, da Organização Internacional do Trabalho (OIT), referente à relação de igualdade entre homens e mulheres no mercado de trabalho.

É preciso, sim, reconhecer que deve ser dada às mulheres a oportunidade de exercerem sua plena

capacidade e cidadania. E destaque-se que deve ser dado um olhar atento à sua rotina. Afinal, não podemos fundir a emancipação feminina com a realidade masculina. Nós, homens, temos muitas atribuições, e muitas delas, eu sei, são duras. Porém, os papéis desenvolvidos são diferentes. Faltariam com a verdade se disséssemos que todos nós, ao sairmos de nossos empregos, chegamos a casa, fazemos almoço, cuidamos da roupa, já projetamos o dia seguinte, cuidamos das crianças, vamos ao mercado, colocamos a roupa para lavar, escutamos problemas de amigos e dos filhos. Enfim, sem sombra de dúvida, a mulher tem, sim, uma dupla jornada. Nós até podemos fazer isso uma vez ou outra, mas são as mulheres que têm isso como rotina. Por isso, nada mais justo que tenham direitos iguais aos nossos, mas com um olhar atento às suas realidades.

Sr. Presidente, quando me perguntam se concordo – e falo tanto em previdência! – que a mulher se aposente ao completar 30 anos de contribuição e o homem se aposente ao completar 35 anos de contribuição, digo que concordo, sim. A mulher enfrenta uma dupla jornada e, por isso, deve ter o direito, sim, de se aposentar ao completar os 30 anos de contribuição. O homem tem esse mesmo direito ao completar os 35 anos de contribuição.

Aqui, lembro, Sr. Presidente – isto está no documento –, que a maioria das mulheres não têm apenas duas jornadas, mas três jornadas. E a sociedade exige que elas façam tudo isso com um sorriso no rosto, belas e felizes, mesmo que nem sempre se sintam ou estejam assim. Todos nós temos problemas. As mulheres também têm problemas.

Senhoras e senhores, nosso reconhecimento deve passar pela luta para que mais mulheres estejam em áreas importantes de toda a sociedade. Felizmente, muitas estão hoje em postos que eram comuns aos homens. Fico feliz quando vejo mulheres motoristas, açougueiras, engenheiras, técnicas em informática, metalúrgicas, mestres de obra, dirigentes de Estado, ministras e até mesmo presidentes de nações, como em inúmeros países do mundo.

Aí chegamos a um ponto importante: a política. Quando falamos na política e olhamos para o futuro, normalmente falamos dos jovens. Hoje, quero falar das nossas jovens, para que elas também se apresentem, cada vez mais, nas esferas de poder, para que participem ativamente da vida política do País.

Existe uma quota de 30% que muitos partidos dizem que não podem cumprir. Achei importante a decisão tomada agora: se os partidos políticos não cumprirem a decisão de reservar 30% para as mulheres, perderão os outros 70%. Essa é uma forma de fazer

com que a política de quotas seja adotada e com que os partidos políticos preencham 30% das vagas com mulheres.

Sr. Presidente, eu, que falo tanto dos idosos, de homens e mulheres de cabelos prateados, dessas senhoras que cumprem seu papel na história como ninguém, quero falar também das nossas jovens. Como disse a escritora Margarete Drabble: "quando nada é certo, tudo é possível". É possível, sim, ver nossa juventude, principalmente as mulheres, participando cada vez mais da vida política do País.

Se olharmos o que ocorre no Senado, veremos que são muito poucas as Senadoras que acompanham nossa jornada, não por falta de qualidade, mas, sim, por falta de quantidade. Qualidade todas aqui têm demonstrado. E é preciso que se diga: elas dão um toque especial ao nosso trabalho. Mostram-nos facetas de determinadas matérias que nem sempre são percebidas por nós. Nós também, em algumas áreas, demonstramos isso, mas a contribuição das mulheres é inegável. Lembro aqui a Senadora Patrícia Saboya, autora do projeto que ampliou a licença maternidade de quatro meses para seis meses, o qual tive a honra de relatar.

Quero reafirmar que entendo que é muito importante que mais mulheres participem da vida política do nosso País.

Sr. Presidente, Senador Cícero Lucena, sabemos que muitas já estão e são responsáveis por postos fundamentais no Executivo, no Legislativo, no Judiciário e mesmo na área privada. Elas, com garra e com determinação, têm demonstrado que não têm medo e que estão indo à luta, talvez porque tenham enfrentado sempre grandes batalhas, desde os primeiros anos, no jardim de infância, até a universidade. Há aquelas que não chegaram à universidade, mas chegaram aos postos de trabalho, quer seja em casa ou na área privada.

Por isso, mais uma vez, quero dizer muito obrigado por terem essa facilidade de lutar, de amar, de brigar por seus direitos e pelos nossos.

Sei que a sessão que vai homenagear as mulheres será realizada amanhã, mas, hoje, Dia Internacional da Mulher, eu não poderia deixar de fazer este pronunciamento, na mesma linha que seguiu V. Ex^a, Senador Cícero Lucena, assim como os Senadores Marco Maciel e Papaléo Paes.

Neste momento, peço atenção especial às meninas, adolescentes e jovens mulheres. É preciso que, dentro de nossas casas, mudemos nossa forma de pensar, pois ainda existe na nossa sociedade uma visão super machista que faz com que os pais acreditem que as meninas devem ser responsáveis por seu futu-

ro e por sua qualificação, mas também têm de cuidar dos irmãos e dos primos e serem muito competentes nos afazeres domésticos. É uma visão que faz com que os pais não tenham essa postura em relação aos filhos homens. Elas me disseram: "Está tudo bem nos afazeres domésticos, mas nós, mulheres, queremos ter o mesmo espaço que os meninos têm na conquista de um lugar ao sol na sociedade".

Nossa sociedade julga, por exemplo, o comportamento feminino no que diz respeito ao relacionamento de trabalho e ao relacionamento amoroso. Se uma jovem sai com as amigas e tem namorados, ela é logo comentada. Se conquista um alto posto no mercado de trabalho, perguntam: como, de que jeito ela chegou lá? Chegou lá, porque é competente, porque é preparada e tem todo o direito de desfrutar do lazer, da vida, como os meninos.

Sr. Presidente, quero dizer ainda que isso acontece em muitos lares, de forma mais ou menos acentuada. Seja em uma comunidade mais humilde ou nas casas mais ricas, o pensamento é o mesmo. O preconceito contra a mulher não tem classe social. E é esse preconceito, enraizado ainda em nossa sociedade, que as jovens enfrentam – e, depois, seguem peleando durante suas vidas.

Por isso, senhores e senhoras, gostaria que tivéssemos um olhar mais atento à vida de nossas meninas, adolescentes, jovens e aquelas que já são adultas. É preciso um olhar carinhoso à luta que a mulher trava para estudar, para ser respeitada como mulher, para entrar no mercado de trabalho em condições iguais às dos homens. É preciso um olhar que observe e busque formas de estancar a violência psicológica e física a que, infelizmente, muitas e muitas mulheres estão sujeitas.

Precisamos investir, cada vez mais, em campanhas de esclarecimentos, para que as mulheres e os homens façam valer a Lei Maria da Penha. Infelizmente, somente 40% das mulheres que sofrem violência acabam vendo a violência cometida contra elas chegar a uma delegacia. Sessenta por cento dos fatos e atos cometidos contra as mulheres são ainda ocultos.

Sr. Presidente, eu, que combatoo tanto as discriminações, não posso deixar de, neste momento, também falar contra essa discriminação que há quando falamos de gênero. Olhar nossas mulheres, olhar as mulheres, em especial, as jovens adultas e idosas, olhar todas as mulheres deve ser uma ação diária.

Um exemplo que posso citar aqui é que, quando falamos em escolas técnicas, percebo que muitos ainda ligam esse tipo de qualificação apenas aos homens, esquecendo-se das mulheres. Isso está errado! As mulheres estão em todos os campos do conheci-

mento e querem ser reconhecidas como profissionais capazes que são.

É fundamental que este dia sirva para olharmos as mulheres brasileiras, independentemente da sua idade, com um sentimento de justiça e de igualdade.

Já que falei tanto aqui das jovens mulheres, pergunto: por que esta Casa não aprova a PEC da juventude? É uma proposta que vem da Câmara. É preciso garantir, cada vez mais, direito aos nossos jovens, afinal está nas mãos deles o nosso futuro.

Estamos aqui tratando do futuro de meninos, de meninas, de adolescentes e, podemos usar o termo, de mulheres adultas e também de mulheres idosas, mais experientes, que sempre têm muito a contribuir. O Senador Cícero Lucena me ajuda e diz que as mais experientes podem ser aquelas que vão orientar as mais jovens para ocuparem postos nos quais, amanhã ou depois, terão direito à aposentadoria – e esperamos que a aposentadoria seja integral, sem fator previdenciário.

Sr. Presidente, são pessoas que emprestam sua sensibilidade às nossas vidas.

Eu terminaria dizendo que desejo que esse amor incondicional que as mulheres são capazes de oferecer e a facilidade em perdoar – não é que elas não tenham posição, elas têm posição e são muito firmes, sabem dizer “não” quando é hora de dizer “não” e sabem dizer “sim” na hora de dizer “sim”, mas elas perdoam muito mais do que nós – e em ouvir possam ser a realidade de todos nós um dia. Elas são muito mais sensíveis, mas muito mais firmes, inclusive, do que muitos homens.

Espero que possamos aprender com vocês, mulheres. E o início do aprendizado passa pela derrubada dos preconceitos. Gostaria que mais homens enfrentassem, com a mesma coragem, as situações que vocês enfrentam. Talvez, muitos não consigam se levantar com tanta facilidade.

É preciso reconhecer que as mulheres cumprem um papel fundamental na sociedade brasileira. Temos de valorizar o espaço que elas, de forma adequada, consequente e responsável, ocupam quando lideram. Basta olharmos em nossas casas – apesar de muitos não considerarem –, que veremos que os ditos homens da casa são as mães, as esposas, as nossas filhas. São elas que, de fato, muitas vezes, comandam, mesmo que dividam esse posto conosco. Em geral, a última palavra, pelo seu poder de convencimento, se o homem for inteligente, é dela.

Na maioria dos lares, vocês são o porto seguro que todos nós procuramos. Sentimo-nos seguros quando estamos ao lado de vocês. Não desmerecendo a importância dos pais, que são fundamentais, devo

dizer que são as mulheres que têm a maior paciência para ouvir e para aconselhar. São elas as grandes conselheiras nas horas mais difíceis.

Por isso, Sr. Presidente, sou daqueles que não concordam muito com a história de dizer que a mulher é o sexo frágil. Ela é forte, firme, sensível, mas sabe, no meu entendimento, ser muito dura quando necessário. Eu diria mesmo que elas são verdadeiras fortalezas.

Tão bem traduziu Cecília Meireles: “Aprendi com as primaveras a me deixar cortar e voltar inteira”. Assim como as flores, as mulheres são podadas, mas fazem da dor a sua força, e essa força é imbatível.

Por isso, de novo, agradeço aqui a todas as mulheres que participaram da minha vida ou, eu diria, das nossas vidas, de uma forma ou de outra.

Senador Cícero – lembro de V. Ex^a, porque falou há pouco tempo –, vou repetir aqui: homenageio minhas avós, minhas bisavós, minha mãe, minhas companheiras, minha esposa, minhas filhas, minhas netas, minhas amigas, todas aquelas que, ao longo da vida, foram cúmplices do bem, de políticas voltadas para melhorar a qualidade do nosso povo e da nossa gente.

Agradeço a vocês, que, mesmo sem me conhecer, estão ouvindo este pronunciamento. Acho que nos encontramos muitas vezes. Muitas vezes, talvez, eu tenha dado a impressão de que não as vi, mas sei que, nos grandes eventos em que nós, homens públicos, estamos, vocês nos estão vendo e, muitas vezes, batendo palmas, torcendo mesmo, de coração, para que acertemos. Através do seu olhar, confiam que aqui estamos lutando para que o Congresso Nacional atenda à demanda do povo brasileiro na construção de dias melhores para todos.

Obrigado a todos vocês por nos ajudarem desde criança, porque, mesmo as coisas mais difíceis e assombrosas são fáceis de serem transpostas. Basta que o dia amanheça, que o sol surja e que a gente atravesse as pontes, os rios, até mesmo as matas mais fechadas, na busca de poder dizer que o sol vai brilhar para todos.

Finalizo com a frase da física Marie Curie: “Nada na vida deve ser temido, somente compreendido. Agora é hora de compreender mais para temer menos”.

Sr. Presidente, falei tanto das mulheres e vou terminar, Senador Alvaro Dias, com uma pequena poesia, muito pequenina, de um homem. Deixo aqui – já que eu disse que foram as mulheres do meu gabinete que escreveram 90% deste discurso – uma poesia de Luciano Ambrósio, que é deficiente visual. Ele disse: “Senador, pode dizer que sou cego mesmo. Não há problema”. Luciano Ambrósio, que tem a seu lado sua cachorra, Mits, escreveu esta poesia de ontem para hoje e perguntou-me se eu queria aproveitá-la

no pronunciamento. E eu disse: “É claro! Você, que é cego, Luciano, homenageará as mulheres com sua poesia”. O que diz a poesia de Luciano Ambrósio? O título é: “Sensibilidade”. Diz ele – olhem bem, porque ele é cego:

Há um olhar diferente
O olhar da sensibilidade
Do carinho
Da compreensão
O olhar da esperança
Da doçura
Do sonho
Da força que cria
Que transforma
Um olhar que ausculta
E que sente
O olhar da alma
Da poesia
Da mulher!”

É o que diz Luciano Ambrósio.

Muito obrigado, Sr. Presidente, pela tolerância. Agradeço também ao Senador Alvaro Dias, que, pacientemente, ali ficou esperando.

O SR. PRESIDENTE (Cícero Lucena. PSDB – PB) – Agradeço a V. Ex^a, Senador Paulo Paim. É sempre um prazer ouvi-lo, com a sensibilidade que lhe é peculiar.

Eu gostaria de homenagear também, no momento em que convido o Senador Alvaro Dias, que é o próximo orador inscrito, nossas companheiras Senadoras, como Fátima Cleide, Ideli Salvatti, bem como Kátia Abreu, Lúcia Vânia, Maria do Carmo Alves, Marina Silva, Marisa Serrano, Patrícia Saboya, Rosalba Ciarlini e Serys Slhessarenko. Cada uma, a seu modo e com sua luta, mas com muita garra e com muita determinação, quer construir um País mais justo, mais humano e mais solidário.

Com a palavra, o Senador Alvaro Dias.

O SR. ALVARO DIAS (PSDB – PR. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Muito obrigado, Senador Cícero Lucena.

Ao Senador Paulo Paim, quero dizer que o Luciano enxerga com os olhos da sensibilidade humana e, certamente, enxerga muito mais do que muitos que possuem o privilégio, como nós, de enxergar com os nossos olhos.

Eu gostaria de fazer minhas as palavras dos colegas que me antecederam em homenagem às mulheres do Brasil e de prestar minha homenagem de outra forma, de maneira diferente: homenagear as mulheres dignas do Brasil, denunciando a corrupção que assola o País de forma implacável e que é retratada pelas re-

vistas semanais, que estampam manchetes como “O relatório final do mensalão”, com as revelações contidas nas 69 mil páginas do processo do Supremo Tribunal Federal, os depoimento dos principais personagens e as novas histórias por trás do maior esquema de corrupção da República”.

A revista *ISTOÉ* rememora e traz para a ordem do dia um tema que não pode ser esquecido, um fato que não pode ser ignorado e que está a exigir do Supremo Tribunal Federal um julgamento implacável, para atender às expectativas da sociedade brasileira.

Esse escândalo do mensalão, apurado em 2005 pela Comissão Parlamentar Mista de Inquérito dos Correios, no Congresso Nacional, fez com que quarenta dos indiciados fossem denunciados pelo Ministério Público e se sentassem no banco dos réus do Supremo Tribunal Federal. O País aguarda esse julgamento. E, por essa razão, mais do que oportuna foi a matéria da revista *IstoÉ*, trazendo fatos antigos ao momento da cobrança necessária, para que o julgamento ocorra em tempo, antes do pronunciamento do tribunal das urnas, no mês de outubro.

O Procurador-Geral da República, Dr. Antonio Fernando, ao denunciar quarenta dos envolvidos, escreveu: “Trata-se de uma organização criminosa que assaltou cofres públicos do País em nome de um projeto de poder de longo prazo”.

Isso não pode ser esquecido! Isso não deve ser ignorado!

Nesta semana, a revista *Veja*, em mais uma capa histórica, diz: “Caiu a casa do tesoureiro do PT”. Matéria de capa:

O petista que vai cuidar das finanças da campanha de Dilma Rousseff é apontado em inquérito como pivô de um esquema que desviou dezenas de milhões de reais e abasteceu o caixa dois da campanha de Lula em 2002.

É verdade que a corrupção foi banalizada no Brasil e que nada mais assusta. Não importa a dimensão do escândalo; há uma anestesia que coloca dormente a maioria dos brasileiros. Mas é preciso que acordem.

Tenho a convicção de que, se em tempo acordarmos, a maioria dos brasileiros, essas duas reportagens de capa das duas revistas, *Veja* e *ISTOÉ*, por si só produziriam um impacto irresistível nas urnas.

Sr. Presidente, Srs. Senadores, aqueles que são protagonistas desses escândalos não podem permanecer impunes. Se há essa apatia, se há confirmação de que muitos no Brasil não acreditam em mais nada, esse fato ocorre porque nós, que somos políticos, perdemos a capacidade do convencimento. Estamos sendo incapazes de informar e de convencer a opinião públí-

ca, e, por isso, os caminhos percorridos pelo País não são os caminhos que nos podem levar a um futuro em que o exercício da cidadania plena seja uma realidade, e onde todos os brasileiros possam se beneficiar dos frutos do progresso econômico que constroem com muito esforço e dedicação.

O que ouvi nesses dias, depois dessas duas reportagens? A tentativa de desqualificar a imprensa, esses órgãos de imprensa, ignorando que não são as revistas que criaram os fatos. Os fatos foram criados pelos desonestos.

Nesse caso que a revista *Veja* traz como reportagem de capa, da brilhante jornalista Laura Diniz, o Ministério Público investigou durante três anos – três anos –, para desvendar esse espantoso esquema de desvio de dinheiro perpetrado pelo chamado núcleo duro do Partido dos Trabalhadores, através da cooperativa dos bancários, a Bancoop.

O Ministério Público quebrou o sigilo da cooperativa e descobriu que dirigentes dessa Cooperativa Habitacional dos Bancários lesaram milhares de associados para montar um esquema de desvio de dinheiro público que, conforme o Ministério Público afirma, abasteceu a campanha de Lula em 2002 e encheu o bolso de dirigentes do PT, que sacaram ao menos R\$31 milhões na boca do caixa.

Como responsabilizar a revista pelo escândalo? No Brasil, ainda existem aqueles que, em vez de condenar os criminosos, preferem condenar quem denuncia o crime. Há uma inversão de valores, que provoca indignação até mesmo naqueles que possuem uma capacidade comprometida de se indignar.

Essa matéria, sob o título “A Casa Caiu”, diz:

O Ministério Público quebra sigilo da Bancoop e descobre que dirigentes da Cooperativa Habitacional dos Bancários de São Paulo lesaram milhares de associados, para montar um esquema de desvio de dinheiro que abasteceu a campanha de Lula em 2002 e encheu os bolsos de dirigentes do PT. Eles sacaram ao menos 31 milhões de reais na boca do caixa.

Repeti de propósito, porque é preciso repetir para registrar.

Eu, desde já, vou pedir ao Presidente Paulo Paim que autorize a publicação, nos *Anais* da Casa, das duas matérias: a da revista *IstoÉ*, “O Relatório Final do Mensalão”; e a da revista *Veja*, “Caiu a Casa do Tesoureiro do PT”.

Os historiadores, certamente, não ignorarão os registros necessários para que esses fatos lamentáveis da história contemporânea do Brasil não sejam esquecidos.

Vou retratar alguns dos pontos que foram levantados pelo Ministério Público de São Paulo. Primeiro, é preciso dizer que, desde 2005, há denúncias em relação a essas irregularidades. Aqui, no Congresso Nacional, quantas vezes eu próprio vim a esta tribuna para denunciar as irregularidades dessa cooperativa dos bancários em São Paulo! Requerimentos foram apresentados, pedidos de informação. Em CPIs no Congresso Nacional, inúmeras vezes fizemos referência a esse esquema dessa cooperativa de bancários em São Paulo. E o Ministério Público, depois de três anos de investigação, traz à tona os fatos que comprovam ser esse mais um dos grandes escândalos de corrupção do Brasil.

Vamos ver esse roteiro da corrupção:

A Bancoop recebia as notas frias das empreiteiras e pagava os seus serviços fictícios com cheques nominais às empresas ou a seus diretores.

Diretores das empreiteiras descontavam os cheques da Bancoop na boca do caixa e repassavam os valores em dinheiro ao técnico em edificações Hélio Malheiro.

Hélio Malheiro depositava o dinheiro em uma agência de um grande banco. Luiz Malheiro, presidente da Bancoop de 1996 a 2004, mandava sacar.

Luiz Malheiro entregava o dinheiro ao sindicalista João Vaccari Neto, atual tesoureiro do PT. Na ocasião, Vaccari era diretor da Bancoop e presidente do Sindicato dos Bancários. As entregas, semanais, foram feitas de 2003 a 2004.

Em 2004, com Lula eleito, Luiz Malheiro procurou o então ministro do Trabalho, Ricardo Berzoini, fundador da Bancoop e a quem ele chamava de “chefe”, para dizer que a cooperativa precisava de recursos financeiros.

Em novembro de 2004, Luiz Malheiro morreu em um acidente de carro com dois outros dirigentes da Bancoop. João Vaccari Neto assumiu, então, a presidência da Bancoop.

Em dezembro de 2004, a Bancoop, por meio da corretora Planner, captou 26 milhões de reais de fundos de pensão de estatais controlados pelo PT e mais 10,9 milhões de outros fundos de estatais.

Entre 2003 e 2008, a Bancoop emitiu pelo menos 18 milhões de reais em cheques para ela mesma de forma que seus portadores pudessem fazer retiradas em espécie sem deixar vestígios. O destino desse dinheiro permanece um mistério.

Essa é uma estratégia adotada pelos corruptos para o desvio de recursos.

Em outro item, a reportagem mostra o seguinte:

A movimentação bancária da cooperativa mostrou que, só entre 2005 e 2006, ela repassou mais de 1,5 milhão de reais à empresa Caso Sistemas de Segurança, de Freud Godoy, ex-segurança das campanhas do presidente Lula e um dos “alopradados” envolvidos no escândalo da compra do falso dossiê contra tucanos, na campanha de 2006.

Entre 2003 e 2005, a cooperativa repassou pelo menos 10 milhões de reais à Germany, empreiteira de propriedade de quatro de seus dirigentes. Um valor ainda não calculado foi enviado a outras empresas de diretores da Bancoop, incluindo a Mizu, supostamente de fachada.

Nesse período, a Bancoop já apresentava um déficit de 135 milhões de reais e tinha cerca de 2000 associados que, tendo pago o valor integral do apartamento, não haviam recebido o imóvel e ainda estavam sendo pressionados a aumentar sua participação nos pagamentos.

Há muitas perguntas no ar. A revista diz, aqui: “uma pergunta que continua no ar”. São muitas as perguntas que continuam no ar, mas a pergunta que eu creio ser essencial é a seguinte: quem é que vai ressarcir, às famílias lesadas nesse assalto, os recursos que empregaram na esperança de adquirir o seu próprio lar?

Essas pessoas, assalariadas, pobres, foram assaltadas, tiveram os seus sonhos transformados em pesadelo. Quais as providências que adotará agora a autoridade responsável para ressarcí-las?

Vou fazer apenas a leitura de um dos casos, o de Oscar Costa, que tem agora 52 anos e é um bancário aposentado:

Aos 43 anos, decidi dar um grande passo: comprar o meu primeiro imóvel. Usei os 20.000 reais que havia juntado e entrei no financiamento de um apartamento de 60.000 reais. As prestações eram metade do meu salário. Um dia, recebi uma cobrança extra de 1.800 reais. Seria a primeira de muitas. Tive de tirar um empréstimo bancário. Em dois anos estava endividado, mas havia quitado meu imóvel. Sentia-me orgulhoso – jamais atrasei uma parcela. Mas em 2005, enquanto esperava o sorteio das chaves, soube que a Bancoop não estava honrando seus compromissos

com muitos cooperados. Eu era um deles. Meu imóvel nunca saiu do chão. No início, briguei, participei de protestos vestido de palhaço. Há dois anos, recebi o diagnóstico de câncer de pulmão, o que me deixou sem forças para lutar. Perdi as esperanças.”

Oscar Costa, 52 anos, bancário aposentado.

É apenas um dos lesados; é apenas uma das histórias que poderiam ser contadas aqui, em capítulos.

Olhar de frente para a corrupção e calar-se diante dela é uma perversidade. Olhar de frente para a corrupção e tornar-se conivente é uma crueldade. Aqueles que pagam impostos, muitas vezes sem poder pagar, trabalham duro, economizam com sacrifício, podem ser assaltados dessa forma por aqueles que se encontram no núcleo central do poder no País? Não foram assaltados por marginais de rua, Senador Adelmir. Não. Foram assaltados pelos colarinhos brancos da República. Os seus recursos foram desviados para uma campanha política que elegeu um Presidente da República que surfou nas ondas das esperanças populares para rasgar todas as bandeiras que empalmou, mas especialmente jogar no lixo da história a bandeira da ética.

Não há como não cobrar providências; não há como não valorizar o trabalho do Ministério Público; não há como não destacar a importância de promotores que se expõem para cumprir o seu dever com ousadia e competência; não há como não aplaudi-los. Não há como não rechaçar aqueles que fecham os olhos para essa realidade e acusam as revistas, como se fossem elas as responsáveis pelo escândalo, como se estivessem elas falsificando versões para contaminar a realidade.

Não, Sr. Presidente. As revistas apresentam o retrato dos fatos. Fatos que foram descritos, nesse caso, depois de três anos de investigação. As 69 mil páginas do inquérito que está no Supremo Tribunal Federal, que é o relatório do mensalão, são textos que retratam o que se investigou.

É hora de o Brasil acordar. Eu não tenho dúvida alguma: fosse esse um governo perfeito, sem erros, sem equívocos administrativos, produtor do maior crescimento econômico da história do País – se isso fosse real –, mas fosse um governo corrupto, eu o condenaria da mesma forma. Porque quem assalta os cofres públicos, quem desvia recursos do orçamento familiar, como nesse caso da cooperativa dos bancários de São Paulo, não merece exercer qualquer função pública no País.

Eu imagino que ainda há esperanças de que essa anestesia que foi aplicada na sociedade brasileira possa estar com o seu tempo se esgotando para que desse sono

acorde o povo brasileiro e desperte para a realidade. O que estão plantando para o futuro do Brasil não é aquilo que os nossos filhos merecem; não estão ensinando o exercício da cidadania plena; estão, ao contrário, usurpando direitos, subtraindo as esperanças e os sonhos de uma vida digna que todos merecem viver neste País.

Concedo a V. Ex^a um aparte, Senador Adelmir Santana, com muito prazer.

O Sr. Adelmir Santana (DEM – DF) – Senador Alvaro Dias, V. Ex^a é testemunha da crise que se passa aqui no Distrito Federal envolvendo o poder local. Cabe a todos nós – e tenho me pautado nesta direção –, independentemente das raízes partidárias e das relações pessoais, lutar para que esse tipo de envolvimento seja apurado profundamente; e temos, naturalmente, que buscar penalizar os responsáveis. No caso de Brasília, como se tratava de um governador anteriormente filiado ao Partido Democratas, foi colocada uma pecha de Mensalão do Democratas, e isso nos incomoda a todos. Eu, por exemplo, sou democrata e tenho sido veemente na minha posição na busca de que têm de ser investigados e têm de ser penalizados aqueles que forem culpados. Não aceito essa pecha que tem sido colocada em cima de uma agremiação partidária. Esse Governo mesmo, local, tinha uma pléiade de partidos que o apoiavam, que formavam a sua base de sustentação política. Falo isso para dizer que, quando se trata dos outros – mensalão do DEM, mensalão do Democratas –, muitos vieram a esta tribuna e foram fortes nessas acusações. Acho que a linha de procedimento nossa, de oposição, tem que ser esta mesmo: buscar sempre a investigação quando acusações forem feitas. Mas seria necessário que houvesse uma certa uniformidade de procedimento, inclusive parlamentar, para que os assuntos fossem colocados com essa clarividência, como V. Ex^a faz nesta tarde. Mas, quando atinge os outros ou a nós, muitas vezes o posicionamento é um pouco diferente: “Não, isso é culpa da imprensa”, “é notícia requentada”, ou coisa que o valha. E, sem nenhuma explicação, isso vai sendo postergado. Esse é um assunto que vem de longe. Vem de longe esse inquérito do mensalão, esse inquérito dos aloprados, enfim, como bem destaca aqui o nosso companheiro Mão Santa, e, na verdade, não tem merecido a mesma veemência que merecem outros quando se trata de partidos opositores. Então, estou na linha de que, independentemente de quem seja, de que partido seja, de que área seja, de ente federativo que seja, todo e qualquer caso que envolva dinheiro público, enfim, que envolva a questão de honestidade dos dirigentes, tem que ser apurado e tem que ser penalizado. E o papel que exerce o Ministério Público, os fiscais da cidadania brasileira, merece o nosso aplauso. Quero me congratular com V. Ex^a no pronunciamento desta tarde. É nessa direção que eu tenho me pautado aqui também.

O SR. ALVARO DIAS (PSDB – PR) – Muito obrigado, Senador Adelmir Santana. Tenho acompanhado a sua atuação nesse episódio de Brasília e quero cumprimentá-lo, bem como a todos os dirigentes do Democratas, que, ao contrário do que faz o Presidente da República e o seu partido, não passaram as mãos na cabeça dos desonestos, cortaram na própria carne – e é dolorido –, mas adotaram as providências para realizar a limpeza partidária. Todas as medidas necessárias, que correspondem às expectativas das pessoas de bem do País, foram adotadas em respeito à população de Brasília.

Isso não ocorreu em 2005, com o mensalão; isso não ocorreu em nenhum momento. O Governo, o Presidente da República e o seu partido, ao contrário, protegem os desonestos, os recuperam, os reabilitam, os premiam, os promovem e oferecem um péssimo exemplo, que é o estímulo à impunidade, que alavanca a corrupção, transformando o Brasil em um verdadeiro paraíso para os desonestos.

A impunidade é a festa dos desonestos. Não há como reduzir os níveis de corrupção no Brasil mantendo-se esse modelo adotado pelo Governo Lula, que é o modelo da impunidade.

A Transparência Internacional, que tem sede na Alemanha, destaca que “o Brasil é um dos países mais corruptos do mundo”. Se nós tivéssemos aqui os mesmos índices de corrupção da Dinamarca, o nosso povo teria uma renda per capita 70% maior do que a que tem hoje.

Vemos um governo leniente, complacente, cúmplice da corrupção. Esse é um exemplo que prospera. Está certo o Senador Adelmir Santa: a corrupção tem que ser combatida esteja ela onde estiver. Não importa se abrigada nesta ou naquela sigla partidária; não importa se aqui em Brasília ou em qualquer Município do País. Combater a corrupção passa a ser prioridade indiscutível para os brasileiros.

Eu sei que é difícil que acreditem que há político disposto a combater com sinceridade a corrupção, porque muitos imaginam que todos nós nos beneficiamos dela. Mas essa é uma generalização pecaminosa, que não contribui para mudar e para limpar. É uma generalização que não é inteligente e que proporciona terrível injustiça. É preciso que saibamos distinguir uns dos outros para preservarmos as instituições públicas, porque elas são essenciais no regime democrático.

O que fazer agora? Há perguntas. Não é uma matéria eleitoreira? Não, não é eleitoreira. Houve falsificação da realidade? Não, não houve falsificação da realidade. Mistificação das informações? Não. Existem provas? Sim, existem provas. O Ministério Público cuidou de buscá-las, quebrou o sigilo bancário, mostrou o roteiro dos desvios do dinheiro, informou quais foram

os instrumentos utilizados e aponta já alguns dos responsáveis pelas falcatacas.

Portanto, não há como ignorar. O fato é real. A corrupção existe. Esse escândalo não é obra de *marketing*. As providências são necessárias em nome da dignidade nacional, providências para a responsabilização civil e criminal dos envolvidos e providências para a proteção dos lesados e para o seu resarcimento, a fim de que exatamente os mais humildes não sejam os pagadores pela irresponsabilidade daqueles que sujam as suas mãos no lamaçal da corrupção deste País.

Sr. Presidente, imagino que o Congresso Nacional não pode se ausentar nesta hora. Desejo que sobretudo o meu partido e o DEM, os partidos de oposição no Senado Federal, possam discutir as providências que nos cabem diante desses fatos. Eu sei que o que poderíamos fazer fizemos, investigando através das CPIs. Esses fatos vieram à luz exatamente nesse trabalho de investigação das Comissões Parlamentares de Inquérito, que não podem ser desvalorizadas como têm sido, porque prestam, sim, importante serviço à transparência e à moralização da atividade pública no Brasil.

Nesses últimos meses, o Governo Lula aprendeu a dominar as CPIs, amordaçando-as para impedir a investigação e a revelação das irregularidades e das ilícitudes praticadas, prestando um desserviço ao País. Mas esse Governo acaba, e esperamos que, ao final desse Governo, seja possível reabilitar esse instituto essencial que é o da Comissão Parlamentar de Inquérito.

Há aqueles que dizem: "As CPIs não funcionam, as CPIs nada revelam, há incompetência daqueles que integram as CPIs". Não é verdade! As CPIs revelam como revelaram o mensalão e mesmo esse escândalo agora noticiado pela revista *Veja*. Esses escândalos passaram pelas CPIs. E o principal papel, a principal missão da Comissão Parlamentar de Inquérito é colocar o mal à luz, para que ele possa ser investigado pela autoridade judiciária, denunciado, combatido e se possível condenado. E esse papel algumas CPIs realizaram. É preciso reconhecer que em outras não foi possível, porque o Governo adquiriu tal *know-how*, tal experiência em matéria de "tratoramento" da minoria, de subtração dos seus direitos e amordaçamento da sua voz, que infelizmente algumas CPIs realmente não produziram o que poderiam produzir.

A CPI da Petrobras, por exemplo, não concluiu, a oposição dela se retirou exatamente para não compactuar com a farsa. Mas a oposição encaminhou ao Ministério Público 18 representações. Nunca vi, em toda a minha trajetória política, uma seleção de irregularidades, de ilegalidades e de falcatacas como tive a oportunidade de observar em relação à atual gestão da Petrobras: 18 representações da maior seriedade enca-

minhadas ao Ministério Pùblico. O derrame de recursos e publicidade exatamente para impedir a veiculação dos fatos se constituiu, também, em algo inusitado na história do Brasil. O que se armou de estratégia para impedir a investigação foi também algo inédito.

Portanto, Sr. Presidente, ao concluir este pronunciamento, peço, mais uma vez, que se registre nos Anais da Casa cópia da reportagens da revista *IstoÉ* e da revista *Veja*. Aplaudimos o Ministério Pùblico de São Paulo pelas investigações realizadas nesses últimos três anos e desejamos que as providências judiciais cabíveis sejam adotadas imediatamente, e com eficiência.

O que nós não podemos, Senador Adelmir, é adotar procedimentos de lentidão que não possibilitem à população conhecer os fatos antes do julgamento das urnas. Sempre assistimos a esta ocorrência: há políticos denunciados, os processos tramitam com lentidão pelos tribunais, disputam eleições e são vitoriosos, e, depois da posse, a cobrança para que o Poder Legislativo os julgue e casse os seus mandatos. E sempre a justificativa: fatos anteriores ao mandato não devem ser julgados no Parlamento. Portanto, há que se adotar um rito sumário para o julgamento de políticos acusados, de políticos denunciados, a fim de que primeiro busquem a sua absolvição para depois buscarem os votos.

Nós temos que defender o projeto chamado Ficha Limpa, que torna inelegíveis políticos condenados em primeira instância. Mas, ao mesmo tempo, temos que adotar essa prática. A agilização dos procedimentos para o julgamento em tempo seria defender que, em relação a políticos denunciados, se fure a fila para o julgamento. E não seria um benefício, mas seria justo, para que a população, ao votar, tenha a possibilidade de saber que está votando em alguém que não corre o risco de ser condenado amanhã, e isso significaria o desperdício do voto.

Sr. Presidente, concluo, mais uma vez enfatizando a necessidade de que providências sejam adotadas. Vai se acostumando o povo brasileiro a ver denúncias, as manchetes estampando escândalos, e depois tudo cai no esquecimento, porque, no Brasil, o escândalo de hoje faz com que se esqueça do escândalo de ontem e espera o escândalo de amanhã para ser esquecido.

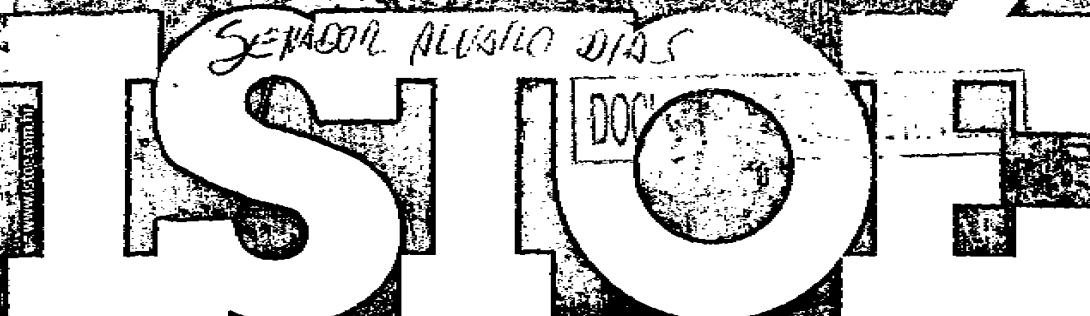
E isso é lamentável, porque esse é o desenho de uma realidade. Porque transformaram o País no paraíso da corrupção.

**DOCUMENTOS A QUE SE REFERE
O SR. SENADOR ALVARO DIAS EM SEU
PRONUNCIAMENTO**

(Inseridos nos termos do art. 210, inciso I e § 2º, do Regimento Interno.)

ESPECIAL INSTITUCIONAL
CIRCO DOMESTICO
de Enrico Xavier

"...Sempre caiemos na falha e uma simples
diferença é que a gente é rodeado de puxa-sacos"



EXCLUSIVO

PROCESSO DO STF

O RELATÓRIO FINAL DO MENSALÃO

Como o coordenador da campanha de Dilma,
o ex-prefeito mineiro Fernando Pimentel,
operou o caixa 2 para pagamentos no Exterior

O uso de uma mala com R\$ 1 milhão dada
pelo PT para pagar o Fórum Social Mundial

A Receita Federal comprova
o uso de notas falsas pelo PTB

EXEMPLAR DE ASSINANTE
VENDA PROIBIDA

R\$ 6,90
3 MAR/2010
AN034
NP 2183

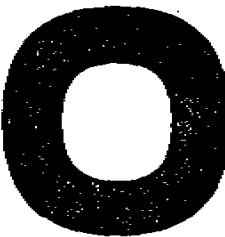
Brasil

O ROTEIRO FINAL DO MENSALÃO

EXCLUSIVO

ISTOÉ TEVE ACESSO ÀS 69 MIL PÁGINAS DO PROCESSO DO STF QUE TRAZEM À TONA NOVAS HISTÓRIAS SOBRE O MAIOR ESQUEMA DE CORRUPÇÃO DO PAÍS. EM UMA DELAS APARECE O COORDENADOR DE CAMPANHA DE DILMA, O EX-PREFEITO FERNANDO PIMENTEL, COMO OPERADOR DE REMESSAS ILEGAIS

Por Hugo Marques



processo que investiga o Mensalão do PT no Supremo Tribunal Federal (STF) tem 69 mil páginas. São 147 volumes e 173 apensos. Entre os documentos, há 50 depoimentos inéditos colhidos pela Justiça Federal em todo o País ao longo de 2008 e 2009, laudos sigilosos da Polícia Federal, relatórios reservados do Conselho de Controle de Atividades Financeiras (Coaf), pareceres da Receita Federal e outras representações criminais que tramitam sob segredo de Justiça em vários Estados. O calhamaço faz a mais ampla e fiel radiografia do maior esquema de corrupção do País. Tudo isso, até hoje, estava sob sigilo de Justiça. Agora não mais. ISTOÉ teve acesso a todos esses documentos. O conteúdo empresta ainda mais gravidade ao escândalo. Além de lançar luz sobre novos personagens – até aqui eram 40 réus –, a investigação derruba a versão de que o dinheiro público estava ileso do esquema de caixa 2 do PT. Chegou-se a levantar essa

hipótese durante a CPI, mas não havia provas. Agora, os novos documentos e testemunhas asseguram a origem estatal dos recursos. Essas novas provas também jogam por terra a desculpa petista de que tudo foi feito para pagar despesas de campanha. Não. Diante de juízes e procuradores, testemunhas contaram em detalhes como atividades privadas de interesse partidário foram custeadas com as mesmas notas de dólares, euros e reais que circularam em cuecas e malas e ainda compravam apoios no Congresso.



1991

SIGILOSO

Ministério Pùblico Federal
PROCURADORIA DA REPÙBLICA EM MINAS GERAIS

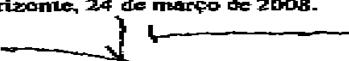
EXMO. SR. JUZ FEDERAL DA 4ª VARA DA SEÇÃO JUDICIÁRIA DE MINAS GERAIS.

Afirmese, por derradeiro, que o denunciado Gláucio Dixit era, à época dos fatos, o diretor financeiro da Câmara dos Dirigentes Lojistas de Belo Horizonte (CDL/BH) por ocasião da celebração de contrato administrativo para implantação do "Projeto Olho Vivo" com o Município de Belo Horizonte, tendo assinado, juntamente com o ainda prefeito Fernando Pimentel, a avença atinente à contratação direta, da qual exsorgeram irregularidades diversas, em apuração no âmbito do Inquérito Civil Pùblico nº 198/04, conduzido pelo Ministério Pùblico do Estado de Minas Gerais, acrescendo destaque as seguintes: superfaturamento das aquisições; existência de vultosa dívida fiscal da CDL/BH para com aquele ente, o que impedia a contratação; dispensa ilegítima de licitação na escolha dos fornecedores pela CDL/BH, embora os recursos utilizados viessem do erário municipal; alienação das cimaras por "empresa de fachada", mediante emissão de nota fiscal inidônea, entre outras.

Tal fato presta-se, portanto, a demonstrar a ligação do denunciado Gláucio Dixit com o Prefeito de Belo Horizonte, filiado ao Partido dos Trabalhadores, cuja campanha pùblica foi produzida pelo publicitário "Duda Mendonça", havendo fundada suspeita de que o aludido "convècio" tenha sido ardiloso esquematizado para desvio de dinheiro pùblico com a finalidade de saldar as dívidas de campanha do partido, em território alienígena.

O conjunto de elementos apontados, portanto, revela que os denunciados, a par de terem mantido depósitos de quantias diversas, próprias e de terceiros, em território norte-americano, seja que os tenham declarado à repartição federal competente no Brasil, eraça peça-chave no estágio de occultação, acromadação ou estratificação de valores (layering), revelando suas conexões que eles intermediavam operações diversas com o objetivo de dissimular a natureza, origem, localização, movimentação e propriedade das quantias transacionadas, de sabida origem ilícita, havendo contra o acusado Gláucio Dixit, ainda, a suspeita de ter participado de elaborado esquema de desvio de dinheiro pùblico com a finalidade de saldar dívidas de campanha do PT.

Belo Horizonte, 24 de março de 2008.


PATRICK SALGADO MARTINS
PROCURADOR DA REPÙBLICA

A CONEXÃO DE BH

Documento sigiloso da Procuradoria da República de Minas Gerais acusa Fernando Pimentel (à esq.) de superfaturar contratos da Prefeitura de Belo Horizonte para pagar dívidas do PT com o publicitário Duda Mendonça em contas nos EUA

Brasil EXCLUSIVO

São esses documentos que o ministro Joaquim Barbosa, relator do processo do Mensalão, usará para emitir seu julgamento. A leitura do processo que corre no STF evidencia que o Mensalão do PT é um cadáver ainda insepulto, capaz de provocar intempéries na corrida eleitoral.

A conexão Belo Horizonte

Parte da nova documentação analisada pelo Supremo atinge diretamente um importante dirigente petista que havia permanecido incólume durante todo o escândalo do Mensalão e que só agora tem seu nome envolvido na rede de corrupção. Trata-se do atual coordenador da campanha presidencial da ministra da Casa Civil, Dilma Rousseff, e ex-prefeito de Belo Horizonte (2005-2008), Fernando Pimentel. No processo 2008.38.00.012837-8, que investiga os crimes de lavagem de dinheiro e evasão de divisas e tramita sob sigilo na 4ª Vara da Justiça Federal em Minas Gerais e agora foi anexado ao caso do STF, ele é apontado como um dos operadores da remessa ilegal de recursos para o Exterior, depois usados para pagamentos de dívidas do PT com o publicitário Duda Mendonça. Nesse processo, o procurador da República Patrick Salgado

contas de Duda Mendonça, um dos personagens centrais do escândalo do Mensalão. Em 2005, depois que o caso se tornou público, o publicitário admitiu que mantinha uma conta com R\$ 10 milhões não declarados nos EUA, em nome da Dusseldorf Company. Foi dinheiro que o publicitário reconheceu ter recebido como pagamento de campanhas feitas para o PT.

A origem desses recursos, de acordo com a denúncia do Ministério Público mineiro, está em um contrato superfaturado da Prefeitura de Belo Horizonte, feito durante a gestão de Pimentel, com a Câmara dos Dirigentes Lojistas (CDL) para a implantação do Projeto Olho Vivo – ins-

talação de câmaras nas ruas da capital mineira. Diniz era diretor da CDL e teria abastecido as contas de Duda. "O contrato do qual surgiram irregularidades diversas como superfaturamento e alienação de câmaras por empresa de fachada presta-se a demonstrar a ligação de Glauco Diniz com o prefeito

PREFEITURA DE BH Um dos QGs do esquema

Martins mostra as relações de Pimentel com o empresário Glauco Diniz Duarte e com o contador Alexandre Vianna de Aguiar. Ambos, segundo o Ministério Público Federal, enviaram ilegalmente para os Estados Unidos cerca de US\$ 80 milhões. Parte desse dinheiro, como afirma o procurador, teria sido destinada às

MENSALÃO NO FÓRUM SOCIAL

David Stival, da Comissão Executiva do PT gaúcho, diz que recebeu do caixa 2 R\$ 1 milhão em dinheiro vivo e pagou "dívidas históricas" do Fórum Social Mundial, evento no qual Lula sempre foi a estrela mais brilhante.



Poder Judiciário
JUSTIÇA FEDERAL
Seção Judiciária de Rio Grande do Sul
1º Juizado Federal Criminal de Porto Alegre

Depoente: David Stival

TESTEMUNHA: Não. Aí tent um detalhe... porque quando ele pediu para a gente ir buscar o dinheiro, ele não nos disse que esse dinheiro viria em cash e a gente foi lá, ficou preocupado, queria saber porque, e ele nos disse que teria que ser assim, porque se tratava de um empréstimo da direção nacional, e que, portanto, não poderia ser contabilizado. Um empréstimo que a direção nacional tinha feito junto a um banco de Minas Gerais, o Banco Rural ou BMG, um dos dois, e que não era para nós contabilizar. Inclusive, isso nos criou uma dificuldade, porque não podíamos pagar as dívidas da campanha; porque as dívidas da campanha estavam todas em notas a pagar, estavam dentro da contabilidade oficial, e nós acabamos pagando fornecedores de outras dívidas históricas que nós tínhamos aí, do Fórum Social Mundial, contribuição que a gente dava para as coordenadorias regionais, enfim, fornecedores que tinham, que ainda não estavam na contabilidade oficial, acabamos repassando direto. Inclusive, o dinheiro nem entrou na sede do partido.*

O TESTEMUNHO DOS EX-MINISTROS

"Em uma reunião, foi levantado por Jefferson o tema do repasse de recursos a parlamentares, mas desta vez diretamente ao presidente da República; Lula ouviu, mas nada falou"

Trecho do depoimento do ex-ministro do Turismo Walfrido dos Mares Guia

"Encerrada a reunião, quando todos estavam de pé, já haviam se despedido, o Jefferson revelou ao presidente Lula que haveria algo parecido com o que ele depois nominou de Mensalão"

Aldo Rebelo, deputado federal (PCdoB-SP) e ex-ministro da Articulação Política

"Soube que Jefferson revelara a existência, do Mensalão a Lula e o presidente mandou o seu ministro da Articulação Política e seu líder no Congresso investigarem e eles não encontraram nada"

Márcio Thomaz Bastos, ex-ministro da Justiça

de Belo Horizonte, cuja campanha foi produzida pelo publicitário Duda Mendonça, havendo fundada suspeita de que o aludido convênio tenha sido ardiloso estratagema para desvio de dinheiro público com a finalidade de saldar as dívidas de campanha do partido em território alienígena", escreveu

o procurador Martins em sua denúncia.

O procurador rastreou a rota do dinheiro dos contratos e descobriu que os recursos saíram do Brasil para os EUA, onde eram depositados nas contas da empresa Gedex International, pertencente a Diniz. Em seguida, eram repassados para a conta Dusseldorf, de

Duda Mendonça. A Gedex recebeu no Exterior mais de US\$ 30 milhões. Quanto desse total chegou à conta de Duda é uma pergunta ainda sem resposta na investigação. "As conexões mostram que eles intermediavam operações diversas com o objetivo de dissimular a natureza, origem, localização, movimentação e

FOTOS: ANDRÉ OLIVEIRA, DIDA SAMPAIO/AGÊNCIA FOLHA, MARGARIDA ROBERTO/ESTADÃO, TST/DE

Brasil EXCLUSIVO

PUBLICIDADE ENGANOSA

Testemunha confirma que o ex-diretor de marketing do Banco do Brasil Henrique Pizzolato (à dir.) pagou R\$ 60 milhões a Valério (acima) por campanha fictícia

encontrava LUIS FLÁVIO ZAMPRONHA DE OLIVEIRA, Delegado de Polícia Federal, matrícula 8220, comigo Escrivã de Polícia Federal, ao final declarada e assinada, ai compareceu a DEPOENTE: DANEVITA FERREIRA DE MAGALHÃES, brasileira, solteira, natural de São Paulo/SP, nascida no dia 27/05/1966, filha de José Newton de Magalhães e Edite Moura de Magalhães.

seguir, foi advertido das penas combinadas ao falso testemunho e passou a ser inquirido pela autoridade sobre os fatos em apuração, tendo RESPONDIDO: QUE começou a trabalhar no Núcleo de Mídia do Banco do Brasil (NMBB) em maio de 1997, tendo sido contratada pela agência de publicidade Dirlson Propaganda LTDA; QUE é formada em Jornalismo, mas sempre atuou no ramo de publicidade e propaganda; QUE o Núcleo de Mídia do Banco do Brasil é formado por profissionais contratados pelas agências licitadas para administrar todo o processo publicitário e

propriedade das quantias transacionadas, havendo ainda contra o acusado Glauco Diniz a suspeita de ter elaborado esquema de desvio de dinheiro público com a finalidade de saldar dívidas de campanha do PT", conclui o procurador. Com essa nova documentação, Barbosa, segundo um ministro do STJ ouvido por ISTOÉ, poderá ampliar o número de réus no processo, inclusive arrolando Pimentel entre eles.

Uma mala com R\$ 1 milhão

Os novos documentos do processo no STF mostram que o caixa 2 do PT

não foi usado apenas para o pagamento de dívidas de campanha, como sempre sustentaram o ex-tesoureiro do partido, Delúbio Soares, e toda a cúpula petista na tentativa de qualificar o caso como crime eleitoral, o que possibilitaria a aplicação de penas mais brandas contra eles. Em 9 de julho do ano passado, às 14 horas, em depoimento prestado na 1ª Vara Federal Criminal de Porto Alegre, o contador David Stival, membro da Executiva Regional do PT no Rio Grande do Sul, contou, que pelo menos uma boa quantia dos "recursos não contabilizados pelo partido" viajava livremente pelo País até chegar a destinos improváveis. Eles irrigaram, por exemplo, as contas bancárias de fornecedores do Fórum Social Mundial, criado por movimentos de esquerda para fazer frente ao Fórum Econômico Mundial de Davos, na Suíça. No depoimento, Stival afirmou – numa posição

inédita entre os dirigentes do partido – ter usado esse dinheiro suspeito para pagar "dívidas históricas" do Fórum, organizado pelo PT de Porto Alegre, que costuma ter o presidente Luiz Inácio Lula da Silva como a estrela maior. O depoimento de Stival é bastante detalhista. Ele diz que, terminada a eleição de 2002, o PT gaúcho estava com uma série de dívidas e que precisou recorrer à direção nacional do partido em busca de recursos. Afirmou que procurou o deputado José Genoino (SP), então presidente do PT, e que foi apresentado ao secretário nacional de Finanças, Delúbio Soares. Uma surpresa esperava Stival no encontro com Delúbio, que prometera lhe repassar R\$ 1 milhão.

"Ele (Delúbio) pediu para buscarmos o dinheiro, mas não nos disse que o dinheiro seria em cash e a gente ficamos (sic) preocupados com isso", relatou Stival. "Ele disse que teria que

O escândalo nasceu em 2005, a partir de uma gravação em que o ex-chefe do Departamento de Compras dos Correios, Maurício Marinho, foi flagrado recebendo R\$ 3 mil de propina

O ex-deputado Roberto Jefferson revelou detalhes do esquema, pelo qual os parlamentares da base do governo Lula recebiam recursos do PT. Ele deu nomes de deputados e revelou que o PTB recebeu R\$ 4 milhões

A CPI dos Correios, MPF e a PF identificaram três núcleos. O núcleo político tinha gente de nove partidos, entre eles o ex-ministro José Dirceu e Delúbio Soares. Dirceu foi trocado pela ministra Dilma Rousseff

**CINCO ANOS DE
INVESTIGAÇÃO**

o plano de mídia era apresentado ao Banco do Brasil para ser verificado e analisado para posterior pagamento; QUE cabia à declarante atestar que a campanha havia sido realmente veiculada para poder autorizar o pagamento aos veículos; QUE entretanto o dinheiro já havia sido transferido para a DNA Propaganda, sendo que o plano de mídia Banco do Brasil/Visa Electron apresentado iria apenas regularizar e simular a prestação do serviço de publicidade; QUE entretanto esta campanha, no valor aproximado de R\$ 60 milhões, de fato nunca havia sido veiculada; QUE o próprio diretor de mídia da agência DNA Propaganda, FERNANDO BRAGA, afirmou para a declarante que essa campanha do Banco do Brasil/Visa Electron não tinha e nem iria ser veiculada; QUE cabia à agência DNA Propaganda apresentar as notas fiscais relativas aos gastos de veiculação da referida campanha; QUE acredita que as notas fiscais frias emitidas pela DNA

ser assim porque se tratava de um empréstimo feito pela Direção Nacional e que não poderia ser contabilizado. Disse que o empréstimo era do Banco Rural ou do BMG, mas que nós não poderíamos contabilizar aquele dinheiro." O que seria uma solução virou então uma fonte de problemas, segundo a versão do dirigente do PT gaúcho, depois que ele desembarcou em Porto Alegre carregando uma mala com R\$ 1 milhão. "Não podíamos pagar as dívidas de campanha com aquele dinheiro. As dívidas estavam todas com notas a pagar, registradas na contabilidade oficial do partido", afirmou. Ainda diante do juiz, o dirigente regional do PT narrou o que foi feito do dinheiro. "Acabamos pagando fornecedores de outras dívidas históricas do Fórum Social Mundial, dívidas que não estavam na contabilidade oficial. O dinheiro nem entrou na sede do partido."

Um dos principais desafios do ministro Joaquim Barbosa em relação ao Mensalão do PT é a identificação da origem dos recursos movimentados irregularmente. Até agora, os principais envolvidos no escândalo diziam que o caixa 2 petista não usava dinheiro público. Os novos depoimentos prestados à Justiça mostraram que o Ministério Público e a Polícia Federal podem ter razão quando afirmam que o "núcleo empresarial do Mensalão, comandado pelo publicitário Marcos Valério, retirou dinheiro de órgãos administrados pelo PT."

A falsa campanha publicitária

Desde o início das investigações, as suspeitas mais fortes nesse sentido levavam à sede do Banco do Brasil, que tinha entre as agências que cuidavam de sua conta publicitária a DNA, de

Valério. A CPI dos Correios, que investigou também o Mensalão, chegou a estabelecer um elo entre o BB e o caixa 2 petista, alegando que o banco pagara por campanhas publicitárias não realizadas para a Visanet, empresa do qual o banco é sócio. Por falta de provas, essa tese acabou não prosperando. Agora, uma testemunha que acompanhou de perto o destino dado na época às verbas publicitárias do BB revela detalhes de como esse esquema de fato funcionou, mas através de outra empresa. Funcionária do Núcleo de Mídia do BB na época do escândalo, a jornalista Danevita Ferreira de Magalhães prestou depoimento à Polícia Federal em 1º de abril de 2008. Nele, descreve um desvio de R\$ 60 milhões dessas verbas. Segundo ela, a agência DNA, de Valério, recebeu o dinheiro do Banco do Brasil para a elaboração e veiculação de uma campanha publicitária BB/Visa Elec-

Onúcleo empresarial era comandado pelo publicitário Marcos Valério, que usou suas empresas para distribuir o dinheiro do Mensalão. O núcleo financeiro envolvia os bancos Rural, BMG e BB

As investigações comprovaram que a cúpula do PT direcionou licitações para empresas de Marcos Valério, com contratos que não eram cumpridos, para alimentar o Mensalão dos parlamentares

Em 2006, a Procuradoria-Geral da República apresentou denúncia contra 40 pessoas envolvidas com o esquema. O STF aceitou a denúncia e os acusados passaram a responder como réus

O relator do caso no STF, ministro Joaquim Barbosa, autorizou juízes federais a interrogar mais de 150 testemunhas nos Estados para dar celeridade à ação penal

Brasil EXCLUSIVO

tron. O problema, disse Danevita, é que a campanha jamais foi feita e tampouco veiculada. "Quando o escândalo explodiu, Marcos Valério mandou queimar as notas frias emitidas contra o Banco do Brasil", afirmou a jornalista.

No Núcleo de Mídia do Banco do Brasil, durante a gestão do ex-diretor de marketing Henrique Pizzolato, a função de Danevita era exatamente acompanhar a execução dos contratos de publicidade e encaminhar os pagamentos quando as campanhas fossem veiculadas. Ela explicou ao delegado Luís Flávio Zampronha que, no caso do contrato com a DNA, chegou a alertar sobre a não realização dos serviços e acabou sendo afastada de suas funções por causa disso. "A campanha, no valor aproximado de R\$ 60 milhões, de fato nunca foi veiculada", disse Danevita. "As notas frias foram feitas apenas para justificar os pagamentos." De acordo com Danevita, "o próprio diretor de mídia da agência DNA Propaganda, Fernando Braga, afirmou que esta campanha do Banco do Brasil/Visa Electron não tinha e nem iria ser veiculada." Também está entre os novos documentos no processo do STF um laudo do Instituto Nacional de Criminalística, da PF, de 2009, confirmando que houve outros desvios de dinheiro público nos contratos da DNA com o BB. "A empresa DNA não repassou aos cofres públicos do BB as bonificações denominadas 'bônus de volume' que recebeu", diz o

laudo. A DNA de Valério recebeu R\$ 37,6 milhões a título de bonificações só em contratos com o BB.

As notas frias do PTB

A grande força-tarefa de investigação montada em todo o Brasil pelo STF envolveu órgãos de várias esferas, inclusive a Receita Federal. Uma das missões do Fisco foi tentar comprovar a suspeita de que vários partidos políticos envolvidos no esquema fraudavam notas fiscais apresentadas à Justiça Eleitoral. As primeiras provas nesse sentido surgem entre as 69 mil laudas do processo do Mensalão. Em março de 2009, a Procuradoria-Geral da República enviou ao Supremo cópias de representações fiscais da Receita, entre elas uma de novembro de 2007. O documento mostra notas fiscais fraudadas pelo PTB, justamente o partido do ex-deputado Roberto Jefferson, o histriônico autor das primeiras denúncias da existência do Mensalão (*leia quadro na pág. 40*). Em seu relatório final, a Receita acrescenta a Jefferson, que foi cassado durante o escândalo do Mensalão, uma nova qualificação: a de responsável pela armação das notas falsas.

Os auditores fiscais comprovaram que o PTB apresentou notas frias para justificar a origem de pelo menos R\$ 858 mil. Uma das empresas citadas na representação fiscal é a VideoMaker Produções. José Antônio Sarmento,

sócio da empresa, confirmou em depoimento à Receita ter sido procurado pelo advogado do PTB, Itapuã Messias, que lhe apresentou um contrato de prestação de serviços. Mas a Video-Maker, segundo Sarmento, não fechou o negócio com o partido de Jefferson e "nunca prestou serviços para a referida agremiação política", diz ele. Notas fiscais da empresa, porém, constavam da prestação de contas do PTB. Outros documentos da Receita mostram que a estratégia das notas frias não é exclusividade do PTB. Várias empresas registradas na escrituração do PP, por exemplo, constam no cadastro da Receita como inativas, omissas ou inaptas. Não poderiam, portanto, ter prestado serviços e emitido documentos fiscais. Um dos responsáveis citados pela Receita é o deputado distrital Benedito Domingos (PP), também investigado por receber R\$ 6 milhões do esquema do Mensalão do DEM, no Distrito Federal. Nos novos documentos encaminhados ao ministro Joaquim Barbosa, a Procuradoria-Geral da República informa ao STF que há também notificações referentes ao PT, ao PMDB e ao extinto PL. Em todos os casos, os partidos foram pilhados usando notas frias em suas prestações de contas.

A versão dos ex-ministros

O presidente Luiz Inácio Lula da Silva alega com frequência que só sou-

PTB RECEBE COM NOTA FALSA

O deputado cassado Roberto Jefferson (PTB-RJ) que denunciou o mensalão...



MINISTÉRIO DA FAZENDA
Secretaria da Receita Federal do Brasil
Coordenação-Geral de Fiscalização

autorização 1899/2001, datada de 24/08/2001, a empresa "Valéria do Rosário Dutra" – CNPJ 39.405.642/0001-06, empresa de ramo e titularidade distintas da prestadora em investigação.

Esse fato veio a confirmar a tese de que as notas fiscais, a seguir relacionadas – contabilizadas no Diretório Nacional do Partido Trabalhista Brasileiro, como emitidas, supostamente, pela Videomaker Produções Ltda –, carregam os mesmos vícios da Nota Fiscal nº 875 e estão livradas de falsidade material.

Data	Nota Fiscal - Série A Mod.6 – Especial nº	R\$
	TOTAL	858.200,00

**TESTEMUNHA DE DEFESA
ROSA ALICE VALENTE**

pergunta.

Dr. Marcelo Leal: A senhora sabe qual, qual foi a origem desse, desses recursos? Da onde vinha esse dinheiro?

Testemunha: Então, o deputado me disse que foi feito um acordo entre o PT e o PP e viria, que o Enivaldo Quadrado iria me ligar e dai iria passar na minha conta pra mim repassar.

Dr. Marcelo Leal: E o senhor Enivaldo Quadrado chegou a lhe telefonar dizendo que estava lhe enviando recursos?

Testemunha: Sim. Eu não conheço ele pessoalmente, mas por telefone eu falei várias vezes com ele.

Dr. Marcelo Leal: E ele ligava dizendo o quê?

Testemunha: Que estava mandando recursos do PT na minha conta, que tinha... era uns recursos que ele iria me repassar, meu conto com ele era ess-

**NA CONTA DE
TERCEIROS**

Além de lavar o dinheiro do Mensalão, o dono da corretora Bônus Banval, Enivaldo Quadrado (acima), usava a conta pessoal da coordenadora da campanha do PP no Paraná, Rosa Alice Valente, para esconder o dinheiro que era repassado para o partido aliado

be da existência do Mensalão depois que o escândalo se tornou público. O ex-deputado Roberto Jefferson sempre disse o contrário. Assegura que ele próprio informou o presidente sobre a distribuição de dinheiro que o PT vinha fazendo no Congresso. Nos novos depoimentos já em poder do relator Joaquim Barbosa, três ex-ministros de Lula confirmam a versão de Jefferson. Em 12 de março do ano passado, diante do juiz Alexandre Bulk Madrado Sampaio, da 4ª Vara Criminal da Justiça Federal em Minas Gerais, o ex-ministro do Turismo Walfrido dos Mares Guia afirmou que em março de 2005, em uma reunião

da qual participaram o então ministro Aldo Rebelo, da Coordenação Política, e o líder do PTB José Múcio Monteiro, Roberto Jefferson relatou ao presidente Lula que o PT estaria repassando recursos aos parlamentares em troca de apoio aos projetos do governo. "O presidente ouviu um breve relato feito por Roberto Jefferson, mas não disse nada a respeito", afirmou Mares Guia. Em seguida, o juiz perguntou se o ex-ministro poderia dizer exatamente o que ouviu naquela reunião e Mares Guia declarou: "O presidente perguntou a Jefferson como estava o PTB e o deputado respondeu: estou preocupado porque o PTB não

consegue os cargos pleiteados e já negociados e tem essa conversa que tem recursos sendo distribuídos a partidos no Congresso." Mares Guia deixou o governo em 2007, depois que ISTOÉ revelou seu envolvimento com o chamado Mensalão Tucano.

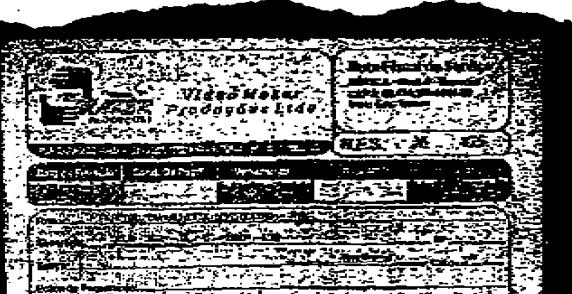
Versões semelhantes foram apresentadas em 27 de maio do ano passado, quando os ex-ministros Aldo Rebelo e Márcio Thomaz Bastos (Justiça) também depuseram como testemunhas na 2ª Vara Criminal Federal. "No final de uma audiência com a direção do PTB, quando todos já estavam em pé, o deputado Roberto Jefferson de alguma forma revelou ao presidente que haveria algo parecido com o que depois ele nominou de Mensalão", afirmou Rebelo à juíza Sílvia Maria Rocha. Ainda em seu depoimento, o ex-ministro disse que, terminada a reunião com o PTB, Lula lhe pediu para procurar mais informações sobre a denúncia feita por Jefferson. Thomaz Bastos afirmou que não esteve na reunião, mas soube mais tarde que o presidente havia pedido uma investigação sobre os fatos relatados por Jefferson. O pedido, segundo Bastos, não foi feito a ele, que comandava a Polícia Federal. O juiz pergunta ao ex-ministro se a investigação foi formal ou informal

IV - IDENTIFICAÇÃO DOS RESPONSÁVEIS PELOS PAGAMENTOS

Presidente: Jose Carlos Martinez (Falecido)

Presidente: Roberto Jefferson

... é apontado como o responsável pelo recebimento de dinheiro por meio de notas frias



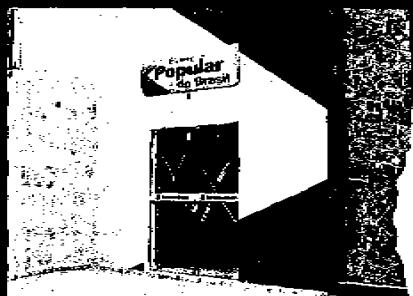
Brasil EXCLUSIVO

DEFENSOR: Quando voltou a ter contato com os assuntos internos do PT, tomou conhecimento dos empréstimos feitos junto ao BMG e ao Banco Rural?

TESTEMUNHA: Sim. Boa parte da crise era devido a esses empréstimos que não constaram da contabilidade, o caixa dois, ai eu percebi que aquelas dívidas que tinham ficado lá atrás tinham se transformado empréstimos.

BANCO DO POVO

O ex-presidente do Banco Popular do Brasil, Ivan Guimarães, confirmou na Justiça que o PT usou dinheiro sujo e que tinha contato com Marcos Valério, que se apresentava como representante dos bancos BMG e Rural



e ele responde: "Acredito que tenha sido formal, porque foi objeto de resposta formal da Casa Civil".

É provável que os ex-ministros tenham que fazer novos depoimentos para esclarecer contradições com antigos colegas de governo. Na maioria dos documentos, até agora inédita, em poder do STF estão também os testemunhos da ministra Dilma Rousseff e do ex-ministro da Casa Civil José Dirceu. O ex-ministro nega que tenha feito qualquer investigação a pedido do presidente Lula e a atual ministra afirmou com todas as letras que na Casa Civil não existem registros sobre suposta investigação. Isso significa que diante

de uma denúncia tão grave o presidente pediu apenas uma investigação informal ou alguém está mentindo, Dilma, Dirceu ou Thomaz Bastos. Como todos, exceto Dirceu – que é o principal réu no processo do Mensalão –, prestaram depoimento como testemunhas, aquele que faltou com a verdade poderá ser processado pelo ministro Barbosa.

As testemunhas do caixa 2

A ação penal no STF traz depoimentos inéditos de testemunhas que comprovam definitivamente grandes movimentações de "dinheiro não contabilizado", expressão usada pelo

petista Delúbio Soares para justificar o Mensalão. Os testemunhos surpreendem, não apenas pelo seu valor jurídico, mas pela naturalidade com que os envolvidos tratam de uma questão criminal como se fosse algo rotineiro. Ex-presidente do Banco Popular do Brasil, Ivan Guimarães confirmou na Justiça Federal em São Paulo, no dia 27 de maio de 2009, que o PT movimentou dinheiro sujo. "Boa parte da crise era devido a esses empréstimos que não constaram da contabilidade, o caixa 2", disse Guimarães, dando detalhes dos empréstimos que o PT fez no Rural e no BMG. "Tomei conhecimento destes empréstimos. Eu não me lembro o valor total, mas era algo superior a 40 milhões (de reais)." Guimarães afirmou ter participado das reuniões que escolheram a agência de Marcos Valério para trabalhar nas campanhas do Banco do Brasil, mas responsabilizou o conselho diretor e o ex-diretor Henrique Pizzolato.

Pelos depoimentos, fica evidente que práticas ilegais eram cotidianas nos escritórios dos partidos políticos. Funcionários das legendas não se constrangem ao se declarar abertamente como laranjas do esquema. Coordenadora da campanha do PP em 2004 no Paraná e secretária do ex-deputado José Janene (PP), Rosa Alice Valente confirmou à Justiça em 2009 que sua conta bancária foi utilizada pelo PP para receber dinheiro do PT nacional. O dinheiro chegava através da corretoressa Bônus Banval, que lavava o dinheiro do Mensalão. "O deputado me disse que foi feito um acordo entre o PT e o PP e que o Enivaldo Quadrado (então dono da Bônus Banval) iria me ligar e daí iria passar na minha conta pra mim (sic) repassar", disse Rosa. Entre casos já conhecidos e outros só agora descobertos, as confissões surgem de todo lado. Em Alagoas, o deputado Paulo Fernando dos Santos, o Paulão (PT), revelou na Justiça ter recebido R\$ 80 mil "não contabilizados" do PT. O dinheiro, segundo ele, era liberado por Delúbio Soares. Presidente do PT

no Tocantins na época das fraudes, Divino Nogueira revelou que recebeu dinheiro de caixa 2 do PT nacional, enviado por Delúbio. O ex-deputado baiano Eujálio Simões, que era do extinto PL, afirmou ter recebido R\$ 30 mil de caixa 2 do deputado Valdemar Costa Neto (PL-SP), um dos principais protagonistas do esquema.

Em alguns relatos, os detalhes são tão ricos quanto as quantias movimentadas irregularmente pelos políticos. É o caso do testemunho do empresário José Carlos Batista, sócio da Garanhuns Empreendimentos, empresa que ficou conhecida na época do Mensalão como lavanderia do Mensalão. Réu no processo, Batista decidiu contar tudo o que sabe para ser beneficiado pelo instrumento da delação premiada. Foi ouvido na condição de informante. Pela primeira vez, disse que era dono da Garanhuns apenas no papel porque, na verdade, era "laranja" do verdadeiro dono da empresa, Lúcio Funaro, amigo de Costa Neto. Batista esmiúça como entregou pessoalmente, a pedido de Funaro, quase R\$ 3 milhões do esquema do PT para o deputado do PL bancar a campanha eleitoral de 2004. O dinheiro foi entregue na sede do PL em São Paulo. Eram recursos repassados a Funaro por Valério com base em um "contrato fictício" de compras de certificado de reflorestamento da Garanhuns para a SMP&B. Já se sabia que a Garanhuns fora usada por Valério para esquentar o dinheiro repassado do caixa 2 do PT para o PL. O publicitário sempre negou. Em seu depoimento, Batista não só se define como "laranja" como cria dificuldade para aqueles que querem contestar a sua versão do fato pela quantidade de informações que forneceu à Justiça. Ele cita modelos de veículos em que o dinheiro foi carregado em "caixas de papelão", horários de voos, nomes de intermediários e destinos do dinheiro, como a cidade de Mogi das Cruzes, no interior paulista. São esses detalhes que irão influenciar o ministro relator na hora de confrontar depoimentos contraditórios.

O QUE DIZEM OS PRESIDENTES NO PROCESSO

LULA

Há quatro meses, a juíza Pollyanna Martins Alves aguarda o depoimento do presidente, que usa a prerrogativa do cargo e se nega a atender a Justiça

com elevado número de [redacted] para serem [redacted] (aproximadamente 150), fato que requer a utilização de sistema de gravação de audiência instalado nesta Seção da Justiça Federal, software necessário e que permite imprimir maior celeridade na oitiva das testemunhas, e, contando com a compreensão de Vossa Excelência em colaborar com o Poder Judiciário, diante da necessidade de que as diligências sejam realizadas excepcionalmente nas dependências desta Justiça [redacted] prenrogativa de função, que [redacted] solicito que [redacted] que menor convier a Vossa Excelência para comparecer a esta Seção Judiciária, ou, ainda, que manifeste interesse em encaminhar resposta por escrito, se assim lhe aprouver, observando o intervalo entre 14/09/2009 a 30/10/2009, em atenção ao prazo estipulado pelo Ministro do Supremo Tribunal Federal Joaquim Barbosa /Relator da [redacted]

JOSÉ ALENCAR

O vice-presidente da República depôs por escrito e disse que nunca soube que seu partido, na eleição de 2004, recebera ajuda financeira do esquema do caixa 2 do PT

25 - O Deputado Federal Valdemar Costa Neto, em algum momento após a campanha eleitoral, comentou com Vossa Excelência que estava recebendo recursos oriundos do PT?

Resposta - Não.

FHC

O ex-presidente Fernando Henrique Cardoso testemunhou em defesa de Roberto Jefferson, definiu o deputado cassado como um "batalhador" e atacou o PT

dele, era líder parece que à época do PTB, não? TESTEMUNHA: Deixa eu dizer com sinceridade aqui, o Deputado Roberto Jefferson é um batalhador, quando ele pega uma causa ou um lado ele vai, e ele tinha posição, então, ele era deputado que tinha, caracterizava por isso. Se quiserem saber mais, eu [redacted] senador, do que eu [redacted] é a ética e a postura, com relação ao combate à corrupção. Qual foi exatamente a postura do PT com relação a esses assuntos? TESTEMUNHA: Transformar em escândalo qualquer caso, muitas vezes sem ter sido apurado. MPF: E o senhor poderia descrever quais teriam sido

- José Genoino

Brasil EXCLUSIVO

A palavra dos presidentes

Não é comum que presidentes ou ex-presidentes da República sejam sabatinados por juízes, mas entre os novos documentos do Mensalão estão depoimentos de Fernando Henrique Cardoso e do vice-presidente José Alencar. FHC foi arrolado como testemunha de defesa do ex-deputado Roberto Jefferson e prestou um longo depoimento. Suas declarações na 2ª Vara Federal Criminal Especializada em Crimes Contra o Sistema Financeiro Nacional e Crimes de Lavagem, em São Paulo, em junho do ano passado, somam dez laudas. "O deputado Roberto Jefferson é um batalhador", disse Fernando Henrique. "Ele é assim, por bem ou por mal ele toma a posição, ele vai em frente." Fernando Henrique discorreu sobre as diferenças

entre seu governo e o do presidente Lula e aproveitou para dar uma estocada no PT. Ele disse que o partido de Lula costuma "transformar em escândalo qualquer caso, muitas vezes sem ter sido apurado". E acha que o ex-ministro José Dirceu e o deputado José Genoino (PT-SP) são responsáveis por "essa postura". A provocação de FHC acabou sendo assimilada. Há poucas semanas, o chefe de gabinete da Presidência da República, Gilberto Carvalho, admitiu: "O PT nasceu questionando as instituições tradicionais, mas foi adquirindo vícios. Até o vício da corrupção, que infelizmente entrou em nosso partido."

Também prestou depoimento no caso do Mensalão o vice-presidente José Alencar. Na época do escândalo, Alencar estava filiado ao PL, o partido do deputado Valdemar Costa Neto.

Alencar recebeu da Justiça as perguntas por escrito e se manifestou rapidamente. Afirmando que só soube dos repasses financeiros do PT para o PL quando o ex-deputado Roberto Jefferson fez a denúncia do Mensalão. Disse que durante as negociações para a formação da chapa presidencial eleita em 2002 em nenhum momento participou de discussões envolvendo o financiamento da campanha e que nunca tratou sobre o assunto com o presidente Lula. O presidente, ao contrário de Alencar que se prontificou a colaborar com as investigações e em apenas duas semanas respondeu ao questionário, tem se esquivado de falar sobre o Mensalão. No dia 10 de agosto do ano passado, a juíza Pollyanna Kelly Martins Alves, da 12ª Vara da Justiça Federal de Brasília, enviou ofício diretamente ao Palácio do Planalto, informando que Lula

DINHEIRO NA SEDE DO PL

Pela primeira vez, aparecem os detalhes de como o deputado Valdemar Costa Neto (PL-SP) recebeu R\$ 3 milhões do esquema. José Carlos Batista, que atuava como "laranja", afirma que o dinheiro tinha origem em um contrato fictício firmado entre a Guaranhuns, do empresário Lúcio Bolonha Funaro, e a SMP&B, agência de Marcos Valério. Batista diz ter entregue o dinheiro na sede do PL

JOSÉ CARLOS BATISTA,

prestou um depoimento na CPI do Mensalão por conta desse contrato, porque esse contrato de reflorestamento foi celebrado conjuntamente entre a Guaranhuns e uma das empresas de Marcos Valério, a SMP&B, pelo que se lembra. Esse contrato era fictício. Pelo que sabe, o objetivo desse contrato, e pelo que conhece do mercado, era o de "esquentar" os recursos repassados à Guaranhuns. Seria a justificativa do dinheiro que tinha sido repassado para a Guaranhuns através da

desacompanhado de seguranças. Geralmente levava o dinheiro em bolsas e as entregava nas mãos do dr. Henrique. Quem disse que esse dinheiro ia para o acusado Valdemar da Costa Neto foi Lucio Funaro. Lembra-se também, com clareza, que nas diversas vezes em

declarante fez uma devolução de excedente de dinheiro na sede do PL em São Paulo, na Avenida República do Libano. Entregou uma mala contendo dinheiro, não sabe quanto, mas era bastante. Esse dinheiro era realmente à parte excedente de quitação de empréstimo

DIREITO O ex-ministro nega investigação a pedido de Lula

está arrolado como testemunha no "processo do Mensalão". E redigiu: "Conto com a compreensão de Vossa Excelência em colaborar com o Poder Judiciário." A seguir, a juíza pede a Lula que "indique dia e hora que melhor lhe convier" para comparecer à Justiça, ou ainda que "manifeste interesse em encaminhar respostas por escrito, se assim lhe aprovare, observando o intervalo entre 14 de setembro de 2009 e 30 de outubro de 2009". Já se passaram quatro meses do prazo sugerido pela juíza e Lula não se pronunciou até agora a enviar as respostas, nem sequer por escrito.

O Mensalão do PT foi o primeiro a ser descoberto, em 2005, e nos últimos cinco anos vem sendo investigado. Depois dele, surgiram o Mensalão Tucano, revelado por ISTOÉ em setembro de 2007, e o Mensalão do DEM, no final de 2009. Os esquemas são semelhantes e mostram que a prática do caixa 2 e da compra de apoios políticos não é privilégio de um único partido político. Como todos têm seu mensalão, é até possível que se depender dos políticos esses crimes permaneçam impunes. A boa notícia é que o Judiciário tem dado mostras de que esse quadro poderá ganhar novas molduras. No caso do Mensalão do DEM, um governador está preso preventivamente e, se depender do potencial dos novos documentos em poder do relator Joaquim Barbosa, o STF tem elementos de sobra para não manter a impunidade no caso do Mensalão do PT, ainda que cinco anos depois. ■

Brasil

A UM PASSO DE VIRAR RÉU

Ministério Públíco só aguarda conclusão de inquérito para denunciar o ex-prefeito Fernando Pimentel à Justiça

Hugo Marques

Os documentos sigilosos que fazem parte do processo do Mensalão do PT no Supremo Tribunal Federal (STF) revelados na última semana por ISTOÉ dispararam a campanha de alerta na base aliada do governo Lula. O motivo principal é a revelação de que o coordenador da campanha da ministra Dilma Rousseff à Presidência, ex-prefeito de Belo Horizonte Fernando Pimentel, possa virar réu no rumoroso processo. Em coversa com assessores, o presidente Luiz Inácio Lula da Silva advertiu que não quer nenhum tipo de contaminação da campanha da ministra. Publicamente, os líderes do PT procuraram minimizar as denúncias creditando a documentação sob análise do ministro Joaquim Barbosa a uma manobra da oposição. Nas conversas internas, porém, a análise é outra e a orientação é de que os desdobramentos do processo sejam acompanhados com lupa. "Claro que a denúncia nos preocupa. Estamos em ano eleitoral e a população está muito atenta a tudo isso", diz o presidente do PMDB mineiro, deputado Antônio Andrade, um entusiasta da participação de Pimentel em uma chapa com o ministro Hélio Costa na disputa pela sucessão de Aécio Neves. O temor do presidente Lula e dos partidos aliados é de que Pimentel venha a ser denunciado na Justiça no meio do processo eleitoral, com reflexos tanto na campanha de Dilma como na sucessão mineira, o segundo maior colégio eleitoral do País.

Pelo ritmo do trabalho do Ministério Públíco de Minas

TEMOR DO PT
Coordenador
da campanha
de Dilma,
Pimentel
pode ser
denunciado
no meio do
processo
eleitoral

Gerais, tudo indica que uma ação por improbidade administrativa contra Pimentel seja apresentada à Justiça ainda no primeiro semestre. Na última semana, em nota encaminhada por e-mail à ISTOÉ, a Promotoria de Justiça de Defesa do Patrimônio Públíco de Minas informa que o inquérito civil públíco que investiga irregularidades no Projeto Olho Vivo "aguarda conclusão final das perícias" e relaciona as irregularidades "já comprovadas". Segundo a nota, o inquérito 198/04 confirmou "dispensa indevida de licitação para a realização do empreendimento". Comprovou também que a Câmara dos Dirigentes Lojistas (CDL) não poderia ter sido contratada pela prefeitura "devido à existência de execução fiscal do município contra a entidade", que a CDL empregou "nota falsa para a aquisição de bens produzidos no Exterior e introduzidos irregularmente mediante descaminho, no valor de R\$ 1,16 milhão, o que representa prejuízo para o erário". E mais: a CDL recebeu pelos



Até o presente momento, já restaram comprovadas as seguintes evidências:

1. Dispensa indevida de licitação para realização do empreendimento.
2. O CDL não recebeu apenas os R\$ 4.410.000,00, mas também mais cerca de R\$ 3 milhões para realizar o serviço contratado com o município.
3. O emprego pelo CDL de nota falsa - para aquisição de bens produzidos no exterior e introduzidos irregularmente mediante descaminho - no valor de R\$ 1.162.000,00, o que representa prejuízo ao erário.
4. A impossibilidade de contratação da CDL, não apenas através de convênio, conforme foi feito, mas também por meio de licitação, devido à existência de execução fiscal do município contra a entidade.

Promotoria de Justiça de Defesa do Patrimônio Público da Capital

Assessoria de Comunicação Social do Ministério PÚBLICO de Minas Gerais

produzida pelo publicitário Duda Mendonça, havendo fundada suspeita de que o aludido 'convênio' tenha sido ardiloso estratagema para desvio de dinheiro público com a finalidade de saldar as dívidas de campanha do partido, em território alienígena".

Na semana passada, a assessoria de comunicações do Ministério PÚBLICO Federal em Minas Gerais informou que à época da denúncia (2008) não havia provas suficientes para acusar formalmente o ex-prefeito. O elemento que faltava ao procurador Patrick Salgado Martins era exatamente a conclusão do inquérito 198/04. Segundo o Ministério PÚBLICO Federal em Minas, "certamente que, concluídas as apurações no âmbito do Ministério PÚBLICO Estadual e comprovado o envolvimento do senhor Fernando Pimentel com a prática de crimes de competência federal, como a evasão de divisas praticada pelos acusados Alexandre Vianna e Glauco Diniz, o Ministério PÚBLICO Federal promoverá a ação penal competente em seu desfavor."

Dizendo-se surpreso com os documentos que o refacionam ao processo do Mensalão do PT, Pimentel afirmou que "as acusações são baseadas em puras ilações". Porém, dois ministros do STF ouvidos por ISTOÉ acham pouco provável que o procurador Salgado Martins, com os indícios de que

já dispõe, não denuncie Pimentel. "Se ele não fizer a denúncia estará prevaticando", afirmou um ministro do STF ouvido por ISTOÉ.

Um dos mais antigos membros do Supremo disse à ISTOÉ na terça-feira 2 que a ação penal é divisível e que Salgado Martins pode ter apresentado a denúncia contra os dois envolvidos e deixado outros suspeitos para depois. "Ele pode, a qualquer momento, aditar novos nomes à denúncia ou apresentar uma denúncia autônoma. Aí, a espada de Dâmonos estará sobre a cabeça do Pimentel", prevê um experiente ministro do STF. Outro ministro disse à ISTOÉ que o STF não tem o poder de incluir ou excluir réus do processo sem que haja um pedido direto da Procuradoria-Geral da República. Portanto, caso o MPF em Minas não aja, pode ser atropelado pela Procuradoria-Geral da República, que tem competência para abrir novas denúncias no processo do Mensalão. As 69 mil páginas que compõem o processo do Mensalão serão também encaminhadas à Procuradoria-Geral e o desejo do ministro Joaquim Barbosa, relator do processo, é de não permitir que o caso investigado desde 2005 se perca nos escaninhos do Judiciário. ■

NOVOS CRIMES
Nota do MP:
prejuízo ao erário foi
ainda maior

serviços cerca de R\$ 7 milhões e não R\$ 4,4 milhões como fora contratado. O Projeto Olho Vivo é um convênio firmado pelo então prefeito Fernando Pimentel com a CDL visando à instalação de câmaras de vigilância nas ruas de Belo Horizonte. Na época em que foi assinado o contrato, o empresário Glauco Diniz Duarte era o diretor financeiro da CDL.

Mais do que uma questão administrativa municipal, o Projeto Olho Vivo é a base usada pelo procurador da República Patrick Salgado Martins para fazer a ligação do então prefeito Pimentel com o caso do Mensalão. Como revelou ISTOÉ em sua última edição, nas considerações finais que fez ao encaminhar denúncia contra Glauco Diniz e Alexandre Vianna, por lavagem de dinheiro, o procurador afirma que o convênio de Pimentel com a CDL presta-se "a demonstrar a ligação do denunciado Glauco Diniz com o prefeito de Belo Horizonte, filiado ao Partido dos Trabalhadores, cuja campanha política foi

RUCANOS
Serra e Aécio
prometem
decisão logo

A NOVA PÍLULA
Ela age até
cinco dias
depois do sexo

GRI:
A geologia
profunda de
um terremoto



Editora EBRL
edição 2155 - ano 43 - 10-10
10 de março de 2010

veja

www.vj.com.br

EXCLUSIVO

CAIU A CASA DO TESOUREIRO DO PT

João Vaccari Neto,
secretário
de Finanças
do Partido dos
Trabalhadores

» O petista que vai cuidar das finanças da campanha de Dilma Rousseff é apontado em inquérito como pivô de um esquema que desviou dezenas de milhões de reais e abasteceu o caixa dois da campanha de Lula em 2002



Brasil

A CASA CAIU

O Ministério Público quebra sigilo da Bancoop e descobre que dirigentes da Cooperativa Habitacional dos Bancários de São Paulo lesaram milhares de associados, para montar um esquema de desvio de dinheiro que abasteceu a campanha de Lula em 2002 e encheu os bolsos de dirigentes do PT. Eles sacaram ao menos 31 milhões de reais na boca do caixa

LAURA DINIZ

Depois de quase três anos de investigação, o Ministério Público de São Paulo finalmente conseguiu pôr as mãos na caixa-preta que promete desvendar um dos mais espantosos esquemas de desvio de dinheiro perpetrados pelo núcleo duro do Partido dos Trabalhadores: o esquema Bancoop. Desde 2005, a sigla para Cooperativa Habitacional dos Bancários de São Paulo virou um pesadelo para milhares de associados. Criada com a promessa de entregar imóveis 40% mais baratos que os de mercado, ela deixou, no lugar dos apartamentos, um rastro de escrúpulos. Pelo menos 400 famílias movem processos contra a cooperativa, alegando que, mesmo tendo quitado o valor integral dos imóveis, não só deixaram de receber-lhos como passaram a ver as prestações se multiplicar a ponto de levá-las à ruína (veja *depoimentos* nas págs. 76 e 78). Agora, começa-se a entender por quê.

NÃO É SÓ A BARBA QUE
LEMBRA O ANTECESSOR

João Vaccari, o novo tesoureiro do PT, é o homem por trás do esquema Bancoop, diz o Ministério Público

Na semana passada, chegaram às mãos do promotor José Carlos Blat mais de 8 000 páginas de registros de transações bancárias realizadas pela Bancoop entre 2001 e 2008. O que elas revelam é que, nas mãos de dirigentes petistas, a cooperativa se transformou num manancial de dinheiro destinado a encher os bolsos de seus diretores e a abastecer campanhas eleitorais do partido. "A Bancoop é hoje uma organização criminosa cuja função principal é captar recursos para o caixa dois do PT e que ajudou a financiar inclusive a campanha de Lula à Presidência em 2002." Na sexta-feira, o promotor pediu à Justiça o bloqueio das contas da Bancoop e a quebra de sigilo bancário daquele que ele considera ser o principal responsável pelo esquema de desvio de dinheiro da cooperativa, seu ex-diretor financeiro e ex-presidente João Vaccari Neto. Vaccari acaba de ser nomeado o novo tesoureiro do PT e, como tal, deve cui-

dar das finanças da campanha eleitoral de Dilma Rousseff à Presidência.

Um dos dados mais estarrecedores que emergem dos extratos bancários analisados pelo MP é o milionário volume de saques em dinheiro feitos por meio de cheques emitidos pela Bancoop para ela mesma ou para seu banco: 31 milhões de reais só na pequena amostragem analisada. O uso de cheques como esses é uma estratégia comum nos casos em que não se quer revelar o destino do dinheiro. Até agora, o MP conseguiu esquadrinhar um terço das ordens de pagamento do lote de trinta volumes recebidos. Metade desses documentos obedecia ao padrão destinado a permitir saques anônimos. Já outros cheques encontrados, totalizando 10 milhões de reais e compreendidos no período de 2003 a 2005, tinham destino bem explícito: o bolso de quatro dirigentes da cooperativa, o

ex-presidente Luiz Eduardo Malheiros e os ex-diretores Alessandro Robson Bernardino, Marcelo Rinaldo e Tomas Edson Botelho Fraga — os três primeiros mortos em um acidente de carro em 2004 em Petrolina (PE). Eles eram donos da Germany Empreiteira, cujo único cliente conhecido era a própria Bancoop. Segundo o engenheiro Ricardo Luiz do Carmo, que foi responsável por todas as construções da cooperativa, as notas emitidas pela Germany para a Bancoop eram superfaturadas em 20%. A favor da empreiteira, no entanto, pode-se dizer que ela ao menos existia de fato. De acordo com a mesma testemunha, não era o caso da empresa de "consultoria contábil" Mizu, por exemplo, pertencente aos mesmos dirigentes da Bancoop e em cuja contabilidade o MP

O ESQUEMA BANCOOP

Como dirigentes da Cooperativa Habitacional dos Bancários (Bancoop) lesaram seus cooperados — e, mais tarde, também associados de fundos de pensão de estatais — para financiar a campanha de Lula à Presidência da República em 2002, encher os cofres de empresas pertencentes a petistas e fazer saques milionários em dinheiro, segundo depoimentos e documentos bancários colhidos pelo Ministério Pùblico

Em 2002, Luiz Malheiros, então presidente da Bancoop, convocou uma reunião com funcionários da cooperativa, empreiteiros e fornecedores para "anunciar o apoio da Bancoop ao candidato Lula". Dias depois, empreiteiros que prestavam serviço à cooperativa foram informados de que sua "contribuição" se daria na forma de notas frias emitidas em favor da Bancoop. Esse esquema já funcionava antes mas foi intensificado em 2002.



encontrou, até o momento, seis saídas de dinheiro referentes ao ano de 2002 com a rubrica "doação PT", no valor total de 43 200 reais. Até setembro do ano passado, a lei não autorizava cooperativas a fazer doações eleitorais.

Outro frequente agraciado com cheques da Bancoop tornou-se nacionalmente conhecido na esteira de um dos últimos escândalos que envolveram o partido. Freud "Alopardo" Godoy — ex-segurança das campanhas do presidente Lula, homem "da cozinha" do PT e um dos pivôs do caso da compra do falso dossiê contra tucanos na campanha de 2006 — recebeu, por meio da empresa que dirigia até o ano passado, onze cheques totalizando 1,5 milhão de reais, datados entre 2005 e 2006. Nesse período, a Caso Sistemas de Segurança, nome da sua empresa, funcionava no número 89 da Rua Alberto Freddiani, em Santana do Parnaíba, segundo registro da Junta Comercial. Vizinhos dizem que, além da placa com o nome da firma, nada indicava que houvesse qualquer atividade por lá. O único funcionário visível da Caso era um rapaz que vinha semanalmente recolher as correspondências num carro popular azul. Hoje, a Caso se transferiu para uma casa no município de Santo André, na região do ABC.

Depoimentos colhidos pelo MP ao longo dos últimos dois anos já atestavam que o dinheiro da Bancoop havia servido para abastecer a campanha petista de 2002 que levou Lula à Presidência da República (veja o quadro na pág. 72). VEJA ouviu uma das testemunhas. Andy Roberto, que trabalhou como segurança da Bancoop e de Luiz Malheiro entre 2001 e 2005. Em depoimento ao MP, Roberto afirmou que Malheiro, o ex-presidente morto da Bancoop, entregava envelopes de dinheiro diretamente a Vaccari, então presidente do Sindicato dos Bancários e indicado como o responsável pelo recolhimento da caixinha de campanha de Lula. Em entrevista a VEJA, Roberto não repetiu a afirmação categoricamente, mas disse estar convicto de que isso ocorria e relatou como, mesmo depois da eleição de Lula, entre 2003 e 2004, quantias semanais de dinheiro continuaram saindo de uma agência Bradesco do Viaduto do Chá, centro de São Paulo, supostamente para o Sindicato dos Bancários, então presidido por Vaccari. "A gente ia no banco e buscava pacotes, duas pessoas escolhendo uma terceira." Os pacotes, afirmou, eram entregues à secretaria de Luiz Malheiro, que os entregava ao chefe. "Quan-

do essas operações aconteciam, com certeza, em algum horário daquele dia, o Malheiro ia até o Sindicato dos Bancários. Ou, então, se encontrava com o Vaccari em algum lugar."

Os depoimentos colhidos pelo MP indicam que o esquema de desvio de dinheiro da Bancoop obedeceu a uma trajetória que já se tornou um clássico petista. Começou para abastecer campanhas eleitorais do partido e acabou servindo para atender a interesses particulares de petistas. Entre os cheques em poder do MP, por exemplo, está um em que a empresa Mizu, de "consultoria contábil", doa 7 000 reais a um certo Centro Espírita Redenção, em 2003. Muitas vezes, dirigentes da Bancoop nem se preocuparam em usar as empresas "prestadoras de serviços" que montaram com o objetivo de sugar a cooperativa para esconder sua ganância. O MP encontrou quatro cheques da Bancoop, totalizando 35 000 reais, para uma ONG de Luiz Malheiro em São Vicente dedicada a deficientes auditivos — curiosamente, o mesmo endereço do centro espírita. Os cheques foram emitidos entre novembro de 2003 e março de 2005.

Em novembro de 2004, Luiz Malheiro morreu em um acidente de carro com dois outros dirigentes da Bancoop. João Vaccari Neto assumiu, então, a presidência da Bancoop.

**PETROS
PREVI
E FUNCEF**

Em dezembro de 2004, a Bancoop, por meio da corretora Planner, captou 26 milhões de reais de fundos de pensão de estatais controlados pelo PT e mais 10,9 milhões de outros fundos de estatais

A movimentação bancária da cooperativa mostrou que, só entre 2005 e 2006, ela repassou mais de 1,5 milhão de reais à empresa Caso Sistemas de Segurança, de Freud Gedoy, ex-segurança das campanhas do presidente Lula e um dos "alopradados" envolvidos no escândalo da compra do falso dossiê contra tucanos, na campanha de 2006

**CASO
SEGURANÇA**

**■ GERMANY
■ MIZU**

Entre 2003 e 2005, a cooperativa repassou pelo menos 10 milhões de reais à Germany, empreiteira de propriedade de quatro de seus dirigentes. Um valor ainda não calculado foi enviado a outras empresas de diretores da Bancoop, incluindo a Mizu, supostamente de fachada

BANCOOP

Entre 2003 e 2008, a Bancoop emitiu pelo menos 18 milhões de reais em cheques para ela mesma de forma que seus portadores pudessem fazer retiradas em espécie sem deixar vestígios. O destino desse dinheiro permanece um mistério

Nesse período, a Bancoop, já apresentava um déficit de 135 milhões de reais e tinha cerca de 2 000 associados que, tendo pago o valor integral do apartamento, não haviam recebido o imóvel e ainda estavam sendo pressionados a aumentar sua participação nos pagamentos

Uma pergunta que continua no ar

Quem deu o dinheiro para o dossiê dos aloprados? Entre os envolvidos, Vaccari era o único sentado numa montanha de reais.

João Vaccari Neto e Freud Godoy, envolvidos agora no esquema Bancoop, já atuaram juntos em passado recente. Pelo menos é o que sugere o registro dos telefonemas trocados pela dupla às vésperas do estouro do escândalo dos "aloprados" — como ficaram conhecidos os petistas apontados pela Polícia Federal como integrantes da quadrilha que tentou comprar um dossiê supostamente comprometedor para tucanos durante a campanha presidencial de 2006. No caso de Vaccari, então presidente da Bancoop, os vestígios de participação no caso guardam cheiro de tinta fresca. Foi para ele que Hamilton Lacerda — na ocasião coordenador de comunicação da campanha do senador Aloizio Mercadante — telefonou uma hora antes de fazer a entrega de parte do 1,7 mi-

lhão de reais que seria usado para comprar o dossiê.

O episódio teve início quando a família de Lázaro Antônio Vedoin, chefe da máfia dos sanguessugas, ofereceu a petistas documentos que supostamente comprometeriam tucanos. Deles, faria parte uma entrevista em que os Vedoin acusariam o candidato do PSDB, José Serra, de envolvimento na máfia que distribuía dinheiro a políticos em troca de emendas ao Orçamento para compras de ambulância. Ricardo Berzoini, então presidente do PT, foi acusado de ter dado a autorização para a compra

do dossiê. Valdebran Padilha da Silva, filiado ao PT do Mato Grosso, e Gedimar Pereira Passos, advogado e ex-policial federal, seriam os encarregados de pagar os Vedoin com o dinheiro levado por Hamilton Lacerda. Valdebran e Gedimar foram presos pela PF num hotel Ibis, em

São Paulo, depois de terem recebido o dinheiro de Lacerda e antes de entregá-lo aos Vedoin. Jorge Lorenzetti, churrasqueiro do presidente Lula, e Oswaldo Bargas, ex-secretário de Berzoini no Ministério do Trabalho, também estiveram envolvidos no episódio. Eles tentaram negociar com a revista Época uma entrevista em que os Vedoin fariam falsas acusações de corrupção contra Serra. A entrevista acabou sendo publicada pela revista IstoÉ.

Nas investigações que se seguiram à prisão de Valdebran e Gedimar, a PF identificou uma intensa troca de telefonemas entre os envolvidos, incluindo diversas ligações de Berzoini para a empresa Caso Sistemas de Segurança, hoje em nome da mulher de Freud Godoy. Godoy seria o contato de Gedimar no alto escalão do PT. Quanto a Vaccari, bem, até onde se sabe, era o único dos aloprados que estava sentado sobre uma montanha de dinheiro, a Bancoop. O fato de Hamilton Lacerda ter ligado para ele logo depois de ter cumprido a sua missão faz fervilhar a imaginação dos que até hoje se perguntam: de onde, afinal, veio o dinheiro dos aloprados?

A TROCA DE QUÊ?
Lacerda (à dir.)
ligou para Vaccari
uma hora depois de
entregar o dinheiro
que pagaria o dossiê

ALOPRADO
*Lorenzetti (à dir.)
e Gedimar (acima):
a trapalhada
terminou em prisão.
Mas agora eles estão
livres, leves e soltos*

Ô PAVOR DO DESPEJO

“O sindicato sempre foi um defensor da minha classe. Por isso, na hora de fazer um financiamento com eles, não tive dúvidas. Comecei a pagar um apartamento de 45.000 reais em 1997. Sui para honrar as prestações. Vendia coxinha e bolo para complementar a renda. Esse imóvel representava muito para a minha família. Onde morávamos, meus filhos dormiam na sala. Em 2000, quitei o apartamento e nós nos mudamos. Seis anos depois, porém, passei a receber boletos com o valor de 470 reais. Eles diziam que precisavam cobrir gastos excedentes. Até pagaria, se pudesse. Mas a minha renda era de 600 reais. Em 2008, a Bancoop entrou com uma ação de despejo contra mim. Ela não foi concluída, mas, desde então, vivo o pesadelo de eles tirarem o meu único bem material. Dunn sob o efeito de calmantes.”

Maria de Fátima Bonfini,
de 55 anos, bancária aposentada

Tanta lambança, aliada a uma gestão ruimosa, fez com que a Bancoop mergulhasse num estado de pré-liquidão. Em 2004, com Lula já eleito, Luiz Malheiros foi pedir ao “chefe” Berzoini, então ministro do Trabalho, “ajuda” para reerguer a cooperativa. Quem relatou o episódio ao MP foi seu irmão, Hélio Malheiros. Em 2008, dizendo-se sob ameaça de morte, Hélio Malheiros ingressou no Programa de Proteção à Testemunhas da secretaria estadual de justiça de São Paulo, no qual se encontra até hoje. Em dezembro de 2004, depois que Luiz Malheiros já havia morrido, a “ajuda” chegou à Bancoop. Com apoio de Berzoini e corretagem da Planner (investigada pela CPI dos Correios sob a acusação de ter causado um prejuízo de 4 milhões de reais ao fundo de pensão da Serpro), a cooperativa associou-se a um Fundo de Investimentos em Direito Creditórios (FIDC), entidade que negocia recebíveis, e captou 43 milhões de reais no mercado — 85% dos papéis foram adquiridos por fundos de pensão de estados controlados por petistas ligados ao grupo de Berzoini e Vaccari. O in-

vestimento resultou na abertura de um inquérito pela Polícia Federal por suspeita de que os fundos de pensão teriam sido prejudicados para favorecer a Bancoop.

João Vaccari Neto é do tipo que se orgulha de ser chamado de "um petista histórico", o que, no jargão do partido, significa, entre outras coisas, que ganhou boa parte da vida dirigindo entidades de classe e do partido. Aos 19 anos, começou a trabalhar como escrivário do Banespa. Ficou lá apenas dois anos. Depois disso, entrou no sindicato de sua categoria e nunca mais pegou no pesado. Participou de três diretorias da Central Única dos Trabalhadores (CUT), foi secretário de relações internacionais da entidade e presidiu o Dieese. Atuou sempre como braço de apoio de Berzoini, a quem sucedeu na presidência do Sindicato dos Bancários de São Paulo em 1998. Apesar de não

ter a projeção política do amigo, Vaccari conquistou a amizade de Lula, coisa que Berzoini jamais conseguiu obter. Vaccari, como mostra agora a investigação do MP, tem mais em comum com seu antecessor, Delúbio Soares, do que a barba grisalha. E, como Freud Godoy, está mergulhado até os últimos e raios fios de cabelo no escândalo dos atogrados (veja o quadro na pág. 74).

Há duas semanas, um juiz de primeira instância contrariou decisão do Tribunal Superior Eleitoral e de-

321 000 REAIS NA CONTA-CORRENTE

A atriz Deborah Secco: o pai dela era o operador do esquema que desviava verbas

Campanha com verba pública

Com uma trajetória pública marcada pelo populismo, por práticas fraudulentas e até por um processo em que responde por formação de quadrilha armada, o ex-governador Anthony Garotinho (PR-RJ) está envolvido em mais um escândalo de corrupção, trazido à tona pelo Ministério Pùblico do Rio de Janeiro na semana passada. O esquema chama atenção por envolver e beneficiar, diretamente, a ele próprio e sua mulher, Rosinha — ambos denunciados com mais 86 nomes, entre eles o da atriz Deborah Secco, todos com os bens bloqueados pela Justiça. A investigação concluiu que, durante os quatro anos do governo de Rosinha, 58 milhões de reais foram sumipidos dos cofres do estado, dos quais 600 000 reais seguiram para o caixa da pré-campanha de Garotinho. Ele planejava sair candidato nas eleições presidenciais de 2006, mas, sob acusações variadas e depois de uma greve de fome que o expôs ao ridículo, acabou fora do páreo. Diz a VELA, o promotor Eduardo Carvalho, à frente do

caso: "Poucas vezes numa investigação dessas foi possível rastrear o caminho do dinheiro desviado com tamanha precisão e riqueza de detalhes. Os fatos são irrefutáveis". O próximo passo do Ministério Pùblico será apurar se houve participação de líderes evangélicos no esquema, sobre a qual há indícios.

Já está bem claro, no entanto, de onde as verbas do estado eram subtraídas e como, depois, chegavam à campanha de Garotinho e ao bolso dos demais envolvidos. A operação tinha como ponto de partida a Fundação Escola de Serviço Pùblico (Fesp), órgão do próprio governo estadual ao qual Rosinha autorizou, por lei, contratar serviços terceirizados — repassados a ONGs — para atender às várias secretarias. Essas ONGs, por sua vez, farjavam contratos com empresas, pelo menos três delas de fachada, para executar projetos que jamais saíram do papel. O Ministério Pùblico concluiu que o operador do esquema era Ricardo Secco, pai da atriz Deborah Secco. As contas-correntes dela registraram depósitos provenientes de duas dessas empresas, no valor de 321 000 reais. Defende-se a atriz: "Nunca tive nenhum envolvimento com política. De minha parte, estou inteiramente tranquila". Com a denúncia, Garotinho, que até então se apresentava como candidato ao governo do estado, e Rosinha, atual prefeita da cidade de Campos, perigam ter, enfim, seus direitos políticos cassados na próxima década.

RONALDO SOARES

CALOTE DUPLO

«Conheci a Bancoop em 2004, quando vi uma placa de propaganda em frente a um terreno vazio. Eles iriam construir um imóvel perto da minha casa. Achei a oportunidade ótima: o preço era bom e a instituição tinha credibilidade. Demos nossa economia de 10 000 reais de entrada e passamos a pagar as prestações. Alguns meses depois, porém, desconfiei do empreendimento. Eu passava em frente ao terreno e não via nenhum pedreiro lá. Diziam sempre que a construção estava para começar. Não acreditei e consegui transferir o dinheiro que havia investido para outro imóvel deles.

Dessa vez escolhi um local cuja construção já estava pela metade. Como fui inocente... Esse imóvel também nunca foi concluído. Empatamos 80 000 reais nessa história. Não confio mais nas instituições.»

A advogada **Tânia de Oliveira**, de 42 anos, com o marido, Hélcio, e a filha Helena

terminou a cassação do prefeito de São Paulo, **Gilberto Kassab**, por suposto recebimento ilegal de doação de campanha. A sentença, que colocou

em risco a segurança jurídica, foi suspensa. Na semana passada, o TSE divulgou as regras que vão orientar as eleições deste ano. São medidas moralizadoras, que incluem a obrigatoriedade da divulgação de quaisquer processos ou acusações criminais que pesem sobre o candidato e que dificultam manobras de doadores que tenham por finalidade esconder a origem do dinheiro. Tudo isso mostra quanto o país está interessado em aprimorar seu sistema de financiamento eleitoral e proteger-se dos efeitos tão deletérios como conhecidos que sua distorção pode causar. Ao indicar pessoalmente alguém com o protetor de João Vaccari para tomar conta das finanças do PT e da campanha eleitoral de Dilma Rousseff, o presidente Lula sinaliza que, ao contrário do resto do Brasil, não está nem um pouco empenhado em colaborar na faxina. ■

COM REPORTAGEM DE
ADRIANA DIAS LOPEZ,
VINÍCIUS SEGALLA, KALLEO COURA,
ANDRÉ ELER E MARINA YAMAGIWA

78 | 10 DE MARÇO, 2010 | veja

SEM FORÇAS

«Aos 43 anos, decidi dar um grande passo: comprar meu primeiro imóvel. Usei os 20 000 reais que havia juntado e entrei no financiamento de um apartamento de 60 000 reais. As prestações eram metade do meu salário. Um dia, recebi uma cobrança extra de 1 800 reais. Seria a primeira de muitas. Tive de tirar um empréstimo bancário. Em dois anos, estava endividado, mas havia quitado meu imóvel. Sentia-me orgulhoso — jamais abrasei uma parcela. Mas em 2005, enquanto esperava o sorteio das chaves, soube que a Bancoop não estava honrando seus compromissos com muitos cooperados. Eu era um deles. Meu imóvel nunca saiu do chão.

No início, briguei, participei de protestos vestido de palhaço. Há dois anos, receivedi o diagnóstico de câncer de pulmão, o que me deixou sem forças para lutar. Perdi as esperanças.»

Oscar Costa, 52 anos, bancário aposentado

Durante o discurso do Sr. Alvaro Dia, o Sr. Cícero Lucena, Suplente de Secretário, deixa a cadeira da presidência, que é ocupada pelo Sr. Paulo Paim.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Senador Adelmir Santana, convido V. Ex^a a usar a tribuna.

Senador Adelmir Santana, eu ouvi aqui atentamente a fala do Senador Alvaro Dias e também o seu aparte, e quero cumprimentar V. Ex^a, que trouxe, neste momento, para o debate inclusive as questões aqui do DF com a maior transparência. Tudo tem que ser debatido, tudo tem que ser investigado, seja do PSDB do Senador Alvaro Dias, seja do DEM de V. Ex^a, seja do PDT, enfim, de todos os partidos.

Eu ouvi denúncias gravíssimas em relação ao meu Estado. Não trago isso ao plenário do Senado, mas acho também que tudo tem que ser investigado. E lá é o PSDB que governa, como aqui é o DEM, como em âmbito nacional é liderado pelo PT. Que se investigue tudo, e quem for culpado que seja punido.

Parabéns a V. Ex^a pelo aparte, que eu vi que é a construção do equilíbrio. Parabéns.

V. Ex^a está com a palavra.

O SR. ADELMIR SANTANA (DEM – DF. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Muito obrigado, Sr. Presidente, Senador Paulo Paim. Realmente, eu me posiciono nessa linha. V. Ex^a é testemunha de que, por várias vezes, eu me tenho colocado nessa direção.

Mas, Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores que nos ouvem, antes de tudo, quero fazer, como também fizeram os colegas antes de mim, inclusive o Senador Papaléo, uma referência à importante data que se comemora hoje: o Dia Internacional da Mulher.

Presto homenagem à mulher que trabalha fora, que é dona de casa, que é companheira. A mulher levanta, corre, leva filho para a escola, pensa em tudo, economiza, trabalha mais, cuida da casa, chora, ri. A mulher que afaga, que protege e que sonha, essa é a mulher que conheço, que admiro e a quem mando hoje meu abraço de reconhecimento, de admiração.

Parabéns a todas as mulheres pelo Dia International da Mulher!

Mas, Sr. Presidente, venho à tribuna na tarde de hoje para novamente falar sobre o tema que continua preocupando brasilienses e brasileiros de todo o País: a intervenção na Capital Federal. Apesar de todos os discursos que venho fazendo desde que o Procurador-Geral da República, o Exmº Dr. Roberto Gurgel, fez o pedido de intervenção federal, com base na crise política que cercava o Governo do Distrito Federal, acredito

que ainda devemos nos posicionar e mostrar como está avançando a discussão em torno do assunto.

Fui, desde o primeiro momento, contrário a qualquer tipo de ingerência do Governo Federal na nossa Capital, por motivos que já expus, mas que compreendem a possível paralisação de toda a cidade e também de algumas ações do Congresso Nacional, além de problemas para a economia e para o setor produtivo e outros muitos transtornos que advêm de uma intervenção e que comentei na última sexta-feira.

Tenho defendido o respeito à linha sucessória, que, no Distrito Federal, diferentemente de outros Estados brasileiros, inclui o Vice-Presidente da Câmara Legislativa e, é natural, o Presidente do Tribunal de Justiça do Distrito Federal (TJDF). E, em caso de vacância do cargo de Governador, o que ainda não aconteceu, são realizadas eleições indiretas, com nomes novos, éticos, escolhidos dentro dos partidos do Distrito Federal, filiados, como exige a Constituição e a Lei Orgânica.

Temos conseguido diversos apoios e adesão à nossa luta, o que também relatei aqui. Já fiz o relato em outras oportunidades. Então, por que voltar a tocar no assunto? Porque foram publicados, nesse domingo, dois textos no jornal *Correio Braziliense* que me deixaram muito otimista. O ex-Presidente do Supremo Tribunal Federal (STF) e ex-Senador Maurício Corrêa afirmou, no artigo cujo título é “Acerto Final”, que a manutenção da prisão do ex-Governador José Roberto Arruda – garantida em votação do STF na última semana – desenha claramente um cenário sem intervenção.

Peço, inclusive, Sr. Presidente, que, nos *Anais* desta sessão, seja incluído, integralmente, o artigo do eminentíssimo ex-Ministro, ex-Senador e advogado de renome Maurício Corrêa, cujo título é “Acerto Final”.

Para o Ministro Maurício Corrêa, nesse artigo, após a análise dos pedidos de *impeachment* e da posse do novo Governador, a vida da cidade prossegue em ritmo harmônico. Diz o Ministro: “Como a normalidade institucional está restabelecida, não há nenhum sentido falar em intervenção no DF”. Foi o que afirmou o ex-Ministro Maurício Corrêa. E diz mais: “Recuperada a saúde institucional na cidade, devem agora os partidos políticos começar a se organizar para o pleito eleitoral de outubro próximo”. E S. Ex^a está certíssimo.

Ainda recentemente, eu dizia que nosso partido, o Democratas, tem nas mãos dos Senador Marco Maciel a missão de reorganizar a executiva local, uma vez que o Democratas, além de ter cortado, na própria carne, aqueles que estão sendo denunciados, também fez, a pedido dos componentes do Democratas do DF, a autodissolução do diretório local.

Repto o que disse o Ministro: "Recuperada a saúde institucional na cidade, devem agora os partidos políticos começar a se organizar para o pleito eleitoral de outubro próximo". E S. Ex^a está certíssimo, afirmo novamente. Sem o perigo da intervenção a ameaçar todos os brasilienses, será chegada a hora de começarem as negociações para possíveis coligações.

Alguns partidos têm se adiantado e discutido chapas, mas acredito que ainda é muito cedo para isso. Primeiro, precisamos resolver os problemas que envolvem a crise e que contaminam a política local. É cedo, primeiro, para alijar qualquer partido do processo, quando uma suspeição colocada sobre os políticos do Distrito Federal atinge todos os partidos, com raríssimas exceções; segundo, para definir nomes para a disputa, sem saber como o quadro estará nos próximos dias.

As investigações ainda acontecem. Nomes aparecem o tempo todo. O Governador continua preso, e o Governador em exercício não pode ser efetivado, enquanto não houver a vacância do cargo. Não há, portanto, um Governador efetivo no exercício do cargo. Há um Governador em exercício, porque se respeita – coisa pela qual tenho brigado muito aqui – a linha sucessória. Uma vez que o Governador está privado da liberdade, que o Vice-Governador renunciou, pela linha sucessória, exerce, neste instante, o cargo de Governador o Presidente da Câmara Legislativa local. Somente quando todo esse processo acabar é que poderemos falar em novos cenários. E aí, sim, deveremos unir-nos em prol de nomes éticos para as próximas eleições. A Capital da República merece representantes políticos de qualidade, que defendam os interesses da população – nomes que, com certeza, temos para apresentar.

Brasília vai reerguer-se do ponto de vista político, principalmente com o apoio da população comprometida com as mudanças pelas quais toda a sociedade local tanta anseia. É por isso que falo em uma Brasília Responsável, um movimento para engajar os cidadãos, as pessoas de bem, na luta por uma cidade mais democrática e mais ética. Sinto que nosso movimento se fortalece cada dia mais. Agora, ouvimos depoimentos que comprovam que a tão propalada intervenção não nos deve assustar tanto. Na mesma edição do *Correio Braziliense* em que foi publicado o artigo do ex-Ministro Maurício Corrêa, a que fiz referência, no mesmo domingo, o jornalista Edson Luiz entrevistou o Ministro da Justiça, Luiz Paulo Barreto, que afirmou que o Governo Federal está acompanhando a crise no Distrito federal e que ele acredita que a ordem social está mantida.

Abro aspas para as palavras do Ministro, publicadas na entrevista, e peço que o texto da sua entrevista também seja incluído, na íntegra, nos *Anais* desta sessão:

Quanto à decisão do pedido de intervenção, o governo federal apenas aguarda uma decisão do STF, que avalia se cabe ou não a intervenção. A Constituição foi sábia ao deixar sob competência da Suprema Corte brasileira a avaliação de uma situação grave, que é a intervenção em um estado federado. É uma situação de exceção, em último caso.

É dentro dessa linha, Sr. Presidente, que tenho dito sobre qualquer ente federativo: a intervenção é uma medida dura. E a Constituição já começa dizendo, no art. 34, "não" à intervenção e cria as situações de exceção.

Mas, voltando ao que diz o Ministro da Justiça, o que quer dizer essa entrevista do Ministro, meus caros Senadores e Senadoras e Sr. Presidente? Quer dizer que o Governo Federal também entende o perigo de se promover uma intervenção em Brasília. Mais do que isso, entende que não há necessidade de intervenção, quando se estabeleceu, nas palavras do próprio Ministro, "uma calma social em Brasília". O Ministro afirma ainda que as "instituições estão funcionando normalmente" e que "a crise está restrita ao aspecto político, ainda não contaminou o sistema de segurança e de gestão". É o que diz o Ministro, repto.

Na prática, não há necessidade de intervenção. E não falo aqui de uma suposta luta por "manter o controle da situação", como a revista *Veja* tem insinuado em suas edições. Não acredito nessa hipótese, pois creio que todas as pessoas envolvidas com a corrupção, certamente, serão proscritas da vida pública do Distrito Federal. Acredito que à Câmara Legislativa cabe o papel de ajudar na limpeza ética, escolhendo alguém de fora para representar o povo no Governo, enquanto as eleições não acontecem. Mas, para isso, também precisamos de decisão do STF sobre as regras para as eleições indiretas, porque a Lei Orgânica do Distrito Federal difere nesse ponto da Constituição Federal e afirma que, no último ano de exercício, no caso de vacância – o que ainda não existiu –, quem assumir ficará até o final do mandato.

Concordo plenamente com o Excelentíssimo Sr. Ministro da Justiça, quando diz que temos o controle administrativo do Governo do Distrito Federal (GDF). O Ministro está certo, pois estamos resolvendo nossos problemas. É preciso investigar a fundo as denúncias. Sim, isso é preciso. É preciso punir os culpados também. Mas, acima de tudo, precisamos garantir a reconstrução

de Brasília, a governabilidade e a manutenção dessa calma social, que garante a todos nós a confiança em voltarmos a ser a "Capital da esperança".

Afirma o eminentíssimo ex-Ministro Maurício Corrêa: "No instante em que forem realizadas as eleições e os eleitos forem definidos, diplomados e empossados, a cidade retoma definitivamente a sua vida. Esse é o maior mérito da democracia". Concordo com o Ministro. A grande intervenção acontecerá no dia 3 de outubro próximo, quando o eleitor será chamado a votar, a escolher os representantes, a escolher o Governador e o Vice-Governador. Essa será a grande intervenção. Somente no sistema democrático, é possível corrigirem-se falhas do passado e lutarmos por uma luz no futuro.

Vamos lutar para garantir que a democracia vença! Só assim todos nós seremos vencedores.

Sr. Presidente, era o que eu tinha a dizer, reafirmando meus pronunciamentos anteriores: intervenção não, mas solução sim, para uma Brasília Responsável!

Muito obrigado, Sr. Presidente.

Sr. Presidente, solicito mais uma vez, no corpo do discurso, a inclusão dos artigos do Ministro Maurício Corrêa e a entrevista do Ministro da Justiça nos Anais da Casa.

DOCUMENTOS A QUE SE REFERE O SR. SENADOR ADELMIR SANTANA EM SEU PRONUNCIAMENTO.

(Inseridos nos termos do art. 210, inciso I e § 2º, do Regimento Interno.)

Correio Brasileiro • Brasília, domingo, 7 de março de 2010 • Opinião • 21

Acerto final

MAURÍCIO CORRÊA
Advogado

A revolta de acontecimentos políticos verificada em Brasília meteu com os nervos da cidade. Não há quem não queria o fim da insegurança por elas trazida. É preciso que as coisas voltem ao curso regular ou mais rápido possível. Além, não foi só o brasiliense que se viu momentaneamente pelos pés das práticas ocorridas na cidade. Foi toda a nação que se envergonhou pelas práticas de desonestade cometidas em plena capital da República. De tudo se extrai que o Brasil vindor a pouco não é só sério e seu desdor à cidadania prenhe de ilícitos. Deputados distritais, por isso mesmo, foram forçados a renunciar aos mandatos parlamentares; o vice-governador teve de seguir os passos e o governador da cidade, por decisão do Supremo Tribunal de Justiça, acabou afastado das funções e preso.

Aqui neste espaço falei a respeito do risco que corría o habeas corpus impetrado no Supremo Tribunal Federal. Foi vez de resistir à sua postulação, devia unir-se ao governador renunciado ao mandato. A provisória desorganização em muitos os ânimos existentes e poderia ajudar no encimamento da defesa. Em liberdade, pode perfeitamente reconstruir a vida e se defender das imputações na instância de primeiro grau, como qualquer cidadão. Agora, afinal o resultado. O voto proferido pelo relator, ministro Marco Aurélio, foi preciso. Examinou todos os ângulos da questão e concluiu pelo indeferimento da ordem. Foi acompanhado por oito dos restantes nove ministros presentes à sessão. Em resumo, por 9 votos a 1, a ordem foi denegada. A não ser que encontrem novos fundamentos para outrem pedir, a prisão preventiva vai ter que ser cumprida na sua plenitude. A privacidade no quadra, talvez de fato se recomende pedido de prisão domiciliar seu estado de saúde do paciente recomendado.

Definida essa questão, resta daqui para a frente o julgamento dos pedidos de impeachment em face de instrução na Câmara Legislativa. Os procedimentos preliminares já foram instaurados, devendo apensar-se a aguardar o vencimento do prazo para apresentação do deles àquele que começa a fluir a partir da respectiva vinculação acusado. Segue-se, aí, a tramitação regulada em lei até julgamento final dos pedidos. Com a posse do novo governador, processada na forma que estabelece a Lei Orgânica do DF, a vida da cidade prossegue em ritmo harmônico. Como a normalidade institucional está restabelecida, não há nem haverá razão para falar em intervenção no DF. Reitero-se a certeza de que tal não seja de plano indefeitado no STF a prova de que os fatos se situaram harmoniosamente no DF e o próprio indeferimento de habeas corpus impetrado pertence a mala crua de justiça do país.

Recuperada a saúde institucional na medida, devem agora os partidos políticos concorrer a esse organizar para o voto eleitoral de outubro próximo. Até porquê os prazos definidos no calendário do processo eleitoral têm que ser respeitados. Parece que não, mas as eleições estão próximas. Os partidos não têm mais tempo a perder. As aleganças políticas principiam a serenidade. E logo em seguida estão consolidadas. De trás de poucos dias já se conhecem as coligações nacionais que vão disputar a Presidência da República e, como consequência, defas, verão também formadas as que vão disputar o pleito no DF. No instante em que forem realizadas as eleições e que os eleitos forem definidos, diplomados e empossados, a cidade retoma definitivamente sua vida. Fase o melhor momento da democracia.

A revolta engatulha pelo desarranjo político em Brasília deve resultar em algum

benefício profilático. Deve ser um só. O de que os aproveitadores e desonestos precisam e devem ser expungidos da vida política. Na capital da República, infelizmente, se implantou a cultura de fazer da política meio a ganhar dinheiro deve ir para a iniciativa privada. Se alguém deseja ser candidato a cargo público eleitoral deve saber, antes de tudo, que vai ter que se sacrificar. O custume de se valer do mandato popular como instrumento para conseguir vantagens desonestas tem que ser extinto da vida pública. A única vantagem pecuniária correta que o candidato, se eleito, deve ter é a de suas subsídios. Se fugir desse comportamento, fazendo do mandato mercantil, precisa saber que trará o pôr, devendo responder pelos altos perancos à justiça.

Somente quando houver a depuração desses vícios da política, será possível recuperar a dignidade de seu exercício na plenitude democrática. Que paguem os que desertaram do dever a ser cumprido, dos que traíram o povo, porque consumaram o mandado, porque roubaram, porque corromperam, porque usaram do dinheiro público para si próprios. O Brasil caminha na busca do desenvolvimento econômico e social, tem crescido e progredido em vários setores da atividade humana; por sua expressão territorial, cultural e política se projeta no mundo contemporâneo. Na perspectiva desses avanços, há que encontrar também mecanismos de eliminação das mazelas da corrupção. O dia em que o país conseguiu alcançar em parte, pelo menos, esse objetivo, pode-se dizer que será o dia em que fará seu maior feito. Como consequência, o PIB redobrará, as receitas triplicarão e o povo viverá melhor.

ARI CUNHA
Desde 1950

VISTO, LIDO E OUVIDO

www.ari-cunha.com.br
contato@ari-cunha.com.br

Terremoto na política

Sempre vivemos calmaria. O Brasil nunca teve terremotos. Existiu, mas na política. O julgamento de José Roberto Arruda pelo Supremo saiu da metástase constitucional. O mal está sendo cortado pela raiz. Plantada em terras impróprias a Câmara Legislativa não brilhou dignidade. O Supremo Tribunal Federal reconheceu o engano dos eleitores e deseja que Brasília crée compostura. O resultado foi de novo votos a favor da prisão e um contra. Este, da autoria do ministro José Antônio Dias Toffoli. A favor votaram os ministros Ayres Britto, Carmem Lucia, Celso de Mello, Cezar Peluso, Ellen Gracie, Gilmar Mendes, Joaquim Barbosa, Marco Aurélio Mello (relator) e Ricardo Lewandowski. Vitória do povo enganado.

» A frase que não foi pronunciada

"Deveremos, ao partir, deixar sempre um ambiente melhor do que quando chegamos."

» Recado de Thomas Edison a todos os governantes

Lé com lé

» Com decisão confirmada pelo TRF, o ministro Carmem Lucia negou o recurso que pedia a cassação do prefeito Gilberto Kassab, de São Paulo. Nada indica abuso ou desrespeito à lei.

Fim

» A revolta contra o Imposto Sindical responde porquê o dinheiro não é usado para melhorias nas condições do campo sindicalizado.

» O gasto com pensões e aposentadorias, além de 20% da viagem de dirigentes para a internacional, compõe a reforma de setor regido. Pior disso, tudo é devido à má prestação de serviços. Se o STF não se intrometer,

Autonomia

» Multa discussão se faz entre o turno do trabalhador doméstico. Quem banca é

Cidades

+ política e economia no DF

LAGO NORTE

Loções entram em forma com equipamentos de ginástica voltados para a terceira idade.

PÁGINA 35

QUALIFICAÇÃO

Emerson Madureira (foto) decidiu fazer um MBA em gestão de negócios após tomar posse em um posto de chefia. Mercado está em expansão no DF.

PÁGINA 39

Editor: Marcella Iohansson
marcella@oekar.difesa.br.com.br
Tel.: 3704-1114 • 3704-1160
Fax: 3704-1115
cidades.difesa.br.com.br

Brasília, domingo, 7 de março de 2010 • CONTEÚDO BRASILEIRO • 29

ORÇAMENTO

A inflação no Distrito Federal recuou em fevereiro, ficando em 0,35%. A redução de 10,2% nas passagens aéreas (foto) contribuiu para diminuir o índice.

PÁGINA 31

“A ORDEM SOCIAL ESTÁ MANTIDA”

Em entrevista ao Correio, Ministro da Justiça diz que as instituições estão funcionando em Brasília, com clima pacífico nas ruas

• EDSON LUIZ

Carioca de nascimento, o ministro da Justiça, Luiz Paulo Barreto, tem um carinho especial por Brasília, cidade onde chegou aos nove anos. Primeirofuncionário de carreira a assumir o cargo, Barreto foi secretário-geral adjunto dos ex-ministros Mário Thomas Pastos e Túlio Góes, e hoje tem em mãos pelo menos quatro grandes problemas ligados diretamente ao Distrito Federal, o desaparecimento de jovens no Entorno, a violência no Entorno, a crise política desencadeada após a Operação Caixa de Pandora e a possibilidade de intervenção federal no DF. Sobre o último tema, o ministro ressalta que a situação em Brasília pode ser considerada normal. “A crise não contagiou o sistema de segurança ou de

gestão do Governo do Distrito Federal, embora é claro, a instabilidade administrativa tende a provocar uma certa insuficiência na execução dos serviços públicos”, diz Barreto, em entrevista exclusiva ao Correio.

Segundo ele, o governo federal vem acompanhando a situação de perto, mas a decisão sobre o assunto é do Supremo Tribunal Federal (STF). Cabe ao seu ministério apenas redigir o decreto presidencial e apontar o interventor. O governo federal tem adotado cautela em relação ao tema, que, caso seja adotada, pode afetar outros setores. “Brasília tem peculiaridades, como funcionamento de embaixadas, administrações diretas, fiduciárias e autárquicas que não podem sofrer qualquer prejuízo no seu funcionamento era causa de uma crise política no

DF”, diz o ministro da Justiça.

Outra questão que preocupa o ministro da justiça é o desaparecimento de adolescentes em Luziânia, assunto principal do encontro que Barreto terá amanhã com o governador de Goiás, Alcides Rodrigues (PT), em Goiânia. O ministro afirmou que existem alguns avanços nas investigações que podem indicar os primeiros indícios do que houve com seis jovens na cidade do Entorno. A região, segundo Barreto, passou a ser um dos focos de atenção do governo federal, em função do avanço da criminalidade, causado pela superpopulação. A União, nos últimos anos, conforme o ministro da justiça, investiu R\$ 58 milhões em equipamentos para as polícias atuarem no Entorno. A seguir, os principais pontos da entrevista de Luiz Paulo Barreto.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Senador Adelmir Santana, V. Ex^a será atendido, na forma regimental.

Rapidamente, antes de despachar os ofícios que aqui estão chegando, já que fiz hoje uma homenagem ao cantor Leonardo, que, infelizmente, faleceu nesse domingo, eu gostaria de ler, com o mesmo carinho, o que, neste momento, recebi, na Mesa, do seu filho. Diz ele:

Acabei de ler o pronunciamento do Senador Paim. Estou muito emocionado em saber do carinho e do respeito que nosso Senador demonstrou em relação ao meu pai, Jader Moreci Teixeira (LEONARDO).

O Rio Grande está de luto pois ontem enterramos parte de sua história, um companheiro de tantas lutas e batalhas que travamos juntos ao nosso partido. Pode ter certeza de que ontem, no final da tarde, enterrei metade do meu coração, mas resta outra metade para a minha família, amigos, e prosseguir a caminhada...

Muito obrigado.

Jader Moreci Teixeira Filho e familiares.

Gostaria também de aproveitar, este momento, para ler aqui uma decisão que considero fundamental, que foi tomada pelo movimento que fizemos aqui no Congresso, de forma suprapartidária, e que teve respaldo junto à União. Recebi aqui, há minutos, correspondência do Sr. Milton Cardoso, Presidente da Abicalçados. Diz ele:

A Associação Brasileira das Indústrias de Calçados – Abicalçados – registra com satisfação o reconhecimento pela aplicação, agora em caráter definitivo, do direito antidumping das importações de calçados oriundos da China.

O empresariado calçadista, agora motivado pelo caráter definitivo, tratará de expandir as atividades em razão da demanda nacional a ponto de preencher a capacidade ociosa que ainda se verifica. A partir daí novos investimentos deverão ser implementados de forma a cumprir com nossa estimativa de criação de 80 mil novos empregos no segmento.

É importante registrar o empenho de autoridades, lideranças da sociedade e empresários que, em perfeita comunhão de interesses, apoiaram decisivamente a causa e, ao sensibilizar o Executivo Federal, demonstraram a importância do setor em razão de sua empregabilidade. Este empenho foi decisivo

para que lográssemos o resultado obtido, razão pela qual queremos registrar nosso agradecimento por seu importante engajamento no processo.

Recebi esse comunicado do Presidente da Abicalçados, Milton Cardoso, dirigido a mim, mas é um agradecimento a todos aqueles, Deputados e Senadores, que, de forma suprapartidária, estiveram junto ao Executivo para que o combate antidumping seja cada vez mais fortalecido.

Quero dizer que estamos fazendo o mesmo movimento em relação às máquinas pesadas que estão chegando ao Brasil nas obras do PAC produzidas lá fora e gerando desemprego aqui dentro. Haverá uma reunião nesta quarta-feira, junto ao Ministério da Indústria e Comércio também com esse objetivo.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – A Presidência recebeu **Ofício nº 37, de 2010**, do Primeiro-Secretário da Câmara dos Deputados, encaminhando o Projeto de Lei da Câmara nº 7, de 2010 (nº 5.940/2009, naquela Casa), de iniciativa do Presidente da República, que *cria o Fundo Social – FS; dispõe sobre sua estrutura e fontes de recursos; altera a Lei nº 9.478, de 6 de agosto de 1997 e dá outras providências*.

O projeto vai às Comissões competentes.

É o seguinte o ofício:

Of. nº 37/10/PS – GSE

Brasília, 3 de março de 2010

A Sua Excelência o Senhor

Senador Heráclito Fortes

Primeiro-Secretário do Senado Federal

Assunto: Envio de PL para apreciação

Senhor Secretário,

Encaminho a Vossa Excelência, a fim de ser submetido à consideração do Senado Federal, nos termos do art. 134 do Regimento Comum, o incluso Projeto de Lei nº 5.940, de 2009, do Poder Executivo, aprovado na Sessão Plenária do dia 24-2-2010, que “Cria o Fundo Social – FS, dispõe sobre sua estrutura e fontes de recursos, altera a Lei nº 9.478, de 6 de agosto de 1997, e dá outras providências”, de acordo com o **caput** do art. 65 da Constituição Federal.

Atenciosamente. – Deputado **Rafael Guerra**, Primeiro-Secretário.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – É o seguinte o projeto:

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 7, DE 2010

(nº 5.940/2009, na Casa de origem)
(De iniciativa do Presidente da República)

Cria o Fundo Social - FS; dispõe sobre sua estrutura e fontes de recursos; altera a Lei nº 9.478, de 6 de agosto de 1997; e dá outras providências.

O CONGRESSO NACIONAL decreta:

CAPÍTULO I DO FUNDO SOCIAL - FS

Art. 1º Fica criado o Fundo Social - FS, de natureza contábil e financeira, vinculado à Presidência da República, com a finalidade de constituir fonte de recursos para o desenvolvimento social e regional, na forma de programas e projetos nas áreas de combate à pobreza e de desenvolvimento da educação, da cultura, da saúde pública, da ciência e tecnologia e de mitigação e adaptação às mudanças climáticas.

§ 1º Os programas e projetos de que trata o caput observarão o Plano Plurianual - PPA, a Lei de Diretrizes Orçamentárias - LDO e as respectivas dotações consignadas na Lei Orçamentária Anual - LOA.

§ 2º Os programas e projetos previstos no caput no que se refere ao combate à pobreza devem observar o disposto na Lei Complementar nº 111, de 6 de julho de 2001, permitindo-se o uso dos recursos para investimentos em infraestrutura de conteúdo social.

Art. 2º O FS tem por objetivos:

I - constituir poupança pública de longo prazo com base nas receitas auferidas pela União;

II - oferecer fonte de recursos para o desenvolvimento social e regional, na forma prevista no art. 1º.

III - mitigar as flutuações de renda e de preços na economia nacional, decorrentes das variações na renda gerada pelas atividades de produção e exploração de petróleo e de outros recursos não renováveis.

Parágrafo único. É vedado ao FS, direta ou indiretamente, conceder garantias.

Art. 3º No mínimo 5% (cinco por cento) dos recursos a serem aplicados no combate à pobreza serão destinados a um fundo específico, a ser gerido pelo Ministério da Previdência Social, para recomposição da diferença entre o que foi recolhido em salários mínimos e efetivamente pago pela Previdência Social a seus segurados.

Parágrafo único. Após a recomposição das perdas previdenciárias, os recursos serão direcionados para realização de projetos e programas nas áreas de ciência, tecnologia e inovação.

CAPÍTULO II DOS RECURSOS DO FS

Art. 4º Constituem recursos do FS:

I - parcela do valor do bônus de assinatura destinada ao FS pelos contratos de partilha de produção;

II - parcela dos royalties que cabe à União, deduzidas aquelas destinadas aos seus órgãos específicos, conforme estabelecido nos contratos de partilha da produção, na forma do regulamento;

III - receita advinda da comercialização de petróleo, de gás natural e de outros hidrocarbonetos fluidos da União, conforme definido em lei;

IV - os royalties e a participação especial dos blocos do pré-sal já licitados destinados à administração direta da União, observado o disposto nos §§ 1º e 2º deste artigo;

V - os resultados de aplicações financeiras sobre suas disponibilidades; e

VI - outros recursos destinados ao FS em lei.

§ 1º A Lei nº 9.478, de 6 de agosto de 1997, passa a vigorar com as seguintes alterações:

"Art. 49.

.....
§ 3º Nos blocos do pré-sal licitados antes de 31 de dezembro de 2009, a parcela dos royalties que cabe à administração direta da União será destinada integralmente ao fundo de natureza contábil e financeira, criado por lei específica, com a finalidade de constituir fonte de recursos para o desenvolvimento social e regional, na forma de programas e projetos nas áreas de combate à pobreza e de desenvolvimento da educação, da cultura, da saúde pública,

da ciência e tecnologia e de mitigação e adaptação às mudanças climáticas, vedada sua destinação aos órgãos específicos de que trata este artigo."(NR)

"Art. 50.

.....
§ 4º Nos blocos do pré-sal licitados antes de 31 de dezembro de 2009, a parcela da participação especial que cabe à administração direta da União será destinada integralmente ao fundo de natureza contábil e financeira, criado por lei específica, com a finalidade de constituir fonte de recursos para o desenvolvimento social e regional, na forma de programas e projetos nas áreas de combate à pobreza e de desenvolvimento da educação, da cultura, da saúde pública, da ciência e tecnologia e de mitigação e adaptação às mudanças climáticas, vedada sua destinação aos órgãos específicos de que tratam os incisos I e II do § 2º deste artigo."(NR)

§ 2º O cumprimento do disposto no § 1º deste artigo obedecerá à regra de transição, a critério do Poder Executivo, estabelecida na forma do regulamento.

CAPÍTULO III DA POLÍTICA DE INVESTIMENTOS DO FS

Art. 5º A política de investimento do FS tem por objetivo buscar a rentabilidade, a segurança e a liquidez de suas aplicações e assegurar sua sustentabilidade econômica e financeira para o cumprimento das finalidades definidas nos arts. 1º e 2º.

Parágrafo único. Os investimentos e aplicações do FS serão destinados preferencialmente a ativos no exterior, com a finalidade de mitigar a volatilidade de renda e de preços na economia nacional.

Art. 6º Os recursos do FS para aplicação nos programas e projetos a que se refere o art. 1º deverão ser os resultantes do retorno sobre o capital.

Parágrafo único. Constituído o FS e garantida a sua sustentabilidade econômica e financeira, o Poder Executivo, na forma da lei, poderá propor o uso de percentual de recursos do principal para a aplicação nas finalidades previstas no art. 1º, na etapa inicial de formação de poupança do fundo.

Art. 7º A política de investimentos do FS será definida pelo Comitê de Gestão Financeira do Fundo Social - CGFFS.

§ 1º O CGFFS terá sua composição e funcionamento estabelecidos em ato do Poder Executivo, assegurada a participação do Ministro de Estado da Fazenda, do Ministro de Estado do Planejamento, Orçamento e Gestão e do Presidente do Banco Central do Brasil.

§ 2º Aos membros do CGFFS não cabe qualquer tipo de remuneração pelo desempenho de suas funções.

§ 3º As despesas relativas à operacionalização do CGFFS serão custeadas pelo FS.

Art. 8º Cabe ao CGFFS definir:

I - o montante a ser, anualmente, resgatado do FS, assegurada sua sustentabilidade financeira;

II - a rentabilidade mínima esperada;

III - o tipo e o nível de risco que poderão ser assumidos na realização dos investimentos, bem como as condições para que o nível de risco seja minimizado;

IV - os percentuais, mínimo e máximo, de recursos a serem investidos no Exterior e no País;

V - a capitalização mínima a ser atingida antes de qualquer transferência para as finalidades e os objetivos definidos nesta Lei.

Art. 9º A União, a critério do CGFFS, poderá contratar instituições financeiras federais para atuarem como agentes operadores do FS, as quais farão jus a remuneração pelos serviços prestados.

Art. 10. A União poderá participar, com recursos do FS, como cotista única, de fundo de investimento específico.

Parágrafo único. O fundo de investimento específico de que trata este artigo deve ser constituído por instituição financeira federal, observadas as normas a que se refere o inciso XXII do art. 4º da Lei nº 4.595, de 31 de dezembro de 1964.

Art. 11. O fundo de investimento de que trata o art. 10 deverá ter natureza privada, patrimônio próprio separado do patrimônio do cotista e do administrador, sujeitando-se a direitos e obrigações próprias.

§ 1º A integralização das cotas do fundo de investimento será autorizada em ato do Poder Executivo, ouvido o CGFFS.

§ 2º O fundo de investimento terá por finalidade promover a aplicação em ativos no Brasil e no exterior.

§ 3º O fundo de investimento responderá por suas obrigações com os bens e direitos integrantes de seu patrimônio, ficando o cotista obrigado somente pela integralização das cotas que subscrever.

§ 4º A dissolução do fundo de investimento dar-se-á na forma de seu estatuto, e seus recursos retornarão ao FS.

§ 5º Sobre as operações de crédito, câmbio e seguro e sobre rendimentos e lucros do fundo de investimento não incidirá nenhum imposto ou contribuição social de competência da União.

§ 6º O fundo de investimento deverá elaborar os demonstrativos contábeis de acordo com a legislação em vigor e conforme o estabelecido no seu estatuto.

Art. 12. O estatuto do fundo de investimento definirá, inclusive, as políticas de aplicação, critérios e níveis de rentabilidade e de risco, questões operacionais da gestão administrativa e financeira e regras de supervisão prudencial de investimentos.

CAPÍTULO IV DA GESTÃO DO FS

Art. 13. Fica criado o Conselho Deliberativo do Fundo Social - CDFS, com a atribuição de propor ao Poder Executivo, ouvidos os Ministérios afins, a prioridade e a destinação dos recursos resgatados do FS para as finalidades estabelecidas no art. 1º, observados o PPA, a LDO e a LOA.

§ 1º A composição, as competências e o funcionamento do CDFS serão estabelecidos em ato do Poder Executivo, garantida a participação de um representante dos municípios.

§ 2º Aos membros do CDFS não cabe qualquer tipo de remuneração pelo desempenho de suas funções.

§ 3º A destinação de recursos para os programas e projetos definidos como prioritários pelo CDFS fica condicionada à prévia fixação de metas, prazo de execução e planos de avaliação, em coerência com as disposições estabelecidas no PPA.

§ 4º O CDFS deverá submeter os programas e projetos a criteriosa avaliação quantitativa e qualitativa durante todas as fases de execução, monitorando os impactos efetivos sobre a população e nas regiões de intervenção, com o apoio de instituições públicas e universitárias de pesquisa.

§ 5º Os recursos do FS destinados aos programas e projetos de que trata o art. 1º devem observar critérios de redução das desigualdades regionais.

§ 6º Para o cumprimento do disposto no § 5º, deverá ser considerado o Índice de Desenvolvimento Humano - IDH do município, com prioridade aos com IDH abaixo da média nacional.

§ 7º Os recursos do FS destinados à Ciência e Tecnologia, em observância ao disposto no art. 1º, devem priorizar a pesquisa e desenvolvimento de energias renováveis.

Art. 14. As demonstrações contábeis e os resultados das aplicações do FS serão elaborados e apurados semestralmente, nos termos previstos pelo órgão central de contabilidade de que trata o inciso I do art. 17 da Lei nº 10.180, de 6 de fevereiro de 2001.

Parágrafo único. Decreto do Poder Executivo definirá as regras de supervisão do FS, sem prejuízo da fiscalização dos entes competentes.

Art. 15. O Poder Executivo encaminhará trimestralmente ao Congresso Nacional relatório de desempenho do FS, conforme disposto em regulamento do Fundo.

Art. 16. No caso de dissolução do FS, seu patrimônio será transferido ao Tesouro Nacional, na forma do regulamento.

Art. 17. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

PROJETO DE LEI ORIGINAL Nº 5.940, DE 2009

Cria o Fundo Social - FS, e dá outras providências.

O CONGRESSO NACIONAL decreta:

CAPÍTULO I DO FUNDO SOCIAL - FS

Art. 1º Fica criado o Fundo Social - FS, de natureza contábil e financeira, vinculado à Presidência da República, com a finalidade de constituir fonte regular de recursos para a realização de projetos e programas nas áreas de combate à pobreza e de desenvolvimento da educação, da cultura, da ciência e tecnologia e da sustentabilidade ambiental.

Parágrafo único. Os projetos e programas de que trata o *caput* observarão o Plano Plurianual, a Lei de Diretrizes Orçamentárias - LDO e as respectivas dotações consignadas na Lei Orçamentária Anual - LOA.

Art. 2º O FS tem por objetivos:

I - constituir poupança pública de longo prazo com base nas receitas auferidas pela União;

II - oferecer fonte regular de recursos para o desenvolvimento social, na forma de projetos e programas nas áreas de combate à pobreza e de desenvolvimento da educação, da cultura, da ciência e tecnologia e da sustentabilidade ambiental; e

III - mitigar as flutuações de renda e de preços na economia nacional, decorrentes das variações na renda gerada pelas atividades de produção e exploração de petróleo e de outros recursos não renováveis.

Parágrafo único. É vedado ao FS, direta ou indiretamente, conceder garantias.

CAPÍTULO II DOS RECURSOS DO FS

Art. 3º Constituem recursos do FS:

I - a parcela do valor do bônus de assinatura que lhe for destinada pelos contratos de partilha de produção;

II - a parcela dos *royalties* que cabe à União, deduzidas aquelas destinadas aos seus órgãos específicos, conforme estabelecido nos contratos de partilha de produção;

III - a receita advinda da comercialização de petróleo, de gás natural e de outros hidrocarbonetos fluidos da União, conforme definido em lei;

IV - os resultados de aplicações financeiras sobre suas disponibilidades; e

V - outros recursos que lhe sejam destinados em lei.

CAPÍTULO III DA POLÍTICA DE INVESTIMENTOS DO FS

Art. 4º A política de investimento do FS tem por objetivo buscar a rentabilidade, a segurança e a liquidez de suas aplicações, e assegurar sua sustentabilidade financeira para o cumprimento das finalidades definidas no art. 1º.

Art. 5º A política de investimentos do FS será realizada pelo Comitê de Gestão Financeira do Fundo Social - CGFFS.

§ 1º O CGFFS terá sua composição e funcionamento estabelecidos em ato do Poder Executivo.

§ 2º Aos membros do CGFFS não cabe qualquer tipo de remuneração pelo desempenho de suas funções.

§ 3º As despesas relativas à operacionalização do CGFFS serão custeadas pelo FS.

Art. 6º Cabe ao CGFFS definir:

I - o montante a ser, anualmente, resgatado do FS, assegurada sua sustentabilidade financeira;

II - a rentabilidade mínima esperada;

III - o tipo e o nível de risco que poderão ser assumidos na realização dos investimentos;

IV - os percentuais, mínimo e máximo, de recursos a serem investidos no País;

V - os percentuais, mínimo e máximo, de recursos a serem investidos no exterior;

VI - os percentuais, mínimo e máximo, de recursos a serem investidos por setor ou atividade econômica; e

VII - a capitalização mínima a ser atingida antes de qualquer transferência para as finalidades e os objetivos definidos nesta Lei.

Art. 7º O FS, a critério do CGFFS, poderá, diretamente pelo Ministério da Fazenda, adquirir ativos no Brasil ou no exterior, respeitados os limites definidos no art. 6º.

Art. 8º A União, a critério do CGFFS, poderá contratar instituições financeiras federais para atuarem como agentes operadores do FS, as quais farão jus a remuneração pelos serviços prestados.

Art. 9º A União, com recursos do FS, poderá participar, como cotista única, de fundo de investimento específico.

Parágrafo único. O fundo de investimento específico de que trata este artigo deve ser constituído por instituição financeira federal, observadas as normas a que se refere o inciso XXII do art. 4º da Lei nº 4.595, de 31 de dezembro de 1964.

Art. 10. O fundo de investimento de que trata o art. 9º deverá ter natureza privada, patrimônio próprio separado do patrimônio do cotista e do administrador, sujeitando-se a direitos e obrigações próprias.

§ 1º A integralização das cotas do fundo de investimento será autorizada em ato do poder executivo, ouvido o CGFSS.

§ 2º O fundo de investimento terá por finalidade promover a aplicação em ativos no Brasil e no exterior.

§ 3º O fundo de investimento responderá por suas obrigações com os bens e direitos integrantes de seu patrimônio, ficando o cotista obrigado somente pela integralização das cotas que subscrever.

§ 4º A dissolução do fundo de investimento dar-se-á na forma de seu estatuto e seus recursos retornarão ao FS.

§ 5º Sobre as operações de crédito, câmbio e seguro e sobre rendimentos e lucros do fundo de investimento não incidirá nenhum imposto ou contribuição social de competência da União.

§ 6º O fundo de investimento deverá elaborar os demonstrativos contábeis de acordo com a legislação em vigor e conforme o estabelecido no seu estatuto.

Art. 11. O estatuto do fundo de investimento definirá, inclusive, as políticas de aplicação, critérios e níveis de rentabilidade e de risco, questões operacionais da gestão administrativa e financeira e regras de supervisão prudencial de investimentos.

CAPÍTULO IV DA GESTÃO DO FS

Art. 12. Fica criado o Conselho Deliberativo do Fundo Social - CDFS, com a atribuição de deliberar sobre a prioridade e a destinação dos recursos resgatados do FS para as finalidades estabelecidas no art. 1º.

§ 1º O CDFS contará com a participação de representantes da sociedade civil e da administração pública federal e terá sua composição, competência e funcionamento estabelecidos em ato do Poder Executivo.

§ 2º Aos membros do CDFS não cabe qualquer tipo de remuneração pelo desempenho de suas funções.

Art. 13. As demonstrações contábeis e os resultados das aplicações do FS serão elaborados e apurados semestralmente, nos termos previstos pelo órgão central de contabilidade de que trata o inciso I do art. 17 da Lei nº 10.180, de 6 de fevereiro de 2001.

Parágrafo único. Decreto do Poder Executivo definirá as regras de supervisão do FS, sem prejuízo da fiscalização dos entes competentes.

Art. 14. O Ministério da Fazenda encaminhará trimestralmente ao Congresso Nacional relatório de desempenho do FS, conforme disposto em regulamento do fundo.

Art. 15. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

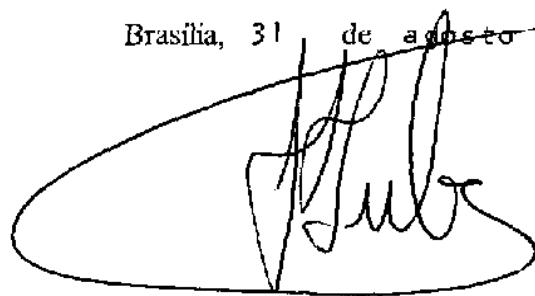
Brasília,

Mensagem nº 715, de 2009.

Senhores Membros do Congresso Nacional,

Nos termos do § 1º do art. 64 da Constituição, submeto à elevada deliberação de Vossas Excelências o texto do projeto de lei que “Cria o Fundo Social - FS, e dá outras providências”.

Brasília, 31 de agosto de 2009.

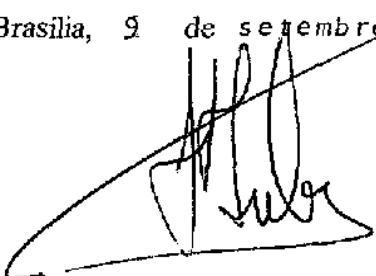


Mensagem nº 740, de 2009.

Senhores Membros do Congresso Nacional,

Dirijo-me a Vossas Excelências a fim de solicitar seja considerada sem efeito, e, portanto, cancelada, a urgência pedida com apoio no § 1º do art. 64 da Constituição para o Projeto de Lei nº 5.940, de 2009, que “Cria o Fundo Social - FS, e dá outras providências”, enviado à Câmara dos Deputados com a Mensagem nº 715, de 2009.

Brasília, 9 de setembro de 2009.



E.M.I. nº 119 - MF/MME/MP/MDIC/CCIVIL

Brasília, 31 de agosto de
2009.

Excelentíssimo Senhor Presidente da República,

Submetemos à elevada consideração de Vossa Excelência proposta de criação do Fundo Social - FS por meio de Projeto de Lei, que dispõe sobre seus objetivos, estrutura, fontes de recursos e aplicações.

2. O FS constitui-se num instrumento essencial para maximizar os benefícios para o País das receitas oriundas das atividades petrolíferas na área do pré-sal e em áreas estratégicas, em função da natureza distinta destas em relação às demais receitas governamentais. As principais diferenças dizem respeito: i) à finitude de sua fonte de incidência, que se refere à exploração de um recurso não-renovável; ii) à sua volatilidade, uma vez que as receitas petrolíferas dependem decisivamente dos preços de mercado do petróleo, seus derivados, e do gás natural; e iii) ao fato de implicar o ingresso ao País de grandes volumes de moeda estrangeira.

3. Como forma de minimizar os impactos da primeira diferença, os governos devem atuar de modo a evitar que somente a geração atual usufrua dos benefícios da exploração de recursos finitos. Para tanto, é necessário que a riqueza do petróleo seja transformada em ativo cujo usufruto possa ser estendido no tempo, mesmo depois que o petróleo tenha se esgotado.

4. Já com respeito à segunda diferença, os governos devem evitar que a volatilidade dos preços do petróleo se reflita nas condições de financiamento das despesas públicas, prejudicando a alocação eficiente dos recursos públicos. Por outro lado, deve-se evitar que o afluxo de uma quantidade de recursos elevada e concentrada no tempo, ao reduzir ou temporariamente eliminar as restrições ao financiamento dos gastos correntes, desestimule a busca do fortalecimento institucional e da qualidade do gasto público.

5. Finalmente, deve-se evitar que a entrada no País de grande volume de recursos em moeda estrangeira conduza a uma tendência permanente à apreciação cambial, reduzindo a competitividade dos produtos nacionais e provocando atrofia de outros setores da economia.

6. Em função dessas diferenças fundamentais, as melhores práticas internacionais sugerem separar as receitas advindas do setor petrolífero das demais receitas orçamentárias em um fundo específico destinado à expansão do capital físico e humano, habilitado a aplicar seus recursos tanto no País quanto no exterior.

7. Com base nos pontos destacados acima, propomos a criação do Fundo Social - FS, fundo especial de natureza contábil e financeira vinculado à Presidência da República, cabendo a ele a responsabilidade pela centralização dos recursos advindos da exploração econômica das áreas do pré-sal e estratégicas, cujos resultados serão aplicados em projetos e programas nas áreas de combate à pobreza e de desenvolvimento da educação, da cultura, da ciência e tecnologia e da sustentabilidade ambiental.

8. A atuação do FS terá por objetivos: a) oferecer fonte regular de recursos para projetos e programas nas áreas de combate à pobreza e de desenvolvimento da educação, da cultura, da ciência e tecnologia e da sustentabilidade ambiental; b) controlar o impacto cambial das operações relativas ao setor petrolífero; e c) evitar os efeitos inflacionários decorrentes do excesso de recursos disponíveis sobre a capacidade de investimento e de produção da economia em determinado período.

9. Os recursos do FS se constituem de parcela do valor do bônus de assinatura dos contratos de partilha de produção, da parcela dos royalties dos contratos de partilha de produção que couber à União, da receita advinda da comercialização do petróleo e do gás natural da União, dos resultados de aplicações financeiras sobre suas disponibilidades e de outros recursos que lhe sejam destinados na Lei Orçamentária Anual.

10. A gestão financeira do FS deve ser executada por um Comitê Gestor e contar com a participação do Ministério da Fazenda, do Ministério do Planejamento e do Banco Central do Brasil, com a responsabilidade de assegurar sua sustentabilidade financeira intertemporal. O Comitê terá como atribuições definir, entre outros elementos, o nível máximo anual das alocações de recursos do fundo para suas finalidades e objetivos; a rentabilidade mínima esperada; o tipo e nível de risco que poderá ser assumido na realização dos investimentos; os percentuais, mínimo e máximo, de recursos a serem investidos no exterior para assegurar a estabilidade cambial e a diversificação e rentabilidade dos investimentos; a capitalização mínima a ser atingida antes de qualquer transferência para as finalidades e objetivos previstos no projeto; e a regra de prudência, que deverá assegurar fluxo regular de recursos para projetos e programas nas áreas de combate à pobreza e de desenvolvimento da educação, da cultura, da ciência e de tecnologia e da sustentabilidade ambiental.

11. A União poderá participar, com recursos do FS, como cotista única de fundo de investimento específico para a preservação dos recursos oriundos do petróleo, a ser constituído por instituição financeira federal. Este fundo deverá ter natureza privada, patrimônio próprio separado do patrimônio do cotista e estar sujeito a direitos e obrigações próprias. A flexibilidade na aplicação dos recursos possibilita ao fundo a obtenção de rendimentos compatíveis com os objetivos de longo prazo do FS.

12. Para a deliberação das prioridades e da destinação dos recursos do FS, o Projeto de Lei prevê a criação do Conselho Deliberativo do Fundo Social – CDFS que, com a participação de representantes da sociedade civil assegurada, terá seu funcionamento estabelecido em ato do Poder Executivo.

13. São estes, Senhor Presidente, os motivos pelos quais submetemos à consideração de Vossa Excelência o Projeto de Lei em anexo.

Respeitosamente,

Assinado Por: Guido Mantega, Edson Lobão, Paulo Bernardo Silva, Miguel Jorge, Dilma Rousseff

LEGISLAÇÃO CITADA ANEXADA PELA SECRETARIA-GERAL DA MESA**LEI Nº 4.595, DE 31 DE DEZEMBRO DE 1964.**

Dispõe sobre a Política e as Instituições Monetárias, Bancárias e Creditícias, Cria o Conselho Monetário Nacional e dá outras providências.

**Capítulo II
Do Conselho Monetário Nacional**

Art. 4º Compete ao Conselho Monetário Nacional, segundo diretrizes estabelecidas pelo Presidente da República: (Redação dada pela Lei nº 6.045, de 15/05/74) (Vetado)

XXII - Estatuir normas para as operações das instituições financeiras públicas, para preservar sua solidez e adequar seu funcionamento aos objetivos desta lei;

LEI Nº 9.478, DE 6 DE AGOSTO DE 1997.

Dispõe sobre a política energética nacional, as atividades relativas ao monopólio do petróleo, institui o Conselho Nacional de Política Energética e a Agência Nacional do Petróleo e dá outras providências.

Art. 49. A parcela do valor do *royalty* que exceder a cinco por cento da produção terá a seguinte distribuição: (Vide Lei nº 10.261, de 2001)

I - quando a lavra ocorrer em terra ou em lagos, rios, ilhas fluviais e lacustres:

a) cinqüenta e dois inteiros e cinco décimos por cento aos Estados onde ocorrer a produção;

b) quinze por cento aos Municípios onde ocorrer a produção;

c) sete inteiros e cinco décimos por cento aos Municípios que sejam afetados pelas operações de embarque e desembarque de petróleo e gás natural, na forma e critério estabelecidos pela ANP;

d) vinte e cinco por cento ao Ministério da Ciência e Tecnologia para financiar programas de amparo à pesquisa científica e ao desenvolvimento tecnológico aplicados à indústria do petróleo;

d) 25% (vinte e cinco por cento) ao Ministério da Ciência e Tecnologia, para financiar programas de amparo à pesquisa científica e ao desenvolvimento tecnológico aplicados à indústria do petróleo, do gás natural e dos biocombustíveis; (Redação dada pela Lei nº 11.097, de 2005)

d) 25% (vinte e cinco por cento) ao Ministério da Ciência e Tecnologia para financiar programas de amparo à pesquisa científica e ao desenvolvimento tecnológico aplicados à indústria do petróleo, do gás natural, dos biocombustíveis e à indústria petroquímica de primeira e segunda geração, bem como para programas de mesma natureza que tenham por finalidade a prevenção e a recuperação de danos causados ao meio ambiente por essas indústrias; (Redação dada pela Lei nº 11.921, de 2009)

II - quando a lavra ocorrer na plataforma continental:

a) vinte e dois inteiros e cinco décimos por cento aos Estados produtores confrontantes;

b) vinte e dois inteiros e cinco décimos por cento aos Municípios produtores confrontantes;

c) quinze por cento ao Ministério da Marinha, para atender aos encargos de fiscalização e proteção das áreas de produção;

d) sete inteiros e cinco décimos por cento aos Municípios que sejam afetados pelas operações de embarque e desembarque de petróleo e gás natural, na forma e critério estabelecidos pela ANP;

e) sete inteiros e cinco décimos por cento para constituição de um Fundo Especial, a ser distribuído entre todos os Estados, Territórios e Municípios;

f) vinte e cinco por cento ao Ministério da Ciência e Tecnologia, para financiar programas de amparo à pesquisa científica e ao desenvolvimento tecnológico aplicados à indústria do petróleo.

f) 25% (vinte e cinco por cento) ao Ministério da Ciência e Tecnologia, para financiar programas de amparo à pesquisa científica e ao desenvolvimento tecnológico aplicados à indústria do petróleo, do gás natural e dos biocombustíveis. (Redação dada pela Lei nº 11.097, de 2005)

f) 25% (vinte e cinco por cento) ao Ministério da Ciência e Tecnologia para financiar programas de amparo à pesquisa científica e ao desenvolvimento tecnológico aplicados à indústria do petróleo, do gás natural, dos biocombustíveis e à indústria petroquímica de primeira e segunda geração, bem como para programas de mesma natureza que tenham por finalidade a prevenção e a recuperação de danos causados ao meio ambiente por essas indústrias. (Redação dada pela Lei nº 11.921, de 2009)

§ 1º Do total de recursos destinados ao Ministério da Ciência e Tecnologia, serão aplicados no mínimo quarenta por cento em programas de fomento à capacitação e ao desenvolvimento científico e tecnológico nas regiões Norte e Nordeste.

§ 1º Do total de recursos destinados ao Ministério da Ciência e Tecnologia serão aplicados, no mínimo, 40% (quarenta por cento) em programas de fomento à capacitação e ao desenvolvimento científico e tecnológico das regiões Norte e Nordeste, incluindo as respectivas áreas de abrangência das Agências de Desenvolvimento Regional. (Redação dada pela Lei nº 11.540, de 2007)

§ 2º O Ministério da Ciência e Tecnologia administrará os programas de amparo à pesquisa científica e ao desenvolvimento tecnológico previstos no *caput* deste artigo, com o apoio técnico da ANP, no cumprimento do disposto no inciso X do art. 8º, e mediante convênios com as universidades e os centros de pesquisa do País, segundo normas a serem definidas em decreto do Presidente da República.

Art. 50. O edital e o contrato estabelecerão que, nos casos de grande volume de produção, ou de grande rentabilidade, haverá o pagamento de uma participação especial, a ser regulamentada em decreto do Presidente da República. (Vide Lei nº 10.261, de 2001)

§ 1º A participação especial será aplicada sobre a receita bruta da produção, deduzidos os *royalties*, os investimentos na exploração, os custos operacionais, a depreciação e os tributos previstos na legislação em vigor.

§ 2º Os recursos da participação especial serão distribuídos na seguinte proporção:

I - quarenta por cento ao Ministério de Minas e Energia, para o financiamento de estudos e serviços de geologia e geofísica aplicados à prospecção de petróleo e gás natural, a serem promovidos pela ANP, nos termos dos incisos II e III do art. 8º;

I - 40% (quarenta por cento) ao Ministério de Minas e Energia, sendo 70% (setenta por cento) para o financiamento de estudos e serviços de geologia e geofísica aplicados à prospecção de combustíveis fósseis, a serem promovidos pela ANP, nos termos dos incisos II e III do art. 8º desta Lei, e pelo MME, 15% (quinze por cento) para o custeio dos estudos de planejamento da expansão do sistema energético e 15% (quinze por cento) para o financiamento de estudos, pesquisas, projetos, atividades e serviços de levantamentos geológicos básicos no território nacional; (Redação dada pela lei nº 10.848, de 2004)

II - dez por cento ao Ministério do Meio Ambiente, dos Recursos Hídricos e da Amazônia Legal, destinados ao desenvolvimento de estudos e projetos relacionados com a preservação do meio ambiente e recuperação de danos ambientais causados pelas atividades da indústria do petróleo;

III - 10% (dez por cento) ao Ministério do Meio Ambiente, destinados, preferencialmente, ao desenvolvimento das seguintes atividades de gestão ambiental relacionadas à cadeia produtiva do petróleo, incluindo as consequências de sua utilização: (Redação dada pela lei nº 12.114, de 2009)

a) modelos e instrumentos de gestão, controle (fiscalização, monitoramento, licenciamento e instrumentos voluntários), planejamento e ordenamento do uso sustentável dos espaços e dos recursos naturais; (Incluído pela lei nº 12.114, de 2009)

b) estudos e estratégias de conservação ambiental, uso sustentável dos recursos naturais e recuperação de danos ambientais; (Incluído pela lei nº 12.114, de 2009)

c) novas práticas e tecnologias menos poluentes e otimização de sistemas de controle de poluição, incluindo eficiência energética e ações consorciadas para o tratamento de resíduos e rejeitos oleosos e outras substâncias nocivas e perigosas; (Incluído pela lei nº 12.114, de 2009)

d) definição de estratégias e estudos de monitoramento ambiental sistemático, agregando o estabelecimento de padrões de qualidade ambiental específicos, na escala das bacias sedimentares; (Incluído pela lei nº 12.114, de 2009)

e) sistemas de contingência que incluam prevenção, controle e combate e resposta à poluição por óleo; (Incluído pela lei nº 12.114, de 2009)

f) mapeamento de áreas sensíveis a derramamentos de óleo nas águas jurisdicionais brasileiras; (Incluído pela lei nº 12.114, de 2009)

g) estudos e projetos de prevenção de emissões de gases de efeito estufa para a atmosfera, assim como para mitigação da mudança do clima e adaptação à mudança do clima e seus efeitos, considerando-se como mitigação a redução de emissão de gases de efeito estufa e o aumento da capacidade de remoção de carbono pelos sumidouros e, como adaptação as iniciativas e medidas para reduzir a vulnerabilidade dos sistemas naturais e humanos frente aos efeitos atuais e esperados da mudança do clima; (Incluído pela lei nº 12.114, de 2009)

h) estudos e projetos de prevenção, controle e remediação relacionados ao desmatamento e à poluição atmosférica; (Incluído pela lei nº 12.114, de 2009)

i) iniciativas de fortalecimento do Sistema Nacional do Meio Ambiente - SISNAMA; (Incluído pela lei nº 12.114, de 2009)

III - quarenta por cento para o Estado onde ocorrer a produção em terra, ou confrontante com a plataforma continental onde se realizar a produção;

IV - dez por cento para o Município onde ocorrer a produção em terra, ou confrontante com a plataforma continental onde se realizar a produção.

~~§ 3º Os estudos a que se refere o inciso II do parágrafo anterior serão desenvolvidos pelo Ministério do Meio Ambiente, dos Recursos Hídricos e da Amazônia Legal, com o apoio técnico da ANP, no cumprimento do disposto no inciso IX do art. 8º. (Revogado pela Lei nº 12.114, de 2009)~~

.....

LEI N° 10.180, DE 6 DE FEVEREIRO DE 2001.

Organiza e disciplina os Sistemas de Planejamento e de Orçamento Federal, de Administração Financeira Federal, de Contabilidade Federal e de Controle Interno do Poder Executivo Federal, e dá outras providências.

.....

TÍTULO IV DO SISTEMA DE CONTABILIDADE FEDERAL

.....

CAPÍTULO II DA ORGANIZAÇÃO E DAS COMPETÊNCIAS

.....

Art. 17. Integram o Sistema de Contabilidade Federal:

I - a Secretaria do Tesouro Nacional, como órgão central;

.....

LEI COMPLEMENTAR N° 111, DE 6 DE JULHO DE 2001

Dispõe sobre o Fundo de Combate e Erradicação da Pobreza, na forma prevista nos artigos 79, 80 e 81 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias.

(As Comissões de Constituição, Justiça e Cidadania; de Assuntos Sociais; de Educação, Cultura e Esporte; de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática; de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle; de Serviços de Infraestrutura; e de Assuntos Econômicos)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Não havendo nada mais a registrar, eu só faria um apelo ao Senador Alvaro Dias, porque me comprometi de, na quarta-feira, falar às 14 horas. Sei que ele já atendeu que eu seja o primeiro a falar, porque na quarta-feira, Senador Alvaro Dias – já aproveito para adiantar e convidar V. Ex^a –, vamos tentar usar o primeiro momento da sessão das 14 horas para defender a aprovação rápida nesta Casa da PEC da Juventude. A PEC não é de nossa autoria. Ela vem da Câmara. Vai trazer benefício para milhões de jovens do nosso País.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Nada mais havendo a tratar, a Presidência vai encerrar os trabalhos, lembrando às Sr^{as}s e aos Srs. Senadores que constará da próxima sessão deliberativa ordinária, a realizar-se amanhã às 14 horas, a seguinte:

ORDEM DO DIA**1****MEDIDA PROVISÓRIA N° 469, DE 2009**

Discussão, em turno único, da Medida Provisória nº 469, de 2009, que *abre crédito extraordinário, em favor dos Ministérios da Saúde e dos Transportes, no valor global de dois bilhões, cento e sessenta e oito milhões, cento e setenta e dois mil reais, para os fins que especifica.*

(Lida no Senado Federal no dia 22.12.2009)

Relator revisor: Senador Geovani Borges

(Sobrestando a pauta a partir de: 20.11.2009)

Prazo final prorrogado: 15.03.2010

2**PROJETO DE LEI DE CONVERSÃO
Nº 18, DE 2009**

(Proveniente da Medida Provisória nº 470, de 2009)

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei de Conversão nº 18, de 2009, que *constitui fonte adicional de recursos para ampliação de limites operacionais da Caixa Econômica Federal; altera a Lei nº 11.941, de 27 de maio de 2009; e dá outras providências (proveniente da Medida Provisória nº 470, de 2009).*

(Lida no Senado Federal no dia 22.12.2009)

Relator revisor: Senador Gim Argello
(Sobrestando a pauta a partir de: 28.11.2009)

Prazo final prorrogado: 23.03.2010

3**MEDIDA PROVISÓRIA N° 471, DE 2009**

Discussão, em turno único, da Medida Provisória nº 471, de 2009, que *altera as Leis nºs 9.440, de 14 de março de 1997, e 9.826, de 23 de agosto de 1999, que estabelecem incentivos fiscais para o desenvolvimento regional.*

(Lida no Senado Federal no dia 22.12.2009)

Relator revisor: Senador César Borges
(Sobrestando a pauta a partir de: 17.02.2010)

Prazo final prorrogado: 02.05.2010

4

PROJETO DE LEI DA CÂMARA N° 280, DE 2009*(Em regime de urgência,**nos termos do art. 64, § 1º, da Constituição)**(Incluído em Ordem do Dia nos termos do art. 353,
parágrafo único, do Regimento Interno)*

Projeto de Lei da Câmara nº 280, de 2009 (nº 5.395/2009, na Casa de origem), de iniciativa do Presidente da República, que altera a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para dispor sobre a formação de docentes para atuar na educação básica, e dá outras providências.

Dependendo de Parecer da Comissão de Educação, Cultura e Esporte.

(Sobrestando a pauta a partir de 19.12.2009)

5

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO**Nº 27, DE 2010***(Incluído em Ordem do Dia, nos termos do parágrafo único do art. 353 do Regimento Interno)*

Discussão, em turno único, do Projeto de Decreto Legislativo nº 27, de 2010 (apresentado como conclusão do Parecer nº 103, de 2010, da Comissão de Assuntos Econômicos, Relator ad hoc: Senador Gim Argello), que aprova a Programação Monetária para o quarto trimestre de 2009.

6

PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO**Nº 28, DE 2009**

Votação, em segundo turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 28, de 2009 (nº 413/2005, na Câmara dos Deputados, tendo como primeiro signatário o Deputado Antônio Carlos Biscaia), que dá nova redação ao § 6º do art. 226 da Constituição Federal, que dispõe sobre a dissolubilidade do casamento civil pelo divórcio, suprimindo o requisito de prévia separação judicial por mais de um ano ou de comprovada separação de fato por mais de dois anos.

Parecer favorável, sob nº 863, de 2009, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator: Senador Demóstenes Torres.

7

PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO**Nº 48, DE 2003**

Votação, em primeiro turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 48, de 2003, tendo como primeiro signatário o Senador Antonio Carlos Magalhães, que dispõe sobre aplicação de recursos destinados à irrigação.

Pareceres sob nºs 1.199, de 2003; e 15, de 2007, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania: 1º pronunciamento: Relator: Senador João Alberto Souza, favorável, com a Emenda nº 1-CCJ, que apresenta; 2º pronunciamento: (sobre a Emenda nº 2, de Plenário), Relator ad hoc: Senador João Batista Motta, favorável, nos termos de Subemenda que apresenta.

8

PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO**Nº 51, DE 2003**

Votação, em primeiro turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 51, de 2003, tendo como primeiro signatário o Senador Demóstenes Torres, que dá nova redação ao § 4º do art. 225 da Constituição Federal, para incluir o Cerrado e a Caatinga entre os biomas considerados patrimônio nacional.

Parecer favorável, sob nº 269, de 2004, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator: Senador Eduardo Azeredo.

9

PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO**Nº 19, DE 2007**

Votação, em primeiro turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 19, de 2007, tendo como primeiro signatário o Senador Tião Viana, que acrescenta parágrafo único ao art. 54 da Constituição Federal, para permitir a Deputados Federais e Senadores o exercício de cargo de professor em instituição pública de ensino superior.

Parecer favorável sob nº 850, de 2007, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator: Senador Eduardo Suplicy.

10

PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO**Nº 100, DE 2007**

Votação, em primeiro turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 100, de 2007,

tendo como primeiro signatário o Senador Alvaro Dias, que dá nova redação às alíneas b e c do inciso XXIII do art. 21 da Constituição Federal, para autorizar a produção, a comercialização e a utilização de radioisótopos para a pesquisa e uso médicos.

Parecer favorável, sob nº 1.105, de 2008, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator: Senador César Borges.

11

PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 42, DE 2008

Votação, em primeiro turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 42, de 2008 (nº 138/2003, na Câmara dos Deputados, tendo como primeiro signatário o Deputado Sandes Júnior), que altera a denominação do Capítulo VII do Título VIII da Constituição Federal e modifica o seu art. 227 (dispõe sobre a proteção dos direitos econômicos, sociais e culturais da juventude).

Parecer sob nº 297, de 2009, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator: Senador Expedito Júnior, favorável, com as Emendas nºs 1 a 3-CCJ, de redação, que apresenta.

12

PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 89, DE 2003

Segunda sessão de discussão, em primeiro turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 89, de 2003, tendo como primeira signatária a Senadora Ideli Salvatti, que dá nova redação aos arts. 93 e 95 da Constituição Federal, para impedir a utilização da aposentadoria dos magistrados como medida disciplinar e permitir a perda de cargo, nos casos que estabelece.

Parecer sob nº 2.303, de 2009, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator: Senador Demóstenes Torres, favorável, nos termos da Emenda nº 1-CCJ (Substitutivo), que oferece.

13

PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 32, DE 2008

Primeira sessão de discussão, em primeiro turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 32, de 2008, tendo como primeira signatária a Senadora Patrícia Saboya, que altera o

§ 4º do art. 225 da Constituição Federal para incluir a caatinga entre os ecossistemas que constituem patrimônio nacional.

Parecer favorável, sob nº 1.217, de 2009, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relatora: Senadora Serys Slhessarenko.

14

SUBSTITUTIVO AO PROJETO DE LEI DA CÂMARA N° 69, DE 2001

Discussão, em turno suplementar, do Substitutivo ao Projeto de Lei da Câmara nº 69, de 2001 (nº 4.594/94, na Casa de origem, do Deputado Paulo Paim), que altera a Lei nº 8.080, de 19 de setembro de 1990, que “dispõe sobre as condições para a promoção, proteção e recuperação da saúde, a organização e o funcionamento dos serviços correspondentes e dá outras providências”, para determinar que o atendimento de urgências e emergências médicas, no âmbito do Sistema Único de Saúde, seja prestado pela iniciativa privada, mediante resarcimento, nos casos em que as disponibilidades do Sistema forem insuficientes para garantir a cobertura assistencial.

Parecer sob nº 2.290, de 2009, da Comissão Diretora, Relator: Senador Mão Santa, oferecendo a redação do vencido.

15

SUBSTITUTIVO AO PROJETO DE LEI DA CÂMARA N° 22, DE 2002

Discussão, em turno suplementar, do Substitutivo ao Projeto de Lei da Câmara nº 22, de 2002 (nº 1.670/99, na Casa de origem, do Deputado Carlito Merss), que proíbe a utilização do jateamento de areia seca.

Parecer sob nº 2.289, de 2009, da Comissão Diretora, Relator: Senador Mão Santa, oferecendo a redação do vencido.

16

SUBSTITUTIVO AO PROJETO DE LEI DA CÂMARA N° 116, DE 2006

Discussão, em turno suplementar, do Substitutivo ao Projeto de Lei da Câmara nº 116, de 2006 (nº 557/2003, na Casa de origem, do Deputado João Herrmann Neto), que altera a Lei nº 9.008, de 21 de março de 1995, para determinar a publicidade dos valores revertidos ao Fundo Nacional de que trata a Lei nº 7.347, de 24 de julho de 1985.

Parecer sob nº 2.287, de 2009, da Comissão Diretora, Relator: Senador Mão Santa, oferecendo a redação do vencido.

**17
SUBSTITUTIVO AO
PROJETO DE LEI DA CÂMARA N° 60, DE 2007**

Discussão, em turno suplementar, do Substitutivo ao Projeto de Lei da Câmara nº 60, de 2007 (nº 3.688/2000, na Casa de origem, do Deputado José Carlos Elias), que *dispõe sobre a prestação de serviços de psicologia e de serviço social nas redes públicas de educação básica.*

Parecer sob nº 2.291, de 2009, da Comissão Diretora, Relator: Senador Mão Santa, oferecendo a redação do vencido.

**18
PROJETO DE LEI DA CÂMARA N° 95, DE 2003**

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 95, de 2003 (nº 2.961/2000, na Casa de origem), que *extingue as listas tríplices do processo de escolha dos dirigentes universitários regulado pela Lei nº 9.192, de 21 de dezembro de 1995.*

Parecer sob nº 2.066, de 2005, da Comissão de Educação, Relator ad hoc: Senador Mão Santa, favorável, nos termos da Emenda nº 1-CE (Substitutivo), que oferece.

**19
PROJETO DE LEI DA CÂMARA N° 53, DE 2004**

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 53, de 2004 (no 6.100/2002, na Casa de origem, do Deputado Celso Russomanno), que *altera o art. 31 da Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990, que dispõe sobre a proteção do consumidor e dá outras providências (inclui o peso dentre as informações que devem ser prestadas ao consumidor quando da oferta e apresentação de um produto).*

Pareceres sob nºs 1.549 e 1.550, de 2005; 2.884 e 2.885, de 2009, das Comissões

– de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator: Senador José Jorge, 1º pronunciamento (sobre o Projeto): favorável, com a Emenda nº 1-CCJ, de redação, que apresenta; 2º pronunciamento (sobre a Emenda nº 2-Plen), Relator ad hoc: Senador Expedito Júnior: favorável à Emenda nº 2-Plen, nos termos de Subemenda; e

– de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle, Relator: Senador Valdir Raupp, 1º pronunciamento (sobre o Projeto): favorável ao Projeto e a Emenda nº 1-CCJ; 2º pronunciamento (sobre a Emenda nº 2-Plen): favorável à Emenda nº 2-Plen, na forma de Subemenda.

**20
PROJETO DE LEI DA CÂMARA N° 64, DE 2004**

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 64, de 2004 (nº 3.842/97, na Casa de origem, do Deputado Inácio Arruada), que *dispõe sobre a obrigatoriedade de realização do exame denominado Emissões Evocadas Otoacústicas.*

Parecer favorável, sob nº 2.539, de 2009, da Comissão de Assuntos Sociais, Relator: Senador Flávio Arns, com as Emendas nºs 1 e 2-CAS, de redação, que apresenta.

**21
PROJETO DE LEI DA CÂMARA N° 81, DE 2004**

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 81, de 2004 (nº 727/2003, na Casa de origem, da Deputada Edna Macedo), que *define prioridades para a destinação de produtos de origem animal e vegetal apreendidos na forma da lei, alterando as Leis nºs 7.889, de 23 de novembro de 1989, e 9.972, de 25 de maio de 2000.*

Pareceres favoráveis, sob nºs 2.773 a 2.775, de 2009, das Comissões

- de Agricultura e Reforma Agrária, Relator: Senador Marcelo Crivella;
- de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator ad hoc: Senador Antonio Carlos Júnior; e
- de Assuntos Sociais, Relator ad hoc: Senador João Durval.

**22
PROJETO DE LEI DA CÂMARA N° 48, DE 2006**

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 48, de 2006 (nº 709/2003, na Casa de origem, da Deputada Perpétua Almeida), que *dispõe sobre a obrigatoriedade de exposição de obras de artistas nacionais em prédios públicos da União e de suas autoridades e fundações públicas.*

Pareceres sob nºs 2.520 e 2.521, de 2009, das Comissões

– de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator ad hoc: Senador Eduardo Suplicy, favorável, com a Emenda nº 1-CCJ (Substitutivo), que apresenta; e

– de Educação, Cultura e Esporte, Relatora: Senadora Marisa Serrano, favorável, nos termos do Substitutivo aprovado na Comissão de Constituição e Justiça e Cidadania.

23

PROJETO DE LEI DA CÂMARA N° 86, DE 2006

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 86, de 2006 (no 1.244/2003, na Casa de origem, do Deputado João Alfredo), que altera a *Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990, que dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente* (substitui a expressão “*medida sócio-educativa*” pela “*medida psicosocioeducativa*”).

Parecer sob no 1.480, de 2009, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator ad hoc: Senador Efraim Moraes, favorável, com a Emenda no 1-CCJ, de redação, que apresenta.

24

PROJETO DE LEI DA CÂMARA N° 100, DE 2007

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 100, de 2007 (nº 5.741/2001, na Casa de origem, da Deputada Ana Corso e outros Senhores Deputados), que dispõe sobre a criação dos Comitês de Estudos e Prevenção à Mortalidade Materna.

Parecer sob nº 53, de 2010, da Comissão de Assuntos Sociais, Relator: Senador Mão Santa, favorável, nos termos da Emenda no 1-CAS (Substitutivo), que oferece.

25

PROJETO DE LEI DA CÂMARA N° 7, DE 2008

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 7, de 2008 (nº 108/2007, na Casa de origem, da Deputada Solange Amaral), que altera o inciso II do caput do art. 1.641 da *Lei nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002 - Código Civil* (é obrigatório o regime de separação de bens no casamento de pessoa maior de 70 anos).

Parecer sob nº 1.392, de 2009, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator: Senador Valdir Raupp, favorável, com a Emenda nº 1-CCJ, que apresenta.

26

PROJETO DE LEI DA CÂMARA N° 28, DE 2008

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 28, de 2008 (nº 5.702/2005, na Casa de origem), de iniciativa do Presidente da República, que altera o art. 37 da *Lei nº 10.522, de 19 de julho de 2002, que dispõe sobre o Cadastro Informativo dos créditos não quitados de órgão e entidades federais e dá outras providências*.

Parecer favorável, sob nº 1.148, de 2008, da Comissão de Assuntos Econômicos, Relator ad hoc: Senador Inácio Arruda.

27

PROJETO DE LEI DA CÂMARA N° 46, DE 2008

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 46, de 2008 (nº 799/2007, na Casa de origem, do Deputado Magela), que revoga o art. 508 da *Consolidação das Leis do Trabalho*, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943 (revoga o artigo que permite a rescisão de contrato de trabalho, por justa causa, do empregado bancário inadimplente).

Parecer favorável, sob nº 1.649, de 2009, da Comissão de Assuntos Sociais, Relator: Senador Paulo Paim.

28

PROJETO DE LEI DA CÂMARA N° 52, DE 2008

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 52, de 2008 (nº 2.347/2003, na Casa de origem, do Deputado Sandro Mabel), que dispõe sobre o dever de notificação em caso de necessidade de ações preventivas, de socorro, assistenciais ou recuperativas na área de defesa civil e dá outras providências.

Parecer sob nº 1.901, de 2009, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator Senador Marconi Perillo, favorável, com as Emendas nºs 1 e 2-CCJ, que apresenta.

29

PROJETO DE LEI DA CÂMARA N° 87, DE 2008

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 87, de 2008 (nº 1.871/2007, na Casa de origem, do Deputado Edinho Bez), que inclui no Anexo da *Lei nº 5.917, de 10 de setembro de 1973, que dispõe sobre o Plano Nacional de Viação, o trecho rodoviário que especifica*.

Parecer sob nº 1.229, de 2008, da Comissão de Serviços de Infraestrutura, Relator: Senador Cícero Lucena, favorável nos termos da Emenda nº 1-CI (Substitutivo), que oferece.

30

PROJETO DE LEI DA CÂMARA N° 104, DE 2008

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 104, de 2008 (nº 1.309/2007, na Casa de origem, do Deputado Eliene Lima), que *acresce o § 3º ao art. 974 da Lei nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002, que institui o Código Civil. (Dispõe sobre o registro de contratos e alterações contratuais de sociedade que seja integrada por sócio incapaz).*

Parecer favorável, sob nº 1.481, de 2009, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator ad hoc: Senador Efraim Moraes.

31

PROJETO DE LEI DA CÂMARA N° 107, DE 2008

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 107, de 2008 (no 2.093/2003, na Casa de origem, do Deputado Júlio Delgado), que *dispõe sobre a advertência em rótulos de alimentos e bulas de medicamentos que contêm fenilalanina.*

Parecer sob nº 1.881, de 2009, da Comissão de Assuntos Sociais, Relator ad hoc: Senador Flávio Arns, favorável, nos termos da Emenda nº 1-CAS (Substitutivo), que oferece.

32

PROJETO DE LEI DA CÂMARA N° 122, DE 2008

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 122, de 2008 (nº 2.977/2004, na Casa de origem, do Deputado Eduardo Cunha), que *altera a Lei nº 9.615, de 24 de março de 1998, de forma a obrigar a realização de exames periódicos para avaliar a saúde dos atletas e prever a disponibilização de equipes de atendimento de emergência em competições profissionais.*

Pareceres favoráveis, sob nºs 2.409 e 2.410, de 2009, das Comissões de Assuntos Sociais, Relator: Senador Paulo Duque; e de Educação, Cultura e Esporte, Relator ad hoc: Senador Flávio Arns.

33

PROJETO DE LEI DA CÂMARA N° 143, DE 2008

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 143, de 2008 (nº 388/2003, na Casa de origem, do Deputado Maurício Rabelo), que *altera a redação do art. 70 da Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990, que dispõe sobre a proteção do consumidor (inclui a substituição ou retirada de peças e componentes, sem autorização do consumidor no fornecimento de serviços).*

Pareceres sob nºs 1.269 e 1.270, de 2009, das Comissões

- de Constituição, Justiça e Cidadania, Relatora: Senadora Serys Slhessarenko, favorável, nos termos das Emendas nºs 1 e 2-CCJ, que apresenta; e

- da Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle, Relator: Senador Flexa Ribeiro, favorável ao Projeto e as emendas oferecidas pela CCJ.

34

PROJETO DE LEI DA CÂMARA N° 150, DE 2008

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 150, de 2008 (nº 129/2007, na Casa de origem, do Deputado Vanderlei Macris), que altera o inciso I do caput do art. 38 da Lei nº 10.741, de 1º de outubro de 2003, que *dispõe sobre o Estatuto do Idoso, para reservar aos idosos pelo menos três por cento das unidades residenciais em programas habitacionais públicos ou subsidiados com recursos públicos.*

Pareceres sob nºs 1.107 e 1.917, de 2009, das Comissões

- de Direitos Humanos e Legislação Participativa, Relator: Senador Paulo Paim, favorável; e

- de Assuntos Sociais, Relator: Senador Efraim Moraes, pela rejeição (em audiência, nos termos do Requerimento nº 635, de 2009).

35

PROJETO DE LEI DA CÂMARA N° 152, DE 2008

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 152, de 2008 (nº 1.890/2007, na Casa de origem, do Deputado Mauro Nazif), que *acrescenta dispositivo à Lei nº 8.662, de 7 de junho de 1993, para dispor sobre a duração do trabalho do Assistente Social.*

Parecer favorável, sob nº 582, de 2009, da Comissão de Assuntos Sociais, Relator ad hoc: Senador Flávio Arns.

36

PROJETO DE LEI DA CÂMARA N° 156, DE 2008

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 156, de 2008 (nº 7.343/2006, na Casa de origem, do Deputado Tarcísio Zimermann), que *altera o art. 38 da Lei nº 10.741, de 1º de outubro de 2003 - Estatuto do Idoso, para garantir a prioridade dos idosos na aquisição de unidades residenciais térreas, nos programas nele mencionados.*

Pareceres favoráveis, sob nº 67 e 1.593, de 2009, das Comissões de Direitos Humanos e Legislação Participativa, Relator ad hoc: Senador Flávio Arns; e de Assuntos Sociais, Relator ad hoc: Senador Paulo Paim (em audiência, nos termos do Requerimento nº 636, de 2009).

37

PROJETO DE LEI DA CÂMARA N° 158, DE 2008

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 158, de 2008 (nº 843/2007, na Casa de origem, do Deputado Daniel Almeida), que *altera o art. 473 da Consolidação das Leis do Trabalho - CLT, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, a fim de permitir a ausência ao serviço para realização de exame preventivo de câncer.*

Parecer sob nº 1.650, de 2009, da Comissão de Assuntos Sociais, Relatora ad hoc: Senadora Fátima Cleide, favorável, com as Emendas nºs 1 e 2-CAS, que apresenta.

38

PROJETO DE LEI DA CÂMARA N° 173, DE 2008

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 173, de 2008 (nº 1.036/2007, na Casa de origem, do Deputado Magela), que *institui o exercício da profissão de Instrutor de Trânsito.*

Parecer favorável, sob nº 1.429, de 2009, da Comissão de Assuntos Sociais, Relator: Senador Mozarildo Cavalcanti.

39

PROJETO DE LEI DA CÂMARA N° 182, DE 2008

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 182, de 2008 (nº 371/99, na Casa de origem, do Deputado Enio Bacci),

que *altera o art. 49 da Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990 (dispõe sobre o direito de arrependimento do consumidor).*

Parecer favorável, sob nº 706, de 2009, da Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle, Relator: Senador Leomar Quintanilha.

40

PROJETO DE LEI DA CÂMARA N° 184, DE 2008

Discussão, em turno único do Projeto de Lei da Câmara nº 184, de 2008 (nº 231/2003, na Casa de origem, do Deputado Bernardo Ariston), que *dispõe sobre a criação de áreas específicas e instalação de assentos para pessoas portadoras de deficiência e pessoas obesas e dá outras providências.*

Parecer sob nº 2.294, de 2009, da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa, Relator ad hoc: Senador Paulo Paim, favorável nos termos da Emenda nº 1-CDH (Substitutivo), que oferece.

41

PROJETO DE LEI DA CÂMARA N° 187, DE 2008

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara no 187, de 2008 (no 1.681/1999, na Casa de origem, do Deputado Arnaldo Faria de Sá), que *regula o exercício da profissão de Técnico em Imobilização Ortopédica e dá outras providências.*

Parecer sob no 1.430, de 2009, da Comissão de Assuntos Sociais, Relator: Senador Renato Casagrande, favorável, nos termos da Emenda no 1-CAS (Substitutivo), que oferece.

42

PROJETO DE LEI DA CÂMARA N° 194, DE 2008

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 194, de 2008 (nº 612/2003, na Casa de origem, do Deputado Ricardo Izar), que *altera o art. 18 da Lei nº 5.991, de 17 de dezembro de 1973, que dispõe sobre o Controle Sanitário do Comércio de Drogas, Medicamentos, Insumos Farmacêuticos e Correlatos, e dá outras providências, para permitir que farmácias e drogarias disponibilizem serviços de aferição da pressão arterial.*

Parecer sob nº 1.916, de 2009, da Comissão de Assuntos Sociais, Relator: Senador Mozarildo Cavalcanti, favorável, com a Emenda nº 1-CAS, que apresenta.

43

PROJETO DE LEI DA CÂMARA N° 5, DE 2009

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 5, de 2009 (nº 1.273/2007, na Casa de origem, do Deputado Alexandre Silveira), que *inclui as vacinas contra hepatite A, meningocócica conjugada C, pneumocócica conjugada sete valente, varicela e pneumococo no Calendário Básico de Vacinação da Criança.*

Parecer favorável, sob nº 1.431, de 2009, da Comissão de Assuntos Sociais, Relator: Senador Mão Santa.

44

PROJETO DE LEI DA CÂMARA N° 11, DE 2009

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 11, de 2009 (nº 1.128/2003, na Casa de origem, do Deputado Carlos Abicalil), que *dispõe sobre a criação do Programa Nacional de Saúde Vocal do Professor da rede pública de ensino e dá outras providências.*

Pareceres sob nºs 1.907 e 1.908, de 2009, das Comissões

- de Educação, Cultura e Esporte, Relator: Senador Papaléo Paes, favorável, com as Emendas nºs 1 a 3-CE, que apresenta; e

- de Assuntos Sociais, Relator: Senador Papaléo Paes, favorável, com as Emendas nºs 1 e 2-CE/CAS, e Subemenda nº1 CAS à Emenda nº 3-CE.

45

PROJETO DE LEI DA CÂMARA N° 12, DE 2009

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 12, de 2009 (nº 6.171/2005, na Casa de origem, do Deputado Celso Russomanno), que *acrescenta parágrafos ao art. 31 da Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990 - Código de Defesa do Consumidor, para garantir ao consumidor o exame dos produtos adquiridos.*

Parecer favorável, sob nº 707, de 2009, da Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor, Fiscalização e Controle, Relator ad hoc: Senador Flexa Ribeiro.

46

PROJETO DE LEI DA CÂMARA N° 13, DE 2009

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 13, de 2009 (nº 6.244/2005, na Casa de origem, da Deputada Sandra Ro-

sado), que *fixa critério para instituição de datas comemorativas.*

Parecer favorável, sob nº 1.057, de 2009, da Comissão de Educação, Cultura e Esporte, Relator: Senador Cristovam Buarque.

47

PROJETO DE LEI DA CÂMARA N° 191, DE 2009

(Incluído em Ordem do Dia nos termos do Recurso nº 18, de 2009)

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 191, de 2009 (nº 3.620/2008, na Casa de origem), de iniciativa do Presidente da República, que *dá nova redação ao inciso XI do art. 29 da Lei nº 10.683, de 28 de maio de 2003, que dispõe sobre a organização da Presidência da República e dos Ministérios, para alterar a estrutura básica do Ministério do Esporte (cria uma Secretaria no Ministério do Esporte).*

Parecer favorável, sob nº 2.066, de 2009, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator: Senador Romero Jucá.

48

**PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO
Nº 77, DE 2007**

(Tramitando nos termos dos arts. 142 e 143 do Regimento Comum)

Segunda sessão de discussão, em primeiro turno, do Projeto de Decreto Legislativo nº 77, de 2007 (apresentado como conclusão do Parecer nº 3, de 2007-CN, da Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização, Relator: Senador João Ribeiro), que *aprova as contas do Governo Federal, do Senado Federal, da Câmara dos Deputados, do Supremo Tribunal Federal, do Superior Tribunal de Justiça, da Justiça do Trabalho, do Conselho da Justiça Federal e da Justiça Federal de 1º e 2º Graus, da Justiça Eleitoral, da Justiça Militar, da Justiça do Distrito Federal e Territórios e do Ministério Público da União, relativas ao exercício de 2003.*

49

**PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO
Nº 60, DE 2009**

(Tramitando nos termos dos arts. 142 e 143 do Regimento Comum)

Segunda sessão de discussão, em primeiro turno, do Projeto de Decreto Legislativo

nº 60, de 2009 (apresentado como conclusão do Parecer nº 1, de 2009-CN, da Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização, Relator: Senador Gim Argello), que aprova as *Contas do Governo Federal relativas ao Exercício de 2004*.

50

PROJETO DE LEI DO SENADO N° 226, DE 2006

(Tramita nos termos dos arts. 142 e 143 do Regimento Comum)

Discussão, em segundo turno, do Projeto de Lei do Senado nº 226, de 2006, de iniciativa da Comissão Parlamentar Mista de Inquérito dos Correios, que *acrescenta dispositivos ao Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 - Código Penal, e à Lei nº 1.579, de 18 de março de 1952, que dispõe sobre as Comissões Parlamentares de Inquérito (tipifica as condutas de fazer afirmação falsa ou negar a verdade, na condição de indiciado ou acusado, em inquéritos, processos ou Comissões Parlamentares de Inquérito)*.

Parecer favorável, sob nº 1.064, de 2008, da Comissão de Constituição e Justiça (em audiência, nos termos do Requerimento nº 29, de 2007), Relator: Senador Alvaro Dias.

51

PROJETO DE LEI DO SENADO N° 118, DE 2004

(Incluído em Ordem do Dia, nos termos do Recurso nº 11, de 2009)

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei do Senado nº 118, de 2004, de autoria do Senador Hélio Costa, que *acrescenta o inciso IV ao § 4º, do art. 80 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, para assegurar aulas presenciais e periódicas nos cursos de educação à distância*.

Parecer sob nº 1.451, de 2009, da Comissão de Educação, Cultura e Esporte, Relator: Senador Marco Maciel, favorável, nos termos da Emenda nº 1-CE (Substitutivo), que oferece.

52

PROJETO DE LEI DO SENADO N° 185, DE 2004

(Incluído em Ordem do Dia, nos termos do Recurso nº 5, de 2008)

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei do Senado nº 185, de 2004, de autoria do Senador Demóstenes Torres, que *regula-*

menta o emprego de algemas em todo o território nacional.

Pareceres sob nºs 920 e 921, de 2008, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator “ad hoc”: Senador Antonio Carlos Valadares, 1º pronunciamento (sobre o Projeto, em turno único, perante a Comissão): favorável, nos termos de emenda substitutiva, que oferece; 2º pronunciamento (sobre as emendas, apresentadas ao Substitutivo, no turno suplementar, perante a Comissão): favorável, nos termos da Emenda nº 1-CCJ (Substitutivo), que apresenta.

53

PROJETO DE LEI DO SENADO N° 124, DE 2005

(Incluído em Ordem do Dia, nos termos do Recurso nº 8, de 2006)

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei do Senado nº 124, de 2005, de autoria da Senador Papaléo Paes, que *altera o art. 2º da Lei nº 9.965, de 27 de abril de 2000, que restringe a venda de esteróides ou peptídeos anabolizantes e dá outras providências, para tipificar a venda desses produtos como crime punível com penas equivalentes às do tráfico ilícito de substância entorpecente*.

Pareceres sob nºs 418, de 2006, e 795, de 2009, das Comissões

– de Assuntos Sociais, Relator: Senador Augusto Botelho, favorável, com a Emenda nº 1-CAS (Substitutivo), que oferece; e

– de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator ad hoc: Senador Valter Pereira, favorável, nos termos do Substitutivo, oferecido pela Comissão de Assuntos Sociais.

54

PROJETO DE LEI DO SENADO N° 202, DE 2005

(Incluído em Ordem do Dia, nos termos do Recurso nº 7, de 2009)

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei do Senado nº 202, de 2005, de autoria da Senadora Lúcia Vânia, que *altera a Lei nº 8.629, de 25 de fevereiro de 1993, para dispor sobre a fixação e o ajuste dos parâmetros, índices e indicadores de produtividade*.

Pareceres sob nºs 1.302 e 2.226, de 2009, da Comissão de Agricultura e Reforma Agrária, Relatoria: Senadora Kátia Abreu, 1º pronunciamento (sobre o projeto): favorável, nos termos da Emenda nº 1-CRA (Substitutivo) que oferece; 2º pronunciamento (sobre as Emendas nºs 2 e 3, de Plenário): contrário, com voto em separado do Senador Sadi Cassol.

55

**PROJETO DE LEI DO SENADO
Nº 390, DE 2005 - COMPLEMENTAR**

(Tramitam em conjunto os Projetos de Lei do Senado nºs 175, de 2003Complementar; 316 e 341, de 2004-Complementares; 266, 269, 274, 313, 363, 381 e 390, de 2005-Complementares; 141, 231 e 261, de 2006-Complementares; 265 e 684, de 2007-Complementares; 17, 84, 184, 236 e 249, de 2008-Complementares, e 209, de 2008)

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei do Senado nº 390, de 2005-Complementar, de autoria do Senador Renan Calheiros e outros Senhores Senadores, que altera os arts. 1º e 22 da Lei Complementar nº 64, de 1990 - Lei das Inelegibilidades (dispõe sobre crimes e procedimentos relativos a inelegibilidades e sobre o sistema de prestação de contas eleitorais).

Pareceres sob nºs 188, de 2006; e 777, de 2008, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania

- 1º pronunciamento (sobre o Projeto de Lei do Senado nº 390, de 2005-Complementar), Relator: Senador José Jorge, favorável, com as Emendas de nºs 1

- 2º pronunciamento (após a aprovação do Requerimento nº 822, de 2008, de tramitação conjunta), Relator: Senador Demóstenes Torres, favorável ao Projeto de Lei do Senado nº 390, de 2005-Complementar, nos termos da Emenda nº 6-CCJ (Substitutivo), que oferece; e pela prejudicialidade das matérias que tramitam em conjunto.

56

**PROJETO DE LEI DO SENADO
Nº 175, DE 2003- COMPLEMENTAR**

(Tramitam em conjunto os Projetos de Lei do Senado nºs 175, de 2003Complementar; 316 e 341, de 2004-Complementares; 266, 269, 274, 313, 363, 381 e 390, de 2005-Complementares; 141, 231 e 261, de 2006-Complementares; 265 e 684, de 2007-Complementares; 17, 84, 184, 236 e 249, de 2008-Complementares, e 209, de 2008)

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei do Senado nº 175, de 2003-Complementar, de autoria do Senador Eduardo Suplicy, que altera o art. 1º, inciso I, alínea "g" da Lei Complementar nº 64, de 18 de maio de 1990, que dispõe sobre inelegibilidade combinada aos que tiveram suas contas relativas ao exercício

de cargos ou funções públicas rejeitadas pelo órgão competente.

Pareceres sob nºs 188, de 2006; e 777, de 2008 da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania

- 1º pronunciamento (sobre o Projeto de Lei do Senado nº 390, de 2005-Complementar), Relator: Senador José Jorge, favorável, com as Emendas de nºs 1 a 5 - CCJ, que apresenta, com votos contrários do Senador Romero Jucá e, em separado, do Senador Sibá Machado;

- 2º pronunciamento (após a aprovação do Requerimento nº 822, de 2008, de tramitação conjunta), Relator: Senador Demóstenes Torres, favorável ao Projeto de Lei do Senado nº 390, de 2005-Complementar, nos termos da Emenda nº 6-CCJ (Substitutivo), que oferece; e pela prejudicialidade das matérias que tramitam em conjunto.

57

**PROJETO DE LEI DO SENADO
Nº 316, DE 2004 - COMPLEMENTAR**

(Tramitam em conjunto os Projetos de Lei do Senado nºs 175, de 2003Complementar; 316 e 341, de 2004-Complementares; 266, 269, 274, 313, 363, 381 e 390, de 2005-Complementares; 141, 231 e 261, de 2006-Complementares; 265 e 684, de 2007-Complementares; 17, 84, 184, 236 e 249, de 2008-Complementares, e 209, de 2008)

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei do Senado nº 316, de 2004-Complementar, de autoria da Senadora Serys Slhessarenko, que acrescenta dispositivo à Lei Complementar nº 64, de 18 de maio de 1990 (Lei das Inelegibilidades), para declarar a inelegibilidade, em quaisquer outros Municípios do mesmo Estado, dos que tenham sido reeleitos Prefeitos na eleição imediatamente anterior.

Pareceres sob nºs 188, de 2006; e 777, de 2008 da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania

- 1º pronunciamento (sobre o Projeto de Lei do Senado nº 390, de 2005-Complementar), Relator: Senador José Jorge, favorável, com as Emendas de nºs 1 a 5 - CCJ, que apresenta, com votos contrários do Senador Romero Jucá e, em separado, do Senador Sibá Machado;

- 2º pronunciamento (após a aprovação do Requerimento nº 822, de 2008, de tramitação conjunta), Relator: Senador Demóstenes Torres, favorável ao Projeto de Lei do Senado nº 390, de 2005-Complementar, nos termos

da Emenda nº 6-CCJ (Substitutivo), que oferece; e pela prejudicialidade das matérias que tramitam em conjunto.

58

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 341, DE 2004 - COMPLEMENTAR

(Tramitam em conjunto os Projetos de Lei do Senado nºs 175, de 2003Complementar; 316 e 341, de 2004-Complementares; 266, 269, 274, 313, 363, 381 e 390, de 2005-Complementares; 141, 231 e 261, de 2006-Complementares; 265 e 684, de 2007-Complementares; 17, 84, 184, 236 e 249, de 2008-Complementares, e 209, de 2008)

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei do Senado nº 341, de 2004-Complementar, de autoria do Senador Eduardo Azeredo, que acrescenta os §§ 4º e 5º ao art. 1º da Lei Complementar nº 64, de 18 de maio de 1990 (Lei de Inelegibilidade), para estabelecer que os Chefes do Poder Executivo e respectivos Vices devem se licenciar para concorrer à reeleição.

Pareceres sob nºs 188, de 2006; e 777, de 2008 da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania.

- 1º pronunciamento (sobre o Projeto de Lei do Senado nº 390, de 2005-Complementar), Relator: Senador José Jorge, favorável, com as Emendas de nºs 1 a 5 - CCJ, que apresenta, com votos contrários do Senador Romero Jucá e, em separado, do Senador Sibá Machado;

- 2º pronunciamento (após a aprovação do Requerimento nº 822, de 2008, de tramitação conjunta), Relator: Senador Demóstenes Torres, favorável ao Projeto de Lei do Senado nº 390, de 2005-Complementar, nos termos da Emenda nº 6-CCJ (Substitutivo), que oferece; e pela prejudicialidade das matérias que tramitam em conjunto.

59

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 266, DE 2005 - COMPLEMENTAR

(Tramitam em conjunto os Projetos de Lei do Senado nºs 175, de 2003Complementar; 316 e 341, de 2004-Complementares; 266, 269, 274, 313, 363, 381 e 390, de 2005-Complementares; 141, 231 e 261, de 2006-Complementares; 265 e 684, de 2007-Complementares; 17, 84, 184, 236 e 249, de 2008-Complementares, e 209, de 2008)

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei do Senado nº 266, de 2005-Complementar, de autoria do Senador Alvaro Dias, que acrescenta a alínea "j" ao inciso I do art. 1º da Lei

Complementar nº 64, de 18 de maio de 1990, para determinar a inelegibilidade, nas eleições subsequentes, do ocupante de cargo público que a ele renuncie.

Pareceres sob nºs 188, de 2006; e 777, de 2008 da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania.

- 1º pronunciamento (sobre o Projeto de Lei do Senado nº 390, de 2005-Complementar), Relator: Senador José Jorge, favorável, com as Emendas de nºs 1 a 5 - CCJ, que apresenta, com votos contrários do Senador Romero Jucá e, em separado, do Senador Sibá Machado;

- 2º pronunciamento (após a aprovação do Requerimento nº 822, de 2008, de tramitação conjunta), Relator: Senador Demóstenes Torres, favorável ao Projeto de Lei do Senado nº 390, de 2005-Complementar, nos termos da Emenda nº 6-CCJ (Substitutivo), que oferece; e pela prejudicialidade das matérias que tramitam em conjunto.

60

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 269, DE 2005 - COMPLEMENTAR

(Tramitam em conjunto os Projetos de Lei do Senado nºs 175, de 2003Complementar; 316 e 341, de 2004-Complementares; 266, 269, 274, 313, 363, 381 e 390, de 2005-Complementares; 141, 231 e 261, de 2006-Complementares; 265 e 684, de 2007-Complementares; 17, 84, 184, 236 e 249, de 2008-Complementares, e 209, de 2008)

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei do Senado nº 269, de 2005-Complementar, de autoria do Senador Jefferson Peres, que acrescenta a alínea j ao inciso I do art. 1º da Lei Complementar nº 64, de 18 de maio de 1990, para determinar a inelegibilidade, nas eleições subsequentes, do parlamentar que renuncie ao mandato e do chefe do Poder Executivo que, réu de processo crime de responsabilidade, renuncie ao cargo.

Pareceres sob nºs 188, de 2006; e 777, de 2008 da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania.

- 1º pronunciamento (sobre o Projeto de Lei do Senado nº 390, de 2005-Complementar), Relator: Senador José Jorge, favorável, com as Emendas de nºs 1 a 5 - CCJ, que apresenta, com votos contrários do Senador Romero Jucá e, em separado, do Senador Sibá Machado;

- 2º pronunciamento (após a aprovação do Requerimento nº 822, de 2008, de tramitação conjunta), Relator: Senador Demóstenes Torres, favorável ao Projeto de Lei do Senado

nº 390, de 2005-Complementar, nos termos da Emenda nº 6-CCJ (Substitutivo), que oferece; e pela prejudicialidade das matérias que tramitam em conjunto.

61

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 274, DE 2005 - COMPLEMENTAR

(Tramitam em conjunto os Projetos de Lei do Senado nºs 175, de 2003Complementar; 316 e 341, de 2004-Complementares; 266, 269, 274, 313, 363, 381 e 390, de 2005-Complementares; 141, 231 e 261, de 2006-Complementares; 265 e 684, de 2007-Complementares; 17, 84, 184, 236 e 249, de 2008-Complementares, e 209, de 2008)

Discussão em turno único, do Projeto de Lei do Senado nº 274, de 2005-Complementar, de autoria do Senador Tião Viana, que altera a *Lei Complementar nº 64 de 19 de maio de 1990*, para acrescentar nova hipótese de inelegibilidade quando houver renúncia ao mandato parlamentar.

Pareceres sob nºs 188, de 2006; e 777, de 2008 da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania.

- 1º pronunciamento (sobre o Projeto de Lei do Senado nº 390, de 2005-Complementar), Relator: Senador José Jorge, favorável, com as Emendas de nºs 1 a 5 - CCJ, que apresenta, com votos contrários do Senador Romero Jucá e, em separado, do Senador Sibá Machado;

- 2º pronunciamento (após a aprovação do Requerimento nº 822, de 2008, de tramitação conjunta), Relator: Senador Demóstenes Torres, favorável ao Projeto de Lei do Senado nº 390, de 2005-Complementar, nos termos da Emenda nº 6-CCJ (Substitutivo), que oferece; e pela prejudicialidade das matérias que tramitam em conjunto.

62

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 313, DE 2005 - COMPLEMENTAR

(Tramitam em conjunto os Projetos de Lei do Senado nºs 175, de 2003Complementar; 316 e 341, de 2004-Complementares; 266, 269, 274, 313, 363, 381 e 390, de 2005-Complementares; 141, 231 e 261, de 2006-Complementares; 265 e 684, de 2007-Complementares; 17, 84, 184, 236 e 249, de 2008-Complementares, e 209, de 2008)

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei do Senado nº 313, de 2005-Complementar, de autoria do Senador Pedro Simon que

acrescenta a alínea "j" ao inciso I do art. 1º e dá nova redação à alínea "d" do inciso I do art. 1º e ao inciso XIV, do art. 22, da *Lei Complementar nº 64, de 1990*.

Pareceres sob nºs 188, de 2006; e 777, de 2008 da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania.

- 1º pronunciamento (sobre o Projeto de Lei do Senado nº 390, de 2005-Complementar), Relator: Senador José Jorge, favorável, com as Emendas de nºs 1 a 5 - CCJ, que apresenta, com votos contrários do Senador Romero Jucá e, em separado, do Senador Sibá Machado;

- 2º pronunciamento (após a aprovação do Requerimento nº 822, de 2008, de tramitação conjunta), Relator: Senador Demóstenes Torres, favorável ao Projeto de Lei do Senado nº 390, de 2005-Complementar, nos termos da Emenda nº 6-CCJ (Substitutivo), que oferece; e pela prejudicialidade das matérias que tramitam em conjunto.

63

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 363, DE 2005 - COMPLEMENTAR

(Tramitam em conjunto os Projetos de Lei do Senado nºs 175, de 2003Complementar; 316 e 341, de 2004-Complementares; 266, 269, 274, 313, 363, 381 e 390, de 2005-Complementares; 141, 231 e 261, de 2006-Complementares; 265 e 684, de 2007-Complementares; 17, 84, 184, 236 e 249, de 2008-Complementares, e 209, de 2008)

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei do Senado nº 363, de 2005-Complementar, de autoria do Senador Jefferson Peres, que altera a *Lei Complementar nº 64, de 18 de maio de 1990*, alterando prazo de cessação de inelegibilidade de magistrados.

Pareceres sob nºs 188, de 2006; e 777, de 2008 da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania.

- 1º pronunciamento (sobre o Projeto de Lei do Senado nº 390, de 2005-Complementar), Relator: Senador José Jorge, favorável, com as Emendas de nºs 1 a 5 - CCJ, que apresenta, com votos contrários do Senador Romero Jucá e, em separado, do Senador Sibá Machado;

- 2º pronunciamento (após a aprovação do Requerimento nº 822, de 2008, de tramitação conjunta), Relator: Senador Demóstenes Torres, favorável ao Projeto de Lei do Senado nº 390, de 2005-Complementar, nos termos da Emenda nº 6-CCJ (Substitutivo), que oferece; e pela prejudicialidade das matérias que tramitam em conjunto.

64

**PROJETO DE LEI DO SENADO
Nº 381, DE 2005 - COMPLEMENTAR**

(Tramitam em conjunto os Projetos de Lei do Senado nºs 175, de 2003Complementar; 316 e 341, de 2004-Complementares; 266, 269, 274, 313, 363, 381 e 390, de 2005-Complementares; 141, 231 e 261, de 2006-Complementares; 265 e 684, de 2007-Complementares; 17, 84, 184, 236 e 249, de 2008-Complementares, e 209, de 2008)

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei do Senado nº 381, de 2005-Complementar, de autoria do Senador Pedro Simon que acresce parágrafo único ao art. 15 da Lei Complementar nº 64, de 18 de maio de 1990, (dispõe sobre casos de inelegibilidade).

Pareceres sob nºs 188, de 2006; e 777, de 2008 da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania.

- 1º pronunciamento (sobre o Projeto de Lei do Senado nº 390, de 2005-Complementar), Relator: Senador José Jorge, favorável, com as Emendas de nºs 1 a 5 - CCJ, que apresenta, com votos contrários do Senador Romero Jucá e, em separado, do Senador Sibá Machado;

- 2º pronunciamento (após a aprovação do Requerimento nº 822, de 2008, de tramitação conjunta), Relator: Senador Demóstenes Torres, favorável ao Projeto de Lei do Senado nº 390, de 2005-Complementar, nos termos da Emenda nº 6-CCJ (Substitutivo), que oferece; e pela prejudicialidade das matérias que tramitam em conjunto.

65

**PROJETO DE LEI DO SENADO
Nº 141, DE 2006 - COMPLEMENTAR**

(Tramitam em conjunto os Projetos de Lei do Senado nºs 175, de 2003Complementar; 316 e 341, de 2004-Complementares; 266, 269, 274, 313, 363, 381 e 390, de 2005-Complementares; 141, 231 e 261, de 2006-Complementares; 265 e 684, de 2007-Complementares; 17, 84, 184, 236 e 249, de 2008-Complementares, e 209, de 2008)

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei do Senado nº 141, de 2006-Complementar, de autoria do Senador Antônio Carlos Valadares, que altera a redação do inciso I do art. 1º da Lei Complementar nº 64, de 18 de maio de 1990, para determinar a inelegibilidade de candidato condenado por compra de voto.

Pareceres sob nºs 188, de 2006; e 777, de 2008 da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania.

- 1º pronunciamento (sobre o Projeto de Lei do Senado nº 390, de 2005-Complementar), Relator: Senador José Jorge, favorável, com as Emendas de nºs 1 a 5 - CCJ, que apresenta, com votos contrários do Senador Romero Jucá e, em separado, do Senador Sibá Machado;

- 2º pronunciamento (após a aprovação do Requerimento nº 822, de 2008, de tramitação conjunta), Relator: Senador Demóstenes Torres, favorável ao Projeto de Lei do Senado nº 390, de 2005-Complementar, nos termos da Emenda nº 6-CCJ (Substitutivo), que oferece; e pela prejudicialidade das matérias que tramitam em conjunto.

66

**PROJETO DE LEI DO SENADO
Nº 231, DE 2006 - COMPLEMENTAR**

(Tramitam em conjunto os Projetos de Lei do Senado nºs 175, de 2003Complementar; 316 e 341, de 2004-Complementares; 266, 269, 274, 313, 363, 381 e 390, de 2005-Complementares; 141, 231 e 261, de 2006-Complementares; 265 e 684, de 2007-Complementares; 17, 84, 184, 236 e 249, de 2008-Complementares, e 209, de 2008)

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei do Senado nº 231, de 2006-Complementar, de autoria do Senador Romeu Tuma, que altera a redação da alínea "g" do inciso I do art. 1º da Lei Complementar nº 64, de 18 de maio de 1990, para impedir que a mera propositura de ação judicial que vise desconstituir a decisão que rejeitou as contas de agente público suspenda sua inelegibilidade.

Pareceres sob nºs 188, de 2006; e 777, de 2008 da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania.

- 1º pronunciamento (sobre o Projeto de Lei do Senado nº 390, de 2005-Complementar), Relator: Senador José Jorge, favorável, com as Emendas de nºs 1 a 5 - CCJ, que apresenta, com votos contrários do Senador Romero Jucá e, em separado, do Senador Sibá Machado;

- 2º pronunciamento (após a aprovação do Requerimento nº 822, de 2008, de tramitação conjunta), Relator: Senador Demóstenes Torres, favorável ao Projeto de Lei do Senado nº 390, de 2005-Complementar, nos termos da Emenda nº 6-CCJ (Substitutivo), que oferece; e pela prejudicialidade das matérias que tramitam em conjunto.

67

**PROJETO DE LEI DO SENADO
Nº 261, DE 2006 - COMPLEMENTAR**

(Tramitam em conjunto os Projetos de Lei do Senado nºs 175, de 2003Complementar; 316 e 341, de 2004-Complementares; 266, 269, 274, 313, 363, 381 e 390, de 2005-Complementares; 141, 231 e 261, de 2006-Complementares; 265 e 684, de 2007-Complementares; 17, 84, 184, 236 e 249, de 2008-Complementares, e 209, de 2008)

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei do Senado nº 261, de 2006-Complementar, de autoria do Senador Jefferson Péres, que altera a Lei Complementar nº 64, de 18 de maio de 1990, para estabelecer a inelegibilidade de condenados ou processados por crime contra a administração pública.

Pareceres sob nºs 188, de 2006; e 777, de 2008 da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania.

- 1º pronunciamento (sobre o Projeto de Lei do Senado nº 390, de 2005-Complementar), Relator: Senador José Jorge, favorável, com as Emendas de nºs 1 a 5 - CCJ, que apresenta, com votos contrários do Senador Romero Jucá e, em separado, do Senador Sibá Machado;

- 2º pronunciamento (após a aprovação do Requerimento nº 822, de 2008, de tramitação conjunta), Relator: Senador Demóstenes Torres, favorável ao Projeto de Lei do Senado nº 390, de 2005-Complementar, nos termos da Emenda nº 6-CCJ (Substitutivo), que oferece; e pela prejudicialidade das matérias que tramitam em conjunto.

68

**PROJETO DE LEI DO SENADO
Nº 265, DE 2007 - COMPLEMENTAR**

(Tramitam em conjunto os Projetos de Lei do Senado nºs 175, de 2003Complementar; 316 e 341, de 2004-Complementares; 266, 269, 274, 313, 363, 381 e 390, de 2005-Complementares; 141, 231 e 261, de 2006-Complementares; 265 e 684, de 2007-Complementares; 17, 84, 184, 236 e 249, de 2008-Complementares, e 209, de 2008)

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei do Senado nº 265, de 2007-Complementar, de autoria do Senador Epitácio Cafeteira, que acrescenta parágrafos ao art. 1º da Lei Complementar nº 64, de 18 de maio de 1990, para tornar inelegível o candidato que tenha parentes ocupantes de cargos comissionados,

na mesma circunscrição e estender aos parentes próximos as condições de inelegibilidade aplicáveis aos agentes políticos.

Pareceres sob nºs 188, de 2006; e 777, de 2008 da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania.

- 1º pronunciamento (sobre o Projeto de Lei do Senado nº 390, de 2005-Complementar), Relator: Senador José Jorge, favorável, com as Emendas de nºs 1 a 5 - CCJ, que apresenta, com votos contrários do Senador Romero Jucá e, em separado, do Senador Sibá Machado;

- 2º pronunciamento (após a aprovação do Requerimento nº 822, de 2008, de tramitação conjunta), Relator: Senador Demóstenes Torres, favorável ao Projeto de Lei do Senado nº 390, de 2005-Complementar, nos termos da Emenda nº 6-CCJ (Substitutivo), que oferece; e pela prejudicialidade das matérias que tramitam em conjunto.

69

**PROJETO DE LEI DO SENADO
Nº 684, DE 2007 - COMPLEMENTAR**

(Tramitam em conjunto os Projetos de Lei do Senado nºs 175, de 2003Complementar; 316 e 341, de 2004-Complementares; 266, 269, 274, 313, 363, 381 e 390, de 2005-Complementares; 141, 231 e 261, de 2006-Complementares; 265 e 684, de 2007-Complementares; 17, 84, 184, 236 e 249, de 2008-Complementares, e 209, de 2008)

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei do Senado nº 684, de 2007-Complementar, de autoria da Senadora Serys Slhessarenko, que acrescenta alínea ao inciso I do art. 1º da Lei Complementar nº 64, de 18 de maio de 1990, para tornar inelegíveis os apresentadores, locutores e comentaristas de programas de rádio ou televisão que não se afastarem de suas funções até um ano antes do pleito, e proibir detentores de mandatos eletivos de exercer essas atividades.

Pareceres sob nºs 188, de 2006; e 777, de 2008 da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania.

- 1º pronunciamento (sobre o Projeto de Lei do Senado nº 390, de 2005-Complementar), Relator: Senador José Jorge, favorável, com as Emendas de nºs 1 a 5 - CCJ, que apresenta, com votos contrários do Senador Romero Jucá e, em separado, do Senador Sibá Machado;

- 2º pronunciamento (após a aprovação do Requerimento nº 822, de 2008, de tramitação conjunta), Relator: Senador Demóstenes

Torres, favorável ao Projeto de Lei do Senado nº 390, de 2005-Complementar, nos termos da Emenda nº 6-CCJ (Substitutivo), que oferece; e pela prejudicialidade das matérias que tramitam em conjunto.

70

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 17, DE 2008 - COMPLEMENTAR

(Tramitam em conjunto os Projetos de Lei do Senado nºs 175, de 2003Complementar; 316 e 341, de 2004-Complementares; 266, 269, 274, 313, 363, 381 e 390, de 2005-Complementares; 141, 231 e 261, de 2006-Complementares; 265 e 684, de 2007-Complementares; 17, 84, 184, 236 e 249, de 2008-Complementares, e 209, de 2008)

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei do Senado nº 17, de 2008-Complementar, de autoria do Senador Tasso Jereissati, que altera dispositivos da Lei Complementar nº 64, de 18 de maio de 1990, que estabelece, de acordo com o art. 14, § 9º, da Constituição Federal, casos de inelegibilidades, prazo de cessação e determina outras providências.

Pareceres sob nºs 188, de 2006; e 777, de 2008 da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania.

- 1º pronunciamento (sobre o Projeto de Lei do Senado nº 390, de 2005-Complementar), Relator: Senador José Jorge, favorável, com as Emendas de nºs 1 a 5 - CCJ, que apresenta, com votos contrários do Senador Romero Jucá e, em separado, do Senador Sibá Machado;

- 2º pronunciamento (após a aprovação do Requerimento nº 822, de 2008, de tramitação conjunta), Relator: Senador Demóstenes Torres, favorável ao Projeto de Lei do Senado nº 390, de 2005-Complementar, nos termos da Emenda nº 6-CCJ (Substitutivo), que oferece; e pela prejudicialidade das matérias que tramitam em conjunto.

71

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 84, DE 2008 - COMPLEMENTAR

(Tramitam em conjunto os Projetos de Lei do Senado nºs 175, de 2003Complementar; 316 e 341, de 2004-Complementares; 266, 269, 274, 313, 363, 381 e 390, de 2005-Complementares; 141, 231 e 261, de 2006-Complementares; 265 e 684, de 2007-Complementares; 17, 84, 184, 236 e 249, de 2008-Complementares, e 209, de 2008)

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei do Senado nº 84, de 2008-Complementar, de autoria do Senador Pedro Simon, que acres-

centa alínea "j" ao inciso I do art. 1º da Lei Complementar nº 64, de 18 de maio de 1990, para determinar a inelegibilidade de candidato que responda a processo judicial.

Pareceres sob nºs 188, de 2006; e 777, de 2008 da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania.

- 1º pronunciamento (sobre o Projeto de Lei do Senado nº 390, de 2005-Complementar), Relator: Senador José Jorge, favorável, com as Emendas de nºs 1 a 5 - CCJ, que apresenta, com votos contrários do Senador Romero Jucá e, em separado, do Senador Sibá Machado;

- 2º pronunciamento (após a aprovação do Requerimento nº 822, de 2008, de tramitação conjunta), Relator: Senador Demóstenes Torres, favorável ao Projeto de Lei do Senado nº 390, de 2005-Complementar, nos termos da Emenda nº 6-CCJ (Substitutivo), que oferece; e pela prejudicialidade das matérias que tramitam em conjunto.

72

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 184, DE 2008 - COMPLEMENTAR

(Tramitam em conjunto os Projetos de Lei do Senado nºs 175, de 2003Complementar; 316 e 341, de 2004-Complementares; 266, 269, 274, 313, 363, 381 e 390, de 2005-Complementares; 141, 231 e 261, de 2006-Complementares; 265 e 684, de 2007-Complementares; 17, 84, 184, 236 e 249, de 2008-Complementares, e 209, de 2008)

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei do Senado nº 184, de 2008-Complementar, de autoria do Senador Valter Pereira, que altera a alínea ¿g¿ do art. 1º da Lei Complementar nº 64, de 18 de maio de 1990, para condicionar a suspensão da inelegibilidade ao ajuizamento, no prazo de três meses da decisão administrativa irrecorrível do órgão competente para rejeição das contas, de ação que questione a legalidade dessa deliberação.

Pareceres sob nºs 188, de 2006; e 777, de 2008 da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania.

- 1º pronunciamento (sobre o Projeto de Lei do Senado nº 390, de 2005-Complementar), Relator: Senador José Jorge, favorável, com as Emendas de nºs 1 a 5 - CCJ, que apresenta, com votos contrários do Senador Romero Jucá e, em separado, do Senador Sibá Machado;

- 2º pronunciamento (após a aprovação do Requerimento nº 822, de 2008, de tramita-

ção conjunta), Relator: Senador Demóstenes Torres, favorável ao Projeto de Lei do Senado nº 390, de 2005-Complementar, nos termos da Emenda nº 6-CCJ (Substitutivo), que oferece; e pela prejudicialidade das matérias que tramitam em conjunto.

73

PROJETO DE LEI DO SENADO N° 209, DE 2008

(Tramitando em conjunto com os Projetos de Lei do Senado nºs 175, de 2003Complementar; 316 e 341, de 2004-Complementares; 266, 269, 274, 313, 363, 381 e 390, de 2005-Complementares; 141, 231 e 261, de 2006-Complementares; 265 e 684 de 2007-Complementares; e 17, 84, 184, 236 e 249, de 2008-Complementares)

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei do Senado nº 209, de 2008-Complementar, de autoria do Senador Cristovam Buarque, que altera a Lei nº 64, de 18 de maio de 1990 (Lei de Inelegibilidade), para tornar inelegível agente público denunciado por envolvimento com prostituição infantil.

Pareceres sob nºs 188, de 2006; e 777, de 2008 da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania.

- 1º pronunciamento (sobre o Projeto de Lei do Senado nº 390, de 2005-Complementar), Relator: Senador José Jorge, favorável, com as Emendas de nºs 1 a 5 - CCJ, que apresenta, com votos contrários do Senador Romero Jucá e, em separado, do Senador Sibá Machado;

- 2º pronunciamento (após a aprovação do Requerimento nº 822, de 2008, de tramitação conjunta), Relator: Senador Demóstenes Torres, favorável ao Projeto de Lei do Senado nº 390, de 2005-Complementar, nos termos da Emenda nº 6-CCJ (Substitutivo), que oferece; e pela prejudicialidade das matérias que tramitam em conjunto.

74

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 236, DE 2008 - COMPLEMENTAR

(Tramitam em conjunto os Projetos de Lei do Senado nºs 175, de 2003Complementar; 316 e 341, de 2004-Complementares; 266, 269, 274, 313, 363, 381 e 390, de 2005-Complementares; 141, 231 e 261, de 2006-Complementares; 265 e 684, de 2007-Complementares; 17, 84, 184, 236 e 249, de 2008-Complementares, e 209, de 2008)

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei do Senado nº 236, de 2008-Complementar, de autoria do Senador Epitácio Cafeteira, que altera a redação da alínea *g* da inciso I do

art. 1º da Lei Complementar nº 64, de 18 de maio de 1990, para fazer constar que a contagem do prazo de inelegibilidade do dispositivo em questão é contado a partir da perda do mandato eletivo.

Pareceres sob nºs 188, de 2006; e 777, de 2008 da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania.

- 1º pronunciamento (sobre o Projeto de Lei do Senado nº 390, de 2005-Complementar), Relator: Senador José Jorge, favorável, com as Emendas de nºs 1 a 5 - CCJ, que apresenta, com votos contrários do Senador Romero Jucá e, em separado, do Senador Sibá Machado;

- 2º pronunciamento (após a aprovação do Requerimento nº 822, de 2008, de tramitação conjunta), Relator: Senador Demóstenes Torres, favorável ao Projeto de Lei do Senado nº 390, de 2005-Complementar, nos termos da Emenda nº 6-CCJ (Substitutivo), que oferece; e pela prejudicialidade das matérias que tramitam em conjunto.

75

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 249, DE 2008 - COMPLEMENTAR

(Tramitam em conjunto os Projetos de Lei do Senado nºs 175, de 2003Complementar; 316 e 341, de 2004-Complementares; 266, 269, 274, 313, 363, 381 e 390, de 2005-Complementares; 141, 231 e 261, de 2006-Complementares; 265 e 684, de 2007-Complementares; 17, 84, 184, 236 e 249, de 2008-Complementares, e 209, de 2008)

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei do Senado nº 249, de 2008-Complementar, de autoria do Senador Pedro Simon, que altera a Lei Complementar nº 64, de 18 de maio de 1990, para determinar a inelegibilidade dos que foram condenados pela prática dos crimes que especifica, por improbidade administrativa e para determinar a preferência no julgamento dos processos respectivos.

Pareceres sob nºs 188, de 2006; e 777, de 2008 da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania.

- 1º pronunciamento (sobre o Projeto de Lei do Senado nº 390, de 2005-Complementar), Relator: Senador José Jorge, favorável, com as Emendas de nºs 1 a 5 - CCJ, que apresenta, com votos contrários do Senador Romero Jucá e, em separado, do Senador Sibá Machado;

- 2º pronunciamento (após a aprovação do Requerimento nº 822, de 2008, de tramita-

ção conjunta), Relator: Senador Demóstenes Torres, favorável ao Projeto de Lei do Senado nº 390, de 2005-Complementar, nos termos da Emenda nº 6-CCJ (Substitutivo), que oferece; e pela prejudicialidade das matérias que tramitam em conjunto.

76

PROJETO DE LEI DO SENADO N° 14, DE 2007

*(Incluído em Ordem do Dia
nos termos do Recurso nº 1, de 2009)*

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei do Senado nº 14, de 2007, de autoria do Senador Cristovam Buarque, que *altera a Lei nº 9.394, de 1996, para dispor sobre a obrigatoriedade do ensino da Libras na educação infantil e no ensino fundamental.*

Pareceres sob nºs 1.276 e 2.340, de 2008, da Comissão de Educação, Cultura e Esportes, 1º pronunciamento (sobre o Projeto): Relator ad hoc: Senador Flávio Arns, favorável, nos termos da Emenda nº 1-CE (Substitutivo), que apresenta; 2º pronunciamento (sobre as Emendas nº 2 e 3-Plen): Relatora: Senadora Marisa Serrano, favorável à Emenda nº 2-Plen, e pela aprovação da Emenda nº 3-Plen, na forma de subemenda que apresenta.

77

PROJETO DE LEI DO SENADO N° 117, DE 2007

*(Incluído em Ordem do Dia
nos termos do Recurso nº 19, de 2009)*

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei do Senado nº 117, de 2007, de autoria do Senador Sérgio Zambiasi, que *altera o art. 22 da Lei nº 11.124, de 16 de junho de 2005, para limitar as exigências das instituições financeiras na concessão de financiamentos habitacionais de interesse social.*

Pareceres sob nºs 2.059 e 2.060, de 2009, das Comissões:

- de Assuntos Sociais, Relator: Senador Antonio Carlos Valadares, contrário; e
- de Assuntos Econômicos, Relator: Senador Antonio Carlos Júnior, favorável, com a Emenda nº 1-CAE, que apresenta; com abstenção do Senador Antonio Carlos Valadares.

78

PROJETO DE LEI DO SENADO N° 140, DE 2007 - COMPLEMENTAR

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei do Senado nº 140, de 2007-Complementar, de autoria do Senador Demóstenes Torres, que

altera o art. 1º da Lei Complementar nº 105, de 10 de janeiro de 2001, para especificar os dados financeiros não sigilosos, para fins de investigação de ilícito penal.

Pareceres sob nºs 281 e 706, de 2007, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator: Senador Jarbas Vasconcelos, 1º pronunciamento (sobre o Projeto): favorável, com a Emenda nº 1-CCJ, que apresenta; 2º pronunciamento (sobre a Emenda nº 2-Plen): favorável, nos termos de Subemenda, que oferece.

79

PROJETO DE LEI DO SENADO N° 190, DE 2007

*(Incluído em Ordem do Dia
nos termos do Recurso nº 17, de 2009)*

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei do Senado nº 190, de 2007, de autoria da Senadora Maria do Carmo Alves, que *altera a Lei nº 7.210, de 11 de julho de 1984, para prever o exame criminológico para progressão de regime, livramento condicional, indulto e comutação de pena.*

Parecer sob nº 2.013, de 2009, da Comissão de Constituição Justiça e Cidadania, Relator: Senador Antônio Carlos Júnior, favorável, com a Emenda nº 1-CCJ, que apresenta.

80

PROJETO DE LEI DO SENADO N° 441, DE 2008

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei do Senado nº 441, de 2008 (apresentado como conclusão do Parecer nº 1.135, de 2008, da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa, Relator ad hoc: Senador Flávio Arns), que *altera o art. 30 da Lei nº 8.935, de 18 de novembro de 1994 (Lei dos Cartórios), para incluir, entre os deveres dos notários e oficiais de registro, o encaminhamento de relatório pertinente ao quantitativo de emolumentos recebidos no exercício anterior à corregedoria do tribunal.*

Parecer favorável, sob nº 729, de 2009, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator ad hoc: Senador Renato Casagrande.

81

PROJETO DE LEI DO SENADO N° 235, DE 2009

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei do Senado nº 235, de 2009, de iniciativa da Comissão Parlamentar de Inquérito da Pedo-

filia, que acrescenta inciso VI ao art. 7º da Lei nº 6.815, de 9 de agosto de 1980, para vedar a concessão de visto ao estrangeiro indiciado em outro país pela prática de crime contra a liberdade sexual ou o correspondente ao descrito nos arts. 240 e 241 da Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990.

Parecer favorável, sob nº 1.393, de 2009, da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, Relator: Senador Romeu Tuma.

82

REQUERIMENTO N° 8, DE 2010

Votação, em turno único, do Requerimento nº 8, de 2010, do Senador Acir Gurgacz, solicitando que, sobre o Projeto de Lei da Câmara nº 319, de 2009, que tramita em conjunto com os Projetos de Lei do Senado nºs 91, de 2003; e 271, de 2008, além das Comissões constantes do despacho inicial de distribuição, seja ouvida, também, a de Serviços de Infraestrutura (regulamenta a profissão de motorista).

83

REQUERIMENTO N° 9, DE 2010

Votação, em turno único, do Requerimento nº 9, de 2010, do Senador Renato Casagrande, solicitando que, sobre o Projeto de Lei da Câmara nº 319, de 2009, que tramita em conjunto com os Projetos de Lei do Senado nºs 91, de 2003; e 271, de 2008, além das Comissões constantes do despacho inicial de distribuição, seja ouvida, também, a de Assuntos Econômicos.

84

REQUERIMENTO N° 10, DE 2010

Votação, em turno único, do Requerimento nº 10, de 2010, do Senador Renato Casagrande, solicitando que, sobre o Projeto de Lei da Câmara nº 319, de 2009, que tramita em conjunto com os Projetos de Lei do Senado nºs 91, de 2003; e 271, de 2008, além das Comissões constantes do despacho inicial de distribuição, seja ouvida, também, a de Constituição, Justiça e Cidadania.

85

REQUERIMENTO N° 92, DE 2010

Votação, em turno único, do Requerimento nº 92, de 2010, do Senador Cristovam Buarque, solicitando que, sobre o Projeto de Lei do Senado

nº 30, de 2008, que tramita em conjunto com o Projeto de Lei do Senado nº 421, de 2008, além da Comissão constante do despacho inicial de distribuição, seja ouvida, também, a de Direitos Humanos e Legislação Participativa (cumprimento de pena privativa de liberdade).

86

REQUERIMENTO N° 97, DE 2010

Votação, em turno único, dos Requerimentos nº 97, de 2010, da Senadora Serys Slhessarenko, solicitando que, sobre o Projeto de Lei do Senado nº 30, de 2008, que tramita em conjunto com o Projeto de Lei do Senado nº 421, de 2008, além da Comissão constante do despacho inicial de distribuição, seja ouvida, também, a de Direitos Humanos e Legislação Participativa.

87

REQUERIMENTO N° 98, DE 2010

Votação, em turno único, do Requerimento nº 98, de 2010, da Senadora Serys Slhessarenko, solicitando que, sobre o Projeto de Lei do Senado nº 30, de 2008, que tramita em conjunto com o Projeto de Lei do Senado nº 421, de 2008, além da Comissão constante do despacho inicial de distribuição, seja ouvida, também, a de Assuntos Econômicos.

88

REQUERIMENTO N° 93, DE 2010

Votação, em turno único, do Requerimento nºs 93, de 2010, do Senador Adelmir Santana, solicitando que, sobre o Projeto de Lei do Senado nº 425, de 2003, além da Comissão constante do despacho inicial de distribuição, seja ouvida, também, a de Desenvolvimento Regional e Turismo (regulamenta o exercício da atividade de gastrólogo).

89

REQUERIMENTO N° 94, DE 2010

Votação, em turno único, do Requerimento nºs 94, de 2010, do Senador Adelmir Santana, solicitando que, sobre o Projeto de Lei do Senado nº 425, de 2003, além da Comissão constante do despacho inicial de distribuição, seja ouvida, também, a de Constituição, Justiça e Cidadania.

90

REQUERIMENTO N° 95, DE 2010

Votação, em turno único, do Requerimento nº 95, de 2010, da Senadora Rosalba Ciarlini, *solicitando que, sobre o Projeto de Lei do Senado nº 74, de 2009, além da Comissão constante do despacho inicial de distribuição,*

seja ouvida, também, a de Assuntos Sociais (disciplina a cremação de cadáveres).

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Está encerrada a sessão.

(Levanta-se a sessão às 16 horas e 24 minutos.)

CONVÊNIO N° 010/2010

(Processo nº 021.902/09-7)

CONVÊNIO QUE ENTRE SI FAZEM O SENADO FEDERAL E O BANCO ARBI S/A., PARA EMPRÉSTIMOS A SENADORES E SERVIDORES, SOB CONSIGNAÇÃO EM FOLHA DE PAGAMENTO.

O SENADO FEDERAL, com sede em Brasília-DF, inscrito no CNPJ sob o nº 00.530.279/0001-15, representado pelo seu Diretor-Geral, HAROLDO FEITOSA TAJRA, e, do outro lado, o BANCO ARBI S/A., inscrito no CNPJ sob o nº 54.403.563/0001-50, com sede na Avenida Niemeyer, nº 02 – Térreo - Parte, Bairro Leblon, Rio de Janeiro – RJ, CEP: 22.450-220, Tel. (21) 2529-1800, Fax: (21) 2529-1880, site na internet: www.bancoarbi.com.br, doravante designado CONVENIADO, por meio de seu representante abaixo assinado, ajustam e convencionam a concessão de empréstimos sob garantia de consignação em folha de pagamento dos servidores do Senado Federal, sujeitando-se as partes às normas disciplinares do Ato da Comissão Diretora do Senado Federal nº 15, de 2005, e do Ato do Primeiro-Secretário nº 61, de 2009, da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, e, no que couber, dos Decretos nº. 6.386, de 29 de fevereiro de 2008, e 93.872, de 23 de dezembro de 1986, mediante as cláusulas que se seguem:

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

O presente Convênio tem por objeto possibilitar ao CONVENIADO, respeitada a sua programação orçamentária e as suas normas operacionais, conceder empréstimo mediante consignação em folha de pagamento aos servidores do Senado Federal.

PARÁGRAFO ÚNICO - A soma mensal das consignações facultativas de cada servidor não poderá exceder o valor equivalente a 30% (trinta por cento) de sua respectiva remuneração mensal, aí incluída a amortização do empréstimo objeto do presente Convênio, conforme preceitua o artigo 6º do Ato do Primeiro-Secretário nº 61, de 2009.

CLÁUSULA SEGUNDA - DO EMPRÉSTIMO

Os empréstimos serão concedidos por intermédio de qualquer agência do CONVENIADO.

PARÁGRAFO ÚNICO - Cada Carta-Proposta/Contrato, após devidamente formalizada e deferida pelo **CONVENIADO**, fica vinculada a este Instrumento, para efeito de realização das consignações aqui estabelecidas.

CLÁUSULA TERCEIRA - DOS ENCARGOS DO SENADO FEDERAL

Durante a vigência deste Convênio, o SENADO FEDERAL compromete-se a:

1. encarregar-se da distribuição e acolhimento das Cartas-Propostas/Contratos para Concessão de Empréstimos mediante Consignação em Folha de Pagamento dos Proponentes, do processamento das operações e das averbações na folha de pagamento dos seus servidores;

2. designar os titulares, bem como os respectivos substitutos das unidades de pagamento de pessoal, para responderem, mediante o devido preenchimento e assinatura das fichas de acolhimento de autógrafos, pelas informações, de caráter financeiro, a serem prestadas por meio dos expedientes destinados ao processamento dos empréstimos de que trata o presente Convênio; e

3. proceder, mediante simples comunicação por escrito ao **CONVENIADO**, a substituição, cancelamento e/ou constituição de novos responsáveis, de que trata o item anterior, vigorando tais alterações a partir do dia seguinte ao da entrega da referida comunicação na Agência do **CONVENIADO**, especificada na Cláusula Segunda.

PARÁGRAFO ÚNICO - A consignação em folha de pagamento não implica co-responsabilidade do SENADO FEDERAL por dívidas ou compromissos pecuniários assumidos pelo servidor.

CLÁUSULA QUARTA - DOS ENCARGOS DO CONVENIADO

Do **CONVENIADO** será cobrada mensalmente a quantia fixada em Ato do Diretor-Geral do Senado Federal, vigente à época da assinatura do contrato, por linha impressa no contracheque de cada servidor proponente, referente aos custos de geração de arquivos magnéticos e impressão de relatórios de consignações.

PARÁGRAFO PRIMEIRO – O **CONVENIADO** encaminhará ao Senado Federal, quando do credenciamento e mensalmente, informações atualizadas referentes a taxa de juros, prazos de financiamento, tarifas praticadas, IOF (Imposto sobre Operações Financeiras), nos padrões de informatização adotados pela Secretaria de Recursos Humanos.

PARÁGRAFO SEGUNDO – O **CONVENIADO** se obriga a fornecer aos consignados extrato e documentos relativos à consignações mensais, sem ônus, desde que solicitado, contendo os dados detalhados dos juros incidentes, saldo devedor, valor amortizado e número de prestações restantes, sob pena de aplicação das sanções previstas na Cláusula Nona deste Instrumento.

PARÁGRAFO TERCEIRO – O CONVENIADO se obriga a entregar ao servidor a segunda via do contrato de empréstimo no prazo de 15 (quinze) dias após a sua assinatura.

CLÁUSULA QUINTA - DA FISCALIZAÇÃO

Caberá ao **CONVENIADO** a indicação de responsável técnico, de seu próprio quadro de empregados (gestor), pelo acompanhamento e fiscalização deste Convênio, o qual deverá atuar em conjunto com os gestores designados pelo SENADO FEDERAL.

PARÁGRAFO ÚNICO – Os responsáveis indicados nesta Cláusula serão formalmente cientificados de suas responsabilidades administrativa, civil e penal, na forma da lei.

CLÁUSULA SEXTA - DO PAGAMENTO DAS PRESTAÇÕES

O SENADO FEDERAL obriga-se a recolher ao **CONVENIADO**, mensalmente, até o último dia útil de cada mês, o total das prestações devidas por seus servidores, para amortização ou liquidação dos empréstimos, em sua conta corrente, a ser informada pelo **CONVENIADO**.

CLÁUSULA SÉTIMA - DO DESLIGAMENTO DO SERVIDOR

Ocorrendo desligamento do servidor, por qualquer motivo, o SENADO FEDERAL se obriga a comunicar o fato, imediatamente, ao **CONVENIADO**, na forma do que estabelece a Cláusula Décima Primeira.

PARÁGRAFO ÚNICO – Na hipótese acima, a responsabilidade por eventuais débitos ainda não saldados, tendo por base o empréstimo concedido por meio deste Convênio, será assumida inteiramente pelo ex-servidor ou por seus representantes legais para este fim constituídos.

CLÁUSULA OITAVA - DA VIGÊNCIA E VALIDADE

O prazo de execução do presente Convênio será de 60 (sessenta) meses, a contar de sua assinatura, tendo eficácia após a publicação do seu extrato no Diário do Senado Federal.

CLÁUSULA NONA - DAS SANÇÕES

O descumprimento pelo **CONVENIADO** das obrigações previstas no Ato da Comissão Diretora do Senado Federal nº 15, de 2005, no Ato do Primeiro-Secretário nº 61, de 2009, e neste Convênio, o sujeitará às sanções no parágrafo segundo desta cláusula, sem prejuízo das estabelecidas no art. 87 da Lei 8.666/93, garantido o direito de defesa.

PARÁGRAFO PRIMEIRO – Os valores referentes a descontos considerados indevidos deverão ser integralmente resarcidos ao prejudicado no prazo

máximo de 30 (trinta) dias contados da constatação da irregularidade, na forma pactuada entre o consignatário e o consignado.

PARÁGRAFO SEGUNDO – O descumprimento do disposto no parágrafo primeiro implica, assegurado o devido processo legal:

I – suspensão do repasse dos valores mensais previstos no respectivo contrato;

II – suspensão temporária do credenciamento da entidade consignatária, com suspensão do repasse dos valores mensais que lhe foram consignados;

III – descredenciamento definitivo da entidade consignatária, com suspensão do repasse da totalidade dos valores que lhe foram consignados, até que se proceda a liquidação definitiva.

CLÁUSULA DÉCIMA - DA RESCISÃO

É facultado às partes denunciar o presente Convênio a qualquer tempo, mediante aviso escrito, com antecedência de, no mínimo, 30 (trinta) dias, o que implicará na suspensão imediata do processamento dos empréstimos ainda não averbados, remanescendo, porém, as obrigações assumidas pelas partes nos contratos de financiamentos já formalizados, até a efetiva liquidação destes.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DO CANCELAMENTO DAS CONSIGNAÇÕES

Independentemente de contrato ou convênio entre o consignatário e o consignante, o pedido de cancelamento de consignação por parte do servidor deve ser atendido, com a cessação do desconto na folha de pagamento do mês em que foi formalizado o pleito, ou na do mês imediatamente seguinte, caso já tenha sido processada.

PARÁGRAFO ÚNICO - A consignação relativa à amortização de empréstimo somente poderá ser cancelada com a aquiescência do servidor e do consignatário.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DO CÁLCULO DA REMUNERAÇÃO

A soma mensal das consignações facultativas de cada consignado não excederá a trinta por cento da respectiva remuneração.

PARÁGRAFO PRIMEIRO – Quando o limite previsto no caput desta cláusula for extrapolado, mediante acordo entre consignatário e consignado, o saldo devedor poderá ser refinanciado por prazo superior ao prazo de amortização fixado por Ato da Comissão Diretora do Senado Federal, desde que o valor das prestações mensais seja idêntico ao valor máximo da margem consignável do servidor, ressalvada a última parcela de valor residual.

PARÁGRAFO SEGUNDO – Considera-se remuneração para fins deste Instrumento, a soma dos vencimentos com os adicionais de caráter individual e demais vantagens, nestas compreendidas a fixada no art. 6º da Resolução nº 42, de 1993, à razão de 1/12 (um doze avos) do valor anualizado, as relativas à natureza ou ao local de

trabalho e a prevista no art. 62-A da Lei nº 8.112, de 1990, ou outra paga sob o mesmo fundamento, sendo excluídas:

I - diárias;

II - ajuda-de-custo

III - indenização da despesa do transporte quando o servidor, em caráter permanente, for mandado servir em nova sede;

IV - salário-família;

V - gratificação natalina;

VI - gratificação pela participação em comissão especial ou similar;

VII - auxílio-natalidade;

VIII - auxílio-moradia;

IX - auxílio-funeral;

X - auxílio-alimentação;

XI - auxílio-creche;

XII - adicional de férias;

XIII - adicional pela prestação de serviço extraordinário;

XIV - adicional noturno;

XV - adicional de insalubridade;

XVI - vantagem ou benefício reconhecido a título de exercício anterior; e

XVII - qualquer outro auxílio ou adicional estabelecido por lei e que tenha caráter indenizatório.

PARÁGRAFO TERCEIRO- A soma das consignações facultativas com as compulsórias não poderá exceder a setenta por cento da remuneração do consignado, apurada na forma do § 1º do art. 6º do Ato nº 61, de 2009 do Primeiro-Secretário.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - DAS CONSIDERAÇÕES GERAIS

Qualquer tolerância de uma das partes para com a outra só importará em modificação do presente Convênio se expressamente formalizada e acatada pelas partes.

PARÁGRAFO ÚNICO. Todos os avisos, comunicações ou notificações inerentes a este Convênio devem ser feitos por escrito e serão válidos mediante o envio de carta registrada ou por notificação em Cartório, conforme opção das partes, diretamente aos endereços constantes deste Termo, ou que forem comunicados posteriormente à sua assinatura.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA - FUNDAMENTO LEGAL

O presente Convênio rege-se nos termos previstos no Ato da Comissão Diretora do Senado Federal n.º 15, de 2005, e no Ato do Primeiro-Secretário nº 61, de 2009, aplicando-se ainda a norma prevista no Decreto nº 93.872, de 23 de dezembro de 1986, bem assim, subsidiariamente, as disposições das Leis n.ºs 8.666/93 e 8.078/90.

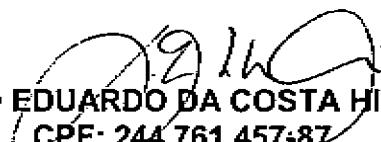
CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA - DO FORO

As questões decorrentes da execução deste instrumento, que não possam ser dirimidas administrativamente, serão processadas e julgadas na Justiça Federal, no Foro da Cidade de Brasília-DF, Seção Judiciária do Distrito Federal, com exclusão de qualquer outro por mais privilegiado que seja.

E para firmeza e validade do pactuado, assinam o presente Convênio em 02 (duas) vias de igual teor, na presença das testemunhas abaixo, para que produza os devidos e legais efeitos.

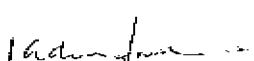
Brasília-DF, 01 de Marcos de 2010.


HAROLDO FEITOSATATRA
DIRETOR-GERAL DO SENADO


LEO EDUARDO DA COSTA HIME
CPF: 244.761.457-87
CI: 2.573.422 IFP/RJ
BANCO ARBI S/A


VERÔNICA BEZERRA TAVARES
CPF: 800.847.027-53
CI: 06.188.000-1S DETRAN/RJ
BANCO ARBI S/A


Diretor da SADCON


Diretor da SSPLAC

CONVÉNIO N° 0011/2010
(Processo nº 021.355/09-6)

CONVÉNIO QUE ENTRE SI FAZEM O
SENADO FEDERAL E O BANCO FINASA
BMC S.A, PARA EMPRÉSTIMOS A
SENADORES E SERVIDORES, SOB
CONSIGNAÇÃO EM FOLHA DE PAGAMENTO.

O SENADO FEDERAL, com sede em Brasília-DF, inscrito no CNPJ sob o n.º 00.530.279/0001-15, representado pelo seu Diretor-Geral, HAROLDO FEITOSA TAJRA, e, do outro lado, o BANCO FINASA BMC S.A, inscrito no CNPJ sob o nº 07.207.996/0001-50, com sede na Avenida das Nações Unidas, 12.995, 24º andar, Chácara Itaim, São Paulo – SP, CEP: 04.578-000, Agência Brasília: SCS Quadra 02, Bloco "B", 2º andar, telefone: (61) 3218-1315 / 3218-1344, fax: (61) 3218-1068, doravante designado CONVENIADO, por meio de seus representantes abaixo assinados, ajustam e convencionam a concessão de empréstimos sob garantia de consignação em folha de pagamento dos servidores do Senado Federal, sujeitando-se as partes às normas disciplinares do Ato da Comissão Diretora do Senado Federal nº 15, de 2005, e do Ato do Primeiro-Secretário nº 61, de 2009, da Lei nº 8666, de 21 de junho de 1993, e, no que couber, dos Decretos nº 6.386, de 29 de fevereiro de 2008, e 93.872, de 23 de dezembro de 1986, mediante as cláusulas que se seguem:

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

O presente Convênio tem por objeto possibilitar ao CONVENIADO, respeitada a sua programação orçamentária e as suas normas operacionais, conceder empréstimo mediante consignação em folha de pagamento aos servidores do Senado Federal.

PARÁGRAFO ÚNICO - A soma mensal das consignações facultativas de cada servidor não poderá exceder o valor equivalente a 30% (trinta por cento) de sua respectiva remuneração mensal, ai incluída a amortização do empréstimo objeto do presente Convênio, conforme preceitua o artigo 6º do Ato do Primeiro-Secretário nº 61, de 2009.

CLÁUSULA SEGUNDA - DO EMPRÉSTIMO

Os empréstimos serão concedidos por intermédio de qualquer agência do CONVENIADO.

PARÁGRAFO ÚNICO - Cada Carta-Proposta/Contrato, após devidamente formalizada e deferida pelo CONVENIADO, fica vinculada a este Instrumento, para efeito de realização das consignações aqui estabelecidas.

CLÁUSULA TERCEIRA - DOS ENCARGOS DO SENADO FEDERAL

Durante a vigência deste Convênio, o SENADO FEDERAL compromete-se a:

1. encarregar-se da distribuição e acolhimento das Cartas-Propostas/Contratos para Concessão de Empréstimos mediante Consignação em Folha de Pagamento dos Proponentes, do processamento das operações e das averbações na folha de pagamento dos seus servidores;

2. designar os titulares, bem como os respectivos substitutos das unidades de pagamento de pessoal, para responderem, mediante o devido preenchimento e assinatura das fichas de acolhimento de autógrafos, pelas informações, de caráter financeiro, a serem prestadas por meio dos expedientes destinados ao processamento dos empréstimos de que trata o presente Convênio; e

3. proceder, mediante simples comunicação por escrito ao CONVENIADO, a substituição, cancelamento e/ou constituição de novos responsáveis, de que trata o item anterior, vigorando tais alterações a partir do dia seguinte ao da entrega da referida comunicação na Agência do CONVENIADO, especificada na Cláusula Segunda.

PARÁGRAFO ÚNICO - A consignação em folha de pagamento não implica co-responsabilidade do SENADO FEDERAL por dívidas ou compromissos pecuniários assumidos pelo servidor.

CLÁUSULA QUARTA - DOS ENCARGOS DO CONVENIADO

Do CONVENIADO será cobrada mensalmente a quantia fixada em Ato do Diretor-Geral do Senado Federal, vigente à época da assinatura do contrato, por linha impressa no contracheque de cada servidor proponente, referente aos custos de geração de arquivos magnéticos e impressão de relatórios de consignações.

PARÁGRAFO PRIMEIRO – O CONVENIADO encaminhará ao Senado Federal, quando do credenciamento e mensalmente, informações atualizadas referentes a taxa de juros, prazos de financiamento, tarifas praticadas, IOF (Imposto sobre Operações Financeiras), nos padrões de informatização adotados pela Secretaria de Recursos Humanos.

PARÁGRAFO SEGUNDO – O CONVENIADO se obriga a fornecer aos consignados extrato e documentos relativos à consignações mensais, sem ônus, desde que solicitado, contendo os dados detalhados dos juros incidentes, saldo devedor, valor amortizado e número de prestações restantes, sob pena de aplicação das sanções previstas na Cláusula Nona deste Instrumento.

PARÁGRAFO TERCEIRO – O CONVENIADO se obriga a entregar ao servidor a segunda via do contrato de empréstimo no prazo de 15 (quinze) dias após a sua assinatura.

CLÁUSULA QUINTA - DA FISCALIZAÇÃO

Caberá ao **CONVENIADO** a indicação de responsável técnico, de seu próprio quadro de empregados (gestor), pelo acompanhamento e fiscalização deste Convênio, o qual deverá atuar em conjunto com os gestores designados pelo **SENADO FEDERAL**.

PARÁGRAFO ÚNICO – Os responsáveis indicados nesta Cláusula serão formalmente cientificados de suas responsabilidades administrativa, civil e penal, na forma da lei.

CLÁUSULA SEXTA - DO PAGAMENTO DAS PRESTAÇÕES

O **SENADO FEDERAL** obriga-se a recolher ao **CONVENIADO**, mensalmente, até o último dia útil de cada mês, o total das prestações devidas por seus servidores, para amortização ou liquidação dos empréstimos, em sua conta corrente, a ser informada pelo **CONVENIADO**.

CLÁUSULA SÉTIMA - DO DESLIGAMENTO DO SERVIDOR

Ocorrendo desligamento do servidor, por qualquer motivo, o **SENADO FEDERAL** se obriga a comunicar o fato, imediatamente, ao **CONVENIADO**, na forma do que estabelece a Cláusula Décima Primeira.

PARÁGRAFO ÚNICO – Na hipótese acima, a responsabilidade por eventuais débitos ainda não saldados, tendo por base o empréstimo concedido por meio deste Convênio, será assumida inteiramente pelo ex-servidor ou por seus representantes legais para este fim constituídos.

CLÁUSULA OITAVA - DA VIGÊNCIA E VALIDADE

O prazo de execução do presente Convênio será de 60 (sessenta) meses, a contar de sua assinatura, tendo eficácia após a publicação do seu extrato no Diário do Senado Federal.

CLÁUSULA NONA - DAS SANÇÕES

O descumprimento pelo **CONVENIADO** das obrigações previstas no Ato da Comissão Diretora do Senado Federal nº 15, de 2005, no Ato do Primeiro-Secretário nº 61, de 2009, e neste Convênio, o sujeitará às sanções no parágrafo segundo desta cláusula, sem prejuízo das estabelecidas no art. 87 da Lei 8.666/93, garantido o direito de defesa.

PARÁGRAFO PRIMEIRO – Os valores referentes a descontos considerados indevidos deverão ser integralmente resarcidos ao prejudicado no prazo máximo de 30 (trinta) dias contados da constatação da irregularidade, na forma pactuada entre o consignatário e o consignado.

PARÁGRAFO SEGUNDO – O descumprimento do disposto no parágrafo primeiro implica, assegurado o devido processo legal:

I – suspensão do repasse dos valores mensais previstos no respectivo contrato;

II – suspensão temporária do credenciamento da entidade consignatária, com suspensão do repasse dos valores mensais que lhe foram consignados;

III – descredenciamento definitivo da entidade consignatária, com suspensão do repasse da totalidade dos valores que lhe foram consignados, até que se proceda a liquidação definitiva.

CLÁUSULA DÉCIMA - DA RESCISÃO

É facultado às partes denunciar o presente Convênio a qualquer tempo, mediante aviso escrito, com antecedência de, no mínimo, 30 (trinta) dias, o que implicará na suspensão imediata do processamento dos empréstimos ainda não averbados, remanescentes, porém, as obrigações assumidas pelas partes nos contratos de financiamentos já formalizados, até a efetiva liquidação destes.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DO CANCELAMENTO DAS CONSIGNAÇÕES

Independentemente de contrato ou convênio entre o consignatário e o consignante, o pedido de cancelamento de consignação por parte do servidor deve ser atendido, com a cessação do desconto na folha de pagamento do mês em que foi formalizado o pleito, ou na do mês imediatamente seguinte, caso já tenha sido processada.

PARÁGRAFO ÚNICO - A consignação relativa à amortização de empréstimo somente poderá ser cancelada com a aquiescência do servidor e do consignatário.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DO CÁLCULO DA REMUNERAÇÃO

A soma mensal das consignações facultativas de cada consignado não excederá a trinta por cento da respectiva remuneração.

PARÁGRAFO PRIMEIRO – Quando o limite previsto no caput desta cláusula for extrapolado, mediante acordo entre consignatário e consignado, o saldo devedor poderá ser refinanciado por prazo superior ao prazo de amortização fixado por Ato da Comissão Diretora do Senado Federal, desde que o valor das prestações mensais seja idêntico ao valor máximo da margem consignável do servidor, ressalvada a última parcela de valor residual.

PARÁGRAFO SEGUNDO – Considera-se remuneração para fins deste instrumento, a soma dos vencimentos com os adicionais de caráter individual e demais vantagens, nestas compreendidas a fixada no art. 6º da Resolução nº 42, de 1993, à razão de 1/12 (um doze avos) do valor anualizado, as relativas à natureza ou ao local de trabalho e a prevista no art. 62-A da Lei nº 8.112, de 1990, ou outra paga sob o mesmo fundamento, sendo excluídas:

I - diárias;

II - ajuda-de-custo

III - indenização da despesa do transporte quando o servidor, em caráter permanente, for mandado servir em nova sede;

IV - salário-família;

V - gratificação natalina;

VI - gratificação pela participação em comissão especial ou similar;

VII - auxílio-natalidade;

VIII - auxílio-moradia;

IX - auxílio-funeral;

X - auxílio-alimentação;

XI - auxílio-creche;

XII - adicional de férias;

XIII - adicional pela prestação de serviço extraordinário;

XIV - adicional noturno;

XV - adicional de insalubridade;

XVI - vantagem ou benefício reconhecido a título de exercício anterior; e

XVII - qualquer outro auxílio ou adicional estabelecido por lei e que tenha caráter indenizatório.

PARÁGRAFO TERCEIRO- A soma das consignações facultativas com as compulsórias não poderá exceder a setenta por cento da remuneração do consignado, apurada na forma do § 1º do art. 6º do Ato nº 61, de 2009 do Primeiro-Secretário.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - DAS CONSIDERAÇÕES GERAIS

Qualquer tolerância de uma das partes para com a outra só importará em modificação do presente Convênio se expressamente formalizada e acatada pelas partes.

PARÁGRAFO ÚNICO. Todos os avisos, comunicações ou notificações inerentes a este Convênio devem ser feitos por escrito e serão válidos mediante o envio de carta registrada ou por notificação em Cartório, conforme opção das partes, diretamente aos endereços constantes deste Termo, ou que forem comunicados posteriormente à sua assinatura.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA - FUNDAMENTO LEGAL

O presente Convênio rege-se nos termos previstos no Ato da Comissão Diretora do Senado Federal nº 15, de 2005, e no Ato do Primeiro-Secretário nº 61, de 2009, aplicando-se ainda a norma prevista no Decreto nº 93.872, de 23 de dezembro de 1986, bem assim, subsidiariamente, as disposições das Leis nºs 8.666/93 e 8.078/90.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA - DO FORO

As questões decorrentes da execução deste instrumento, que não possam ser dirimidas administrativamente, serão processadas e julgadas na Justiça Federal, no Foro da Cidade de Brasília-DF, Seção Judiciária do Distrito Federal, com exclusão de qualquer outro por mais privilegiado que seja.

E para firmeza e validade do pactuado, assinam o presente Convênio em 02 (duas) vias de igual teor, na presença das testemunhas abaixo, para que produza os devidos e legais efeitos.

Brasília-DF, 04 de Março de 2010.


HAROLDO FEITOSA TAJRA
DIRETOR-GERAL DO SENADO

FERNANDO DE ARAÚJO PERRELLI JÚNIOR
CI nº 3371.118 SSP/PE
CPF: 667.483.644-34
BANCO FINASA BMC S.A.


JOSE EDUARDO FERREIRA MACHADO
CI nº 9.806.179 SSP/SP
CPF: 949.154.938-53
BANCO FINASA BMC S.A.


Diretor da SADCON


Marina Gonzalez de Carvalho
Superintendente Executiva


Diretor da SSPLAC

CONVÊNIO N° 0012/2010
(Processo nº 019.039/09-3)

CONVÊNIO QUE ENTRE SI FAZEM O
SENADO FEDERAL E O BANCO ABN AMRO
REAL S/A, PARA EMPRÉSTIMOS A
SENADORES E SERVIDORES, SOB
CONSIGNAÇÃO EM FOLHA DE
PAGAMENTO.

O SENADO FEDERAL, com sede em Brasília-DF, inscrito no CNPJ sob o nº 00.530.279/0001-15, representado pelo seu Diretor-Geral, HAROLDO FEITOSA TAJRA, e, do outro lado, o BANCO ABN AMRO REAL S/A, inscrito no CNPJ sob o nº 33.066.408/0001-15, com sede na Avenida Paulista 1374, 7º andar, Bela Vista-SP. CEP: 1310-916, telefone (61) 3325-6595, fax (61) 3223-5007, doravante designado CONVENIADO, por meio de seus representantes abaixo assinados, ajustam e convencionam a concessão de empréstimos sob garantia de consignação em folha de pagamento dos servidores do Senado Federal, sujeitando-se as partes às normas disciplinares do Ato da Comissão Diretora do Senado Federal nº 15, de 2005, e do Ato do Primeiro-Secretário nº 61, de 2009, da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, e, no que couber, dos Decretos nº 6.386, de 29 de fevereiro de 2008, e 93.872, de 23 de dezembro de 1986, mediante as cláusulas que se seguem:

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

O presente Convênio tem por objeto possibilitar ao CONVENIADO, respeitada a sua programação orçamentária e as suas normas operacionais, conceder empréstimo mediante consignação em folha de pagamento aos servidores do Senado Federal.

PARÁGRAFO ÚNICO - A soma mensal das consignações facultativas de cada servidor não poderá exceder o valor equivalente a 30% (Trinta por cento) de sua respectiva remuneração mensal, aí incluída a amortização do empréstimo objeto do presente Convênio, conforme preceitua o artigo 6º do Ato do Primeiro-Secretário nº 61, de 2009.

CLÁUSULA SEGUNDA - DO EMPRÉSTIMO

Os empréstimos serão concedidos por intermédio de qualquer agência do CONVENIADO.

PARÁGRAFO ÚNICO - Cada Carta-Proposta/Contrato, após devidamente formalizada e deferida pelo CONVENIADO, fica vinculada a este Instrumento, para efeito de realização das consignações aqui estabelecidas.

CLÁUSULA TERCEIRA - DOS ENCARGOS DO SENADO FEDERAL

Durante a vigência deste Convênio, o SENADO FEDERAL compromete-se a:

1. encarregar-se da distribuição e acolhimento das Cartas-Propostas/Contratos para Concessão de Empréstimos mediante Consignação em Folha de Pagamento dos Proponentes, do processamento das operações e das averbações na folha de pagamento dos seus servidores;

2. designar os titulares, bem como os respectivos substitutos das unidades de pagamento de pessoal, para responderem, mediante o devido preenchimento e assinatura das fichas de acolhimento de autógrafos, pelas informações, de caráter financeiro, a serem prestadas por meio dos expedientes destinados ao processamento dos empréstimos de que trata o presente Convênio; e

3. proceder, mediante simples comunicação por escrito ao CONVENIADO, à substituição, cancelamento e/ou constituição de novos responsáveis, de que trata o item anterior, vigorando tais alterações a partir do dia seguinte ao da entrega da referida comunicação na Agência do CONVENIADO, especificada na Cláusula Segunda.

PARÁGRAFO ÚNICO - A consignação em folha de pagamento não implica co-responsabilidade do SENADO FEDERAL por dívidas ou compromissos pecuniários assumidos pelo servidor.

CLÁUSULA QUARTA - DOS ENCARGOS DO CONVENIADO

Do CONVENIADO será cobrada mensalmente a quantia fixada em Ato do Diretor-Geral do Senado Federal, vigente à época da assinatura do contrato, por linha impressa no contracheque de cada servidor proponente, referente aos custos de geração de arquivos magnéticos e impressão de relatórios de consignações.

PARÁGRAFO PRIMEIRO – O CONVENIADO encaminhará ao Senado Federal, quando do credenciamento e mensalmente, informações atualizadas referentes a taxa de juros, prazos de financiamento, tarifas praticadas, IOF (Imposto sobre Operações Financeiras), nos padrões de informatização adotados pela Secretaria de Recursos Humanos.

PARÁGRAFO SEGUNDO – O CONVENIADO se obriga a fornecer aos consignados extrato e documentos relativos à consignações mensais, sem ônus, desde que solicitado, contendo os dados detalhados dos juros incidentes, saldo devedor, valor amortizado e número de prestações restantes, sob pena de aplicação das sanções previstas na Cláusula Nona deste Instrumento.

PARÁGRAFO TERCEIRO – O CONVENIADO se obriga a entregar ao servidor a segunda via do contrato de empréstimo no prazo de 15 (quinze) dias após a sua assinatura.

CLÁUSULA QUINTA - DA FISCALIZAÇÃO

Caberá ao CONVENIADO a indicação de responsável técnico, de seu próprio quadro de empregados (gestor), pelo acompanhamento e fiscalização deste Convênio, o qual deverá atuar em conjunto com os gestores designados pelo SENADO FEDERAL.

PARÁGRAFO ÚNICO – Os responsáveis indicados nesta Cláusula serão formalmente cientificados de suas responsabilidades administrativa, civil e penal, na forma da lei.

CLÁUSULA SEXTA - DO PAGAMENTO DAS PRESTAÇÕES

O SENADO FEDERAL obriga-se a recolher ao CONVENIADO, mensalmente, até o último dia útil de cada mês, o total das prestações devidas por seus servidores, para amortização ou liquidação dos empréstimos, em sua conta corrente, a ser informada pelo CONVENIADO.

CLÁUSULA SÉTIMA - DO DESLIGAMENTO DO SERVIDOR

Ocorrendo desligamento do servidor, por qualquer motivo, o SENADO FEDERAL se obriga a comunicar o fato, imediatamente, ao CONVENIADO, na forma do que estabeleça a Cláusula Décima Primeira.

PARÁGRAFO ÚNICO – Na hipótese acima, a responsabilidade por eventuais débitos ainda não saldados, tendo por base o empréstimo concedido por meio deste Convênio, será assumida inteiramente pelo ex-servidor ou por seus representantes legais para este fim constituídos.

CLÁUSULA OITAVA - DA VIGÊNCIA E VALIDADE

O prazo de execução do presente Convênio será de 60 (sessenta) meses, a contar de sua assinatura, tendo eficácia após a publicação do seu extrato no Diário do Senado Federal.

CLÁUSULA NONA - DAS SANÇÕES

O descumprimento pelo CONVENIADO das obrigações previstas no Ato da Comissão Diretora do Senado Federal nº 15, de 2005, no Ato do Primeiro-Secretário nº 6º de 2009, e neste Convênio, o sujeitará às sanções no parágrafo segundo desta cláusula, sem prejuízo das estabelecidas no art. 87 da Lei 8.666/93, garantido o direito de defesa.

PARÁGRAFO PRIMEIRO – Os valores referentes a descontos considerados indevidos deverão ser integralmente resarcidos ao prejudicado no prazo máximo de 30 (trinta) dias contados da constatação da irregularidade, na forma pactuada entre o consignatário e o consignado.

PARÁGRAFO SEGUNDO – O descumprimento do disposto no parágrafo primeiro implica, assegurado o devido processo legal:

I – suspensão do repasse dos valores mensais previstos no respectivo contrato;

II – suspensão temporária do credenciamento da entidade consignatária, com suspensão do repasse dos valores mensais que lhe foram consignados;

III – descredenciamento definitivo da entidade consignatária, com suspensão do repasse da totalidade dos valores que lhe foram consignados, até que se proceda a liquidação definitiva.

CLÁUSULA DÉCIMA - DA RESCISÃO

É facultado às partes denunciar o presente Convênio a qualquer tempo, mediante aviso escrito, com antecedência de, no mínimo, 30 (trinta) dias, o que implicará na suspensão imediata do processamento dos empréstimos ainda não averbados, remanescendo, porém, as obrigações assumidas pelas partes nos contratos de financiamentos já formalizados, até a efetiva liquidação destes.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DO CANCELAMENTO DAS CONSIGNAÇÕES

Independentemente de contrato ou convênio entre o consignatário e o consignante, o pedido de cancelamento de consignação por parte do servidor deve ser atendido, com a cessação do desconto na folha de pagamento do mês em que foi formalizado o pleito, ou na do mês imediatamente seguinte, caso já tenha sido processada.

PARÁGRAFO ÚNICO - A consignação relativa à amortização de empréstimo somente poderá ser cancelada com a aquiescência do servidor e do consignatário.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DO CÁLCULO DA REMUNERAÇÃO

A soma mensal das consignações facultativas de cada consignado não excederá a trinta por cento da respectiva remuneração.

PARÁGRAFO PRIMEIRO – Quando o limite previsto no caput desta cláusula for extrapolado, mediante acordo entre consignatário e consignado, o saldo devedor poderá ser refinanciado por prazo superior ao prazo de amortização fixado por Ato da Comissão Diretora do Serviço Federal, desde que o valor das prestações mensais seja idêntico ao valor máximo da margem consignável do servidor, ressalvada a última parcela de vencimento residual.

PARÁGRAFO SEGUNDO – Considera-se remuneração para fins deste instrumento, a soma dos vencimentos com os adicionais de caráter individual e demais vantagens, nestas compreendidas a fixada no art. 6º da Resolução nº 42, de 1993, à razão

de 1/12 (um doze avos) do valor anualizado, as relativas à natureza ou ao local de trabalho e a prevista no art. 62-A da Lei nº 8.112, de 1990, ou outra paga sob o mesmo fundamento, sendo excluídas:

I - diárias;

II - ajuda-de-custo

III - indenização da despesa do transporte quando o servidor, em caráter permanente, for mandado servir em nova sede;

IV - salário-família;

V - gratificação natalina;

VI - gratificação pela participação em comissão especial ou similar;

VII - auxílio-natalidade;

VIII - auxílio-moradia;

IX - auxílio-funeral;

X - auxílio-alimentação;

XI - auxílio-creche;

XII - adicional de férias;

XIII - adicional pela prestação de serviço extraordinário;

XIV - adicional noturno;

XV - adicional de insalubridade;

XVI - vantagem ou benefício reconhecido a título de exercício anterior; e

XVII - qualquer outro auxílio ou adicional estabelecido por lei e que tenha caráter indenizatório.

PARÁGRAFO TERCEIRO- A soma das consignações facultativas com as compulsórias não poderá exceder a setenta por cento da remuneração do consignado, apurada na forma do § 1º do art. 6º do Ato nº 61, de 2009 do Primeiro-Secretário.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - DAS CONSIDERAÇÕES GERAIS

Qualquer tolerância de uma das partes para com a outra só importará em modificação do presente Convênio se expressamente formalizada e acatada pelas partes

PARÁGRAFO ÚNICO. Todos os avisos, comunicações ou notificações inerentes a este Convênio devem ser feitos por escrito e serão válidos mediante o envio de carta registrada ou por notificação em Cartório, conforme opção das partes, diretamente aos endereços constantes deste Termo, ou que forem comunicados posteriormente à sua assinatura.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA - FUNDAMENTO LEGAL

O presente Convênio rege-se nos termos previstos no Ato da Comissão Diretora do Senado Federal nº 15, de 2005, e no Ato do Primeiro-Secretário nº 61, de 2009, aplicando-se ainda a norma prevista no Decreto nº 93.872, de 23 de dezembro de 1986, bem assim, subsidiariamente, as disposições das Leis nºs 8.666/93 e 8.078/90.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA - DO FORO

As questões decorrentes da execução deste instrumento, que não possam ser dirimidas administrativamente, serão processadas e julgadas na Justiça Federal, no Foro da Cidade de Brasília-DF, Seção Judiciária do Distrito Federal, com exclusão de qualquer outro por mais privilegiado que seja.

E para firmeza e validade do pactuado, assinam o presente Convênio em 02 (duas) vias de igual teor, na presença das testemunhas abaixo, para que produza os devidos e legais efeitos.

Brasília-DF, 04 de 22/03/2010 de 2010.


HAROLDO FEITOSA TAJRA
DIRETOR-GERAL DO SENADO

JAPIR JOSÉ DO PRADO
CPF: 009.070.066-04
RG nº 186.463 SSP/DF
BANCO ABN AMRO REAL S/A.


WALLEN JUSCELINO GERMANO RIBEIRO
CPF: nº 242.520.001-06
RG nº 1.081.006 SSP/GO
BANCO ABN AMRO REAL S/A.

Diretor da SADCON

Diretor da SSPLAC

COMPOSIÇÃO DO SENADO FEDERAL NA 53^a LEGISLATURA (por Unidade da Federação)

Bahia

Minoria-DEM - Antonio Carlos Júnior* (S)
Bloco-PR - César Borges*
PDT - João Durval**

Rio de Janeiro

Bloco-PRB - Marcelo Crivella*
Maioria-PMDB - Paulo Duque* (S)
Maioria-PP - Francisco Dornelles**

Maranhão

Maioria-PMDB - Lobão Filho* (S)
Maioria-PMDB - Mauro Fecury* (S)
PTB - Epitácio Cafeteira**

Pará

Minoria-PSDB - Flexa Ribeiro* (S)
PSOL - José Nery* (S)
Minoria-PSDB - Mário Couto**

Pernambuco

Minoria-DEM - Marco Maciel*
Minoria-PSDB - Sérgio Guerra*
Maioria-PMDB - Jarbas Vasconcelos**

São Paulo

Bloco-PT - Aloizio Mercadante*
PTB - Romeu Tuma*
Bloco-PT - Eduardo Suplicy**

Minas Gerais

Minoria-PSDB - Eduardo Azeredo*
Maioria-PMDB - Wellington Salgado de Oliveira* (S)
Minoria-DEM - Eliseu Resende**

Goiás

Minoria-DEM - Demóstenes Torres*
Minoria-PSDB - Lúcia Vânia*
Minoria-PSDB - Marconi Perillo**

Mato Grosso

Minoria-DEM - Gilberto Goellner* (S)
Bloco-PT - Serys Slhessarenko*
Minoria-DEM - Jayme Campos**

Rio Grande do Sul

Bloco-PT - Paulo Paim*
PTB - Sérgio Zambiassi*
Maioria-PMDB - Pedro Simon**

Ceará

PDT - Patrícia Saboya*
Minoria-PSDB - Tasso Jereissati*
Bloco-PC DO B - Inácio Arruda**

Paraíba

Minoria-DEM - Efraim Morais*
Bloco-PRB - Roberto Cavalcanti* (S)
Minoria-PSDB - Cícero Lucena**

Espírito Santo

Maioria-PMDB - Gerson Camata*
Bloco-PR - Magno Malta*
Bloco-PSB - Renato Casagrande**

Piauí

Minoria-DEM - Heráclito Fortes*
PSC - Mão Santa*
PTB - João Vicente Claudino**

Rio Grande do Norte

Maioria-PMDB - Garibaldi Alves Filho*
Minoria-DEM - José Agripino*
Minoria-DEM - Rosalba Ciarlini**

Santa Catarina

Bloco-PT - Ideli Salvatti*
Maioria-PMDB - Neuto De Conto* (S)
Minoria-DEM - Raimundo Colombo**

Alagoas

Minoria-PSDB - João Tenório* (S)
Maioria-PMDB - Renan Calheiros*
PTB - Fernando Collor**

Sergipe

Maioria-PMDB - Almeida Lima*
Bloco-PSB - Antonio Carlos Valadares*
Minoria-DEM - Maria do Carmo Alves**

Mandatos

*: Período 2003/2011 **: Período 2007/2015

Amazonas

Minoria-PSDB - Arthur Virgílio*
PDT - Jefferson Praia* (S)
Bloco-PT - João Pedro** (S)

Paraná

Minoria-PSDB - Flávio Arns*
PDT - Osmar Dias*
Minoria-PSDB - Alvaro Dias**

Acre

Maioria-PMDB - Geraldo Mesquita Júnior*
PV - Marina Silva*
Bloco-PT - Tião Viana**

Mato Grosso do Sul

Bloco-PT - Delcídio Amaral*
Maioria-PMDB - Valter Pereira* (S)
Minoria-PSDB - Marisa Serrano**

Distrito Federal

Minoria-DEM - Adelmir Santana* (S)
PDT - Cristovam Buarque*
PTB - Gim Argello** (S)

Rondônia

Bloco-PT - Fátima Cleide*
Maioria-PMDB - Valdir Raupp*
PDT - Acir Gurgacz**

Tocantins

Bloco-PR - João Ribeiro*
Bloco-PT - Sadi Cassol* (S)
Minoria-DEM - Kátia Abreu**

Amapá

Maioria-PMDB - Geovani Borges* (S)
Minoria-PSDB - Papaléo Paes*
Maioria-PMDB - José Sarney**

Roraima

Bloco-PT - Augusto Botelho*
Maioria-PMDB - Romero Jucá*
PTB - Mozarildo Cavalcanti**

COMPOSIÇÃO COMISSÕES PARLAMENTARES DE INQUÉRITO

1) COMISSÃO PARLAMENTAR DE INQUÉRITO - ONGS

Finalidade: Comissão Parlamentar de Inquérito composta de 11 Senadores titulares e 7 suplentes, destinada a apurar, no prazo de cento e oitenta dias, a liberação, pelo Governo Federal, de recursos públicos para organizações não governamentais - ONGs - e para organizações da sociedade civil de interesse público - OSCIPs, bem como a utilização, por essas entidades, desses recursos e de outros por elas recebidos do exterior, no período de 1999 até 30 de abril de 2009.

(Requerimento nº 201, de 2007, lido em 15.3.2007)

(Aditado pelo Requerimento nº 217, de 2007, lido em 20.03.2007)

(Aditado pelo Requerimento nº 1.324, de 2007, lido em 8.11.2007)

(Aditado pelo Requerimento nº 515, de 2008, lido em 30.04.2008)

(Aditado pelo Requerimento nº 1.391, de 2008, lido em 18.11.2008)

(Aditado pelo Requerimento nº 623, de 2009, lido em 27.5.2009)

Número de membros: 11 titulares e 7 suplentes

PRESIDENTE: Senador Heráclito Fortes (DEM-PI) ⁽¹⁵⁾

VICE-PRESIDENTE: Senadora Lúcia Vânia (PSDB-GO) ⁽²⁸⁾

RELATOR: Senador Inácio Arruda (PC DO B-CE) ⁽²⁷⁾

Leitura: 15/03/2007

Designação: 05/06/2007

Instalação: 03/10/2007

Prazo final: 12/05/2008

Prazo prorrogado: 22/11/2008

Prazo prorrogado: 01/07/2009

Prazo prorrogado: 21/02/2010

Prazo final prorrogado: 02/09/2010

TITULARES	SUPLENTES
Bloco Parlamentar da Minoria (DEM, PSDB) ⁽¹⁾	
Heráclito Fortes (DEM-PI)	1. Demóstenes Torres (DEM-GO)
Efraim Moraes (DEM-PB) ⁽¹³⁾	
Arthur Virgílio (PSDB-AM) ^(10,19)	2. Alvaro Dias (PSDB-PR) ^(4,7)
VAGO ^(5,29)	
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PRB, PC DO B) ⁽⁸⁾	
Inácio Arruda (PC DO B-CE) ^(12,22)	1. João Pedro (PT-AM) ⁽¹⁸⁾
Fátima Cleide (PT-RO) ^(2,6,20)	2. Augusto Botelho (PT-RR) ⁽²⁵⁾
Eduardo Suplicy (PT-SP) ^(3,11,16,21)	

Maioria (PMDB, PP)	
Neuto De Conto (PMDB-SC) (23)	1. Valdir Raupp (PMDB-RO) (24)
Wellington Salgado de Oliveira (PMDB-MG)	2. Romero Jucá (PMDB-RR)
Valter Pereira (PMDB-MS)	
PDT	
Patrícia Saboya (CE) (14,17,26)	
PDT/PSOL (9)	
	1. Osmar Dias (PDT-PR)

Notas:

1. De acordo com o cálculo de proporcionalidade partidária, cabe ao Bloco Parlamentar da Minoria a indicação de três membros suplentes.
2. Senador Inácio Arruda, passa a substituir o Senador João Ribeiro, em 21.8.2007 (Of. 133/2007 - GLDBAG). Eleito como Relator, na Sessão do dia 10.10.2007.
3. Senador Sibá Machado, passou a substituir o Senador Vicente Claudino, em 21.8.2007 (Of. 133/2007 - GLDBAG).
4. Senador Sérgio Guerra foi designado, em 22/08/2007 (Ofício nº 171/07-GLPSDB).
5. Senadora Lúcia Vânia, em substituição à Senadora Marisa Serrano, foi designada em 22/08/2007 (Ofício nº 171/07-GLPSDB). Eleita para a Vice-Presidência, na Sessão Ordinária em 10.10.2007.
6. Indicado o Senador Inácio Arruda em substituição ao Senador Eduardo Suplicy, que se torna membro suplente, nos termos do Ofício nº 138/2007.
7. O Senador Alvaro Dias foi indicado em substituição ao Senador Sérgio Guerra, na sessão deliberativa de 09.10.2007, conforme Ofício nº 185/2007-GLPSDB (DSF de 10.10.2007).
8. O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, a partir de 22 de novembro de 2007, conforme OF. N. 192/2007/GLPTB/SF (DSF de 28/11/07).
9. Vaga de suplente compartilhada entre o PDT e o PSOL.
10. Senador Sérgio Guerra passou a substituir o Senador Flexa Ribeiro, em 26/02/2008, na condição de membro titular (Of. 16/08-GLPSDB).
11. Em 13/05/2008, o Senador Flávio Arns é designado Titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Sibá Machado (Of. 55/2008/GLDBAG).
12. Em 10/06/2008, a Senadora Fátima Cleide é designada Titular do Bloco de Apoio ao Governo, na Comissão (Of. 68/2008-GLDBAG).
13. Em 08.07.2008, o Senador Efraim Morais é designado membro titular do DEM (Bloco Parlamentar da Minoria) na Comissão, em substituição ao Senador Raimundo Colombo (OF. Nº 070/2008-GLDEM).
14. Em 05.08.2008, o Senador Jeferson Praia é designado membro titular do PDT na Comissão (Of. Nº 17/08-GLPDT).
15. Em 05.08.2008, o Senador Heráclito Fortes foi eleito Presidente da Comissão (Ofício nº 050/08 - SSCEPI).
16. Em 06.08.2008, o Senador João Pedro é designado Titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Flávio Arns (Ofício nº 080/2008 - GLDBAG).
17. Em 21.05.2009, a Senadora Patrícia Saboya é designada membro titular do PDT na Comissão, em substituição ao Senador Jeferson Praia (Of. nº 46/09 -LPDT).
18. Em 27.05.2009, o Senador João Pedro é designado Suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Eduardo Suplicy (Ofício nº 096/2009 - GLDBAG).
19. Em 27.05.2009, o Senador Arthur Virgílio é designado Titular do Bloco Parlamentar da Minoria (PSDB) na Comissão, em substituição ao Senador Sérgio Guerra (Ofício nº 97/09 - GLPSDB).
20. Em 27.05.2009, a Senadora Fátima Cleide é designada Titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Inácio Arruda (Ofício nº 096/2009 - GLDBAG).
21. Em 27.05.2009, o Senador Eduardo Suplicy é designado Titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador João Pedro (Ofício nº 096/2009 - GLDBAG).
22. Em 27.05.2009, o Senador Inácio Arruda é designado Titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição à Senadora Fátima Cleide (Ofício nº 096/2009 - GLDBAG).
23. Em 02.06.2009, o Senador Neuto de Conto é designado membro titular do Bloco da Maioria na Comissão, em substituição ao Senador Valdir Raupp (OF. GLPMDB Nº 011-A-2009).
24. Em 02.06.2009, o Senador Valdir Raupp é designado membro suplente do Bloco da Maioria na Comissão, em substituição ao Senador Leomar Quintanilha (OF. GLPMDB Nº 011-A-2009).
25. Em 09.06.2009, o Senador Augusto Botelho é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Mozarildo Cavalcanti (Ofício nº 106/2009 - GLDBAG).
26. A Senadora Patrícia Saboya encontra-se licenciada, nos termos do art. 43, inciso I, do Regimento Interno, conforme o Requerimento nº 878, de 2009, aprovado no dia 15/07/2009, na Sessão Deliberativa Extraordinária iniciada em 14/07/2009.
27. Senador Inácio Arruda passou à Relatoria em 14.10.2009, conforme notas taquigráficas da 29ª reunião da CPI, realizada na mesma data.
28. A Senadora Lúcia Vânia deixa de integrar a Comissão em 16.12.2009 (Of. 204/09 - GLPSDB).
29. Em 16.12.2009, a Senadora Lúcia Vânia deixa de integrar a Comissão (Of. nº 204/09 - GLPSDB).
- *. Prorrogado até 22.11.2008 através do Requerimento nº 515, de 2008, lido em 30.04.2008.
- **. Prorrogado até 01.07.2009 através do Requerimento nº 1.391, de 2008, lido em 18.11.2008.
- ***. Prorrogado até 21.02.2010 através do Requerimento nº 623, de 2009, lido em 27.05.2009.
- ****. Prorrogado até 02.09.2010 através do Requerimento nº 25, de 2010, lido em 03.02.2010.

2) COMISSÃO PARLAMENTAR DE INQUÉRITO - PEDOFILIA

Finalidade: Comissão Parlamentar de Inquérito, criada nos termos do Requerimento nº 200, de 2008, de autoria do Senador Magno Malta e outros Senhores Senadores, composta de sete titulares e cinco suplentes, nos termos do § 4º do art. 145 do Regimento Interno do Senado Federal, para, no prazo de cento e vinte dias, apurar a utilização da internet na prática de crimes de "pedofilia", bem como a relação desses crimes com o crime organizado.

(Requerimento nº 200, de 2008, lido em 4.3.2008)

Número de membros: 7 titulares e 5 suplentes

PRESIDENTE: Senador Magno Malta (PR-ES)

VICE-PRESIDENTE: Senador Romeu Tuma (PTB-SP)

RELATOR: Senador Demóstenes Torres (DEM-GO)

Leitura: 04/03/2008

Designação: 24/03/2008

Instalação: 25/03/2008

Prazo final: 04/08/2008

Prazo prorrogado: 13/03/2009

Prazo prorrogado: 23/09/2009

Prazo final prorrogado: 02/05/2010

TITULARES	SUPLENTES
Bloco Parlamentar da Minoria (DEM, PSDB)	
Demóstenes Torres (DEM-GO)	1. VAGO (1,4)
Eduardo Azeredo (PSDB-MG)	2. Papaléo Paes (PSDB-AP) (7)
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PRB, PC DO B)	
Paulo Paim (PT-RS) (3)	1. José Nery (PSOL-PA) (2,5,6)
Magno Malta (PR-ES)	
 Maioria (PMDB, PP)	
Almeida Lima (PMDB-SE)	1. Geraldo Mesquita Júnior (PMDB-AC) (8)
VAGO (8)	
PTB	
Romeu Tuma (SP)	1. Sérgio Zambiasi (RS)

Notas:

1. Em 01/04/2008, o Senador Virginio de Carvalho é designado Suplente em vaga antes ocupada pela Senadora Maria do Carmo Alves, que se encontra licenciada no período de 20.03.2008 a 3.02.2009 (Of. 30/08-GLDEM e Req. nº 1.135/2009).

2. Em 04.06.2008, o Senador Marcelo Crivella é designado suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 063/2008-GLDBAG), em substituição ao Senador Paulo Paim.

3. Em 04.06.2008, o Senador Paulo Paim é designado titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 063/2008-GLDBAG), em substituição ao Senador Marcelo Crivella.

4. Vago em virtude do fim do exercício do Senador Virgílio de Carvalho, devido ao retorno da Titular.

5. Em 03.03.2009, vago em virtude da cessão da vaga ao Partido Socialismo e Liberdade (Of. nº 020/2009-GLDBAG).

6. Em 03.03.2009, o Senador José Nery é designado membro suplente em vaga cedida pelo Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. SF/GSJN nº 081/2009).

7. Em 23.04.2009, o Senador Papaléo Paes é designado membro suplente do PSDB na Comissão, em substituição ao Senador Cícero Lucena (Of. nº 73/09-GLPSDB).

8. Em 10.06.2009, o Senador Geraldo Mesquita deixa a vaga de titular e é designado membro suplente do Bloco da Maioria na Comissão (OF. GLPMDB nº 016-A/2009).

*. Prorrogado até 23.09.2009 através do Requerimento nº 200, de 2009, lido em 16.02.2009.

**. Prorrogado até 13.03.2009 através do Requerimento nº 818, de 2008, lido em 25.06.2008.

***. Prorrogado até 02.05.2010 através do Requerimento nº 1.275, de 2009, lido em 22.09.2009.

3) COMISSÃO PARLAMENTAR DE INQUÉRITO - AMAZÔNIA

Finalidade: Comissão Parlamentar de Inquérito, criada nos termos do Requerimento nº 572, de 2009, de autoria do Senador Mozarildo Cavalcanti e outros Senhores Senadores, composta por onze titulares e sete suplentes, para investigar, no prazo de cento e oitenta dias, os seguintes fatos a respeito da Amazônia: 1) conflito referente à demarcação da reserva indígena Raposa Serra do Sol e outras; 2) recentes denúncias de falta de assistência à saúde indígena; 3) áreas indígenas nos Estados de Roraima, Amazonas, Pará e Mato Grosso, cujos territórios chegam a 57%, 21%, 20% e 30%, respectivamente, das áreas territoriais desses Estados; 4) problemas envolvendo a soberania nacional nas áreas de fronteira: tráfico internacional, terrorismo, guerrilhas, vigilância das fronteiras etc; 5) falta de condições de sustentabilidade das comunidades indígenas já integradas às comunidades não indígenas; 6) alegado aumento do desmatamento da floresta; 7) recrudescimento da aquisição de terras por parte de estrangeiros; 8) questões fundiárias e ambientais.

(Requerimento nº 572, de 2009, lido em 15.5.2009)

Número de membros: 11 titulares e 7 suplentes

PRESIDENTE:

VICE-PRESIDENTE:

RELATOR:

Leitura: 15/05/2009

TITULARES	SUPLENTES
Bloco Parlamentar da Minoria (DEM, PSDB)	
Jayme Campos (DEM-MT) (1,4)	1. Adelmir Santana (DEM-DF) (1)
Gilberto Goellner (DEM-MT) (1)	2. Arthur Virgílio (PSDB-AM) (1)
Flexa Ribeiro (PSDB-PA) (1)	
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PRB, PC DO B)	
Aloizio Mercadante (PT-SP)	1. Marcelo Crivella (PRB-RJ)
João Ribeiro (PR-TO)	2. Flávio Arns (PSDB-PR) (5,6)
Renato Casagrande (PSB-ES)	
Maioria (PMDB, PP)	
Renan Calheiros (PMDB-AL)	1. Valter Pereira (PMDB-MS)
Geraldo Mesquita Júnior (PMDB-AC) (3)	2. Wellington Salgado de Oliveira (PMDB-MG)
Gilvam Borges (PMDB-AP) (7)	
PTB	
Mozarildo Cavalcanti (RR) (1)	1. João Vicente Claudino (PI) (1)
PDT	
Cristovam Buarque (DF) (2)	

Notas:

1. Indicações das Lideranças.
2. Em 03.06.2009, o Senador Cristovam Buarque é designado membro titular do PDT na Comissão, em substituição ao Senador Osmar Dias (Of. nº 51/09-LPDT).
3. Em 10.06.2009, o Senador Geraldo Mesquita é designado membro titular do Bloco da Maioria na Comissão, em substituição ao Senador Francisco Dornelles (OF. GLPMDB nº 015-A/2009).
4. O Senador Jayme Campos licenciou-se nos termos do art. 43, inciso II, do Regimento Interno, por 130 dias, a partir de 26.08.09 (Requerimento nº 1.041/2009, aprovado na sessão de 25.08.09).
5. O Senador Flávio Arns desfiliou-se do Partido dos Trabalhadores, conforme ofício lido na sessão de 10.09.2009 (OF/GSFA/0801/2009).
6. Em 08.10.2009, o Senador Flávio Arns comunicou a sua filiação ao Partido da Social Democracia Brasileira (PSDB), a partir do dia 2 de outubro de 2009 (Of./GSFA/0898/2009).
7. O Senador Gilvam Borges licenciou-se nos termos do art. 43, inciso I, do Regimento Interno, por 121 dias, a partir de 22.12.09 (Requerimento nº 1.712/2009, deferido na sessão de 22.12.09).

4) COMISSÃO PARLAMENTAR DE INQUÉRITO - DNIT

Finalidade: Comissão Parlamentar de Inquérito criada nos termos do Requerimento nº 783, de 2009, de autoria do Senador Mário Couto e outros Senhores Senadores, composta de treze titulares e sete suplentes, para apurar, no prazo de cento e oitenta dias, as causas, condições e responsabilidades supostamente praticadas pelo Departamento Nacional de Infra-Estrutura de Transportes - DNIT.

(Requerimento nº 783, de 2009, lido em 24.06.2009)

Número de membros: 13 titulares e 7 suplentes

PRESIDENTE:

VICE-PRESIDENTE:

RELATOR:

Leitura: 24/06/2009

5) COMISSÃO PARLAMENTAR DE INQUÉRITO - MEDICAMENTOS

Finalidade: Comissão Parlamentar de Inquérito, criada nos termos do Requerimento nº 1.106, de 2009, de autoria do Senador Romeu Tuma e outros Senhores Senadores, composta por onze titulares e sete suplentes, destinada a apurar, no prazo de cento e oitenta dias, a falsificação de medicamentos e equipamentos médicos em todo o território nacional.

(Requerimento nº 1.106, de 2009, lido em 01.09.2009)

Número de membros: 11 titulares e 7 suplentes

PRESIDENTE:

VICE-PRESIDENTE:

RELATOR:

Leitura: 01/09/2009

6) COMISSÃO PARLAMENTAR DE INQUÉRITO - INSS

Finalidade: Comissão Parlamentar de Inquérito, criada nos termos do Requerimento nº 1.531, de 2009, de autoria do Senador Mário Couto e outros Senhores Senadores, composta por onze titulares e sete suplentes, destinada a apurar, no prazo de cento e oitenta dias, no período entre 2003 e os dias atuais, problemas na Previdência Social, como: fraudes no INSS; sonegações; desvio de recursos; dívidas para com o INSS e procedimentos adotados; certidões negativas; situação econômico-financeira do INSS.

(Requerimento nº 1.531, de 2009, lido em 18.11.2009)

Número de membros: 11 titulares e 7 suplentes

PRESIDENTE:

VICE-PRESIDENTE:

RELATOR:

Leitura: 18/11/2009

COMPOSIÇÃO COMISSÕES TEMPORÁRIAS

1) REFORMA DO REGIMENTO INTERNO - 2008

Finalidade: Apresentar, no prazo de 90 (noventa) dias, Projeto de Resolução para reforma do Regimento Interno do Senado Federal.

(Requerimento nº 208, de 2008, de iniciativa da Mesa do Senado Federal, aprovado em 5.3.2008)

(Aditado pelo Requerimento nº 1.622, de 2008, do Senador Marco Maciel, aprovado em 10.12.2008)

Número de membros: 6

PRESIDENTE: Senador Marco Maciel (DEM-PE) ⁽¹⁾

VICE-PRESIDENTE: Senador Antonio Carlos Valadares (PSB-SE) ⁽²⁾

RELATOR: Senador Gerson Camata (PMDB-ES)

Leitura: 05/03/2008

Instalação: 06/11/2008

Prazo prorrogado: 30/06/2009

Prazo prorrogado: 31/08/2009

Prazo prorrogado: 22/12/2009

Prazo final prorrogado: 17/07/2010

MEMBROS

Senador Gerson Camata (PMDB)

Senador César Borges (PR)

Senador Papaléo Paes (PSDB)

Senador Antonio Carlos Valadares (PSB)

Senador Marco Maciel (DEM)

Senador Inácio Arruda (PC DO B)

Notas:

1. Em 6.11.2008, o Senador Marco Maciel foi eleito Presidente da Comissão (Ofício nº 061/08-SSCEPI).

2. Em 6.11.2008, o Senador Antonio Carlos Valadares foi eleito Vice-Presidente da Comissão (Ofício nº 061/08-SSCEPI).

*. Em 11.11.2008 foi aprovada a criação de uma sexta vaga na Comissão (Requerimento nº 1.356/2008).

**. Em 29.04.2009, lido e aprovado o Requerimento nº 496, de 2009, que prorroga os trabalhos da Comissão até 30.06.2009.

***. Em 30.06.2009, lido e aprovado o Requerimento nº 794, de 2009, que prorroga os trabalhos da Comissão até 31.08.2009.

****. Em 19.08.2009, lido e aprovado o Requerimento nº 1.032, de 2009, que prorroga os trabalhos da Comissão até 22.12.2009.

*****. Em 1.12.2009, lido e aprovado o Requerimento nº 1.584, de 2009, que prorroga os trabalhos da Comissão até 17.07.2010.

Secretário(a): Antonio Oscar Guimarães Lóssio

Telefone(s): 33033511

Fax: 33031176

E-mail: antiossio@senado.gov.br

2) TRANSPOSIÇÃO DO RIO SÃO FRANCISCO

Finalidade: Acompanhar todos os atos, fatos relevantes, normas e procedimentos referentes às obras do Projeto de Integração do Rio São Francisco com as Bacias Hidrográficas do Nordeste Setentrional (Transposição do Rio São Francisco), bem como o Programa de Revitalização da Bacia Hidrográfica do Rio São Francisco.

(Requerimento nº 115, de 2008, tendo como primeiro signatário o Senador Cícero Lucena, aprovado em 02.07.2008)

(Aditado pelo Requerimento nº 1.691, de 2008, aprovado em 18.12.2008)

(Aditado pelo Requerimento nº 1.621, de 2009, aprovado em 9.12.2009).

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

PRESIDENTE: Senador Cícero Lucena (PSDB-PB)

VICE-PRESIDENTE: VAGO ⁽²⁾

RELATOR: Senadora Rosalba Ciarlini (DEM-RN)

Leitura: 02/07/2008

Designação: 26/08/2008

Instalação: 27/08/2008

Prazo: 22/12/2009

Prazo final prorrogado: 22/12/2010

TITULARES	SUPLENTES
Bloco Parlamentar da Minoria (DEM, PSDB)	
Senadora Rosalba Ciarlini (DEM)	1. Senador Efraim Moraes (DEM)
Senador Cícero Lucena (PSDB)	2. Senador Tasso Jereissati (PSDB)
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PRB, PC DO B)	
Senador Inácio Arruda (PC DO B)	1. Senador Eduardo Suplicy (PT)
Maioria (PMDB, PP)	
VAGO ⁽¹⁾	1. Senador Almeida Lima (PMDB)
PTB	
Senador Roberto Cavalcanti (PRB) ^(3,4)	1. Senador João Vicente Claudino

Notas:

1. Vago, em virtude de o Senador José Maranhão ter tomado posse no cargo de Governador de Estado, renunciando ao mandato de Senador.

2. Vago, em virtude de o PTB ter cedido a vaga de titular do Senador Gim Argello ao Bloco de Apoio ao Governo (OF. N° 092/2009-GLPTB).

3. Em 12.03.2009, o PTB cede a vaga de titular do Senador Gim Argello ao Bloco de Apoio ao Governo (OF. N° 092/2009-GLPTB/SF).

4. Em 12.03.2009, o Senador Roberto Cavalcanti é designado membro titular em vaga cedida ao Bloco de Apoio ao Governo pelo PTB na Comissão (Of. n° 055/2009-GLDBAG).

*. Em 09.12.2009, aprovado o Requerimento nº 1.621, de 2009, que prorroga os trabalhos da Comissão até 22.12.2010.

Secretário(a): Irani Ribeiro dos Santos

Telefone(s): 33034854

Fax: 33031176

3) IDENTIFICAR DISPOSITIVOS CONSTITUCIONAIS SUJEITOS À REGULAÇÃO

Finalidade: Identificar dispositivos constitucionais cuja regulação seja necessária para o exercício de direitos fundamentais, bem como apresentar proposições legislativas e medidas destinadas a tornar efetivas normas constitucionais.

(Requerimento nº 8, de 2009, do Senador Garibaldi Alves Filho, aprovado em 10.03.2009)

Número de membros: 11 titulares e 11 suplentes

Leitura: 10/03/2009
Designação: 02/04/2009

TITULARES	SUPLENTES
Bloco Parlamentar da Minoria (DEM, PSDB)	
Senador Demóstenes Torres (DEM)	1. Senador Eliseu Resende (DEM)
Senador Marco Maciel (DEM)	2. Senador Jayme Campos (DEM) ⁽²⁾
Senador Cícero Lucena (PSDB)	3. Senador Flexa Ribeiro (PSDB)
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PRB, PC DO B)	
Senador Antonio Carlos Valadares (PSB)	1. Senador Marcelo Crivella (PRB)
Senador Tião Viana (PT)	2. Senador Magno Malta (PR)
Senadora Serys Slhessarenko (PT)	3. Senadora Marina Silva (PV) ^(1,3)
Maioria (PMDB, PP)	
	1.
	2.
	3.
PTB	
Senador Mozarildo Cavalcanti	1. Senador Romeu Tuma
PDT	
	1.

Notas:

1. A Senadora Marina Silva desfilou-se do Partido dos Trabalhadores, conforme comunicação lida na sessão de 19.08.2009.
2. O Senador Jayme Campos licenciou-se nos termos do art. 43, inciso II, do Regimento Interno, por 130 dias, a partir de 26.08.09 (Requerimento nº 1.041/2009, aprovado na sessão de 25.08.09).
3. A Senadora Marina Silva filiou-se do Partido Verde, conforme comunicação lida na sessão de 01.09.2009.

Secretário(a): Will de Moura Wanderley
Telefone(s): 3303514
Fax: 330311176
E-mail: willw@senado.gov.br

4) ACOMPANHAMENTO DE METAS FIXADAS PELA ONU

Finalidade: Acompanhar as Metas de Desenvolvimento do Milênio fixadas pela Organização das Nações Unidas - ONU, a serem alcançadas pelo governo brasileiro.

(Requerimento nº 231, de 2009, da Senadora Kátia Abreu, aprovado em 05.05.2009)

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

PRESIDENTE: Senadora Marisa Serrano (PSDB-MS) ⁽⁴⁾

VICE-PRESIDENTE: Senador Augusto Botelho (PT-RR) ⁽⁴⁾

RELATOR: Senadora Kátia Abreu (DEM-TO) ⁽⁴⁾

Instalação: 16/09/2009

Prazo final prorrogado: 22/12/2010

TITULARES	SUPLENTES
Bloco Parlamentar da Minoria (DEM, PSDB)	
Senadora Kátia Abreu (DEM)	1. Senadora Rosalba Ciarlini (DEM) ⁽²⁾
Senadora Marisa Serrano (PSDB)	2. Senador Flávio Arns (PSDB) ⁽⁵⁾
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PRB, PC DO B)	
Senador Augusto Botelho (PT) ⁽³⁾	1.
Maioria (PMDB, PP)	
Senador Valter Pereira (PMDB) ⁽¹⁾	1.
PTB	
Senador Fernando Collor	1.

Notas:

- Em 10.06.2009, o Senador Valter Pereira é designado membro titular do Bloco da Maioria na Comissão (OF. GLPMDB nº 009-A/2009).
 - Em 13.07.2009, a Senadora Rosalba Ciarlini é designada membro suplente do Bloco Parlamentar da Minoria (DEM) na Comissão (OF. N° 104/09-GLDEM).
 - Em 15.09.2009, o Senador Augusto Botelho é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo (OF. GLDBAG nº 131/2009).
 - Em 16.09.2009, foram eleitos Presidente a Senadora Marisa Serrano e Vice-Presidente o Senador Augusto Botelho. A Senadora Kátia Abreu foi designada relatora (Of. nº 030/09-SSCEPI).
 - Em 21.10.2009, o Senador Flávio Arns é designado membro do PSDB na Comissão (Of. 184/09-GLPSDB).
- *. Em 1.12.2009, lido e aprovado o Requerimento nº 1.585, de 2009, que prorroga os trabalhos da Comissão até 22.12.2010.

Secretário(a): Will de Moura Wanderley

Telefone(s): 33033514

Fax: 33031176

E-mail: willw@senado.gov.br

5) COMEMORAÇÕES DO CINQUENTENÁRIO DE BRASÍLIA

Finalidade: Em parceria com o Governo do Distrito Federal, colaborar com o calendário oficial das comemorações do cinquentenário de Brasília.

(Requerimento nº 247, de 2009, do Senador Geraldo Mesquita Júnior, aprovado em 05.05.2009)

Número de membros: 6

PRESIDENTE: Senador Adelmir Santana (DEM-DF) ⁽³⁾

VICE-PRESIDENTE: Senador Eduardo Azeredo (PSDB-MG) ⁽³⁾

RELATOR: Senador Geraldo Mesquita Júnior (PMDB-AC) ⁽³⁾

Instalação: 16/09/2009

MEMBROS

Bloco Parlamentar da Minoria (DEM, PSDB)

Senador Adelmir Santana (DEM)

Senador Eduardo Azeredo (PSDB)

Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PRB, PC DO B)

Senador Eduardo Suplicy (PT)

Senador Roberto Cavalcanti (PRB)

Maioria (PMDB, PP)

Senador Geraldo Mesquita Júnior (PMDB) ^(1,2)

PTB

Senador Gim Argello

Notas:

1. Em 23/06/2009, o Senador Mauro Fecury é designado Titular do Bloco da Maioria, na Comissão (Of. GLPMDB nº 008-A-2009).
2. Em 24.06.2009, o Senador Geraldo Mesquita Junior é designado membro do Bloco da Maioria na Comissão, em substituição ao Senador Mauro Fecury (OF. GLPMDB Nº 019-A-2009).
3. Em 16.09.2009, foram eleitos Presidente o Senador Aldemir Santana e Vice-Presidente o Senador Eduardo Azeredo. O Senador Geraldo Mesquita Júnior foi designado relator (Of. nº 031/09-SSCEPI).

Secretário(a): Will de Moura Wanderley

Telefone(s): 3303514

Fax: 33031176

E-mail: willw@senado.gov.br

6) ENCHENTES NOS MUNICÍPIOS DA REGIÃO NORTE

Finalidade: Verificar os efeitos das enchentes nos municípios da Região Norte.

(Requerimento nº 449, de 2009, do Senador Arthur Virgílio, aprovado em 20.05.2009)

Número de membros: 7

MEMBROS

Bloco Parlamentar da Minoria (DEM, PSDB)

Senador Arthur Virgílio (PSDB)

Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PRB, PC DO B)

Senador Augusto Botelho (PT)

Senadora Fátima Cleide (PT)

Maioria (PMDB, PP)

Senador Geraldo Mesquita Júnior (PMDB) ⁽²⁾

Senador Valdir Raupp (PMDB) ⁽¹⁾

PTB

Senador Romeu Tuma

Notas:

1. Em 10.06.2009, o Senador Valdir Raupp é designado membro titular do PMDB na Comissão (OF. GLPMDB nº 012-A/2009).

2. Em 10.06.2009, o Senador Geraldo Mesquita é designado membro titular do Bloco da Maioria na Comissão (OF. GLPMDB nº 012-A/2009).

7) INUNDAÇÕES NO MARANHÃO, PIAUÍ, CEARÁ, BAHIA E RIO GRANDE DO NORTE

Finalidade: Verificar os efeitos das inundações ocorridas em municípios dos Estados do Maranhão, Piauí, Ceará, Bahia e Rio Grande do Norte.

(Requerimento nº 592, de 2009, tendo como primeiro signatário o Senador José Sarney, aprovado em 21.05.2009)

Número de membros: 7

PRESIDENTE:

VICE-PRESIDENTE:

RELATOR:

Coordenação:

MEMBROS**Bloco Parlamentar da Minoria (DEM, PSDB)**

Senadora Rosalba Ciarlini (DEM)

Senador Tasso Jereissati (PSDB)**Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PRB, PC DO B)**

Senador César Borges (PR)

Senador Inácio Arruda (PC DO B)**Maioria (PMDB, PP)**

Senador Mão Santa (PSC) (2,3,4)

Senador Garibaldi Alves Filho (PMDB) (1)**PTB**

Senador João Vicente Claudino**Notas:**

1. Em 10.06.2009, o Senador Garibaldi Alves é designado membro titular do Bloco da Maioria na Comissão (OF. GLPMDB nº 010-A/2009).
 2. Em 10.06.2009, o Senador Mão Santa é designado membro titular do Bloco da Maioria na Comissão (OF. GLPMDB nº 010-A/2009).
 3. O Senador Mão Santa comunicou sua desfiliação do Partido do Movimento Democrático Brasileiro, conforme ofício s/nº lido na sessão de 23.09.2009.
 4. O Senador Mão Santa comunicou sua filiação ao Partido Social Cristão - PSC, conforme o OF. GSMS 098/2009, lido na sessão de 01.10.2009.
- *. Incluído o Estado do Rio Grande do Norte, conforme comunicação lida e aprovada na sessão deliberativa ordinária de 21 de maio de 2009.

ACOMPANHAMENTO DA CRISE FINANCEIRA E DA EMPREGABILIDADE

(Ato do Presidente nº 16, de 2009)
(publicado no DSF de 14.02.2009)

Número de membros: 5

PRESIDENTE: Senador Francisco Dornelles (PP-RJ)

Instalação: 03/03/2009

MEMBROS

Senador Pedro Simon (PMDB)

Senador Francisco Dornelles (PP)

Senador Marco Maciel (DEM)

Senador Tasso Jereissati (PSDB)

Senador Aloizio Mercadante (PT)

Secretário(a): Dirceu Vieira Machado Filho

Telefone(s): 3303.4638

E-mail: dirceuv@senado.gov.br

CT - REFORMA DO CÓDIGO DE PROCESSO PENAL - PLS 156/2009 (ART. 374-RISF)

Finalidade: Examinar o Projeto de Lei do Senado nº 156, de 2009, que **reforma o Código de Processo Penal.**

Número de membros: 11

PRESIDENTE: Senador Demóstenes Torres (DEM-GO)

VICE-PRESIDENTE: Senadora Serys Slhessarenko (PT-MT)

RELATOR-GERAL: Senador Renato Casagrande (PSB-ES)

RELATOR-PARCIAL - PROCEDIMENTOS: Senador Tião Viana (PT-AC)

RELATOR-PARCIAL - INQUÉRITO POLICIAL: Senador Romeu Tuma (PTB-SP)

RELATOR-PARCIAL - MEDIDAS CAUTELARES: Senador Marconi Perillo (PSDB-GO)

RELATOR-PARCIAL - PROVAS: Senador Valter Pereira (PMDB-MS)

RELATOR-PARCIAL - RECURSOS: Senadora Serys Slhessarenko (PT-MT)

Instalação: 20/05/2009

MEMBROS

Bloco Parlamentar da Minoria (DEM, PSDB)

Senador Demóstenes Torres (DEM)

Senador Marco Maciel (DEM)

Senador Papaléo Paes (PSDB)

Senador Marconi Perillo (PSDB)

Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PRB, PC DO B)

Senador Aloizio Mercadante (PT) ^(3,5)

Senador Renato Casagrande (PSB)

Senadora Serys Slhessarenko (PT)

Maioria (PMDB, PP)

Senador Almeida Lima (PMDB)

Senador Valter Pereira (PMDB)

PTB

Senador Romeu Tuma

PDT

Senadora Patrícia Saboya ^(1,2,4,6)

Notas:

1. A Senadora Patrícia Saboya encontra-se licenciada, nos termos do art. 43, inciso I, do Regimento Interno, conforme o Requerimento nº 878, de 2009, aprovado no dia 15/07/2009, na Sessão Deliberativa Extraordinária iniciada em 14/07/2009.
2. Em 04.08.2009, o Senador Flávio Torres é designado membro do PDT na Comissão, em substituição à Senadora Patrícia Saboya (Of. nº 62/09-LPDT).
3. Em 15.09.2009, o Senador Tião Viana deixa de compor a Comissão (OF nº 127/2009-GLDBAG).
4. Vago em virtude de o Senador Flávio Torres não exercer mais o mandato devido ao retorno da titular, Senadora Patrícia Saboya, em 16.11.09.
5. Em 2.12.2009, o Senador Aloizio Mercadante é designado membro do Bloco de Apoio ao Governo (Of. nº 162/2009-GLDBAG)
6. Em 08.12.2009, a Senadora Patrícia Saboya é designada membro do PDT na Comissão (Of. nº 87/09-LPDT).

**NOVO CALENDÁRIO DE TRAMITAÇÃO DO
PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 156, DE 2009,
QUE REFORMA O CÓDIGO DE PROCESSO PENAL**

PRAZOS¹

RELATÓRIOS PARCIAIS: 19.06.2009 a 16.07.2009 (art. 374, IV)

RELATÓRIO DO RELATOR-GERAL: 17.07.2009 a 27.08.2009 (art. 374, VI)²

PARECER PRORROGADO: 28.08.2009 a 25.09.2009 (art. 374, VI)²

PARECER FINAL PRORROGADO: 18.12.2009³

REDAÇÃO FINAL: (art. 318, III, combinado com o art. 374, XIII)

¹ Prazos duplicados pela aprovação do Requerimento nº 777, de 2009, em 24.06.2009.

² Prazos quadruplicados pela aprovação do Requerimento nº 1.020, de 2009, em 13.08.2009.

³ Prazo prorrogado pela aprovação do Ofício s/nº/2009-CPP, em 30.09.2009.

Secretário(a): Antonio Oscar Guimarães Lossio

Telefone(s): 33033511

Fax: 33031176

E-mail: antiossio@senado.gov.br

COMPOSIÇÃO COMISSÕES PERMANENTES E SUAS SUBCOMISSÕES

1) COMISSÃO DE ASSUNTOS ECONÔMICOS - CAE

Número de membros: 27 titulares e 27 suplentes

PRESIDENTE: Senador Garibaldi Alves Filho (PMDB-RN)

VICE-PRESIDENTE: Senador Delcídio Amaral (PT-MS)

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PRB, PC DO B) ⁽⁶⁾	
Eduardo Suplicy (PT) (34)	1. Antonio Carlos Valadares (PSB) (33)
Delcídio Amaral (PT) (28)	2. Renato Casagrande (PSB) (30)
Aloizio Mercadante (PT) (38)	3. João Pedro (PT) (11,41)
Tião Viana (PT) (37)	4. Ideli Salvatti (PT) (36)
Marcelo Crivella (PRB) (35)	5. Roberto Cavalcanti (PRB) (29,72)
Inácio Arruda (PC DO B) (40)	6. Sadi Cassol (PT) (4,39,81,82,83,84,87)
César Borges (PR) (31)	7. João Ribeiro (PR) (32)
Maioria (PMDB, PP)	
Francisco Dornelles (PP) (66,68)	1. Romero Jucá (PMDB) (55,61)
Garibaldi Alves Filho (PMDB) (56,59)	2. Geovani Borges (PMDB) (64,67,88,91)
Gerson Camata (PMDB) (54,70)	3. Wellington Salgado de Oliveira (PMDB) (3,60)
Valdir Raupp (PMDB) (63)	4. VAGO (1,60,80,85,86,92)
Neuto De Conto (PMDB) (8,15,53,69)	5. Lobão Filho (PMDB) (9,65,71)
Pedro Simon (PMDB) (57,62)	6. Paulo Duque (PMDB) (2,60)
Renan Calheiros (PMDB) (58,78)	7. Almeida Lima (PMDB) (58,77)
Bloco Parlamentar da Minoria (DEM, PSDB)	
Eliseu Resende (DEM) (44)	1. Gilberto Goellner (DEM) (43)
Antonio Carlos Júnior (DEM) (18,43)	2. Demóstenes Torres (DEM) (17,50)
Efraim Moraes (DEM) (49)	3. Heráclito Fortes (DEM) (46)
Raimundo Colombo (DEM) (52)	4. Rosalba Ciarlini (DEM) (43)
Adelmir Santana (DEM) (14,16,47)	5. Kátia Abreu (DEM) (48)
Jayme Campos (DEM) (13,51,76,79,89,90)	6. José Agripino (DEM) (5,45)
Cícero Lucena (PSDB) (24)	7. Alvaro Dias (PSDB) (23)
João Tenório (PSDB) (27)	8. Sérgio Guerra (PSDB) (19,25,74)
Arthur Virgílio (PSDB) (24,73)	9. Flexa Ribeiro (PSDB) (26)
Tasso Jereissati (PSDB) (24)	10. Eduardo Azeredo (PSDB) (22,75)
PTB ⁽⁷⁾	
João Vicente Claudino (42)	1. Sérgio Zambiasi (12,42)
Gim Argello (42)	2. Fernando Collor (42)

PDT

Osmar Dias (21)

1. Jefferson Praia (10,20)

Notas:

1. Em 04/03/2009, o Senador Leomar Quintanilha teve a sua indicação como Suplente da Comissão ratificada pela Liderança do PMDB (Of. 47/2009 - GLPMDB).
2. Em 04/03/2009, o Senador Paulo Duque teve a sua indicação como Suplente da Comissão ratificada pela Liderança do PMDB (Of. 47/2009 - GLPMDB).
3. Em 04/03/2009, o Senador Wellington Salgado teve a sua indicação como Suplente da Comissão ratificada pela Liderança do PMDB (Of. 47/2009 - GLPMDB).
4. Senadora Patrícia Saboya comunicou filiação partidária em 02.10.2007 (DSF 3.10.2007).
5. Senador Romeu Tuma comunicou, em 11.10.2007, filiação ao PTB (DSF 12.10.2007)
6. O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, a partir de 22 de novembro de 2007, conforme OF. N. 192/2007/GLPTB/SF (DSF de 28/11/07).
7. Nos termos da decisão do Presidente do Senado, publicada no DSF de 14.02.2008.
8. Em 17/04/2008, o Senador Geovani Borges é designado titular em vaga antes ocupada pelo Senador Gilvam Borges, que se encontra licenciado, nos termos do art. 43, I, do Regimento Interno, no período de 17.04.2008 a 24.08.2008 (Of. 114/08-GLPMDB).
9. Em 07/05/2008, o Senador Lobão Filho é designado Suplente do PMDB na Comissão em virtude de o Senador Edison Lobão encontrar-se afastado do exercício do mandato desde 21/01/2008, para exercer o cargo de Ministro de Minas e Energia. (Of. 142/2008 - GLPMDB).
10. Em 04.06.2008, o Senador Jefferson Praia é designado suplente do PDT na Comissão (Of. nº 07/08-LPDT).
11. Em 10/06/2008, a Senadora Marina Silva é designada Suplente do Bloco de Apoio ao Governo, na Comissão (Of. 66/2008-GLDBAG).
12. Em 23.06.2008, o Senador Sérgio Zambiasi é designado membro suplente do PTB na Comissão (Of. nº 18/2008/GLPTB), em vaga anteriormente pertencente ao Bloco de Apoio ao Governo. O Senador Paulo Paim deixou de compor a Comissão, como membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo (Of. nº 069/2008-GLDBAG).
13. O Senador Raimundo Colombo licenciou-se, nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, no período de 26.6.2008 a 24.10.2008.
14. Em 4/7/2008, o Senador Marco Antônio Costa é designado titular em vaga antes ocupada pela Senadora Kátia Abreu, que se licenciou, nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, no período de 30.6.2008 a 28.10.2008. (Of. nº 62/08-GLDEM)
15. Em 26.08.2008, o Senador Gilvam Borges é designado membro titular do PMDB na Comissão (OF. GLPMDB nº 362/2008).
16. Em 29.10.2008, a Senadora Kátia Abreu é designada membro titular do Partido Democratas na Comissão, em substituição ao Senador Marco Antônio Costa (Of. nº 103/2008-GLDEM).
17. Em 25/11/2008, o Senador Heráclito Fortes é designado suplente do DEM, na Comissão, em substituição ao Senador Antonio Carlos Júnior, que assume a titularidade (Of. 119/08-GLDEM).
18. Em 25/11/2008, o Senador Antonio Carlos Júnior é designado titular do DEM, na Comissão, em substituição ao Senador Heráclito Fortes, que assume a suplência (Of. 119/08-GLDEM).
19. Em 26/11/2008, o Senador Eduardo Azeredo é designado Suplente do PSDB na Comissão, em substituição à Senadora Lúcia Vânia (Of. 136/08-GLPSDB).
20. Em 11.02.2009, o Senador Jefferson Praia teve a sua indicação como suplente da Comissão ratificada pela Liderança do PDT (Of. nº 02/09-GLPDT).
21. Em 11.02.2009, o Senador Osmar Dias teve a sua indicação como titular da Comissão ratificada pela Liderança do PDT (Of. nº 02/09-GLPDT).
22. Em 12.02.2009, o Senador Papaléo Paes é designado membro suplente do PSDB na Comissão (Of. nº 023/09-GLPSDB), em substituição ao Senador João Tenório.
23. Em 12.02.2009, o Senador Alvaro Dias é designado membro suplente do PSDB na Comissão (Of. nº 023/09-GLPSDB), em substituição ao Senador Arthur Virgílio.
24. Em 12.02.2009, os Senadores Cícero Lucena, Sérgio Guerra e Tasso Jereissati tiveram as suas indicações como titulares da Comissão ratificadas pela Liderança do PSDB (Of. nº 023/09-GLPSDB).
25. Em 12.02.2009, o Senador Arthur Virgílio é designado membro suplente do PSDB na Comissão (Of. nº 023/09-GLPSDB), em substituição ao Senador Eduardo Azeredo.
26. Em 12.02.2009, o Senador Flexa Ribeiro é designado membro suplente do PSDB na Comissão (Of. nº 023/09-GLPSDB), em substituição ao Senador Marconi Perillo.
27. Em 12.02.2009, o Senador João Tenório é designado membro titular do PSDB na Comissão (Of. nº 023/09-GLPSDB), em substituição ao Senador Flexa Ribeiro.
28. Em 16.02.2009, o Senador Delcídio Amaral é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição ao Senador Francisco Dornelles.
29. Em 16.02.2009, o Senador Flávio Arns é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição ao Senador Inácio Arruda.
30. Em 16.02.2009, o Senador Renato Casagrande é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição à Senadora Ideli Salvatti.
31. Em 16.02.2009, o Senador César Borges é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição à Senadora Serys Slhessarenko.

32. Em 16.02.2009, o Senador João Ribeiro é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição ao Senador Antonio Carlos Valadares.
33. Em 16.02.2009, o Senador Antonio Carlos Valadares é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição ao Senador Flávio Arns.
34. Em 16.02.2009, o Senador Eduardo Suplicy teve a sua indicação como titular da Comissão ratificada pela Liderança do Bloco de Apoio ao Governo (Of. nº 016/09-GLDBAG).
35. Em 16.02.2009, o Senador Marcelo Crivella é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição ao Senador Renato Casagrande.
36. Em 16.02.2009, a Senadora Ideli Salvatti é designada membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição ao Senador Marcelo Crivella.
37. Em 16.02.2009, o Senador Tião Viana é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição ao Senador Aloízio Mercadante.
38. Em 16.02.2009, o Senador Aloízio Mercadante é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição ao Senador Delcídio Amaral.
39. Em 16.02.2009, o Senador Expedito Júnior é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição à Senadora Patrícia Saboya.
40. Em 16.02.2009, o Senador Inácio Arruda é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição ao Senador Expedito Júnior.
41. Em 16.02.2009, o Senador João Pedro é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição à Senadora Marina Silva.
42. Em 17.02.2009, os Senadores João Vicente Claudino e Gim Argelo tiveram suas indicações como titulares, e o Senador Sérgio Zambiasi, como suplente, ratificadas pela Liderança do PTB. O Senador Fernando Collor foi designado como membro suplente (Of. nº 025/09-GLPTB).
43. Em 17.02.2009, o Senador Antonio Carlos Júnior, como titular, e os Senadores Gilberto Goellner e Rosalba Ciarlini, como suplentes, tiveram as suas indicações na Comissão ratificadas pela Liderança do DEM (Of. nº 012/09-GLDEM).
44. Em 17.02.2009, o Senador Eliseu Resende é designado membro titular do DEM na Comissão (Of. nº 012/09-GLDEM), em substituição ao Senador Adelmir Santana.
45. Em 17.02.2009, o Senador José Agripino é designado membro suplente do DEM na Comissão (Of. nº 012/09-GLDEM), em substituição ao Senador Romeu Tuma.
46. Em 17.02.2009, o Senador Heráclito Fortes é designado membro suplente do DEM na Comissão (Of. nº 012/09-GLDEM), em substituição ao Senador Demóstenes Torres.
47. Em 17.02.2009, o Senador Adelmir Santana é designado membro titular do DEM na Comissão (Of. nº 012/09-GLDEM), em substituição à Senadora Kátia Abreu.
48. Em 17.02.2009, a Senadora Kátia Abreu é designada membro suplente do DEM na Comissão (Of. nº 012/09-GLDEM), em substituição ao Senador Marco Maciel.
49. Em 17.02.2009, o Senador Efraim Moraes é designado membro titular do DEM na Comissão (Of. nº 012/09-GLDEM), em substituição ao Senador Eliseu Resende.
50. Em 17.02.2009, o Senador Demóstenes Torres é designado membro suplente do DEM na Comissão (Of. nº 012/09-GLDEM), em substituição ao Senador Heráclito Fortes.
51. Em 17.02.2009, o Senador Jayme Campos é designado membro titular do DEM na Comissão (Of. nº 012/09-GLDEM), em substituição ao Senador Raimundo Colombo.
52. Em 17.02.2009, o Senador Raimundo Colombo é designado membro titular do DEM na Comissão (Of. nº 012/09-GLDEM), em substituição ao Senador Jayme Campos.
53. Em 04/03/2009, o Senador Neuto de Conto teve a sua indicação como Titular da Comissão ratificada pela Liderança do PMDB (Of. 47/2009 - GLPMDB).
54. Em 02.03.2009, o Senador Lobão Filho é designado membro titular do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Pedro Simon (OF. GLPMDB nº 022/2009).
55. Em 02.03.2009, o Senador Romero Jucá é designado membro suplente do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Valter Pereira (OF. GLPMDB nº 022/2009).
56. Em 04/03/2009, o Senador Garibaldi Alves Filho teve a sua indicação como Titular da Comissão ratificada pela Liderança do PMDB (Of. 47/2009 - GLPMDB).
57. Em 04/03/2009, o Senador Pedro Simon teve a sua indicação como Titular da Comissão ratificada pela Liderança do PMDB (Of. 47/2009 - GLPMDB).
58. Em 02.03.2009, vago em virtude do remanejamento de vagas indicado pela Liderança do PMDB (OF. GLPMDB nº 022/2009).
59. Em 02.03.2009, o Senador Garibaldi Alves é designado membro titular do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Valdir Raupp (OF. GLPMDB nº 022/2009).
60. Em 02.03.2009, os Senadores Wellington Salgado, Leomar Quintanilha e Paulo Duque tiveram suas indicações como suplentes da Comissão ratificadas pela Liderança do PMDB (OF. GLPMDB nº 022/2009).
61. Em 04/03/2009, o Senador Romero Jucá teve a sua indicação como Suplente da Comissão ratificada pela Liderança do PMDB (Of. 47/2009 - GLPMDB).

62. Em 02.03.2009, o Senador Francisco Pedro Simon é designado membro titular do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Neuto De Conto (OF. GLPMDB nº 022/2009).
63. Em 04/03/2009, o Senador Valdir Raupp teve a sua indicação como Titular da Comissão ratificada pela Liderança do PMDB (Of. 47/2009 - GLPMDB).
64. Em 02.03.2009, o Senador Gilvam Borges é designado membro suplente do PMDB na Comissão, em substituição à Senadora Roseana Sarney (OF. GLPMDB nº 022/2009).
65. Em 02.03.2009, o Senador Gerson Camata é designado membro suplente do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Lobão Filho (OF. GLPMDB nº 022/2009).
66. Em 04/03/2009, o Senador Francisco Dornelles teve a sua indicação como Titular da Comissão ratificada pela Liderança do PMDB (Of. 47/2009 - GLPMDB).
67. Em 04/03/2009, o Senador Gilvam Borges teve a sua indicação como Suplente da Comissão ratificada pela Liderança do PMDB (Of. 47/2009 - GLPMDB).
68. Em 02.03.2009, o Senador Francisco Dornelles é designado membro titular do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Romero Jucá (OF. GLPMDB nº 022/2009).
69. Em 02.03.2009, o Senador Neuto De Conto é designado membro titular do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Gilvam Borges (OF. GLPMDB nº 022/2009).
70. Em 04/03/2009, o Senador Gerson Camata é designado Titular do PMDB na Comissão (Of. 47/2009 - GLPMDB).
71. Em 04/03/2009, o Senador Lobão Filho é designado Suplente do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Gerson Camata (Of. 47/2009 - GLPMDB).
72. Em 05/03/2009, o Senador Roberto Cavalcanti é designado Suplente do PTB na Comissão, em substituição ao Senador Flávio Arns (Of. 42/2009 - GLDBAG).
73. Em 10/03/2009, o Senador Arthur Virgílio é designado Titular do PSDB na Comissão, em substituição ao Senador Sérgio Guerra, que passa à suplência (Of. 55/09-GLPSDB).
74. Em 10/03/2009, o Senador Sérgio Guerra é designado Suplente do PSDB na Comissão, em substituição ao Senador Arthur Virgílio, que passa à titularidade (Of. 55/09-GLPSDB).
75. Em 15/04/2009, o Senador Eduardo Azeredo é designado Suplente do PSDB na Comissão, em substituição ao Senador Papaléo Paes (Of. 72/09-GLPSDB).
76. O Senador Jayme Campos licenciou-se nos termos do art. 43, inciso II, do Regimento Interno, por 130 dias, a partir de 26.08.09 (Requerimento nº 1.041/2009, aprovado na sessão de 25.08.09).
77. Em 03.09.2009, o Senador Almeida Lima é designado membro suplente do PMDB na Comissão (OF. GLPMDB Nº 143/2009).
78. Em 03.09.2009, o Senador Renan Calheiros é designado membro titular do PMDB na Comissão (OF. GLPMDB Nº 143/2009).
79. O Senador Osvaldo Sobrinho é designado membro titular na Comissão, em vaga anteriormente ocupada pelo Senador Jayme Campos, conforme expediente da Liderança do PTB, com o "de acordo" da Liderança do DEM, lido na sessão de 14.09.2009.
80. O Senador Leomar Quintanilha afastou-se do exercício do mandato, conforme comunicação lida na sessão deliberativa ordinária de 17 de setembro de 2009.
81. O Senador Expedito Júnior desfilhou-se do Partido da República, conforme ofício lido na sessão de 23.09.2009 (Of. nº 221/2009-GSEJUN).
82. O Senador Expedito Júnior filiou-se ao PSDB, conforme ofício lido na sessão de 29.09.2009 (Of. nº 225/2009-GSEJUN).
83. Em 29.09.2009, o Senador Sadi Cassol é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Expedito Júnior (Of. 138/2009-GLDBAG).
84. Vago em virtude de o Senador Sadi Cassol não exercer mais o mandato devido o retorno do titular, Senador Leomar Quintanilha (lida comunicação na sessão de 17.11.09).
85. Senador Leomar Quintanilha retornou ao exercício do mandato, conforme o OF. GSLQUI Nº 305/009, lido na sessão de 17.11.09.
86. Senador Leomar Quintanilha afastou-se do exercício do mandato, conforme comunicação lida na sessão de 23.11.09.
87. Em 2.12.2009, o Senador Sadi Cassol é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (OF. nº 160/2009-GLDBAG).
88. O Senador Gilvam Borges licenciou-se nos termos do art. 43, inciso I, do Regimento Interno, por 121 dias, a partir de 22.12.09 (Requerimento nº 1.712/2009, deferido na sessão de 22.12.09).
89. Vago em virtude de o Senador Osvaldo Sobrinho não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Jayme Campos, em 03.01.2010.
90. Em 03.02.2010, o Senador Jayme Campos foi designado membro titular do Bloco Parlamentar da Minoria na Comissão (OF. nº 4/2010-GLDEM).
91. Em 04.02.2010, o Senador Geovani Borges é designado membro suplente do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Gilvam Borges (OF. GLPMDB nº 205/2010).
92. Vago em virtude do Senador Leomar Quintanilha ter se afastado do exercício do mandato, conforme comunicação lida na sessão de 23.11.09.

Secretário(a): Luiz Gonzaga Silva Filho

Reuniões: TERÇAS-FEIRAS - 10:00HS - Plenário nº 19 - ALA ALEXANDRE COSTA

Telefone(s): 3303-4605 e 33113516

Fax: 3303-4344

E-mail: scomcae@senado.gov.br

1.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE - ASSUNTOS MUNICIPAIS

Finalidade: Subcomissão criada pelo RQE nº 7/2005, do Senador Luiz Otávio, com o objetivo de opinar sobre matérias de interesse do poder municipal local.

(Requerimento Da Comissão De Assuntos Econômicos 7, de 2005)

Número de membros: 9 titulares e 9 suplentes

PRESIDENTE: VAGO

VICE-PRESIDENTE: VAGO

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PRB, PC DO B) ⁽³⁾	
Antonio Carlos Valadares (PSB)	1. Delcídio Amaral (PT)
VAGO (6)	2. VAGO (9)
VAGO (10,12,14)	3. João Vicente Claudino (PTB)
Maioria (PMDB, PP)	
Valdir Raupp (PMDB)	1. VAGO (11,13)
VAGO (4)	2. Renato Casagrande (PSB) (2)
Bloco Parlamentar da Minoria (DEM, PSDB)	
Rosalba Ciarlini (DEM)	1. VAGO (5)
Raimundo Colombo (DEM) (7)	
Sérgio Guerra (PSDB)	2. Flexa Ribeiro (PSDB)
	3. VAGO (8)
PMDB PDT PSDB	
Cícero Lucena (PSDB)	1.

Notas:

1. Vaga compartilhada entre PMDB, PSDB e PDT.
2. Vaga do PMDB cedida ao PSB
3. O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, a partir de 22 de novembro de 2007, conforme OF. N. 192/2007/GLPTB/SF (DSF de 28/11/07).
4. Senador Garibaldi Alves Filho foi eleito Presidente do Senado em 12.12.2007 (art. 77, § 1º, RISF).
5. Em virtude do falecimento do Senador Jonas Pinheiro.
6. Vago em virtude do Senador Sibá Machado não exercer mais o mandato devido ao retorno da titular, Senadora Marina Silva.
7. O Senador Raimundo Colombo licenciou-se, nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, no período de 26.6.2008 a 24.10.2008.
8. Vago em virtude de o Senador Eduardo Azeredo ter sido substituído pelo Senadora Lúcia Vânia na Comissão de Assuntos Econômicos (Ofício nº 129/08-GLPSDB).
9. Vago em 17.02.09 em virtude de a Senadora não pertencer mais à Comissão.
10. O Senador Expedito Júnior desfilou-se do Partido da República, conforme ofício lido na sessão de 23.09.2009 (Of. nº 221/2009-GSEJUN).
11. O Senador Mão Santa comunicou sua desfiliação do Partido do Movimento Democrático Brasileiro, conforme ofício s/nº lido na sessão de 23.09.2009.
12. O Senador Expedito Júnior filiou-se ao PSDB, conforme ofício lido na sessão de 29.09.2009 (Of. nº 225/2009-GSEJUN).
13. Vago em virtude de o Senador Mão Santa não pertencer mais à Comissão.
14. Senador Expedito Júnior deixou o exercício do mandato em 5.11.2009.

2) COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS - CAS**Número de membros:** 21 titulares e 21 suplentes**PRESIDENTE:** Senadora Rosalba Ciarlini (DEM-RN)**VICE-PRESIDENTE:** Senador Paulo Paim (PT-RS)

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PRB, PC DO B) ⁽⁵⁾	
VAGO (3,18,29,71,82)	1. VAGO (33,78)
Augusto Botelho (PT) (27)	2. César Borges (PR) (28)
Paulo Paim (PT) (26)	3. Eduardo Suplicy (PT) (35)
Marcelo Crivella (PRB) (30)	4. Inácio Arruda (PC DO B) (1,2,13)
Fátima Cleide (PT) (34,75,77,78)	5. Ideli Salvatti (PT) (31,32)
Roberto Cavalcanti (PRB) (36,58,61)	6. VAGO (36)
Renato Casagrande (PSB) (36,60,65)	7. José Nery (PSOL) (36,63,64)
Maioria (PMDB, PP)	
Geraldo Mesquita Júnior (PMDB) (57,68,73)	1. Lobão Filho (PMDB) (51)
Geovani Borges (PMDB) (9,52,88,91)	2. Romero Jucá (PMDB) (53)
Paulo Duque (PMDB) (6,56)	3. Valdir Raupp (PMDB) (54)
VAGO (48,80)	4. Garibaldi Alves Filho (PMDB) (49,74,80)
Mão Santa (PSC) (50,76,79)	5. Wellington Salgado de Oliveira (PMDB) (55)
Bloco Parlamentar da Minoria (DEM, PSDB)	
Adelmir Santana (DEM) (42)	1. Heráclito Fortes (DEM) (44)
Rosalba Ciarlini (DEM) (39)	2. Jayme Campos (DEM) (43,70,72,89,90)
Efraim Moraes (DEM) (12,15,41)	3. Maria do Carmo Alves (DEM) (10,45)
Raimundo Colombo (DEM) (46)	4. José Agripino (DEM) (4,40)
Flávio Arns (PSDB) (23,37,83)	5. Sérgio Guerra (PSDB) (24,67,85)
Eduardo Azeredo (PSDB) (20,66)	6. Marisa Serrano (PSDB) (25,81,86,87)
Papaléo Paes (PSDB) (22)	7. Lúcia Vânia (PSDB) (21,38,84)
PTB ⁽⁸⁾	
Mozarildo Cavalcanti (7,11,59)	1. Gim Argello (14,16,62)
PDT	
João Durval (17,47)	1. Cristovam Buarque (19,69)

Notas:

1. O Senador Fernando Collor encontra-se licenciado, nos termos do Requerimento nº 968, de 2007, aprovado em 27/08/2007.
2. Em 04/09/2007, o Senador Euclides Mello é designado Suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Fernando Collor (Of. 141/2007-GLDBAG).
3. Senadora Patrícia Saboya comunicou filiação partidária em 02.10.2007 (DSF 3.10.2007).
4. Senador Romeu Tuma comunicou, em 11.10.2007, filiação ao PTB (DSF 12.10.2007)
5. O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, a partir de 22 de novembro de 2007, conforme OF. N. 192/2007/GLPTB/SF (DSF de 28/11/07).
6. Senador Garibaldi Alves Filho foi eleito Presidente do Senado em 12.12.2007 (art. 77, § 1º, RISF).
7. Em 23/04/2008, o Senador Gim Argello deixa de integrar a Comissão (Of. 73/2008-GLPTB).

Endereço na Internet: <http://www.senado.gov.br/sf/atividade/plenario/sf>

Informações: Subsecretaria de Informações - 3311-3325/3572/7279

8. Nos termos da decisão do Presidente do Senado, publicada no DSF de 14.02.2008.
9. O Senador Geraldo Mesquita Júnior solicitou seu desligamento (Of. nº 008/08 GSGMJ e Of. GLPMDB nº 19/2008 - DSF 22.02.2008).
10. O Senador Raimundo Colombo licenciou-se, nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, no período de 26.6.2008 a 24.10.2008.
11. Em 02/07/2008, o Senador Mozarildo Cavalcanti é designado Titular do PTB, na Comissão, em vaga antes ocupada pelo Senador Gim Argello (Of. 111/2008-GLPTB).
12. Em 4/7/2008, o Senador Marco Antônio Costa é designado titular em vaga antes ocupada pela Senadora Kátia Abreu, que se licenciou, nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, no período de 30.6.2008 a 28.10.2008. (Of. nº 62/08-GLDEM)
13. Vago, em virtude do afastamento do Senador Euclides Mello, devido ao retorno do Senador Fernando Collor ao exercício do mandato, em 28.12.2007.
14. Em 07.10.2008, a Senadora Ada Mello é designada membro suplente do PTB na Comissão (Of. nº 145/2008/GLPTB).
15. Em 29.10.2008, a Senadora Kátia Abreu é designada membro titular do Partido Democratas na Comissão, em substituição ao Senador Marco Antônio Costa (Of. nº 103/2008-GLDEM).
16. Vago em virtude do retorno do Senador Fernando Collor ao exercício do mandato, em 11.01.2009 (Of. nº 001/2009 - Gab. Sen. Fernando Collor).
17. Em 11.02.2009, a Senadora Patrícia Saboya é designada membro titular do PDT na Comissão (Of. nº 03/2009-GLPDT), em substituição ao Senador João Durval.
18. Vago em virtude de a Senadora Patrícia Saboya ter sido indicada na Comissão pelo PDT, em 11.02.2009, como membro titular.
19. Em 11.02.2009, o Senador João Durval é designado membro suplente do PDT na Comissão (Of. nº 03/2009-GLPDT), em substituição ao Senador Cristovam Buarque.
20. Em 12.02.2009, a Senadora Marisa Serrano é designada membro titular do PSDB na Comissão (Of. nº 022/09-GLPSDB), em substituição à Senadora Lúcia Vânia.
21. Em 12.02.2009, a Senadora Lúcia Vânia é designada membro suplente do PSDB na Comissão (Of. nº 022/09-GLPSDB), em substituição à Senadora Marisa Serrano.
22. Em 12.02.2009, o Senador Papaléo Paes teve a sua indicação como titular da Comissão ratificada pela Liderança do PSDB (Of. nº 022/09-GLPSDB).
23. Em 12.02.2009, o Senador Alvaro Dias é designado membro titular do PSDB na Comissão (Of. nº 022/09-GLPSDB), em substituição ao Senador Eduardo Azeredo.
24. Em 12.02.2009, o Senador Eduardo Azeredo é designado membro suplente do PSDB na Comissão (Of. nº 022/09-GLPSDB), em substituição ao Senador Cícero Lucena.
25. Em 12.02.2009, o Senador João Tenório é designado membro suplente do PSDB na Comissão (Of. nº 022/09-GLPSDB), em substituição ao Senador Sérgio Guerra.
26. Em 16.02.2009, o Senador Paulo Paim é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição ao Senador Augusto Botelho.
27. Em 16.02.2009, o Senador Augusto Botelho é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição ao Senador Flávio Arns.
28. Em 16.02.2009, o Senador César Borges é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição à Senadora Serys Slhessarenko.
29. Em 16.02.2009, o Senador Flávio Arns é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG).
30. Em 16.02.2009, o Senador Marcelo Crivella é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição ao Senador Paulo Paim.
31. Em 16.02.2009, o Senador Inácio Arruda é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG).
32. Em 16.02.2009, a Senadora Ideli Salvatti é designada membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição ao Senador Antonio Carlos Valadares.
33. Em 16.02.2009, a Senadora Fátima Cleide teve a sua indicação como suplente da Comissão ratificada pela Liderança do Bloco de Apoio ao Governo (Of. nº 016/09-GLDBAG).
34. Em 16.02.2009, o Senador Expedito Júnior é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição ao Senador Marcelo Crivella.
35. Em 16.02.2009, o Senador Eduardo Suplicy é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição ao Senador Expedito Júnior.
36. Vago em virtude do remanejamento de vagas indicado pela Liderança do Bloco de Apoio ao Governo (Of. nº 016/2009 - GLDBAG).
37. Em 17.02.2009, a Senadora Lúcia Vânia é designada membro titular do PSDB na Comissão (Of. nº 41/09-GLPSDB), em substituição ao Senador Alvaro Dias.
38. Em 17.02.2009, o Senador Sérgio Guerra é designado membro suplente do PSDB na Comissão (Of. nº 39/09-GLPSDB), em substituição à Senadora Lúcia Vânia.
39. Em 17.02.2009, a Senadora Rosalba Ciarlini é designada membro titular do DEM na Comissão (Of. nº 012/09-GLDEM), em substituição ao Senador Jayme Campos.
40. Em 17.02.2009, o Senador José Agripino é designado membro suplente do DEM na Comissão (Of. nº 012/09-GLDEM), em substituição ao Senador Romeu Tuma.
41. Em 17.02.2009, o Senador Efraim Morais é designado membro titular do DEM na Comissão (Of. nº 012/09-GLDEM), em substituição à Senadora Kátia Abreu.
42. Em 17.02.2009, o Senador Adelmir Santana é designado membro titular do DEM na Comissão (Of. nº 012/09-GLDEM), em substituição ao Senador Demóstenes Torres.

43. Em 17.02.2009, o Senador Jayme Campos é designado membro suplente do DEM na Comissão (Of. nº 012/09-GLDEM), em substituição ao Senador Heráclito Fortes.
44. Em 17.02.2009, o Senador Heráclito Fortes é designado membro suplente do DEM na Comissão (Of. nº 012/09-GLDEM), em substituição ao Senador Adelmir Santana.
45. Em 17.02.2009, a Senadora Maria do Carmo Alves é designada membro suplente do DEM na Comissão (Of. nº 012/09-GLDEM), em substituição ao Senador Raimundo Colombo.
46. Em 17.02.2009, o Senador Raimundo Colombo é designado membro titular do DEM na Comissão (Of. nº 012/09-GLDEM), em substituição à Senadora Rosalba Ciarlini.
47. Em 19.02.2009, o Senador João Durval é designado Titular do PDT na Comissão, em substituição à Senadora Patrícia Saboya (Of. 14/09 - GLPDT).
48. Em 02.03.2009, o Senador Garibaldi Alves é designado membro titular do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Valdir Raupp (OF. GLPMDB nº 34/2009).
49. Em 02.03.2009, o Senador Leomar Quintanilha é designado membro suplente do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Neuto De Conto (OF. GLPMDB nº 34/2009).
50. Em 02.03.2009, o Senador Mão Santa é designado membro titular do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Wellington Salgado (OF. GLPMDB nº 34/2009).
51. Em 02.03.2009, o Senador Lobão Filho é designado membro suplente do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Leomar Quintanilha (OF. GLPMDB nº 34/2009).
52. Em 02.03.2009, o Senador Gilvam Borges é designado membro titular do PMDB na Comissão (OF. GLPMDB nº 34/2009).
53. Em 02.03.2009, o Senador Romero Jucá é designado membro suplente do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Valter Pereira (OF. GLPMDB nº 34/2009).
54. Em 02.03.2009, o Senador Valdir Raupp é designado membro suplente do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Pedro Simon (OF. GLPMDB nº 34/2009).
55. Em 02.03.2009, o Senador Wellington Salgado é designado membro suplente do PMDB na Comissão (OF. GLPMDB nº 34/2009).
56. Em 02.03.2009, o Senador Paulo Duque é designado membro titular do PMDB na Comissão (OF. GLPMDB nº 34/2009).
57. Em 02.03.2009, o Senador Geraldo Mesquita é designado membro titular do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Romero Jucá (OF. GLPMDB nº 34/2009).
58. Em 04.03.2009, o Senador Tião Viana é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 029/2009-GLDBAG).
59. Em 04.03.2009, o Senador Mozarildo Cavalcanti teve a sua indicação como titular da Comissão ratificada pela Liderança do PTB (Of. nº 068/2009-GLPTB).
60. Em 04.03.2009, a Senadora Marina Silva é designada membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 029/2009-GLDBAG).
61. Em 05/03/2009, o Senador Roberto Cavalcanti é designado Titular do PTB na Comissão, em substituição ao Senador Tião Viana (Of. 40/2009 - GLDBAG).
62. Em 05/03/2009, o Senador Gim Argello é designado Suplente do PTB na Comissão (Of. 85/2009 - GLPTB).
63. Em 10.03.2009, o Senador José Nery é designado membro suplente em vaga cedida ao PSOL pelo Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. GSNJ nº 135/2009).
64. Em 10.03.2009, o Bloco de Apoio ao Governo cede a vaga de suplente ao Partido Socialismo e Liberdade - PSOL (Of. nº 047/2009-GLDBAG).
65. Em 04.03.2009, o Senador Renato Casagrande é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição à Senadora Marina Silva (Of. nº 051/2009-GLDBAG).
66. Em 24.03.2009, o Senador Eduardo Azeredo é designado membro titular do PSDB na Comissão, em substituição à Senadora Marisa Serrano (Of. nº 062/09-GLPSDB).
67. Em 24.03.2009, a Senadora Marisa Serrano é designada membro suplente do PSDB na Comissão, em substituição ao Senador Eduardo Azeredo (Of. nº 062/09-GLPSDB).
68. Em 25.03.2009, vago em virtude da solicitação contida no OF. GLPMDB nº 083/2009.
69. Em 21.05.2009, o Senador Cristovam Buarque é designado membro suplente do PDT na Comissão (Of. 48/09 - LPDT).
70. O Senador Jayme Campos licenciou-se nos termos do art. 43, inciso II, do Regimento Interno, por 130 dias, a partir de 26.08.09 (Requerimento nº 1.041/2009, aprovado na sessão de 25.08.09).
71. O Senador Flávio Arns desfiliou-se do Partido dos Trabalhadores, conforme ofício lido na sessão de 10.09.2009 (OF/GSFA/0801/2009).
72. O Senador Osvaldo Sobrinho é designado membro suplente na Comissão, em vaga anteriormente ocupada pelo Senador Jayme Campos, conforme expediente da Liderança do PTB, com o "de acordo" da Liderança do DEM, lido na sessão de 14.09.2009.
73. Em 14.09.2009, o Senador Geraldo Mesquita é designado membro titular do PMDB na Comissão. (OF. GLPMDB nº 155/2009).
74. O Senador Leomar Quintanilha afastou-se do exercício do mandato, conforme comunicação lida na sessão deliberativa ordinária de 17 de setembro de 2009.
75. O Senador Expedito Júnior desfiliou-se do Partido da República, conforme ofício lido na sessão de 23.09.2009 (Of. nº 221/2009-GSEJUN).
76. O Senador Mão Santa comunicou sua desfiliação do Partido do Movimento Democrático Brasileiro, conforme ofício s/nº lido na sessão de 23.09.2009.
77. O Senador Expedito Júnior filiou-se ao PSDB, conforme ofício lido na sessão de 29.09.2009 (Of. nº 225/2009-GSEJUN).
78. Em 29.09.2009, a Senadora Fátima Cleide deixa de compor a Comissão como membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo e é designada membro titular, em substituição ao Senador Expedito Júnior (Of. 137/2009-GLDBAG).
79. O Senador Mão Santa comunicou sua filiação ao Partido Social Cristão - PSC, conforme o OF. GSMS 098/2009, lido na sessão de 01.10.2009.

80. Em 01.10.2009, o Senador Garibaldi Alves Filho deixa vaga de membro titular na Comissão e passa à suplência, em substituição ao Senador Leomar Quintanilha (OF. GLPMDB nº 162/2009).
81. Em 08.10.2009, o Senador Expedito Júnior é designado membro suplente do PSDB na Comissão (Of. nº 165/09-GLPSDB), em substituição ao Senador João Tenório.
82. Em 08.10.2009, o Senador Flávio Arns comunicou a sua filiação ao Partido da Social Democracia Brasileira (PSDB), a partir do dia 2 de outubro de 2009 (Of./GSFA/0898/2009).
83. Em 09.10.2009, o Senador Flávio Arns assume a vaga de titular do Bloco Parlamentar da Minoria, em substituição à Senadora Lúcia Vânia (Of. nº 164/09-GLPSDB).
84. Em 09.10.2009, a Senadora Lúcia Vânia é designada membro suplente do PSDB na Comissão (Of. nº 164/09-GLPSDB), em substituição ao Senador Sérgio Guerra.
85. Em 15.10.2009, o Senador Sérgio Guerra é designado Suplente do PSDB na Comissão, em substituição à Senadora Marisa Serrano (Of. 170/09-GLPSDB).
86. Senador Expedito Júnior deixou o exercício do mandato em 5.11.2009.
87. Em 18.11.2009, a Senadora Marisa Serrano é designada membro suplente do PSDB na Comissão (Of. 195/09-GLPSDB).
88. O Senador Gilvam Borges licenciou-se nos termos do art. 43, inciso I, do Regimento Interno, por 121 dias, a partir de 22.12.09 (Requerimento nº 1.712/2009, deferido na sessão de 22.12.09).
89. Vago em virtude de o Senador Osvaldo Sobrinho não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Jayme Campos, em 03.01.2010.
90. Em 03.02.2010, o Senador Jayme Campos foi designado membro suplente do Bloco Parlamentar da Minoria na Comissão (OF. nº 4/2010-GLDEM).
91. Em 04.02.2010, o Senador Geovani Borges é designado membro titular do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Gilvam Borges (OF. GLPMDB nº 205/2010).

Secretário(a): Gildete Leite de Melo

Reuniões: QUINTAS-FEIRAS - 11:30 hs - Plenário nº 09 - Ala Alexandre Costa

Telefone(s): 3303-3515

Fax: 3303-3652

E-mail: scomcas@senado.gov.br

2.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE ASSUNTOS SOCIAIS DAS PESSOAS COM DEFICIÊNCIA

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

PRESIDENTE: Senador Flávio Arns (PSDB-PR)

VICE-PRESIDENTE: Senador Eduardo Azeredo (PSDB-MG)

TITULARES	SUPLENTES
Bloco Parlamentar da Minoria (DEM, PSDB)	
Efraim Moraes (DEM)	1. Rosalba Ciarlini (DEM) (2,11)
Eduardo Azeredo (PSDB) (6)	2. Marisa Serrano (PSDB) (7)
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PRB, PC DO B) (1)	
Flávio Arns (PSDB) (10,12,15)	1. Paulo Paim (PT) (9)
PMDB	
Paulo Duque (4)	1. VAGO (5,13,14)
PTB PDT	
Mozarildo Cavalcanti (PTB) (8)	1. Gim Argello (PTB) (3)

Notas:

- O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, a partir de 22 de novembro de 2007, conforme OF. N. 192/2007/GLPTB/SF (DSF de 28/11/07).
- Em 6.04.2009, o Senador Jayme Campos é designado membro suplente do Bloco Parlamentar da Minoria na Subcomissão (OF. nº 20/09-PRES/CAS), em substituição ao Senador Papaléo Paes.
- Em 6.04.2009, o Senador Gim Argello é designado membro suplente do PTB na Subcomissão (OF. nº 20/09-PRES/CAS).
- Em 6.04.2009, o Senador Paulo Duque é designado membro titular do PMDB na Subcomissão (OF. nº 20/09-PRES/CAS).
- Em 6.04.2009, o Senador Leomar Quintanilha é designado membro suplente do PMDB na Subcomissão (OF. nº 20/09-PRES/CAS).
- Em 6.04.2009, o Senador Eduardo Azeredo teve a sua indicação como titular da Comissão ratificada pela Presidência da CAS (OF. nº 20/09-PRES/CAS).
- Em 6.04.2009, a Senadora Marisa Serrano teve a sua indicação como suplente da Comissão ratificada pela Presidência da CAS (OF. nº 20/09-PRES/CAS).
- Em 6.04.2009, o Senador Mozarildo Cavalcanti é designado membro titular do PTB na Subcomissão (OF. nº 20/09-PRES/CAS).
- Em 6.04.2009, o Senador Paulo Paim é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Subcomissão (OF. nº 20/09-PRES/CAS), em substituição à Senadora Fátima Cleide.
- Em 6.04.2009, o Senador Flávio Arns teve a sua indicação como titular da Comissão ratificada pela Presidência da CAS (OF. nº 20/09-PRES/CAS).
- Em 15/04/2009, a Senadora Rosalba Ciarlini é designada Suplente do DEM na Subcomissão, em substituição ao Senador Jayme Campos (OF. nº 15/09 - PRES/CAS).
- O Senador Flávio Arns desfilhou-se do Partido dos Trabalhadores, conforme ofício lido na sessão de 10.09.2009 (OF/GSFA/0801/2009).
- O Senador Leomar Quintanilha afastou-se do exercício do mandato, conforme comunicação lida na sessão deliberativa ordinária de 17 de setembro de 2009.
- Vago em 01.10.09 em virtude de o Senador Leomar Quintanilha não pertencer mais à Comissão (OF.GLPMBD nº 162/2009-GLPMBD).
- Em 08.10.2009, o Senador Flávio Arns comunicou a sua filiação ao Partido da Social Democracia Brasileira (PSDB), a partir do dia 2 de outubro de 2009 (Of./GSFA/0898/2009).

Secretário(a): Gildete Leite de Melo

Telefone(s): 3303-3515

Fax: 3303-3652

E-mail: scomcas@senado.gov.br

2.2) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE PROMOÇÃO, ACOMPANHAMENTO E DEFESA DA SAÚDE

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

PRESIDENTE: Senador Augusto Botelho (PT-RR) ⁽¹³⁾

VICE-PRESIDENTE: Senador Papaléo Paes (PSDB-AP) ⁽¹³⁾

TITULARES	SUPLENTES
Bloco Parlamentar da Minoria (DEM, PSDB)	
Adelmir Santana (DEM) ⁽⁵⁾	1. Raimundo Colombo (DEM) ^(2,3)
Papaléo Paes (PSDB) ⁽⁹⁾	2. VAGO ^(2,11,16)
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PRB, PC DO B) ⁽¹⁾	
Augusto Botelho (PT) ⁽⁴⁾	1. Marcelo Crivella (PRB) ^(2,10)
PMDB	
Mão Santa (PSC) ^(12,14,15)	1. Paulo Duque ⁽⁸⁾
PTB PDT	
Mozarildo Cavalcanti (PTB) ⁽⁶⁾	1. João Durval (PDT) ⁽⁷⁾

Notas:

- O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, a partir de 22 de novembro de 2007, conforme OF. N. 192/2007/GLPTB/SF (DSF de 28/11/07).
- Vago em 17.02.09 em virtude de os Senadores não pertencerem mais à Comissão.
- Em 6.04.2009, o Senador Raimundo Colombo é designado membro suplente do Bloco Parlamentar da Minoria na Subcomissão (OF. nº 20/09-PRES/CAS).
- Em 6.04.2009, o Senador Augusto Botelho teve a sua indicação como titular da Comissão ratificada pela Presidência da CAS (OF. nº 20/09-PRES/CAS).
- Em 6.04.2009, o Senador Adelmir Santana é designado membro titular do Bloco Parlamentar da Minoria na Subcomissão (OF. nº 20/09-PRES/CAS), em substituição à Senadora Rosalba Ciarlini.
- Em 6.04.2009, o Senador Mozarildo Cavalcanti é designado membro titular da Subcomissão (OF. nº 20/09-PRES/CAS).
- Em 6.04.2009, o Senador João Durval é designado membro suplente do PDT na Subcomissão (OF. nº 20/09-PRES/CAS).
- Em 6.04.2009, o Senador Paulo Duque é designado membro titular do PMDB na Subcomissão (OF. nº 20/09-PRES/CAS), em substituição ao Senador Adelmir Santana.
- Em 6.04.2009, o Senador Papaléo Paes teve a sua indicação como titular da Comissão ratificada pela Presidência da CAS (OF. nº 20/09-PRES/CAS).
- Em 6.04.2009, o Senador Marcelo Crivella é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Subcomissão (OF. nº 20/09-PRES/CAS).
- Em 6.04.2009, o Senador João Tenório é designado membro suplente do Bloco Parlamentar da Minoria na Subcomissão (OF. nº 20/09-PRES/CAS).
- Em 6.04.2009, o Senador Mão Santa é designado membro titular do PMDB na Subcomissão (OF. nº 20/09-PRES/CAS), em substituição ao Senador João Durval.
- Em 02.07.2009, foi lido o Ofício nº 02/2009-PRES/CASSAÚDE, comunicando eleição.
- O Senador Mão Santa comunicou sua desfiliação do Partido do Movimento Democrático Brasileiro, conforme ofício s/nº lido na sessão de 23.09.2009.
- O Senador Mão Santa comunicou sua filiação ao Partido Social Cristão - PSC, conforme o OF. GSMS 098/2009, lido na sessão de 01.10.2009.
- Em 08.10.2009, o Senador Expedito Júnior é designado membro suplente do PSDB na Comissão (Of. nº 165/09-GLPSDB), em substituição ao Senador João Tenório.

Secretário(a): Gildete Leite de Melo
Telefone(s): 3303-3515
Fax: 3303-3652
E-mail: scomcas@senado.gov.br

2.3) SUBCOMISSÃO PERMANENTE EM DEFESA DO EMPREGO E DA PREVIDÊNCIA SOCIAL

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

PRESIDENTE: Senador Paulo Paim (PT-RS)

VICE-PRESIDENTE: Senador Mozarildo Cavalcanti (PTB-RR)

TITULARES	SUPLENTES
Bloco Parlamentar da Minoria (DEM, PSDB)	
Adelmir Santana (DEM)	1. Rosalba Ciarlini (DEM) (1)
Lúcia Vânia (PSDB)	2. Papaléo Paes (PSDB)
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PRB, PC DO B)	
Paulo Paim (PT)	1. José Nery (PSOL)
PMDB	
Mão Santa (PSC) (2,3)	1. Wellington Salgado de Oliveira
PTB PDT	
Mozarildo Cavalcanti (PTB)	1. Gim Argello (PTB)

Notas:

- Em 16.04.2009, a Senadora Rosalba Ciarlini é designada membro suplente do DEM, em substituição ao Senador Efraim Morais (OF. nº 17/09 - PRES/CAS).
- O Senador Mão Santa comunicou sua desfiliação do Partido do Movimento Democrático Brasileiro, conforme ofício s/nº lido na sessão de 23.09.2009.
- O Senador Mão Santa comunicou sua filiação ao Partido Social Cristão - PSC, conforme o OF. GSMS 098/2009, lido na sessão de 01.10.2009.

Secretário(a): Gildete Leite de Melo
Telefone(s): 3303-3515

Fax: 3303-3652

E-mail: scocomcas@senado.gov.br

3) COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA - CCJ

Número de membros: 23 titulares e 23 suplentes

PRESIDENTE: Senador Demóstenes Torres (DEM-GO)

VICE-PRESIDENTE: Senador Wellington Salgado de Oliveira (PMDB-MG)

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PRB, PC DO B) ⁽⁶⁾	
Serys Slhessarenko (PT) (30,74,81,83,84)	1. Renato Casagrande (PSB) (17,35)
Aloizio Mercadante (PT) (10,37)	2. Augusto Botelho (PT) (1,15,17,38)
Eduardo Suplicy (PT) (30)	3. Marcelo Crivella (PRB) (33)
Antonio Carlos Valadares (PSB) (39)	4. Inácio Arruda (PC DO B) (16,17,36,71)
Ideli Salvatti (PT) (30)	5. César Borges (PR) (31,47)
João Pedro (PT) (34,47,87,88,89)	6. Marina Silva (PV) (19,32,77,84)
Maioria (PMDB, PP)	
Pedro Simon (PMDB) (60,64)	1. Romero Jucá (PMDB) (59,67)
Almeida Lima (PMDB) (61,64)	2. Renan Calheiros (PMDB) (56,68,86,93)
Geovani Borges (PMDB) (54,64,96,99)	3. Geraldo Mesquita Júnior (PMDB) (55,69,78)
Francisco Dornelles (PP) (57,64)	4. Lobão Filho (PMDB) (5,63,76)
Valter Pereira (PMDB) (2,64)	5. Valdir Raupp (PMDB) (46,62,66)
Wellington Salgado de Oliveira (PMDB) (9,18,58,65)	6. Neuto De Conto (PMDB) (3,64)
Bloco Parlamentar da Minoria (DEM, PSDB)	
Kátia Abreu (DEM) (40)	1. Efraim Morais (DEM) (49)
Demóstenes Torres (DEM) (44)	2. Adelmir Santana (DEM) (50)
Jayme Campos (DEM) (48,82,85,97,98)	3. Raimundo Colombo (DEM) (43)
Marco Maciel (DEM) (14,20)	4. José Agripino (DEM) (4,52)
Antonio Carlos Júnior (DEM) (42)	5. Eliseu Resende (DEM) (8,21,41)
Alvaro Dias (PSDB) (28,75)	6. Eduardo Azeredo (PSDB) (26)
Jarbas Vasconcelos (PMDB) (29,73,91)	7. Marconi Perillo (PSDB) (24)
Lúcia Vânia (PSDB) (28)	8. Arthur Virgílio (PSDB) (27,72)
Tasso Jereissati (PSDB) (28)	9. Flexa Ribeiro (PSDB) (25,70,90,92)
PTB ⁽⁷⁾	
Romeu Tuma (51)	1. Gim Argello (45)
PDT	
Osmar Dias (12,13,22)	1. Patrícia Saboya (11,23,53,79,80,94,95)

Notas:

- Em 07/08/2007, o Senador Marcelo Crivella é designado quarto suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Inácio Arruda (Of 131/2007-GLDBAG).
- O Senador Valter Pereira teve a sua indicação como titular da Comissão ratificada pela Liderança do Bloco da Maioria (Of. 23/2009-GLPMDB).
- O Senador Neuto De Conto teve a sua indicação como suplente da Comissão ratificada pela Liderança do PMDB (Of. 23/2009-GLPMDB).
- Vaga cedida pelo DEM ao PSDB.
- O Senador Valdir Raupp teve a sua indicação como suplente da Comissão ratificada pela Liderança do PMDB (Of. 23/2009-GLPMDB).

Endereço na Internet: <http://www.senado.gov.br/sf/atividade/plenario/sf>

Informações: Subsecretaria de Informações - 3311-3325/3572/7279

6. O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, a partir de 22 de novembro de 2007, conforme OF. N. 192/2007/GLPTB/SF (DSF de 28/11/07).
7. Nos termos da decisão do Presidente do Senado, publicada no DSF de 14.02.2008.
8. Em 01/04/2008, o Senador Virgílio de Carvalho é designado Suplente em vaga antes ocupada pela Senadora Maria do Carmo Alves, que se encontra licenciada, nos termos do art. 43, I, do Regimento Interno, no período de 20.03.2008 a 3.02.2009 (Of. 30/08-GLDEM e Req. nº 1.135/2009).
9. Em 17/04/2008, o Senador Geovani Borges é designado titular em vaga antes ocupada pelo Senador Gilvam Borges, que se encontra licenciado, nos termos do art. 43, I, do Regimento Interno, no período de 17.04.2008 a 24.08.2008 (Of. 112/08-GLPMDB).
10. Em 03/06/2008, a Senadora Marina Silva é designada Titular do Bloco de Apoio ao Governo, na Comissão (Of. 59/2008 - GLDBAG).
11. Em 04.06.2008, o Senador Cristovam Buarque é designado suplente do PDT na Comissão (Of. nº 05/08-LPDT), em substituição ao Senador Osmar Dias.
12. Em 04.06.2008, o Senador Osmar Dias é designado titular do PDT na Comissão (Of. nº 05/08-LPDT).
13. Em 19/02/2009, o Senador Osmar Dias teve a sua indicação como Titular na Comissão ratificada pela Liderança do PDT (Of. 15/09-GLPDT).
14. Em 4/7/2008, o Senador Marco Antônio Costa é designado titular em vaga antes ocupada pela Senadora Kátia Abreu, que se licenciou, nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, no período de 30.6.2008 a 28.10.2008. (Of. nº 62/08-GLDEM)
15. Em 06.08.2008, o Senador Francisco Dornelles é designado suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Marcelo Crivella (Ofício nº 081/2008-GLDBAR).
16. Em 13.08.2008, o Senador Expedito Júnior é designado suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador João Ribeiro (Ofício nº 083/2008-GLDBAG).
17. Em 13.08.2008, a Liderança do Bloco de Apoio ao Governo solicitou alteração na ordem de seus membros na suplência da Comissão (Ofício nº 083/2008-GLDBAG).
18. Em 26.08.2008, o Senador Gilvam Borges é designado membro titular do PMDB na Comissão (OF. GLPMDB nº 354/2008).
19. Em 28.10.2008, o Senador Marcelo Crivella é designado suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador José Nery (Ofício nº 096/2008-GLDBAG).
20. Em 29.10.2008, a Senadora Kátia Abreu é designada membro titular do Partido Democratas na Comissão, em substituição ao Senador Marco Antônio Costa (Of. nº 103/2008-GLDEM).
21. Vago em virtude do fim do exercício do Senador Virgílio de Carvalho, devido ao retorno da Titular.
22. Em 11.02.2009, o Senador Osmar Dias teve a sua indicação como titular da Comissão ratificada pela Liderança do PDT (Of. nº 04/09-GLPDT).
23. Em 11.02.2009, o Senador Jefferson Praia é designado membro suplente do PDT na Comissão (Of. nº 04/2009-GLPDT), em substituição ao Senador Cristovam Buarque.
24. Em 12.02.2009, o Senador Marconi Perillo é designado membro suplente do PSDB na Comissão (Of. nº 024/09-GLPSDB), em substituição ao Senador João Tenório.
25. Em 12.02.2009, o Senador Sérgio Guerra é designado membro suplente do PSDB na Comissão (Of. nº 024/09-GLPSDB), em substituição ao Senador Mário Couto.
26. Em 12.02.2009, o Senador Eduardo Azeredo é designado membro suplente do PSDB na Comissão (Of. nº 024/09-GLPSDB), em substituição ao Senador Flexa Ribeiro.
27. Em 12.02.2009, o Senador Mário Couto é designado membro suplente do PSDB na Comissão (Of. nº 024/09-GLPSDB), em substituição ao Senador Marconi Perillo.
28. Em 12.02.2009, os Senadores Arthur Virgílio, Lúcia Vânia e Tasso Jereissatti tiveram as suas indicações como titulares da Comissão ratificadas pela Liderança do PSDB (Of. nº 024/09-GLPSDB).
29. Em 12.02.2009, o Senador Flexa Ribeiro é designado membro titular do PSDB na Comissão (Of. nº 024/09-GLPSDB), em substituição ao Senador Eduardo Azeredo.
30. Em 16.02.2009, os Senadores Eduardo Suplicy, Serys Slhessarenko e Ideli Salvatti tiveram as suas indicações como titulares da Comissão ratificadas pela Liderança do Bloco de Apoio ao Governo (Of. nº 016/09-GLDBAG).
31. Em 16.02.2009, o Senador João Ribeiro é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição ao Senador Magno Malta.
32. Em 16.02.2009, o Senador Paulo Paim é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição ao Senador Marcelo Crivella.
33. Em 16.02.2009, o Senador Marcelo Crivella é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição ao Senador César Borges.
34. Em 16.02.2009, o Senador César Borges é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição ao Senador Antonio Carlos Valadares.
35. Em 16.02.2009, o Senador Renato Casagrande é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição ao Senador Inácio Arruda.
36. Em 16.02.2009, a Senadora Marina Silva é designada membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição ao Senador Expedito Júnior.
37. Em 16.02.2009, o Senador Aloízio Mercadante é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição à Senadora Marina Silva.
38. Em 16.02.2009, o Senador Augusto Botelho é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição ao Senador Francisco Dornelles.

39. Em 16.02.2009, o Senador Antonio Carlos Valadares é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição ao Senador Aloízio Mercadante.
40. Em 17.02.2009, a Senadora Kátia Abreu é designada membro titular do DEM na Comissão (Of. nº 012/09-GLDEM), em substituição ao Senador Adelmir Santana.
41. Em 17.02.2009, o Senador Eliseu Resende é designado membro suplente do DEM na Comissão (Of. nº 012/09-GLDEM).
42. Em 17.02.2009, o Senador Antonio Carlos Júnior teve a sua indicação como titular da Comissão ratificada pela Liderança do DEM (Of. nº 012/09-GLDEM).
43. Em 17.02.2009, o Senador Raimundo Colombo é designado membro suplente do DEM na Comissão (Of. nº 012/09-GLDEM), em substituição ao Senador José Agripino.
44. Em 17.02.2009, o Senador Demóstenes Torres é designado membro titular do DEM na Comissão (Of. nº 012/09-GLDEM), em substituição ao Senador Marco Maciel.
45. Em 17.02.2009, o Senador Gim Argello é designado membro Suplente do PTB na Comissão (Of. nº 27/09-GLPTB), em substituição ao Senador Mozarildo Cavalcanti.
46. Vago, em virtude do Senador José Maranhão ter tomado posse no cargo de Governador de Estado, renunciando ao mandato de Senador.
47. Em 17.02.2009, o Senador Expedito Júnior é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 21/09-GLDBAG), em substituição ao Senador César Borges, que passa à suplência, em substituição ao Senador João Ribeiro.
48. Em 17.02.2009, o Senador Jayme Campos é designado membro titular do DEM na Comissão (Of. nº 012/09-GLDEM), em substituição ao Senador Demóstenes Torres.
49. Em 17.02.2009, o Senador Efraim Morais é designado membro suplente do DEM na Comissão (Of. nº 012/09-GLDEM), em substituição ao Senador Eliseu Resende.
50. Em 17.02.2009, o Senador Adelmir Santana é designado membro suplente do DEM na Comissão (Of. nº 012/09-GLDEM), em substituição ao Senador Jayme Campos.
51. Em 17.02.2009, o Senador Romeu Tuma é designado membro titular do PTB na Comissão (Of. nº 27/09-GLPTB), em substituição ao Senador Epitácio Cafeteira.
52. Em 17.02.2009, o Senador José Agripino é designado membro suplente do DEM na Comissão (Of. nº 012/09-GLDEM), em substituição ao Senador Alvaro Dias.
53. Em 19.02.2009, a Senadora Patrícia Saboya é designada Suplente do PDT na Comissão, em substituição ao Senador Jefferson Praia (Of. 15/09 - GLPDT).
54. Em 02/03/2009, o Senador Gilvam Borges é designado membro titular do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Romero Jucá (Of. 23/2009-GLPMDB).
55. Em 02/03/2009, o Senador Geraldo Mesquita Júnior é designado membro suplente do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Leomar Quintanilha (Of. 23/2009-GLPMDB).
56. Em 02/03/2009, o Senador Renan Calheiros é designado membro suplente do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Wellington Salgado de Oliveira (Of. 23/2009-GLPMDB).
57. Em 02/03/2009, o Senador Francisco Dornelles é designado membro titular do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Almeida Lima (Of. 23/2009-GLPMDB).
58. Em 02/03/2009, o Senador Romero Jucá é designado membro titular do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Gilvam Borges (Of. 23/2009-GLPMDB).
59. Em 02/03/2009, o Senador Leomar Quintanilha é designado membro suplente do PMDB na Comissão, em substituição à Senadora Roseana Sarney (Of. 23/2009-GLPMDB).
60. Em 02/03/2009, o Senador Pedro Simon é designado membro titular do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Jarbas Vasconcelos (Of. 23/2009-GLPMDB).
61. Em 02/03/2009, o Senador Almeida Lima é designado membro titular do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Pedro Simon (Of. 23/2009-GLPMDB).
62. Em 02/03/2009, o Senador Wellington Salgado de Oliveira é designado membro suplente do PMDB na Comissão (Of. 23/2009-GLPMDB).
63. Em 04.03.2009, o Senador Geraldo Mesquita Júnior é designado membro suplente do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Valdir Raupp (Of. nº 48/2009-GLPMDB).
64. Em 04.03.2009, os Senadores Pedro Simon, Almeida Lima, Gilvam Borges, Francisco Dornelles e Valter Pereira, como titulares, e o Senador Neuto De Conto, como suplente, tiveram as suas indicações na Comissão ratificadas pela Liderança do PMDB (Of. nº 048/2009-GLPMDB).
65. Em 04.03.2009, o Senador Wellington Salgado é designado membro titular do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Romero Jucá (Of. nº 48/2009-GLPMDB).
66. Em 04.03.2009, o Senador Valdir Raupp é designado membro suplente do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Wellington Salgado (Of. nº 48/2009-GLPMDB).
67. Em 04.03.2009, o Senador Romero Jucá é designado membro suplente do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Leomar Quintanilha (Of. nº 48/2009-GLPMDB).
68. Em 04.03.2009, o Senador Leomar Quintanilha é designado membro suplente do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Renan Calheiros (Of. nº 48/2009-GLPMDB).
69. Em 04.03.2009, o Senador Renan Calheiros é designado membro suplente do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Geraldo Mesquita Júnior (Of. nº 48/2009-GLPMDB).

70. Em 10/03/2009, o Senador Flexa Ribeiro é designado Suplente do PSDB na Comissão, em substituição ao Senador Sérgio Guerra, que passa à titularidade (Of. 51/09-GLPSDB).
71. Em 10.03.2009, o Senador Inácio Arruda é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição à Senadora Marina Silva (Of. nº 053/2009-GLDBAG).
72. Em 10/03/2009, o Senador Arthur Virgílio é designado Suplente do PSDB na Comissão, em substituição ao Senador Mário Couto (Of. 53/09-GLPSDB).
73. Em 10/03/2009, o Senador Sérgio Guerra é designado Titular do PSDB na Comissão, em substituição ao Senador Flexa Ribeiro, que passa à suplência (Of. 51/09-GLPSDB).
74. Em 10.03.2009, a Senadora Marina Silva é designada membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição à Senadora Serys Slhessarenko (Of. nº 052/2009-GLDBAG).
75. Em 10/03/2009, o Senador Alvaro Dias é designado Titular do PSDB na Comissão, em substituição ao Senador Arthur Virgílio (Of. 52/09-GLPSDB).
76. Em 04.03.2009, o Senador Lobão Filho é designado membro suplente do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Geraldo Mesquita Júnior (Of. nº 68/2009-GLPMDB).
77. Em 16.03.2009, a Senadora Serys Slhessarenko é designada membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Paulo Paim (Of. nº 056/2009-GLDBAG).
78. Em 19/03/2009, o Senador Geraldo Mesquita Júnior é designado Suplente do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Renan Calheiros (Of. GLPMDB 075/2009).
79. A Senadora Patrícia Saboya encontra-se licenciada, nos termos do art. 43, inciso I, do Regimento Interno, conforme o Requerimento nº 878, de 2009, aprovado no dia 15/07/2009, na Sessão Deliberativa Extraordinária iniciada em 14/07/2009.
80. Em 04.08.2009, o Senador Flávio Torres é designado membro suplente do PDT na Comissão, em substituição à Senadora Patrícia Saboya (Of. nº 60/09-LPDT).
81. A Senadora Marina Silva desfiliou-se do Partido dos Trabalhadores, conforme comunicação lida na sessão de 19.08.2009.
82. O Senador Jayme Campos licenciou-se nos termos do art. 43, inciso II, do Regimento Interno, por 130 dias, a partir de 26.08.09 (Requerimento nº 1.041/2009, aprovado na sessão de 25.08.09).
83. A Senadora Marina Silva filiou-se do Partido Verde, conforme comunicação lida na sessão de 01.09.2009.
84. Em 09.09.2009, a Senadora Serys Slhessarenko é designada membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição à Senadora Marina Silva, que passa a ocupar vaga de membro suplente (Of. nº 128/2009-GLDBAG).
85. O Senador Osvaldo Sobrinho é designado membro titular na Comissão, em vaga anteriormente ocupada pelo Senador Jayme Campos, conforme expediente da Liderança do PTB, com o "de acordo" da Liderança do DEM, lido na sessão de 14.09.2009.
86. O Senador Leomar Quintanilha afastou-se do exercício do mandato, conforme comunicação lida na sessão deliberativa ordinária de 17 de setembro de 2009.
87. O Senador Expedito Júnior desfiliou-se do Partido da República, conforme ofício lido na sessão de 23.09.2009 (Of. nº 221/2009-GSEJUN).
88. O Senador Expedito Júnior filiou-se ao PSDB, conforme ofício lido na sessão de 29.09.2009 (Of. nº 225/2009-GSEJUN).
89. Em 29.09.2009, o Senador João Pedro é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Expedito Júnior (Of. 136/2009-GLDBAG).
90. Em 07.10.2009, o Senador Expedito Júnior é designado membro suplente do PSDB na Comissão, em substituição ao Senador Flexa Ribeiro (Of. nº 163/09-GLPSDB).
91. Em 06.10.2009, a Liderança do PSDB cede, temporariamente, vaga de titular do Senador Sérgio Guerra ao Senador Jarbas Vasconcelos (Of. nº 109/09-GLPSDB).
92. Em 28.10.2009, o Senador Flexa Ribeiro é designado membro suplente do PSDB na Comissão (Of. nº 187/09-GLPSDB), em substituição ao Senador Expedito Júnior.
93. Em 04.11.2009, o Senador Renan Calheiros é designado membro suplente do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Leomar Quintanilha (Of. nº 188/2009-GLPMDB)
94. Vago em virtude de o Senador Flávio Torres não exercer mais o mandato devido ao retorno da titular, Senadora Patrícia Saboya, em 16.11.09.
95. Em 18.11.2009, a Senadora Patrícia Saboya é designada membro suplente do PDT na Comissão (Of. nº 76/09-LPDT).
96. O Senador Gilvam Borges licenciou-se nos termos do art. 43, inciso I, do Regimento Interno, por 121 dias, a partir de 22.12.09 (Requerimento nº 1.712/2009, deferido na sessão de 22.12.09).
97. Vago em virtude de o Senador Osvaldo Sobrinho não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Jayme Campos, em 03.01.2010.
98. Em 03.02.2010, o Senador Jayme Campos foi designado membro titular do Bloco Parlamentar da Minoria na Comissão (OF. nº 4/2010-GLDEM).
99. Em 04.02.2010, o Senador Geovani Borges é designado membro titular do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Gilvam Borges (OF. GLPMDB nº 205/2010).

Secretário(a): Ednaldo Magalhães Siqueira

Reuniões: QUARTAS-FEIRAS - 10:00 hs - Plenário nº 3 - Ala Alexandre Costa

Telefone(s): 3303-3972

Fax: 3303-4315

E-mail: scomccj@senado.gov.br

3.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE - IMAGEM E PRERROGATIVAS PARLAMENTARES

Finalidade: Assessorar a Presidência do Senado em casos que envolvam a imagem e as prerrogativas dos parlamentares e da própria instituição parlamentar.

Número de membros: 5 titulares

Secretário(a): Ednaldo Magalhães Siqueira

Telefone(s): 3303-3972

Fax: 3303-4315

E-mail: scomccj@senado.gov.br

3.2) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE SEGURANÇA PÚBLICA

Número de membros: 9 titulares e 9 suplentes

PRESIDENTE: Senador Tasso Jereissati (PSDB-CE)

VICE-PRESIDENTE: Senador César Borges (PR-BA)

RELATOR: Senador Jarbas Vasconcelos (PMDB-PE)

Designação: 28/10/2009

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PRB, PC DO B)	
Aloizio Mercadante (PT)	1. Serys Slhessarenko (PT)
César Borges (PR)	2. Antonio Carlos Valadares (PSB)
Maioria (PMDB, PP)	
Pedro Simon (PMDB)	1. Francisco Dornelles (PP)
Renan Calheiros (PMDB)	2. Wellington Salgado de Oliveira (PMDB)
Bloco Parlamentar da Minoria (DEM, PSDB)	
Jarbas Vasconcelos (PMDB)	1. Kátia Abreu (DEM)
	2. Antonio Carlos Júnior (DEM)
Tasso Jereissati (PSDB)	3. Alvaro Dias (PSDB)
Marconi Perillo (PSDB)	
PTB	
Romeu Tuma	1. Gim Argello
PDT	
Patrícia Saboya (2)	1. VAGO (1)

Notas:

1. Em 16.11.2009, o Senador Flávio Torres deixa de compor a Subcomissão em virtude do retorno da Senadora Patrícia Saboya ao exercício do mandato.

2. Em 10.02.2010, a Senadora Patrícia Saboya é designada membro titular do PDT na Subcomissão, em substituição ao Senador Osmar Dias (Of. n° 006/10/CCJ).

*. Em 17.11.2009, lido o Of. n° 374/09-CCJ, que comunica a composição, designação dos membros, eleição do Presidente e Vice-Presidente e designação do Relator da Subcomissão, em reunião realizada no dia 28.10.2009.

3.3) SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA PARA ANÁLISE DO PRS N° 96, DE 2009 - REFORMA ADMINISTRATIVA

Finalidade: Análise do PRS nº 96, de 2009, que "Altera o Regulamento Administrativo do Senado Federal, instituído pela Resolução nº 58, de 1972, e posteriores modificações".

Número de membros: 6 titulares

PRESIDENTE: Senador Jarbas Vasconcelos (PMDB-PE)

VICE-PRESIDENTE: Senador Antonio Carlos Valadares (PSB-SE)

RELATOR: Senador Tasso Jereissati (PSDB-CE)

Designação: 10/02/2010

TITULARES

Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PRB, PC DO B)

Eduardo Suplicy (PT)

Antonio Carlos Valadares (PSB)

Maioria (PMDB, PP)

Pedro Simon (PMDB)

Bloco Parlamentar da Minoria (DEM, PSDB)

Jarbas Vasconcelos (PMDB)

Tasso Jereissati (PSDB)

Antonio Carlos Júnior (DEM)

Notas:

*. Em 23.02.2010, lido o Of. nº 12/10-CCJ, que comunica a composição, designação dos membros, eleição do Presidente e Vice-Presidente e designação do Relator da Subcomissão, em reunião da Comissão realizada no dia 10.02.2010.

Secretário(a): Ednaldo Magalhães Siqueira

Telefone(s): 3303-3972

Fax: 3303-4315

E-mail: scomccj@senado.gov.br

4) COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTE - CE**Número de membros:** 27 titulares e 27 suplentes**PRESIDENTE:** Senadora Fátima Cleide (PT-RO) ^(93,106)**VICE-PRESIDENTE:** Senadora Marisa Serrano (PSDB-MS) ^(73,79)

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PRB, PC DO B) ⁽³⁾	
Roberto Cavalcanti (PRB) (34,81,89,92,94)	1. João Pedro (PT) (1,31)
Augusto Botelho (PT) (34)	2. Gim Argello (PTB) (30,96,100)
Fátima Cleide (PT) (34)	3. Eduardo Suplicy (PT) (12,38)
Paulo Paim (PT) (34,45,66)	4. José Nery (PSOL) (36)
Inácio Arruda (PC DO B) (32)	5. Antonio Carlos Valadares (PSB) (37,67,94,95)
Ideli Salvatti (PT) (33,76,78,80,96)	6. João Ribeiro (PR) (37,71)
Sadi Cassol (PT) (35,85,86,87,98,101)	7. Marina Silva (PV) (37,80)
Maioria (PMDB, PP)	
Valter Pereira (PMDB) (64)	1. Romero Jucá (PMDB) (59)
Mauro Fecury (PMDB) (8,16,63,70,72)	2. Francisco Dornelles (PP) (59,83,88)
Geovani Borges (PMDB) (58,102,105)	3. Pedro Simon (PMDB) (59)
Wellington Salgado de Oliveira (PMDB) (56)	4. Neuto De Conto (PMDB) (62)
Gerson Camata (PMDB) (55)	5. Valdir Raupp (PMDB) (60)
VAGO (5,9,53,88)	6. Garibaldi Alves Filho (PMDB) (15,17,54)
VAGO (57,65)	7. Lobão Filho (PMDB) (61)
Bloco Parlamentar da Minoria (DEM, PSDB)	
Raimundo Colombo (DEM) (4,42)	1. Gilberto Goellner (DEM) (41)
Marco Maciel (DEM) (46)	2. Kátia Abreu (DEM) (11,50)
Rosalba Ciarlini (DEM) (6,19,52)	3. Jayme Campos (DEM) (49,77,82,103,104)
Heráclito Fortes (DEM) (44)	4. Efraim Moraes (DEM) (43)
José Agripino (DEM) (13,48)	5. Eliseu Resende (DEM) (14,18,51)
Adelmir Santana (DEM) (40)	6. Maria do Carmo Alves (DEM) (2,39)
Alvaro Dias (PSDB) (28)	7. Cícero Lucena (PSDB) (22,69,75,84,90,97,99)
Flávio Arns (PSDB) (27,91)	8. Marconi Perillo (PSDB) (23)
Eduardo Azeredo (PSDB) (25,68,74,75)	9. Papaléo Paes (PSDB) (24)
Marisa Serrano (PSDB) (29)	10. Sérgio Guerra (PSDB) (26)
PTB	
Sérgio Zambiasi (7,47)	1. João Vicente Claudino (47)
Romeu Tuma (47)	2. Mozarildo Cavalcanti (47)
PDT	
Cristovam Buarque (21)	1. Jefferson Praia (10,20)

Notas:

Endereço na Internet: <http://www.senado.gov.br/sf/atividade/plenario/sf>
 Informações: Subsecretaria de Informações - 3311-3325/3572/7279

1. Senadora Patrícia Saboya comunicou filiação partidária em 02.10.2007 (DSF 3.10.2007).
2. Senador Romeu Tuma comunicou, em 11.10.2007, filiação ao PTB (DSF 12.10.2007).
3. O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, a partir de 22 de novembro de 2007, conforme OF. N. 192/2007/GLPTB/SF (DSF de 28/11/07).
4. O Senador Edison Lobão encontra-se afastado do exercício do mandato desde 21/01/2008, para exercer o cargo de Ministro de Minas e Energia.
5. O Senador Geraldo Mesquita Júnior solicitou seu desligamento (Of. nº 008/08 GSGMJ e Of. GLPMDB nº 19/2008 - DSF 22.02.2008).
6. Em 01/04/2008, o Senador Virgílio de Carvalho é designado Titular em vaga antes ocupada pela Senadora Maria do Carmo Alves, que se encontra licenciada, nos termos do art. 43, I, do Regimento Interno, no período de 20.03.2008 a 3.02.2009 (Of. 30/08-GLDEM e Req. nº 1.135/2009).
7. Em 07/04/2008, a Presidência designa o Senador Sérgio Zambiasi como membro titular da Comissão (Of. nº 18, de 2008, da Liderança do PTB).
8. Em 17/04/2008, o Senador Geovani Borges é designado Titular em vaga antes ocupada pelo Senador Gilvam Borges, que se encontra licenciado, nos termos do art. 43, I, do Regimento Interno, no período de 17.04.2008 a 24.08.2008 (Of. 110/08-GLPMDB).
9. Em 07/05/2008, o Senador Lobão Filho é designado Titular do PMDB na Comissão (Of. 143/2008 - GLPMDB).
10. Em virtude do falecimento do Senador Jefferson Peres, ocorrido em 23.05.2008.
11. Em virtude do desligamento do Senador Demóstenes Torres, em 04.06.2008 (OF. Nº 053/08-GLDEM).
12. Em 10/06/2008, a Senadora Marina Silva é designada Suplente do Bloco de Apoio ao Governo, na Comissão (Of. 64/2008-GLDBAG).
13. O Senador Raimundo Colombo licenciou-se, nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, no período de 26.6.2008 a 24.10.2008.
14. Em 4/7/2008, o Senador Marco Antônio Costa é designado suplente em vaga antes ocupada pela Senadora Kátia Abreu, que se encontra licenciada, nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, no período de 30.6.2008 a 28.10.2008. (Of. nº 62/08-GLDEM).
15. Em 09.07.2008, o Senador Casildo Maldaner é designado membro suplente do PMDB na Comissão (OF. GLPMDB nº 220/2008).
16. Em 26.08.2008, o Senador Gilvam Borges é designado membro titular do PMDB na Comissão (OF. GLPMDB nº 363/2008).
17. Vago em virtude do retorno do Senador Raimundo Colombo ao exercício do mandato, em 27.10.2008.
18. Em 29.10.2008, a Senadora Kátia Abreu é designada membro titular do Partido Democratas na Comissão, em substituição ao Senador Marco Antônio Costa (Of. nº 103/2008-GLDEM).
19. Vago em virtude do fim do exercício do Senador Virgílio de Carvalho, devido ao retorno da Titular.
20. Em 11.02.2009, o Senador Jefferson Praia é designado membro suplente do PDT na Comissão (Of. nº 05/2009-GLPDT).
21. Em 11.02.2009, o Senador Cristovam Buarque teve a sua indicação como titular da Comissão ratificada pela Liderança do PDT (Of. nº 05/09-GLPDT).
22. Em 12.02.2009, a Senadora Lúcia Vânia Dias é designada membro suplente do PSDB na Comissão (Of. nº 025/09-GLPSDB), em substituição ao Senador Cícero Lucena.
23. Em 12.02.2009, o Senador Marconi Perillo é designado membro suplente do PSDB na Comissão (Of. nº 025/09-GLPSDB), em substituição ao Senador Eduardo Azeredo.
24. Em 12.02.2009, o Senador Papaléo Paes é designado membro suplente do PSDB na Comissão (Of. nº 025/09-GLPSDB), em substituição ao Senador Sérgio Guerra.
25. Em 12.02.2009, o Senador Eduardo Azeredo é designado membro titular do PSDB na Comissão (Of. nº 025/09-GLPSDB), em substituição ao Senador Papaléo Paes.
26. Em 12.02.2009, o Senador Sérgio Guerra é designado membro suplente do PSDB na Comissão (Of. nº 025/09-GLPSDB), em substituição à Senadora Lúcia Vânia.
27. Em 12.02.2009, o Senador Cícero Lucena é designado membro titular do PSDB na Comissão (Of. nº 025/09-GLPSDB), em substituição à Senadora Marisa Serrano.
28. Em 12.02.2009, o Senador Alvaro Dias é designado membro titular do PSDB na Comissão (Of. nº 025/09-GLPSDB), em substituição ao Senador Marconi Perillo.
29. Em 12.02.2009, a Senadora Marisa Serrano é designada membro titular do PSDB na Comissão (Of. nº 025/09-GLPSDB), em substituição ao Senador Flexa Ribeiro.
30. Em 16.02.2009, a Senadora Ideli Salvatti é designada membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição ao Senador João Pedro.
31. Em 16.02.2009, o Senador João Pedro é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição à Senadora Patrícia Saboya.
32. Em 16.02.2009, o Senador Inácio Arruda é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição à Senadora Ideli Salvatti.
33. Em 16.02.2009, a Senadora Marina Silva é designada membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição ao Senador Inácio Arruda.
34. Em 16.02.2009, os Senadores Flávio Arns, Augusto Botelho, Fátima Cleide e Paulo Paim tiveram as suas indicações como titulares da Comissão ratificadas pela Liderança do Bloco de Apoio ao Governo (Of. nº 016/09-GLDBAG).
35. Em 16.02.2009, o Senador Expedito Júnior é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição ao Senador Renato Casagrande.
36. Em 16.02.2009, o Senador José Nery é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição ao Senador Antonio Carlos Valadares.
37. Vago em virtude do remanejamento de vagas indicado pela Liderança do Bloco de Apoio ao Governo (Of. nº 016/2009 - GLDBAG).
38. Em 16.02.2009, o Senador Eduardo Suplicy é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição à Senadora Marina Silva.

39. Em 17.02.2009, a Senadora Maria do Carmo Alves é designada membro suplente do DEM na Comissão (Of. nº 012/09-GLDEM), em substituição ao Senador Romeu Tuma.
40. Em 17.02.2009, o Senador Adelmir Santana é designado membro titular do DEM na Comissão (Of. nº 012/09-GLDEM), em substituição à Senadora Rosalba Ciarlini.
41. Em 17.02.2009, o Senador Gilberto Goellner é designado membro suplente do DEM na Comissão (Of. nº 012/09-GLDEM), em substituição ao Senador Adelmir Santana.
42. Em 17.02.2009, o Senador Raimundo Colombo é designado membro titular do DEM na Comissão (Of. nº 012/09-GLDEM).
43. Em 17.02.2009, o Senador Efraim Moraes é designado membro suplente do DEM na Comissão (Of. nº 012/09-GLDEM), em substituição ao Senador José Agripino.
44. Em 17.02.2009, o Senador Heráclito Fortes é designado membro titular do DEM na Comissão (Of. nº 012/09-GLDEM), em substituição ao Senador Marco Maciel.
45. Em 17.02.2009, o Bloco de Apoio ao Governo pede seja desconsiderada a indicação do Senador Paulo Paim como membro titular na Comissão (Of. nº 22/09-GLDBAG).
46. Em 17.02.2009, o Senador Marco Maciel é designado membro titular do DEM na Comissão (Of. nº 012/09-GLDEM), em substituição ao Senador Heráclito Fortes.
47. Em 17.02.2009, os Senadores Romeu Tuma foram designados, como titular, João Vicente Cláudio e Mozarildo Cavalcanti, como suplentes, e o Senador Sérgio Zambiasi teve sua indicação como titular confirmada pela Liderança do PTB (Of. nº 029/09-GLPTB).
48. Em 17.02.2009, o Senador José Agripino é designado membro titular do DEM na Comissão (Of. nº 012/09-GLDEM), em substituição ao Senador Raimundo Colombo.
49. Em 17.02.2009, o Senador Jayme Campos é designado membro suplente do DEM na Comissão (Of. nº 012/09-GLDEM), em substituição ao Senador Gilberto Goellner.
50. Em 17.02.2009, a Senadora Kátia Abreu é designada membro suplente do DEM na Comissão (Of. nº 012/09-GLDEM).
51. Em 17.02.2009, o Senador Eliseu Resende é designado membro suplente do DEM na Comissão (Of. nº 012/09-GLDEM), em substituição à Senadora Kátia Abreu.
52. Em 17.02.2009, a Senadora Rosalba Ciarlini é designada membro titular do DEM na Comissão (Of. nº 012/09-GLDEM).
53. Em 02.03.2009, o Senador Francisco Dornelles é designado membro titular do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Lobão Filho (OF. GLPMDB nº 28/2009).
54. Em 02.03.2009, o Senador Garibaldi Alves é designado membro suplente do PMDB na Comissão (OF. GLPMDB nº 28/2009).
55. Em 02.03.2009, o Senador Gerson Camata é designado membro titular do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Paulo Duque (OF. GLPMDB nº 28/2009).
56. Em 02.03.2009, o Senador Wellington Salgado é designado membro titular do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Valdir Raupp (OF. GLPMDB nº 28/2009).
57. Em 02.03.2009, o Senador Jarbas Vasconcelos é designado membro titular do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Gerson Camata (OF. GLPMDB nº 28/2009).
58. Em 02/03/2009, o Senador Gilvam Borges é designado Titular do PMDB na Comissão (Of. GLPMDB nº 28/2009).
59. Em 02.03.2009, os Senadores Romero Jucá, Leomar Quintanilha e Pedro Simon tiveram suas indicações como suplentes da Comissão ratificadas pela Liderança do PMDB (OF. GLPMDB nº 28/2009).
60. Em 02.03.2009, o Senador Valdir Raupp é designado membro suplente do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Jarbas Vasconcelos (OF. GLPMDB nº 28/2009).
61. Em 02.03.2009, o Senador Lobão Filho é designado membro suplente do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Neuto De Conto (OF. GLPMDB nº 28/2009).
62. Em 02.03.2009, o Senador Neuto De Conto é designado membro suplente do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Valter Pereira (OF. GLPMDB nº 28/2009).
63. Em 02.03.2009, o Senador Geraldo Mesquita é designado membro titular do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Gilvam Borges (OF. GLPMDB nº 28/2009).
64. Em 02.03.2009, o Senador Valter Pereira é designado membro titular do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Wellington Salgado (OF. GLPMDB nº 28/2009).
65. Vago, conforme comunicação do Senador Jarbas Vasconcelos, lido na sessão de 3 de março de 2009.
66. Em 04.03.2009, o Senador Paulo Paim é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 028/2009-GLDBAG).
67. Em 05/03/2009, o Senador Roberto Cavalcanti é designado Suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. 41/2009 - GLDBAG).
68. Em 10.03.2009, a Senadora Lúcia Vânia é designada Titular do PSDB na Comissão, em substituição ao Senador Eduardo Azeredo, que passa à suplência (Of. 49/09 - GLPSDB).
69. Em 10.03.2009, o Senador Eduardo Azeredo é designado Suplente do PSDB na Comissão, em substituição à Senadora Lúcia Vânia, que passa à titularidade (Of. 49/09 - GLPSDB).
70. Em 25.03.2009, vago em virtude da solicitação contida no OF. GLPMDB nº 083/2009.
71. Em 29.04.2009, o Senador João Ribeiro é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 084/2009-GLDBAG).
72. Em 10.06.2009, o Senador Mauro Fecury é designado membro titular do Bloco da Maioria na Comissão (OF. GLPMDB nº 017-A/2009).
73. Em 16.06.2009, a Senadora Lúcia Vânia deixa de compor a Comissão como membro titular do PSDB (Of. nº 108/09-GLPSDB).
74. Em 16/06/2009, a Senadora Lúcia Vânia deixa de compor a Comissão como Titular do PSDB (Of. nº 108/09-GLPSDB).

75. Em 06.08.2009, o Senador Eduardo Azeredo é designado membro titular do PSDB na Comissão, deixando de ocupar a suplência (Of. 132/09 - GLPSDB).
76. A Senadora Marina Silva desfiliou-se do Partido dos Trabalhadores, conforme comunicação lida na sessão de 19.08.2009.
77. O Senador Jayme Campos licenciou-se nos termos do art. 43, inciso II, do Regimento Interno, por 130 dias, a partir de 26.08.09 (Requerimento nº 1.041/2009, aprovado na sessão de 25.08.09).
78. A Senadora Marina Silva filiou-se do Partido Verde, conforme comunicação lida na sessão de 01.09.2009.
79. A Senadora Marisa Serrano foi eleita Vice-Presidente da Comissão, conforme ofício lido na sessão de 03.09.2009 (Of. nº 155/2009/CE).
80. Em 09.09.2009, a Senadora Marina Silva deixa de compor a Comissão como membro titular do Bloco de Apoio e é designada membro suplente (Of. nº 129/2009-GLDBAG).
81. O Senador Flávio Arns desfiliou-se do Partido dos Trabalhadores, conforme ofício lido na sessão de 10.09.2009 (OF/GSFA/0801/2009).
82. O Senador Osvaldo Sobrinho é designado membro suplente na Comissão, em vaga anteriormente ocupada pelo Senador Jayme Campos, conforme expediente da Liderança do PTB, com o "de acordo" da Liderança do DEM, lido na sessão de 14.09.2009.
83. O Senador Leomar Quintanilha afastou-se do exercício do mandato, conforme comunicação lida na sessão deliberativa ordinária de 17 de setembro de 2009.
84. Em 21.09.2009, o Senador Flexa Ribeiro é designado membro suplente do PSDB na Comissão (Of. nº 156/09-GLPSDB).
85. O Senador Expedito Júnior desfiliou-se do Partido da República, conforme ofício lido na sessão de 23.09.2009 (Of. nº 221/2009-GSEJUN).
86. O Senador Expedito Júnior filiou-se ao PSDB, conforme ofício lido na sessão de 29.09.2009 (Of. nº 225/2009-GSEJUN).
87. Em 29.09.2009, o Senador Sadi Cassol é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Expedito Júnior (Of. 139/2009-GLDBAG).
88. Em 07.10.2009, o Senador Francisco Dornelles é remanejado da titularidade para a suplência do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Leomar Quintanilha (OF. GLPMDB nº 169/2009).
89. Em 08.10.2009, o Senador Flávio Arns comunicou a sua filiação ao Partido da Social Democracia Brasileira (PSDB), a partir do dia 2 de outubro de 2009 (Of./GSFA/0898/2009).
90. Em 08.10.2009, o Senador Expedito Júnior é designado membro suplente do PSDB na Comissão (Of. nº 167/09-GLPSDB), em substituição ao Senador Flexa Ribeiro.
91. Em 09.10.2009, o Senador Flávio Arns é designado membro titular do PSDB na Comissão (Of. nº 161/09-GLPSDB), em substituição ao Senador Cícero Lucena.
92. Em 09.10.2009, o Senador Flávio Arns deixa de compor a Comissão como membro titular do Bloco de Apoio ao Governo (Of. nº 145/2009-GLDBAG).
93. Em 09.10.2009, vago em virtude de o Senador Flávio Arns deixar de compor a Comissão como membro titular do Bloco de Apoio ao Governo (Of. nº 145/2009-GLDBAG), c/c o art. 81, § 2º, do RISF.
94. Em 14.10.2009, o Senador Roberto Cavalcanti é remanejado da suplência para a titularidade do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 149/2009-GLDBAG).
95. Em 14.10.2009, o Senador Antonio Carlos Valadares é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 150/2009-GLDBAG).
96. Em 14.10.2009, a Senadora Ideli Salvatti é remanejada da suplência para a titularidade do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 149/2009-GLDBAG).
97. Senador Expedito Júnior deixou o exercício do mandato em 5.11.2009.
98. Vago em virtude de o Senador Sadi Cassol não exercer mais o mandato devido o retorno do titular, Senador Leomar Quintanilha (lida comunicação na sessão de 17.11.09).
99. Em 18.11.2009, o Senador Cícero Lucena é designado membro suplente do PSDB na Comissão (Of. nº 194/09-GLPSDB).
100. Em 02.12.2009, o Senador Gim Argello é designado suplente, na Comissão, em vaga cedida ao PDT (Of. 161/2009-GLDBAG e Of. 286/2009/GLPTB)
101. Em 2.12.2009, o Senador Sadi Cassol é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (OF. nº 159/2009-GLDBAG).
102. O Senador Gilvam Borges licenciou-se nos termos do art. 43, inciso I, do Regimento Interno, por 121 dias, a partir de 22.12.09 (Requerimento nº 1.712/2009, deferido na sessão de 22.12.09).
103. Vago em virtude de o Senador Osvaldo Sobrinho não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Jayme Campos, em 03.01.2010.
104. Em 03.02.2010, o Senador Jayme Campos foi designado membro suplente do Bloco Parlamentar da Minoria na Comissão (OF. nº 4/2010-GLDEM).
105. Em 04.02.2010, o Senador Geovani Borges é designado membro titular do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Gilvam Borges (OF. GLPMDB nº 205/2010).
106. A Senadora Fátima Cleide foi eleita Presidente da Comissão em 03.03.2010.

Secretário(a): Júlio Ricardo Borges Linhares

Reuniões: TERÇAS-FEIRAS - 11:00HS - Plenário nº 15 - ALA ALEXANDRE COSTA

Telefone(s): 3311-3498

Fax: 3311-3121

E-mail: julioric@senado.gov.br

4.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE CINEMA, TEATRO, MÚSICA E COMUNICAÇÃO SOCIAL

Número de membros: 12 titulares e 12 suplentes

PRESIDENTE: VAGO

VICE-PRESIDENTE: VAGO

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PRB, PC DO B) ⁽²⁾	
Ideli Salvatti (PT) (7,13)	1. VAGO (7)
Paulo Paim (PT) (8,14)	2. Flávio Arns (PSDB) (13,14,21)
Inácio Arruda (PC DO B) (16)	3. VAGO (7)
Maioria (PMDB, PP)	
Gerson Camata (PMDB) (3,18)	1. VAGO (7)
Wellington Salgado de Oliveira (PMDB)	2. Valdir Raupp (PMDB)
Francisco Dornelles (PP) (11)	3. VAGO (19)
Bloco Parlamentar da Minoria (DEM, PSDB)	
VAGO (4)	1. Adelmir Santana (DEM) (1,6,20)
Marco Maciel (DEM) (9)	2. VAGO (9)
Rosalba Ciarlini (DEM)	3. Raimundo Colombo (DEM) (5)
Marisa Serrano (PSDB)	4. Cícero Lucena (PSDB) (10,15)
Eduardo Azeredo (PSDB) (10)	5. Papaléo Paes (PSDB) (7,12)
PDT	
Cristovam Buarque (7,17)	1. VAGO (17)

Notas:

1. Vago, em virtude de a Senadora Maria do Carmo Alves encontrar-se licenciada, nos termos do art. 43, I, do Regimento Interno, no período de 20.03.2008 a 3.02.2009, e ter sido substituída pelo Senador Virgílio de Carvalho, na Comissão de Educação, Cultura e Esporte (Of. 30/2008-GLDEM e Req. nº 1.135/2009).
2. O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, a partir de 22 de novembro de 2007, conforme OF. N. 192/2007/GLPTB/SF (DSF de 28/11/07).
3. O Senador Geraldo Mesquita Júnior solicitou seu desligamento (Of. nº 008/08 GSGMJ e Of. GLPMDB nº 19/2008 - DSF 22.02.2008).
4. Em virtude do desligamento do Senador Demóstenes Torres, em 04.06.2008 (OF. Nº 053/08-GLDEM).
5. O Senador Raimundo Colombo licenciou-se, nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, no período de 26.6.2008 a 24.10.2008.
6. A Senadora Maria do Carmo Alves retornou ao mandato em 29.01.2009, aguardando indicação.
7. Vago em 17.02.09 em virtude de os Senadores não pertencerem mais à Comissão.
8. O Senador Flávio Arns desfilhou-se do Partido dos Trabalhadores, conforme ofício lido na sessão de 10.09.2009 (OF/GSFA/0801/2009).
9. Em 30.09.2009, o Senador Marco Maciel deixa a suplência e é designado membro titular do DEM na Subcomissão, em substituição ao Senador Romeu Tuma (Of. nº 183/2009/CE).
10. Em 30.09.2009, o Senador Eduardo Azeredo deixa a suplência e é designado membro titular do PSDB na Subcomissão, em substituição ao Senador Marconi Perillo (Of. nº 183/2009/CE).
11. Em 30.09.2009, o Senador Francisco Dornelles é designado membro titular do PMDB na Subcomissão, em substituição ao Senador Paulo Duque (Of. nº 183/2009/CE).
12. Em 30.09.2009, o Senador Papaléo Paes é designado membro suplente do PSDB na Subcomissão (Of. nº 183/2009/CE).
13. Em 30.09.2009, a Senadora Ideli Salvatti deixa a suplência e é designada membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Subcomissão (Of. nº 183/2009/CE).

14. Em 30.09.2009, o Senador Flávio Arns deixa a titularidade e é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Subcomissão (Of. nº 183/2009/CE).
15. Em 30.09.2009, o Senador Cícero Lucena é designado membro suplente do PSDB na Subcomissão (Of. nº 183/2009/CE).
16. Em 30.09.2009, o Senador Inácio Arruda é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Subcomissão, em substituição ao Senador Sérgio Zambiasi (Of. nº 183/2009/CE).
17. Em 30.09.2009, o Senador Cristovam Buarque deixa a suplência e é designado membro titular do PDT na Subcomissão (Of. nº 183/2009/CE).
18. Em 30.09.2009, o Senador Gerson Camata é designado membro titular do PMDB na Subcomissão (Of. nº 183/2009/CE).
19. Em 30.09.2009, o Senador Valter Pereira deixa de compor a Subcomissão como membro suplente do PMDB (Of. nº 183/2009/CE).
20. Em 30.09.2009, o Senador Adelmir Santana é designado membro suplente do DEM na Subcomissão (Of. nº 183/2009/CE).
21. Em 08.10.2009, o Senador Flávio Arns comunicou a sua filiação ao Partido da Social Democracia Brasileira (PSDB), a partir do dia 2 de outubro de 2009 (Of./GSFA/0898/2009).

Secretário(a): Júlio Ricardo Borges Linhares

Telefone(s): 3311-3498

Fax: 3311-3121

E-mail: julioric@senado.gov.br

4.2) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE CIÊNCIA E TECNOLOGIA

Número de membros: 9 titulares e 9 suplentes

Secretário(a): Júlio Ricardo Borges Linhares

Telefone(s): 3311-3498

Fax: 3311-3121

E-mail: julioric@senado.gov.br

4.3) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DO LIVRO

Número de membros: 7 titulares e 7 suplentes

Secretário(a): Júlio Ricardo Borges Linhares

Telefone(s): 3311-3498

Fax: 3311-3121

E-mail: julioric@senado.gov.br

4.4) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DO ESPORTE**Número de membros:** 7 titulares e 7 suplentes**Designação:** 22/09/2009

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PRB, PC DO B)	
Eduardo Suplicy (PT)	1. João Vicente Claudino (PTB)
Inácio Arruda (PC DO B)	2.
Maioria (PMDB, PP)	
Wellington Salgado de Oliveira (PMDB)	1. Gerson Camata (PMDB)
Sérgio Zambiasi (PTB)	2. Neuto De Conto (PMDB)
Bloco Parlamentar da Minoria (DEM, PSDB)	
Raimundo Colombo (DEM)	1. Flávio Arns (PSDB) ⁽¹⁾
Gilberto Goellner (DEM)	2.
Alvaro Dias (PSDB)	3. Papaléo Paes (PSDB)

Notas:

1. Em 08.10.2009, o Senador Flávio Arns comunicou a sua filiação ao Partido da Social Democracia Brasileira (PSDB), a partir do dia 2 de outubro de 2009 (Of./GSFA/0898/2009).

*. Lido na sessão deliberativa ordinária de 30.09.2009 o Of. nº 183/2009/CE comunicando a indicação em reunião realizada no dia 22.09.2009 dos nomes para comporem a Subcomissão.

Secretário(a): Júlio Ricardo Borges Linhares

Telefone(s): 3311-3498

Fax: 3311-3121

E-mail: julioric@senado.gov.br

5) COMISSÃO DE MEIO AMBIENTE, DEFESA DO CONSUMIDOR E FISCALIZAÇÃO E CONTROLE - CMA

Número de membros: 17 titulares e 17 suplentes

PRESIDENTE: Senador Renato Casagrande (PSB-ES)

VICE-PRESIDENTE: Senador Cícero Lucena (PSDB-PB)

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PRB, PC DO B) ⁽²⁾	
Renato Casagrande (PSB) (26)	1. Fátima Cleide (PT) (24)
Marina Silva (PV) (7,26,43,45)	2. César Borges (PR) (21)
João Pedro (PT) (20)	3. Inácio Arruda (PC DO B) (25)
João Ribeiro (PR) (22)	4. Delcídio Amaral (PT) (23)
Maioria (PMDB, PP)	
VAGO (40,47,48,49,54)	1. Romero Jucá (PMDB) (40)
Wellington Salgado de Oliveira (PMDB) (40)	2. Valdir Raupp (PMDB) (5,11,38)
Geovani Borges (PMDB) (39,50,53)	3. Almeida Lima (PMDB) (40)
Valter Pereira (PMDB) (40)	4. Geraldo Mesquita Júnior (PMDB) (40)
Bloco Parlamentar da Minoria (DEM, PSDB)	
Gilberto Goellner (DEM) (33)	1. Adelmir Santana (DEM) (35)
Kátia Abreu (DEM) (30)	2. Raimundo Colombo (DEM) (1,27)
Heráclito Fortes (DEM) (29)	3. Maria do Carmo Alves (DEM) (3,31)
Eliseu Resende (DEM) (34)	4. Jayme Campos (DEM) (9,32,44,46,51,52)
Arthur Virgílio (PSDB) (10,14)	5. Alvaro Dias (PSDB) (4,19)
Cícero Lucena (PSDB) (17)	6. Flexa Ribeiro (PSDB) (18)
Marisa Serrano (PSDB) (16)	7. Mário Couto (PSDB) (15)
PTB	
Gim Argello (6,28)	1. Sérgio Zambiasi (28)
PDT	
Jefferson Praia (8,13,37,41)	1. Cristovam Buarque (12,36,42)

Notas:

- O Senador César Borges deixou o Partido Democratas (DEM) e se filiou ao Partido da República (PR), conforme comunicado de 1º/10/2007.
- O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, a partir de 22 de novembro de 2007, conforme OF. N. 192/2007/GLPTB/SF (DSF de 28/11/07).
- O Senador Edison Lobão encontra-se afastado do exercício do mandato desde 21/01/2008, para exercer o cargo de Ministro de Minas e Energia.
- Em 15/04/2008, o Senador Papaléo Paes é designado Suplente do PSDB na Comissão, em substituição à Senadora Lúcia Vânia (Of. 50/2008 - GLPSDB).
- Em 17/04/2008, o Senador Geovani Borges é designado Suplente em vaga antes ocupada pelo Senador Gilvam Borges, que se encontra licenciado, nos termos do art. 43, I, do Regimento Interno, no período de 17.04.2008 a 24.08.2008 (Of. 121/08-GLPMDB).
- Em 22/04/2008, o Senador Gim Argello é designado Titular do PTB na Comissão (Of. 71/2008-GLPTB).
- Em 03/06/2008, a Senadora Marina Silva é designada Titular do Bloco de Apoio ao Governo, na Comissão (Of. 58/2008 - GLDBAG).
- Em 04.06.2008, o Senador Jefferson Praia é designado titular do PDT na Comissão (Of. nº 06/08-LPDT).
- O Senador Raimundo Colombo licenciou-se, nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, no período de 26.6.2008 a 24.10.2008.

10. Em 05.08.2008, o Senador Cícero Lucena é designado titular do PSDB (Bloco Parlamentar da Minoria) na Comissão, em substituição ao Senador Mário Couto (Ofício nº 102/08 - GLPSDB).
11. Em 26.08.2008, o Senador Gilvam Borges é designado membro suplente do PMDB na Comissão (OF. GLPMDB nº 361/2008).
12. Em 11.02.2009, o Senador Cristovam Buarque é designado membro suplente do PDT na Comissão (Of. nº 06/2009-GLPDT).
13. Em 11.02.2009, o Senador Jefferson Praia teve a sua indicação como titular da Comissão ratificada pela Liderança do PDT (Of. nº 06/09-GLPDT).
14. Em 12.02.2009, o Senador Arthur Virgílio é designado membro titular do PSDB na Comissão (Of. nº 026/09-GLPSDB), em substituição ao Senador Cícero Lucena.
15. Em 12.02.2009, o Senador Mário Couto é designado membro suplente do PSDB na Comissão (Of. nº 026/09-GLPSDB), em substituição ao Senador Arthur Virgílio.
16. Em 12.02.2009, a Senadora Marisa Serrano é designada membro titular do PSDB na Comissão (Of. nº 026/09-GLPSDB), em substituição ao Senador Marconi Perillo.
17. Em 12.02.2009, o Senador Cícero Lucena é designado membro titular do PSDB na Comissão (Of. nº 026/09-GLPSDB), em substituição à Senadora Marisa Serrano.
18. Em 12.02.2009, o Senador Flexa Ribeiro teve a sua indicação como suplente da Comissão ratificada pela Liderança do PSDB (Of. nº 026/09-GLPSDB).
19. Em 12.02.2009, o Senador Alvaro Dias é designado membro suplente do PSDB na Comissão (Of. nº 026/09-GLPSDB), em substituição ao Senador Papaléo Paes.
20. Em 16.02.2009, o Senador João Pedro é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição à Senadora Fátima Cleide.
21. Em 16.02.2009, o Senador César Borges é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição ao Senador Augusto Botelho.
22. Em 16.02.2009, o Senador João Ribeiro é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição ao Senador César Borges.
23. Em 16.02.2009, o Senador Delcídio Amaral é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição ao Senador Inácio Arruda.
24. Em 16.02.2009, a Senadora Fátima Cleide é designada membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição ao Senador Flávio Arns.
25. Em 16.02.2009, o Senador Inácio Arruda é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição à Senadora Serys Slhessarenko.
26. Em 16.02.2009, os Senadores Renato Casagrande e Marina Silva tiveram as suas indicações como titulares da Comissão ratificadas pela Liderança do Bloco de Apoio ao Governo (Of. nº 016/09-GLDBAG).
27. Em 17.02.2009, o Senador Raimundo Colombo é designado membro suplente do DEM na Comissão (Of. nº 012/09-GLDEM).
28. Em 17.02.2009, o Senador Gim Argello foi confirmado, como titular, e o Senador Sérgio Zambiasi foi designado suplente, na Comissão, pela Liderança do PTB (Of. nº 030/09-GLPTB).
29. Em 17.02.2009, o Senador Heráclito Fortes é designado membro titular do DEM na Comissão (Of. nº 012/09-GLDEM), em substituição ao Senador Gilberto Goellner.
30. Em 17.02.2009, a Senadora Kátia Abreu é designada membro titular do DEM na Comissão (Of. nº 012/09-GLDEM), em substituição ao Senador Heráclito Fortes.
31. Em 17.02.2009, a Senadora Maria do Carmo Alves é designada membro suplente do DEM na Comissão (Of. nº 012/09-GLDEM).
32. Em 17.02.2009, o Senador Jayme Campos é designado membro suplente do DEM na Comissão (Of. nº 012/09-GLDEM), em substituição ao Senador Raimundo Colombo.
33. Em 17.02.2009, o Senador Gilberto Goellner é designado membro titular do DEM na Comissão (Of. nº 012/09-GLDEM), em substituição ao Senador Eliseu Resende.
34. Em 17.02.2009, o Senador Eliseu Resende é designado membro titular do DEM na Comissão (Of. nº 012/09-GLDEM), em substituição ao Senador José Agripino.
35. Em 17.02.2009, o Senador Adelmir Santana teve a sua indicação como suplente da Comissão ratificada pela Liderança do DEM (Of. nº 012/09-GLDEM).
36. Em 19.02.2009, o Senador Jefferson Praia é designado Suplente do PDT na Comissão, em substituição ao Senador Cristovam Buarque (Of. 17/09-GLPDT).
37. Em 19.02.2009, o Senador Cristovam Buarque é designado Titular do PDT na Comissão, em substituição ao Senador Jefferson Praia (Of. 17/09-GLPDT).
38. Em 02.03.2009, o Senador Valdir Raupp é designado membro suplente do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Gilvam Borges (OF. GLPMDB nº 28/2009).
39. Em 02.03.2009, o Senador Gilvam Borges é designado membro titular do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Valdir Raupp (OF. GLPMDB nº 28/2009).
40. Em 02.03.2009, os Senadores Leomar Quintanilha, Wellington Salgado e Valter Pereira, como titulares, e os Senadores Romero Jucá, Almeida Lima e Geraldo Mesquita, como suplentes da Comissão, tiveram suas indicações ratificadas pela Liderança do PMDB (OF. GLPMDB nº 30/2009).
41. Em 04.03.2009, o Senador Jefferson Praia é designado membro titular do PDT na Comissão, em substituição ao Senador Cristovam Buarque (Of. 30/09-LPDT).

42. Em 04.03.2009, o Senador Cristovam Buarque é designado membro suplente do PDT na Comissão, em substituição ao Senador Jefferson Praia (Of. 30/09-LPDT).
43. A Senadora Marina Silva desfiliou-se do Partido dos Trabalhadores, conforme comunicação lida na sessão de 19.08.2009.
44. O Senador Jayme Campos licenciou-se nos termos do art. 43, inciso II, do Regimento Interno, por 130 dias, a partir de 26.08.09 (Requerimento nº 1.041/2009, aprovado na sessão de 25.08.09).
45. A Senadora Marina Silva filiou-se do Partido Verde, conforme comunicação lida na sessão de 01.09.2009.
46. O Senador Osvaldo Sobrinho é designado membro suplente na Comissão, em vaga anteriormente ocupada pelo Senador Jayme Campos, conforme expediente da Liderança do PTB, com o "de acordo" da Liderança do DEM, lido na sessão de 14.09.2009.
47. O Senador Leomar Quintanilha afastou-se do exercício do mandato, conforme comunicação lida na sessão deliberativa ordinária de 17 de setembro de 2009.
48. Senador Leomar Quintanilha retornou ao exercício do mandato, conforme o OF. GSLQUI Nº 305/009, lido na sessão de 17.11.09.
49. Senador Leomar Quintanilha afastou-se do exercício do mandato, conforme comunicação lida na sessão de 23.11.09.
50. O Senador Gilvam Borges licenciou-se nos termos do art. 43, inciso I, do Regimento Interno, por 121 dias, a partir de 22.12.09 (Requerimento nº 1.712/2009, deferido na sessão de 22.12.09).
51. Vago em virtude de o Senador Osvaldo Sobrinho não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Jayme Campos, em 03.01.2010.
52. Em 03.02.2010, o Senador Jayme Campos foi designado membro suplente do Bloco Parlamentar da Minoria na Comissão (OF. nº 4/2010-GLDEM).
53. Em 04.02.2010, o Senador Geovani Borges é designado membro titular do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Gilvam Borges (OF. GLPMDB nº 205/2010).
54. Vago em virtude do Senador Leomar Quintanilha ter se afastado do exercício do mandato, conforme comunicação lida na sessão de 23.11.09.

Secretário(a): José Francisco B. de Carvalho

Reuniões: TERÇAS-FEIRAS - 11:30HS - Plenário nº 6 - ALA NILO COELHO

Telefone(s): 3311-3935

Fax: 3311-1060

E-mail: jcarvalho@senado.gov.br.

5.1) SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA SOBRE O GERENCIAMENTO DE RESÍDUOS SÓLIDOS

Finalidade: Destinada a analisar os problemas ambientais e sociais decorrentes dos chamados "lixões" e apresentar propostas para a solução destes problemas, propondo parâmetros, metodologias e orientações a serem adotadas pelos municípios.

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

PRESIDENTE: VAGO

VICE-PRESIDENTE: VAGO

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PRB, PC DO B) ⁽²⁾	
César Borges (PR)	1. Inácio Arruda (PC DO B)
VAGO (8)	2. VAGO (8)
Maioria (PMDB, PP)	
Wellington Salgado de Oliveira (PMDB)	1. VAGO (3,4,6)
Bloco Parlamentar da Minoria (DEM, PSDB)	
VAGO (1)	1. Adelmir Santana (DEM)
Cícero Lucena (PSDB) (5,7)	2. Flexa Ribeiro (PSDB)

Notas:

1. O Senador César Borges deixou o Partido Democratas (DEM) e se filiou ao Partido da República (PR), conforme comunicado de 1º/10/2007.
2. O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, a partir de 22 de novembro de 2007, conforme OF. N. 192/2007/GLPTB/SF (DSF de 28/11/07).
3. Senador Garibaldi Alves Filho foi eleito Presidente do Senado em 12.12.2007 (art. 77, § 1º, RISF).
4. Em 13/05/2008, o Senador Geovani Borges é designado Suplente do PMDB na Subcomissão (Of. 27/08-CMA).
5. Vago, em virtude de o Senador Cícero Lucena ter sido substituído pelo Senador Mário Couto, na Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle (Of. 40/2008-GLPSDB).
6. Vago em virtude do retorno do titular à Casa, Senador Gilvam Borges, em 25.08.2008 (Of. nº 073/2008 - GSGB).
7. Em 05/11/2008, o Senador Cícero Lucena é designado titular do PSDB na Subcomissão (Ofício nº 127/08-GLPSDB).
8. Vago em 17.02.09 em virtude de os Senadores não pertencerem mais à Comissão.

Secretário(a): José Francisco B. de Carvalho

Telefone(s): 3311-3935

Fax: 3311-1060

E-mail: jcarvalho@senado.gov.br.

5.2) SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA PARA ACOMPANHAR A CRISE AMBIENTAL NA AMAZÔNIA
(Requerimento Da Cma 8, de 2008)

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

PRESIDENTE: VAGO
VICE-PRESIDENTE: VAGO
RELATOR: VAGO

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PRB, PC DO B)	
Renato Casagrande (PSB)	1. VAGO (5)
VAGO (1)	2. VAGO (5)
Maioria (PMDB, PP)	
VAGO (6,7,8,9)	1. VAGO (2,4)
Bloco Parlamentar da Minoria (DEM, PSDB)	
Flexa Ribeiro (PSDB)	1. VAGO (3)
Gilberto Goellner (DEM)	2. Arthur Virgílio (PSDB)

Notas:

1. O Senador Sibá Machado deixou o exercício do mandato em 14.05.2008, em virtude do retorno da titular, Senadora Marina Silva.
2. Em 18/06/2008, o Senador Geovani Borges é designado Suplente do PMDB na Subcomissão (Of. 58/2008-CMA).
3. Vago, em virtude de o Senador Cícero Lucena ter sido substituído pelo Senador Mário Couto, na Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle (Of. 40/2008-GLPSDB).
4. Vago em virtude do retorno do titular à Casa, Senador Gilvam Borges, em 25.08.2008 (Of. nº 073/2008 - GSGB).
5. Vago em 17.02.09 em virtude de os Senadores não pertencerem mais à Comissão.
6. O Senador Leomar Quintanilha afastou-se do exercício do mandato, conforme comunicação lida na sessão deliberativa ordinária de 17 de setembro de 2009.
7. Senador Leomar Quintanilha retornou ao exercício do mandato, conforme o OF. GSLQUI Nº 305/009, lido na sessão de 17.11.09.
8. Senador Leomar Quintanilha afastou-se do exercício do mandato, conforme comunicação lida na sessão de 23.11.09.
9. Vago em virtude do Senador Leomar Quintanilha ter se afastado do exercício do mandato, conforme comunicação lida na sessão de 23.11.09.

Secretário(a): José Francisco B. de Carvalho

Telefone(s): 3311-3935

Fax: 3311-1060

E-mail: jcarvalho@senado.gov.br.

5.3) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DA ÁGUA

Finalidade: Encaminhamento de soluções legislativas sobre os problemas ainda existentes da gestão e distribuição dos recursos hídricos no Brasil.

Número de membros: 7 titulares e 7 suplentes

PRESIDENTE: Senadora Marisa Serrano (PSDB-MS) ⁽⁴⁾

VICE-PRESIDENTE: Senador Flexa Ribeiro (PSDB-PA) ⁽⁵⁾

RELATOR: Senador Gilberto Goellner (DEM-MT) ⁽⁶⁾

Instalação: 27/10/2009

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PRB, PC DO B)	
Marina Silva (PV) (1,2)	1. Fátima Cleide (PT)
João Pedro (PT)	2. Renato Casagrande (PSB)
Maioria (PMDB, PP)	
VAGO (3,7,8,9)	1. Valdir Raupp (PMDB)
Valter Pereira (PMDB)	2. Wellington Salgado de Oliveira (PMDB)
Bloco Parlamentar da Minoria (DEM, PSDB)	
Marisa Serrano (PSDB)	1. Flexa Ribeiro (PSDB)
Gilberto Goellner (DEM)	2. Adelmir Santana (DEM)
PTB	
Gim Argello	1. Sérgio Zambiasi

Notas:

1. A Senadora Marina Silva desfiliou-se do Partido dos Trabalhadores, conforme comunicação lida na sessão de 19.08.2009.
2. A Senadora Marina Silva filiou-se do Partido Verde, conforme comunicação lida na sessão de 01.09.2009.
3. O Senador Leomar Quintanilha afastou-se do exercício do mandato, conforme comunicação lida na sessão deliberativa ordinária de 17 de setembro de 2009.
4. Em 04.11.2009, foi eleita Presidente da Subcomissão a Senadora Marisa Serrano (Of. nº 85/2009-CMA).
5. Em 04.11.2009, foi eleito Vice-Presidente da Subcomissão o Senador Flexa Ribeiro (Of. nº 85/2009-CMA).
6. Em 04.11.2009, foi designado Relator da Subcomissão o Senador Gilberto Goellner (Of. nº 85/2009-CMA).
7. Senador Leomar Quintanilha retornou ao exercício do mandato, conforme o OF. GSLQUI Nº 305/009, lido na sessão de 17.11.09.
8. Senador Leomar Quintanilha afastou-se do exercício do mandato, conforme comunicação lida na sessão de 23.11.09.
9. Vago em virtude do Senador Leomar Quintanilha ter se afastado do exercício do mandato, conforme comunicação lida na sessão de 23.11.09.
- *. Em 19.08.2009, lido o Ofício nº 57/2009-CMA, que informa a criação da Subcomissão, nos termos do RMA nº 38/2009-CMA.
- **. Em 04.11.2009, o Ofício nº 85/2009-CMA comunica a instalação da Subcomissão, em 27.10.2009, com eleição de cargos.

Secretário(a): José Francisco B. de Carvalho

Telefone(s): 3311-3935

Fax: 3311-1060

E-mail: jcarvalho@senado.gov.br.

5.4) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE ACOMPANHAMENTO DA COPA DO MUNDO DE 2014 E DAS OLIMPÍADAS DE 2016

Finalidade: Acompanhamento, fiscalização e controle das obras financiadas com dinheiro público para a Copa de 2014 e as Olimpíadas de 2016.

Número de membros: 9 titulares e 9 suplentes

PRESIDENTE: Senador Cícero Lucena (PSDB-PB) ⁽²⁾

VICE-PRESIDENTE: Senador César Borges (PR-BA) ⁽²⁾

RELATOR: Senador Gilberto Goellner (DEM-MT) ⁽²⁾

Instalação: 29/09/2009

Atualização: 16/10/2009

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PRB, PC DO B)	
Renato Casagrande (PSB)	1. Marina Silva (PV) ⁽⁴⁾
César Borges (PR) ⁽³⁾	2. João Pedro (PT) ⁽³⁾
Maioria (PMDB, PP)	
VAGO (1,5,6,7)	1. Valdir Raupp (PMDB)
Wellington Salgado de Oliveira (PMDB)	2. Almeida Lima (PMDB)
Bloco Parlamentar da Minoria (DEM, PSDB)	
Gilberto Goellner (DEM)	1. Heráclito Fortes (DEM)
Adelmir Santana (DEM)	
Cícero Lucena (PSDB)	2. Flexa Ribeiro (PSDB)
	3. Marisa Serrano (PSDB)
PTB	
Gim Argello	1. Sérgio Zambiasi
PDT	
Jefferson Praia	1. Cristovam Buarque

Notas:

1. O Senador Leomar Quintanilha afastou-se do exercício do mandato, conforme comunicação lida na sessão deliberativa ordinária de 17 de setembro de 2009.
2. Em 30.09.2009, lido o Ofício nº 67/2009-CMA, que informa a eleição dos Senadores Cícero Lucena e César Borges para Presidente e Vice-Presidente, respectivamente, e designação do Senador Gilberto Goellner como Relator.
3. Em 30.09.2009, o Senador César Borges deixa a suplência e é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Subcomissão, em substituição ao Senador João Pedro, que passa a ocupar a suplência (Of. nº 67/2009/CMA).
4. Em 16.10.2009, a Senadora Marina Silva é designada membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Subcomissão, em substituição ao Senador João Ribeiro (Of. nº 78/2009-CMA).
5. Senador Leomar Quintanilha retornou ao exercício do mandato, conforme o OF. GSLQUI Nº 305/009, lido na sessão de 17.11.09.
6. Senador Leomar Quintanilha afastou-se do exercício do mandato, conforme comunicação lida na sessão de 23.11.09.
7. Vago em virtude do Senador Leomar Quintanilha ter se afastado do exercício do mandato, conforme comunicação lida na sessão de 23.11.09.
- *. Em 19.08.2009, lido o Ofício nº 57/2009-CMA, que informa a criação da Subcomissão, nos termos do RMA nº 48/2009-CMA.
- **. Em 16.10.2009, lido o Ofício nº 78/2009-CMA, que altera a denominação da Subcomissão e o quantitativo de membros e informa mudanças na composição, nos termos de aditamento ao RMA nº 48/2009-CMA.

6) COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA - CDH**Número de membros:** 19 titulares e 19 suplentes**PRESIDENTE:** Senador Cristovam Buarque (PDT-DF)**VICE-PRESIDENTE:** Senador José Nery (PSOL-PA)

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PRB, PC DO B) ⁽⁶⁾	
Marcelo Crivella (PRB) (21,53,59,61,64)	1. João Pedro (PT) (19)
Fátima Cleide (PT) (21)	2. Serys Slhessarenko (PT) (20)
Paulo Paim (PT) (21)	3. VAGO (11,22,30,64)
Patrícia Saboya (PDT) (3,23,48,49,57,65,67) (cedida ao PDT)	4. Marina Silva (PV) (22,45,50,52)
José Nery (PSOL) (24)	5. Magno Malta (PR) (22,48)
Maioria (PMDB, PP)	
VAGO (41,44)	1. Wellington Salgado de Oliveira (PMDB) (37)
Gerson Camata (PMDB) (40)	2. Romero Jucá (PMDB) (42)
VAGO (35,43)	3. Valter Pereira (PMDB) (38)
Geovani Borges (PMDB) (34,68,72)	4. Mão Santa (PSC) (39,56,58)
Paulo Duque (PMDB) (10,12,33)	5. VAGO (36,55,63,66,71)
Bloco Parlamentar da Minoria (DEM, PSDB)	
José Agripino (DEM) (2,25)	1. Heráclito Fortes (DEM) (27)
Rosalba Ciarlini (DEM) (32)	2. Jayme Campos (DEM) (28,51,54,69,70)
Eliseu Resende (DEM) (4,26)	3. Maria do Carmo Alves (DEM) (29)
VAGO (8,46)	4. Adelmir Santana (DEM) (9,13,31)
Arthur Virgílio (PSDB) (18)	5. VAGO (16,47,60,62)
Cícero Lucena (PSDB) (18)	6. Mário Couto (PSDB) (17)
Flávio Arns (PSDB) (1,5,61)	7. Papaléo Paes (PSDB) (18)
PTB ⁽⁷⁾	
	1. Sérgio Zambiashi
PDT	
Cristovam Buarque (14)	1. Jefferson Praia (15)

Notas:

1. Em virtude do retorno do titular, Senador Alvaro Dias.
2. O Senador César Borges deixou o Partido Democratas (DEM) e se filiou ao Partido da República (PR), conforme comunicado de 1º/10/2007.
3. Senadora Patrícia Saboya comunicou filiação partidária em 02.10.2007 (DSF 3.10.2007).
4. Senador Romeu Tuma comunicou, em 11.10.2007, filiação ao PTB (DSF 15.10.2007)
5. Vaga cedida pelo PSDB ao PR.
6. O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, a partir de 22 de novembro de 2007, conforme OF. N. 192/2007/GLPTB/SF (DSF de 28/11/07).
7. Nos termos da decisão do Presidente do Senado, publicada no DSF de 14.02.2008.
8. Em 17.02.2009, o Senador Gilberto Goellner é confirmado como membro titular do DEM na Comissão (Of. nº 12/09-GLDEM).
9. Em 01/04/2008, o Senador Virgílio de Carvalho é designado Suplente em vaga antes ocupada pela Senadora Maria do Carmo Alves, que se encontra licenciada, nos termos do art. 43, I, do Regimento Interno, no período de 20.03.2008 a 3.02.2009 (Of. 30/08-GLDEM e Req. nº 1.135/2009).

10. Em 17/04/2008, o Senador Geovani Borges é designado Titular em vaga antes ocupada pelo Senador Gilvam Borges, que se encontra licenciado, nos termos do art. 43, I, do Regimento Interno, no período de 17.04.2008 a 24.08.2008 (Of. 111/08-GLPMDB).
11. Em 10/06/2008, a Senadora Marina Silva é designada Suplente do Bloco de Apoio ao Governo, na Comissão (Of. 65/2008-GLDBAG).
12. Em 26.08.2008, o Senador Gilvam Borges é designado membro titular do PMDB na Comissão (OF. GLPMDB nº 355/2008).
13. Vago em virtude do fim do exercício do Senador Virgílio de Carvalho, devido ao retorno da Titular.
14. Em 11.02.2009, o Senador Cristovam Buarque teve a sua indicação como titular da Comissão ratificada pela Liderança do PDT (Of. nº 07/09-GLPDT).
15. Em 11.02.2009, o Senador Jefferson Praia é designado membro suplente do PDT na Comissão (Of. nº 07/2009-GLPDT).
16. Em 12.02.2009, a Senadora Lúcia Vânia é designada membro suplente do PSDB na Comissão (Of. nº 027/09-GLPSDB), em substituição ao Senador Mário Couto.
17. Em 12.02.2009, o Senador Mário Couto é designado membro suplente do PSDB na Comissão (Of. nº 027/09-GLPSDB), em substituição à Senadora Lúcia Vânia.
18. Em 12.02.2009, os Senadores Arthur Virgílio e Cícero Lucena tiveram as suas indicações, como titulares, e o Senador Papaléo Paes, como suplente na Comissão, ratificadas pela Liderança do PSDB (Of. nº 027/09-GLPSDB).
19. Em 16.02.2009, o Senador João Pedro é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição à Senadora Serys Slhessarenko.
20. Em 16.02.2009, a Senadora Serys Slhessarenko é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição ao Senador Eduardo Suplicy.
21. Em 16.02.2009, os Senadores Flávio Arns, Fátima Cleide e Paulo Paim tiveram as suas indicações como titulares da Comissão ratificadas pela Liderança do Bloco de Apoio ao Governo (Of. nº 016/09-GLDBAG).
22. Vago em virtude do remanejamento de vagas indicado pela Liderança do Bloco de Apoio ao Governo (Of. nº 016/2009 - GLDBAG).
23. Em 16.02.2009, o Senador Magno Malta é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição à Senadora Patrícia Saboya.
24. Em 16.02.2009, o Senador José Nery é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição ao Senador Inácio Arruda.
25. Em 17.02.2009, o Senador José Agripino é designado membro titular do DEM na Comissão (Of. nº 12/09-GLDEM), em substituição ao Senador César Borges.
26. Em 17.02.2009, o Senador Eliseu Resende é designado membro titular do DEM na Comissão (Of. nº 12/09-GLDEM), em substituição ao Senador Romeu Tuma.
27. Em 17.02.2009, o Senador Heráclito Fortes é designado membro suplente do DEM na Comissão (Of. nº 12/09-GLDEM).
28. Em 17.02.2009, o Senador Jayme Campos é designado membro suplente do DEM na Comissão (Of. nº 12/09-GLDEM), em substituição ao Senador Heráclito Fortes.
29. Em 17.02.2009, a Senadora Maria do Carmo Alves é designada membro suplente do DEM na Comissão (Of. nº 12/09-GLDEM), em substituição ao Senador Jayme Campos.
30. Em 17.02.2009, o Senador Marcelo Crivella é designado membro suplente pela Liderança do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 19/09-GLDBAG).
31. Em 17.02.2009, o Senador Adelmir Santana é designado membro suplente do DEM na Comissão (Of. nº 12/09-GLDEM).
32. Em 17.02.2009, a Senadora Rosalba Ciarlini é designada membro titular do DEM na Comissão (Of. nº 12/09-GLDEM), em substituição ao Senador Eliseu Resende.
33. Em 02.03.2009, o Senador Paulo Duque é designado membro titular do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Gilvam Borges (OF. GLPMDB nº 29/2009).
34. Em 02.03.2009, o Senador Gilvam Borges é designado membro titular do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Wellington Salgado (OF. GLPMDB nº 29/2009).
35. Em 02.03.2009, o Senador Jarbas Vasconcelos é designado membro titular do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Paulo Duque (OF. GLPMDB nº 29/2009).
36. Em 02.03.2009, o Senador Leomar Quintanilha é designado membro suplente do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Jarbas Vasconcelos (OF. GLPMDB nº 29/2009).
37. Em 02.03.2009, o Senador Wellington Salgado é designado membro suplente do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Mão Santa (OF. GLPMDB nº 29/2009).
38. Em 02.03.2009, o Senador Valter Pereira é designado membro suplente do PMDB na Comissão, em substituição à Senadora Roseana Sarney (OF. GLPMDB nº 29/2009).
39. Em 02.03.2009, o Senador Mão Santa é designado membro suplente do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Valter Pereira (OF. GLPMDB nº 29/2009).
40. Em 02.03.2009, o Senador Gerson Camata é designado membro titular do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Geraldo Mesquita (OF. GLPMDB nº 29/2009).
41. Em 02.03.2009, o Senador Geraldo Mesquita é designado membro titular do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Leomar Quintanilha (OF. GLPMDB nº 29/2009).
42. Em 02.03.2009, o Senador Romero Jucá teve sua indicação como suplente da Comissão ratificada pela Liderança do PMDB (OF. GLPMDB nº 29/2009).
43. Vago, conforme comunicação do Senador Jarbas Vasconcelos, lido na sessão de 3 de março de 2009.

44. Em 25.03.2009, vago em virtude da solicitação contida no OF. GLPMDB nº 083/2009.
45. Em 31.03.2009, a Senadora Marina Silva é designada membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 072/2009-GLDBAG).
46. Em 14/04/2009, o Senador Gilberto Goellner deixa de compor a Comissão, como membro Titular do DEM (Of. 61/09-GLDEM).
47. Em 16.04.2009, a Senadora Lúcia Vânia deixa de integrar a Comissão em virtude da comunicação contida no Of. nº 74/09-GLPSDB.
48. Em 29.04.2009, o Senador Magno Malta deixa de compor a Comissão como membro titular e é designado suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 082/2009-GLDBAG).
49. Em 09/07/2009, o Senador Aloizio Mercadante é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. 119/2009 - GLDBAG).
50. A Senadora Marina Silva desfilou-se do Partido dos Trabalhadores, conforme comunicação lida na sessão de 19.08.2009.
51. O Senador Jayme Campos licenciou-se nos termos do art. 43, inciso II, do Regimento Interno, por 130 dias, a partir de 26.08.09 (Requerimento nº 1.041/2009, aprovado na sessão de 25.08.09).
52. A Senadora Marina Silva filiou-se do Partido Verde, conforme comunicação lida na sessão de 01.09.2009.
53. O Senador Flávio Arns desfilou-se do Partido dos Trabalhadores, conforme ofício lido na sessão de 10.09.2009 (OF/GSFA/0801/2009).
54. O Senador Osvaldo Sobrinho é designado membro suplente na Comissão, em vaga anteriormente ocupada pelo Senador Jayme Campos, conforme expediente da Liderança do PTB, com o "de acordo" da Liderança do DEM, lido na sessão de 14.09.2009.
55. O Senador Leomar Quintanilha afastou-se do exercício do mandato, conforme comunicação lida na sessão deliberativa ordinária de 17 de setembro de 2009.
56. O Senador Mão Santa comunicou sua desfiliação do Partido do Movimento Democrático Brasileiro, conforme ofício s/nº lido na sessão de 23.09.2009.
57. Em 29.09.2009, o Senador Aloizio Mercadante deixa de compor a Comissão como membro titular (Of. nº 135/2009-GLDBAG).
58. O Senador Mão Santa comunicou sua filiação ao Partido Social Cristão - PSC, conforme o OF. GSMS 098/2009, lido na sessão de 01.10.2009.
59. Em 08.10.2009, o Senador Flávio Arns comunicou a sua filiação ao Partido da Social Democracia Brasileira (PSDB), a partir do dia 2 de outubro de 2009 (OF./GSFA/0898/2009).
60. Em 08.10.2009, o Senador Expedito Júnior é designado membro suplente do PSDB na Comissão (Of. nº 170/09-GLPSDB).
61. Em 09.10.2009, o Senador Flávio Arns é designado membro titular do PSDB na Comissão (Of. nº 1682/09-GLPSDB).
62. Senador Expedito Júnior deixou o exercício do mandato em 5.11.2009.
63. Senador Leomar Quintanilha retornou ao exercício do mandato, conforme o OF. GSLQUI N° 305/009, lido na sessão de 17.11.09.
64. Em 19.11.2009, o Senador Marcelo Crivella é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 154/2009-GLDBAG).
65. Em 20.11.2009, o Bloco de Apoio ao Governo cede vaga de membro titular na Comissão ao PDT (Of. nº 153/2009-GLDBAG).
66. Senador Leomar Quintanilha afastou-se do exercício do mandato, conforme comunicação lida na sessão de 23.11.09.
67. Em 24.11.2009, a Senadora Patrícia Saboya é designada membro titular na Comissão em vaga cedida ao PDT pelo Bloco de Apoio ao Governo (Of. nº 82/2009-LPDT).
68. O Senador Gilvam Borges licenciou-se nos termos do art. 43, inciso I, do Regimento Interno, por 121 dias, a partir de 22.12.09 (Requerimento nº 1.712/2009, deferido na sessão de 22.12.09).
69. Vago em virtude de o Senador Osvaldo Sobrinho não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Jayme Campos, em 03.01.2010.
70. Em 03.02.2010, o Senador Jayme Campos foi designado membro suplente do Bloco Parlamentar da Minoria na Comissão (OF. nº 4/2010-GLDEM).
71. Vago em virtude do Senador Leomar Quintanilha ter se afastado do exercício do mandato, conforme comunicação lida na sessão de 23.11.09.
72. Em 04.02.2010, o Senador Geovani Borges é designado membro titular do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Gilvam Borges (OF. GLPMDB nº 205/2010).

Secretário(a): Altair Gonçalves Soares

Reuniões: TERÇAS-FEIRAS - 12:00HS - Plenário nº 2 - ALA NILO COELHO

Telefone(s): 3311-4251/2005

Fax: 3311-4646

E-mail: scomcdh@senado.gov.br

6.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DO IDOSO**Número de membros:** 7 titulares e 7 suplentes**PRESIDENTE:** Senador Paulo Paim (PT-RS) ⁽¹⁶⁾**VICE-PRESIDENTE:** VAGO

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PRB, PC DO B) ⁽²⁾	
Paulo Paim (PT) ⁽⁶⁾	1. Fátima Cleide (PT) ⁽⁵⁾
Maioria (PMDB, PP)	
VAGO (15,17,18,20)	1. Gilvam Borges (PMDB) (3,7,19)
Valter Pereira (PMDB) ⁽¹¹⁾	2.
Bloco Parlamentar da Minoria (DEM, PSDB)	
VAGO (1,4,9)	1. Adelmir Santana (DEM) (12)
Mário Couto (PSDB) ⁽¹³⁾	2. Papaléo Paes (PSDB)
PDT	
Jefferson Praia (8)	1. Cristovam Buarque (10)
PTB	
Sérgio Zambiasi (14)	1.

Notas:

1. Vago, em virtude de a Senadora Maria do Carmo Alves encontrar-se licenciada, nos termos do art. 43, I, do Regimento Interno, no período de 20.03.2008 a 3.02.2009, e ter sido substituída pelo Senador Virgílio de Carvalho, na Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa (Of. 30/2008-GLDEM e Req. nº 1.135/2009).
2. O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, a partir de 22 de novembro de 2007, conforme OF. N. 192/2007/GLPTB/SF (DSF de 28/11/07).
3. Vago, em virtude de o Senador Gilvam Borges ter-se licenciado, nos termos do art. 43, I, do Regimento Interno, no período de 17.04.2008 a 24.08.2008, e ter sido substituído pelo Senador Geovani Borges, na Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa (Of. 111/2008-GLPMDB).
4. A Senadora Maria do Carmo Alves retornou ao mandato em 29.01.2009, aguardando indicação.
5. Em 12.06.2009, a Senadora Fátima Cleide é designada membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Flávio Arns (OF. CDH 078-09).
6. Em 12.06.2009, a Senadora Serys Shhessarenko deixa de compor a Comissão como membro titular do Bloco de Apoio ao Governo (OF. CDH 078-09).
7. Em 12.06.2009, o Senador Gilvam Borges é designado Suplente do PMDB, na Comissão (Of. CDH 078-09).
8. Em 12/06/2009, o Senador Jefferson Praia é designado Titular do PDT, na Comissão (Of. CDH 078/09).
9. Em 12.06.2009, o Senador Heráclito Fortes deixa de compor a Comissão como membro titular do Bloco Parlamentar da Minoria (OF. CDH 078-09).
10. Em 12/06/2009, o Senador Cristovam Buarque é designado Suplente do PDT, na Comissão (Of. CDH 078/09).
11. Em 12/06/2009, o Senador Valter Pereira é designado Titular do PMDB, na Comissão, em substituição ao Senador Geraldo Mesquita Júnior (Of. CDH 078/09).
12. Em 12/06/2009, o Senador Adelmir Santana é designado Suplente do Bloco Parlamentar da Minoria, na Comissão (Of. CDH 078/09).
13. Em 12/06/2009, o Senador Mário Couto é designado Titular do Bloco Parlamentar da Minoria, na Comissão, em substituição à Senadora Lúcia Vânia (Of. CDH 078/09).
14. Em 12/06/2009, o Senador Sérgio Zambiasi é designado Titular do PTB, na Comissão (Of. CDH 078/09).
15. O Senador Leomar Quintanilha afastou-se do exercício do mandato, conforme comunicação lida na sessão deliberativa ordinária de 17 de setembro de 2009.
16. Em 15.04.2009, o Senador Paulo Paim foi eleito Presidente da Subcomissão (Ofício nº 078/09 - CDH).
17. Senador Leomar Quintanilha retornou ao exercício do mandato, conforme o OF. GSLQUI Nº 305/009, lido na sessão de 17.11.09.
18. Senador Leomar Quintanilha afastou-se do exercício do mandato, conforme comunicação lida na sessão de 23.11.09.
19. O Senador Gilvam Borges licenciou-se nos termos do art. 43, inciso I, do Regimento Interno, por 121 dias, a partir de 22.12.09 (Requerimento nº 1.712/2009, deferido na sessão de 22.12.09).
20. Vago em virtude do Senador Leomar Quintanilha ter se afastado do exercício do mandato, conforme comunicação lida na sessão de 23.11.09.

6.2) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DA CRIANÇA, ADOLESCENTE E JUVENTUDE**Número de membros:** 7 titulares e 7 suplentes**Secretário(a):** Altair Gonçalves Soares
Telefone(s): 3311-4251/2005**Fax:** 3311-4646**E-mail:** scomcdh@senado.gov.br**6.3) SUBCOMISSÃO PERMANENTE EM DEFESA DA MULHER****(Requerimento Comissão De Direitos Humanos E Legislação Participativa 76, de 2007)****Número de membros:** 5 titulares e 5 suplentes**PRESIDENTE:** VAGO**VICE-PRESIDENTE:** VAGO

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PRB, PC DO B)	
VAGO (5) Serys Slhessarenko (PT)	1. Fátima Cleide (PT) 2. VAGO (3,5)
Maioria (PMDB, PP)	
VAGO (6)	1.
Bloco Parlamentar da Minoria (DEM, PSDB)	
VAGO (2,4) Lúcia Vânia (PSDB)	1. VAGO (1) 2.

Notas:

1. Vago em 17.02.2009 em virtude de o Senador Romeu Tuma não mais pertecer à Comissão.
2. Vago, em virtude de a Senadora Maria do Carmo Alves encontrar-se licenciada, nos termos do art. 43, I, do Regimento Interno, no período de 20.03.2008 a 3.02.2009, e ter sido substituída pelo Senador Virgílio de Carvalho, na Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa (Of. 30/2008-GLDEM e Req. nº 1.135/2009).
3. A Senadora Patrícia Saboya integra a composição da Subcomissão em vaga cedida pelo Bloco de Apoio ao Governo.
4. A Senadora Maria do Carmo Alves retornou ao mandato em 29.01.2009, aguardando indicação.
5. Vago em 17.02.09 em virtude de as Senadoras não pertencerem mais à Comissão.
6. Em 02.03.2009, vago em virtude de a Senadora Roseana Sarney ter sido substituída pelo Senador Valter Pereira na CDH (OF. GLPMDB nº 29/2009).

Secretário(a): Altair Gonçalves Soares**Telefone(s):** 3311-4251/2005**Fax:** 3311-4646**E-mail:** scomcdh@senado.gov.br

**6.4) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE COMBATE AO TRABALHO ESCRAVO E
ACOMP. DA REGUL. FUNDIÁRIA DA AMAZÔNIA LEGAL**

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PRB, PC DO B)	
José Nery (PSOL)	1. Flávio Arns (PSDB) (1,2) 2. VAGO
Bloco Parlamentar da Minoria (DEM, PSDB)	
Lúcia Vânia (PSDB)	1. VAGO 2. Geraldo Mesquita Júnior (PMDB)
Maioria (PMDB, PP)	
	1. VAGO

Notas:

- 1. O Senador Flávio Arns desfiliou-se do Partido dos Trabalhadores, conforme ofício lido na sessão de 10.09.2009 (OF/GSFA/0801/2009).
- 2. Em 08.10.2009, o Senador Flávio Arns comunicou a sua filiação ao Partido da Social Democracia Brasileira (PSDB), a partir do dia 2 de outubro de 2009 (Of./GSFA/0898/2009).
- *. Em 27.04.2009 foi à publicação o OF. Nº 029/09 - CDH, que comunica a aprovação do Requerimento nº 09, de 2009 - CDH, cujo teor trata da transformação da Subcomissão Temporária de Combate ao Trabalho Escravo em Subcomissão Permanente de Combate ao Trabalho Escravo.
- **. Em 03.08.2009 foi à publicação o OF. Nº 086/09-CDH, que comunica a aprovação do Requerimento nº 26, de 2009-CDH, cujo teor renomeia o colegiado para Subcomissão Permanente de Combate ao Trabalho Escravo e Acompanhamento da Regularização Fundiária na Amazônia Legal.

Secretário(a): Altair Gonçalves Soares
Telefone(s): 3311-4251/2005
Fax: 3311-4646
E-mail: scomcdh@senado.gov.br

7) COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL - CRE

Número de membros: 19 titulares e 19 suplentes

PRESIDENTE: Senador Eduardo Azeredo (PSDB-MG)

VICE-PRESIDENTE: Senador Geraldo Mesquita Júnior (PMDB-AC)

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PRB, PC DO B) ⁽⁹⁾	
Eduardo Suplicy (PT) (40)	1. Aloizio Mercadante (PT) (39,69,85,88,89)
Antonio Carlos Valadares (PSB) (46,73)	2. Marina Silva (PV) (38,83,84)
João Ribeiro (PR) (44,68)	3. Renato Casagrande (PSB) (45,75)
João Pedro (PT) (47)	4. Magno Malta (PR) (43)
Roberto Cavalcanti (PRB) (42,55,67,86,87)	5. Augusto Botelho (PT) (22,41,50,72)
Maioria (PMDB, PP)	
Pedro Simon (PMDB) (1)	1. Almeida Lima (PMDB) (5,65)
Francisco Dornelles (PP) (61)	2. Inácio Arruda (PC DO B) (6,76,77)
Geraldo Mesquita Júnior (PMDB) (64)	3. Wellington Salgado de Oliveira (PMDB) (2)
Romero Jucá (PMDB) (3,70,74)	4. Valdir Raupp (PMDB) (19,24,63)
Paulo Duque (PMDB) (4)	5. Geovani Borges (PMDB) (10,21,62,92,93)
Bloco Parlamentar da Minoria (DEM, PSDB)	
Efraim Morais (DEM) (48)	1. Adelmir Santana (DEM) (11,54)
Demóstenes Torres (DEM) (58)	2. Rosalba Ciarlini (DEM) (7,51)
Marco Maciel (DEM) (18,29,57)	3. José Agripino (DEM) (23,27,56)
Heráclito Fortes (DEM) (8,52)	4. Romeu Tuma (PTB) (53,78,79,80)
João Tenório (PSDB) (33,66)	5. Alvaro Dias (PSDB) (37)
Eduardo Azeredo (PSDB) (33)	6. Arthur Virgílio (PSDB) (17,34,71)
Flexa Ribeiro (PSDB) (35)	7. Tasso Jereissati (PSDB) (36)
PTB (12)	
Fernando Collor (13,14,15,16,25,26,28,30,49)	1. Mozarildo Cavalcanti (49)
PDT	
Patrícia Saboya (32,60,81,82,90,91)	1. Cristovam Buarque (20,31,59)

Notas:

- O Senador Pedro Simon teve a sua indicação como titular da Comissão ratificada pela Liderança do PMDB (Of. 24/2009-GLPMDB).
- O Senador Wellington Salgado teve a sua indicação como suplente da Comissão ratificada pela Liderança do PMDB (Of. 24/2009-GLPMDB).
- O Senador Jarbas Vasconcelos teve a sua indicação como titular da Comissão ratificada pela Liderança do PMDB (Of. 24/2009-GLPMDB).
- O Senador Paulo Duque teve a sua indicação como titular da Comissão ratificada pela Liderança do PMDB (Of. 24/2009-GLPMDB).
- Em 22.08.2007, o Senador Geraldo Mesquita é designado membro suplente do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Valdir Raupp (OF. GLPMDB nº 362/2007).
- O Senador Leomar Quintanilha teve a sua indicação como suplente da Comissão ratificada pela Liderança do PMDB (Of. 24/2009-GLPMDB).
- O Senador César Borges deixou o Partido Democratas (DEM) e se filiou ao Partido da República (PR), conforme comunicado de 1º/10/2007 (DSF 2.10.2007).
- Senador Romeu Tuma comunicou, em 11.10.2007, filiação ao PTB (DSF 15.10.2007)

9. O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, a partir de 22 de novembro de 2007, conforme OF. N. 192/2007/GLPTB/SF (DSF de 28/11/07).
10. Senador Garibaldi Alves Filho foi eleito Presidente do Senado em 12.12.2007 (art. 77, § 1º, RISF).
11. Vaga cedida temporariamente ao PSOL, conforme Ofício nº 10/2008-DEM (DSF 14.02.2008).
12. Nos termos da decisão do Presidente do Senado, publicada no DSF de 14.02.2008.
13. Em 05.09.2007, o Senador Euclides Mello é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Fernando Collor (Of. nº 146/2007-GLDBAG).
14. Senador Euclides Mello comunica filiação ao PRB, em 1º/10/2007, Of. nº 041/2007 (DSF 10.10.2007).
15. Em 28.12.2007, vago em virtude do afastamento do Senador Euclides Mello, devido ao retorno do Senador Fernando Collor ao exercício do mandato.
16. Em 14/02/2008, o Senador Fernando Collor é designado Titular do PTB na Comissão (Of. 15/2008-GLPTB).
17. Em 24/03/2008, o Senador Tasso Jereissati é designado Suplente do PSDB na Comissão (Of. 29/08 - GLPSDB).
18. Em 01/04/2008, o Senador Virgílio de Carvalho é designado Titular em vaga antes ocupada pela Senadora Maria do Carmo Alves, que se encontra licenciada, nos termos do art. 43, I, do Regimento Interno, no período de 20.03.2008 a 3.02.2009 (Of. 30/08-GLDEM e Req. nº 1.135/2009).
19. Em 17/04/2008, o Senador Geovani Borges é designado Suplente em vaga antes ocupada pelo Senador Gilvam Borges, que se encontra licenciado, nos termos do art. 43, I, do Regimento Interno, no período de 17.04.2008 a 24.08.2008 (Of. 122/08-GLPMDB).
20. Em 04.06.2008, o Senador Jefferson Praia é designado suplente do PDT na Comissão (Of. nº 09/08-LPDT).
21. Em 05.06.2008, o Senador Valdir Raupp é designado suplente do PMDB e do Bloco da Maioria na Comissão (OF. GLPMDB nº 168/2008).
22. Em 10/06/2008, a Senadora Marina Silva é designada Suplente do Bloco de Apoio ao Governo, na Comissão, em substituição à Senadora Fátima Cleide (Of. 67/2008 - GLDBAG).
23. Em 4/7/2008, o Senador Marco Antônio Costa é designado suplente em vaga antes ocupada pela Senadora Kátia Abreu, que se licenciou, nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, no período de 30.6.2008 a 28.10.2008. (Of. nº 62/08-GLDEM)
24. Em 26.08.2008, o Senador Gilvam Borges é designado membro suplente do PMDB na Comissão (OF. GLPMDB nº 360/2008).
25. Senador Fernando Collor encontra-se licenciado do exercício do mandato a partir de 10.09.2008, pelo prazo de 123 dias (Requerimento nº 1094, de 2008).
26. Em 07.10.2008, a Senadora Ada Mello é designada membro titular do PTB na Comissão, em substituição ao Senador Fernando Collor (Of. nº 140/2008-GLPTB).
27. Em 29.10.2008, a Senadora Kátia Abreu é designada membro titular do Partido Democratas na Comissão, em substituição ao Senador Marco Antônio Costa (Of. nº 103/2008-GLDEM).
28. Vago em virtude do retorno do Senador Fernando Collor ao exercício do mandato, em 11.01.2009 (Of. nº 001/2009 - Gab. Sen. Fernando Collor).
29. Vago em virtude do fim do exercício do Senador Virgílio de Carvalho, devido ao retorno da Titular.
30. Em 03/02/2009, o Senador Fernando Collor é designado Titular do PTB na Comissão (Of. 2/2009-GLPTB).
31. Em 11.02.2009, a Senadora Patrícia Saboya é designada membro suplente do PDT na Comissão (Of. nº 08/2009-GLPDT), em substituição ao Senador Jefferson Praia.
32. Em 11.02.2009, o Senador Cristovam Buarque teve a sua indicação como titular da Comissão ratificada pela Liderança do PDT (Of. nº 08/09-GLPDT).
33. Em 12.02.2009, os Senadores Arthur Virgílio e Eduardo Azeredo tiveram as suas indicações como titulares da Comissão ratificadas pela Liderança do PSDB (Of. nº 028/09-GLPSDB).
34. Em 12.02.2009, o Senador João Tenório é designado membro suplente do PSDB na Comissão (Of. nº 028/09-GLPSDB), em substituição ao Senador Tasso Jereissati.
35. Em 12.02.2009, o Senador Flexa Ribeiro é designado membro titular do PSDB na Comissão (Of. nº 028/09-GLPSDB), em substituição ao Senador João Tenório.
36. Em 12.02.2009, o Senador Tasso Jereissati é designado membro suplente do PSDB na Comissão (Of. nº 028/09-GLPSDB), em substituição ao Senador Sérgio Guerra.
37. Em 12.02.2009, o Senador Alvaro Dias é designado membro suplente do PSDB na Comissão (Of. nº 028/09-GLPSDB), em substituição ao Senador Flexa Ribeiro.
38. Em 16.02.2009, a Senadora Marina Silva é designada membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição ao Senador Aloízio Mercadante.
39. Em 16.02.2009, o Senador João Ribeiro é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição ao Senador Inácio Arruda.
40. Em 16.02.2009, o Senador Eduardo Suplicy teve a sua indicação como titular da Comissão ratificada pela Liderança do Bloco de Apoio ao Governo (Of. nº 016/09-GLDBAG).
41. Em 16.02.2009, o Senador Augusto Botelho é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição à Senadora Marina Silva.
42. Em 16.02.2009, o Senador Tião Viana é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição ao Senador João Ribeiro.
43. Em 16.02.2009, o Senador Magno Malta é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição à Senadora Serys Slhessarenko.
44. Em 16.02.2009, o Senador Aloízio Mercadante é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição ao Senador Antonio Carlos Valadares.

45. Em 16.02.2009, o Senador Antonio Carlos Valadares é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição ao Senador Augusto Botelho.
46. Em 16.02.2009, o Senador Renato Casagrande é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição ao Senador Marcelo Crivella.
47. Em 16.02.2009, o Senador João Pedro é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição ao Senador Mozarildo Cavalcanti.
48. Em 17.02.2009, o Senador Efraim Morais é designado membro titular do DEM na Comissão (Of. nº 12/09-GLDEM), em substituição ao Senador Heráclito Fortes.
49. Em 17.02.2009, o Senador Fernando Collor foi confirmado, como titular, e o Senador Mozarildo Cavalcanti, designado como suplentes, pela Liderança do PTB (Of. nº 032/09-GLPTB).
50. Em 17.02.2009, o Senador Tião Viana é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 018/09-GLDBAG), em substituição ao Senador Augusto Botelho.
51. Em 17.02.2009, a Senadora Rosalba Ciarlini é designada membro suplente do DEM na Comissão (Of. nº 12/09-GLDEM), em substituição ao Senador César Borge.
52. Em 17.02.2009, o Senador Heráclito Fortes é designado membro titular do DEM na Comissão (Of. nº 12/09-GLDEM), em substituição ao Senador Romeu Tuma.
53. Em 17.02.2009, a Senadora Kátia Abreu é designada membro suplente do DEM na Comissão (Of. nº 12/09-GLDEM).
54. Em 17.02.2009, o Senador Adelmir Santana é designado membro suplente do DEM na Comissão (Of. nº 12/09-GLDEM), em substituição ao Senador José Nery.
55. Em 17.02.2009, o Senador Augusto Botelho é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 018/09-GLDBAG), em substituição ao Senador Tião Viana.
56. Em 17.02.2009, o Senador José Agripino é designado membro suplente do DEM na Comissão (Of. nº 12/09-GLDEM), em substituição à Senadora Kátia Abreu.
57. Em 17.02.2009, o Senador Marco Maciel é designado membro titular do DEM na Comissão (Of. nº 12/09-GLDEM).
58. Em 17.02.2009, o Senador Demóstenes Torres é designado membro titular do DEM na Comissão (Of. nº 12/09-GLDEM), em substituição ao Senador Marco Maciel.
59. Em 19.02.2009, o Senador Cristovam Buarque é designado Suplente do PDT na Comissão, em substituição à Senadora Patrícia Saboya (Of. 19/09-GLPDT).
60. Em 19.02.2009, a Senadora Patrícia Saboya é designada Titular do PDT na Comissão, em substituição ao Senador Cristovam Buarque (Of. 19/09-GLPDT).
61. Em 02/03/2009, o Senador Francisco Dornelles é designado membro titular do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Mão Santa (Of. 24/2009-GLPMDB).
62. Em 02/03/2009, o Senador Gilvam Borges é designado membro titular do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Valdir Raupp (Of. 24/2009-GLPMDB).
63. Em 02/03/2009, o Senador Valdir Raupp é designado membro titular do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Gilvam Borges (Of. 24/2009-GLPMDB).
64. Em 02/03/2009, o Senador Geraldo Mesquita Júnior é designado membro titular do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Almeida Lima (Of. 24/2009-GLPMDB).
65. Em 02/03/2009, o Senador Almeida Lima é designado membro suplente do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Geraldo Mesquita Júnior (Of. 24/2009-GLPMDB).
66. Em 03.03.2009, o Senador João Tenório é designado membro titular do PSDB na Comissão, em substituição ao Senador Arthur Virgílio (Of. nº 47/09-GLPSDB).
67. Em 03.03.2009, o Senador Tião Viana é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Augusto Botelho (Of. nº 026/09-GLDBAG).
68. Em 03.03.2009, o Senador João Ribeiro é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Aloizio Mercadante (Of. nº 029/09-GLDBAG).
69. Em 03.03.2009, o Senador Flávio Arns é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador João Ribeiro (Of. nº 029/09-GLDBAG).
70. Vago, conforme comunicação do Senador Jarbas Vasconcelos, lido na sessão de 3 de março de 2009.
71. Em 03.03.2009, o Senador Arthur Virgílio é designado membro suplente do PSDB na Comissão, em substituição ao Senador João Tenório (Of. nº 47/09-GLPSDB).
72. Em 03.03.2009, o Senador Augusto Botelho é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Tião Viana (Of. nº 026/09-GLDBAG).
73. Em 10.03.2009, o Senador Antonio Carlos Valadares é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Renato Casagrande (Of. nº 050/2009-GLDBAG).
74. Em 10.03.2009, o Senador Romero Jucá é designado membro titular do PMDB na Comissão (OF. GLPMDB nº 063/2009).
75. Em 10.03.2009, o Senador Renato Casagrande é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Antonio Carlos Valadares (Of. nº 050/2009-GLDBAG).
76. Em 28.04.2009, o PMDB cede vaga de suplente ao PC do B (OF. GLPMDB nº 109/2009).
77. Em 30.04.2009, o Senador Inácio Arruda é designado membro suplente em vaga cedida pelo PMDB na Comissão (Of. IA Nº 093/2009).

78. Em 02/06/2009, o Senador Romeu Tuma é designado membro suplente em vaga cedida pelo DEM na Comissão (OF. N° 165/2009/GLPTB).
79. Em 02/06/2009, a Liderança do Democratas cede, temporariamente, vaga de suplente ao Partido Trabalhista Brasileiro - PTB (OF. N° 094/09-GLDEM).
80. Em 02/06/2009, a Senadora Kátia Abreu deixa de compor a Comissão (Of. 93/09-GLDEM).
81. A Senadora Patrícia Saboya encontra-se licenciada, nos termos do art. 43, inciso I, do Regimento Interno, conforme o Requerimento nº 878, de 2009, aprovado no dia 15/07/2009, na Sessão Deliberativa Extraordinária iniciada em 14/07/2009.
82. Em 04.08.2009, o Senador Flávio Torres é designado membro titular do PDT na Comissão, em substituição à Senadora Patrícia Saboya (Of. nº 59/09-LPDT).
83. A Senadora Marina Silva desfiliou-se do Partido dos Trabalhadores, conforme comunicação lida na sessão de 19.08.2009.
84. A Senadora Marina Silva filiou-se do Partido Verde, conforme comunicação lida na sessão de 01.09.2009.
85. O Senador Flávio Arns desfiliou-se do Partido dos Trabalhadores, conforme ofício lido na sessão de 10.09.2009 (OF/GSFA/0801/2009).
86. Em 15.09.2009, o Senador Tião Viana deixa de compor a Comissão (Of. 125/09-GLDBAG).
87. Em 16.09.2009, o Senador Roberto Cavalcanti é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (OF. GLDBAG nº 132/2009).
88. Em 08.10.2009, o Senador Flávio Arns comunicou a sua filiação ao Partido da Social Democracia Brasileira (PSDB), a partir do dia 2 de outubro de 2009 (OF./GSFA/0898/2009).
89. Em 13.10.2009, o Senador Aloizio Mercadante é designado suplente do Bloco de Apoio ao Governo, na Comissão (Of. 148/2009-GLDBAG).
90. Vago em virtude de o Senador Flávio Torres não exercer mais o mandato devido ao retorno da titular, Senadora Patrícia Saboya, em 16.11.09.
91. Em 18.11.2009, a Senadora Patrícia Saboya é designada membro titular do PDT na Comissão (Of. 77/09-GLPDT).
92. O Senador Gilvam Borges licenciou-se nos termos do art. 43, inciso I, do Regimento Interno, por 121 dias, a partir de 22.12.09 (Requerimento nº 1.712/2009, deferido na sessão de 22.12.09).
93. Em 04.02.2010, o Senador Geovani Borges é designado membro suplente do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Gilvam Borges (OF. GLPMDB nº 205/2010).

Secretário(a): Alexandre Bastos de Melo

Reuniões: QUINTAS-FEIRAS 10:00 hs - Plenário nº 7 - ALA ALEXANDRE COSTA

Telefone(s): 3303-3496

Fax: 3303-3546

E-mail: scomcre@senado.gov.br

7.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE PROTEÇÃO DOS CIDADÃOS BRASILEIROS NO EXTERIOR

Número de membros: 7 titulares e 7 suplentes

Secretário(a): Alexandre Bastos de Melo

Telefone(s): 3303-3496

Fax: 3303-3546

E-mail: scomcre@senado.gov.br

7.2) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE ACOMPANHAMENTO DO REGIME INTERNACIONAL SOBRE MUDANÇAS CLIMÁTICAS

Número de membros: 7 titulares e 7 suplentes

PRESIDENTE: VAGO

VICE-PRESIDENTE: VAGO

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PRB, PC DO B) ⁽²⁾	
VAGO (3,4,6)	1. VAGO (7)
João Ribeiro (PR)	2. Augusto Botelho (PT)
Maioria (PMDB, PP)	
VAGO (9,10)	1. Valdir Raupp (PMDB)
	2. VAGO (8)
Bloco Parlamentar da Minoria (DEM, PSDB)	
VAGO (1)	1. Rosalba Ciarlini (DEM)
Eduardo Azeredo (PSDB)	2. VAGO (7)
PDT	
Cristovam Buarque	1. VAGO (5)

Notas:

1. Vago em 17.02.2009 em virtude de o Senador Romeu Tuma não mais pertencer à Comissão.
2. O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, a partir de 22 de novembro de 2007, conforme OF. N. 192/2007/GLPTB/SF (DSF de 28/11/07).
3. Em 28.12.2007, vago em virtude do afastamento do Senador Euclides Mello, devido ao retorno do Senador Fernando Collor ao exercício do mandato.
4. Em 21.02.2008, o Senador Fernando Collor é designado membro titular na Subcomissão (Of. nº 008/2008-CRE).
5. Em virtude do falecimento do Senador Jefferson Peres, ocorrido em 23.05.2008.
6. Vago em razão da substituição do Senador Fernando Collor pela Senadora Ada Mello na CRE, em 07.10.2008 (Of. Nº 140/2008-GLPTB).
7. Vago em 17.02.09 em virtude de os Senadores não pertencerem mais à Comissão.
8. Vago em 28.04.09 em virtude de o Senador Leomar Quintanilha não pertencer mais à CRE.
9. O Senador Mão Santa comunicou sua desfiliação do Partido do Movimento Democrático Brasileiro, conforme ofício s/nº lido na sessão de 23.09.2009.
10. Vago em 02.03.09 em virtude de o Senador Mão Santa não pertencer mais à Comissão (Of. nº 024/2009-GLPMDB).

Secretário(a): Alexandre Bastos de Melo

Telefone(s): 3303-3496

Fax: 3303-3546

E-mail: scomcre@senado.gov.br

**7.3) SUBCOMISSÃO PERMANENTE PARA MODERNIZAÇÃO E REAPARELHAMENTO
DAS FORÇAS ARMADAS**

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

PRESIDENTE: VAGO

VICE-PRESIDENTE: VAGO

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PRB, PC DO B) ⁽²⁾	
VAGO (1,4)	1. VAGO (5)
Maioria (PMDB, PP)	
Paulo Duque (PMDB)	1. Pedro Simon (PMDB)
Bloco Parlamentar da Minoria (DEM, PSDB)	
VAGO (5)	1. Marco Maciel (DEM)
Eduardo Azeredo (PSDB)	2. Flexa Ribeiro (PSDB)
PDT	
VAGO (3)	1.

Notas:

1. Vago, em virtude do Senador Fernando Collor encontrar-se licenciado, nos termos do art. 43, inciso II, do Regimento Interno, no período de 30.08.2007 a 27.12.2007, e ter sido substituído pelo Senador Euclides Mello, na Comissão de Relações Exteriores (Of. nº 146/2007-GLDBAG).
2. O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, a partir de 22 de novembro de 2007, conforme OF. N. 192/2007/GLPTB/SF (DSF de 28/11/07).
3. Em virtude do falecimento do Senador Jefferson Peres, ocorrido em 23.05.2008.
4. O Senador Fernando Collor retornou ao mandato em 11.01.2009. Aguardando indicação.
5. Vago em 17.02.09 em virtude de os Senadores não pertencerem mais à Comissão.

Secretário(a): Alexandre Bastos de Melo

Telefone(s): 3303-3496

Fax: 3303-3546

E-mail: scomcre@senado.gov.br

7.4) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DA AMAZÔNIA E DA FAIXA DE FRONTEIRA**Número de membros:** 7 titulares e 7 suplentes**PRESIDENTE:** Senador Mozarildo Cavalcanti (PTB-RR)**VICE-PRESIDENTE:** Senador Geraldo Mesquita Júnior (PMDB-AC)

TITULARES	SUPLENTES
Bloco Parlamentar da Minoria (DEM, PSDB)	
José Agripino (DEM)	1. Rosalba Ciarlini (DEM)
Romeu Tuma (PTB) ⁽²⁾	
Flexa Ribeiro (PSDB)	2. Arthur Virgílio (PSDB)
	3. Tasso Jereissati (PSDB)
PMDB PP	
Geraldo Mesquita Júnior (PMDB)	1. Pedro Simon (PMDB)
Valdir Raupp (PMDB) ^(1,3)	2. Romero Jucá (PMDB)
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PRB, PC DO B)	
Augusto Botelho (PT)	1. VAGO ⁽⁴⁾
PTB	
Mozarildo Cavalcanti	1. Fernando Collor

Notas:

1. Vago em 28.04.09 em virtude de o Senador Leomar Quintanilha não pertencer mais à CRE (OF. N° 054/2009 - CRE).
2. Em 17/06/2009, o Senador Romeu Tuma é designado Titular do Bloco Parlamentar da Minoria, em substituição à Senadora Kátia Abreu (Of. 077/2009-CRE).
3. Em 17/06/2009, o Senador Valdir Raupp é designado titular do Bloco da Maioria (Of. 077/2009-CRE).
4. Vago em 15.09.2009 em virtude de o Senador Tião Viana não pertencer mais à CRE (Of. 125/09-GLDBAG).

Secretário(a): Alexandre Bastos de Melo**Telefone(s):** 3303-3496**Fax:** 3303-3546**E-mail:** scomcre@senado.gov.br

8) COMISSÃO DE SERVIÇOS DE INFRAESTRUTURA - CI**Número de membros:** 23 titulares e 23 suplentes**PRESIDENTE:** Senador Fernando Collor (PTB-AL)**VICE-PRESIDENTE:** Senador Eliseu Resende (DEM-MG)

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PRB, PC DO B) ⁽²⁾	
Serys Slhessarenko (PT) (18)	1. Marina Silva (PV) (16,66,68)
Delcídio Amaral (PT) (18,33,56)	2. Paulo Paim (PT) (25,33,57)
Ideli Salvatti (PT) (18)	3. Antonio Carlos Valadares (PSB) (19)
Inácio Arruda (PC DO B) (23)	4. VAGO (17,70,72,73)
Fátima Cleide (PT) (20)	5. Eduardo Suplicy (PT) (24)
João Ribeiro (PR) (21)	6. João Pedro (PT) (22)
Maioria (PMDB, PP)	
Francisco Dornelles (PP) (52,63,64)	1. Neuto De Conto (PMDB) (3,6,54)
Geovani Borges (PMDB) (53,76,79)	2. Lobão Filho (PMDB) (29,50)
Paulo Duque (PMDB) (45)	3. Pedro Simon (PMDB) (8,10,11,44)
Mão Santa (PSC) (5,9,49,71,74)	4. Valter Pereira (PMDB) (46)
Valdir Raupp (PMDB) (48,60)	5. VAGO (47,64)
Wellington Salgado de Oliveira (PMDB) (43)	6. Almeida Lima (PMDB) (51,55,63)
Bloco Parlamentar da Minoria (DEM, PSDB)	
Gilberto Goellner (DEM) (34)	1. Antonio Carlos Júnior (DEM) (30)
Eliseu Resende (DEM) (26)	2. Efraim Morais (DEM) (38)
Heráclito Fortes (DEM) (35)	3. Adelmir Santana (DEM) (36)
Jayme Campos (DEM) (37,67,69,77,78)	4. Rosalba Ciarlini (DEM) (31)
Kátia Abreu (DEM) (7,27)	5. Demóstenes Torres (DEM) (1,28)
Arthur Virgílio (PSDB) (40,61,65)	6. Cícero Lucena (PSDB) (14)
João Tenório (PSDB) (41,58)	7. Mário Couto (PSDB) (13,59,65)
Flexa Ribeiro (PSDB) (14)	8. Alvaro Dias (PSDB) (14,62)
Marconi Perillo (PSDB) (42)	9. Sérgio Guerra (PSDB) (15)
PTB ⁽⁴⁾	
Fernando Collor (32)	1. Gim Argello (32)
PDT	
Acir Gurgacz (12,75)	1. João Durval (39,75)

Notas:

1. Senador Romeu Tuma comunicou, em 11.10.2007, filiação ao PTB (DSF 15.10.2007)
2. O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, a partir de 22 de novembro de 2007, conforme OF. N. 192/2007/GLPTB/SF (DSF de 28/11/07).
3. Senador Garibaldi Alves Filho foi eleito Presidente do Senado em 12.12.2007 (art. 77, § 1º, RISF).
4. Nos termos da decisão do Presidente do Senado, publicada no DSF de 14.02.2008.
5. Em 23/04/2008, o Senador Geovani Borges é designado Titular do PMDB, na Comissão (Of. 125/08-GLPMDB).

Endereço na Internet: <http://www.senado.gov.br/sf/atividade/plenario/sf>

Informações: Subsecretaria de Informações - 3311-3325/3572/7279

6. Em 07/05/2008, o Senador Lobão Filho é designado Suplente do PMDB na Comissão (Of. 144/2008 - GLPMDB).
7. O Senador Raimundo Colombo licenciou-se, nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, no período de 26.6.2008 a 24.10.2008.
8. Em 09.07.2008, o Senador Casildo Maldaner é designado membro suplente do PMDB na Comissão (OF. GLPMDB nº 221/2008).
9. Em 26.08.2008, o Senador Gilvam Borges é designado membro titular do PMDB na Comissão (OF. GLPMDB nº 359/2008).
10. Vago em virtude do retorno do Senador Raimundo Colombo ao exercício do mandato, em 27.10.2008.
11. Em 02/12/2008, o Senador Paulo Duque é designado Suplente do PMDB na Comissão (Of. 532/2008 - GLPMDB).
12. Em 11.02.2009, o Senador João Durval teve a sua indicação como titular da Comissão ratificada pela Liderança do PDT (Of. nº 09/09-GLPDT).
13. Em 12.02.2009, o Senador João Tenório é designado membro suplente do PSDB na Comissão (Of. 29/2009-GLPSDB), em substituição ao Senador Eduardo Azeredo.
14. Em 12.02.2009, os Senadores Cícero Lucena e Mário Couto, como suplentes, e o Senador Flexa Ribeiro, como titular, tiveram as suas indicações na Comissão ratificadas pela Liderança do PSDB (Of. nº 029/09-GLPSDB).
15. Em 12.02.2009, o Senador Sérgio Guerra é designado membro suplente do PSDB na Comissão (Of. 29/2009-GLPSDB), em substituição ao Senador Tasso Jereissati.
16. Em 16.02.2009, a Senadora Marina Silva é designada membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição ao Senador Flávio Arns.
17. Em 16.02.2009, o Senador Expedito Júnior é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição ao Senador João Ribeiro.
18. Em 16.02.2009, os Senadores Delcídio Amaral, Serys Slhessarenko e Ideli Salvatti tiveram as suas indicações como titulares da Comissão ratificadas pela Liderança do Bloco de Apoio ao Governo (Of. nº 016/09-GLDBAG).
19. Em 16.02.2009, o Senador Antonio Carlos Valadares é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição ao Senador Aloízio Mercadante.
20. Em 16.02.2009, a Senadora Fátima Cleide é designada membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição ao Senador Inácio Arruda.
21. Em 16.02.2009, o Senador João Ribeiro é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição ao Senador Expedito Júnior.
22. Em 16.02.2009, o Senador João Pedro é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição ao Senador Renato Casagrande.
23. Em 16.02.2009, o Senador Inácio Arruda é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição ao Senador Francisco Dornelles.
24. Em 16.02.2009, o Senador Eduardo Suplicy é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição ao Senador Augusto Botelho.
25. Em 16.02.2009, o Senador Paulo Paim é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição à Senadora Fátima Cleide.
26. Em 17.02.2009, o Senador Eliseu Resende é confirmado como membro titular do DEM na Comissão (Of. nº 12/09-GLDEM).
27. Em 17.02.2009, a Senadora Kátia Abreu é designada membro titular do DEM na Comissão (Of. nº 12/09-GLDEM).
28. Em 17.02.2009, o Senador Demóstenes Torres é designado membro suplente do DEM na Comissão (Of. nº 12/09-GLDEM), em substituição ao Senador Romeu Tuma.
29. Vago, em virtude de o Senador José Maranhão ter tomado posse no cargo de Governador de Estado, renunciando ao mandato de Senador.
30. Em 17.02.2009, o Senador Antonio Carlos Júnior é designado membro suplente do DEM na Comissão (Of. nº 12/09-GLDEM), em substituição ao Senador Demóstenes Torres.
31. Em 17.02.2009, a Senadora Rosalba Ciarlini é confirmada como membro suplente do DEM na Comissão (Of. nº 12/09-GLDEM).
32. Em 17.02.2009, o Senador Fernando Collor é designado membro titular do PTB na Comissão (Of. nº 33/09-GLPTB), em substituição ao Senador Gim Argello, que passa a integrar a suplência, em substituição ao Senador João Vicente Claudino.
33. Em 17.02.2009, o Senador Paulo Paim é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 23/09-GLDBAG), em substituição ao Senador Delcídio Amaral, que passa à suplência.
34. Em 17.02.2009, o Senador Gilberto Goellner é confirmado como membro titular do DEM na Comissão (Of. nº 12/09-GLDEM).
35. Em 17.02.2009, o Senador Heráclito Fortes é designado membro titular do DEM na Comissão (Of. nº 12/09-GLDEM), em substituição ao Senador Jayme Campos.
36. Em 17.02.2009, o Senador Adelmir Santana é confirmado como membro suplente do DEM na Comissão (Of. nº 12/09-GLDEM).
37. Em 17.02.2009, o Senador Jayme Campos é designado membro titular do DEM na Comissão (Of. nº 12/09-GLDEM), em substituição ao Senador Heráclito Fortes.
38. Em 17.02.2009, o Senador Efraim Morais é designado membro suplente do DEM na Comissão (Of. nº 12/09-GLDEM), em substituição ao Senador Marco Maciel.
39. Em 19/02/2009, o Senador Osmar Dias é designado Suplente do PDT na Comissão (Of. 20/09-GLPDT).
40. Em 12.02.2009, o Senador Alvaro Dias é designado membro titular do PSDB na Comissão (Of. 29/2009-GLPSDB), em substituição ao Senador João Tenório.
41. Em 12.02.2009, o Senador Arthur Virgílio é designado membro titular do PSDB na Comissão (Of. 29/2009-GLPSDB), em substituição ao Senador Marconi Perillo.
42. Em 12.02.2009, o Senador Marconi Perillo é designado membro titular do PSDB na Comissão (Of. 29/2009-GLPSDB), em substituição ao Senador Sérgio Guerra.

43. Em 02.03.2009, o Senador Wellington Salgado teve sua indicação como titular da Comissão ratificada pela Liderança do PMDB (OF. GLPMDB nº 22/2009).
44. Em 02.03.2009, o Senador Pedro Simon é designado membro suplente do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Paulo Duque (OF. GLPMDB nº 25/2009).
45. Em 02.03.2009, o Senador Paulo Duque é designado membro titular do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Leomar Quintanilha (OF. GLPMDB nº 25/2009).
46. Em 02.03.2009, o Senador Valter Pereira é designado membro suplente do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Neuto De Conto (OF. GLPMDB nº 25/2009).
47. Em 02.03.2009, o Senador Francisco Dornelles é designado membro suplente do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Geraldo Mesquita (OF. GLPMDB nº 25/2009).
48. Em 02.03.2009, o Senador Geraldo Mesquita é designado membro titular do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Valter Pereira (OF. GLPMDB nº 25/2009).
49. Em 02.03.2009, o Senador Mão Santa é designado membro titular do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Gilvam Borges (OF. GLPMDB nº 25/2009).
50. Em 02.03.2009, o Senador Lobão Filho é designado membro suplente do PMDB na Comissão (OF. GLPMDB nº 25/2009).
51. Em 02.03.2009, o Senador Valdir Raupp é designado membro suplente do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Pedro Simon (OF. GLPMDB nº 25/2009).
52. Em 02.03.2009, o Senador Almeida Lima é designado membro titular do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Romero Jucá (OF. GLPMDB nº 25/2009).
53. Em 02.03.2009, o Senador Gilvam Borges é designado membro titular do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Valdir Raupp (OF. GLPMDB nº 25/2009).
54. Em 02.03.2009, o Senador Neuto De Conto é designado membro suplente do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Lobão Filho (OF. GLPMDB nº 25/2009).
55. Em 10.03.2009, vago em razão de o Senador Valdir Raupp ter sido designado membro titular do PMDB na Comissão (OF. GLPMDB nº 061/2009).
56. Em 10.03.2009, o Senador Delcídio Amaral é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Paulo Paim (Of. nº 025/09-GLDBAG).
57. Em 10.03.2009, o Senador Paulo Paim é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Delcídio Amaral (Of. nº 025/09-GLDBAG).
58. Em 10/03/2009, o Senador João Tenório é designado Titular do PSDB na Comissão, em substituição ao Senador Arthur Virgílio, que passa à suplência (Of. 50/09 - GLPSDB).
59. Em 10/03/2009, o Senador Arthur Virgílio é designado Suplente do PSDB na Comissão, em substituição ao Senador João Tenório, que passa à titularidade (Of. 50/09 - GLPSDB).
60. Em 10.03.2009, o Senador Valdir Raupp é designado membro titular do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Geraldo Mesquita Júnior (OF. GLPMDB nº 061/2009).
61. Em 16.04.2009, o Senador Mário Couto é designado membro titular do PSDB na Comissão, em substituição ao Senador Alvaro Dias (Of. 76/09-GLPSDB).
62. Em 16.04.2009, o Senador Alvaro Dias é designado membro suplente do PSDB na Comissão, em substituição ao Senador Mário Couto (Of. 76/09-GLPSDB).
63. Em 14.05.2009, o Senador Almeida Lima deixa a vaga de membro titular do PMDB na Comissão e assume a vaga de membro suplente (OF. GLPMDB nº 111/2009).
64. Em 14.05.2009, o Senador Francisco Dornelles deixa a vaga de membro suplente na Comissão e assume a vaga de membro titular cedida pelo PMDB (OF. GLPMDB nº 001-A-2009).
65. Em 12.08.2009, o Senador Arthur Virgílio deixa a suplência e é designado titular do PSDB, em substituição ao Senador Mário Couto, que passa a integrar a Comissão como suplente (Of. 136/09-GLPSDB).
66. A Senadora Marina Silva desfilou-se do Partido dos Trabalhadores, conforme comunicação lida na sessão de 19.08.2009.
67. O Senador Jayme Campos licenciou-se nos termos do art. 43, inciso II, do Regimento Interno, por 130 dias, a partir de 26.08.09 (Requerimento nº 1.041/2009, aprovado na sessão de 25.08.09).
68. A Senadora Marina Silva filiou-se do Partido Verde, conforme comunicação lida na sessão de 01.09.2009.
69. O Senador Osvaldo Sobrinho é designado membro titular na Comissão, em vaga anteriormente ocupada pelo Senador Jayme Campos, conforme expediente da Liderança do PTB, com o "de acordo" da Liderança do DEM, lido na sessão de 14.09.2009.
70. O Senador Expedito Júnior desfilou-se do Partido da República, conforme ofício lido na sessão de 23.09.2009 (Of. nº 221/2009-GSEJUN).
71. O Senador Mão Santa comunicou sua desfiliação do Partido do Movimento Democrático Nacional, conforme ofício s/nº lido na sessão de 23.09.2009.
72. O Senador Expedito Júnior filiou-se ao PSDB, conforme ofício lido na sessão de 29.09.2009 (Of. nº 225/2009-GSEJUN).
73. Em 29.09.2009, o Senador Expedito Júnior deixa de compor a Comissão (Of. 142/2009-GLDBAG).
74. O Senador Mão Santa comunicou sua filiação ao Partido Social Cristão - PSC, conforme o OF. GSMS 098/2009, lido na sessão de 01.10.2009.
75. Em 18.11.2009, o Senador Acir Gurgacz é designado membro titular do PDT na Comissão, em substituição ao Senador João Durval, que passa à suplência, no lugar do Senador Osmar Dias (Of. 79/09-GLPDT).
76. O Senador Gilvam Borges licenciou-se nos termos do art. 43, inciso I, do Regimento Interno, por 121 dias, a partir de 22.12.09 (Requerimento nº 1.712/2009, deferido na sessão de 22.12.09).
77. Vago em virtude de o Senador Osvaldo Sobrinho não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Jayme Campos, em 03.01.2010.
78. Em 03.02.2010, o Senador Jayme Campos foi designado membro titular do Bloco Parlamentar da Minoria na Comissão (OF. nº 4/2010-GLDEM).
79. Em 04.02.2010, o Senador Geovani Borges é designado membro titular do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Gilvam Borges (OF. GLPMDB nº 205/2010).

8.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE - PLANO DE ACELERAÇÃO DO CRESCIMENTO

Finalidade: Subcomissão Permanente Destinada a Acompanhar a Implementação do Plano de Aceleração do Crescimento - PAC

Número de membros: 7 titulares e 7 suplentes

Secretário(a): Álvaro Araujo Souza

Telefone(s): 3303-4607

Fax: 3303-3286

E-mail: scomci@senado.gov.br

8.2) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE INFRAESTRUTURA E DESENVOLVIMENTO URBANO

Finalidade: Debater temas relacionados à infraestrutura e desenvolvimento urbano.

Número de membros: 7 titulares e 7 suplentes

Secretário(a): Álvaro Araujo Souza

Telefone(s): 3303-4607

Fax: 3303-3286

E-mail: scomci@senado.gov.br

9) COMISSÃO DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL E TURISMO - CDR

Número de membros: 17 titulares e 17 suplentes

PRESIDENTE: Senador Neuto De Conto (PMDB-SC) ^(56,58)

VICE-PRESIDENTE: Senador César Borges (PR-BA)

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PRB, PC DO B) ⁽³⁾	
César Borges (PR) (28)	1. Delcídio Amaral (PT) (7,26)
Serys Slhessarenko (PT) (2,27)	2. Roberto Cavalcanti (PRB) (24,50)
Antonio Carlos Valadares (PSB) (23)	3. Tião Viana (PT) (24,54)
José Nery (PSOL) (25)	4. VAGO (24)
Maioria (PMDB, PP)	
Neuto De Conto (PMDB) (32,45,55,57)	1. Wellington Salgado de Oliveira (PMDB) (46)
Valter Pereira (PMDB) (1,43)	2. Pedro Simon (PMDB) (42)
Romero Jucá (PMDB) (4,11,48)	3. Valdir Raupp (PMDB) (41)
Almeida Lima (PMDB) (47)	4. Gerson Camata (PMDB) (44,49,51)
Bloco Parlamentar da Minoria (DEM, PSDB)	
José Agripino (DEM) (34)	1. Gilberto Goellner (DEM) (38)
Marco Maciel (DEM) (35)	2. Jayme Campos (DEM) (37,52,53,59,60)
Rosalba Ciarlini (DEM) (36)	3. Demóstenes Torres (DEM) (9,12,31)
Adelmir Santana (DEM) (29)	4. Kátia Abreu (DEM) (6,14,30)
Lúcia Vânia (PSDB) (18)	5. Cícero Lucena (PSDB) (22)
Marconi Perillo (PSDB) (19)	6. Papaléo Paes (PSDB) (10,13,17,61)
Sérgio Guerra (PSDB) (21,61)	7. Tasso Jereissati (PSDB) (20)
PTB ⁽⁵⁾	
Gim Argello (33)	1. Mozarildo Cavalcanti (33)
PDT	
Jefferson Praia (8,15,40)	1. João Durval (16,39)

Notas:

1. Vaga cedida ao PTB, nos termos do Ofício nº 361/2007 - GLPMDB.
2. Senadora Patrícia Saboya comunicou filiação partidária em 02.10.2007 (DSF 3.10.2007).
3. O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, a partir de 22 de novembro de 2007, conforme OF. N. 192/2007/GLPTB/SF (DSF de 28/11/07).
4. Senador Garibaldi Alves Filho foi eleito Presidente do Senado em 12.12.2007 (art. 77, § 1º, RISF).
5. Nos termos da decisão do Presidente do Senado, publicada no DSF de 14.02.2008.
6. Em 01/04/2008, o Senador Virgílio de Carvalho é designado Suplente em vaga antes ocupada pela Senadora Maria do Carmo Alves, que se encontra licenciada, nos termos do art. 43, I, do Regimento Interno, no período de 20.03.2008 a 3.02.2009 (Of. 30/08-GLDEM e Req. nº 1.135/2009).
7. Vago em virtude de o Senador Sibá Machado não exercer mais o mandato devido ao retorno da titular, Senadora Marina Silva.
8. Em 04.06.2008, o Senador Jefferson Praia é designado titular do PDT na Comissão (Of. nº 08/08-LPdT).
9. Em 4/7/2008, o Senador Marco Antônio Costa é designado suplente em vaga antes ocupada pela Senadora Kátia Abreu, que se licenciou, nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, no período de 30.6.2008 a 28.10.2008. (Of. nº 62/08-GLDEM)
10. Em 21/08/2008, o Senador Marconi Perillo é designado Suplente do PSDB na Comissão, em substituição ao Senador Flexa Ribeiro (Of. 107-08-GLPSDB).

11. Em 28.10.2008, o Senador Romero Jucá é designado membro titular do PMDB na Comissão (Of. nº 461/2008/GLPMDB).
12. Em 29.10.2008, a Senadora Kátia Abreu é designada membro titular do Partido Democratas na Comissão, em substituição ao Senador Marco Antônio Costa (Of. nº 103/2008-GLDEM).
13. Em 26.11.2008, o Senador Flexa Ribeiro é designado suplente do PSDB na Comissão, em substituição ao Senador Marconi Perillo (Ofício nº 135/08-GLPSDB).
14. Vago em virtude do fim do exercício do Senador Virgílio de Carvalho, devido ao retorno da Titular.
15. Em 11.02.2009, o Senador Cristovam Buarque é designado membro titular do PDT na Comissão (Of. nº 10/2009-GLPDT), em substituição ao Senador Jefferson Praia.
16. Em 11.02.2009, o Senador Jefferson Praia é designado membro suplente do PDT na Comissão (Of. nº 10/2009-GLPDT), em substituição ao Senador Osmar Dias.
17. Em 12.02.2009, o Senador Sérgio Guerra é designado membro suplente do PSDB na Comissão (Of. nº 030/09-GLPSDB), em substituição ao Senador Flexa Ribeiro.
18. Em 12.02.2009, a Senadora Lúcia Vânia teve a sua indicação como titular da Comissão ratificada pela Liderança do PSDB (Of. nº 030/09-GLPSDB).
19. Em 12.02.2009, o Senador Marconi Perillo é designado membro titular do PSDB na Comissão (Of. nº 030/09-GLPSDB), em substituição à Senadora Marisa Serrano.
20. Em 12.02.2009, o Senador Tasso Jereissati é designado membro suplente do PSDB na Comissão (Of. nº 030/09-GLPSDB), em substituição ao Senador João Teófilo.
21. Em 12.02.2009, o Senador Papaléo Paes é designado membro titular do PSDB na Comissão (Of. nº 030/09-GLPSDB), em substituição ao Senador Cícero Lucena.
22. Em 12.02.2009, o Senador Cícero Lucena é designado membro suplente do PSDB na Comissão (Of. nº 030/09-GLPSDB), em substituição ao Senador Tasso Jereissati.
23. Em 16.02.2009, o Senador Antonio Carlos Valadares é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição ao Senador João Pedro.
24. Vago em virtude do remanejamento de vagas indicado pela Liderança do Bloco de Apoio ao Governo (Of. nº 016/2009 - GLDBAG).
25. Em 16.02.2009, o Senador José Nery é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição ao Senador João Vicente Claudino.
26. Em 16.02.2009, o Senador Delcídio Amaral é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG).
27. Em 16.02.2009, a Senadora Serys Slhessarenko é designada membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição à Senadora Patrícia Saboya.
28. Em 16.02.2009, o Senador César Borges é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição à Senadora Fátima Cleide.
29. Em 17.02.2009, o Senador Adelmir Santana é designado membro titular do DEM na Comissão (Of. nº 12/09-GLDEM), em substituição à Senadora Rosalba Ciarlini.
30. Em 17.02.2009, a Senadora Kátia Abreu é designada membro suplente do DEM na Comissão (Of. nº 12/09-GLDEM).
31. Em 17.02.2009, o Senador Demóstenes Torres é designado membro suplente do DEM na Comissão (Of. nº 12/09-GLDEM), em substituição à Senadora Kátia Abreu.
32. Vago, em virtude do Senador José Maranhão ter tomado posse no cargo de Governador de Estado, renunciando ao mandato de Senador.
33. Em 17.02.2009, o Senador Gim Argello é designado membro titular do PTB na Comissão (Of. nº 34/09-GLPTB), em substituição ao Senador Mozarildo Cavalcanti, que passa a integrar a suplência.
34. Em 17.02.2009, o Senador José Agripino é designado membro titular do DEM na Comissão (Of. nº 12/09-GLDEM), em substituição ao Senador Demóstenes Torres.
35. Em 17.02.2009, o Senador Marco Maciel é designado membro titular do DEM na Comissão (Of. nº 12/09-GLDEM), em substituição ao Senador Adelmir Santana.
36. Em 17.02.2009, a Senadora Rosalba Ciarlini é designada membro titular do DEM na Comissão (Of. nº 12/09-GLDEM), em substituição ao Senador Marco Maciel.
37. Em 17.02.2009, o Senador Jayme Campos é confirmado como membro suplente do DEM na Comissão (Of. nº 12/09-GLDEM)
38. Em 17.02.2009, o Senador Gilberto Goellner é confirmado como membro suplente do DEM na Comissão (Of. nº 12/09-GLDEM).
39. Em 19/02/2009, o Senador João Durval é designado Suplente do PDT na Comissão (Of. 21/09-GLPDT).
40. Em 19/02/2009, o Senador Jefferson Praia é designado Titular do PDT na Comissão, em substituição ao Senador Cristovam Buarque (Of. 21/09-GLPDT).
41. Em 02.03.2009, o Senador Valdir Raupp é designado membro suplente do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Pedro Simon (OF. GLPMDB nº 33/2009).
42. Em 02.03.2009, o Senador Pedro Simon é designado membro suplente do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Wellington Salgado (OF. GLPMDB nº 33/2009).
43. Em 02.03.2009, o Senador Valter Pereira é designado membro titular do PMDB na Comissão (OF. GLPMDB nº 33/2009).
44. Em 02.03.2009, o Senador Jarbas Vasconcelos é designado membro suplente do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Valdir Raupp (OF. GLPMDB nº 33/2009).
45. Em 02.03.2009, o Senador Leomar Quintanilha é designado membro titular do PMDB na Comissão (OF. GLPMDB nº 33/2009).
46. Em 02.03.2009, o Senador Wellington Salgado é designado membro suplente do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Leomar Quintanilha (OF. GLPMDB nº 33/2009).

47. Em 02.03.2009, o Senador Almeida Lima é designado membro titular do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Valter Pereira (OF. GLPMDB nº 33/2009).
48. Em 02.03.2009, o Senador Romero Jucá teve sua indicação como titular da Comissão ratificada pela Liderança do PMDB (OF. GLPMDB nº 33/2009).
49. Vago, conforme comunicação do Senador Jarbas Vasconcelos, lido na sessão de 3 de março de 2009.
50. Em 05/03/2009, o Senador Roberto Cavalcanti é designado Suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. 43/2009 - GLDBAG).
51. Em 10.03.2009, o Senador Gerson Camata é designado membro suplente do PMDB na Comissão (OF. GLPMDB nº 064/2009).
52. O Senador Jayme Campos licenciou-se nos termos do art. 43, inciso II, do Regimento Interno, por 130 dias, a partir de 26.08.09 (Requerimento nº 1.041/2009, aprovado na sessão de 25.08.09).
53. O Senador Osvaldo Sobrinho é designado membro suplente na Comissão, em vaga anteriormente ocupada pelo Senador Jayme Campos, conforme expediente da Liderança do PTB, com o "de acordo" da Liderança do DEM, lido na sessão de 14.09.2009.
54. Em 15.09.2009, o Senador Tião Viana é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 126/09-GLDBAG).
55. O Senador Leomar Quintanilha afastou-se do exercício do mandato, conforme comunicação lida na sessão deliberativa ordinária de 17 de setembro de 2009.
56. O Senador Leomar Quintanilha afastou-se do exercício do mandato, conforme comunicação lida na sessão de 17 de setembro de 2009 (art. 39, II, do Regimento Interno).
57. Em 17.09.2009, o Senador Neuto de Conto é designado membro titular do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Leomar Quintanilha (OF. GLPMDB nº 157/2009).
58. Em 23.09.2009, o Senador Neuto de Conto é eleito Presidente da Comissão (OF. Nº 108/2009-CDR).
59. Vago em virtude de o Senador Osvaldo Sobrinho não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Jayme Campos, em 03.01.2010.
60. Em 03.02.2010, o Senador Jayme Campos foi designado membro suplente do Bloco Parlamentar da Minoria na Comissão (OF. nº 4/2010-GLDEM).
61. Em 25.02.2010, o Senador Sérgio Guerra é designado membro titular do PSDB na Comissão, em substituição ao Senador Papaléo Paes, que assume a suplência (Of. 07/10-GLPSDB).

Secretário(a): Selma Míriam Perpétuo Martins
Reuniões: QUARTAS-FEIRAS - 14:00HS -
Telefone(s): 3311-4282
Fax: 3311-1627
E-mail: scomcdr@senado.gov.br

10) COMISSÃO DE AGRICULTURA E REFORMA AGRÁRIA - CRA**Número de membros:** 17 titulares e 17 suplentes**PRESIDENTE:** Senador Valter Pereira (PMDB-MS)**VICE-PRESIDENTE:** Senador Gilberto Goellner (DEM-MT)

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PRB, PC DO B) ⁽¹⁾	
Delcídio Amaral (PT) (22)	1. Antonio Carlos Valadares (PSB) (22,71)
Sadi Cassol (PT) (23,63,67,70)	2. Fátima Cleide (PT) (4,6,19)
Augusto Botelho (PT) (21,32,49)	3. Eduardo Suplicy (PT) (20,60,61,62,64)
César Borges (PR) (18,54)	4. Serys Slhessarenko (PT) (17,52)
Maioria (PMDB, PP)	
VAGO (2,11,44,47,59,68,69,74)	1. Romero Jucá (PMDB) (37,45)
Neuto De Conto (PMDB) (40,43)	2. Valdir Raupp (PMDB) (38,48)
Gerson Camata (PMDB) (36,46)	3. Renan Calheiros (PMDB) (35,39)
Valter Pereira (PMDB) (34,50)	4. Paulo Duque (PMDB) (41,42)
Bloco Parlamentar da Minoria (DEM, PSDB)	
Gilberto Goellner (DEM) (26)	1. Demóstenes Torres (DEM) (3,33)
Raimundo Colombo (DEM) (27)	2. Heráclito Fortes (DEM) (31)
Kátia Abreu (DEM) (28)	3. Rosalba Ciarlini (DEM) (7,24)
Jayme Campos (DEM) (8,10,30,57,58,72,73)	4. José Agripino (DEM) (25)
VAGO (13,53,56,65,66)	5. Mário Couto (PSDB) (16,55)
Flexa Ribeiro (PSDB) (14,55)	6. João Tenório (PSDB) (15)
Marisa Serrano (PSDB) (15)	7. Marconi Perillo (PSDB) (12)
PTB (5)	
Romeu Tuma (9,29)	1. Sérgio Zambiasi (29,51)
PDT	
Osmar Dias	1. João Durval

Notas:

1. O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, a partir de 22 de novembro de 2007, conforme OF. N. 192/2007/GLPTB/SF (DSF de 28/11/07).
2. Senador Garibaldi Alves Filho foi eleito Presidente do Senado em 12.12.2007 (art. 77, § 1º, RISF).
3. O Senador Edison Lobão encontra-se afastado do exercício do mandato desde 21/01/2008, para exercer o cargo de Ministro de Minas e Energia.
4. Em 01/04/2008, o Senador Sibá Machado é designado Suplente do Bloco de Apoio ao Governo, em substituição ao Senador Aloizio Mercadante.
5. Nos termos da decisão do Presidente do Senado, publicada no DSF de 14.02.2008.
6. Vago em virtude de o Senador Sibá Machado não exercer mais o mandato devido ao retorno da titular, Senadora Marina Silva.
7. O Senador Raimundo Colombo licenciou-se, nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, no período de 26.6.2008 a 24.10.2008.
8. Em 4/7/2008, o Senador Marco Antônio Costa é designado titular em vaga antes ocupada pela Senadora Kátia Abreu, que se licenciou, nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, no período de 30.6.2008 a 28.10.2008. (Of. nº 62/08-GLDEM)
9. Em virtude do retorno do titular, Senador Cícero Lucena.
10. Em 29.10.2008, a Senadora Kátia Abreu é designada membro titular do Partido Democratas na Comissão, em substituição ao Senador Marco Antônio Costa (Of. nº 103/2008-GLDEM).
11. Em 04/12/2008, o Senador Gerson Camata é designado Titular do PMDB na Comissão (Of.nº 536/2008-GLPMDB).

12. Em 12.02.2009, o Senador Marconi Perillo é designado membro suplente do PSDB na Comissão (Of. nº 031/09-GLPSDB), em substituição ao Senador Sérgio Guerra.
13. Em 12.02.2009, a Senadora Lúcia Vânia é designada membro titular do PSDB na Comissão (Of. nº 031/09-GLPSDB), em substituição ao Senador Cícero Lucena.
14. Em 12.02.2009, o Senador Mário Couto é designado membro titular do PSDB na Comissão (Of. nº 031/09-GLPSDB), em substituição ao Senador Flexa Ribeiro.
15. Em 12.02.2009, a Senadora Marisa Serrano teve a sua indicação, como titular, e o Senador João Tenório, como suplente da Comissão, ratificadas pela Liderança do PSDB (Of. nº 031/09-GLPSDB).
16. Em 12.02.2009, o Senador Flexa Ribeiro é designado membro suplente do PSDB na Comissão (Of. nº 031/09-GLPSDB), em substituição ao Senador Marconi Perillo.
17. Vago em virtude do remanejamento de vagas indicado pela Liderança do Bloco de Apoio ao Governo (Of. nº 016/2009 - GLDBAG).
18. Em 16.02.2009, o Senador Magno Malta é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição ao Senador João Pedro.
19. Em 16.02.2009, a Senadora Fátima Cleide é designada membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG).
20. Em 16.02.2009, o Senador Expedito Júnior é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição ao Senador César Borges.
21. Em 16.02.2009, o Senador Augusto Botelho é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição ao Senador Expedito Júnior.
22. Em 16.02.2009, o Senador Delcídio Amaral, como titular, e o Senador Paulo Paim, como suplente, tiveram as suas indicações na Comissão ratificadas pela Liderança do Bloco de Apoio ao Governo (Of. nº 016/09-GLDBAG).
23. Em 16.02.2009, o Senador João Pedro é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição ao Senador Antonio Carlos Valadares.
24. Em 17/02/2009, a Senadora Rosalba Ciarlini é designada Suplente do DEM na Comissão, em substituição ao Senador Raimundo Colombo (Of. 012/09-GLDEM).
25. Em 17/02/2009, o Senador José Agripino é designado Suplente do DEM na Comissão, em substituição à Senadora Rosalba Ciarlini (Of. 012/09-GLDEM).
26. Em 17/02/2009, o Senador Gilberto Goellner é designado Titular do DEM na Comissão, em substituição ao Senador Heráclito Fortes (Of. 012/09-GLDEM).
27. Em 17/02/2009, o Senador Raimundo Colombo é designado Titular do DEM na Comissão, em substituição ao Senador Jayme Campos (Of. 012/09-GLDEM).
28. Em 17/02/2009, a Senadora Kátia Abreu é designada Titular do DEM na Comissão, em substituição ao Senador Gilberto Goellner (Of. 012/09-GLDEM).
29. Em 17/02/2009, os Senadores Romeu Tuma e Gim Argello são designados, respectivamente, membros titular e suplente do PTB na Comissão (Of. nº 35/09-GLPTB).
30. Em 17/02/2009, o Senador Jayme Campos é designado Titular do DEM na Comissão, em substituição à Senadora Kátia Abreu (Of. 012/09-GLDEM).
31. Em 17/02/2009, o Senador Heráclito Fortes é designado Suplente do DEM na Comissão, em substituição ao Senador Eliseu Resende (Of. 012/09-GLDEM).
32. Em 17.02.2009, o Bloco de Apoio ao Governo pede seja desconsiderada a indicação do Senador Augusto Botelho como membro titular na Comissão (Of. nº 17/09-GLDBAG).
33. Em 17/02/2009, o Senador Demóstenes Torres é designado Suplente do DEM na Comissão (Of. 012/09-GLDEM).
34. Em 02.03.2009, o Senador Mão Santa é designado membro titular do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Neuto De Conto (OF. GLPMDB nº 31/2009).
35. Em 04/03/2009, o Senador Renan Calheiros teve a sua indicação como Suplente da Comissão ratificada pela Liderança do PMDB (Of. 46/2009 - GLPMDB).
36. Em 04/03/2009, o Senador Gerson Camata teve a sua indicação como Titular da Comissão ratificada pela Liderança do PMDB (Of. 46/2009 - GLPMDB).
37. Em 04/03/2009, o Senador Romero Jucá teve a sua indicação como Suplente da Comissão ratificada pela Liderança do PMDB (Of. 46/2009 - GLPMDB).
38. Em 02.03.2009, o Senador Valdir Raupp é designado membro suplente do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Romero Jucá (OF. GLPMDB nº 31/2009).
39. Em 02.03.2009, o Senador Renan Calheiros é designado membro suplente do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Valter Pereira (OF. GLPMDB nº 31/2009).
40. Em 04/03/2009, o Senador Neuto de Conto teve a sua indicação como Titular da Comissão ratificada pela Liderança do PMDB (Of. 46/2009 - GLPMDB).
41. Em 04/03/2009, o Senador Paulo Duque teve a sua indicação como Suplente da Comissão ratificada pela Liderança do PMDB (Of. 46/2009 - GLPMDB).
42. Em 02.03.2009, o Senador Paulo Duque é designado membro suplente do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Mão Santa (OF. GLPMDB nº 31/2009).
43. Em 02.03.2009, o Senador Neuto De Conto é designado membro titular do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Leomar Quintanilha (OF. GLPMDB nº 31/2009).

44. Em 04/03/2009, o Senador Leomar Quintanilha teve a sua indicação como Titular da Comissão ratificada pela Liderança do PMDB (Of. 46/2009 - GLPMDB).
45. Em 02.03.2009, o Senador Romero Jucá é designado membro suplente do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Valdir Raupp (OF. GLPMDB nº 31/2009).
46. Em 02.03.2009, o Senador Gerson Camata é designado membro titular do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Pedro Simon (OF. GLPMDB nº 31/2009).
47. Em 02.03.2009, o Senador Leomar Quintanilha é designado membro titular do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Gerson Camata (OF. GLPMDB nº 31/2009).
48. Em 04/03/2009, o Senador Valdir Raupp teve a sua indicação como Suplente da Comissão ratificada pela Liderança do PMDB (Of. 46/2009 - GLPMDB).
49. Em 03.03.2009, o Senador Augusto Botelho é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 024/09-GLDBAG).
50. Em 04/03/2009, o Senador Valter Pereira é designado Titular do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Mão Santa (Of. 46/2009 - GLPMDB).
51. Em 05/03/2009, o Senador Sérgio Zambiasi é designado Suplente do PTB na Comissão, em substituição ao Senador Gim Argello (Of. 86/2009 - GLPTB).
52. Em 31.03.2009, a Senadora Serys Slhessarenko é designada membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 072/2009-GLDBAG).
53. Em 16.04.2009, a Senadora Lúcia Vânia deixa de integrar a Comissão em virtude da comunicação contida no Of. nº 75/09-GLPSDB.
54. Em 29.04.2009, o Senador César Borges é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Magno Malta (Of. nº 016/09-GLDBAG).
55. Em 12.08.2009, o Senador Flexa Ribeiro deixa a suplência e é designado titular do PSDB, em substituição ao Senador Mário Couto, que passa a integrar a Comissão como suplente (Of. 138/09-GLPSDB).
56. Em 12.08.2009, o Senador Arthur Virgílio é designado membro titular do PSDB na Comissão (Of. 137/09-GLPSDB).
57. O Senador Jayme Campos licenciou-se nos termos do art. 43, inciso II, do Regimento Interno, por 130 dias, a partir de 26.08.09 (Requerimento nº 1.041/2009, aprovado na sessão de 25.08.09).
58. O Senador Osvaldo Sobrinho é designado membro titular na Comissão, em vaga anteriormente ocupada pelo Senador Jayme Campos, conforme expediente da Liderança do PTB, com o "de acordo" da Liderança do DEM, lido na sessão de 14.09.2009.
59. O Senador Leomar Quintanilha afastou-se do exercício do mandato, conforme comunicação lida na sessão deliberativa ordinária de 17 de setembro de 2009.
60. O Senador Expedito Júnior desfilou-se do Partido da República, conforme ofício lido na sessão de 23.09.2009 (Of. nº 221/2009-GSEJUN).
61. O Senador Expedito Júnior filiou-se ao PSDB, conforme ofício lido na sessão de 29.09.2009 (Of. nº 225/2009-GSEJUN).
62. Em 29.09.2009, o Senador Expedito Júnior deixa de compor a Comissão como membro suplente (Of. 141/2009-GLDBAG).
63. Em 29.09.2009, o Senador Sadi Cassol é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador João Pedro (Of. 140/2009-GLDBAG).
64. Em 08/10/2009, o Senador Eduardo Suplicy é designado Suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. 144/2009 - GLDBAG).
65. Em 08.10.2009, o Senador Expedito Júnior é designado membro titular do PSDB na Comissão (Of. nº 169/09-GLPSDB), em substituição ao Senador Arthur Virgílio.
66. Senador Expedito Júnior deixou o exercício do mandato em 5.11.2009.
67. Vago em virtude do Senador Sadi Cassol não exercer mais o mandato devido o retorno do titular, Senador Leomar Quintanilha (lida comunicação na sessão de 17.11.09).
68. Senador Leomar Quintanilha retornou ao exercício do mandato, conforme o OF. GSLQUI Nº 305/009, lido na sessão de 17.11.09.
69. Senador Leomar Quintanilha afastou-se do exercício do mandato, conforme comunicação lida na sessão de 23.11.09.
70. Em 2.12.2009, o Senador Sadi Cassol é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (OF. nº 158/2009-GLDBAG).
71. Em 08.12.2009, o Senador Antonio Carlos Valadares é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Paulo Paim (Of. 163/2009-GLDBAG).
72. Vago em virtude de o Senador Osvaldo Sobrinho não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Jayme Campos, em 03.01.2010.
73. Em 03.02.2010, o Senador Jayme Campos foi designado membro titular do Bloco Parlamentar da Minoria na Comissão (OF. nº 4/2010-GLDEM).
74. Vago em virtude do Senador Leomar Quintanilha ter se afastado do exercício do mandato, conforme comunicação lida na sessão de 23.11.09.

Secretário(a): Marcello Varella
Reuniões: QUINTAS-FEIRAS - 12:00HS -
Telefone(s): 3311-3506
E-mail: marcello@senado.gov.br

10.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DOS BIOCOMBUSTÍVEIS

Número de membros: 7 titulares e 7 suplentes

PRESIDENTE: VAGO

VICE-PRESIDENTE: VAGO

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PRB, PC DO B) ⁽¹⁾	
VAGO (2)	1. Paulo Paim (PT)
VAGO (4)	2. VAGO (6,7,9)
Maioria (PMDB, PP)	
Valter Pereira (PMDB)	1. Valdir Raupp (PMDB)
Neuto De Conto (PMDB)	2. VAGO (5,8)
Bloco Parlamentar da Minoria (DEM, PSDB)	
Gilberto Goellner (DEM)	1. Raimundo Colombo (DEM) ⁽³⁾
	2. Rosalba Ciarlini (DEM)
João Tenório (PSDB)	3. VAGO (4)
Marisa Serrano (PSDB)	

Notas:

1. O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, a partir de 22 de novembro de 2007, conforme OF. N. 192/2007/GLPTB/SF (DSF de 28/11/07).
2. O Senador Sibá Machado deixou o exercício do mandato em 14.05.2008, em virtude do retorno da titular, Senadora Marina Silva.
3. O Senador Raimundo Colombo licenciou-se, nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, no período de 26.6.2008 a 24.10.2008.
4. Vago em 17.02.09 em virtude de os Senadores não pertencerem mais à Comissão.
5. O Senador Mão Santa comunicou sua desfiliação do Partido do Movimento Democrático Brasileiro, conforme ofício s/nº lido na sessão de 23.09.2009.
6. O Senador Expedito Júnior desfilhou-se do Partido da República, conforme ofício lido na sessão de 23.09.2009 (Of. nº 221/2009-GSEJUN).
7. O Senador Expedito Júnior filiou-se ao PSDB, conforme ofício lido na sessão de 29.09.2009 (Of. nº 225/2009-GSEJUN).
8. Vago em 04.03.09 em virtude de o Senador Mão Santa não pertencer mais à Comissão (Of. nº 046/2009-GLPMDB).
9. Senador Expedito Júnior deixou o exercício do mandato em 5.11.2009.

Secretário(a): Marcello Varella

Telefone(s): 3311-3506

E-mail: marcello@senado.gov.br

**11) COMISSÃO DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA,
INOVAÇÃO, COMUNICAÇÃO E INFORMÁTICA - CCT**

Número de membros: 17 titulares e 17 suplentes

PRESIDENTE: Senador Flexa Ribeiro (PSDB-PA)

VICE-PRESIDENTE: Senador Lobão Filho (PMDB-MA)

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PRB, PC DO B) ⁽⁴⁾	
Marcelo Crivella (PRB) (22)	1. Delcídio Amaral (PT) (21)
Renato Casagrande (PSB) (18)	2. Flávio Arns (PSDB) (22,52,54)
Magno Malta (PR) (20)	3. Antonio Carlos Valadares (PSB) (19,47)
Roberto Cavalcanti (PRB) (19,41,44)	4. João Ribeiro (PR) (19,42)
Maioria (PMDB, PP)	
Wellington Salgado de Oliveira (PMDB) (39)	1. Valter Pereira (PMDB) (40)
Lobão Filho (PMDB) (34)	2. Romero Jucá (PMDB) (37)
Gerson Camata (PMDB) (7,10,35)	3. Geovani Borges (PMDB) (8,9,36,45,48,59,61)
Valdir Raupp (PMDB) (38,46)	4. VAGO (2,53,56,58,60)
Bloco Parlamentar da Minoria (DEM, PSDB)	
Antonio Carlos Júnior (DEM) (28)	1. Gilberto Goellner (DEM) (25)
Demóstenes Torres (DEM) (3,23)	2. Eliseu Resende (DEM) (27)
José Agripino (DEM) (6,12,29)	3. Marco Maciel (DEM) (1)
Efraim Morais (DEM) (31)	4. Kátia Abreu (DEM) (26)
Cícero Lucena (PSDB) (17)	5. Eduardo Azeredo (PSDB) (15,24)
Flexa Ribeiro (PSDB) (15,24)	6. Papaléo Paes (PSDB) (16,49,62)
Sérgio Guerra (PSDB) (14,62)	7. Arthur Virgílio (PSDB) (11,15,43)
PTB ⁽⁵⁾	
Sérgio Zambiasi (30)	1. Fernando Collor (30)
PDT	
Acir Gurgacz (13,32,50,51,55,57)	1. Cristovam Buarque (33)

Notas:

1. Em 17/02/2009, o Senador Marco Maciel é confirmado como membro Suplente DEM na Comissão (Of. 012/09-GLDEM).
2. O Senador Leomar Quintanilha teve a sua indicação como suplente da Comissão ratificada pela Liderança do PMDB (Of. 32/2009-GLPMDB).
3. Senador Romeu Tuma comunicou, em 11.10.2007, filiação ao PTB (DSF 15.10.2007).
4. O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, a partir de 22 de novembro de 2007, conforme OF. N. 192/2007/GLPTB/SF (DSF de 28/11/07).
5. Nos termos da decisão do Presidente do Senado, publicada no DSF de 14.02.2008.
6. Em 01/04/2008, o Senador Virgílio de Carvalho é designado Titular em vaga antes ocupada pela Senadora Maria do Carmo Alves, que se encontra licenciada, nos termos do art. 43, I, do Regimento Interno, no período de 20.03.2008 a 3.02.2009 (Of. 30/08-GLDEM e Req. nº 1.135/2009).
7. Em 17/04/2008, o Senador Geovani Borges é designado Titular em vaga antes ocupada pelo Senador Gilvam Borges, que se encontra licenciado, nos termos do art. 43, I, do Regimento Interno, no período de 17.04.2008 a 24.08.2008 (Of. 113/08-GLPMDB).
8. Vaga cedida pelo PMDB ao PTB, em 29.05.2008, nos termos do OF. GLPMDB Nº 151/2008.
9. Em 02.06.2008, o Senador Gim Argello, do PTB, é designado suplente na Comissão, em vaga do PMDB (OF. Nº 088/2008/GLPTB).
10. Em 26.08.2008, o Senador Gilvam Borges é designado membro titular do PMDB na Comissão (OF. GLPMDB nº 353/2008).

Endereço na Internet: <http://www.senado.gov.br/sf/atividade/plenario/sf>

Informações: Subsecretaria de Informações - 3311-3325/3572/7279

11. Em 21/10/2008, o Senador Sérgio Guerra é designado Suplente do PSDB na Comissão, em substituição ao Senador Papaléo Paes (Of.nº 121/08-GLPSDB).
12. Vago em virtude do fim do exercício do Senador Virgílio de Carvalho, devido ao retorno da Titular.
13. Em 11.02.2009, o Senador Cristovam Buarque teve a sua indicação como titular da Comissão ratificada pela Liderança do PDT (Of. nº 11/09-GLPDT).
14. Em 12.02.2009, o Senador Papaléo Paes é designado membro titular do PSDB na Comissão (Of. nº 032/09-GLPSDB), em substituição ao Senador Cícero Lucena.
15. Em 12.02.2009, os Senadores Flexa Ribeiro e Sérgio Guerra tiveram as suas indicações, como suplentes, e o Senador Eduardo Azeredo, como titular da Comissão, ratificadas pela Liderança do PSDB (Of. nº 032/09-GLPSDB).
16. Em 12.02.2009, a Senadora Marisa Serrano é designado membro suplente do PSDB na Comissão (Of. nº 032/09-GLPSDB), em substituição ao Senador Marconi Perillo.
17. Em 12.02.2009, o Senador Cícero Lucena é designado membro titular do PSDB na Comissão (Of. nº 032/09-GLPSDB), em substituição ao Senador João Tenório.
18. Em 16.02.2009, o Senador Renato Casagrande é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição ao Senador Augusto Botelho.
19. Vago em virtude do remanejamento de vagas indicado pela Liderança do Bloco de Apoio ao Governo (Of. nº 016/2009 - GLDBAG).
20. Em 16.02.2009, o Senador Magno Malta é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição ao Senador Renato Casagrande.
21. Em 16.02.2009, o Senador Delcídio Amaral é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 016/09-GLDBAG), em substituição ao Senador Expedito Júnior.
22. Em 16.02.2009, o Senador Marcelo Crivella, como titular, e o Senador Flávio Arns, como suplente, tiveram as suas indicações na Comissão ratificadas pela Liderança do Bloco de Apoio ao Governo (Of. nº 016/09-GLDBAG).
23. Em 17/02/2009, o Senador Demóstenes Torres é designado Titular do DEM na Comissão, em substituição ao Senador Romeu Tuma (Of. 012/09-GLDEM).
24. Em 17.02.2009, o Senador Flexa Ribeiro é designado membro titular do PSDB na Comissão (Of. nº 42/09-GLPSDB), em substituição ao Senador Eduardo Azeredo, que passa à suplência.
25. Em 17/02/2009, o Senador Gilberto Goellner é designado Suplente do DEM na Comissão, em substituição ao Senador Eliseu Resende (Of. 012/09-GLDEM).
26. Em 17/02/2009, a Senadora Kátia Abreu é designada Suplente do DEM na Comissão, em substituição à Senadora Rosalba Ciarlini (Of. 012/09-GLDEM).
27. Em 17/02/2009, o Senador Eliseu Resende é designado Suplente do DEM na Comissão, em substituição ao Senador Heráclito Fortes (Of. 012/09-GLDEM).
28. Em 17/02/2009, o Senador Antonio Carlos Júnior é designado Titular do DEM na Comissão, em substituição ao Senador Demóstenes Torres (Of. 012/09-GLDEM).
29. Em 17/02/2009, o Senador José Agripino é designado Titular do DEM na Comissão (Of. 012/09-GLDEM).
30. Em 17.02.2009, o Senador Sérgio Zambiasi é confirmado como membro titular do PTB na Comissão e o Senador Fernando Collor é designado como membro suplente (Of. nº 36/09-GLPTB).
31. Em 17/02/2009, o Senador Efraim Moraes é designado Titular do DEM na Comissão, em substituição ao Senador Antonio Carlos Junior (Of. 012/09-GLDEM).
32. Em 19/02/2009, a Senadora Patrícia Saboya é designada Titular do PDT na Comissão em substituição ao Senador Cristovam Buarque (Of. 23/09-GLPDT).
33. Em 19/02/2009, o Senador Cristovam Buarque é designado Suplente do PDT na Comissão (Of. 23/09-GLPDT).
34. Em 02/03/2009, o Senador Lobão Filho é designado membro titular do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Wellington Salgado de Oliveira (Of. 32/2009-GLPMDB).
35. Em 02/03/2009, o Senador Gerson Camata é designado membro titular do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Gilvam Borges (Of. 32/2009-GLPMDB).
36. Em 02/03/2009, o Senador Valdir Raupp é designado membro suplente do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Gim Argello (Of. 32/2009-GLPMDB).
37. Em 02/03/2009, o Senador Romero Jucá é designado membro suplente do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Gerson Camata (Of. 32/2009-GLPMDB).
38. Em 02/03/2009, o Senador Geraldo Mesquita Júnior é designado membro titular do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Valter Pereira (Of. 32/2009-GLPMDB).
39. Em 02/03/2009, o Senador Wellington Salgado de Oliveira é designado membro titular do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Valdir Raupp (Of. 32/2009-GLPMDB).
40. Em 02/03/2009, o Senador Valter Pereira é designado membro suplente do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Romero Jucá (Of. 32/2009-GLPMDB).
41. Em 04.03.2009, o Senador Antonio Carlos Valadares é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 030/2009-GLDBAG).
42. Em 10.03.2009, o Senador João Ribeiro é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 039/2009-GLDBAG).

43. Em 10/03/2009, o Senador Arthur Virgílio é designado Suplente do PSDB na Comissão, em substituição ao Senador Sérgio Guerra (Of. 54/09-GLPSDB).
44. Em 10.03.2009, o Senador Roberto Cavalcanti é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Antonio Carlos Valadares (Of. nº 046/09-GLDBAG).
45. Em 10.03.2009, vago em razão de o Senador Valdir Raupp ter sido designado membro titular do PMDB na Comissão (OF. GLPMDB nº 061/2009).
46. Em 10.03.2009, o Senador Valdir Raupp é designado membro titular do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Geraldo Mesquita Júnior (OF. GLPMDB nº 061/2009).
47. Em 10.03.2009, o Senador Antonio Carlos Valadares é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 049/2009-GLDBAG).
48. Em 11.03.2009, o Senador Gilvam Borges é designado membro suplente do PMDB na Comissão (OF. GLPMDB nº 065/2009).
49. Em 12.03.2009, o Senador Sérgio Guerra é designado membro suplente do PSDB na Comissão, em substituição à Senadora Marisa Serrano (Of. nº 054/09-GLPSDB).
50. A Senadora Patrícia Saboya encontra-se licenciada, nos termos do art. 43, inciso I, do Regimento Interno, conforme o Requerimento nº 878, de 2009, aprovado no dia 15/07/2009, na Sessão Deliberativa Extraordinária iniciada em 14/07/2009.
51. Em 04.08.2009, o Senador Flávio Torres é designado membro titular do PDT na Comissão, em substituição à Senadora Patrícia Saboya (Of. nº 58/09-LPDT).
52. O Senador Flávio Arns desfiliou-se do Partido dos Trabalhadores, conforme ofício lido na sessão de 10.09.2009 (OF/GSFA/0801/2009).
53. O Senador Leomar Quintanilha afastou-se do exercício do mandato, conforme comunicação lida na sessão deliberativa ordinária de 17 de setembro de 2009.
54. Em 08.10.2009, o Senador Flávio Arns comunicou a sua filiação ao Partido da Social Democracia Brasileira (PSDB), a partir do dia 2 de outubro de 2009 (Of./GSFA/0898/2009).
55. Vago em virtude de o Senador Flávio Torres não exercer mais o mandato devido ao retorno da titular, Senadora Patrícia Saboya, em 16.11.09.
56. Senador Leomar Quintanilha retornou ao exercício do mandato, conforme o OF. GSLQUI Nº 305/009, lido na sessão de 17.11.09.
57. Em 18.11.2009, o Senador Acir Gurgacz é designado membro titular do PDT na Comissão (Of. 75/09-GLPDT).
58. Senador Leomar Quintanilha afastou-se do exercício do mandato, conforme comunicação lida na sessão de 23.11.09.
59. O Senador Gilvam Borges licenciou-se nos termos do art. 43, inciso I, do Regimento Interno, por 121 dias, a partir de 22.12.09 (Requerimento nº 1.712/2009, deferido na sessão de 22.12.09).
60. Vago em virtude do Senador Leomar Quintanilha ter se afastado do exercício do mandato, conforme comunicação lida na sessão de 23.11.09.
61. Em 04.02.2010, o Senador Geovani Borges é designado membro suplente do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Gilvam Borges (OF. GLPMDB nº 205/2010).
62. Em 25.02.2010, o Senador Sérgio Guerra é designado membro titular do PSDB na Comissão, em substituição ao Senador Papaléo Paes, que assume a suplência (Of. 06/10-GLPSDB).

Secretário(a): Égli Lucena Heusi Moreira
Reuniões: QUARTAS-FEIRAS - 08:45HS -

Telefone(s): 3311-1120

Fax: 3311-2025

E-mail: scmcct@senado.gov.br

11.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE SERVIÇOS DE INFORMÁTICA

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

PRESIDENTE: VAGO

VICE-PRESIDENTE: VAGO

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PRB, PC DO B) ⁽¹⁾	
Flávio Arns (PSDB) ^(4,5)	1. Sérgio Zambiasi (PTB)
Renato Casagrande (PSB)	2. VAGO ⁽³⁾
Maioria (PMDB, PP)	
Valter Pereira (PMDB)	1. VAGO ⁽²⁾
Bloco Parlamentar da Minoria (DEM, PSDB)	
Demóstenes Torres (DEM)	1. VAGO ⁽³⁾
Eduardo Azeredo (PSDB)	2. Cícero Lucena (PSDB)

Notas:

1. O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, a partir de 22 de novembro de 2007, conforme OF. N. 192/2007/GLPTB/SF (DSF de 28/11/07).
2. Vago, em virtude de o Senador Gilvam Borges ter-se licenciado, nos termos do art. 43, I, do Regimento Interno, no período de 17.04.2008 a 24.08.2008, e ter sido substituído pelo Senador Geovani Borges, na Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática (Of. 113/2008-GLPMDB).
3. Vago em 17.02.09 em virtude de os Senadores não pertencerem mais à Comissão.
4. O Senador Flávio Arns desfilhou-se do Partido dos Trabalhadores, conforme ofício lido na sessão de 10.09.2009 (OF/GSFA/0801/2009).
5. Em 08.10.2009, o Senador Flávio Arns comunicou a sua filiação ao Partido da Social Democracia Brasileira (PSDB), a partir do dia 2 de outubro de 2009 (Of./GSFA/0898/2009).

Secretário(a): Égli Lucena Heusi Moreira

Telefone(s): 3311-1120

Fax: 3311-2025

E-mail: scomcct@senado.gov.br

COMPOSIÇÃO CONSELHOS e ÓRGÃOS

1) CORREGEDORIA PARLAMENTAR

(Resolução nº 17, de 1993)

SENADORES	CARGO
Senador Romeu Tuma (PTB-SP) ⁽¹⁾	CORREGEDOR
VAGO	1º CORREGEDOR SUBSTITUTO
VAGO	2º CORREGEDOR SUBSTITUTO
	3º CORREGEDOR SUBSTITUTO

Atualização: 05/03/2009

Notas:

1. Eleito na Sessão do Senado Federal de 04.03.2009

SECRETARIA-GERAL DA MESA

Secretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SCOP)

Endereço:Senado Federal - Anexo II - Térreo

Telefone(s):3303-5255 **Fax:**3303-5260

E-mail:scop@senado.gov.br

2) CONSELHO DE ÉTICA E DECORO PARLAMENTAR

Número de membros: 15 titulares e 15 suplentes

PRESIDENTE: Senador Paulo Duque (PMDB-RJ) ⁽²⁾

VICE-PRESIDENTE: Senador Gim Argello (PTB-DF) ⁽⁴⁾

1^a Eleição Geral: 19/04/1995 **5^a Eleição Geral:** 23/11/2005

2^a Eleição Geral: 30/06/1999 **6^a Eleição Geral:** 06/03/2007

3^a Eleição Geral: 27/06/2001 **7^a Eleição Geral:** 14/07/2009

4^a Eleição Geral: 13/03/2003

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PR, PSB, PRB, PC DO B)	
VAGO ⁽³⁾	1. Delcídio Amaral (PT-MS)
João Pedro (PT-AM)	2. Ideli Salvatti (PT-SC)
VAGO ⁽¹⁾	3. Eduardo Suplicy (PT-SP)
Inácio Arruda (PC DO B-CE)	4. Augusto Botelho (PT-RR)
Maioria (PMDB, PP)	
Wellington Salgado de Oliveira (PMDB-MG)	1. Valdir Raupp (PMDB-RO)
Almeida Lima (PMDB-SE)	2. Romero Jucá (PMDB-RR)
VAGO ⁽¹⁴⁾	3. Mão Santa (PSC-PI) ⁽¹³⁾
Paulo Duque (PMDB-RJ)	4. VAGO ⁽⁵⁾
Bloco Parlamentar da Minoria (DEM, PSDB)	
VAGO ⁽⁹⁾	1. VAGO ⁽⁶⁾
VAGO ⁽¹²⁾	2. VAGO ⁽¹⁰⁾
VAGO ⁽⁷⁾	3. VAGO ⁽⁸⁾
VAGO ⁽¹¹⁾	4. VAGO ⁽¹¹⁾
VAGO ⁽¹¹⁾	5.
PTB	
Gim Argello (DF)	1. João Vicente Claudino (PI)
PDT	
João Durval (BA)	1. Jefferson Praia (AM)
Corregedor do Senado (Membro nato - art. 25 da Resolução nº 20/93)	
Romeu Tuma (PTB/SP)	

Atualização: 22/12/2009

Notas:

- O Senador João Ribeiro (PR-TO) declinou do mandato de membro titular do Conselho, conforme Of. nº 60/2009-GSJRB, de 15.07.2009, lido em sessão plenária da mesma data.
- Eleito na 1^a reunião do Conselho de 2009, realizada em 15.07.2009
- O Senador Antonio Carlos Valadares (PSB-SE) renunciou ao mandato de membro titular do Conselho, conforme Of.GSACV nº 161/2009, de 03.08.2009, lido em sessão plenária da mesma data.
- Eleito na 2^a reunião do Conselho de 2009, realizada em 05.08.2009.

5. O Senador Lobão Filho(PMDB-MA) renunciou ao mandato de suplente do Conselho, conforme Of.01-G/2009, de 19.08.2009, lido em sessão plenária da mesma data.
6. O Senador Antonio Carlos Júnior (DEM-BA) renunciou ao mandato de suplente do Conselho, conforme Of.118/2009-GLDEM, de 25.08.2009, lido em sessão plenária da mesma data.
7. O Senador Eliseu Resende (DEM-MG) renunciou ao mandato de membro titular do Conselho, conforme Of.117/2009-GLDEM, de 25.08.2009, lido em sessão plenária da mesma data.
8. A Senadora Maria do Carmo Alves (DEM-SE) renunciou ao mandato de suplente do Conselho, conforme Of.029/2009-GSMALV, de 25.08.2009, lido em sessão plenária da mesma data.
9. O Senador Demostenes Torres (DEM-GO) renunciou ao mandato de membro titular do Conselho, conforme Of.116/2009-GLDEM, de 25.08.2009, lido em sessão plenária da mesma data.
10. A Senadora Rosalba Ciarlini (DEM-RN) renunciou ao mandato de suplente do Conselho, conforme Of.119/2009-GLDEM, de 25.08.2009, lido em sessão plenária da mesma data.
11. Os Senadores Sérgio Guerra (PSDB-PE), Marisa Serrano (PSDB-MG) renunciaram ao mandato de membro titular do Conselho e o Senador Arthur Virgílio (PSDB-AM) ao de suplente, conforme Of. s/nº, de 25.08.2009, lido em sessão plenária da mesma data.
12. O Senador Heráclito Fortes (DEM-PI) renunciou ao mandato de membro titular do Conselho, conforme Of. nº 115/2009-GLDEM, de 25.08.2009, lido em sessão plenária de 27.08.2009.
13. Em 23.09.2009, o Senador Mão Santa comunicou sua desfiliação do Partido do Movimento Democrático Brasileiro (PMDB), a partir dessa data, conforme comunicado lido em Plenário e, em 01.10.2009, a sua filiação ao Partido Social Cristão (PSC), a partir de 23.09.2009, conforme Of. GSMS 098/2009, lido em Plenário em 01.10.2009.
14. O Senador Gilvam Borges, de acordo com o Requerimento nº 1712, de 2009, licencia-se, para tratamento de saúde, nos termos do art. 43, inciso I, do Regimento Interno, pelo prazo de 121 dias, a partir de 22/12/2009.

SECRETARIA-GERAL DA MESA**Secretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SCOP)****Endereço:**Senado Federal - Anexo II - Térreo**Telefone(s):**3303-5255 **Fax:**3303-5260**E-mail:**scop@senado.gov.br

3) PROCURADORIA PARLAMENTAR
(Resolução do Senado Federal nº 40/95)

SENADOR	BLOCO / PARTIDO
Demóstenes Torres (DEM/GO) ⁽¹⁾	Bloco Parlamentar da Minoria
João Tenório (PSDB/AL) ⁽¹⁾	Bloco Parlamentar da Minoria
Antonio Carlos Valadares (PSB/SE) ⁽²⁾	Bloco de Apoio ao Governo
	PMDB
Gim Argello (PTB/DF) ⁽¹⁾	PTB

Atualização: 17/04/2008

Notas:

1. Designados na Sessão do Senado Federal de 09.04.2008.
2. Designado na Sessão do Senado Federal de 17.04.2008.

SECRETARIA-GERAL DA MESA
Secretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SCOP)
Endereço:Senado Federal - Anexo II - Térreo
Telefone(s):3303-5255 **Fax:**3303-5260
E-mail:scop@senado.gov.br

4) CONSELHO DO DIPLOMA MULHER-CIDADÃ BERTHA LUTZ**Número de membros:** 12 titulares**PRESIDENTE:** Senador Marco Maciel (DEM-PE) ⁽³⁾**VICE-PRESIDENTE:** Senadora Lúcia Vânia (PSDB-GO) ⁽³⁾**1^a Designação:** 03/12/2001**2^a Designação:** 26/02/2003**3^a Designação:** 03/04/2007**4^a Designação:** 12/02/2009**MEMBROS****PMDB**Wellington Salgado de Oliveira (MG) ⁽⁴⁾**DEM**

Marco Maciel (PE)

PSDB

Lúcia Vânia (GO)

PT

Fátima Cleide (RO)

PTBVAGO ^(2,11,12)**PDT**Patrícia Saboya (CE) ^(5,7,8)**PR**Magno Malta (ES) ^(1,6,9)**PSB**

Renato Casagrande (ES)

PRB

Marcelo Crivella (RJ)

PC DO B

Inácio Arruda (CE)

PPFrancisco Dornelles (RJ) ⁽¹⁰⁾**PSOL**

José Nery (PA)

Atualização: 01/12/2009**Notas:**

1. O Senador Expedito Júnior deixou o exercício do mandato em 05/11/2009.
2. Vago tendo em vista a comunicação de desligamento do Senador Mozarildo Calvacante, conforme Of.nº088/2009/GLPTB.
3. Eleitos na 1^a Reunião do Conselho, realizada em 17.06.2009.
4. Indicado para ocupar a vaga destinada ao PMDB, conforme Of.GLPMDf nº 020-A-2009, lido na sessão do dia 24.06.2009.

5. Em 04.08.2009, o Senador Flávio Torres (PDT-CE) foi designado titular do Conselho do Diploma Mulher-Cidadã Bertha Lutz, em substituição à Senadora Patrícia Saboya, que se encontra licenciada, nos termos do art. 43, I, do Regimento Interno, a partir de 17.07.2009 (Of. nº61/09-LPDT).
6. Em 23.09.2009, o Senador Expedito Júnior comunicou a sua desfiliação do Partido da República (PR), a partir dessa data, conforme Of.GSEJUN nº 221/2009 e, em 29.09.2009, a sua filiação ao Partido da Social Democracia Brasileira (PSDB), a partir do dia 25 de setembro de 2009, conforme OF.GSEJUN nº 225/2009.
7. Vago em virtude de o Senador Flávio Torres não exercer mais o mandato devido ao retorno da titular, Senadora Patrícia Saboya, em 16.11.2009.
8. Em 25.11.2009, a Senadora Patrícia Saboya (PDT-CE) foi designada titular do Conselho Diploma Mulher-Cidadã Bertha Lutz, conforme Ofício nº 86/09-LPDT.
9. Em 26.11.2009, o Senador Magno Malta (PR-ES) foi designado titular do Conselho do Diploma Mulher-Cidadã Bertha Lutz, conforme Ofício nº 111/2009-PR.
10. Em 26.11.2009, o Senador Francisco Dornelles (PP-RJ) foi designado titular do Conselho do Diploma Mulher-Cidadã Bertha Lutz, conforme Ofício nº 007/2009-GLDPP.
11. Em 01.12.2009 o Senador Osvaldo Sobrinho (PTB-MT) foi designado titular do Conselho Mulher-Cidadã Bertha Lutz, conforme Ofício nº 286/2009-GLPTB.
12. Vago tendo em vista o retorno do titular, Senador Jayme Campos, em 03.01.10.

SECRETARIA-GERAL DA MESA**Secretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SCOP)****Endereço:**Senado Federal - Anexo II - Térreo**Telefone(s):**3303-4561/3303-5258 **Fax:**3303-5258**E-mail:**scop@senado.gov.br

CONSELHOS

CONSELHO DA ORDEM DO CONGRESSO NACIONAL

(Criado pelo Decreto Legislativo nº 70, de 23.11.1972)
(Regimento Interno baixado pelo Ato nº 1, de 1973-CN)

COMPOSIÇÃO

Grão-Mestre: Presidente do Senado Federal
Chanceler: Presidente da Câmara dos Deputados

MESA DA CÂMARA DOS DEPUTADOS	MESA DO SENADO FEDERAL
PRESIDENTE Deputado Michel Temer (PMDB-SP)	PRESIDENTE Senador José Sarney (PMDB-AP)
1º VICE-PRESIDENTE Deputado Marco Maia (PT-RS)	1º VICE-PRESIDENTE Senador Marconi Perillo (PSDB-GO)
2º VICE-PRESIDENTE Deputado Antonio Carlos Magalhães Neto (DEM-BA)	2º VICE-PRESIDENTE Senadora Serys Shhessarenko (PT-MT)
1º SECRETÁRIO Deputado Rafael Guerra (PSDB-MG)	1º SECRETÁRIO Senador Heráclito Fortes (DEM-PI)
2º SECRETÁRIO Deputado Inocêncio Oliveira (PR-PE)	2º SECRETÁRIO Senador João Vicente Claudino (PTB-PI)
3º SECRETÁRIO Deputado Odair Cunha (PT-MG)	3º SECRETÁRIO Senador Mão Santa (PSC-PI) ¹
4º SECRETÁRIO Deputado Nelson Marquezelli (PTB-SP)	4º SECRETÁRIO Senadora Patrícia Saboya (PDT-CE)
LÍDER DA MAIORIA Deputado Henrique Eduardo Alves (PMDB-RN)	LÍDER DA MAIORIA Senador Renan Calheiros (PMDB-AL)
LÍDER DA MINORIA Deputado André de Paula (DEM/PE)	LÍDER DO BLOCO PARLAMENTAR DA MINORIA Senador Raimundo Colombo (DEM-SC)
PRESIDENTE DA COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA E DE CIDADANIA Deputado Tadeu Filippelli (PMDB-DF)	PRESIDENTE DA COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA Senador Demóstenes Torres (DEM-GO)
PRESIDENTE DA COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DE DEFESA NACIONAL Deputado Damião Feliciano (PDT-PB) ²	PRESIDENTE DA COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL Senador Eduardo Azeredo (PSDB-MG)

(Atualizada em 21.10.2009)

SECRETARIA-GERAL DA MESA

Secretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SCOP)
Senado Federal – Anexo II - Térreo
Telefones: 3303-4561 e 3303-5258
scop@senado.gov.br

¹ Em 23.09.2009, o Senador Mão Santa comunicou sua desfiliação do Partido do Movimento Democrático Brasileiro (PMDB), a partir dessa data, conforme comunicado lido em Plenário e, em 01.10.2009, a sua filiação ao Partido Social Cristão (PSC), a partir de 23.09.2009, conforme Of. GSMS 098/2009, lido em Plenário em 01.10.2009.

² O Deputado Damião Feliciano foi eleito Presidente da Comissão de Relações Exteriores e de Defesa Nacional da Câmara dos Deputados, conforme Of. Pres. nº 288/09-CREDN, de 20.09.09, lido na sessão do Senado Federal de 21.10.09.

CONSELHO DE COMUNICAÇÃO SOCIAL

(13 titulares e 13 suplentes)

(Criado pela Lei nº 8.389, de 30 de dezembro de 1991)
(Regimento Interno aprovado nos termos do Ato da Mesa nº 1, de 2004)

Presidente:

Vice-Presidente:

LEI Nº 8.389/91, ART. 4º	TITULARES	SUPLENTES
Representante das empresas de rádio (inciso I)		
Representante das empresas de televisão (inciso II)		
Representante de empresas da imprensa escrita (inciso III)		
Engenheiro com notório conhecimento na área de comunicação social (inciso IV)		
Representante da categoria profissional dos jornalistas (inciso V)		
Representante da categoria profissional dos radialistas (inciso VI)		
Representante da categoria profissional dos artistas (inciso VII)		
Representante das categorias profissionais de cinema e vídeo (inciso VIII)		
Representante da sociedade civil (inciso IX)		
Representante da sociedade civil (inciso IX)		
Representante da sociedade civil (inciso IX)		
Representante da sociedade civil (inciso IX)		
Representante da sociedade civil (inciso IX)		

1ª Eleição Geral: Sessão do Congresso Nacional de 5.6.2002

2ª Eleição Geral: Sessão do Congresso Nacional de 22.12.2004

SECRETARIA-GERAL DA MESA DO SENADO FEDERAL
Secretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SCOP)
Senado Federal – Anexo II - Téreo
Telefones: (61) 3311-4561 e 3311-5258
scop@senado.gov.br - www.senado.gov.br/ccs

CONSELHO DE COMUNICAÇÃO SOCIAL
(Criado pela Lei nº 8.389, de 30 de dezembro de 1991)
(Regimento Interno aprovado nos termos do Ato da Mesa nº 1, de 2004)

COMISSÕES DE TRABALHO

01 – COMISSÃO DE REGIONALIZAÇÃO E QUALIDADE DA PROGRAMAÇÃO E DE RADIODIFUSÃO COMUNITÁRIA

02 – COMISSÃO DE TECNOLOGIA DIGITAL

03 – COMISSÃO DE TV POR ASSINATURA

04 – COMISSÃO DE MARCO REGULATÓRIO

05 – COMISSÃO DE LIBERDADE DE EXPRESSÃO

SECRETARIA-GERAL DA MESA DO SENADO FEDERAL
Secretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SCOP)
Senado Federal – Anexo II - Térreo
Telefones: (61) 3311-4561 e 3311-5258
scop@senao.gov.br
www.senado.gov.br/ccai

REPRESENTAÇÃO BRASILEIRA NO PARLAMENTO DO MERCOSUL

COMPOSIÇÃO

18 Titulares (9 Senadores e 9 Deputados) e 18 Suplentes (9 Senadores e 9 Deputados)

Designação: 27/04/2007

Presidente: Deputado José Paulo Tóffano (PV - SP)¹²

Vice-Presidente: Senador Inácio Arruda (PCdoB - CE)¹²

Vice-Presidente: Deputado Germano Bonow (DEM – RS)¹²

SENADORES

TITULARES	SUPLENTES
Maioria (PMDB)	
PEDRO SIMON (PMDB/RS)	1. NEUTO DE CONTO (PMDB/SC)
GERALDO MESQUITA JÚNIOR (PMDB/AC)	2. VALDIR RAUPP (PMDB/RO)
DEM	
EFRAIM MORAIS (DEM/PB)	1. ADELMIR SANTANA (DEM/DF)
ROMEU TUMA (PTB/SP)	2. RAIMUNDO COLOMBO ^b (DEM/SC)
PSDB	
MARISA SERRANO (PSDB/MS)	1. EDUARDO AZEREDO (PSDB/MG)
PT	
ALOIZIO MERCADANTE (PT/SP)	1. FLÁVIO ARNS (PSDB/PR) ¹³
PTB	
SÉRGIO ZAMBIASI (PTB/RS)	1. FERNANDO COLLOR (PTB/AL)
PDT	
CRISTOVAM BUARQUE (PDT/DF)	1. OSMAR DIAS ⁴ (PDT/PR)
PCdoB	
INÁCIO ARRUDA (PCdoB/CE)	1. JOSÉ NERY ⁸ (PSOL/PA)

DEPUTADOS

TITULARES	SUPLENTES
PMDB/PT/PP/PR/PTB/PSC/PTC/PTdoB	
VALDIR COLATTO (PMDB/SC) ¹⁰	1. MOACIR MICHELETTO ⁷ (PMDB/PR)
DR. ROSINHA (PT/PR)	2. NILSON MOURÃO (PT/AC)
GEORGE HILTON (PP/MG)	3. RENATO MOLLING (PP/RS)
IRIS DE ARAÚJO (PMDB/GO)	4. LELO COIMBRA (PMDB/ES) ¹¹
PSDB/DEM/PPS	
PROFESSOR RUY PAULETTI (PSDB/RS) ¹⁴	1. LEANDRO SAMPAIO ⁵ (PPS/RJ)
GERALDO THADEU ⁹ (PPS/MG)	2. ANTONIO CARLOS PANNUNZIO ³ (PSDB/SP)
GERMANO BONOW (DEM/RS)	3. CELSO RUSSOMANNO ¹ (PP/SP)
PSB/PDT/PCdoB/PMN/PAN	
BETO ALBUQUERQUE (PSB/RS)	1. VIEIRA DA CUNHA (PDT/RS)
PV	
JOSÉ PAULO TÓFFANO (PV/SP)	1. DR. NECHAR (PV/SP)

(Atualizada em 14.10.2009)

Secretaria: Câmara dos Deputados - Anexo II - Sala T/28 – 70160-900 Brasília – DF / Brasil Fones: (55) 61 3216-6871 / 6878 Fax: (55) 61 3216-6880
e-mail: cpcm@camara.gov.br
www.camara.gov.br/mercosul

¹ Indicado conforme Ofício nº 160-L-DEM/08, de 04.06.08, do Líder do DEM, Deputado Antonio Carlos Magalhães Neto, lido na Sessão do SF de 05.06.08.

² Eleito em 14.8.2007, para o biênio 2007/2008.

³ Indicado conforme Of. PSDB nº 856/2007, de 28.11.2007, do Líder do PSDB, Deputado Antonio Carlos Pannunzio, lido na Sessão do SF de 19.12.2007.

⁴ Indicado conforme Ofício nº 28/08-LPDT, de 09.07.08, do Líder do PDT, Senador Osmar Dias, lido na Sessão do SF de 09.07.08, em substituição ao Senador Jefferson Praia, em virtude de sua renúncia, conforme Of. s/nº, datado de 09.07.2008.

⁵ Indicado pela Liderança do PPS, nos termos do OF/LID/Nº 157/2008, de 19.06.2008, lido na Sessão do Senado Federal dessa mesma data, tendo em vista a renúncia do Deputado Ilderlei Cordeiro, conforme OF GAB Nº 53/2008, de 18.06.2008.

⁶ O Senador Raimundo Colombo retornou ao exercício do mandato em 25.10.2008, conforme comunicado datado de 28.10.2008, lido na Sessão do Senado Federal dessa mesma data.

⁷ Indicado pela Liderança do PMDB, nos termos do OF/GAB/I/Nº 949/2008, de 11.11.2008, lido na Sessão do Senado Federal de 12.11.2008.

⁸ Indicado pela Liderança do PC do B, nos termos do Ofício IA/Nº 269/2008, de 16.12.2008, lido na Sessão do Senado Federal de 17.12.2008.

⁹ Indicado pela Liderança do PPS, nos termos do OF/LID/Nº 266/2007, de 17.07.07, em substituição ao Deputado Geraldo Resende.

¹⁰ Vaga anteriormente ocupada pelo Deputado Cezar Schirmer, que renunciou à suplência do mandato de parlamentar, conforme Of. 29/2009/SGM/P, de 14.01.2009. O Deputado Valdir Colatto renunciou à vaga de suplente para assumir a de titular, conforme o Ofício nº 034/2009-GAB610-CD, de 11.02.2009, e o OF/GAB/I/Nº 12, de 28.01.2009.

¹¹ Indicado pela Liderança do PMDB, nos termos do OF/GAB/I/Nº 177, de 12.03.2009, lido na Sessão do Senado Federal de 12.03.2009.

¹² Eleitos para o biênio 2009/2010, em reunião realizada no dia 27.05.09, conforme Ofício P/48/2009, de 28.05.2009, lido nessa mesma data.

¹³ O Senador Flávio Arns desfilhou-se do Partido dos Trabalhadores (PT), conforme comunicação lida na sessão do SF em 10.09.09, e filiou-se ao Partido da Social Democracia Brasileira (PSDB), em 02.10.2009, conforme Of./GSFA/0898/2009, de 06.10.09, lido na sessão do SF de 08.10.2009.

¹⁴ Indicado conforme Of. nº 965/2009/PSDB, datado de 11/11/09, do Líder do PSDB, Deputado José Aníbal, em substituição ao Deputado Cláudio Diaz, em virtude de sua renúncia, conforme Of. nº 0516/2009, de 09.11.09, lidos na Sessão do SF de 13.11.09.

MESA DO PARLAMENTO DO MERCOSUL

PRESIDENTE: Parlamentar Ignácio Mendonza Unzain (Py)

VICE-PRESIDENTE: Deputado Juan Jose Dominguez (Uy)

VICE-PRESIDENTE: Senador José Juan Bautista Pampuro (Ar)

VICE-PRESIDENTE: Senador Aloizio Mercadante (Br)

Secretaria: Câmara dos Deputados - Anexo II - Sala T/28 – 70160-900 Brasília – DF / Brasil

Fones: (55) 61 3216-6871 / 6878 Fax: (55) 61 3216-6880

e-mail: cpcm@camara.gov.br

www.camara.gov.br/mercosul

COMISSÃO MISTA DE CONTROLE DAS ATIVIDADES DE INTELIGÊNCIA - CCAI
(Art. 6º da Lei nº 9.883, de 1999)

COMPOSIÇÃO

Presidente: Deputado Damião Feliciano¹

CÂMARA DOS DEPUTADOS	SENADO FEDERAL
<u>LÍDER DA MAIORIA</u> HENRIQUE EDUARDO ALVES PMDB-RN	<u>LÍDER DA MAIORIA</u> RENAN CALHEIROS PMDB-AL
<u>LÍDER DA MINORIA</u> ANDRÉ DE PAULA DEM-PE	<u>LÍDER DO BLOCO PARLAMENTAR DA MINORIA</u> RAIMUNDO COLOMBO DEM-SC
<u>PRESIDENTE DA COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DE DEFESA NACIONAL</u> DAMIÃO FELICIANO PDT-PB	<u>PRESIDENTE DA COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DE DEFESA NACIONAL</u> EDUARDO AZEREDO PSDB-MG

(Atualizada em 21.10.2009)

SECRETARIA-GERAL DA MESA
Secretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SCOP)
Senado Federal – Anexo II - Téreo
Telefones: 3303-4561 e 3303- 5258
scop@senado.gov.br
www.senado.gov.br/ccai

¹ O Deputado Damião Feliciano foi eleito Presidente da Comissão de Relações Exteriores e de Defesa Nacional da Câmara dos Deputados, conforme Of. Pres. nº 288/09-CREDN, de 20.09.09, lido na sessão do Senado Federal de 21.10.09.

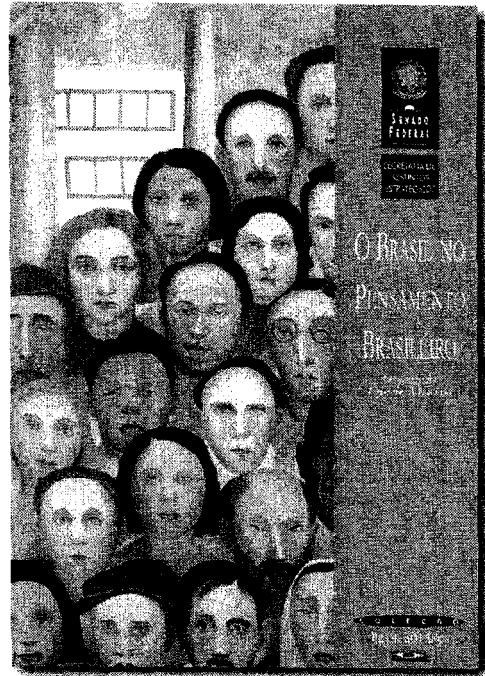


SENADO FEDERAL
Secretaria Especial de Editoração e Publicações
Subsecretaria de Edições Técnicas

O Brasil no Pensamento Brasileiro Coleção Brasil 500 Anos

"Trata-se de um conjunto de leituras sobre temas básicos da realidade e da história brasileiras, preparado com o objetivo de colocar ao rápido alcance do leitor textos que se encontram em múltiplas obras, muitas delas de difícil acesso". Volume de 822 páginas, com introdução, seleção, organização e notas bibliográficas de Djacir Meneses.

Preço por exemplar: R\$ 30,00



Conheça nosso catálogo na Internet

www.senado.gov.br/web/seepcat/catalogo.cfm

Para adquirir essa ou outra publicação:

- 1 - Confirme o preço e disponibilidade pelo telefone **(061) 311-3575**;
- 2 - Efetue depósito, no valor total da compra, em nome de FUNSEEP, agência **3602-1**, do **Banco do Brasil**, Conta-corrente **170.500-8**, preenchendo o campo "depósito identificado (código dv)/finalidade" com o código **02000202902001-3** (obrigatório);
- 3 - Para sua segurança, mantenha cópia do comprovante do depósito;
- 4 - Encaminhe o formulário abaixo (se necessário, anexe lista das publicações desejadas), acompanhado do comprovante **ORIGINAL** do depósito, para:

**Subsecretaria de Edições Técnicas do Senado Federal
Via N2 - Unidade de apoio III - Praça dos Três Poderes
70.165-900 - Brasília - DF**

Nome:			
Endereço:			
Cidade:	CEP:	UF:	
Publicação	Quantidade	Preço Unit. (R\$)	Preço Total (R\$)

PREÇO DE ASSINATURA SEMESTRAL

Assinatura do DCD ou DSF s/o porte	R\$31,00
Porte de Correio	R\$96,00
Assinatura do DCD ou DSF c/o porte	R\$127,60 (cada)
Valor do número avulso	R\$0,30
Porte avulso	R\$0,80

PREÇO DE ASSINATURA ANUAL

Assinatura do DCD ou DSF s/o porte	R\$62,00
Porte de Correio	R\$193,20
Assinatura do DCD ou DSF c/o porte	R\$255,20 (cada)
Valor do número avulso	R\$0,30
Porte avulso	R\$0,80

ug – 00001

gestão – 020055

Os pedidos deverão ser acompanhados de Notas de Empenho. Ordem de Pagamento pelo Banco de Brasil, Agência 4201-3, conta nº 170500-8, ou recibo de depósito via FAX (0xx61) 244-5450, a favor do FUNSEEP, indicando a assinatura pretendida, conforme tabela de códigos identificadores abaixo discriminado:

Subsecretaria de Edições Técnicas	02005500001001-0
Assinaturas DCN	02005500001002-9
Venda de Editais	02005500001003-7
Orçamento/Cobrança	02005500001004-5
Aparas de Papel	02005500001005-3
Leilão	02005500001006-1
Aluguéis	02005500001007-x
Cópias Reprográficas	02005500001008-8

**SECRETARIA ESPECIAL DE EDITORAÇÃO E PUBLICAÇÕES
PRAÇA DOS TRÊS PODERES S/Nº – BRASÍLIA-DF – CEP-70165-900
CGC 00.530.279/0005-49**

Obs.: Não será recebido cheque via carta para efetivar assinaturas dos DCN

Maiores informações pelos telefones (0xx61) 311-3803 – Serviço de Administração Econômica-Financeira/Controle de assinaturas, Mourão ou Solange.



Edição de hoje: 294 páginas

OS: 2010/10986